

1610 anno Domini

*Desta cousa tam util e necessaria aos homens,
e havida por tam sagrada é tam rico Portugal,
que com o sal de soo lugar chamado Setuval
se sustentam as mais provincias do septentrião
aonde o vêm buscar infinito número de naos cada anno,
e de outro lugar, que chamão Alcacere do Sal:
e já os romanos lhe chamavão Salacia,
por o muito sal que daí se leva para todo o sertam dos reinos
de Castela e Leão até a Mancha de Aragam e outras partes
que podendo-o haver de lugares maritimos
que têm e de poços, o deixam por o de Portugal,
que na alvura e gosto excede a todo o de outras partes.*

Duarte Nunes de Leão - *Descrição do Reino de Portugal*, fólhos 48 v. e 49

Palavras prévias, a quem são devidas

Esta dissertação não existiria sem que se tivessem cruzado e aliado um conjunto determinado de circunstâncias. Devido a estas, por um lado e à cooperação e colaboração estabelecida entre distintos contextos, por outro, o texto ora apresentado não existiria nestes moldes, dos quais a dissertação procura ser fiel, se bem que modesta, testemunha.

Começemos pelas circunstâncias, que se prendem com um espaço geográfico, que é a cidade de Setúbal e, mais concretamente, uma instituição nela existente, que é o Museu da Cidade. Esse museu tem uma determinada função social, que é o de investigar e narrar a história daquele lugar. Assim, primeiramente, há que reconhecer todos aqueles que pugnaram pela sua existência, o criaram e o mantiveram. Falamos de muitas pessoas, muitas mesmo, que, desde finais do Século XIX, se associaram numa

corrente ininterrupta até aos dias de hoje, defendendo a importância social do passado para a construção do presente, dos me permito destacar: João Carlos de Almeida Carvalho, Januário da Silva, Manuel Maria Portela, António Inácio Marques da Costa, Arronches Junqueiro, Paula Borba, Ana de Castro Osório, Fran Paxeco, José Marques da Costa, Manuel Envia, Rogério Peres Claro, Laurinda Abreu, Ana Maria Lopes Duarte, Isabel Victor, Albérico Afonso, Maurício Costa, entre outros mas, sobretudo, Moniz Borba e Fernando António Baptista Pereira, os dois directores desta instituição, com enorme admiração.

Dentro do Museu da Cidade existem vários profissionais, de distintas valências, sendo que uma delas é a de arqueologia. É nesta última valência que se insere o trabalho ora apresentado. Contudo, para este trabalho foi necessário previamente efectuar várias intervenções arqueológicas e muitos outros estudos. A arqueologia raramente se apresenta como um trabalho individual e este presente acaba por ser o reflexo pessoal de muitos outros trabalhos colectivos desenvolvidos na cidade de Setúbal. Assim, gostaria de reconhecer também aqueles que permitiram que muitos outros trabalhos fossem realizados e que as intervenções e estudos se tivessem efectuado: Fernando Castelo-Branco, Fernando Bandeira Ferreira, Luís Jorge Gonçalves, Luís Ferreira, A. M. Dias Diogo, Pedro Xavier, Maria João Cândido, Gustavo Portocarrero, Guilherme Cardoso, Eurico Sepúlveda, António Rafael Carvalho, João Carlos Faria, Marisol Aires Ferreira, Isabel Cristina Fernandes, Luzia Seromenho, Maria João Lopes, Raquel Florindo, Inês Ferreira, Joaquim Folhento, Joana Valido Ferreira, Pierre Rio, bem como aos técnicos do MAEDS, Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares, Antónia Coelho-Soares, Júlio Baptista e Susana Duarte, pois sem o seu labor, também não se teria conseguido elaborar uma síntese satisfatória.

Com a arqueologia estiveram sempre presentes outras áreas de saber, que com ela dialogaram exaustivamente, de modo a extrair o máximo de informação pertinente dos vestígios materiais descobertos e exumados. Os nossos agradecimentos especiais a Luís Manuel Alves Lopes, Rafael Salinas Calado, Carlos Russo dos Santos, Francisco Santana, Nathalie Antunes-Ferreira, Ana Patrícia Trindade Coelho, Miguel Costa, Maria do Amparo Cardoso das Neves, Maria Madalena Fialho, Carla Devesa Rodrigues, Andreia A. Teixeira, Jaime Pinho, Francisco Assis Costa, Hugo Silva, João Paulo Pereira, José Paulo Nobre, Merel Lantman, José Carlos Neto e José Minderico.

Após a referência à estrutura e à sua conjuntura, convém explicar que o trabalho ora apresentado resulta de um esforço de criação de uma dissertação doutoral, pelo que cabe, em primeiro lugar, o agradecimento às Universidades de Salamanca e Autónoma de Lisboa, pela possibilidade de poder apresentar, à sua avaliação, esta obra e, em segundo, de igual ou ainda maior importância, a João Luís Cardoso, orientador desta tese. A ele cumpriu a difícil tarefa de colocar nos caminhos mais seguros, mas principalmente o de refrear os impulsos e os excessos de criatividade juvenis do seu efebo orientando.

Por último, a razão principal existência deste trabalho, nestes moldes; quer do ponto de vista alfa, quer da perspectiva ómega, a maior responsável pelo mesmo. Criou-me e educou-me, vocacionou-me e devotou-me para isto mesmo, uma área do saber que só se decifra através da leitura dos signos, que só funciona religando os tempos, sempre para além da aparência. Obrigado mãe, a ti este texto é dedicado.

Um começo possível

Tendo como objectivo melhor enquadrar a presente dissertação e em que problemáticas vem dar significativo contributo, temos de tentar oferecer o contexto arqueológico em que a mesma se insere.

Setúbal, numa realidade relativamente precoce, vem a ter a primeira intervenção urbana ainda nos idos do início do Século XX, aquando da criação do túnel ferroviário de Palhais – Fontainhas. Essa obra, muito polémica aquando da sua realização, conforme podemos verificar pela leitura dos periódicos da época, nomeadamente n' *O Sul*, no ano de 1906, não nos falam, todavia, de uma intervenção arqueológica que aí ocorreu. Essa intervenção, realizada por António Inácio Marques da Costa, vem a ser publicada sessenta anos depois, já o investigador havia três décadas que falecera, revelando testemunhos de uma necrópole romana, com uma cronologia balizada entre

os Séculos II a IV a.D.¹. Não é tão de estranhar que os resultados não tenham sido noticiados, pois para António Inácio Marques da Costa, como para a sua época, os achados de objectos arqueológicos dentro de cidades resultariam como obstrutivos à construção do desenvolvimento. Algumas sepulturas romanas, descontextualizadas, poderiam corresponder a vários tipos de ocupação. Urbana foi aquela que A. I. Marques da Costa não pensou. Já na altura as metodologias arqueológicas eram morosas, o que resultaria num estorvo e num grande incómodo se se procedesse à sua aplicação em cidades, cheias de gente. Mesmo assim, não lhe era estranho o facto de as cidades encerrarem inúmeras informações sobre a sua própria identidade. Atenda-se a que o seu antecessor nestas lides da história, arqueologia e património, o Alexandre Herculano², chama a atenção para esse aspecto.

Todavia, para António Inácio Marques da Costa, nada disso era verdadeiramente relevante. Na esteira da sadina Sociedade Arqueológica Lusitana, criada nos idos de 50, este investigador queria registar sistematicamente. Gama Xaro, ilustre e erudito homem da Igreja³, coordenador da SAL, conjuntamente com os seus pupilos, havia registado

¹ Carlos Tavares da Siva – Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião (Setúbal), Ed. Separata do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 1966.

² Alexandre Herculano – O Monge de Cister (prefácio).

³ Xaro (Manuel da Gama). Nasceu em Beja a 22 de Dezembro de 1800, e morreu a 10 de Março de 1870. Era filho do bacharel José António Xaro e de D. Bernarda Perpétua Rosa da Gama Xaro. Concluídos os primeiros estudos entrou aos 16 anos de idade na ordem dos carmelitas calçados, seguindo depois o curso de filosofia no colégio da mesma ordem em Coimbra. Secularizando-se em 1825, recebeu o hábito de freire professo na ordem militar de Santiago da Espada e em 1827 foi provido mediante concurso em um dos benefícios da igreja paroquial de S. Sebastião de Setúbal, da qual era pároco em 1860, exercendo conjuntamente as funções de vigário geral do arcediogo da mesma cidade. Foi também desembargador da Relação Eclesiástica do Patriarcado. Em 1864 era cónego da basílica patriarcal de Lisboa. Em 1840 foi eleito deputado pelo círculo de Beja, mas tendo aceitado o cargo com alguma repugnância, funcionou pouco tempo como tal, retirando-se para sua casa, com o propósito de não mais voltar. Foi condecorado com o hábito da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, mercê que não aceitou. Era membro do Conservatório do Lisboa, associado provincial da Academia Real das Ciências, sócio correspondente da Sociedade Agrícola de Beja, e da Academia Arqueológica de Madrid, etc. Respeitado por sua literatura e erudição, e versado principalmente na arqueologia e numismática, o seu pendor para tais estudos o levou a conceber a ideia da fundação em Setúbal dum associação de antiquários sob o título de Sociedade Archeologica Lusitana. Chegaram a publicar-se, em 1851, três números dos *Annaes* desta sociedade, de que Manuel Xaro foi o principal redactor, assim como escreveu o relatório que procede os respectivos Estatutos. Escreveu também: *Reparos criticos sobre alguns passos da Chronica d'el rei D. Pedro I de Portugal, por Fernão Lopes*; saíram no *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n.º 4, Julho de 1836, pág. 113 e seguintes.

meticulosamente a Tróia romana, bem como os resultados das escavações desenvolvidas nesse local. António Inácio Marques da Costa iria registar tudo isso outra vez e muito mais, iria oferecer uma antiguidade a esta região muito superior, descendo a escada do tempo e cartografando a presença humana até ao Neolítico final. Para além do mais, haveria ainda de envolver-se na interessante questão intelectual que provinha do Renascimento, a da localização de *Caetobriga*. Ou seja, tratando-se A. I. Marques da Costa de um profundo crente na ciência como a fórmula e método mágicos de resolução das angústias humanas, bem integrado que estava na sua geração intelectual, não conseguia sentir o fascínio melancólico e romântico das verdades imperfeitas, dos bocadinhos fragmentados e fragmentários, que se escondem dentro das cidades. Para Marques da Costa, para além de prensáveis, os documentos tinham de ser um total completo que se pudesse abarcar, tal e qual uma capsula preservada, como o era a Rotura, Chibanes, a Comenda, Alferrara ou mesmo Tróia. Ou seja, onde a contaminação humana fosse menor ou, pelo menos, não permanente.

Esta visão cristalizou-se até aos anos 50 do Século XX, pois para além da geração de António Inácio Marques da Costa e Arronches Junqueiro, que se manteve activa em Setúbal até aos anos 30 de novecentos, não há contributos constantes a relatar. É, todavia, nos anos 50 que, na Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, se vão encontrar dois homens que irão colaborar na formação de uma nova proposta totalizadora para o património. São eles João Botelho Moniz Borba e José Marques da Costa. Com distintas capacidades de influência, quase num revivalismo, à escala local, da mais famosa equipa de arqueologia de sempre, constituída por Lord Carnarvon e Howard Carter, que procuraram, que descobriram e que exploraram o túmulo do

Foi também, em 1831, um dos colaboradores do jornal político e literário *O Universal*, e escreveu vários artigos no *Archivo Pittoresco*, vol. III (1860 a 1861) rubricados com as suas iniciais ou apelido, e em alguns outros jornais.

monarca Tutankamon, a dupla funcionou muitíssimo bem em Setúbal, na procura e descoberta de uma solução para o abandonado e maltratado património da cidade.

Como já referimos estes dois homens cruzam-se socialmente na denominada Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, que haviam sido instituídas pelo Decreto n.º 20985, publicado no Diário do Governo de 7 de Março de 1932. Com estas comissões pretendia-se, para além da preservação do património, criar hábitos culturais entre todos os indivíduos, através da criação dos grupos de amigos dos monumentos e museus. Envolvendo toda a sociedade, co-responsabilizar-se-ia todos os cidadãos pelo património. Porém, como em tudo, é necessário pessoas excepcionais para materializar o evidente e para que a legislação deixe de ser uma mera sugestão, pelo que, assim, até à presença das aludidas figuras, a comissão de arte e arqueologia de Setúbal pouco mais foi que aborrecida⁴.

Com a protecção e estímulo de Moniz Borba, José Marques da Costa vai realizar o primeiro acompanhamento arqueológico no subsolo urbano de Setúbal. Em primeiro lugar, e muito provavelmente, um acompanhamento arqueológico seria algo de muito diferente do que actualmente concebemos. É provável que tal significasse simplesmente que se iam recolhendo os vestígios que iam aparecendo e que se dariam a alguém que percebesse dessas coisas. No entanto, e mesmo assim, com as descobertas resultantes do mesmo, ressurgiu a problemática da localização de Cetóbriga e quem a relança é José Marques da Costa. A apresentação à comunidade dos arqueólogos portugueses, contudo, não correu nada como José Marques da Costa esperava. Foi descredibilizado pelos seus pares.

Tal não desmobilizou, no entanto, João Botelho Moniz Borba, que pegou no esforçado trabalho de Marques da Costa e perpetuou-o na *sala de arqueologia* do

⁴ Arquivo Distrital de Setúbal – Fundo CMS – Comissão de Arte e Arqueologia.

Museu de Setúbal/Convento de Jesus, inaugurado a 1961⁵ (anexo imagens 484-487). Aliás, a visão do Museu de Setúbal/Convento de Jesus era contrária à da academia portuguesa. Assim, a leitura museográfica considerava inicialmente a Sociedade Arqueológica Lusitana, seguindo para a colecção de Arronches Junqueiro e terminando nas grandes descobertas de Marques da Costa. Curiosamente, António Inácio Marques da Costa estava apartado da exposição, pois havia deixado a sua colecção ao Museu Nacional de Arqueologia. Toda a situação havia aberto espaço e acicatado o regionalismo, de tal forma que, após a abertura, o MS/CJ apenas desenvolveu contactos científicos com outra importante escola de arqueologia, a de Coimbra.

Toda esta conjuntura explica que, em meados dos anos 60, a acção de Carlos Tavares da Silva seja direccionada. Na tradição dos investigadores que o antecederam, sadinos por nascimento ou por opção, revela uma acuidade cautelosa. A arqueologia estava a mudar, muito, de actividade romântica em actividade pré-profissional. Uma das primeiras publicações de Carlos Tavares da Silva sobre Setúbal não nos parece inocente. Trata-se do estudo sobre a necrópole romana de S. Sebastião, publicado em 1966, onde revela que, afinal, António Inácio Marques da Costa tinha tido conhecimento de que existia ocupação romana em Setúbal, antes de 1926, ano em que publica os seus estudos sobre a localização de Cetóbriga, o que entra em clara contradição com o que ele havia afirmado nos seus estudos sobre *Cetóbriga* e põe, evidentemente, a credibilidade do investigador em causa. Esta suspeita encontra todo o fundamento quando analisamos um texto de jornal, publicado em 2002, por Carlos Tavares da Silva, no “Setúbal na Rede”. Quem se deu ao trabalho de ler e pensar sobre os textos de Carlos Tavares da Silva sobre história de Setúbal, reconhece, de imediato,

⁵ José Marques da Costa - *Inventário da Coleção Arronches Junqueiro pertencente à Camara Municipal - Secção de Arqueologia - Museu de Setubal*, 1963 (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus), bem como *Sala de Arqueologia - Apontamentos para o catalogo* (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus).

nesse texto (anexo periódicos 1) as mesmas ideias de força, que têm sido axiais no seu discurso, desde as suas publicações dos anos 80 até aos dias de hoje, que denotam um típico e pitoresco sabor sadinista.

Independentemente do seu objectivo que é o de consagrar Setúbal como *Cetóbriga*, há que salientar algumas intervenções importantes, como a da Praça de Bocage, a da Travessa de Frei Gaspar, a do Largo da Misericórdia e a do Beco dos Apóstolos. De todas elas falaremos adiante, mas é evidente que lhe devemos o tributo de interevncionar na cidade desde meados dos anos 70, tornando Setúbal num dos locais do nascimento da arqueologia urbana recente em Portugal, partilhando essa honra com Lisboa e Braga. A organização do I Encontro de Arqueologia Urbana do país é disso mesmo reflexo.

Resta-nos, então, falar da acção do sector de arqueologia e património cultural do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, criado em Dezembro de 2000. Filho da evolução da arqueologia dos anos 90, em fulgurante expansão pós-Foz Côa, espelhou bastante bem as virtudes e as incoerências de um período que não teve tempo para aclarar, fixar e distinguir conceitos. Desenvolveu-se de uma forma naturalmente abundante, misturando níveis e hierarquias técnico-científicas, aparecendo sobre formas e imagens quebradas, de uma única fonte, abrangente e sincrética. Os sistemas não se excluía, complementavam-se, e esse enfraquecimento doutrinal, teve de positivo o estilhaçar dos sistemas monolíticos, amassando, triturando e fazendo rebentar as distinções tradicionais. Oposições de escolas, umas pré e outras pós 25 de Abril, não queriam, de facto, dizer coisa alguma, pois todos pensavam no mesmo terreno, com vista a resolver os mesmos problemas e utilizando material conceptual semelhante. Tudo era novo e ninguém tinha muito bem essa percepção e muito menos do que tal significava. Os arqueólogos contemporâneos orientam-se, perfeitamente, no meio das

infindáveis polémicas, da conflituosidade latente e evidente das discussões; o leigo perderá o seu tempo, pois é toda uma linguagem que tem de ser aprendida.

O sector de arqueologia e património cultural do Museu de Setúbal/Convento de Jesus nasce deste movimento frenético, tal como muitos outros gabinetes de arqueologia, tanto a nível nacional, como a nível regional (os mais próximos são de Palmela e Sesimbra, ambos dos anos 90), imbuídos de um espírito comum, militante, de salvamento e salvaguarda patrimonial. Nesse sentido, com ele vieram alguns aportes metodológicos e técnicos característicos da sua geração, como a procura de elaborar uma arqueologia urbana sistemática, realizar os acompanhamentos arqueológicos em meio urbano, executar sondagens em todo e qualquer lugar, abordar e tratar a arqueologia medieval e moderna, elaborar os estudos osteológicos humanos e faunísticos, fazer arqueologia subaquática e a arqueologia da arquitectura, para além de utilizar as novas metodologias de registo e de conservação e restauro, em grande escala.

A tudo isto acresce, em contra-ciclo com o seu tempo, o desenvolvimento da história da arqueologia, a reflexão sobre conceitos como o de identidade local, por exemplo, bem como em torno da função social da arqueologia e da inseparabilidade dos saberes históricos. Assim, recusando uma das maiores bandeiras dessa geração, a da ultra-especialização, entendida como um enfraquecimento da capacidade do “operário do património”, repudiou também a lógica da liberalização do mercado dos serviços empresariais na área da arqueologia, interpretada como eventualmente prejudicial face aos objectivos últimos da disciplina.

Este último aspecto, aliás, consiste no único ponto de acordo tácito entre MAEDS e MS/CJ, sendo Setúbal das cidades do país com maior dinâmica quantitativa de arqueologia urbana, mas cuja presença de empresas é das que menor expressão se pode encontrar.

O acréscimo quantitativo das intervenções arqueológicas é, talvez, o ponto mais evidente deste contributo, porém, quando comparamos a primeira versão do Plano Director Municipal de Setúbal, que utilizava um documento legal que já havia sido revogado aquando da sua elaboração, imbuído ainda de um espírito de continuidade com o voluntarismo de José Marques da Costa e a nova versão do PDM, que se encontra em discussão, percebemos, de imediato, a transformação de paradigma. Este novo documento espelha as preocupações e as linhas de acção mais relevantes do sector de arqueologia e património cultural do Museu de Setúbal/Convento de Jesus. Aliás, o projecto de alteração da zona de protecção das muralhas de Setúbal, substituindo a referência das muralhas medievais, pelas muralhas da restauração, aumentando em mais de duas vezes a área protegida, também é claramente demonstrativo do que temos vindo a explanar.

Mais do que mostrar em que consiste a arqueologia, evidencia-se para que é que ela serve, como instrumento de recuperação e ressurreição das histórias das gentes e dos seus quotidianos, dos seus mundos, pequenos ou grandes, mas sempre já esquecidos.

Do hospital medieval de João Palmeiro, localizado no Terreiro de Santa Maria, imediatamente a Sul da actual Sé de Setúbal, escavado em 2000 (anexo imagens 24-25, 172-175), passou-se a outros edifícios carismáticos, como a Casa do Corpo Santo, que albergou a confraria de navegantes e marítimos (anexo imagens 26-31, 176-188), o Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal (anexo imagens 50-51, 190-201), o adros da igreja de Santa Maria da Graça e da capela da Misericórdia (anexo imagens 4-8, 22, 189) e, obviamente, o convento das clarissas com o nome de Jesus (anexo imagens 92-97, 163), sendo de salientar, igualmente, o do hospital medieval e moderno da confraria de Nossa Senhora da Anunciada (anexo imagens 20-21).

Todas estas acções, socavadas mesmo sob o escrutínio atento das administrações municipais, enfermam de maior eficiência por algumas deficiências estruturais do sector de arqueologia e património cultural do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, comuns a muitos outros gabinetes de arqueologia, como a falta de recursos humanos e de meios para otimizar o seu trabalho, de peso na administração do território, de modo a prosseguir na persecução dos seus objectivos, vagamente enunciados na constituição portuguesa, mais clarificados na Lei 107/2001 de 8 de Setembro, a actual Lei do Património Cultural Português.

Neste contexto se insere a dissertação. Na fase recente de valorização da arqueologia pós-medieval. Área explorada em Portugal desde cedo⁶, apesar de Fernando Rodrigues Ferreira⁷ não o ter sabido explicar, deve a sua teorização, de facto, à escola arqueológica inglesa⁸. Aí, num período onde os documentos abundam, onde há muitos historiadores, poucos arqueólogos e muito conhecimento acumulado, é que temos de aferir quais são os limites entre as coisas e se é que na realidade diferenças existem⁹. A ela teremos de juntar a arqueologia urbana, com a qual está intimamente associada, pois é a esta que deve o seu recente impulso.

Trata-se, como é evidente, de um objectivo ambicioso para quem pretende apresentar esta dissertação com modéstia, mas a ambição, neste caso, pauta-se pela pertinência das questões às quais o presente estudo procura oferecer-se como um contributo para uma formulação de resposta. E, como nestas coisas a pertinência das

⁶ Veja-se, por exemplo, Joaquim Possidónio Narciso da Silva – *Noções Elementares de Arqueologia*, Ed. Lallemand Frères, Lisboa, 1878, Manuel de Aguiar Barreiros – *Elementos de Arqueologia e Belas Artes*, 3.ª edição, Braga, 1953 e Abel Viana – *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*, Beja, 1962.

⁷ Fernando E. Rodrigues Ferreira – *As etapas do Moderno* in *Arqueologia e História*, Volume 54, Lisboa, 2002, pp. 239 – 244.

⁸ Sonia Gutiérrez Lloret – *Arqueología – introducción a la historia material de las sociedades del pasado*, Ed. Universidad de Alicante, Alicante, 1997.

⁹ Questões similares são levantadas por vários investigadores. Veja-se, por exemplo, Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes e João Luís Cardoso – *Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o Século XV* in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 33 – 78.

perguntas é, do nosso ponto de vista, mais importante que as respostas, procura ir além, assente que está na sua matriz visual e material.

Como forma de reflexão escolhemos alguns elementos referentes a Setúbal, ou melhor, a antiga *Notavel Vila de Setuval*, que medeia, senso lato, do final do séculos XV ao século XVIII. De arqueologia pós-medieval, existia, aquando do início dos nossos trabalhos, no ano de 2000, apenas um artigo, de Carlos Tavares da Silva¹⁰, que peca por exíguo. De facto, a arqueologia em Setúbal, com longas e muito honrosas tradições, em nada se havia dedicado a esta área. Até hoje, pouco mais existia

Em resumo, o que nos propomos ao elaborar esta dissertação é que a arqueologia pós-medieval possa apresentar um contributo útil para o conhecimento desse passado, atribuindo significado e sentido aos muitos elementos esparsos que vão pautando a paisagem urbana actual. Escolhemos várias áreas distintas, se bem que complementares, na medida em que todas elas coexistiram sincronicamente e contribuíram para construir uma vivência e uma identidade sadina, sobre as quais estabelecemos a nossa análise, com vista a um estudo holístico.

¹⁰ Carlos Tavares da Silva - *O Largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: Uma abordagem arqueológica in Convento de Jesus, 500 anos, Arqueologia e História*, C. M. de Setúbal, Setúbal, 1989, pp. 5-21.

*Parte I – Mecanismos da produção
arqueológica e historiográfica de Setúbal*

Parte I.1 – Instituições da memória

Em 1721 é criada a Academia Problemática e Obscura de Setúbal. A primeira sessão, a 30 de Maio, coloca o problema “Qual fizera mais, se Alexandre em conquistar o mundo, se Diógenes em desprezá-lo?”, tendo dois antagonistas. Estava assim criada a primeira instituição formal de Cultura, em Setúbal. Com ela, advém também um volume de produção artística e cultural impensável sem esse associativismo¹¹. As preocupações sobre a identidade sadina estão implícitas desde o início, visto que os seus membros ou são naturais de Setúbal, ou vivem nela e as reuniões são, igualmente, apenas nesta vila. Ao contrário do que se tem pensado, esta academia não foi efémera, teve uma vivência até bastante longa, estando ainda activa nos anos 60 de setecentos¹², mas isso é um outro assunto, que não é relevante para a presente investigação.

Todavia, deixando de parte as instituições do Antigo Regime, encontramos, logo no princípio do mundo Contemporâneo sadino, os herdeiros dessa academia, a

¹¹ Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, 2.^a ed., Ed. C. M. S., Setúbal, 1992.

¹² Arquivo Distrital de Setúbal – Fundo Almeida Carvalho – Academia Problemática e Obscura de Setúbal. De facto trata-se de uma instituição dedicada, maioritariamente, ao desenvolvimento da poesia.

Sociedade Arqueológica Lusitana, assente em novos moldes, mais burgueses. Com isto queremos dizer que, apesar de também congregar os filhos das boas famílias locais, tal e qual a academia sadina, imbuída do espírito burguês, procurou, não a especulação teórica, mas sim o pragmático fazer¹³.

As suas actividades são de efémera duração, balizadas entre 1850 e 1857, mas, deixaram uma memória bem documentada das suas acções. Não deixa de ser curioso que esses sete anos tenham deixado mais marcas que as dezenas da academia. Tal fenómeno só é possível porque a academia não procurava a perpetuação da sua instituição, ao passo que a Sociedade, procurava-a, não apenas para si própria, mas para manter o conhecimento que através dela era gerado, o que é demonstrativo da profunda consciência que tinha da importância do seu tema de estudo e da utilidade social que a ele estava associada. A sua acção, o fazer, consistiu na realização de uma série de escavações arqueológicas no sítio romano de Tróia, que realizavam ano após ano. Dessas intervenções faziam notícias de jornal e publicavam meticolosamente os seus resultados em publicações denominadas “Anais da Sociedade Arqueológica Lusitana”. Os materiais aí recolhidos estavam nas casas dos associados, mas, por não haver vontade das instituições poderosas de Setúbal em constituir um museu, em 1867 os associados votaram a ida desses materiais, alguns deles autênticos tesouros, em depósito, para a Academia de Belas Artes, de Lisboa, de modo a ficarem protegidos até à criação de uma instituição museológica local.

Com os estudos arqueológicos profícuos e importantes de António Inácio Marques da Costa e Arronches Junqueiro, bem como dos espólios deles provenientes, a arqueologia assumia um papel liderante no arranque da consciência identitária sadina¹⁴.

¹³ João Carlos de Almeida Carvalho – *A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas da ruínas de Troia, e onde se acham depositadas*, Lisboa, 1890.

¹⁴ Produzidas nesta época temos várias obras de nomeada como João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, 6 volumes,

Aliás, da colecção de Arronches Junqueiro temos uma reportagem do jornal sadino *O Elmano*, publicada a 1 de Maio de 1907, na primeira página, que nos permite ter uma visualização do que esta continha:

O Seculo de domingo publicava o seguinte artigo em que é justamente apreciado o nosso amigo e antigo collaborador sr. Arronches Junqueiro: Quando apreciavamos em 1896 o estro do poeta das Urzes, homonymo do auctor genial da Morte de D. João e da Patria, não imaginavamos que aquella alma vibratil encerrasse o espirito positivo de um naturalista, e muito menos que viriamos pessoalmente a conhecel-o, em hora tão momentosa como a do centenario de Bocage em 1905. (...) Não podia ficar no escuro o fundador de um dos raros muzeus de zoologia particular - se não o único - que temos em Portugal, muzeu a que melhor chamariamos biologico, porque de tudo ali encontramos reunido e ordenado, desde a embryologia e as collecções micrographicas até a um sortido muzeu zoologico, completado por collecções ethnographicas, ethnologicas, rochas, um herbario, um gabinete e...uma sala de Pompeia!

(...) Ao pé da janella direita está a collecção ethnographica, e nas paredes pendem em attitudes naturaes peixes, aves, etc. ; ao pé da janela esquerda descança no chão a cabeça enorme d' um hippopotamo. (...) Do gabinete ou laboratorio, passa-se para o famoso terraço, onde se estende á direita um trecho magico de Pompeia, desenhado e pintado pelo dono da casa. Ao canto direito de quem entra está o muzeu ethnologico, com materiaes de Troia, etc. a sala, d' um vermelho carmezim, tem á roda, entre frisos amarellos, pinturas no estylo de Pompeia, destacadas do fundo da parede,

Setúbal, 1968-1972, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal – *Portugal Antigo e Moderno*, Ed. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, volume IX, Lisboa, 1880, pp. 202-359, Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992 e Manuel Maria Portela – *Noticia dos monumentos nacionaes e edificios e logares notaveis do Concelho de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Lisboa, 1882. Acresce ainda Carlos Dinis Cosme, Maria Luísa Melo e Luís Agostinho Neves – *Índice Geral do “Arquivo João Carlos de Almeida Carvalho*, Ed. Arquivo Distrital de Setúbal. Setúbal, 1996.

recortada por retabulos pretos. E' uma evocação feita sobre documentos de uma sala romana d' então, uma verdadeira surpresa, com as suas figurinhas de carne rosada, os seus moveis e utensilios estranhos, o seu sabor antigo de uma civilização requintada, que o fogo, o fumo, a lava, o tremor de terra e por fim o incendio fulminaram, como se todos os males se accumulassem para o castigo e a ruina de tanto luxo! Registraremos ainda para curiosidade de Jorge Collaço, uns bellos azulejos feitos por Arronches Junqueiro na casa de jantar, e um grande presepio com remate egypcio, que se alonga pela parede. Divulgando esta maravilha, julgamos prestar serviço á Sociedade dos Naturalistas, que tem n'este talento polyplastico um auxilliar de primeira ordem, e prestamos homenagem desinteressada a um bello cultor apaixonado da sciencia, á qual sacrifica os seus haveres e consagra todo o seu tempo.

No entanto, a arqueologia não era o único motor dessas preocupações. A entrada do Convento de Jesus para a posse da Santa Casa da Misericórdia provocou a reunião de duas das três mais importantes colecções artísticas e históricas existentes na cidade de Setúbal. Ao tesouro da Misericórdia, constituído por peças de ourivesaria e joalheria de grande qualidade, bem como de um vasto espólio artístico e um riquíssimo acervo documental e bibliográfico, veio juntar-se parte da colecção artística do Convento de Jesus, de freiras Clarissas, constituído por um belo retábulo de Jorge Afonso, pintor régio de D. Manuel e D. João III, bem como outras obras de grande qualidade, quer de pintura, quer de escultura, para além do edifício em si. O edifício entrou na posse da Santa Casa em 1881, tendo aquela instituição, pouco depois, começado a investir em conservação e restauro de partes ou peças do espaço conventual. Temos referência ao restauro de um púlpito do Convento de Jesus, em Brecha da Arrábida, que mereceu duas notícias no jornal, em 1897. O Provedor da Misericórdia, Januário da Silva, encontrou, na área da cerca do Convento, o dito púlpito pétreo abandonado entre as ervas.

Contratou, para tal, António Eduardo d' Oliveira, “habil canteiro”, restauro esse que foi muito apreciado. Colocou-se logo a questão de esta peça dar origem a um museu na Sala do Capítulo, com algumas peças pré-históricas dos Barris e Quinta do Anjo, alguma cerâmica romana e peças dispersas do próprio Convento (capitéis, fustes e azulejos), num expresso desejo de reunir aquilo que ainda não se perdeu, “sem renunciar a esperança de readquirir o que nos levaram”. Esta expressão, pouco simpática, era referente a José Leite de Vasconcelos, o primeiro director do Museu Nacional de Arqueologia, que havia ido à Academia de Belas Artes e incorporado a colecção depositada pela Sociedade Arqueológica Lusitana ao espólio do museu que dirigia. Em Junho desse mesmo ano, por iniciativa do já referido Provedor, procedeu-se ao restauro da cripta localizada sob o altar-mor da igreja do dito convento.

No que respeita à autarquia, temos a informação que, a 2 de Outubro de 1897, se institui um museu dentro da Biblioteca Municipal, a partir da doada colecção de numismática de Barbuda Cabral. A atitude é louvada junto da opinião pública, contudo, o jornal deixa o aviso para que esta iniciativa não se resuma a este núcleo. A 23 de Setembro de 1899, o museu passa para os Paços do Concelho, onde ocupa uma sala. A câmara inicia os seus esforços para recuperar o espólio da Sociedade Arqueológica Lusitana, mas entre 1899 e 1905 não obtém qualquer resultado. Por esta altura a pressão da opinião pública era enorme sobre a autarquia e, com a publicação da abertura do Museu de Alcácer do Sal¹⁵, num espaço unicamente destinado a ser instituição museológica, a 18 de Janeiro de 1905, apadrinhado por Leite de Vasconcelos e criado por Francisco Galamba e Joaquim Correia Baptista, o escândalo estala, pelo menos

¹⁵ Trata-se do Museu Arqueológico Pedro Nunes, actualmente da tutela da Câmara Municipal de Alcácer do Sal e integrado na Rede Portuguesa de Museus. Ainda hoje mantém as portas abertas, instalado que está no Largo do Município, aproveitando uma igreja desactivada. Apresenta colecções que, entre outros aspectos, ilustram cronologicamente a ocupação humana no Concelho. Encontra-se, de momento, em renovação do espaço expositivo. O museu arqueológico de Sesimbra tem uma génese mais recente, mas não deixa de estar ligado a um outro ilustre investigador português, que tem igualmente grande interesse.

nalguns periódicos locais. Aliás, o facto da primeira campanha de conservação e restauro promovida pela autarquia, em 1904, no pelourinho, ter sido apelidada de um mero avivar das letras e instalação de um gradeamento de protecção no monumento, já deixava adivinhar animosidade. O porquê desta animosidade é bastante interessante, pois pode ser considerado, hoje, como a consequência de um “monumental erro político”, por parte dos dirigentes da autarquia. De facto, um movimento saído do Clube Setubalense, em 1901, vem gerar uma comissão constituída por Ana de Castro Osório, Paulino de Oliveira, João Carlos Botelho Moniz, Manuel Maria Portela, Luís Teixeira de Macedo e Castro, António Carlos da Costa Botelho Moniz, António Inácio Marques da Costa, Francisco Paula Borba e Francisco Joaquim Aires de Soveral. Trata-se de nomes familiares, que mais não seja, porque representam a elite da sociedade sadina à época. Da sua representação à autarquia, citemos apenas um fragmento, mais que elucidativo:

Parece-nos, pois, Senhores que a criação de um museu que seja ensino do passado e incentivo para o futuro, é da mais urgente necessidade n'uma terra que deseja progredir, não somente pelo numero das suas fabricas e enriquecendo as suas industrias e o commercio, como educando os seus filhos e mostrando aos estranhos que a passo e passo se vae engrandecendo materialmente, vae educando a intelligencia, rasgando vasto campo para exercer as aptidões artisticas do povo, que as tem incontestáveis. Nas vossas mãos está hoje entregue a direcção do município, e por isso a vós nos dirigimos para que nos auxiliéis com o vosso concurso para a criação de um museu regional que nos antolha ser um dos melhoramentos inadiáveis n'uma cidade da importância da nossa¹⁶.

Leia-se Eduardo da Cunha Serrão – Um pequeno museu arqueológico regional in *Arqueologia e História*, volume 11, Lisboa, 1964, pp. 105 – 125

¹⁶ *O Sul* - 01 de Dezembro de 1901, p. 3.

Como seria de esperar, a falta de atendimento a este pedido, que não foi feito como uma solicitação, mas como uma exigência realmente imperiosa, gerou animosidade contra a autarquia, que levou tempo a ser sanada¹⁷. De facto, só nos anos 30 do Século XX, com a doação de Arronches Junqueiro de parte da sua colecção à autarquia¹⁸, a situação acalma. Todavia, a colecção de António Inácio Marques da Costa, mais fulgurante, foi, inteira, para o Museu Nacional de Arqueologia.

Em 1915 é criada a Sociedade de Defesa e Propaganda de Setúbal, que tinha como objectivo o desenvolvimento turístico e balnear da zona de Setúbal: *O nosso fim é puro e simplesmente melhorar, engrandecer Setubal, fazendo derivar para aqui riquezas que d' outro modo procurarão apenas as terras que sabem cuidar de si, e nenhuma ideia pré-concebida no referente a crenças ou a politica, dirige os nossos actos o que facilmente se deprenderá do ecletismo da comissão*. Defende-se que se devem explorar as riquezas da Arrábida, postulando a construção de numerosos *chalets* na região entre S. Filipe e o Outão; propõe-se a instalação de um hotel no Forte de Albarquel; visitas e roteiros pelas zonas de quintas e laranjais, bem como a Palmela. Há, efectivamente, uma preocupação em explorar os recursos naturais da região aliados aos patrimoniais, naquilo que se pretendia uma zona vocacionada para o turismo de luxo, bem de época. Davam os exemplos da Linha de Cascais e Sintra, com bons resultados da exploração integrada de recursos, noção esta que deveria pautar a iniciativa em Setúbal, para não perturbar os equilíbrios preexistentes.

A Sociedade é formada numa reunião, a 21 de Outubro, no Teatro Avenida. É nomeada uma mesa directória, presidida por Paula Borba, secundada por António Inácio

¹⁷ Aliás, o próprio Leite de Vasconcelos apoiou publicamente o projecto de Ana de Castro Osório, numa pequena nota intitulada *Projecto de Museu Archeologico em Setúbal* in *O Archeologo Português*, 1.ª série, volume VII, Museu Ethnologico Português/Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, pp. 18-22.

¹⁸ Luzia Ruiivo Seromenho – *Arronches Junqueiro, o poeta arqueólogo*, trabalho final de licenciatura apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001. A publicar em *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo).

Marques da Costa e Manuel de Padilha. Paula Borba, médico, o homem mais famoso da cidade de Setúbal, pelo seu auxílio aos mais desfavorecidos, Marques da Costa e, por último, Manuel de Padilha, jornalista e director do periódico local *O Elmano*. Da reunião sai uma comissão organizadora da Sociedade em que vemos arqueólogos, jornalistas, empresários, advogados, médicos; desde descendentes dos membros fundadores da Sociedade Arqueológica Lusitana de 1850, até aos recém-chegados migrantes, que assumiram algum papel de destaque na sociedade setubalense. Da vida desta Sociedade, não temos mais notícias do que as ligadas à sua génese.

Para melhor compreendermos o que temos vindo a narrar sobre a *Belle Epoque* sadina, compulsámos as notícias, artigos e crónicas relacionadas com arqueologia¹⁹, num periódico local muito significativo junto da opinião pública local. Com uma recolha desta natureza, pretendemos contribuir para uma melhor compreensão da arqueologia de Setúbal, enquanto motor de desenvolvimento social. No entanto, para além da recolha de informações estritamente arqueológicas, coligimos informações sobre história local, património, restauro e arte – áreas que têm uma grande ligação à arqueologia, e que são *Archeologia*, tal como esta era entendida no final do Século XIX e inícios do Século XX. A originalidade das informações recolhidas, muitas vezes no campo da *petite histoire* arqueológica, é demonstrativa do interesse contido neste tipo de fontes. Trata-se de um jornal, em quase duzentos títulos que fazem parte da História da Imprensa de Setúbal. O periódico intitulado *O Elmano* foi publicado entre 1893 e 1922 (exceptuando um número de 6 de Março de 1890)²⁰. Tinha uma tiragem semanal

¹⁹ Agradecemos a Luzia Seromenho, Maria João Lopes, Luís António Torres, João Filipe Martins, Marisa Leandra Amieiro, Ana Luísa Correia e Hugo Miguel Teixeira, que tanto ajudaram nesta pesquisa.

²⁰ Sobre o problema do jornalismo e do património veja-se F. Henriques de Jesus – *Subsídios para a História do Jornalismo Setubalense*, Ed. C. M. S., s/ local, 1955 e Idília das Mercês Sousa Martins – *A Imprensa em Setúbal 1855-1983*, Ed. ?, s/ local, 1984, sobre a questão estrita da Imprensa sadina; Maria da Conceição Quintas – *Setúbal nos finais do Século XIX*, Ed. Caminho, Lisboa, 1993, sobre o ambiente social e cultural; Ana Duarte – Subsídios para a História dos museus municipais de Setúbal in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Ed. C. M. S., Setúbal, 2001, pp. 3 – 15 e José Luís Neto – A Casa do Corpo Santo – de sede de confraria a núcleo museológico in *Subsídios para o Estudo da História Local*,

ou bi-semanal, conforme o período. Claramente republicano, denotou sempre um profundo sentido crítico, frequentemente mordaz, e como consequência, por vezes, parcial. Aliado a estas características, transpareceu, ao longo da sua curta história, um vivo interesse pelo Património, que encontrou, neste órgão de comunicação, um importante veículo de divulgação.

Consultámos todos os números disponíveis na Biblioteca Municipal de Setúbal, contudo, temos de atender que houve jornais que não foram consultados devido ao seu estado de conservação ou inexistência na referida instituição. Dos números consultados retirámos cerca de oito dezenas de referências com interesse directo, para além de outras notas com interesse indirecto, como, por exemplo, a instalação de edifícios, obras no subsolo, desastres naturais, entre outras similares.

Um primeiro grupo, que denominámos “teórico”, consiste num conjunto de crónicas relativamente extensas, todas na primeira página e em destaque.

O primeiro texto intitula-se *Raça Régia* e foi publicado em 15 de Setembro de 1908. Trata-se de um texto extraído de uma publicação e aqui transcrito, assinado por Max Nordau²¹. O documento, num estilo elegante e mordaz, desmistifica os alicerces em que a monarquia assenta, despindo-a até ao ridículo. Este texto interessa-nos, não pela doutrina defendida, mas porque coloca argumentos históricos como provas subordinadas às quais se submete a filosofia política. Se tal situação é visível logo na

Ed. C. M. S., Setúbal, 2001, pp. 17 – 24, sobre o problema dos museus e património. Manuel Envia – *Coisas de Setúbal*, 2.^a ed., Ed. do autor, Setúbal, 1947, acrescenta diversas informações sobre as biografias dos indivíduos que se destacaram nestas áreas, pelo que é também de interessante consulta. Sobre o património na sociedade burguesa de oitocentos veja-se Ana Cristina Martins – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Ed. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2003 e Ana Cristina Martins – *A memória da ruína, ou a ruína da memória?* in *Conservar para quê*, Ed. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, Porto-Coimbra, 2005, pp. 113 – 126.

²¹ Max Nordau (1849-1923) – Nasceu em Budapeste, onde iniciou, mais tarde, o estudo da Medicina. Passou então para Paris, onde estudou com Lombroso. Judeu, é um dos chefes do Movimento Sionista. Extremamente crítico, colaborou em periódicos e publicou vários livros, dos quais destacamos As

entrada do texto, é, sensivelmente a meio, que esta se torna central no discurso de Nordau: “*Nos tempos antigos e nos da meia idade, quando não havia sciencia historica e até mesmo se ignorava a critica das tradições e das origens, a aureola divina na cabeça d’ um rei tinha, no crepusculo intellectual reinante, uma força de facil comprehensão perante as vistas da populaça.*”

As reminiscencias nacionaes iam, apenas, alem d’ uma geração. As trevas do passado alargavam-se impenetraveis e absorviam n’ um hausto as origens de todas as coisas.

Quem pudéra recordar os inicios d’ uma dinastia? Ninguem punha a menor dificuldade em acreditar nos rapsodos, que faziam derivar seus senhores d’ uma divindade tanto mais alta, quanto mais larga a recompensa da poesia genealogica.

Mas n’ esta época de critica historica, fundamentada nas sciencias, as baladas e as fabulas carecem de auctoridade.” A crença numa ciência histórica, que, pela evidência, permite observar os absurdos das sociedades e que, pelo seu desenvolvimento enquanto disciplina, irá garantir uma caminhada rumo ao progresso, expurgada de preconceitos e ilusões colectivas, é demonstrativa de um conceito de história, e conseqüentemente de património, utilitarista (dentro de uma perspectiva essencialmente positivista).

No texto intitulado *Perante a História*, publicado em 4 de Dezembro de 1907, esta mesma visão encontra continuidade. A história apresenta-se como a “matemática das comunidades humanas”, onde a regra de ouro é criar um desenvolvimento moral. Os exemplos oferecidos são disso exemplo, atendendo, evidentemente, às interpretações históricas da época: a República Romana, o Império Carolíngio, a França de Luís XIV, a Revolução Francesa e o Bonapartismo.

mentiras convencionais da nossa civilização, editado em Alemão em 1884, com tradução portuguesa de 1908.

A decadência provoca o caos, e no caos cessa o progresso material e instauram-se as trevas da animalidade e ignorância. A sociedade necessita de uma ordem política e administrativa culta e esclarecida, para que essa mesma cultura moral se propague, quase como por osmose, aos restantes concidadãos.

São estes os princípios que podemos observar numa crónica publicada em 2 de Outubro de 1897 intitulada *Archeologia e colonias penitenciarias*. O autor defende que o bem geral, ou seja, o Estado, se sobrepõe ao do indivíduo. Os governantes devem governar, e não estar envoltos em casos de menor relevância para o País. Devem, de igual modo, utilizar o seu poder correctivo e reintegrador junto dos seus prisioneiros, e serem-lhe efectivamente úteis, fazendo-os trabalhar em prol da comunidade que lesaram. O autor sugere, conseqüentemente, que os prisioneiros trabalhem campos agrícolas, ou sejam utilizados para realizar grandes campanhas de escavações arqueológicas, como é o caso da tão necessária intervenção arqueológica sistemática em Tróia.

Entre 1909 e 1910, Sebastião Baçam, assina seis longos artigos publicados na segunda página do jornal. Trata-se de um outro grupo, que denominámos notas históricas. A 27 de Janeiro de 1909, escreve um texto relativo a Bucelas, a 3 de Março, sobre a Igreja da Nossa Senhora da Anunciação e a Ameixoeira, a 27 de Março sobre Loures, a 24 de Abril sobre a Igreja de S. Miguel de Alfama, a 8 de Maio sobre Benavente, e a 24 de Setembro de 1910, mais de um ano depois da sua última publicação, sobre a Ordem e Igreja de S. Tiago, em Palmela.

O objectivo destes artigos é evidente. Com eles pretendia-se oferecer, aos leitores setubalenses, através de pequenas monografias sobre a região do Vale do Tejo e Sado, bastante completas por sinal, os instrumentos de base necessários a um veraneio cultural de fim-de-semana. Para além das muitas informações sobre património e

história de cada local, estas eram reforçadas com pormenores, como as leituras epigráficas e os fragmentos cerâmicos em sítios arqueológicos específicos, num convite ao descubra por si mesmo, à criação de hábitos exploratórios estilo *hobbie*.

Note-se que estes artigos têm uma série de apontamentos úteis, tal e qual como actualmente as revistas de viagens, como, por exemplo, as acessibilidades e locais para pernoitar.

Sobre museus a primeira notícia, de 2 de Outubro de 1897, informa-nos da criação de um museu dentro da Biblioteca Municipal, a partir da colecção de numismática de Barbuda Cabral, conforme já evocámos. Em 23 de Setembro de 1899, somos informados que o Museu passou para o edifício dos Paços do Concelho. Sabemos que a Câmara inicia os seus esforços para recuperar o espólio da Sociedade Arqueológica Lusitana, sendo, as notícias seguintes, de 13 de Março e 6 de Maio de 1903 e 19 de Julho de 1905, referentes à tentativa de incorporação da colecção da Sociedade Arqueológica Lusitana no museu municipal, gorada pela força do Museu Etnológico e Arqueológico de Belém. Uma outra notícia, de 18 de Janeiro de 1905, fala-nos do Museu de Alcácer.

Uma última notícia, de 1 de Maio de 1907, versa sobre o museu particular de Arronches Junqueiro²². Localizado na Quinta da Laje, espelha de modo perfeito o espírito colecionista dos finais de oitocentos e inícios de novecentos. É, de facto, um interessante documento, demonstrativo dos gostos ecléticos e vasta erudição destes homens²³.

²² Veja-se Luzia Ruivo Seromenho – *Arronches Junqueiro, o poeta arqueólogo*, trabalho final de licenciatura apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001. A publicar em *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo). A colecção arqueológica veio a ser integrada no Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

²³ A colecção zoológica de Arronches Junqueiro foi integrada no espólio do Liceu Bocage, onde se encontra actualmente, em muito mau estado de conservação.

Temos sete notícias que nos relatam descobertas arqueológicas internacionais. Este tipo de notícias, que têm um objectivo essencialmente ligado à divulgação e enriquecimento cultural dos leitores, mostram o vasto campo de interesses do jornal relativamente a esta área. A 29 de Setembro de 1900, é-nos narrada a descoberta de uma estátua de Apolo, na Grécia. No dia 3 de Outubro de 1903, temos a notícia da descoberta de um túmulo romano em Paris, mas é a 19 de Dezembro do mesmo ano, que temos a notícia da descoberta do Código de Hammurabi, pela Sociedade de Antropologia de Colónia.

A 10 de Fevereiro de 1904, fala-nos da descoberta do Palácio de Amnothep III, pelo Instituto Arqueológico Francês do Cairo, e a 30 de Julho do mesmo ano, apresentam-nos vários projectos em curso de Arqueologia Subaquática. Em 2 de Dezembro de 1905, noticia-se a descoberta de um homem pré-histórico no continente americano, e, por último, a 10 de Fevereiro de 1906, fala-nos da descoberta de um tesouro Inca no interior de um poço, na Colômbia.

No que concerne às notícias de índole nacional, que se contabilizam em quatro artigos apenas, dão-nos notícia da descoberta de artefactos dos períodos Neolítico e/ou Calcolítico em Arruda dos Vinhos²⁴, de uma *villa* romana na Póvoa do Varzim²⁵, de uma gruta funerária em Torres Novas²⁶ e de descobertas várias em Ponte de Sôr²⁷. Note-se que, excepção feita ao caso da Póvoa do Varzim, são investigações ligadas ao Museu de Belém, nas figuras do Dr. Leite de Vasconcelos e Dr. Félix Alves Pereira²⁸.

A Arqueologia local é o assunto da maioria das notícias publicadas neste jornal. Deste grupo, quase metade são relativas a António Inácio Marques da Costa e às suas

²⁴ 2 de Novembro de 1898.

²⁵ 30 de Agosto de 1905.

²⁶ 20 de Junho de 1908.

²⁷ 27 de Janeiro de 1909.

²⁸ José Luís Neto – *Das antigualhas ao Património – marcos da Arqueologia em Setúbal 1500 – 1960*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2002.

publicações no *O Arqueólogo Português*²⁹. Natural de Leiria é, contudo, adoptado por Setúbal. Além de Professor de Matemática na Escola Popular, chegou a desempenhar o cargo de Presidente da Câmara Municipal durante a Primeira República. Faleceu a 28 de Agosto de 1933, com 76 anos, em Setúbal. A ligação da Arqueologia de Setúbal ao actual Museu Nacional de Arqueologia, fortemente personalizada na pessoa do seu Instituidor e Director, o Dr. José Leite de Vasconcelos, é bem visível nas constantes referências à sua pessoa, à ligação entre Marques da Costa e Leite de Vasconcelos, bem como à respeitada revista *O Arqueólogo Português*. De facto, Arqueologia com cunho científico, era a realizada sob a égide do Museu de Belém³⁰.

As descobertas que vêm noticiadas permitem-nos, pelo menos no que diz respeito a Setúbal, complementar as nossas informações relativas ao mapeamento de achados arqueológicos no centro histórico. Se bem que não representem descobertas excepcionais, falam-nos de enterramentos na Rua Serpa Pinto (adro de S. Julião), referenciado posteriormente nas escavações arqueológicas da Praça Bocage por Silva e Soares³¹ e junto à antiga capela da Anunciada.³²

No entanto, também existem notícias que possuem maior importância. A divulgação dos achados do Outão, do famoso Templo dedicado a Neptuno, é alvo de um interessante texto de 11 de Abril de 1900³³. Descobertas de vestígios romanos em Alcácer são noticiadas a 29 de Abril de 1905. Há ainda espaço para a memória, e assim,

²⁹ 21 de Janeiro de 1903 – *A cerâmica prehistorica no concelho de Setubal*; 24 de Outubro de 1903 – *Estações prehistoricas dos arredores de Setubal*; 6 de Abril de 1904; 18 de Fevereiro de 1905; 4 de Agosto de 1906 e 15 de Agosto de 1908.

³⁰ Veja-se que em 5 de Maio de 1897 publica-se a seguinte nota: **Leite de Vasconcellos** – *Esteve no domingo pretérito, n' esta cidade, o distincto archeologo, sr. Leite de Vasconcellos*.

³¹ Carlos Tavares da Silva e Antónia Coelho-Soares – A Praça de Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980 in *Setúbal Arqueológica*, Vols. VI -VII, Setúbal, 1980-81, pp. 249 – 284.

³² 10 de Maio de 1897 – sobre as ossadas na Rua Serpa Pinto; 5 de Junho de 1897 – sobre as ossadas na Rua Direita do Troino.

³³ A última interpretação, de Jorge Alarcão, aponta para um farol auxiliar de navegação. Veja-se Jorge de Alarcão – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia I in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 7, n.º 1, Ed. IPA, Lisboa, 2004, pp. 317 – 325.

numa nota de 10 de Novembro de 1897, recorda-se a Sociedade Arqueológica Lusitana, se bem que esta instituição é essencialmente retomada a propósito da questão de um museu para Setúbal. Sobra ainda tempo para ridicularizar o Sr. Andrade Veloso, em 20 de Fevereiro de 1909, pela qualidade das suas pretensas expedições científicas.

Existem algumas notas referentes à conservação e restauro, quer de bens imóveis, quer móveis. Destes últimos temos apenas referência ao restauro de um púlpito do Convento de Jesus, em Brecha da Arrábida, que mereceu duas notícias, em Abril de 1897. O Provedor da Misericórdia, Januário da Silva, encontrou, na área da cerca do Convento, o dito púlpito pétreo abandonado entre as ervas, conforme já dissemos anteriormente.

Em Junho desse mesmo ano, por iniciativa do Provedor, procedeu-se ao restauro da cripta localizada sob o altar-mor da Igreja deste convento. Informam-nos que era uma estrutura já conhecida, ao contrário do que tinha sido anunciado, mas que era de difícil acesso “podendo considerar-se impossível que uma senhora lá pudesse penetrar”.³⁴ Esta cripta tinha três túmulos e era coberta a azulejos hispano-árabes. Para além do salão detinha ainda uma pequena capela, ornada a azulejo e pedra trabalhada de estilo Manuelino. Louva-se, conseqüentemente, esta acção.

Curiosamente, neste ano de 1897, temos mais dois locais que sofreram intervenções de conservação e restauro, que podem modernamente ser classificados de reconstruções. Em 30 de Junho de 1897, faz-se da re-inauguração da Paroquial de Nossa Senhora da Anunciada, que havia sido destruída no terramoto de 1858. Segundo refere a notícia, o restauro não estava totalmente concluído, mas as pinturas já estavam, se bem que existissem algumas reservas não explicadas. Em 22 de Setembro, somos informados que foi criada uma comissão para angariar fundos para a reconstrução da Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Tróia.

Da Igreja de S. Julião temos vários apontamentos. Sabemos que, em 1898, estavam a ser realizadas obras de restauro no exterior da Igreja, tendo o jornalista, pugnado por que recolocassem os fogaréis (elementos pombalinos utilizados na reconstrução da Igreja pós-terramoto de 1755, ainda hoje presentes na fachada do edifício), que tinham caído com o terramoto de 1858³⁵. Em 1905, nos dias 31 de Maio e 30 de Dezembro, temos as referências mais pormenorizadas de uma campanha de conservação e restauro. Trata-se da intervenção sobre o estuque, pintura de paredes e tecto da capela-mor, do frontão e trono de talha dourada.

A obra é dirigida por António Ramos da Paz Júnior, coadjuvado por alguns dos ditos melhores estucadores do país, que vêm de Fife (Afife). O restauro era fiscalizado por João Eloy Ferreira do Amaral, pintor setubalense, que dava pareceres, pelo menos, sobre a reintegração cromática dos estuques e pinturas.

Uma última referência, de 3 de Setembro de 1904, trata do restauro do pelourinho, aliás, o único perpetrado pela autarquia, que consistiu no avivar das letras e instalação de um gradeamento de protecção do monumento.

É também ao O Elmano que devemos as notícias referentes à *Sociedade de Defeza e Propaganda de Setúbal*. De 20 de Outubro a 17 de Novembro de 1915, o periódico vai publicar quatro extensas notícias referentes à formação desta Instituição. À semelhança de outras congéneres, a Sociedade tinha como objectivo o desenvolvimento turístico e balnear da zona de Setúbal: *O nosso fim é pura e simplesmente melhorar, engrandecer Setubal, fazendo derivar para aqui riquezas que d' outro modo procurarão apenas as terras que sabem cuidar de si, e nehuma ideia pré-concebida no referente a crenças ou a politica, dirige os nossos actos o que facilmente se deprenderá do ecletismo da comissão.*

³⁴ 9 de Junho de 1897.

³⁵ 20 de Junho de 1898.

Num novo ponto pretendemos tratar as várias chamadas de atenção feitas no jornal acerca de vários casos de incúria perante o Património. Um primeiro texto, de 1897, noticia um documento acerca do estado dos monumentos nacionais, com especial enfoque para o Mosteiro do Lorvão, assinado por Gabriel Pereira, presidente da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. O jornal pretende colaborar naquilo a que se denomina cruzada pelas jóias do Património Português, através da publicação da circular.³⁶

A 22 de Abril, a propósito de um artigo publicado no *Vanguarda* por um autor que assina sob o pseudónimo *Spinoza*, acerca do mau estado do património edificado, principalmente sobre Tomar, o jornal publica, em 1899, uma crítica, concordando na análise do estado do património, mas em que se diz não precisar de exemplos de Tomar, bastando olhar para Palmela. Ao invés de se preocupar com os Templários, dizem que *Spinoza* deveria focar-se nos Espatários.

As outras notícias têm um âmbito local, como é o caso da guarita do Bonfim, referida em 1905, o caso do Pelourinho, igualmente noticiado em 1905. Já sobre o adro e o templo de Santa Maria da Graça, há reclamações nos anos de 1897, 1905 e 1905, no entanto, as referências mais repetidas são o Convento de Jesus, com sete chamadas de atenção severas, nos anos de 1898, 1904, 1905, 1905, 1905, 1919 e 1919. As notícias sobre as muralhas de Setúbal são frequentes, entre 1903 e 1908, acrescidas ainda de uma notícia precoce referente à fortaleza das Fontainhas, de 1899.

Relativamente ao Convento de Jesus, temos repetidos alarmes sobre o seu estado de conservação extremamente sensível. É nesta época, precisamente, que se vai construir a imagem contemporânea de que este edifício é o que incorpora as virtudes de Setúbal, criando-se a imagem de que é este o espaço identitário da cidade.

³⁶ 29 de Dezembro de 1897.

No que concerne às muralhas, pede-se o desmantelamento das mesmas para se obter alguma segurança, dado que estavam em mau estado de conservação, devido a falta de manutenção. As muralhas (falam sobretudo do sistema defensivo seiscentista) continuavam na posse administrativa militar, que as ia alienando aos poucos, e o jornal pugna para que estas sejam entregues ao município. Somente a destruição do arco da Rua Augusto Cardoso é condenada, se bem que, numa primeira fase, tenha sido aplaudida. Esta mudança de opinião resulta de uma condenação publicada por um jornal de Lisboa, apelidando de barbarismo a destruição de tão importante estrutura (1908), situação que já havia sucedido em relação à Igreja de Santa Maria da Graça.

Num outro ponto, extremamente eclético, tentámos reunir os apontamentos existentes que reflectem uma consciência patrimonial latente, apesar de não se debruçarem directamente sobre esta. Pretende-se, ao tratar destas notas, demonstrar que a consciência patrimonial estava interiorizada nos jornalistas.

Uma primeira referência é a de 9 de Novembro de 1898, sobre Brancanes, descrita como “proximo ás ruinas de Cetobriga, cidade do gentilismo, sobre as quaes se encontra hoje a cidade de Setubal, vê se o convento de Brancannes, uma das mais importantes casas da ordem franciscana portugueza”.

Outra referência data de 12 de Março de 1904 e é referente ao falecimento de Gama Xaro, cónego da Sé de Lisboa, inspirador e fundador da *Sociedade Archeologica Lusitana*. Foi-lhe dedicada uma extensa notícia de primeira página, na qual se valoriza a sua personalidade e espírito científico, invulgar num clérigo, segundo afirmam.

Por último, de 13 de Fevereiro de 1909, uma notícia denominada *Antiguidades ... Modernas*, que nos relata a história de um fotógrafo forasteiro, que vem a Setúbal preparar uma colecção de postais alicerçada em monumentos, e solicita a um cocheiro de trem que o leve a locais destruídos, arruinados. Este leva-o ao Bairro da Folha, um

bairro de lata. Dizem então, que se o fotógrafo tirou algumas placas, é ainda mais ignorante que o cocheiro.

Neste jornal, tal como na sociedade liberal e romântica geradora deste periódico, a consciência patrimonial vive interdependente com a consciência ambiental. Tal pôde ser observado nos princípios que sustentaram o enorme apoio que o jornal havia dado à *Sociedade de Defeza e Propaganda de Setubal*, com a noção de paisagem integrada, mas torna-se ainda mais visível em três artigos do maior destaque (três primeiras páginas), sobre a Pedra Furada. Publicadas em 25 de Agosto, 1 de Setembro e 8 de Setembro de 1915, pretende-se, ao dar à estampa estas notícias, que a edilidade proceda a medidas de protecção deste penedo, ao qual parecem estar associadas histórias de tesouros e mouras encantadas.

Classificam-na como monumento geológico, que tem de ser cuidado, bem como a área envolvente, não permitindo construções nas proximidades. De facto, parece ter existido um projecto para urbanizar (parque industrial) esta zona, e tal passaria pela destruição da Pedra Furada, convertida em alicerces das edificações de uma fábrica de conservas, o que levou o jornal a pedir à Câmara que embargasse a obra e indemnizasse a quem de direito. As razões apontadas para a sua protecção são várias: o facto de ser um pólo de valorização na zona Oriental da cidade, o facto de só existirem três casos geológicos semelhantes em todo o mundo, o facto dos utentes da linha-férrea do Sado poderem verificar a incivilidade dos sadinos, caso tal destruição acontecesse.

No dia 1 de Setembro, publica-se a notícia de que muito provavelmente já não se irá destruir a Pedra Furada, e no dia 8, o proprietário diz que tal nunca foi sequer equacionado.

Vários são os aspectos de interesse patrimonial ligados a este periódico. Parece-nos ser evidente que a visão do património assenta numa perspectiva positivista de

abordagem à história, contudo, em relação ao património, está ainda imbuída de uma visão romântica. Esta perspectiva não é nova em si, pouco ou nada difere dos jornais da capital, com os quais mantinha fortes laços (recordemos a colaboração de Sebastião Joaquim Baçam). Analisando, de igual modo, os jornais de Setúbal seus contemporâneos, podemos concluir que não existem, de facto, grandes diferenças, até na própria rivalidade entre órgãos de comunicação. Contudo, cada jornal tinha o seu próprio projecto, e no caso de *O Elmano*, este projecto de educação e formação política e cultural da população passava, inevitavelmente, pelo património, enquanto alicerce pedagógico (veja-se o caso dos museus, das monografias históricas e das notícias de arqueologia internacional e nacional). A defesa intransigente dos legados de cultura material do passado é perfeitamente visível nos exemplos dados sobre denúncias contra as incúrias patrimoniais e no caso da Pedra Furada.

Creemos ser evidente que existe um projecto para a cidade. Tal é bem visível no caso da *Sociedade de Defeza e Propaganda*, mas também no regime valorativo, bem marcado, que permite a selecção de umas notícias em detrimento de outras (recordação de Gama Xaro, da Sociedade Arqueológica Lusitana e a presença de Leite de Vasconcelos).

O projecto, bastante completo, parece-nos que se pode traçar nas suas grandes linhas estruturantes. Ao nível da investigação, esta seria desempenhada pela arqueologia; a preservação estava vocacionada para a protecção dos bens imóveis através da sua rentabilização, enquanto que os móveis estavam destinados à musealização. A divulgação e propaganda suportavam um crescimento sustentado e integrado com o objectivo de desenvolver os Serviços e o Turismo como vectores axiais do progresso e desenvolvimento económico urbano. Procura-se uma exploração racional de recursos, numa visão filosófica platónica – realçando o belo e a harmonia.

Parece-nos ser ainda de realçar uma aparente relação promíscua existente entre a arqueologia e a política local. Os estudos sobre a génese setubalense estão ligados a pessoas com um bom suporte financeiro, que patrocinam as suas próprias investigações. Os círculos sociais onde os investigadores se movem são os mesmos dos políticos, industriais, financeiros e intelectuais de várias ordens. Assim, aliando os estudos de história, arqueologia e etnografia, que nesta época tinham objectivos meta-históricos, parece-nos ser fácil de compreender que os jornalistas e políticos locais, manipulem resultados dessas investigações para reforçarem a sua leitura identitária essencialista, utilizando a história de modo a confirmar ou infirmar os vários pontos de vista existentes. Assim, a arqueologia passa a ser mais que uma disciplina de saber, é convertida em argumento político. Mas também é verdade que, ainda hoje, ao nível local, o Património tem essa dupla dimensão - de investigação e de argumento político. Contudo, não é pelo facto de ter mais essa dimensão social, que a arqueologia e o património, em geral, têm merecido as atenções que lhe são devidas.

No Estado-Novo os aspectos relacionados com a memória funcionaram de um modo diferente. Desse período temos a criação da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia³⁷, uma imposição feliz do governo central, que obrigava os municípios importantes a criarem uma comissão conjunta entre o município e personalidades locais independentes e de reconhecido mérito e saber. O município estaria em minoria e essa comissão tinha autoridade para travar empreendimentos que atentassem contra o património, bem como para fazer sugestões à edilidade sobre esta área. Pelos finais dos anos 30, inícios de 40, temos a primeira comissão. Todavia, esta só vem a ter dois períodos de algum brilhantismo e mediatismo. O primeiro foi na segunda metade dos anos 50, quando José Marques da Costa e João Botelho Moniz Borba dela fizeram parte,

³⁷ Ministério da Instrução Pública, Decreto n.º 20:985, capítulo III, artigos 20.º a 23.º - *Diário do Governo*, I série, n.º 56 de Segunda-feira, 7 de Março de 1932, pp. 431 – 436.

o que, em muito, justifica o acompanhamento das obras de saneamento, a publicação da postura municipal que proibia obras no Centro Histórico sem acompanhamento arqueológico, a publicação dos *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*³⁸ e a criação do Museu de Setúbal/Convento de Jesus³⁹, como culminar lógico de um trabalho notável desenvolvido pela Comissão. Um segundo fulgor corresponde aos anos de 1974-75, com Alberto de Sousa Pereira, Carlos Tavares da Silva, Joaquina Soares e Luís Mesquita, que implica a publicação de uma *Postura municipal relativa à conservação e defesa de elementos ou conjuntos monumentais, arqueológicos, artísticos, históricos e paisagísticos*, da qual só restam as plaquinhas identificativas na Gafaria, na Casa das Quatro Cabeças e na sede da Sociedade Arqueológica Lusitana e culminou com a criação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal⁴⁰, em Dezembro de 1974⁴¹. A Postura da Câmara Municipal de Setúbal é extremamente interessante⁴². Apesar da sua reduzida dimensão (somente 13 artigos), procura, através da inventariação dos bens patrimoniais, a sua imediata classificação, como património de interesse municipal. A partir desse momento os proprietários são notificados das limitações ao uso de propriedade, que são várias e com penalizações, e esse património vai sendo recuperado à medida em que o município consegue disponibilizar verbas para essas acções de recuperação, de acordo com prioridades definidas pela Comissão de Arte e Arqueologia.

³⁸ José Marques da Costa – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960.

³⁹ Fernando António Baptista Pereira - *O Museu de Setúbal*, Ed. SocTip, Lisboa, 1990.

⁴⁰ Joaquina Soares - *Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições* in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130.

⁴¹ Arquivo Distrital de Setúbal – *Câmara Municipal de Setúbal* – Comissão de Arte, Estética e Arqueologia.

⁴² Câmara Municipal de Setúbal – *Postura relativa à conservação e defesa de elementos ou conjuntos monumentais, arqueológicos, artísticos, históricos e paisagísticos*, Setúbal, 1975 – Biblioteca Pública Municipal de Setúbal.

Do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, instituído em 1961, vem a nascer a LASA, Liga de Amigos de Setúbal e Azeitão, com vista a congregar a sociedade sadina em torno das questões do património.

Do MAEDS, ou pelo menos com o seu apoio, nasceu a versão moderna da Universidade Popular – Bento de Jesus Caraça, bem como o Centro de Estudos Bocageanos. Todas estas instituições estão hoje presentes na vida cultural de Setúbal. Outras, apesar de recentes, já não existem, como o Círculo Cultural de Setúbal ou a SALPA (Associação para a salvaguarda do Património da Região de Setúbal).

De formação mais recente, 1986, é o Museu do Trabalho – Michel Giacometti. A sua vocação prende-se com o mundo do trabalho e o estudo, divulgação e preservação do património de arqueologia industrial. É iniciado com a colecção Giacometti, através de Ana Duarte, Isabel Victor e Fernando António Baptista Pereira, à altura matriz da equipa do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, e refere-se ao mundo agrícola português, associado à realidade da então decadente indústria conserveira sadina. O edifício é, aliás, uma antiga fábrica de conservas. Só mais tarde se veio associar o mundo terciário, com a Merceria Liberdade. Ao Museu de Setúbal/Convento de Jesus estão ainda associadas a Casa do Corpo Santo, a Casa de Bocage e o Museu Sebastião da Gama, este último em Azeitão.⁴³

Um outro tipo de instituição da memória, deriva do Estado central. Trata-se, como é evidente, do Arquivo Distrital de Setúbal. Até há pouco tempo instalado numa moradia no Bairro Salgado, na qual as condições eram grotescas, tem, hoje, um edifício novo, uma espécie de “mini-Torre do Tombo”, nas Manteigadas. A sua função consiste em recolher, proteger e facultar o uso de documentação histórica sobre o Distrito de Setúbal. Encontra-se em Setúbal, como é evidente, porque se trata da capital de Distrito

⁴³ Ana Duarte – Subsídios para a história dos museus municipais de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. C. M. S., Setúbal, 2001, pp. 3 – 15.

e é frequentado, sobretudo, por especialistas. Cumpre uma outra função, que não é identitária, mas sim memorialista. Por essa razão não desenvolveremos o assunto, mas seria, caso o não referisse, uma omissão grave.

Parte I.2 – Operários do Património

Como penso que tem vindo a ser claro até este ponto do texto, as actividades e as produções memorialísticas sadinas, em muito dependeram das individualidades que as promoveram. Os seus protagonistas podem ser evocados nominalmente e correspondem, frequentemente, a cidadãos exemplares, que através da construção de um discurso identitário, concertado ou individual, seja histórico, seja arqueológico, contribuíram para que Setúbal tomasse consciência de si. Muitos desses protagonistas eram naturais da terra, outros imigrantes, que, nos seus tempos livres, se dedicaram a uma causa social que consideraram importante. Vários nomes foram enunciados, outros tantos o poderiam ser também. Não bastava alimentar as bocas, era necessário alimentar

o espírito, conforme ao discurso de Ana de Castro Osório⁴⁴. Todavia, não tentamos realizar a história da história sadina, mas sim explorar a identidade subjacente.

Esses contributos, fruto de um romantismo admirável, como também já temos verificado, foram, por vezes, muito mal entendidos, quando não absolutamente condenados. Apelidados de pretenderem protagonismo, de serem vaidosos, macilentos, coitados, não obtiveram o reconhecimento da nobreza da sua causa senão após a morte, tendo sido homenageados, praticamente sem excepção, emprestando o seu nome a vias públicas.

O fascínio que todo esse modelo exerce sobre os nossos espíritos contemporâneos é evidente. Para tal basta recordar as palavras introdutórias de uma vereadora da cultura sadina, actual presidente da edilidade, a propósito de uma pequena exposição sobre este tema:

“Das Antigualhas ao Património” é uma invocação de memórias individuais, mas são essas memórias a argamassa da nossa identidade colectiva. A imagem que temos do nosso passado, a nossa percepção de “nós”, foi construída pelos Homens que são aqui recordados. Cientistas, sábios, mas também escavadores da utopia, visaram conquistar a coesão e a razão de um mundo mais justo e equitativo, mergulhando com a mente e o corpo em busca desse porquê arquétipo. O respeito e a veneração que votaram aos antepassados, muitas das vezes em prejuízo da sua vida pessoal, não pode ser senão contada e recontada, a modo de mito da Idade perdida dos Heróis – Péricles e Ajáxes modernos, que afirmam não poder existir futuro sem uma compreensão e harmonização total com o passado⁴⁵.

Actualmente, o modelo dos “escavadores da memória” é muito diferente. Porém, convém reflectir sobre os conflitos que existiram entre Setúbal e Lisboa. Cremos que os

⁴⁴ *O Sul* - 01 de Dezembro de 1901, p. 3.

conflitos latentes entre, primeiro, a autarquia (pressionada pela opinião pública) e Leite de Vasconcelos e, posteriormente, entre José Marques da Costa e Fernando Bandeira Ferreira⁴⁶, nos quais Setúbal ficou sempre a perder, mais do que resultarem somente de um conflito entre localismo e centralismo, se devem, também, a dois distintos modelos de “fazer” memória que entram em conflito.

Quer na primeira, quer na segunda situação, o confronto baseava-se numa diferente perspectiva de observar o património. Pelo lado de Setúbal estavam instituições e indivíduos, que, subsidiariamente, realizavam trabalho sobre memória. No lado de Lisboa, estavam indivíduos que eram “fazedores de identidade” a *full-time*, que o faziam como prática profissional, pela qual auferiam salário do Estado. Tratava-se de especialistas. O conflito ainda hoje se verifica, um pouco por todo o país, havendo muito poucos exemplos de bom senso que possam ser invocados.

O modelo central, assente no trabalho de especialistas, já não é o do relembrar as chávenas das nossas avós, a que é que sabia a manteiga no antigamente, em museus “etnográficos” da memória de uma concreta geração, à mercê de gostos pessoalistas, mas sim o de conhecer, com a máxima profundidade possível, o que as várias ciências que se debruçam sobre o que nos antecedeu, nos podem oferecer, numa perspectiva que ultrapassa a memória individual de cada um, mas abarca o todo de toda uma comunidade. O objecto vale por si, mas, num muito para além disso, vale pelo que representa. Eis o resultado da profissionalização dos “operários da memória”. Marc Guillaume⁴⁷ é, talvez, o autor que tenha reflectido mais negativamente sobre os

⁴⁵ Maria das Dores Marques Banheiro Meira - Apresentação in *Das antigualhas ao Património – marcos da Arqueologia em Setúbal 1500 – 1960*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2002.

⁴⁶ José Marques da Costa – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960 e Fernando Bandeira Ferreira - O problema da localização de Cetóbriga - seu estado actual in *Conimbriga*, n.º 1, Coimbra, 1959, pp. 41 - 70.

⁴⁷ Marc Guillaume – *A política do património*, Ed. Campo das Letras, Porto, 2003. A edição portuguesa possui um prefácio/elucidário da autoria de Vítor Oliveira Jorge, respeitado arqueólogo e docente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde revela não só a complexidade da obra, bem como da urgência da sua leitura. Para essa leitura remeto, de modo a evitar repetições desnecessárias.

denominados “operários da memória”, como os denomina, referindo-os como excedentes sociais da classe média desocupada, preenchendo um papel ambíguo no equilíbrio dos sistemas sociais ocidentais, nesta fase de pós-modernidade. Trata-se de uma leitura crítica importante e que nos convida a uma introspecção.

Todavia, a profissionalização das áreas da história, em Setúbal, é recente. Tem início somente no Pós-25 de Abril de 1974. Os “operários da memória” sadinos são, actualmente, pouco numerosos, mas existem. Sobre a sua relevância, dentro de uma perspectiva identitária, convirá fazer uma breve reflexão.

Parece-nos evidente que um indivíduo não possui uma característica identitária apenas, mas um profusão de elementos identitários que o tornam num ser único e distinto, conforme à posição de Amin Maalouf, com a qual concordamos, espelhada no seu já clássico ensaio *As Identidades Assassinas*⁴⁸. No entanto, e conforme George Steiner salienta, à ideia institucional de, por exemplo, Europa, há que adicionar uma ideia civilizacional e identitária, que se reflecte, como o próprio verifica jocosamente, mesmo nas pequenas coisas: *A Europa é feita de cafetarias, de cafés. Estes vão da cafeteria preferida de Pessoa, em Lisboa, aos cafés de Odessa frequentados por gangsters de Issac Babel. Vão dos cafés de Copenhaga, onde Kierkegaard passava nos seus passeios concentrados, aos balcões de Palermo. [...] Desenhe-se o mapa das cafetarias e obter-se-á um dos marcadores essenciais da “ideia de Europa”*⁴⁹. A ideia das pertenças que nos definem enquanto indivíduos é mais visível ainda no que respeita aos comportamentos nacionalistas, conforme é de conhecimento geral, mas reflectido cientificamente nalgumas obras relativamente recentes⁵⁰. Precisamente por isso algumas correntes políticas de génese europeia, mormente o socialismo marxista encontraram

⁴⁸ Amin Maalouf – *As identidades assassinas*, Ed. Difel, Algés, 2002, edição portuguesa do *Les identités meurtrières*, Ed. Grasset & Fasquelle, Paris, 1998.

⁴⁹ George Steiner – *A ideia de Europa*, Ed. Gradiva, Lisboa, 2005, p. 26.

sempre tanta dificuldade em superar a profunda ambiguidade que encerra o internacionalismo comunista e a sustentação de lutas pela auto-determinação dos povos, ligada a um nacionalismo palpável, como são os casos dos conflitos nacionais-socialistas. O mesmo pode ser evocado a propósito da construção de uma União Europeia de cariz social, ao invés da corrente maioritária de União económica. Uma União Social Europeia passa, inevitavelmente, pela supressão ou, pelo menos, diminuição radical das soberanias e identidades nacionais, facto que leva, conseqüentemente, a uma oposição dos Estados e dos patriotas. É precisamente nestas inconstâncias das derivas identitárias, que as identidades locais têm vindo a assumir um papel mais preponderante do que o habitual, bem reflectido nas regionalizações institucionais que se verificaram na Península Ibérica. O exemplo mais marcante deste fenómeno é, do nosso ponto de vista, o do reforço dos poderes dos municípios.

Nesse sentido, há hoje condições institucionais para o desenvolvimento das identidades que sustentem a legitimidade das autoridades locais. É precisamente aqui, conforme Marc Guillaume, na supracitada obra⁵¹, que os “operários do património” desenvolvem a sua actividade; porquanto os perscrutadores eruditos do passado, são os sacerdotes laicos de uma nova religião, a do monopólio da memória das comunidades, revestidos que estão do poder simbólico⁵², que a sociedade lhes reconhece.

Porém, uma certa ambiguidade resulta desse poder simbólico. Com a profissionalização dos “operários do património” e inquestionavelmente a ela associada está a questão do “patronato” patrimonial. Trata-se de uma questão bem antiga, que tem vindo a ser reflectida pelos investigadores portugueses, e não só, desde Quinhentos. O humanismo

⁵⁰ Anthony D. Smith – *A identidade nacional*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1997. Ver também *La Identidad nacional*, Ed. Trama, Madrid, 1997.

⁵¹ Marc Guillaume – *A política do património*, Ed. Campo das Letras, Porto, 2003.

⁵² Sobre este tema também reflectiu Pierre Bourdieu – *O poder simbólico*, 4.ª ed., Ed. Difel, Algés, 2001. A primeira edição é de 1989. Trata-se de um ensaio essencial para compreender o papel do património e dos seus actores na sociedade actual.

européu alimentou-se do protectorado financeiro, do ambiente de Corte e da protecção que os Senhores políticos e militares (o que por vezes significava religiosos) oferecem às Universidades e aos humanistas que se encontram debaixo da sua jurisdição. Nesse sentido, de patrocínio político e económico, talvez seja interessante recordarmo-nos de quem foram os mecenas que favoreciam a produção histórica e antiquarista, e que tipos de produções literárias deste género podemos encontrar, nomeadamente na Península Ibérica e, principalmente, em Portugal. Não nos podemos alhear do facto de existirem encomendantes, ou pelo menos protectores, pelo que é lícito supôr que as histórias realizadas, não entram em conflito com os seus promotores.

Caso interessante, para esta análise, é o dos cronistas de Henrique IV, nomeados por Isabel, a Católica⁵³. Diego de Valera, Alonso de Palencia, Henriquel de Castillo e Hernando de Pulgar, são os quatro nomes que foram necessários para escrever, cada um em sua vez, uma Crónica de Henrique IV que agradasse a Isabel, visto que fazia um estrito controlo do conteúdo da obra que narrava o reinado do seu irmão. A “História” era controlada pela monarca, que exercia a direcção política da Crónica, pelo que, dispensava o cronista se este não lhe agradasse, ou seja, se este não escrevesse aquilo que lhe permitia legitimar o seu direito dinástico. Não nos querendo alongar neste episódio, apesar de deveras interessante, é nossa intenção sublinhar que a produção historiográfica não era deixada ao acaso.

Reforçando esta leitura, no que respeita a Portugal, temos o estudo muito interessante de António Oliveira⁵⁴, sobre a censura historiográfica em Portugal durante a dominação filipina, cabal e absolutamente demonstrativo de uma outra face desta

⁵³ Este caso foi explanado por Baltazar Cuart nas lições do Curso de Doutoramento em História e Arqueologia da Universidade Autónoma de Lisboa e Universidad de Salamanca, no ano lectivo de 2003/2004, no bloco de Fontes para o Estudo da História Medieval e Moderna.

⁵⁴ António de Oliveira – A censura historiográfica no período filipino. Uma nota para o seu estudo in *Revista Portuguesa de História*, tomo 22, Ed. Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1987, pp. 171 – 184.

mesma realidade. O saber histórico não era visto, nem sentido, como inócuo. E tal não se passa exclusivamente em situações políticas menos consensuais, como na ascensão de Isabel ao trono de Castela, ou no domínio filipino em Portugal, já que o autor das “Décadas”, João de Barros, nos fala deste mesmo problema nos prólogos das II e III delas⁵⁵. A atenção em relação ao possível público, bem como a consciência do “perigo” inerente à actividade de historiar, são, nesse autor perfeitamente visíveis.

A história é, segundo João de Barros⁵⁶, o terreno, organizado ou por desbravar, onde está depositada a totalidade do conhecimento humano, desde o metafísico ao mecânico, pelo que daí resulta que aquele que é sabedor tem vantagens face aos outros, porque possui uma memória transpessoal e transcivilizacional, bem como sabe que o presente é inexistente, podendo ser equacionado somente como um constituinte efémero e fugaz do futuro. As ambiguidades e paradoxos de cada jorna são ultrapassados a cada nova aurora, mas os tempos e as vivências estão, por parentesco, interligadas, não num sistema evolutivo unívoco, mas antes num quase ciclo repetitivo de eternos retornos. Trata-se, conseqüentemente, de um saber reservado aos eruditos e políticos, despertando-os para a fábrica do mundo divino, pátrio, dos reinos vizinhos, e daí para qualquer outro tipo de história que julguem e lhes seja proveitoso.

Como nem tudo o que é escrito é de bom proveito para quem lê, visto existirem obras de má doutrina, que podem ter efeitos negativos naquele que busca o conhecimento, tem de se prever essa situação. Para aferir uma obra começa-se por avaliar a veracidade das informações, todavia essa verdade tem que ser conjugada com respeito e prudência, porque há limites de infâmia e exemplo a serem acautelados.

⁵⁵ Rodrigues Lapa – *Historiadores quinhentistas*, 2.ª ed., Ed. Textos Literários, Lisboa, 1960, pp. 5-27. Sobre o problema da História em João de Barros leia-se Pedro Calafate – *A filosofia da história do renascimento português: João de Barros in Metamorfoses da Palavra*, Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 2001, pp. 31 - 43 e Pedro Calafate – *Os humanistas filósofos. João de Barros in História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate. Ed. Caminho, volume II, Lisboa, 2001, pp. 71 - 84.

Apesar destas circunstâncias é preciso ser-se honesto e objectivo, independentemente das preferências pessoais, sob pena da obra do autor ficar maculada com o epíteto de fábula, sendo, conseqüentemente, alvo do desprezo e descrédito dos intelectuais.

Aquele que estuda história pode, em contrapartida, adquirir a consciência do mundo, podendo assim ser um actor participativo, pois interiorizou a natureza dual do tempo, instrumento divino, por um lado enquanto evolução linear até à ressurreição de Cristo, por outro em ciclos de retorno, obrigando a comunidade a aperfeiçoar-se como conjunto. Assim, após as Escrituras Sagradas, que não se poderiam classificar no mesmo nível, a literatura histórica “nova”, humanista e comunitarista, apresenta-se como a mais importante escrita e leitura humana.

No entanto, se verificamos algumas reflexões e situações curiosas, à época, o que poderemos dizer dos dias de hoje, onde a profissionalização é uma realidade? Se bem que o modo como se escreve sobre o passado é diverso dos idos de Quinhentos, mantém-se o sistema inalterado, uma vez que a narrativa histórica continua dependente de três factores que “viciam” a sua produção. Assim, temos o autor, com toda a carga de subjectividade inerente ao indivíduo, aliado aos interesses de legitimação do promotor, que sustenta e conserva, ou não, o investigador, de acordo com a qualidade da pesquisa, mas também de acordo com as ideias por ele transmitidas e, por último, temos o público, vector essencial da consagração da legitimação pretendida pelo promotor, veiculada pelo investigador e consumida pelo público. Podemos afirmar que, actualmente, o promotor não encomenda o conteúdo ao investigador, mas, conforme sabemos, uma relação de dependência clara nunca ajudou a credibilizar a escrita histórica e a acção patrimonial – e tal verifica-se hoje, como ontem, conforme Francisco

⁵⁶ Rodrigues Lapa – *Historiadores quinhentistas*, 2.^a ed., Ed. Textos Literários, Lisboa, 1960, pp. 5-27 - Prólogo da *Década I*.

Rodrigues Lobo sublinha. É no Diálogo I da “Corte na Aldeia e Noites de Inverno”⁵⁷, de 1619, que o autor nos oferece um confronto entre vários personagens, que procuram descortinar o valor da escrita face à oralidade, e dentro da escrita, o valor do texto histórico face ao literário. Esta Corte, de aldeia, é constituída por vários elementos masculinos, como um representante da reformada elite do Estado, um nobre, um jurista, um poeta-estudante e um experiente homem de boa companhia.

Contudo, independentemente das posições apresentadas por Francisco Rodrigues Lobo, que, em princípio, representam opiniões de determinados grupos, de certa maneira privilegiados, face à História, não cremos que sejam, na realidade, determinantes, visto que, à parte destas posições, o monarca estava atento.

Todavia, não deixa de ser importante o facto de serem aqueles que mais estão ligados às acções bélicas, os tradicionais aristocratas de herança medieval, que valorizam a história sobre a literatura. Efectivamente, é o poeta e o homem de boa companhia que defendem a supremacia da literatura ficcional sobre a histórica, visto que esta tem um poder transformador sobre a realidade, permitindo que a moralidade impere, ao passo que a histórica narra Homens reais. É, pois, o nobre, acolitado pelo antigo Conselheiro de Estado, que vai defender a superioridade da verdade sobre a ilusão. Do seu ponto de vista, a literatura histórica, apesar de ser menos apelativa ao leitor, tem um papel formador moral, pois ensina aos Homens quais os caminhos já trilhados e os seus possíveis resultados. Há uma abnegação na acção moral, independentemente das suas consequências, pois há o juízo do historiador. O jurista, numa situação central, mas não neutral, balança entre as duas posições. Por um lado é inegável o papel didáctico da literatura numa boa consciência moral, com as suas personagens-tipo facilmente inteligíveis, mas, por outro, reconhece igualmente o papel

⁵⁷ Francisco Rodrigues Lobo – *Corte na Aldeia e Noites de Inverno*, Ed. Verbo, Colecção Livros RTP, n.º 84, Lisboa, 1972.

formador da literatura histórica, como registo dos comportamentos e das acções humanas.

Os nobres defendem o papel essencialista da memória para a construção do que virá, o poeta defende que o passado, crivado pela subjectividade do historiador, não encerra a verdade; antes é uma construção totalmente artificial. O que serve os objectivos enunciados, de formação moral, são obras como o *Amadis de Gaula* e o *Palmeirim de Inglaterra*, utilizados como argumento, pelo homem de boa companhia. Curiosamente os nobres aceitam aquilo que hoje denominaríamos a subjectividade do autor histórico, mas não nos podemos esquecer que estamos perante uma obra de um autor que foi, mais do que um prosador (razão maior pela qual é um dos nomes importantes da cultura portuguesa), um poeta. E mais, que nove anos antes havia publicado um poema épico sobre D. Nuno Álvares Pereira, *O Condestabre*, de 1610. Não que tal retire a força do argumento a Rodrigues Lobo, mas permite relativizar o discurso daqueles personagens, que provavelmente não o admitiriam tão facilmente⁵⁸.

Para além disso, há que entender, todavia, que a narrativa histórica é colocada como, de facto, o é, ou seja, como relativa em relação à verdade. Quando se produz, quando se age, quando se protege, no âmbito da história e do património, toma-se sempre uma posição, posição essa que reflecte mais do que o objecto ou a coisa em si, mas as ânsias de um indivíduo, de uma comunidade ou de uma nação, etc, ou seja, a acção histórico-patrimonial, mesmo quando realizada pelos seus profissionais, procura defender ou contrapor algo, e esse algo assume, na generalidade dos casos, a “farda” das identidades.

⁵⁸ A crítica historiográfica estava longe de ser branda nos alvores e no dealbar do Renascimento português. Bons exemplos disso mesmo são as posições bem definidas de André de Resende na *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, edição com estudo e tradução de Virgínia Soares Pereira, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988, ou, de D. Frei Amador Arrais nos *Diálogos*, Colecção Tesouros da Literatura e da História, fac-simile da edição de 1600, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1974. Sobre este último autor veja-se José Luís Neto – *Fé, nação e império – o pensamento político de D. Frei Amador Arrais*, Ed. Colibri (no prelo).

Existam muitos ou poucos operários da memória, muitos ou poucos heróis identitários românticos, na realidade de pouco interessam se não pensarmos na matéria-prima de que se faz a memória e, subsequentemente, a identidade.

Essa matéria-prima é o património e, infelizmente, esse vai rareando. Com o incêndio que ocorreu nos Paços do Concelho de Setúbal, em 1910, o Arquivo Municipal perdeu-se. Esse arquivo era de primordial importância para se poder, através dele, reconstituir a memória passada. Restam registos eclesiásticos, que nos falam de baptismos, casamentos e funerais, e umas cópias dos notários, sobre transacções económicas, que hoje estão à guarda do Arquivo Distrital de Setúbal. Por esta razão, os arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal são tão importantes, pois, a seguir à autarquia, era a mais relevante instituição sadina durante o Antigo Regime. Esse arquivo foi transferido do Museu de Setúbal/Convento de Jesus para o Arquivo Distrital de Setúbal recentemente.

Outros arquivos, menores, existem em várias instituições que, quando conjugados com os de Lisboa, Leiria e outros sítios, nos permitem ainda, e não com pouco esforço, “espremer” alguns bons resultados. Porém, note-se, a perda do Arquivo Municipal em 1910 é irreparável, pois há uma imensidão de memórias que nunca mais poderão ser resgatadas.

Outro fundo patrimonial de crucial importância é o Centro Histórico. Já que os papéis não existem, temos de colocar as edificações a falar. Todavia, também isto se demonstra bastante difícil, porque para os seus ocupantes, é um centro histórico que não é vivido, nem sentido, como tal. As obras de remodelação, reconstrução, modificação são constantes, muitas delas não autorizadas, poucas delas acompanhadas pelos operários da memória, que se sentem incapazes de evitar esse outro incêndio, que ataca em lume brando, caso a caso, prédio a prédio, tão grave como foi o de 1910. É evidente

que não se pretende um Centro Histórico em suspensão criogénica, como se de um museu oitocentista se tratasse. Porém, o incumprimento generalizado da intervenção patrimonial prévia é um atentado em relação à memória sadina de que ainda muito poucos têm consciência. O facto da legislação portuguesa em vigor ser altamente restritiva e punitiva, não impede que isto aconteça, até porque sobrecarrega os cidadãos com os encargos destas intervenções, que não se saldaram por ser gratuitas. Muitos proprietários, sem liquidez financeira corrente, endividados junto à banca, não dispõem nem de verbas, nem de tempo, para as poderem fazer. Alguns têm o azar de ver a sua obra embargada, outros têm sorte e ninguém vê, mas, seja como for, neste momento, com este modelo de gestão, todos perdem.

O mesmo se poderá dizer em relação à arqueologia clássica, a de intervenção no subsolo. Como parece ser evidente, para estudar a génese de Setúbal, não só as fontes escritas são tão pouco frequentes que se podem enumerar numa só página, como o facto de a própria cidade apresentar níveis úteis de ocupação do solo muito altos, no Centro Histórico, em nada facilita esta investigação. Assim, convencionou-se primeiro, tendo sido legislado depois, que as obras que implicassem remoções no subsolo nessa área, seriam precedidas de uma intervenção arqueológica. Ora, tal como explicámos antes, essa legislação assemelha-se, na prática, a uma “sugestão”. Há disposições objectivas sobre o Centro Histórico, casos dos artigos 33, 40, 43-47, 51-53, 74-79 da Lei 107/2001 de 8 de Setembro, dos artigos 2-3, 5-11, 13-14 e 16 do Decreto-Lei 270/99 de 15 de Julho, dos artigos 56 e 133 do Regulamento do Plano Director Municipal de Setúbal de Março de 1994, bem como o Edital 23/75 de 21 de Maio. Não se trata de um caso único, é significativamente mais transversal, facto que levou o ex - Presidente da República, Jorge Sampaio, a dizer publicamente “A legislação não é uma sugestão!” . Na realidade, cada obra que dispensa o cumprimento da lei, atenta contra as já frágeis hipóteses de

avançar e resolver os problemas da génese e história sadina. Os poucos operários do património existentes têm-se concentrado no Centro Histórico de Setúbal o que, como é evidente, deixa todo o resto do território concelhio descoberto⁵⁹. A situação é alarmante, mas terá de passar por uma resposta assumida socialmente.

⁵⁹ Sobre o problema em Portugal veja-se Francisco Sande Lemos – Arqueologia Urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento in *Arqueologia e História*, Volume 54, Lisboa, 2002, pp. 245 – 253. Para Setúbal veja-se José Luís Neto e Maria João Cândido – Arqueologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus in *Actas do 2.º encontro de museus com colecções de Arqueologia*, Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Museu Nacional de Arqueologia, Sociedade Martins Sarmento e Museu Regional de Arqueologia - D. Diogo de Sousa e Joaquina Soares – Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130.

Parte I.3 – Identidade e Vanguarda

Muitas são, até este momento, as questões que temos vindo a colocar relativamente aos métodos operacionais de construir o discurso sobre o passado. Temos tratado, especialmente, das versões institucionais e oficiais, de âmbito local. Também me parece evidente que este discurso só ficaria completo com uma análise das instituições nacionais, mas tal levaria a uma dispersão longa em relação ao tema acerca do qual optámos por dissertar e, conforme enunciámos anteriormente, pretendemos valorizar a capacidade de síntese.

Muitos são os factores que têm alterado as relações tradicionais entre a autoridade efectiva, neste caso a concelhia, e o poder simbólico, no qual se incluem os fabricantes da memória identitária. Actualmente, a autoridade das instituições de poder efectivo encontra-se numa crise de credibilidade, fruto dos novos modelos de

sociabilidade europeia e ocidental. O individualismo, a competitividade, a ambição são valores cultuados pela contemporaneidade. Nesse sentido, a apropriação da identidade também diverge, privilegiando discursos alternativos ao invés de uma única versão oficial. Se cumpre ao Estado salvaguardar o património⁶⁰, as memórias já se pretendem diversificadas e, no que respeita à identidade, tal como no que concerne actualmente às formas de sociabilidade da religião, cada um tem a sua visão e escolha pessoal⁶¹. O espalhar dos campos tradicionais do património, bem como dos temas de produção histórica, reflecte essa procura da satisfação individual, separada de uma identidade nacional colectiva. Abandonou-se a história das nações para se fazer uma história de outros grupos, de pessoas.

Os associativismos culturais vivem esta realidade diariamente, pois nunca, como hoje, se debateram com tantos problemas de congregação de individualidades em prol de um projecto comum de interesse social. Os museus viram-se na contingência de se exporem radicalmente ao exterior⁶², para não ficarem com um espaço vazio, a ouvirem apenas os passos do silêncio nas salas expositivas. Como disse antes, outras soluções foram sendo procuradas.

Um outro aspecto a merecer reflexão, é a falta de capacidade de produção efectiva de bens de consumo cultural memorialístico. Os museus promovem, além das suas exposições permanentes, diversas exposições temporárias, quer de temas patrimoniais, quer de produção artística contemporânea. Esta acção é complementada com as várias pequenas galerias que Setúbal tem, o que é um aspecto extremamente positivo, pois seria danoso que existisse alguma forma de monopólio da divulgação

⁶⁰ Conforme à tradição legal portuguesa, que remonta a 1721, com o alvará régio de 14 de Agosto de 1721, d'el rei D. João V. Desde então todos os instrumentos legais sobre património evocam interesse público e propriedade pública sobre o património arqueológico.

⁶¹ Marc Guillaume – *A política do património*, Ed. Campo das Letras, Porto, 2003.

⁶² Ana Duarte – Subsídios para a história dos museus municipais de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. C. M. S., Setúbal, 2001, pp. 3 – 15.

artística em Setúbal. Paralelamente às exposições existe, pelo menos nos museus, a produção de catálogos, o que, também me parece de louvar⁶³.

A produção de bens culturais memorialísticas está, todavia, excessivamente concentrada na autarquia, que corresponde, na prática, ao grande produtor e editor de Setúbal⁶⁴. No entanto, esse protagonismo assegurado pelo município é prejudicial, pois veicula apenas versões oficiais, “autorizadas”, a memória que o poder instituído pretende divulgar, o que, por outras palavras, significa, a versão da memória que serve os interesses do poder instituído. Com a autarquia temos, também o MAEDS, dependente economicamente do município, bem como de todos os outros do distrito de Setúbal. Apesar de assegurar, em princípio, alguma produção independente, o facto de a sua directora ser simultaneamente deputada municipal de uma força política com poder dentro da cidade, descredibiliza a produção científica da sobredita instituição. Aliás, quem já leu os trabalhos publicados pelo MAEDS não tem qualquer dúvida sobre o projecto político, logo editorial também, do mesmo museu.

As Comemorações Memorialistas Oficiais interessam ao poder, de tal forma que é ele que as promove. No caso sadino, temos as recentes comemorações de Luísa Todi e Bocage, que nos servem de exemplo prático dessa realidade⁶⁵. É saudável que o poder se preocupe e se interesse pela memória e pela identidade, no sentido em que os seus cidadãos possuem relações materiais e emocionais com o espaço onde nascem, vivem e morrem. Muitas das vezes, porém, o poder procura a instrumentalização do fenómeno

⁶³ Fernando António Baptista Pereira - *O Museu de Setúbal*, Ed. SocTip, Lisboa, 1990. Exemplos de catálogos são os casos de Fernando António Baptista Pereira – *A Cantora. O Poeta. O Soldado. Luísa Todi e alguns dos seus contemporâneos em Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2003 e Fernando António Baptista Pereira – *Descobrir o Japão: De São Francisco Xavier a Wenceslau de Moraes*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2005.

⁶⁴ Atenda-se, por exemplo, à publicação de José Marques da Costa, em 1960, à edição e re-edição de Alberto Pimentel, à tese de Paulo Drumond Braga e aos próprios *Subsídios para o Estudo da História Local*.

⁶⁵ Fernando António Baptista Pereira – *A Cantora. O Poeta. O Soldado. Luísa Todi e alguns dos seus contemporâneos em Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2003 e VV.AA. – *Bocage, textos e contextos*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2005.

memorialístico. Essa manipulação da memória é possível, porque é o poder que detém os meios de promoção da comunicação histórica, ou seja, é a instituição que possui o dinheiro para a poder tornar pública. Detendo os meios de promoção, através da posse e administração dos museus locais, bem como concentrando a quase totalidade da capacidade editorial local, veicula a memória que serve melhor os seus objectivos⁶⁶.

Com isto, não pretendemos acusar o poder autárquico de uma manipulação consciente, com objectivos perversos, mas apenas chamar a atenção para que, e como é evidente, o poder prossegue na concretização dos seus próprios objectivos.

Se houver um espartilhar da capacidade de divulgação cultural memorialística, favorece-se a sua produção, na medida em que se cria espaço para haver outras leituras sobre o real, que não sejam filtradas previamente pelo poder. E quando falamos em capacidade de divulgação ou de edição, pensamos em sentido lato, não somente em livros. Na realidade, pensamos em outras áreas que poderão constituir-se como modelares e que resultem da colaboração dos grandes protagonistas futuros da identidade urbana (associações, museus e universidades), como a produção de documentários, exposições, tertúlias, eventos de contacto entre o património e a arte, em novos diálogos contemporâneos.

Estes novos caminhos, fruto de uma inquietação natural de uma comunidade, estão já a ser trilhados por *free-lancers*, se é assim que os poderemos apelidar. Trata-se de indivíduos que não estão integrados nem nas instituições da memória, tão pouco são operários do património, nem pertencem a quadros políticos, pelo menos no activo. Trata-se, geralmente, de alunos universitários, que, em final de curso, realizam um trabalho sobre a sua terra natal, onde procuram exercitar as suas potencialidades criativas, sem se encontrarem amarrados às contingências operativas dos operários do património.

⁶⁶ Marc Guillaume – *A política do património*, Ed. Campo das Letras, Porto, 2003.

Falaremos apenas de uma situação, paradigmática, porquanto representativa de tantas outras. Em Setembro de 2003, a Ordem dos Arquitectos e a União Internacional dos Arquitectos, em colaboração com o IPPAR, a Fundação da Juventude e algumas autarquias portuguesas, nas quais Setúbal estava englobada, lançaram um concurso internacional de ideias, denominado “Concurso Internacional – Celebração das Cidades”. Com esse concurso, *pretendia-se que arquitectos e estudantes de arquitectura produzissem uma reflexão sobre uma das cinco cidades identificando problemas e propondo soluções que promovessem a qualidade de vida urbana, recuperando para a cidade a sua essência como um lugar de encontro, criatividade e solidariedade. Nas palavras do principal mentor do concurso, Jaime Lerner – Presidente da UIA, pretendia-se linhas de actuação “simples, de efeito imediato, aplicáveis a qualquer situação a custos razoáveis; para facilitar o quotidiano dos cidadãos e atender a necessidades urgentes, quer no coração das cidades quer em áreas mais remotas, onde as pessoas vivem em condições mais precárias”*. A estas operações chamava Lerner *acupunturas urbanas*⁶⁷.

Nesse concurso foi premiada uma, então, estudante de arquitectura, natural de Setúbal, Andreia A. Luís Teixeira. A proposta que apresentou nesse concurso internacional, acabou por ser desenvolvida na apresentação do trabalho final de curso que defendeu, intitulado *Centro Histórico de Setúbal. Intervenções (Alter)nativas*⁶⁸.

Nesse trabalho procura explorar a cidade, quer na sua profundidade histórica, quer nas vivências dos lugares, procurando encontrar elos identitários entre os vários espaços, de modo a compreender a sua fisionomia. Essa fisionomia, ou alma do lugar, veio a encontrar a sua expressão corpórea nos assadores de peixe que pululam por toda

⁶⁷ Tiago Mota Saraiva – *Apresentação* in *Concurso internacional Celebração das Cidades*, Ed. Ordem dos Arquitectos Portuguesas, Lisboa, 2004, s/ pag.

⁶⁸ Andreia A. Luís Teixeira - *Centro Histórico de Setúbal. Intervenções (Alter)nativas*, tese de licenciatura apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2005.

a cidade. Fixando a atenção nesse objecto, pensou-o como um *container* de planta livre, neutro, com um forte suporte tecnológico e plurifuncional, de modo a dar resposta ao carácter sempre mutante e complexo que essa autêntica instituição contemporânea sadina tem, à contínua mudança de usos e estratégias, à afluência maciça de consumidores nos restaurantes. O assador de peixe, graças a este projecto, passou a caixa polifuncional, ecológica e electrónica. Não se trata, certamente, de um projecto minimalista, pois a forma final de cada um depende dos seus utilizadores, mas é um projecto conceptual, na linha vanguardista das posições de arquitectos como Norman Foster e Renzo Piano.

Esse trabalho, contudo, não se fixa apenas nos assadores de peixe, explora ainda muitos outros aspectos, novos trilhos a percorrer, fundindo património e modernidade.

Ideias novas, irreverentes, de custos controlados, autênticas “acupuncturas” na essência da cidade, no que ela foi, no que é e no que deverá vir a ser. Conforme disse, trata-se de apenas um exemplo, dentro dos muitos que vão aparecendo. É preciso, é necessário, estar consciente que o potencial criativo humano sempre se revelou na resolução dos impasses civilizacionais, ou, por outras palavras, que a comunidade encontra soluções endógenas para ultrapassar as suas próprias contradições.

Resta, então, entender o que está dinamicamente em discussão. O que se joga, nesta ligação permanente dos tempos, é a procura de entender um fenómeno identitário local; e escrever assente num conceito tão volátil quanto a identidade, não é muito sensato, mas tal não significa que não possa e, principalmente, não deva ser tentado. Na realidade, o conceito identidade tem sofrido um uso demasiado profícuo. Em cada folha de jornal, discurso na rádio, nos cruzamentos das esquinas e no centros das praças, lá estava ele, sempre na liça, quer no campo dos discursos político-partidários, bem como nos variados discursos desse vasto “agro” que é a cultura, ou mais prosaicamente, em

numerosas conversas de café, pelos mais variados intérpretes sociais. Em verdade, todos têm uma ideia sobre a identidade sadina, ou setubalense, ou ainda cetobricense, ou acalense, ou barbárica, ou cempsicense, ou, ou, dependendo das preferências de cada um.

Outro aspecto que levanta alguma inquietação foi o facto de ser corriqueiro afirmar que Setúbal é desprovida de identidade. Estranheza e inquietação, pois nestas coisas da identidade, podendo aceitar que haverá pouco reconhecimento ou conhecimento sobre a identidade sadina, não poderemos aceitar que não há identidade. Ora, ou bem que a identidade existe por si, ou bem que é apenas uma construção totalmente artificial. Caso a identidade exista, por si, podemos entender a melancolia espiritual das pessoas que já não se reconhecem neste espaço, porquanto o acham e sentem desvirtuado. Todavia, se a identidade é apenas uma construção artificial, tal melancolia não tem razão de ser; todavia ela existe, o que, só por si, chega para nos debruçarmos sobre o problema. Sobre o que entendemos como identidade explicitaremos já a seguir, mas desde já podemos declarar que é nossa convicção que a identidade existe, vive e transforma-se, por vezes de uma forma muito indisciplinada, diga-se.

Porém, também confessemos que há uma posição de salvaguarda útil; a identidade é muito apetecida, porquanto possui uma substância um pouco informe e mutável, levando pessoas a crerem que esta pode ser conduzida para onde pretendem, o que já tem revelado alguns resultados desastrosos ao longo da História da Humanidade. A manipulação da arqueologia pela política, com propósitos legitimadores de vários regimes, é uma mesma história que corre em paralelo com a história estritamente científica⁶⁹.

⁶⁹ Dentro das muitas obras e documentos que podem ser utilizados para fundamentar esta evidência salientamos a obra de Bruce G. Trigger – *Historia del pensamiento arqueológico*, Ed. Crítica, Barcelona,

Obviamente que não nos deparamos com uma situação realmente grave, antes uma manipulação da memória mais corriqueira, mais superficial, simultaneamente mais inofensiva, que se encontra disseminada com maior ou menor intensidade por todo o país, não sendo Setúbal um caso gritante de localismo *à la minute*.

Procuraremos definir agora, de maneira sucinta, os conceitos-chave sobre os quais temos raciocinado. Por identidade, entendemos quando numa determinada população específica, neste caso a sadina, que partilha um determinado território histórico, que possui mitos e memórias históricas comuns, uma cultura pública de massas específica comum, bem como um sistema económico próprio, se bem que integrado na economia geral do território português. Aliás, a identidade local dissemina-se numa maior, a identidade nacional⁷⁰, que é aquela que reconhece e atribui realidade jurídica a essa população. Trata-se de uma definição que revela a natureza complexa e abstracta da identidade local, que compartilha o seu espaço com outras identidades colectivas, com as quais se associa, sejam elas de classe, culturais, religiosas, étnicas, entre outras.

A memória, consiste no conjunto de mitos e de conhecimentos históricos, produzidos através das metodologias das ciências históricas, sejam elas paleográficas, arqueológicas, artísticas, etc., que permitem, a esse conjunto populacional específico, ter a noção da evolução do espaço comum, do conjunto urbano próprio e da população em

1986. Ver também *História do pensamento arqueológico*, Ed. Odysseus, São Paulo, 2004. Contudo, de matricial importância é o VV.AA. – *Nationalism, politics and the practice of archaeology*, coordenado por Philip L. Kohl e Clare Fawcett, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 1996. Igualmente interessante é a obra de Leo S. Klejn – *La arqueología soviética*, Ed. Crítica, Barcelona, 1993. Dentro dos documentários direccionados para um público mais vasto citemos, por exemplo, o *Reviver a Roma Antiga*, Coleção Tesouros Perdidos, Ed. National Geographic Society, Escrito e realizado por David Townsley, n.º reg. 3619/02, 2002.

⁷⁰Anthony D. Smith – *A identidade nacional*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1997. Ver também *La Identidad nacional*, Ed. Trama, Madrid, 1997. As características que apresentámos para caracterizar uma identidade local partem do que o autor aponta, readaptadas à escala devida, como as características para uma identidade nacional.

si. A memória é, neste caso, para esse grupo identitário concreto, o instrumento de consciencialização de si⁷¹.

O património, para além da definição jurídica consagrada na lei do património português, a 107/2001 de 8 de Setembro, corresponde, nesta fase do texto, ao conjunto de marcos visíveis e palpáveis, bem como aos invisíveis (localismos linguísticos, património musical, figuras importantes associadas à cidade) que perduraram até aos dias de hoje. Atestam a profundidade da memória e servem, simultaneamente, como instrumentos de narrativa dessa própria memória. Destes, no que concerne ao património material, temos de destacar um conjunto mais específico de objectos, que, pela sua beleza, significado colectivo, ou outra razão, se destacaram e aos quais se lhes atribuiu, colectivamente, um significado maior – denominados “locais sagrados”. O seu equivalente em figuras históricas relevantes para a identificação colectiva, incluídas no património imaterial, denominámos “heróis antepassados”. Ambas as categorias, a do visível e a do invisível, são “símbolos identitários”. Quer os símbolos, quer o património em si, nas suas múltiplas naturezas, definem-se por duas características, o de poder evocar a memória e o de ser objecto, uma coisificação.

Deste modo, podemos concluir que o património (coisas que evocam o tempo) permite a construção de uma narrativa memorialística que fornece a consciência da identidade a toda essa população que vive numa determinada cidade⁷². Por ser um instrumento de reavivação das lembranças colectivas, possui “poder simbólico”, o poder de fornecer sentido de coesão à totalidade da população sadina.

⁷¹ Marc Guillaume – *A política do património*, Ed. Campo das Letras, Porto, 2003.

⁷² Françoise Choay – *A alegoria do património*, Ed. 70, Colecção Arte & Comunicação, Lisboa, 2006.

Parte I.4 – Símbolos urbanos

O poder simbólico assenta num conjunto de características subjectivas que, mais do que o permitirem definir, permitem reconhecer a sua existência. Assim, apesar de podermos explicar a génese de alguns poucos símbolos identitários de Setúbal, o que até tentaremos fazer, reconhecemos que, para além desse processo crítico, eles são, actualmente, uma realidade existente. Os símbolos de uma cidade são, simplesmente, “carnalizações” de aspectos desse lugar, existentes ou em forma de utopia.

Parece-nos ser do maior interesse começar pelos principais símbolos humanos sadinos, Bocage e Luísa Todi. Não nos parece necessário recordar a sua biografia, visto que em 2003 se celebrou o ano de Luísa Todi e em 2005, o de Bocage⁷³. De qualquer

⁷³ Fernando António Baptista Pereira – *A Cantora. O Poeta. O Soldado. Luísa Todi e alguns dos seus contemporâneos em Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2003 e VV.AA. – *Bocage, textos e contextos*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2005. Sobre a Avenida Luísa Todi, via estruturante da cidade oitocentista veja-se Maria da Conceição Quintas – *A Avenida Luísa Todi* in

maneira, em Setúbal, essas biografias são, genericamente, conhecidas. As livrarias da cidade possuem vasta bibliografia, tal como as bibliotecas e os museus; as referências a estes “heróis” sadinos estão materializadas por toda a cidade, em pedra, nos nomes de escolas, de vias, de estabelecimentos comerciais ... entranhados no tecido quotidiano da comunidade.

Todavia, Bocage e Luísa Todi são símbolos relativamente recentes, pois, não só viveram há relativamente pouco tempo, como a sua transformação em mitos urbanos é fruto de um trabalho ainda mais próximo. Na realidade, na segunda metade do Século XIX, com a instauração e consolidação de um novo sistema social, burguês e liberal, que vem substituir o Antigo Regime, é permitido o culto da personalidade em áreas onde tal não era habitual. O culto das personalidades do Antigo Regime valorizava os monarcas, os homens ligados aos feitos de armas e os de especial santidade. O novo sistema, capitalista, privilegiava as personalidades ligadas à criação e desenvolvimento, a maioria dos quais ligados à cultura. O exemplo mais visível deste fenómeno tardoromântico, são as celebrações camonianas em Lisboa e um pouco por todo o mundo lusófono, de 1880. Procurava-se, através dos “génios”, felizes filhos pátrios, celebrar a nacionalidade. No âmbito local fez-se o mesmo, de modo a incentivar a celebração das identidades locais. É assim que ressurge Bocage, bem como a subscrição para a sua estátua. A Praça do Sapal, maior praça de Setúbal, é rebaptizada com a sua evocação e a Rua da Praia, maior eixo viário da cidade, é convertida em Avenida Luísa Todi. Foram naturais de Setúbal, indivíduos viajados e celebrados nacionalmente, de reconhecido mérito cultural. Provêm da burguesia e não da aristocracia e atingiram a

Monografia de S. Julião – Setúbal, coord. M. da C. Quintas, Ed. Junta de Freguesia de S. Julião, Lisboa, 1993 e Luzia Ruivo Seromenho e José Luís Neto – Sobre alguns materiais arqueológicos provenientes da Avenida Luísa Todi in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed . Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 93 – 97.

excepcionalidade. Encarnam o novo espírito que a elite intelectual setubalense pretende valorizar, o mérito e a excepcionalidade individual ao serviço da comunidade.

Ligado à criação destes dois símbolos está Manuel Maria Portela⁷⁴, um homem proveniente de uma família modesta que, a pulso, se veio a afirmar como um importante historiador setubalense, abrindo o seu caminho até ao reconhecimento com diversos amargos de boca. Um deles, talvez a discriminação maior que sofreu, foi o ter de ceder as suas recolhas de informação a Alberto Pimentel, um famoso escritor radicado em Lisboa, contratado pelo município de Setúbal, para elaborar a História de Setúbal, atendendo a que Manuel Maria Portela era tido como um autor pouco credível para esse trabalho que a edilidade decidiu patrocinar. De facto, Manuel Maria Portela, era mais reconhecido em Lisboa, pelas suas investigações e actividade jornalística, que na terra que adoptara como sua. Aliás, tal comportamento por parte da Câmara parece ser uma constante, atendendo ao que se passou com a Sociedade Arqueológica Lusitana, com João Carlos de Almeida Carvalho, com Arronches Junqueiro, com Ana de Castro Osório, com José Marques da Costa, entre outros mais recentes. Há um padrão definível de comportamento por parte de um dos actores privilegiados no discurso identitário – o poder de facto.

Outros símbolos humanos existem neste culto colectivo dos antepassados contemporâneo, um panteão vasto de carácter sagrado, mas não religioso. Para tal basta, por exemplo, observarmos o *Tríptico* de Luciano, pintura que encabeça o salão nobre dos Paços do Concelho (a sala mais importante da casa dos cidadãos de Setúbal), colocado, estrategicamente, como um retábulo de um altar numa igreja, presença permanente e imanente a qualquer importante acto oficial celebrado pelo município.

Paralelamente aos “heróis antepassados”, temos os “locais sagrados”, locais esses onde se vê e sente, de uma forma mais intensa, a pertença à comunidade. Em

Setúbal esses locais estão sobremaneira identificados e, de tempos a tempos, retornam ao espectáculo do mediático local, maioritariamente pelas piores razões, ou seja, pela deterioração dos mesmos. De facto, quando esse local sagrado para a comunidade está conforme ao que se espera, cumpre a sua função. Quando um local sagrado para a comunidade não está disponível, logo não cumpre a sua função para com a comunidade, há uma perturbação do normal funcionamento urbano, quer na dimensão objectiva, porquanto há obstáculos físicos que impedem a sua utilização, como nas dimensões subjectivas de apropriação vivencial desse objecto sagrado, pois existem impedimentos à prossecução do destino do espaço, que é o ser de acordo com a sua natureza. O não estar de acordo com a sua natureza faz com que exista um sentimento de revolta contra aquilo que é sentido como uma profanação do espaço, o que se converte numa ofensa à comunidade.

Vários são os casos que poderíamos aqui referir, mas, e de modo a não sermos maçadores num texto que já vai longo, centrar-me-ei no *axis mundi* da cidade, o Convento de Jesus⁷⁵ (anexo imagens 92-97, 163), que trataremos adiante.

Por ora convém referir as três dimensões que este edifício reflecte. Em primeiro lugar trata-se de um objecto de dimensão internacional, porquanto é o primeiro edifício de um determinado estilo arquitectónico. Seja a história da arte considerada numa perspectiva universal ou, as mais das vezes, Ocidental, temos de admitir um espaço,

⁷⁴ Manuel Envia – *Coisas de Setúbal*, 2.ªed., Ed. do autor, 1947.

⁷⁵ Sobre o Convento de Jesus de Setúbal veja-se, por exemplo, João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume 3, Setúbal, 1969, Manuel Maria Portela – Notícia dos monumentos nacionaes e edificios e logares notaveis do Concelho de Setúbal, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Lisboa, 1882, Fernando António Baptista Pereira – A génese da Igreja e do Convento de Jesus in *Convento de Jesus, 500 anos, Arqueologia e História*, C. M. de Setúbal, Setúbal, 1989, pp. 22 – 40, Fernando António Baptista Pereira - *O Museu de Setúbal*, Ed. SocTip, Lisboa, 1990, Fernando António Baptista Pereira – Sobre o Manuelino de Setúbal in *Setúbal na História*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 123-146, Fernando António Baptista Pereira – O centro histórico de Setúbal e os seus principais valores Patrimoniais in *Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares “A Cidade”*, Ed. Universidade Aberta, volume 2, , Lisboa, 1993, pp. 503 – 513, José Custódio Vieira da Silva – *A Igreja de Jesus de Setúbal*, Ed. SALPA, Colecção Património, Setúbal, 1987, José Custódio Vieira da Silva – *Setúbal*, Ed. Presença, Lisboa, 1990 e José Luís Neto – Convento

mesmo que seja de reduzida dimensão, ao primogénito de um estilo específico da arquitectura europeia (Manuelino), integrado que está na grande narrativa evolucionista que remonta ao Paleolítico. A arte enquanto linguagem universal obriga a termos de considerar este objecto enquanto um seu representante, tal e qual outros objectos provenientes de distintas nacionalidades contribuem para a sua linguagem mundial. De facto, o discurso crítico da arte em diacronia assemelha-se à fusão do melhor que foi produzido pelas várias nações, numa adição complexa, pois calcula, de igual modo, o seu legado bem como o peso político internacional de cada nação específica. Paralelamente à corrente especificamente artística, uma outra ordem de internacionalismo pode ser encontrada. Trata-se de um convento de Clarissas, logo corporiza toda a história da religiosidade franciscana feminina, conjuntamente com as suas divisões e anacronismos, ao longo dos vários séculos de existência desta ordem mendicante de raiz tardo-medieval, profundamente devedora ao seu patrono, um homem excepcional, sem dúvida, Francisco, proveniente da cidade italiana de Assis, na Úmbria, mas que não se limita, como é evidente, ao fundador. Trata-se de uma instituição caracterizável, dentro de uma instituição maior, a Igreja Católica, com toda a sua presença mais ou menos universal. Ou seja, além da perspectiva de objecto material artístico, incorpora também a de objecto imaterial religioso.

A segunda dimensão é nacional. É que, para além de se tratar de um edifício primogénito de um determinado estilo artístico, é um estilo artístico especificamente português. E esse primeiro estilo nacional está longe de ser fruto de um acidente. Diversos aspectos concorreram para a criação de algo inédito. Dentro de uma perspectiva conjuntural podemos apontar três, como os descobrimentos marítimos ibéricos, que alteram substancialmente a mundividência medieval europeia, a invenção

de Jesus de Setúbal in *Modernices*, Ed. Associação Académica da Universidade Moderna de Setúbal, ano III, n.º 7, Março-Maio de 2006, pp. 12 – 13 – Parte I e n.º 8, Junho de 2006, pp. 6 – 7 – Parte II.

da imprensa, que vem permitir a divulgação do conhecimento a uma escala sem precedentes, bem como a criação dos primeiros saberes laicos, arrancando das mãos dos eclesiásticos o monopólio do saber e, em terceiro, o desenvolvimento sério da artilharia, que vem alterar um *status quo* milenar, de supremacia civilizacional e de submissão da Europa à Ásia. Desde o Império Romano que não existia domínio militar europeu sobre o primeiro continente (Ásia), excepção feita ao efémero reino de Franco de Jerusalém.

A estes três aspectos referidos, temos de adicionar um outro de não menor importância, a questão da *iurisdictio imperii*⁷⁶, questão sempre sensível quando pensamos na Europa. Como sabemos, a ideia de império perpassa toda a medievalidade europeia. No caso peninsular, houve sempre uma certa renitência e resistência em relação ao ideal imperial, principalmente pelo facto de as terras estarem a ser conquistadas aos muçulmanos, sendo, conseqüentemente, difícil de justificar a submissão a um imperador cristão que não se imiscuía nessa conquista. É apenas quando a Península Ibérica se encontra integralmente em posse de monarcas cristãos, e com a aliança entre os reinos peninsulares de Aragão com Leão e Castela pelos denominados Reis Católicos, que a ideia imperial ressurgiu seriamente. Assim, não é de espantar que surjam estilos artísticos específicos espanhóis, como o *mudejár* e o *plateresco*. A aliança poderosa de Aragão e Castela desequilibra o potencial político-militar das nações ibéricas, não sendo de espantar, pois, que o nacionalismo moderno das nações peninsulares se reinvente. O estilo manuelino é, então, dentro desta perspectiva, uma afirmação de identidade portuguesa.

⁷⁶ Sobre este muitíssimo interessante tema veja-se, principalmente, Martim de Albuquerque – Portugal e a “Iurisdictio Imperii” in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XVII, Lisboa, 1964 (separata), *O poder político no renascimento português*, Ed. Instituto Português de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, 1968 e – *A consciência nacional portuguesa – ensaio de história das ideias políticas*, Ed. ?, Lisboa, 1974. Veja-se igualmente Pedro Calafate – A reflexão portuguesa sobre a política nos Séculos XVI e XVII in *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate. Ed. Caminho, volume II, Lisboa, 2001, pp. 663 - 700.

A terceira dimensão é a local. O Convento de Jesus é o segundo convento erigido em Setúbal, coincidindo com o início da “idade do ouro branco”, ou o período da riqueza salineira⁷⁷. Foi, também, o primeiro convento edificado junto da povoação. A fama que granjeou junto das gentes foi enorme. Tal deveu-se a diversas razões, tais como pelo facto de estarem próximas das pessoas, pelo alto estatuto social original das freiras, pela sua conduta de vida rigorosa, mas, principalmente, pelas diversas manifestações do maravilhoso e do sagrado que neste espaço ocorriam. De facto, as relíquias milagrosas do convento, eram poderosíssimos totens taumatúrgicos, através dos quais se curavam vários fiéis. Foram relatados diversos casos de freiras que eram visitadas por espíritos e tinham contactos místicos intensos com o sagrado. Note-se, não obstante, que se tratava de irmãs invulgarmente preparadas e com interesses intelectuais diversificados, facto constatável na escrita culta, espontânea e feliz das crónicas.

Devido à extinção das ordens religiosas em Portugal, o Convento deixa de ter esta função em 1881, data em que vem a falecer a última religiosa que nele vivia. A Santa Casa da Misericórdia, que obtém o usufruto daquele edifício, aí instala um hospital que se encontrará em funcionamento até 1961, altura em que cessa funções devido ao facto de ter sido construído o actual Hospital de S. Bernardo. Esta transformação de funções acompanha o liberalismo mais vincado de Setúbal, pelo que a função hospitalar cumpre um lugar de primordial importância. Neste espaço os sadinos nascem, curam-se, convalescem e morrem.

Os anos 60 do Século XX marcam uma nova dinâmica económica em Setúbal. É o começo do desenvolvimento dito “moderno”, do betão e do cimento, do crescimento populacional extraordinário. Sobre o patrocínio de Moniz Borba, Provedor da Santa

⁷⁷ Virgínia Rau - *Estudos sobre a história do sal português*, Ed. Presença, Lisboa, 1984, José Hermano Saraiva - *A História de Setúbal in Setúbal na História*, Ed. LASA, Setúbal, 1990, pp. 13 – 24 e Jorge Borges de Macedo - *Setúbal na história social portuguesa in Setúbal na História*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 171 - 190.

Casa, em colaboração com a autarquia, o espaço sofre nova metamorfose, albergando agora o Museu de Setúbal. Conforme já dissemos antes, havia já muito tempo, mais concretamente cem anos, que o Convento de Jesus havia sido apontado para museu da cidade de Setúbal, pois tratava-se, na opinião da classe média setubalense, do melhor destino para salvaguardar o mais belo monumento de Setúbal, aliando-o a uma nova função também considerada como urgente. Parece-nos útil recordar a apresentação de Ana de Castro Osório ao município, em 1901:

...Se fossemos bastante ricos para edificarmos uma casa com todas as condições que a hygiene requer nas modernas habitações hospitalares, de construção ligeira, rez-do-chão, bem arejada e dividida propositada para o fim a que se destinava, não hesitaríamos um instante em propor á Santa Casa da Misericórdia a troca por essa jóia de inestimável preço que se chama Convento de Jesus. Ahi instalaríamos o museu que Setúbal requer, n'essa casa que já por si representa um momento único de grandeza na história artística do paiz, e que hoje, embora menos mal conservado, não é respeitado como devem ser os monumentos d'arte⁷⁸.

Todavia, em 1961, concorreram para tal museu as incorporações de várias colecções da Santa Casa e do Município, desde pintura a ourivesaria, escultura a mobiliário, desenhos e arqueologia. O Museu de Setúbal/Convento de Jesus é criado, pois, em contra-ciclo com as teorias da evolução a qualquer preço, integrando as teorias de um desenvolvimento sustentado, equilibrado e harmonioso com a natureza do lugar e das suas memórias. Em 1992, após dez anos profícuos, o Museu fecha as portas para reestruturação, reestruturação essa que ainda hoje encontra dificuldades em se iniciar. O edifício, pelas directrizes executórias de um primeiro projecto arquitectónico de recuperação, foi picado até à estrutura de base. Também se procedeu à reorganização do Largo de Jesus, fronteiro à Igreja. Todavia, desde então não se passou à recuperação

efectiva, apesar da elaboração de um novo projecto, da autoria de João Luís Carrilho da Graça.

Este consagra a recuperação do Convento de uma forma ligeira e harmoniosa, minimizando a utilização de materiais modernos, com vista a não entrar em conflito com o equilíbrio do edifício. O rebaixamento do piso à sua cota primitiva e a correcta recuperação das estruturas que o compõem, manifesta uma sensibilidade face à importância, mas simultânea fragilidade, da construção quatrocentista. Somente a parte expositiva ficará instalada no Convento, visto que os serviços técnicos e instalações associadas estarão num outro edifício, a Norte do Convento. O arranjo exterior será substituído por um parque que rodeará todo o conjunto, criando declives suaves até ao edifício, que se encontra a uma cota inferior em relação à actual da cidade de Setúbal. Trata-se de um projecto a meio caminho entre o museu que se desenvolve dentro de uma perspectiva funcionalista e expressionista. Um museu introspectivo, conforme convém, pois privilegia a actividade interior, mas, simultaneamente, abre-se delicadamente para o entorno, com uma atenção e harmonia que relembra a feliz solução de Álvaro Siza no Centro de Arte Contemporânea de Santiago de Compostela, apesar de, na execução prática, evocar o museu Gulbenkian. Contudo, o pressuposto teórico não deixa dúvidas. Valoriza-se o convento e as suas colecções como a essência real do projecto, oferecendo-lhes espaços novos à sua medida, respeitando as pré-existências. O novo edifício, com uma volumetria idêntica ao convento, apresenta, no lugar do claustro, um lago, que cumpre função semelhante ao claustro conventual, ou seja, um desenvolvimento funcional em torno de um espaço central sagrado, de pausa e recolhimento, conforme foi defendido por Le Corbusier. Este projecto, não só revela uma vasta sensibilidade e saber visual, que são comumente reconhecido ao autor, mas

⁷⁸ *O Sul*, 01 de Dezembro de 1901, p. 3.

também assume uma forte componente ideológica, pois materializa, sem dúvida, a vocação social deste museu, que é a de ser o templo identitário de Setúbal⁷⁹.

Apesar das várias utilizações e múltiplos arranjos, não se chegou a transformar profundamente o edifício. A essa sensibilidade trans-secular se deve o facto de ainda hoje podermos deixar-nos maravilhar e encantar com um dos mais belos e personalizados monumentos jamais existentes em Portugal, precocemente classificado como Monumento Nacional. Contudo, mais importante que usufruir de uma classificação do estado central, é o facto de antes mesmo desse reconhecimento por parte do governo, já a cidade ter eleito o convento como o símbolo de Setúbal. Tal deveu-se, certamente, ao facto da fama deste convento ser grande e constante, ao longo de todas as utilizações pelas quais passou, ao ponto de ser inimaginável a história de Setúbal, desde finais do Século XV, sem ele.

⁷⁹ Sobre a evolução das abordagens da arquitectura contemporânea face aos museus veja-se Josep Maria Montaner – *Museus para o Século XXI*, Ed. Gustavo Gili, SA, Barcelona – Amadora, 2003, um breve mas interessante ensaio das tendências estéticas arquitectónicas e da sua fundamentação teórica.

Parte I.5 – Os mitos genésicos – Set Túbal

Porém, um outro aspecto bastante relevante para o entendimento de uma comunidade é a compreensão das suas teorias genésicas; e nisto, tal como em vários aspectos, Setúbal é fértil. Para procurarmos as raízes mais profundas da criação de Setúbal, temos de nos debruçar sobre histórias muito antigas, de que já poucos guardam memória nos dias de hoje. As “estórias” sobre a origem mítica desta cidade assumem uma forma escrita nos inícios do Século XVI e é a origem mítica, julgava-se (e creio que ainda hoje tal se mantém), que revelava o carácter da comunidade urbana.

A exemplo dos textos poéticos e dramáticos da antiguidade clássica⁸⁰, que caracterizavam as cidades de acordo com as suas lendas fundacionais e deuses

⁸⁰ Veja-se, a título de exemplo, a peça de Eurípides, *As bacantes*, onde o autor, na caracterização de Tebas, coloca o túmulo da mãe de Dionísio no Paço Real, pelo que assume toda a naturalidade que a entrada do culto dionisíaco na Grécia seja feito por esta cidade. O mesmo se observa claramente no poema heróico *A Ilíada*, aquando da profanação do templo de Apolo por Aquiles, pré-anunciando a

protectores, a tradição historiográfica tardo-medieval europeia e cristã, para além de retirar as informações úteis para a sua investigação destas obras, acaba por importar igualmente alguns modelos e conceitos dessas mesmas obras. Temos de lembrar que a tradição cronística medieval consistia na elaboração de uma recolha de inúmeros dados retirados apenas de fontes escritas, pelo que os autores antigos assumiam o peso de autoridades (pois neles se encerrava toda a memória da humanidade), congregando-se, de maneira acrítica, informações, por vezes, contraditórias. Na realidade, tanto valia uma informação dada por um tratadista, como a de um poeta, num mundo que se pensava que havia sido criado cerca de 5000 a 3000 anos antes de Cristo. A história dessa criação é sobejamente conhecida, pois o livro sagrado do *Génesis* era interpretado de uma maneira literal, ou seja, o mundo havia sido criado por Deus em seis dias, tendo descansado no sétimo. Deus criou o homem com Adão, mas vendo que este estava só, adormeceu-o, dele retirou uma costela e fez a primeira mulher, Eva⁸¹.

A decadência da humanidade era um facto continuamente constatável, atendendo a que, ao princípio, os homens viviam muitos anos⁸² e estavam muito próximos de Deus, ao passo que, na Idade Média, o sagrado estava menos presente e a esperança média de vida era inferior.

Uma outra concepção histórica genericamente aceite era a de que a história só podia ser descoberta através da documentação e de que a Europa era o depositário das raízes do mundo antigo e das raízes orientais (judaísmo e cristianismo). Como forma de oferecer alguma profundidade histórica e sentido às nações europeias, os historiadores medievais procuraram criar associações entre alguns heróis míticos de segunda linha,

perdição da cidade de Tróia. O símbolo mítico-religioso assume-se como a materialização da identidade da comunidade, pelo que pode ser profanado ou glorificado.

⁸¹ Bruce G. Trigger – *Historia del pensamiento arqueológico*, Ed. Crítica, Barcelona, 1986. Ver também *História do pensamento arqueológico*, Ed. Odysseus, São Paulo, 2004.

⁸² Na *Bíblia*, os patriarcas são descritos como vivendo muitos mais anos do que uma vida humana normal, ainda mais se nos reportarmos à Idade Média, com uma esperança média de vida bastante mais baixa do

bíblicos preferencialmente, e as diversas cidades e nações europeias. Tal era um comportamento generalizado para toda a Europa, constatável, de uma forma muito clara, na situação específica de Setúbal.

A narração mais arcaica da criação de Setúbal advém de um cronista real espanhol, quinhentista, Ambrósio de Morales. Para percebermos a narração sobre a criação de Setúbal, na sua totalidade, temos de relembrar antes, um episódio do *Génesis*. Deus, cansado da soberba humana e dos seus pecados, decide castigar a humanidade com a sua extinção. Porém, decide igualmente poupar um homem virtuoso e temente a Deus, chamado Noé. A este manda construir uma enorme barca, onde se colocasse um casal de cada espécie animal existente na terra. Noé cumpre os desígnios divinos e embarca com os animais e com a sua família. A espera não é longa, pois Deus envia chuva que dura quarenta dias e quarenta noites, da qual resulta toda a Terra ficar coberta por água. No final desta tempestade já não existia ninguém, para além daqueles que estavam na barca. Noé solta um corvo para averiguar se a tempestade havia passado, mas este não volta. Uns dias depois solta uma pomba branca⁸³, que retorna com um ramo de oliveira no bico. Noé compreende, então, que já pode desembarcar e povoar toda a terra, com os seus doze filhos. Este episódio denomina-se “Dilúvio Universal”.

O povoamento da Península Ibérica é, segundo Ambrósio de Morales, desempenhado por Túbal, neto de Noé. Segundo o autor, Túbal aporta a Cádiz formando o primeiro núcleo urbano ibérico. Continuando a navegar ao longo da costa Sul e Oeste da Península, volta a parar na foz do rio Sado onde funda o segundo núcleo urbano peninsular, Setúbal, ou *Set* Túbal, o que significaria Sede/Lugar de Túbal⁸⁴.

que aquela que temos actualmente. Tais episódios, como o de Abraão, com uma longevidade absolutamente invejável, também estão reunidos no *Génesis*, o primeiro livro da *Bíblia*.

⁸³ É a este episódio que se foi retirar o símbolo internacional da paz, a pomba branca.

⁸⁴ Beith significa casa ou sede, em hebraico, pelo que seria mais lógico Beithúbal, ou seja, a casa de Túbal.

Rapidamente esta versão vem a ser contestada pelos historiadores portugueses de Quinhentos. André de Resende, o *pai* da arqueologia portuguesa, entra em contestação com Ambrósio de Morales. Tal é particularmente visível na *Carta a Bartolomeu de Quevedo* e n' *As Antiguidades da Lusitânia*. A *Carta a Bartolomeu de Quevedo* é uma longa missiva de resposta de André de Resende a Bartolomeu de Quevedo, sacerdote da Catedral de Salamanca, sobre diversos temas relacionados com a História de Portugal e da Espanha⁸⁵. Nessa carta, André de Resende defende que os historiadores espanhóis estão longe de serem referências de idoneidade historiográfica, pois as suas paixões imperialistas cegam-nos em relação à verdade. Ambrósio de Morales é um dos alvos enunciados dessa crítica tão eloquentemente construída, mas igualmente mordaz. N' *As Antiguidades da Lusitânia*, André de Resende debruça-se sobre a questão da localização de uma antiga cidade romana denominada Cetóbriga, que identifica como Tróia, na margem esquerda do rio Sado. A propósito dessa localização disserta sobre a teoria explicativa de Morales, desmontando-a até ao ridículo, dizendo-a pouco séria e inútil.

Gaspar Barreiros, outro antiquarista português do Século XVI, aluno de André de Resende em Évora, deixou-nos duas obras de interesse para esta problemática, *A Chorographia* e a *Suma ou Descrição da Lusitânia*. A *Chorographia* corresponde a um “manual de viagem” entre Badajoz e Milão, onde o autor discute aspectos históricos dos vários lugares por onde se passa nesse trajecto. A propósito desses locais vai reflectindo, de igual modo, sobre a realidade da história antiga de Portugal. Nesse modelo enquadra a questão de Cetóbriga, desferindo duros juízos sobre a teoria de

⁸⁵ André de Resende - *As antiguidades da Lusitânia*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996 e André de Resende – *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, edição com estudo e tradução de Virgínia Soares Pereira, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988.

Morales⁸⁶. Na *Suma*, temos a melhor e mais completa análise quinhentista ao povoado romano de Tróia, segundo defendeu o historiador contemporâneo Fernando Castelo-Branco⁸⁷, onde, uma vez mais, não se mima o autor espanhol.

Por último, Amador Arrais⁸⁸, autor dos *Diálogos*, obra enciclopédica e de raro talento, também se debruça sobre este assunto, com igual mau resultado para o historiador espanhol.

É Fernão de Oliveira⁸⁹, discípulo e adversário temível de André de Resende, que vem recuperar a teoria pós-bíblica de Ambrósio de Morales, na sua *História de Portugal*. Todavia, a engenhosa mente de um dos mais brilhantes humanistas lusos do Século XVI recupera a teoria adaptando-a aos seus interesses. Em primeiro lugar recupera a dignidade do historiador espanhol, para, em seguida, o acusar de pequenos defeitos, humanamente compreensíveis, como o seu aceso patriotismo. Com isto, alicerçado num discurso muito convincente, Fernão de Oliveira vem defender que Setúbal foi, efectivamente, criada por Túbal, mas, como a própria declinação do nome indica, tratou-se da primeira cidade por si fundada na Península Ibérica. *Set* Túbal é-nos apresentada como a cidade matricial da civilização ibérica, desta feita em território português.

Já no crepúsculo do intelectualmente brilhante Século XVI, Bernardo de Brito⁹⁰, com a monumental *Monarchia Lusitana*, vem reforçar a posição de Fernão de Oliveira, consagrando-a como a mitologia de Setúbal, à qual adere com todo o entusiasmo e

⁸⁶ Gaspar Barreiros – *Chrographia de alguns lugares que stam em hum caminho...*, 2.ª ed., Ed. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1968 e Gaspar Barreiros – Um inédito de Gaspar Barreiros: “Suma, e descripçam de Lusitânia” in *Revista da Universidade de Coimbra*, edição com estudo de Justino Mendes de Almeida, volume 31, 1984, pp. 1 – 52.

⁸⁷ Fernando Castelo-Branco - Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal in *Ocidente*, vol. 65, Lisboa, 1963.

⁸⁸ D. Frei Amador Arrais - *Diálogos*, Colecção Tesouros da Literatura e da História, fac-simile da edição de 1600, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1974 – Diálogo IV.

⁸⁹ José Eduardo Franco – *O mito de Portugal: a primeira História de Portugal e a sua função política*, Ed. Roma, Lisboa, 2002.

militantismo, que lhe é reconhecido pelos seus estudiosos. Esta versão, veiculada por Bernardo de Brito, vai influenciar muita da produção historiográfica portuguesa até ao nascimento da Academia de História⁹¹, no “Iluminismo” português do Século XVIII. Ainda no Século XX esta visão era criticada por historiadores e arqueólogos, o que é demonstrativo da previvência desta teoria mitológica como narrativa explicativa da génese da cidade de Setúbal⁹². Podemos encontrar um paralelismo entre esta narrativa e a da fundação de Lisboa por Ulisses, o herói do outro poema épico atribuído a Homero, a *Odisseia*, se bem que no caso de Setúbal é de origem bíblica, enquanto que no caso de Lisboa é de origem pagã.

Resta-nos, contudo, tentar lançar algumas hipóteses explicativas para o porquê desta narrativa e do porquê da sua negação e recuperação adaptada. Na realidade, Ambrósio de Morales escreve, sob patrocínio real, no contexto do delicado processo de junção das coroas de Castela e Aragão. Com essa associação política, nasce, igualmente, uma neo-hispanização teórica, que vem a resultar no nome de Espanha para essa nova realidade administrativa, derivada de Hispânia, o nome que os romanos davam à Península Ibérica como um todo. Efectivamente, da Hispânia romana, pouco ficava de fora com a junção de Castela a Aragão, somente a estreita língua ocidental, um país chamado Portugal. À criação da Espanha estava associada a noção de império, como forma de substituição dos regionalismos ibéricos, tendo, para tal, recuperado e valorizado a memória histórica do Império dos Visigodos como ideal político. É lógico,

⁹⁰ Bernardo de Brito - *Monarquia Lusitana*, Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2 volumes, Lisboa, 2004 – principalmente o 1.º volume.

⁹¹ Mesmo sendo o maior opositor de Bernardo de Brito, podemos-lhe encontrar algum eco destas ideias em Duarte Nunes de Leão - *Descrição do Reino de Portugal*, Coleção Clássicos da Historiografia, Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 3.ª ed., Lisboa, 2002, para além de, já bem dentro do Século XVIII, termos esta visão em António Carvalho Costa – *Corografia Portuguesa*, Ed. Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, Coleção Ophir – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, n.º 4, Lisboa, 2001.

⁹² José Marques da Costa – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. C. M. S., Setúbal, 1960.

portanto, que Ambrósio de Morales sugira, como primeira fundação urbana, uma cidade que esteja na nova Hispânia, pois era esse o projecto com o qual estava comprometido.

Perante a associação de quase toda a Península Ibérica debaixo de uma só coroa, que tinha uma linha de acção agressiva, Portugal procura dar uma resposta a vários níveis, sendo um deles a produção intelectual, nomeadamente a histórica. Assim, de um panorama relativamente arcaico de produção cronística, em muito pouco tempo, mercê das bolsas régias para estudantes universitários se poderem manter em universidades estrangeiras e pela renovação da universidade portuguesa, assistiu-se a um salto qualitativo muito rápido, passando de um paradigma medievo para um paradigma humanístico-renascentista. É dentro desse novo modelo que estão André de Resende, Gaspar Barreiros e Amador Arrais, que possuidores já da noção de crítica histórica e de uso criterioso das fontes clássicas e quais delas seriam dignas de crédito na construção de uma narrativa histórica, reforçando as suas teorias com dados arqueológicos, destroem desapidadamente a teoria de Ambrósio de Morales, bem como outras teorias de historiadores espanhóis, pois a Hispânia colidia, obviamente, com os interesses da nação portuguesa. É dentro desta nova historiografia portuguesa que temos a recuperação da figura de Viriato e da Lusitânia. Aliás, o primeiro autor a utilizar o termo lusitanos como sinónimo de portugueses é André de Resende⁹³. Para além de lusitanos significarem portugueses, significavam, simultaneamente, resistência e valentia contra os imperialismos, antes romanos, à altura, espanhóis⁹⁴.

⁹³ Américo da Costa Ramalho – A palavra Lusíadas in *Estudos sobre o Século XVI*, 2.ª ed., Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983, pp. 221 – 236.

⁹⁴ Dentro deste problema há várias obras elucidativas, que remetem para muitas outras ainda. Assim, veja-se, por exemplo, José Luís Neto – Fé, nação e império – o pensamento político de D. Frei Amador Arrais, Ed. Colibri (no prelo), José Eduardo Franco – *O mito de Portugal: a primeira História de Portugal e a sua função política*, Ed. Roma, Lisboa, 2002 e André de Resende – *As antiguidades da Lusitânia*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996 e André de Resende – *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, edição com estudo e tradução de Vírginia Soares Pereira, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988, em que, em todos estes estudos, se reflecte a mesma noção de nacionalismo independentista, para além do clássico estudo de Hernâni Cidade sobre a literatura autonomista na época dos Filipes.

Com a entrada dos exércitos espanhóis em território português, em 1580⁹⁵, e com as duas coroas ibéricas unidas na cabeça de um e mesmo rei, a estratégia independentista sofre adaptações, o que trouxe consequências na estratégia de defesa intelectual e memorialística portuguesa. Nisso, Fernão de Oliveira foi arguto, como sempre reconhecemos. Na realidade, Fernão de Oliveira recupera a teoria de um historiador espanhol para reforçar a autoridade da sua própria teoria. Ao colocar Setúbal como a primeira cidade ibérica, procurava reforçar a superioridade de Portugal face a Espanha; e nada melhor para isso do que usar um espanhol, respeitado pelos espanhóis, para demonstrar bem as diferenças. Bernardo de Brito explora o mesmo filão, ou seja, uma espécie de concorrência histórica entre as duas nações, apontando para a vitória dos lusitanos.

Assim, e concluindo com o “Era uma vez, na Era dos Titãs...”, a narrativa mítica da génese da cidade de Setúbal é um aspecto instrumental de uma discussão mais ampla sobre predominância política na Península Ibérica. Por razões, pensamos agora claras, foi a última versão que se consolidou na imagética sadina. Hoje esquecida, esta versão mítica da criação de Setúbal foi, todavia, estimada pelos setubalenses, que a conheciam tão bem como a versão veiculada por André de Resende, Gaspar Barreiros e Amador Arrais. Enquanto que a versão dos renascentistas se mantinha pela autoridade e credibilidade dos três historiadores (apesar da maioria do crédito ir para André de Resende, sem sombra de dúvida), a versão neo-bíblica era mantida pois respondia a outras dimensões que a aridez racionalista dos humanistas deixava em aberto; encontrando a sua continuação nos campos da criação poética e artística.

⁹⁵ Sobre o caso de Setúbal veja-se Carlos Santos Bessa – Invasão do Duque de Alba em 1580 – importância e resistência de Setúbal in *Setúbal na História*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 209 – 244.

Parte I, 6 – Os mitos genésicos – Cetóbriga

As construções teóricas sobre as origens de Setúbal, como já deve ser evidente por esta altura, estão submetidas às possibilidades dos tempos em que são produzidas. Assim, não é de espantar que os antiquaristas renascentistas, André de Resende, Gaspar Barreiros e Amador Arrais, tenham rejeitado a hipótese neo-bíblica de Túbal. Para além da sua rejeição, estes autores fizeram um conjunto de análises de terreno e optaram pela construção de outras hipóteses explicativas para a questão da origem da cidade sadina⁹⁶.

Para tal recuaram até à época que maior fascínio exerceu sobre os humanistas, a antiguidade clássica. Pelo menos André de Resende e Gaspar Barreiros passaram e

⁹⁶ André de Resende - *As antiguidades da Lusitânia*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996 e André de Resende – *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, edição com estudo e tradução de Vírginia Soares Pereira, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988, Gaspar Barreiros – *Chrographia de alguns lugares que stam em hum caminho...*, 2.^a ed., Ed. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1968 e Gaspar Barreiros – Um inédito de Gaspar Barreiros: “Suma, e descripçam de Lusitânia” in *Revista da Universidade de Coimbra*, edição com estudo de Justino Mendes de Almeida, volume 31, 1984, pp. 1 –

permaneceram em Setúbal, na procura da resolução desse mistério. Essa permanência encontra a sua explicação nas monumentais ruínas de Tróia, cidade romana que fica na margem exactamente oposta do rio Sado. Quer um, quer outro, observaram as ruínas ainda visíveis no local e dissertaram longamente sobre estas, bem como sobre outras, de menor imponência, na região. Fontes documentais da antiguidade clássica⁹⁷ referiam uma cidade romana de alguma importância na zona entre Lisboa (Olisipo) e Alcácer do Sal (Salacia), a cidade de Cetóbriga.

Essa cidade de Cetóbriga era identificada com a cidade soterrada nas areias de Tróia, contudo, o sufixo *briga* colocava alguns problemas, pois tratava-se de um sufixo de tradição céltica que apontava para um povoado fortificado num ponto alto. Ora, a península de Tróia, como sabemos, não corresponde a uma zona montanhosa, bem como não apresenta qualquer vestígio de ter possuído uma muralha. No entanto, os autores concordavam que esta era a única possível localização, visto que era o local que apresentava vestígios romanos de particular relevância.

O encanto que as ruínas de Tróia exercem foi determinante para que, logo no Século XVIII, fosse desenvolvida uma primeira escavação arqueológica, dirigida por Manuel do Cenáculo, Prelado Maior de Beja e Évora, uma das mentes mais avançadas do Iluminismo em Portugal. Segue-se-lhe o interesse manifestado pela própria princesa e futura monarca D. Maria I, tornando o sítio arqueológico de Tróia numa promessa de Pompeia à portuguesa. Só em 1850, através da iniciativa do prelado Gama Xaro, se assistiu a uma nova acção significativa nos areais de Tróia, com a constituição da Sociedade Arqueológica Lusitana, a primeira associação de arqueologia em Portugal, fundada em Setúbal. Essa actividade arqueológica durou até 1857, altura em que a Sociedade é oficialmente extinta. Seguiu-se nova intervenção por arqueólogos

52, D. Frei Amador Arrais - *Diálogos*, Coleção Tesouros da Literatura e da História, fac-simile da edição de 1600, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1974 – Diálogo IV.

estrangeiros, das sociedades de exploradores francesa e inglesa, o que levou a uma enérgica reacção dos antigos membros da Sociedade Arqueológica Lusitana e da Real Associação dos Arquitectos Civis e dos Arqueólogos Portugueses, irados pelo facto de aquele sítio arqueológico estar a ser pilhado⁹⁸.

Aliás, Tróia foi alvo do interesse da maior parte dos mais famosos arqueólogos portugueses, que ali trabalharam, senão sistematicamente, pelo menos pontualmente. É o caso de Leite de Vasconcelos, fundador do Museu Nacional de Arqueologia, Manuel Heleno, segundo director desse museu e regente principal das cadeiras de arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa⁹⁹, Fernando Bandeira Ferreira, assistente da Faculdade de Letras, D. Fernando de Almeida, terceiro director do MNA e regente de cadeiras de arqueologia da Faculdade de Letras.

Assim, desde finais do Século XIX que o sítio de Tróia estava associado à maior instituição da arqueologia portuguesa. Com o 25 de Abril de 1974 e a posterior criação do IPPC (Instituto Português do Património Cultural), depois IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico), ora IGESPAAR, I. P., a tutela da cidade romana transita do Museu Nacional de Arqueologia para a nova instituição, onde hoje se mantém, continuando a motivar os investigadores de arqueologia, antropologia e história da arte, materializadas em novos estudos e diversas publicações que vão sendo dadas à estampa.

⁹⁷ Ptolomeu, Marciano e o Itinerário de Antonino.

⁹⁸ Sobre a estação romana de Tróia abundam estudos, mas, do prisma que optámos por observar, não são assim tantos. Salienta-se, contudo, João Carlos de Almeida Carvalho – *A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas da ruinas de Troia, e onde se acham depositadas*, 1890; Fernando Castelo-Branco – *Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal in Ocidente*, vol. LXV, n.º 304, Lisboa, 1963; Ana Cristina Martins – *As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de Oitocentos in Archaia*, n.ºs 3, 4 e 5, Madrid, 2003-04, pp. 65 – 85. José Timóteo Machado – *Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de arqueologia in Memórias da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, vol. 1, Santiago do Cacém, 1987 (separata).

⁹⁹ Fernando Castelo-Branco – *Subsídios para o estudo da actividade do Prof. Manuel Heleno in Ethnos*, vol. 7, Lisboa, 1970 (separata).

No entanto, não estamos a seguir a história da cidade romana de Tróia, mas sim a saga e labor da investigação à volta da localização precisa de Cetóbriga. O facto de existir uma cidade romana na foz do Sado não sossegou os pesquisadores, devido ao significado possível para o termo *briga*. Vários investigadores dedicaram o seu tempo a esta antiga questão, mas foi, do nosso ponto de vista, António Inácio Marques da Costa, amigo e colaborador de Leite de Vasconcellos (o qual também se dedicou à questão), natural de Leiria e radicado em Setúbal, onde chegou a exercer as funções de Presidente do Município, que mais empenho colocou nessa tarefa¹⁰⁰.

António Inácio Marques da Costa recusa a tradicional colagem de Cetóbriga a Tróia, celebrizada por André de Resende e reafirmada no final do Século XIX, por Emilio Hübner, famoso investigador alemão, da antiguidade clássica, que veio dar um novo alento aos estudos sobre a época romana em Portugal. Diga-se, em abono da verdade, que Hübner não concordava frequentemente com André de Resende, acusando-o de forjar epígrafes latinas, mas, neste caso, havia sido da mesma opinião que o investigador quinhentista português.

Marques da Costa aponta três razões para a recusa daquela localização para Cetóbriga. Em primeiro lugar, afirma que Tróia não ficava num local alto e fortificado. Em segundo, o *Itinerário de Antonino* não permitia supor que a via entre Lisboa e Alcácer passasse pela margem Sul do Sado. Em terceiro, porque recusava a hipótese de que Tróia já tivesse estado ligada à margem Norte e que, devido a movimentos de marés e alterações do leito do rio, se tivesse deslocado para a outra margem (a Sul).

Quanto à hipótese de se tratar de Setúbal, avançada por João Baptista de Castro, nos anos meados do Século XVIII, alega que a cidade também está num sítio plano e

¹⁰⁰ António Inácio Marques da Costa - Setúbal Antiga. Localização de Cetobriga in *Cetobriga*, n.ºs 2 a 5, Setúbal, 1926.

que nos montes que ocupa não há nenhum achado que responda às características que devia apresentar¹⁰¹.

Resta, segundo o autor, na esteira da opinião veiculada por José Leite de Vasconcellos n' *As Religiões da Lusitânia*, encontrar um local alto e amuralhado, ocupado por Celtas, que se tivesse mantido habitado em tempo de domínio romano. Assim, põe sobre a mesa o Castro da Rotura, junto da ermida de S. Luís. Todavia, o investigador que havia publicado diversos estudos sobre este sítio, diz-nos que este povoado fortificado havia sido abandonado muito antes da ocupação céltica (ou seja, Idade do Ferro), sem ter tido ocupação nem na Idade do Ferro, nem nos séculos de dominação latina.

Como segundo caso possível aponta Alferrar, onde foram encontrados, por ele e por Arronches Junqueiro, abundantes vestígios de uma ocupação romana, mas os vestígios de uma ocupação anterior são demasiados frágeis. Para além disso não apresenta qualquer vestígio de muralha, pelo que é rejeitada, a essa altura dos conhecimentos, como possível Cetóbriga. Note-se que as análises de António Inácio Marques da Costa são publicadas em 1926, em quatro números da revista sadina *Cetóbriga*.

Por último, aponta o Castro de Chibanes, que apresenta ocupação desde o Neolítico, passando pelas sucessivas idades do Cobre (actualmente Calcolítico), do Bronze e do Ferro, até ao período de domínio romano. Trata-se, portanto, de um povoado fortificado num alto, ocupado tanto por Celtas como por Romanos, pelo que, Chibanes é a localização mais provável para Cetóbriga. No que respeita a Palmela, António Inácio Marques da Costa diz-nos que não há vestígios pré-romanos, nem

¹⁰¹ No entanto António Inácio Marques da Costa tinha conhecimento de materiais arqueológicos romanos em Setúbal, uma vez que havia recolhido diverso espólio na necrópole romana de S. Sebastião, o que não deixa de surpreender. Veja-se Carlos Tavares da Silva – Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião (Setúbal), Ed. Separata do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 1966.

romanos, fiáveis e seguros. O trabalho de António Inácio Marques da Costa, que também se dedicou a Tróia, permaneceu como a última palavra séria sobre este tema até 1957.

A 20 de Maio de 1957, aquando da instalação do saneamento, *um feliz acaso colocou-me, naquele dia, entre amargurado e deslumbrado, ante um espectáculo inédito. Em alvoroço, o mulhierio desgrenhado da antiga Rua Direita de Troino, de mistura com o rapazio descalço e irrequieto, entre pescadores de tez bronzeada, vendia, às mancheias e, até, às alcofas, inconscientes do seu valor, autênticas moedas romanas do século IV. Digo entre amargurado e deslumbrado, porque via, nas mãos da pobre gente, que sonha com mouras encantadas e tesouros escondidos, um autêntico tesouro a esbanjar-se e a perder-se para a historiografia nacional. As peças numismáticas logo correram, levadas por pobres e ricos, pelas ruas e praças de Setúbal. Apreendidas muitas, não todas, pela Polícia de Segurança Pública, encontram-se depositadas, no edifício da Câmara Municipal, 11091 destas numismas. A picareta de um operário das obras de saneamento acabara de estilhaçar uma ânfora. Deste escrínio de valiosa documentação, logo saltaram aquelas moedas, como que espavoridas, quase irreconhecíveis e deslumbradas pela luz forte de um sol fascinante, depois de um repouso de quase duas vezes milenário, para dizerem aos historiadores que tudo o que se tem dito e escrito sobre as origens de Setúbal, necessita de atenta revisão e de profunda correcção*¹⁰².

Este tesouro monetário chegaria às 21000 moedas¹⁰³, com a descoberta de uma segunda ânfora. Com estas descobertas ressurgiu a problemática da localização de Cetóbriga e quem a relança é José Marques da Costa (não confundir com o já referido

¹⁰² José Marques da Costa – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960, p. 6.

António Inácio Marques da Costa), professor do ensino técnico profissional, membro da Comissão de Arte e Arqueologia da Câmara Municipal de Setúbal e do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia (sediado no Museu Nacional de Arqueologia)¹⁰⁴.

José Marques da Costa realiza o acompanhamento arqueológico de todas as valas abertas na cidade de Setúbal para instalar o saneamento público e as descobertas que se seguiram foram impressionantes. Até esse momento não se conheciam vestígios romanos em Setúbal. Fábricas de salga de peixe, como se conheciam em Tróia, colunas, alicerces de estruturas, entre muitos vestígios, situados entre a Rua da Brasileira, a Oeste e Palhais, a Este. A extensão da dispersão dos materiais era extraordinária. Cerâmicas finas, cerâmicas comuns, ânforas, tudo em quantidades que permitiam o verdadeiro assombro e deslumbramento.

Marques da Costa não tinha qualquer dúvida, Cetóbriga estava finalmente encontrada, jazia sob as ruas de Setúbal. Com esta convicção, com o peso esmagador dos dados recolhidos, dirigiu-se à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a 16 de Dezembro de 1958, para apresentar as descobertas feitas no subsolo de Setúbal, no I Congresso Nacional de Arqueologia, a maior e mais importante reunião de arqueologia em Portugal, naqueles anos.

A apresentação à comunidade dos arqueólogos portugueses, contudo, não correu nada como José Marques da Costa esperava. No público encontrava-se, entre outros, Fernando Bandeira Ferreira, que coadjuvava Manuel Heleno nas escavações de Tróia, um dos mentores da tertúlia arqueológica de Campo de Ourique (Lisboa), onde entravam investigadores como Justino Mendes de Almeida, Eduardo da Cunha Serrão,

¹⁰³ O estudo da colecção numismática que hoje se encontra depositada no Museu de Setúbal/Convento de Jesus é de J. A. Carvalho Fernandes – *Tesouro monetário da área urbana de Setúbal*, estudo policopiado, 1978.

Prescott Vicente e José João Gomes. Trata-se, na minha opinião pessoal, de um dos maiores arqueólogos que Portugal já teve. Porém, o brilhantismo de Bandeira Ferreira não foi harmonizado com simpatia pelos esforços do professor da Escola Técnico-Profissional sadina, actual Escola Sebastião da Gama. José Marques da Costa passou por uma horrível humilhação que não terminou ali¹⁰⁵. *O Setubalense*, periódico local que inicia a sua actividade em 1857, foi outro campo desta batalha pela verdade histórica. Os golpes de misericórdia surgem pelas mãos de Fernando Bandeira Ferreira, em *O problema da localização de Cetóbriga*, de 1959¹⁰⁶ e Fernando Castelo-Branco, *Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal*, de 1963¹⁰⁷. Com estas publicações, os dois mais brilhantes estudos sobre *Cetóbriga*, o *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, de José Marques da Costa, editado pela Câmara Municipal de Setúbal em 1960¹⁰⁸, bem como a *sala de arqueologia* do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, de 1961, resultaram em nados-mortos¹⁰⁹. José Marques da Costa estava cientificamente desacreditado, fruto do efeito de destruição da academia.

Esta situação vem a marcar de forma radical, parece-nos, os percursos investigatórios e estudos do então jovem aprendiz de arqueólogo Carlos Tavares da

¹⁰⁴ Arquivo Distrital de Setúbal – *Câmara Municipal de Setúbal* – Comissão de Arte, Estética e Arqueologia.

¹⁰⁵ José Marques da Costa – Novos elementos para a localização de Cetóbriga: os achados romanos na cidade de Setúbal in *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Ed. Instituto de Alta Cultura, volume 2, Lisboa, 1959, pp. 197 – 227.

¹⁰⁶ Fernando Bandeira Ferreira - O problema da localização de Cetóbriga - seu estado actual in *Conimbriga*, n.º 1, Coimbra, 1959, pp. 41 - 70.

¹⁰⁷ Fernando Castelo-Branco - Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal in *Ocidente*, vol. 65, Lisboa, 1963.

¹⁰⁸ José Marques da Costa – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960.

¹⁰⁹ José Luís Neto e Maria João Cândido – Arqueologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus in *Actas do 2.º encontro de museus com colecções de Arqueologia*, Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Museu Nacional de Arqueologia, Sociedade Martins Sarmento e Museu Regional de Arqueologia - D. Diogo de Sousa e José Marques da Costa - *Inventário da Coleção Arronches Junqueiro pertencente à Câmara Municipal - Secção de Arqueologia - Museu de Setúbal*, 1963 (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus), bem como *Sala de Arqueologia - Apontamentos para o catalogo* (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus).

Silva, que inicia as suas publicações sobre esta cidade em meados dos anos 60 do Século XX, ou seja, quando estas feridas eram ainda muito recentes¹¹⁰.

De facto, do nosso ponto de vista, Carlos Tavares da Silva incarna perfeitamente a tradição dos investigadores que o antecederam, sadinos por nascimento ou por opção, mas revela uma acuidade cautelosa. A arqueologia estava a mudar, muito, de actividade romântica em actividade pré-profissional. A situação de José Marques da Costa, provavelmente, também terá contribuído. Aliás, uma das primeiras publicações de Carlos Tavares da Silva sobre Setúbal não nos parece inocente. Trata-se do estudo sobre a necrópole romana de S. Sebastião, publicado em 1966, onde revela que, afinal, António Inácio Marques da Costa tinha tido conhecimento de que existia ocupação romana em Setúbal, antes de 1926, pois, aquando da construção do túnel ferroviário Palhais-Fontainhas, obra muito polémica na época, havia sido descoberto um cemitério romano, o que entra em clara contradição com o que ele havia afirmado nos seus estudos sobre *Cetóbriga*.

Com grande paciência, vem realizando intervenções no subsolo de Setúbal, através do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, desde os anos 70. Com a intervenção arqueológica da Travessa dos Apóstolos, na freguesia de Santa Maria, em meados dos anos 80, vê recompensada a sua busca sistemática¹¹¹. Numa sondagem de 2 por 2 metros são detectados materiais em continuidade estratigráfica desde o Bronze Final, passando pela Idade do Ferro I e Ferro II, ao romano Alto-Imperial.

¹¹⁰ Veja-se, por exemplo, o já referido estudo Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião (Setúbal), Ed. Separata do IV Colóquio Português de Arqueologia, Porto, 1966 e O. da Veiga Ferreira e Carlos Tavares da Silva – Uma bela jóia romana encontrada em Setúbal in *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 31- 32, 1968-69, separata.

¹¹¹ Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva - Ocupação Pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos in *Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*, Ed. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986.

A zona de Santa Maria onde esta intervenção ocorreu corresponde ao sopé de um morro, o morro de Santa Maria. Com esta descoberta Carlos Tavares da Silva pôde afirmar que, afinal, Setúbal sempre corresponde a *Cetóbriga*. Era difícil não o fazer, pois, afinal, estava perante um monte, com materiais com as cronologias necessárias para colocar tal hipótese e quanto à muralha, é tão difícil sustentar que não existiu como que existiu, visto que a zona está completamente urbanizada. Faltava, porém, verificar se Setúbal tinha sido ocupada ao longo da Alta Idade Média, visto que há referências a Cetóbriga no Anónimo de Ravena, no Século VII, e em Idrisi, no Século VIII. No entanto, havia que resgatar a dignidade de José Marques da Costa, bem merecida por sinal, pois muito se lhe deve. Setúbal voltava a tornar-se numa hipótese muito provável para o assentamento de *Cetóbriga*, mais do que Chibanes, que tem apenas uma curta ocupação romana. No entanto, desde os anos 90, com a criação do Gabinete de Arqueologia da autarquia e na sequência dos trabalhos por ele preconizados, Palmela surge, na realidade, como uma outra hipótese plausível. Alguns materiais da Idade do Ferro, bem como de período romano, para além dos períodos visigótico e muçulmano, têm surgido na vila.

Aliás, com as investigações dos materiais mais recentes de Tróia, António Rafael Carvalho vem demonstrar, se bem que ainda numa fase inicial de investigações, que Tróia, ao contrário do que se pensava, pode ter sido ocupada até ao Século VIII.

Desde que se iniciaram os trabalhos arqueológicos sistemáticos desenvolvidos no Centro Histórico de Setúbal, ou seja, na segunda metade dos anos 70 (infelizmente não tão sistemáticos como deveriam ser) e principalmente após algumas importantes descobertas de Carlos Tavares da Silva com o MAEDS¹¹², como as fábricas de salga de

¹¹² Sobre o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, criado em Dezembro de 1974, veja-se Joaquina Soares – Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130, onde, num sintético, mas exaustivo estudo, apresenta as actividades realizadas pelo Museu e as suas várias fases de intervenções arqueológicas no Centro

peixe da Praça de Bocage¹¹³ e da Travessa de Frei Gaspar¹¹⁴, os fornos de produção de ânforas Dressel 14 e cerâmica comum do Largo da Misericórdia¹¹⁵ e da Quinta da Alegria¹¹⁶ e as *Logiae* da Travessa dos Apóstolos¹¹⁷, que é aceite que *Cetóbriga* corresponde, efectivamente, a Setúbal.

No entanto, apesar deste acordo em relação à localização de *Cetóbriga*, parece-nos que se trata de uma aceitação provisória. Palmela¹¹⁸ e Tróia¹¹⁹, proximamente poderão fazer ressurgir esta tão difícil questão. A história da localização de *Cetóbriga*, tão importante para o estabelecimento da matriz identitária de Setúbal, está longe de estar concluída.

Histórico de Setúbal. É de referir que foi deste Museu que surgiu a proposta de classificação das Muralhas Medievais de Setúbal, com o objectivo de limitar a destruição irreflectida dos testemunhos arqueológicos existentes no subsolo urbano, nessa proposta, entre S. Sebastião e a Avenida 22 de Dezembro (E-W), a Avenida 5 de Outubro e a Avenida Luísa Todi (N-S). Sobre esta área veja-se Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva - *Muralhas medievais de Setúbal*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 1982.

¹¹³ Carlos Tavares da Silva e Antónia Coelho-Soares – A Praça de Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980 in *Setúbal Arqueológica*, Vols. VI -VII, Setúbal, 1980-81, pp. 249 – 284.

¹¹⁴ A Travessa de Frei Gaspar, onde actualmente está instalada a Região de Turismo da Costa Azul, corresponde ao único museu de sítio arqueológico - uma fábrica de salga, actualmente acessível ao visitante da parte urbana de Setúbal. Sobre esta fábrica e sobre a ocupação romana de Setúbal veja-se Carlos Tavares da Silva – Arqueologia de Setúbal – para o conhecimento das origens da cidade in *História de Setúbal*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 105-122 e Joaquina Soares – Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130.

¹¹⁵ Carlos Tavares da Silva – Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: A oficina romana do Largo da Misericórdia in *Ocupação romana dos estuários do Tejo e Sado – Actas das primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado*, Ed. Câmara Municipal do Seixal e Publicações D. Quixote, Lisboa, 1996, pp. 43 – 54.

¹¹⁶ Antónia Coelho-Soares e Carlos Tavares da Silva – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal in *Setúbal Arqueológica*, Vol. IV, Setúbal, 1978, pp. 171 – 201 e Antónia Coelho-Soares e Carlos Tavares da Silva – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal in *Setúbal Arqueológica*, Vol. V, Setúbal, 1979, pp. 205 – 221, para além de Françoise Mayet, Anne Schmitt e Carlos Tavares da Silva– *Les amphores du Sado – Portugal*, Ed. Mission Archéologique Française au Portugal e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Paris, 1996.

¹¹⁷ Joaquina Soares, op. citus.

¹¹⁸ Sobre Palmela veja-se Isabel Cristina Fernandes; António Simão Condeço e António Rafael Carvalho - *Arqueologia em Palmela 1988/92*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 1993 e António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004.

¹¹⁹ Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva – La place de Tróia dans l'économie de l'Hispanie romaine in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 85 – 99 e António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004.

Parte I, 7 – Os mitos genésicos – Ácale e a Proto-história regional

As raízes sadinas têm vindo a ser, até aqui, discutidas numa perspectiva unicamente urbana. Parece-nos, todavia, redutor. Antes de existir uma cidade é necessário existirem pessoas, pessoas que se possam aglutinar num projecto associativo em prol da construção de uma comunidade que vem a desenvolver-se até formar um núcleo urbano. Somente a hipótese explicativa neo-bíblica dispensa estes considerandos, mas como podemos rapidamente perceber, a hipótese neo-bíblica já não é equacionada como explicação racional, mas sim como arquétipo mítico, o que poderá vir a constituir-se como uma excelente fonte de inspiração contemporânea, caso seja relembrada e usada condignamente.

Os primeiros trabalhos sobre a Pré e Proto-História da região remontam a Carlos Ribeiro, na década de 70 do Século XIX, logo seguido pelos já citados investigadores

setubalenses António Inácio Marques da Costa e Arronches Junqueiro, nos finais de Oitocentos e transição para Novecentos. Aliás, a historiografia da Pré e Proto-História desta região é rica, muito rica mesmo.

Todavia, não vejo grande relevância para aquilo que aqui pretendemos explorar, fazer uma narrativa exaustiva desses estudos, mas pretendo, antes, captar a atenção para alguns pormenores de interesse para o assunto em discussão. Assim, nos Séculos XVIII e XIX a hipótese explicativa bíblica do mundo sofre rudes golpes descredibilizadores no mundo Ocidental, com os avanços das diversas áreas científicas naturais como a Geologia e as Biologias. *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, publicada em 1859, é indigesta para a Igreja, fazendo extremar discursos e criando dois partidos conflituantes que, nas suas retóricas antagonistas, raiaram ou ultrapassaram mesmo, o absurdo. O conflito entre ciência e religião ainda hoje se mantém, felizmente mais atenuado. Esse combate por verdades não permite, por vezes, a observação de realidades concretas.

De facto, muito do que se sabe sobre evolução humana se deve a homens da Igreja, como Teilhard de Chardin. Um dos grandes impulsionadores da Pré-História em Portugal foi o Abade Henri Breuil, já para não falarmos do Abade do Baçal, entre outros, também demonstrativos do interesse dos sacerdotes nesta área do conhecimento. Na realidade, a arqueologia portuguesa até à revolução liberal teve poucos investigadores que não pertencessem aos quadros eclesiásticos. Depois da revolução de 1820, manteve sempre uma representação importante de investigadores na arqueologia, até à profissionalização da actividade. Dito isto, queria salientar que o surgimento da Pré-História na arqueologia portuguesa não suscitou violentas convulsões teológicas e que a substituição da versão do *Génesis* pela teoria *Evolucionista* foi feita de forma natural. Talvez o mais interessante produto português do primeiro evolucionismo seja o

Elementos de Antropologia de Oliveira Martins¹²⁰, de 1880, com reedições frequentes, em 1881, 1885, 1895, 1909, 1924 e, posteriormente, em 1954 e 1987, transformando-se num sério caso de sucesso editorial. Porém, o evolucionismo é algo anterior ao trabalho do distinto Oliveira Martins, deve-se à primeira fase de trabalhos de arqueologia pré-histórica que culminam no Encontro Nacional de Antropologia de Lisboa, em 1880, bem como aos trabalhos de biólogos evolucionistas, como Albino Giraldes, Eduardo Burnay e Baltazar Osório. De facto, do conflito entre fé bíblica e evolucionista conhecemos o caso que opôs o Padre Valente a Mendes Correia, em 1935, se bem que Mendes Correia fosse partidário de um evolucionismo temperado e deísta, na linha de Teilhard de Chardin¹²¹.

A ocupação humana na região de Setúbal remonta, indiscutivelmente, ao Paleolítico Médio, com a descoberta de fragmentos ósseos de neandertalenses¹²². Segue-se um contínuo ocupacional, pois existem diversos testemunhos de ocupação humana no Paleolítico Superior. Do Epipaleolítico (VI e V milénos a. C.) são os conhecidos *concheiros* do Sado, não tão famosos como os seus congéneres de Muge, no rio Tejo, que estão ligados ao *Homo Afer Taganus*, uma das histórias mais interessantes da arqueologia portuguesa. Os *concheiros*, montes artificiais feitos pela acumulação de detritos alimentares de moluscos, conforme ao nome, foram estudados, no Sado, nos

¹²⁰ Oliveira Martins – *Elementos de Antropologia*, Ed. Guimarães, Lisboa, 1987. Na introdução o autor diz-nos: *As teorias evolutivas e transformistas, decisivamente vencedoras, vieram alterar por completo as ideias antigas acerca da história natural, substituindo aos processos descritivos os processos históricos ou genealógicos. Desde que a ideia da invariabilidade das espécies caiu, o estudo de cada indivíduo natural tem de abranger as sucessivas fases da sua formação e do seu desenvolvimento. [...] Supor que os homens foram sempre o que hoje são; que Adão nasceu acabado e invariável, como num mito análogo, Minerva saiu da cabeça de Júpiter, é pueril; [...] Para chegar a ser o indivíduo que nós somos, o homem passou por estados sucessivos, para além dos quais é já hoje forçoso reconhecer que outros estados, ainda não humanos, foram gradualmente preparando a constituição do tipo animal que é o último na série hierárquica dos seres criados.*

¹²¹ Carlos Almaça – *Evolucionism in Portugal*, Ed. Museu Nacional de História Natural, Lisboa, 1993, p. 5. Sobre a perspectiva de Teilhard de Chardin leia-se *O Fenómeno Humano*, Ed. Paulus, Apelação, 1998, tradução do original *Le Phénomène Humain*, Éditions du Seuil, Paris, 1955.

¹²² Luís Raposo e João Luís Cardoso – *A gruta da Figueira Brava (Setúbal) no contexto do Paleolítico Médio Final do Sul e Ocidente Ibéricos* in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 7 – 19.

anos 50 do Século XX¹²³, por Manuel Heleno, arqueólogo já referido a propósito de Tróia e, nos anos 80 por José Morais Arnaut¹²⁴.

Contudo, é só a partir do Neolítico que nos devemos preocupar, dado que até ao início da actividade agrícola é impossível equacionar uma identidade relacionável com o território, visto que os grupos humanos são nómadas, ou, no Epipaleolítico, semi-nómadas. Como parece ser evidente, por esta característica de extrema mobilidade, a identificação do ser humano com o território não é de domínio/posse mas, muito provavelmente, de apropriação/usufruto. A identidade grupal está relacionada com a pertença a um determinado grupo específico, seja de organização familiar, seja clânica¹²⁵.

Mesmo os vestígios da fase inicial e média do Neolítico pautam-se por serem pobres indicadores dessa possessão territorial, visto serem pequenas comunidades, localizadas em zonas baixas, planas e extensas junto ao mar ou a cursos de água, apresentando um padrão económico baseado ainda na caça e pesca e só, subsidiariamente, na agricultura, não existindo, por ora, grandes indícios de domesticação de animais. Somente no Neolítico Final (genericamente entre 3500 – 2400 a. C.) passamos a assistir a uma transformação do território que implica a possessão que procuramos, para permitir imprimir a noção de domínio e posse de um território. O caso mais famoso é o das grutas artificiais da Quinta do Anjo (Concelho de Palmela), escavadas com vista a estabelecer tumulações, alvo de uma recente monografia de

¹²³ Fernando Castelo-Branco – Subsídios para o estudo da actividade do Prof. Manuel Heleno in *Ethnos*, vol. 7, Lisboa, 1970 (separata).

¹²⁴ José Morais Arnaut– Os concheiros mesolíticos do vale do Sado e a exploração dos recursos estuarinos (nos tempos pré-históricos e na actualidade) in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 21 – 43.

¹²⁵ A partir deste momento acompanhamos de perto Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares – *Arqueologia da Arrábida*, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986 e João Luís Cardoso - Na Arrábida, do Neolítico Final ao Bronze Final in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 45 – 70.

Joaquina Soares¹²⁶, pelo que me escusarei a comentar, remetendo para essa obra a sua análise. Outro local de grande interesse é a Lapa do Fumo, não pela transformação da paisagem, mas pela importante investigação arqueológica ali desenvolvida por Eduardo da Cunha Serrão e Gustavo Marques, publicada em 1971. Por último, a Lapa do Bugio, escavada por Rafael Monteiro, Georges Zbyszewski e Octávio da Veiga Ferreira, nos anos 60, também tem, evidentemente, grande importância. Um caso respeitante a Setúbal deve ser referido, correspondendo a alguns achados ocasionais de pedra polida, do período neolítico final ou do calcolítico, que foram publicitados, em 1952, junto à Rua General Daniel de Sousa¹²⁷, por Octávio da Veiga Ferreira.

Mas se o Neolítico não nos oferece um quadro suficiente, pelas limitações com que a investigação arqueológica se tem debatido, os períodos que se lhe seguem já são profícuos em indicadores de identidades nitidamente demarcadas. Com a entrada nas idades dos metais, delimitam-se territórios, fortificam-se povoados e defendem-se, pela guerra, interesses económicos (agro-pecuários e comerciais). Existem vários povoados construídos em local alto e amuralhados a co-existirem, pelo que, muito provavelmente, as relações nem sempre seriam amistosas e estritamente comerciais. Estas épocas recuadas, que já haviam prendido a atenção de vários arqueólogos de renome, como no caso da escavação da Roça do Casal do Meio, por Spindler e Veiga Ferreira¹²⁸, importantíssimo monumento funerário do Bronze, para não recuarmos aos inevitáveis António Inácio Marques da Costa e Arronches Junqueiro, vão captar a maior atenção de

¹²⁶ Joaquina Soares – *Os hipogeus Pré-Históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2002.

¹²⁷ O. da Veiga Ferreira - Um instrumento pré-histórico encontrado em Setúbal in *Revista do sindicato nacional de engenheiros auxiliares, agentes técnicos de engenharia e condutores*, n.º 79-80, Julho-Agosto de 1952, pp. 122 – 125.

¹²⁸ Konrad Spindler et alii – Le monument à coupule, de l'âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz) in *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, n.º 57, Lisboa, 1973-74, pp. 91 – 154 e Eduardo da Cunha Serrão – *Carta arqueológica do Concelho de Sesimbra (desde o Paleolítico antigo até 1200 d. C.)*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1973.

dois jovens arqueólogos setubalenses, que estavam em início de carreira. Trata-se de Victor S. Gonçalves e Carlos Tavares da Silva, já referido abundantemente.

Com o início dos contactos com os mercadores mediterrânicos, que chegam à região no Século VII a. C., segundo Carlos Tavares da Silva, temos de iniciar a questão da propriedade do território em outros moldes¹²⁹.

A 12 de Março de 1958, Fernando Castelo-Branco apresenta uma comunicação no Museu Nacional de Arqueologia, numa sessão do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia. A comunicação versava sobre uma leitura e interpretação de uma parte de um poema de Rufo Festo Avieno, escritor no Século IV d.C., conhecido como *Ora Marítima*, mas que para tal utilizou descrições geográficas hoje perdidas de autores que em muito o precederam no tempo. Calcula-se que a fonte seja o périplo massaliota do Século VI a. C.. A hipótese colocada por Castelo-Branco para *Achale*, topónimo referido no texto como *insula*, ou seja, ilha, era que correspondesse actualmente à Costa da Galé. Estando presente nessa apresentação Fernando Bandeira Ferreira, gerou-se uma discussão, tendo resultado numa outra publicação, no ano seguinte, deste último autor, onde demonstra que a *Achale*, ou Ilha Silenciosa (ou Ilha Doce, ou, ainda Ilha Tranquila) da *Ora Marítima* corresponde à actual Península de Tróia¹³⁰.

¹²⁹ Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva – Os Fenícios no estuário do Sado in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 70 – 83 e Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva - *Abul – Fenícios e Romanos no Vale do Sado*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2005.

¹³⁰ Fernando Bandeira Ferreira – A propósito do nome de Achale ou Acale da Ora Marítima de Avieno in *Revista de Guimarães*, vol. 69, Guimarães, 1959 (separata). Sobre esta problemática é interessante também analisar o trabalho de Eduardo Prescott Vicente e Eduardo da Cunha Serrão – Contribuição para o conhecimento das relações por via marítima no eneolítico e na proto-história entre as populações da costa centro-ocidental da Península Ibérica e os povos do Mediterrâneo in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. 3, Lisboa, 1961 (separata).

Quanto ao facto de Tróia ter sido uma ilha, parecem subsistir poucas dúvidas após o trabalho de Prescott Vicente, de 1967¹³¹. Aliás, de Ácale, cita, do poema já referido, “Ácale lhe chamam os que lá vivem...”, concluindo que a ilha era habitada. É escusado referir o que é que esta interpretação implica, não só relativamente aos problemas que ora temos entre mãos, mas em relação ao problema anterior, de *Cetóbriga*.

Identifica também a ponta da Península de Santa Catarina, no estuário do Sado, com a ilha de Petânion. O rio Sado é referido como rio Anas¹³², o Cabo Espichel como Cabo Cêmpico e Sines como Cabo Cinético¹³³. Para além destas indicações geográficas preenche a região com três distintos povos. Os Cempsos ocupariam a região da Arrábida até à foz do Sado. Os Cinetes ocupariam desde a foz do Sado para Sul, correspondendo, grosso modo ao Baixo Alentejo. Todavia o caso torna-se ainda mais confuso, pois, também a foz do Sado, era fronteira de um terceiro povo, os Sefes, que ocupavam as duas margens do rio Tejo e detinham território até à ilha de Petânion, onde fazia a fronteira com território dos Cinetes.

Como é evidente, a *Ora Marítima* de Avieno levanta-nos mais questões do que nos oferece respostas¹³⁴. Uns séculos depois voltamos a ter referências aos povos que aqui habitavam, desta feita por Gaio Plínio Secundo. Coisas mudaram, coisas se mantiveram. De facto, é espantosa a continuidade do território dos Cempsos,

¹³¹ Eduardo Prescott Vicente – A foz do Sado e os territórios dos Cinetes e dos Cempsos no poema (*Ora Marítima*) de Avieno, Ed. Museu de Arqueologia de Sesimbra, 11 págs. (separata).

¹³² Actualmente identificado com o rio Guadiana.

¹³³ Actualmente identificado com o Cabo de S. Vicente.

¹³⁴ Note-se que ainda actualmente a questão está longe de encontrar uma solução satisfatória. Amílcar Guerra – As fontes e as entidades étnicas in *História de Portugal*, direcção de João Medina, Ed. Ediclube, volume 2, Alfragide, 1993, pp. 11 – 16. Os Cinetes, ou Cónios, ocupavam genericamente o Centro e Sul do Ocidente Peninsular. Tratam-se, em princípio (que nestas coisas é sempre melhor mantê-lo), de um povo de língua Indo-europeia proveniente da região sul da Rússia. Os Cempsos, provenientes da Meseta Ibérica, migram em duas vagas, uma para a região dos vales inferiores do Tejo e Sado, outra para a região do Guadalquivir, mais propriamente para a zona de Huelva. Os Sefes provêm igualmente da Meseta Ibérica e instalam-se a Norte dos Cempsos e a Sul dos Oestrímnios, ou povos colectores de estanho no Noroeste peninsular.

rebaptizados por Plínio em Barbarii¹³⁵. Na realidade, o estudo proto-histórico realizado através da identificação e caracterização de vestígios materiais com base nas etnias apontadas pelos autores clássicos encontra-se, claramente, em desuso, porquanto existem demasiadas incongruências quando se observam os resultados provenientes de investigações arqueológicas. Tanto pior quando a fonte utilizada é um poema que se inspira em textos que o precedem em muitos séculos.

No que respeita a essas investigações arqueológicas, podemos dizer que muito trabalho já foi realizado, mas sabemos também que é ainda demasiado cedo para tirar conclusões realmente assertivas. Contudo, há algumas conclusões gerais que devemos reter. Alcácer do Sal era o mais importante núcleo urbano existente na região do rio Sado, pelo que, naturalmente, assume, no domínio romano, o papel de capital, de *civitate*, do território no qual Setúbal estava integrado, da *civitas*. É provável que a foz do Sado funcionasse de uma forma organicamente complementar a nível económico, pois de outra forma teria sido difícil que se tivesse instalado uma feitoria fenícia em Abul. Para tal parece indiciar uma homogeneidade no tipo de materiais orientais (comercializados, portanto), que se encontraram em Alcácer e Setúbal, mas também seria difícil encontrar um estabelecimento comercial destas características em território não pacificado. De facto, Alcácer corresponderia certamente ao porto de exportação de cobre do Alentejo, razão pela qual os povos mediterrânicos aqui vinham comerciar. Setúbal, à época, muito provavelmente, exerceria a função de controlo da barra e de porto complementar, estando possivelmente subordinada a Alcácer. O Castro do Pedrão e o Castro de Chibanes, aparentemente, lucraram igualmente com o facto, pelo que as

¹³⁵ Estes “barbarii” podem ter sido populações residuais dedicadas essencialmente à pastorícia, dadas as condições rudes da serra, provavelmente de ovelhas e cabras, que tendo de praticar uma transumância frequente, poderiam dar a imagem que os nómadas dão face aos povos sedentários.

relações de poder, território e autoridade apresentam-se de tal modo complexas que não encontram ainda uma resposta eficaz¹³⁶.

O próprio processo relacionado com o outro estuário navegável, o do rio Tejo, apresenta-se, de igual modo, extraordinariamente complexo, com ambas as margens da foz do rio abundantemente ocupadas, bem como o seu interior com Mórón (muito provavelmente Chões de Alpompé) e Santarém, muito próximas também.

Se Ácale do poema corresponde a Tróia, já não subsistem grandes dúvidas, ou, pelo menos existe um certo consenso (até quando?), mas no que se refere à interpretação categórica de Prescott Vicente acerca de Tróia ser povoada, não há um único dado arqueológico que a sustente, mas, em verdade, pouco de Tróia foi ainda escavado.

Parece-nos precoce, conseqüentemente, concluir definitivamente o que quer que seja; é claramente um assunto em aberto...

¹³⁶ Sobre este caso vejam-se os já supra-citados trabalhos de Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva – Os Fenícios no estuário do Sado in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 70 – 83 e Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva - *Abul – Fenícios e Romanos no Vale do Sado*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2005, e Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares – *Arqueologia da Arrábida*, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986, para além de João Carlos Faria – *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*, Ed. Colibri e Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Lisboa, 2002.

P. I, 8 – Evoluções e permanências históricas

Até aqui temos tratado das raízes, das origens arquetípicas de Setúbal. Como podemos concluir, apesar do sintetismo com que o tema foi tratado, trata-se de assuntos, e não apenas de um assunto, o que atesta a riqueza da génese da cidade. Não existe uma versão linear, mas antes várias versões cientificamente possíveis, para além das cientificamente condenadas, todas elas com séculos de reflexão e com muitos enigmas ainda por resolver. Se a aparente diversidade de hipóteses genésicas se pode tornar confusa, é também essa mesma diversidade, contrária ao unilateralismo determinista, que faz com que o nascimento de Setúbal seja um tema apaixonante. Aliás, esta diversidade atesta a riqueza cultural contínua desde o Século XVI, contrária ao lugar comum de que “não há cultura em Setúbal”. Este lugar comum não deixa, porém, de revelar a própria comunidade sadina, pois espelha a sua composição e tensões sociais.

Sobre esta instabilidade social, perceptível ao longo de toda a pirâmide social, procuraremos agora fazer uma reflexão, mas, note-se, desde já, que mais que uma resposta, deve ser entendida antes como um contributo a ser ponderado, pois não pretendemos oferecer mais do que um ponto de vista.

Estes cuidados são importantes, pois, muitas vezes, olhamos a história social como uma fórmula matemática para a compreensão das glórias e decadências dos povos, teorias deterministas pelas quais não milito.

Assim, narraremos agora, o que se sucedeu. Conforme já informámos, a ocupação humana contínua em Setúbal remonta ao Bronze Final, mas mais provavelmente à Idade do Ferro. O facto de se ter centrado algum tipo de povoamento no morro de Santa Maria revela que esse assentamento estava, de uma forma invariável, ligado economicamente ao rio¹³⁷. Essa intenção humana de assentamento neste local terá de ter uma explicação mais provável do que a actividade piscatória, por diversas razões. De facto, em Chibanes foram encontrados anzóis, o que atesta que as populações que viviam nos montes da região de Palmela tinham acesso directo ao mar, o que, só por si, não justificaria um povoamento permanente¹³⁸.

O controlo e sinalização da barra é uma probabilidade, mas, neste momento, desconhecemos se o sistema de fachos existente, garantidamente, nas épocas romana¹³⁹ e medieval¹⁴⁰, remontaria à Idade do Ferro. Não há dados que o provem, mas, conforme

¹³⁷ Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva - Ocupação Pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos in *Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*, Ed. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986, Carlos Tavares da Silva - Arqueologia de Setúbal – para o conhecimento das origens da cidade in *História de Setúbal*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 105-122 e Joaquina Soares - Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130.

¹³⁸ Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares - *Arqueologia da Arrábida*, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986.

¹³⁹ Existem diversos estudos sobre a navegação na antiguidade que tornam claro este assunto. Quanto à região de Setúbal, Jorge Alarcão defendeu, recentemente, que o “Templo de Neptuno” descoberto sob o Outão não era mais do que um farol de auxílio à navegação.

¹⁴⁰ No que respeita ao sistema medieval de navegação, tenho tido a oportunidade e o prazer de acompanhar e auxiliar Gustavo Portocarrero, ao longo dos últimos dois anos, nas suas prospecções pela

Ana Arruda sublinha, há sempre ocupação humana na foz dos rios navegados pelos mercadores fenícios, mais ainda onde instalam feitorias comerciais¹⁴¹. Um bom caso de comparação parece-nos ser o do rio Arade, com a feitoria do Cerro da Rocha Branca, perto de Silves.

Outra hipótese, que não exclui a anterior, é o de servir como plataforma comercial¹⁴² com o *interland* montanhoso, onde se concentram os castros da Idade do Ferro, evitando que os mercadores mediterrânicos se aventurassem pelas montanhas. A transição de poder dos Cartagineses para os Romanos não parece ter favorecido, de modo algum, esse núcleo populacional, visto que os achados desse período são ainda mais raros que os da Idade do Ferro¹⁴³. Setúbal tem um surto construtivo, sem qualquer dúvida, em pleno Século I d. C.. Essa realidade, constatável em quase todos os locais que apresentam estratigrafia suficiente, atestam que o crescimento de Setúbal é rápido, tal como a construção de Tróia.

Quer de um lado da foz do Sado, quer do outro, houve um investimento consciente, com verbas avultadas, que transformou a paisagem de uma forma significativa. O objectivo parece ser evidente, a criação de um núcleo industrial de enormes proporções, com vista a uma “industrialização monolítica”, baseada nos produtos transformados de peixe. É evidente que esta “indústria monolítica” desenvolveu outras actividades, essenciais ao seu bom funcionamento. Assim, a pesca

Arrábida em busca destes locais, o que tem revelado resultados surpreendentes. Porém, deixarei para outra ocasião, bem como ao coordenador dessa investigação, a sua divulgação.

¹⁴¹ Ana Arruda – *O Oriente e o Ocidente* in *História de Portugal*, direcção de João Medina, Ed. Ediclube, volume 2, Alfragide, 1993, pp. 17 – 34, bem como Maria Luísa de Brito Henriques Pinheiro Blot – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada na Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2001, volume 2, pp. 146 - 152.

¹⁴² Carlos Tavares da Silva – *Arqueologia de Setúbal – para o conhecimento das origens da cidade* in *História de Setúbal*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 105-122.

¹⁴³ Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares – *Arqueologia da Arrábida*, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986, Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva – *Os Fenícios no estuário do Sado* in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 70 – 83 e Françoise Mayet e

teve que ter um incremento significativo, bem como a extracção de sal terá que ter sido realizada em moldes quantitativamente significativos. Os vasilhames, as famosas ânforas, têm, actualmente, muitos dos seus centros produtores bem conhecidos. Outras actividades, como a agricultura, tiveram que dar resposta a um aumento e concentração de população extraordinário, atendendo a que o Sado não fica próximo do poder central, ou seja, Roma¹⁴⁴. A construção civil e pública, estradas, etc., tiveram de ser criadas. A navegação de longa distância trouxe mercadores, oficinais de reparação, calafates, carpinteiros, esteireiros...

A “industrialização monolítica” a que aludimos fez com que, em pouco tempo, os núcleos urbanizados da foz do Sado, muito provavelmente, ultrapassassem em população e poder económico a sede administrativa, Salacia (Alcácer do Sal). Contudo, como as elites aí se concentravam, aproveitariam, certamente, os rendimentos que aqueles povoados lhes ofereciam. É difícil imaginar que Tróia e Setúbal funcionassem de um modo separado, como povoações bem distintas, isto porque Tróia oferecia o melhor porto natural da zona e Setúbal oferecia outras virtudes, como as matérias-primas (pedra de construção, a cal, as argilas para construção e para vasilhame industrial e do quotidiano), bem como toda a alimentação dos habitantes da margem Sul estava dependente do que era embarcado na margem Norte. Os cereais, o vinho, o azeite, os frutos, a carne, provinham do anel produtivo das *villae* (grandes quintas) do entorno de Setúbal, complementadas pelas do estuário do Sado.

Carlos Tavares da Silva - *Abul – Fenícios e Romanos no Vale do Sado*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2005.

¹⁴⁴ J. C. Edmonson – *Two Industries in Roman Lusitania : Mining and Garum Production*, Oxford, 1987, Françoise Mayet e Carlos Tavares da Silva – *La place de Tróia dans l'économie de l'Hispanie romaine in Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 85 – 99.

Teriam existido crises económicas neste “paraíso” do grande capital, pois, no Século III¹⁴⁵ existem grandes transformações nas fábricas, tornando-se mais pequenas e mais numerosas. O tipo único de vasilhame é substituído por variados vasilhames-tipo, o que indica, provavelmente, que os grandes investidores, que deviam assegurar o correcto controlo do mercado, foram substituídos por pequenos e médios proprietários, passando o mercado a estar mais dependente das firmas de transporte marítimo. Esta mudança parece ter favorecido a autonomia das comunidades da foz do Sado, pois é a partir desta fase que Cetóbriga começa a atingir alguma notoriedade. No Século V, com a falência dos circuitos marítimos imperiais, pois o Império romano estava em colapso, uma profunda crise instala-se num núcleo urbano alicerçado economicamente nessas rotas marítimas. Cetóbriga, por esta altura, era já reconhecida como importante núcleo populacional, visto ter tido direito a bispo¹⁴⁶.

Apesar do modelo económico no qual assentava a urbanidade ter colapsado, bem como as redes de autoridade que asseguravam o bom funcionamento do sistema, quer Tróia, quer Setúbal, aparentam ter mantido habitantes e alguma forma de vivência urbana, pois a reputação de núcleo urbano é mantida por mais uns séculos. Mas, com o estilhaçar do poder económico e administrativo, em simultâneo, dá-se um polvilhar habitacional, uma distribuição populacional extremamente dispersa, com vista à posse do pedaço de terra próprio, a assegurar o próprio sustento¹⁴⁷. Outro aspecto a ter em conta, nesta altura, é que Cetóbriga, com uma génese tão veloz, teve, e isso verifica-se nas poucas epígrafes encontradas, de importar população de outros lugares do Império. Muitos libertos, mas, inevitavelmente, muitos escravos também, pois encontravam nos

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004.

¹⁴⁷ Para tal basta consultar Carlos Jorge Ferreira et alii – *O património arqueológico do distrito de Setúbal – subsídios para uma carta arqueológica*, Ed. Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e IPPAAR, Setúbal, 1993.

escravos um modo de produção eficaz. Sem controlo administrativo-militar capaz de controlar, tal como já se constatou em muitos outros lugares, é provável que toda esta classe social tivesse deixado de ser comprada, ou libertada, ou vendida, ou mesmo fugido para outros lugares, onde não os conhecessem como indivíduos sem liberdade¹⁴⁸.

Os grandes senhores das *villae* locais não parecem ter conseguido evitar esse desmembramento da coesão social, tal qual como os aristocratas urbanos de Salacia (que são provavelmente os mesmos senhores dessas *villae*).

A chegada do domínio muçulmano, a substituir o domínio visigótico não vem alterar grandemente a situação. O poder central estava distante, pouco preocupado com os confins periféricos ocidentais desse domínio. Mesmo assim, investe-se numa recuperação dos núcleos urbanos de Usbuna (Lisboa) e de al-Qasr (Alcácer do Sal), na sequência de ataques vikings no Sado, como o de 844¹⁴⁹. Abd al-Rahman II apercebe-se que não pode negligenciar a costa atlântica e, num programa de investimentos concertados com uma reactivação da administração (ou seja, de governantes e da fiscalidade que andavam ausentes da foz do Sado), faz sentir a presença desse novo domínio. Todavia, a reestruturação está longe de ser total. Após a recuperação de alguma vitalidade, al-Qasr expande o seu domínio administrativo à foz do Sado e Península de Setúbal, com a construção de fortificações em Balmala (Palmela)¹⁵⁰, Coina-a-Velha e Sesimbra. As situações de conflito constantes entre muçulmanos ibéricos, entre muçulmanos ibéricos e magrebinos, muçulmanos e cristãos, muçulmanos e vikings, não aconselhavam assentamentos humanos em zonas planas e abertas, mas

¹⁴⁸ Para uma abordagem mais social veja-se J. C. Edmonson – *Two Industries in Roman Lusitania : Mining and Garum Production*, Oxford, 1987.

¹⁴⁹ António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004.

¹⁵⁰ Sobre Palmela veja-se Isabel Cristina Fernandes - *O castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2004.

sim em locais com alguma possibilidade de resistência. O que restava de Tróia e Setúbal é absorvido pelas contingências de al-Qasr, primeiro e Balmala, depois.

Após a integração da península de Setúbal em território português, a famosa Reconquista, bem como do estabelecimento de segurança nas fronteiras a Sul, Setúbal vai começando a restabelecer contornos de urbanidade¹⁵¹. De facto, agora, o centro administrativo estava em Palmela, com o senhor local muito próximo e atento, a Ordem religiosa-militar de Santiago da Espada. Todavia, numa altura de paz (se bem que relativa), um porto comercial tem mais importância que um povoado montanhoso. Setúbal, através da vinda de mercadores nacionais e estrangeiros, cresce depressa. Esse comércio, observável na importação precoce de cerâmicas importadas do Mediterrâneo e Norte da Europa, faz com que esses novos contingentes populacionais encetem um novo “combate” pela autonomização do povoado, tal como já se havia passado com Cetóbriga. Para tal aliam-se a uma instituição poderosa, que só tinha a lucrar também com essa autonomia, o monarca. Assim, Setúbal torna-se Concelho, com gestão própria, tendo domínio repartido sobre a sua própria fiscalidade com o rei português. A cidade cresce à volta das actividades mercantis, substituindo e complementando Alcácer do Sal como o grande porto de escoamento do cereal alentejano para a capital. Rapidamente se retoma, também, a exploração do sal. Na transição do Século XV para o Século XVI, inicia-se um novo ciclo de actividade económica única, que traz prosperidade a Setúbal até ao dealbar do Século XVIII, permitindo a monumentalização do povoado. Trata-se do que denominei, já por diversas vezes, a “idade do ouro branco”, ou seja, a riqueza que advém da exploração salineira¹⁵². Tal como já havia sucedido com os produtos transformados de peixe, na época imperial romana, a maioria das actividades económicas do povoado gravita em torno, ou é subsidiária dessa actividade principal.

¹⁵¹ Dentro dos vários autores que se lhe referem veja-se Paulo Drumond Braga - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1998.

Uma vez mais, são os constantes fluxos migratórios, nacionais e internacionais, que alimentam o crescimento humano e económico sadino. A riqueza, uma vez mais, volta a estar reunida nas mãos de uma pequena elite. A exploração e a comercialização do sal sadino são bem conhecidas após os estudos da ilustre historiadora Virgínia Rau¹⁵³. Se bem que a exploração e exportação salineira sadina, sob domínio do reino de Portugal, remonte ainda à Baixa Idade Média, é no Século XVI que Setúbal e o Estuário do Sado se vêm a afirmar como principais produtores nacionais. Essa assunção da primazia passa pela deslocalização das marinhas, da zona do Troino, à época um arredor da vila de Setúbal, para a zona estuarina, onde tem todo o espaço para se desenvolver. A ordem de Santiago da Espada, a proprietária da terra, através da concessão de aforamentos e sesmarias, incrementa a produção até níveis desconhecidos no país, relegando Aveiro¹⁵⁴ para um lugar secundário. Este panorama vai-se manter, mais ou menos estável, até ao dealbar do Século XIX.

O colapso da exportação do sal sadino veio paralisar a cidade numa altura complexa, de um ponto de vista político, quer nacional, quer internacional. Contudo, após essa “suspensão criogénica”, Setúbal mantém a sua pujança, substituindo os rendimentos do sal, propriedade da aristocracia e da Igreja, por fábricas de conserva de peixe, da burguesia liberal. De facto, mudou apenas o produto e a constituição da elite setubalense, mas não a dependência de apenas um actor económico, nem os laços de dependência da restante população face a essa reduzida elite. Assistimos à recepção de novos fluxos migratórios, quer do Norte de Portugal, quer do Sul. Setúbal continua a sua expansão urbana, desta feita com os primeiros aglomerados Contemporâneos de construção rápida e precária, que remontam à segunda metade/ finais do Século XIX¹⁵⁵.

¹⁵² Virgínia Rau – *Estudos sobre a história do sal português*, Ed. Presença, Lisboa, 1984.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Também por questões climáticas, que tornam Aveiro menos rentável.

¹⁵⁵ Maria da Conceição Quintas – *Setúbal nos finais do Século XIX*, Ed. Caminho, Lisboa, 1993.

As tensões sociais, já antes existentes, tomam dimensões explosivas. É o início das lutas sociais sadinas, que começam na “Revolta dos Marnoteiros”¹⁵⁶, de 1851, seguida, pouco depois, pela “Revolta de Santa Susana” e “Revolta de Santa Catarina”, ambas de 1858¹⁵⁷. Desde então, não mais pararam, sendo o distrito mais reivindicativo do país.

Após a indústria conserveira¹⁵⁸, outros “monolitismos económicos” se lhe seguiram, como as grandes indústrias, tendo como casos mais emblemáticos a Renault e, hoje em dia, a Auto-Europa, mas acompanhados pela SetNave, a Portucel, a Secil, entre outros.

Os “monolitismos económicos” acarretam, conforme temos vindo a observar, vários problemas estruturais. O primeiro, evidentemente, é o sistema de dependências que criam ao seu redor, o segundo é que os grupos económicos dependem de outros exógenos, que têm as suas próprias lógicas de gestão, e a quem os dramas sociais sadinos nada dizem. Por último, o “monolitismo económico” tem sido o causador das condições de trabalho precárias das populações que em Setúbal têm vivido, ao longo dos dois últimos milénios.

Todavia, o modelo de crescimento económico no qual Setúbal tem insistido, fez com a cidade tenha sido sempre, à excepção de um período lato de falta de iniciativa económica, que corresponde a parte da Idade Média, um local procurado e atractivo para as pessoas. Aliás, o que é interessante, enriquecedor até, é que o sadino é o resultado da miscigenação de populações provenientes de todos os locais de Portugal, bem como de muitos locais do mundo, desde os povos do Médio-Oriente, na Idade do Ferro, às várias nações que constituíam o Império Romano, passando pelos magrebinos,

¹⁵⁶ José Luís Neto - Uma revolta esquecida in *Neptuno*, N.º 4, Ed. Associação de Defesa do Património de Alcácer do Sal, 2005, pp. 11 – 12.

¹⁵⁷ Maria Cristina Neto – Pequena nota sobre uma rebelião tardia contra os enterramentos em cemitérios no concelho de Alcácer do Sal in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 119, n.os 1-12, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 2001, pp. 167 – 170.

¹⁵⁸ Sobre a indústria conserveira veja-se, por exemplo, Ana Duarte e Isabel Victor – *Alguns aspectos da indústria conserveira em Setúbal*, Ed. C. M. S., Setúbal, 2000.

durante o período de domínio muçulmano, e, com a Idade Moderna, aos negros, aos ciganos, aos holandeses, aos ingleses, aos dinamarqueses, aos espanhóis, aos italianos, entre muitos outros, que integraram o heterogéneo tecido bio-social da “idade do ouro branco”, tecido social esse que ainda agora se encontra em constante renovação, introduzindo mais e mais diversidade na textura da sua própria composição.

Parte II – Setúbal Pós-Medieval

Parte II, 1 – A estratigrafia sadina

*Como debaixo dos pés de cada geração que passa na Terra
dormem as cinzas de muitas gerações que a precederam,
assim debaixo dos fundamentos de cada cidade grande e populosa
das velhas nações da Europa
jazem alastrados os ossos da cidade que precedeu a que existe.*

Alexandre Herculano – “O Monge de Cister”

Apesar da moderna arqueologia ser precoce em Setúbal, só será correcto falar em Arqueologia Urbana a partir de meados do Século XX, com os primeiros apontamentos, tímidos, de partes de uma possível estratigrafia urbana, ditados por José Marques da Costa¹⁵⁹. Todavia, só com os trabalhos desenvolvidos pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, desde meados da década de 70, passámos a ter conhecimento de cortes estratigráficos detectados nesta cidade, provenientes das intervenções arqueológicas realizadas pelo sobredito museu. Vários são os resultados conhecidos, sendo de salientar, do prisma que optámos explorar, a estratigrafia da Travessa dos Apóstolos¹⁶⁰, que remonta a ocupação humana em Setúbal até ao Bronze Final. Desde então é comum publicarem-se estratigrafias representativas das intervenções arqueológicas realizadas, aliás, o que sucede em todo o país.

A estratigrafia arqueológica, suporte essencial da interpretação arqueológica de campo, pela sua bidimensionalidade intrínseca, diacrónica (cronologia da presença

¹⁵⁹ José Marques da Costa - *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960.

humana) e sincrónica (natureza dessa mesma presença)¹⁶¹, não tem sido alvo, em Setúbal, de uma reflexão específica. As intervenções têm sido focadas na apreciação histórica do registo estratigráfico, registo esse individual, de sítio, sem atender a uma leitura de conjunto (apesar de tal ser feito no que respeita a estruturas e materiais, como é comum nesta fase da arqueologia portuguesa)¹⁶². Apesar de a cidade ter sido classificada como um só sítio arqueológico¹⁶³, constituído por uma multiplicidade de unidades que contribuem para o todo orgânico desse sítio, e tal visão ser a tal ponto comumente aceite que levou à presente proposta de classificação de Centro Histórico de Setúbal, por parte do Instituto Português do Património Arquitectónico¹⁶⁴ (desde 1991), nem por isso se têm feito esforços para uma leitura estratigráfica transversal.

Essa estratigrafia orgânica, pelo menos de uma perspectiva teórica, permitir-nos-ia várias observações de extrema importância, como, por exemplo, a demarcação de áreas concretas da cidade, por grandes épocas cronológicas, tal como foi tentado por José Marques da Costa¹⁶⁵ para o período Romano e por Carlos Tavares da Silva e MAEDS para a Proto-História e Romano¹⁶⁶ se bem que partindo de outras fontes. Tal estratigrafia também nos permitiria entender a dinâmica dessas ocupações, através da espessura esperada e calibrada dos estratos. Atendendo a que nos debruçamos sobre

¹⁶⁰ Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva - Ocupação Pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos in *Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*, Ed. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986.

¹⁶¹ Vários são os autores que insistem neste facto, como, por exemplo, Edward C. Harris - *Principios de estratigrafia arqueológica*, Ed. Crítica, Barcelona, 1991, Ian Hodder - *Interpretación en Arqueología*, Ed. Crítica, Barcelona, 1994 ou Sonia Gutiérrez Lloret - *Arqueología - introducción a la historia material de las sociedades del pasado*, Ed. Universidad de Alicante, Alicante, 1997.

¹⁶² Referimo-nos às intervenções do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal e às realizadas, desde 2000, também pelo Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

¹⁶³ Joaquina Soares - Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 - 130.

¹⁶⁴ A mais recente versão de proposta de classificação é a de José Luís Neto - *As muralhas da Restauração - para a classificação do Centro Histórico de Setúbal*, relatório entregue ao IPPAR sobre as muralhas do Século XVII de Setúbal, 2004.

¹⁶⁵ José Marques da Costa - *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960.

¹⁶⁶ Veja-se, por exemplo, . Joaquina Soares - Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 - 130. Tais resultados foram obtidos através de sondagens geológicas realizadas em Setúbal por João Luís Cardoso.

arqueologia urbana, na qual os depósitos são artificiais, porquanto são manipulados pelo Homem, em que tudo é “agro” e o nada um acidente, em que há uma disposição, se não racional, pelo menos conveniente, do espaço, poderíamos até supor, num mais além meramente teórico, uma atribuição cronológica de um estrato só pela sua composição, sem termos de analisar os materiais (note-se que o centro histórico de Setúbal é de reduzida dimensão e que possui uma grande coerência geomorfológica).

Ou seja, atendendo a que a estratigrafia está para o arqueólogo moderno como o documento escrito está para o historiador positivista¹⁶⁷, parece ser pertinente, necessário e útil entender a dinâmica própria da base factual de toda a leitura arqueológica interpretativa produzida nos últimos trinta anos.

Assim, combinando os dados estratigráficos obtidos pelas diversas publicações de intervenções¹⁶⁸, conjuntamente com outras fontes informativas de natureza documental, podemos criar uma estratigrafia ideal para a maioria das intervenções arqueológicas que decorrem e ainda se irão realizar neste espaço urbano.

Supondo, então, uma estratigrafia iniciada num piso nosso contemporâneo, teremos de contar com o piso e o seu assentamento, seguido de uma camada regularizadora. Sob este primeiro conjunto, encontraríamos uma zona de terras, onde estavam antigos canos de cerâmica e grês, para o abastecimento de água e saneamento básico.

Sob estas terras, encontraríamos outras, mais soltas, onde se encontrariam abundantes materiais móveis de meados do Século XIX. Limpas estas terras, então, um primeiro piso de tijoleira, em duvidoso estado de conservação. Tratava-se, pois, de um aterro do terramoto de 1858 e de um piso de uma estrutura que lhe era anterior. Ora, se

¹⁶⁷ Sonia Gutiérrez Lloret – *Arqueología – introducción a la historia material de las sociedades del pasado*, Ed. Universidad de Alicante, Alicante, 1997.

atribuirmos cerca de 20 cm ao piso e assentamento acuais, mais 30 cm para as terras associadas aos sistemas primitivos de abastecimento de águas e saneamento, combinados com os habituais 50 cm de espessura dos aterros de terramotos em Setúbal¹⁶⁹, este piso oitocentista estaria a um metro de profundidade. A este se combinássemos pisos e aterros dos terramotos de 1755 e 1531, documentalmente registados em Setúbal, obteríamos um pouco mais de 2 metros de estratigrafia até ao início do Século XVI. Aliás, a importância desses terramotos é de matricial importância na estratigrafia de Setúbal, pelo que julgamos pertinente expor algumas informações sobre os mesmos e suas interpretações.

Foi publicado, no *Diário de Notícias*, em 24 de Dezembro de 2001, uma notícia intitulada *Terramotos dizimaram civilizações antigas*¹⁷⁰. Nesta, o Professor Doutor Amos Nur, docente de Geofísica em Stanford defendeu que “*as catástrofes naturais e*

¹⁶⁸ Para tal vamos basear-nos, principalmente, nos resultados das intervenções do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, visto serem aqueles que pudemos experimentar pessoalmente e que podemos trabalhar mais facilmente.

¹⁶⁹ Terramoto de 1755 - Luís Jorge Gonçalves, Fernando António Baptista Pereira e José Luís Neto – Nota preliminar sobre a intervenção arqueológica no Hospital João Palmeiro in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 47 – 64, sobre o Hospital João Palmeiro; José Luís Neto, Maria João Cândido e Nathalie Antunes-Ferreira – Intervenção arqueológica no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Almadam*, 2.^a série, n.º 11, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2002, pp. 248 – 249 e José Luís Neto et alii – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História local*, volume II, Ed. CMS, Setúbal (no prelo), sobre o Convento de Nossa Senhora do Carmo; Joaquina Soares – MAEDS – Trabalhos arqueológicos in *Almadam*, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, n.º 11, Almada, 2002, pp. 250 – 251, sobre a *Benetton*; José Luís Neto – Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003, sobre a Rua Arronches Junqueiro n.º 118, para além do relatório em fase de preparação sobre a Cúria Diocesana de Setúbal.

Terramoto de 1531 - José Luís Neto et alii – Pátio da Casa do Corpo Santo, da intervenção arqueológica à museológica in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 25 – 45, sobre o Pátio da Casa do Corpo Santo, A. M. Dias Diogo et alii – Relatório do acompanhamento arqueológico das obras do PROCOM no Centro Histórico de Setúbal, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001, sobre o cruzamento da Rua Estevam de Vasconcelos com a Rua Luís de Camões; Joaquina Soares – MAEDS – Trabalhos arqueológicos in *Almadam*, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, n.º 11, Almada, 2002, pp. 250 – 251, sobre a *Benetton*; José Luís Neto – Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003, sobre a Rua Arronches Junqueiro n.º 118; José Luís Neto e Maria João Cândido – Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua de Santa Catarina n.º 18, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2005, sobre a Rua de S. Catarina n.º 18, para além do relatório em fase de preparação sobre a Cúria Diocesana de Setúbal.

¹⁷⁰ *Diário de Notícias*, 24 de Dezembro de 2001, p. 24.

em particular os terremotos tiveram um papel central nos acontecimentos. Nur falou da ligação crescente entre a ciência da terra e a arqueologia, por comparação com os registos históricos, de modo a esclarecer alguns dos mistérios do passado”. Ian Stewart, da Universidade de Brunel, “argumentou na mesma sessão da União Geofísica Americana, que os danos causados por um sismo são difíceis de distinguir dos efeitos das construções fracas, da instabilidade do terreno ou da intervenção humana. Outros participantes, porém, concordaram que os terremotos poderão ser elementos esquecidos do puzzle da investigação arqueológica”.¹⁷¹

Em relação às investigações arqueológicas do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, tem existido, sem dúvida, o confronto com esta realidade passada. No que concerne ao terremoto de 1531, detectámos, nas escavações arqueológicas da Casa do Corpo Santo¹⁷²(anexo imagens 178), um nível de aterros com cerca de 50 cm de espessura, com terras pouco compactas e com uma grande concentração de materiais orgânicos e inorgânicos distribuídos de forma caótica. Também na Rua Arronches Junqueiro n.º 118¹⁷³(anexo imagens 223-225), temos evidências dos seus efeitos. Temos o exemplo indiscutível e curioso da Rua de Santa Catarina n.º 18¹⁷⁴(anexo imagens 295-311). Acresce o documentado (simultaneamente escrito e arqueológico) nível do terremoto da Cúria Diocesana¹⁷⁵ e os inferidos na Rua Estevam de Vasconcelos¹⁷⁶ e *Benetton*¹⁷⁷. Em relação ao famoso terremoto de 1755, detectámos, em quatro sítios arqueológicos, níveis que, muito provavelmente, são consequências deste desastre

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² José Luís Neto et alii – *Pátio da Casa do Corpo Santo, da intervenção arqueológica à museológica* in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 25 – 45.

¹⁷³ José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

¹⁷⁴ José Luís Neto e Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua de Santa Catarina n.º 18*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2005.

¹⁷⁵ Relatório em fase de preparação, uma vez que a escavação ocorreu no ano de 2006.

¹⁷⁶ A. M. Dias Diogo et alii – *Relatório do acompanhamento arqueológico das obras do PROCOM no Centro Histórico de Setúbal*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001.

natural. Um dos locais é o Hospital João Palmeiro¹⁷⁸(anexo imagens 172), outro o Convento de Nossa Senhora do Carmo¹⁷⁹(anexo imagens 193-194), a Rua Arronches Junqueiro n.º 118¹⁸⁰(anexo imagens 223-225) e, por último a Cúria Diocesana de Setúbal¹⁸¹. Trata-se de níveis de aterros caóticos, com abundância de testemunhos de cultura material, geralmente com terras pouco compactas, escuras e com alguma frequência de carvões. Todavia, somos obrigados a concordar com Ian Stewart, e aceitar que não há como distinguir, numa análise macroscópica, um terramoto de outra acção natural ou humana de grande repercussão, mais ou menos contemporânea, numa escavação arqueológica. Há, todavia, excepções.

É difícil resistir à tentação de interpretar como consequência do terramoto um qualquer desaire da mesma época, principalmente quando os terramotos tiveram um impacto tão lesivo na povoação. No entanto, os níveis atribuídos ao terramoto de 1531 foram cruzados com as *Visitações* da Ordem de Santiago, datadas de 1510¹⁸², que descrevem o que existia naquele local à data (caso do Corpo Santo e Cúria Diocesana); o caso da Rua de Santa Catarina n.º 18 é, todavia, o mais claro e, talvez, o mais interessante. Após um primeiro momento construtivo, que corresponde à edificação da muralha mandada erigir por D. Afonso IV, segue-se um segundo momento, com a edificação de uma estrutura habitacional, datável da segunda metade do Século XV. Pouco depois faz-se nova construção, no reinado de D. João III, mudando o sistema de

¹⁷⁷ Este último detectado pelo MAEDS. Joaquina Soares – MAEDS – Trabalhos arqueológicos in Almadam, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2.ª série, n.º 11, Almada, 2002, pp. 250 – 251.

¹⁷⁸ Luís Jorge Gonçalves, Fernando António Baptista Pereira e José Luís Neto – Nota preliminar sobre a intervenção arqueológica no Hospital João Palmeiro in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 47 – 64.

¹⁷⁹ José Luís Neto, Maria João Cândido e Nathalie Antunes-Ferreira – Intervenção arqueológica no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Almadam*, 2ª série, n.º 11, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2002, pp. 248 – 249 e José Luís Neto et alii – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História local*, volume II, Ed. CMS, Setúbal (no prelo).

¹⁸⁰ José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

¹⁸¹ Relatório em fase de preparação, uma vez que a escavação ocorreu no ano de 2006.

¹⁸² X – *Documentos para a História de Arte em Portugal – Visitações de Alvalade, Cásevel, Aljustrel e Setúbal (ordem de S. Tiago) – 1510*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1969.

propriedade e incorporando aquilo que era propriedade pública na propriedade privada, alterando a constituição da rede viária. No que concerne ao de 1755, nos sobreditos sítios arqueológicos, foram cruzados com informações documentais, dos *Inquéritos Paroquiais*¹⁸³, o que consubstancia as interpretações arqueológicas. Mais recentemente foi publicada a estratigrafia da intervenção arqueológica da loja da *Benetton*, na Rua de Bocage, que revela, segundo a autora, níveis dos terramotos de 1531 e 1755.¹⁸⁴

Foi Joaquim José Moreira de Mendonça que na *História Universal dos Terramotos*, publicada em 1758, chamou a atenção dos estudiosos para a importância do terramoto de 26 de Janeiro de 1531¹⁸⁵. Segundo a sua descrição, a cidade de Lisboa ficou arrasada. Contudo, os seus efeitos devastadores alcançaram igualmente a Península de Setúbal e Ribatejo, chegando mesmo a ser sentido na Tunísia. Um carta, escrita em castelhano, enviada por uma testemunha deste terramoto ao Marquês de Tarifa, publicada por Baltazar Osório, descreve os efeitos desse desastre na região de Lisboa, não deixando de se referir Setúbal: “*En Setuua fue mucho daño que no quedo casa que no se abriesse por veynte pes: especialmente la casa del marques que esta pa dar por el suelo: y la del marques su hijo.*”¹⁸⁶

Mais informações dispomos sobre o terramoto de 1755. Os *Inquéritos Paroquiais*, que consistem numa compilação do inquérito enviado a todos os sacerdotes para saber, efectivamente, entre outras informações, quais tinham sido os estragos provocados pelo terramoto, são um manancial precioso de informações. As referentes ao Concelho de Setúbal foram publicadas por Rogério Peres Claro, em 1957¹⁸⁷.

¹⁸³ Rogério Peres Claro – *Setúbal no Século XVIII*. Ed. ?, Setúbal, 1957.

¹⁸⁴ Joaquina Soares – *MAEDS – Trabalhos arqueológicos* in *Almadam*, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2.ª série, n.º 11, Almada, 2002, pp. 250 – 251.

¹⁸⁵ Baltazar Osório – *O terramoto de Lisboa de 1531* in *Boletim da Segunda Classe*, Ed. Academia das Ciências de Lisboa, volume XII, Coimbra, 1920, pp. 342 – 363.

¹⁸⁶ Baltazar Osório – *O terramoto de Lisboa de 1531* in *Boletim da Segunda Classe*, Ed. Academia das Ciências de Lisboa, volume XII, Coimbra, 1920, p. 359.

¹⁸⁷ Rogério Peres Claro – *Setúbal no Século XVIII*. Ed. ?, Setúbal, 1957.

Posteriormente, em 1991, foi publicado um estudo de Laurinda Abreu¹⁸⁸, no qual se ponderam, igualmente, outras fontes como os Registos Paroquiais de Óbitos e os Notariais. Já Alberto Pimentel, Manuel Maria Portela e Almeida de Carvalho se haviam debruçado, nos finais do Século XIX e inícios do XX, sobre este problema e salientando os efeitos que este provocou na Vila¹⁸⁹.

Um outro texto sobre o qual nos debruçámos intitula-se *Estragos do Terremoto vatecinio de felicidades. Sobre os habitantes da nobilissima Villa de Setuval na justificada afflicção em que se virão no primeiro de Novembro de 1755*, da autoria do Pe. Fr. Francisco de Santo Alberto¹⁹⁰. Trata-se de um frade franciscano, da regular observância, nascido em Leiria. Foi fundador do seminário de Nossa Senhora da Encarnação em Vinhais, Missionário Apostólico, bem como Mestre de Noviços do Real Seminário de Nossa Senhora dos Anjos de Brancanes, em Setúbal. Esta obra foi impressa em Lisboa, em 1757¹⁹¹. Trata-se de um pequeno tratado, com 53 páginas, divididas em 10 capítulos, dedicadas a D. Antonio Luiz Caetano de Sousa, Marquês das Minas, do Conselho de Guerra e gentil-homem da Câmara de Sua Magestade, D. José I. O exemplar consultado está depositado na Biblioteca Municipal Pública de Setúbal.

Apesar da dimensão do texto, são poucas as referências a Setúbal e ao que efectivamente se passou a 1 de Novembro de 1755:

“Quem pozesse em ti os olhos, ó amado povo de Setuval, no primeiro deste mez, e visse que a mesma terra pelas boccas, que abrira no seu tremor estava lançando, cacheis de agoa, que te afogava; quem reparasse que rebentando a agoa neste vistoso

¹⁸⁸ Laurinda Abreu – *Setúbal na segunda metade do Século XVIII: os anos da reconstrução*, Lisboa, 1991 (policopiado).

¹⁸⁹ Vejam-se obras supra-citadas no ponto I.1.

¹⁹⁰ Antes de mais gostaria de agradecer a Ana Luísa Cândido e a Maria João Cândido que, conhecedoras do meu interesse sobre os terramotos ocorridos em Setúbal, de um modo particular pelo de 1755, me ofereceram a oportunidade de trabalhar o referido texto.

¹⁹¹ João Carlos de Almeida de Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, Volume 4, tomo I, Setúbal, 1970, refere já esta obra, na pág. 42, quando trata da história do Convento de Brancanes.

*campo do Bomfim fazia equivocar com sua innundação do prado alegre com o verdenegro das ondas; quem attende-se a tuas valentes muralhas desfeitas, consumidas, e despedaçadas ao impulso deste soberbo licor; quem encontra-se nas tuas ruas os barcos, os bateis, e os hiates atravessados com o impeto do mesmo ampollado elemento; quem ultimamente presenciasse o mar tão ensoberbecido, furioso, e levantado passando muito além daquelles fins, que o Autor da natureza lhe tinha posto.”*¹⁹²

*“Que viste nesta notavel Villa de Setuval? Viste os seus sumptuosos Templos allagados, os Mosteyros demolidos, e arruinados, huma grande, ou mayor parte de suas casas, e palacios taõ desbaratados, e cahidos, que ficaraõ desertos, e inhabitaveis; as ruas montes de entulho: Ita ut vias clauderet. Que mais viste? Hum grande numero de creaturas mortas, Religiosos, Ecclesiasticos, e seculares, de tal sorte, que só em huma rua em menos espaço de cinco varas se desentulharaõ trinta e sete cadaveres: as pernas quebradas, as cabeças abertas, os corpos moidos, e feridos eraõ tantos, que se este effeito da destruição de seus edificios.”*¹⁹³

*“Que lagrimas, que gemidos, que desmayos naõ te vi naquelle dia? Que confissoens, que arrependimentos, que propositos de nunca mais peccar naõ praticaste naquella occasiaõ? Que misericordias naõ pedias ao Ceo em altas vozes? Se pedias a Deos misericordia, se choraste entaõ as tuas culpas sinal he, que conhecias tu entaõ, que as tuas culpas eraõ a causa principal do Terremoto.”*¹⁹⁴

Estas descrições dispersas na obra, aparte algum recurso à linguagem poética e hiperbólica, são comuns às outras fontes. Ao terramoto seguiu-se uma onda de enormes proporções que atingiu boa parte do povoado. Também não é de espantar que se tenham

¹⁹² Fr. Francisco de Santo Alberto - *Estragos do Terremoto vatecinio de felicidades. Sobre os habitadores da nobilissima Villa de Setuval na justificada afflição em que se viraõ no primeiro de Novembro de 1755*, Officina junto a S. Bento de Xabregas, Lisboa, 1757, p. 3.

¹⁹³ Idem, pp. 18 – 19.

elevado as águas da ribeira do Livramento, provocando uma cheia no Bomfim. Os mortos e os feridos, os edifícios destruídos, os aterros, são características igualmente referenciadas e que encontram, neste texto, mais uma confirmação.

No entanto, o texto de Fr. Francisco de Santo Alberto é um texto ideológico, que procura encontrar as explicações naturais ou metafísicas para este fenómeno. Começa por nos mostrar que são várias as opiniões dos filósofos acerca das causas dos terremotos, mas não há qualquer concordância entre os autores. Afirma que há quem defenda que o mundo é animado, e como tal pensam que os terremotos resultam de artérias obstruídas do planeta. Tales de Mileto defendia que os terremotos são turbulências da água que existe no interior da Terra. Demócrito defendia que os terremotos resultavam da água da chuva, que ao entrar no interior da terra levava ar, provocando uma combustão interna. Anaximenes dizia que não passavam de aluimentos internos. Os Peripatéticos defendiam que os elementos, na sua procura de espaço, rompem a Terra.

Contudo, o autor diz-nos que mesmo que tenha sido um fenómeno natural teve causas sobrenaturais, dado que foi um terremoto que se sentiu, para além de Portugal, em África, no resto da Europa, tendo sido dilatado e extenso como nunca antes, sentido por todos à mesma hora.

Começa por argumentar através da razão. Se Deus existe, e é o criador, pode instrumentalizar a natureza segundo os seus desígnios. Para tal basta ter vontade, vontade essa provocada pelos pecados dos seres humanos. Quem, em sã consciência, nunca pecou? Quem não se sente em falta para com Deus? O próprio autor afirma que os seus pecados são os suficientes para provocar a justa ira de Deus.

Segue-se então a argumentação histórica. Fala-nos que em 117 d. C. ocorreu um enorme terremoto em Antioquia. Diz-nos José Mansi (Jesuíta) que este mais não foi do

¹⁹⁴ Idem, p. 25.

que um castigo pelo martírio de Santo Inácio, bispo. Ou seja, na sequência de um sacrilégio, irreverência e homicídio, Deus castigou os Homens pelas suas ofensas. Não existiam estas faltas em Portugal? Não há, certamente, os sacrilégios de Antioquia, mas existe um contínuo murmurar contra os sacerdotes e religiosos mais pios e sisudos. Em 340 d. C. houve novo terramoto em Antioquia, que durou todo o ano, porque grassava, nessa altura, a heresia ariana. Como é visível, pelos exemplos anteriores, o terramoto de 1755 terá, certamente, origem metafísica.

Evoca então as Escrituras, baseando-se no Eclesiastes, Salmos, Isaías e em S. Paulo. Relembra o castigo de Deus a Babilónia, sublinhando o facto de Portugal ter provocado, com as suas faltas, o castigo. Argumenta, em seguida, com a autoridade dos teólogos, referenciando Alberto Magno (acerca do terramoto em Israel no tempo de Ozias), Tostado Abulense (castigos que Deus aplica aos homens blasfemos são as guerras e sedições, os castigos com que os elementos vingam injúrias ao Criador são as fomes e as pestes, e os terremotos são os castigos que Deus aplica directamente aos Homens) e S. João Crisóstomo (acerca do terramoto de Antioquia). Queixa-se, então, que quando se defende uma causa sobrenatural para o Terramoto, vem, de imediato, um filósofo dizer que não sabemos do que se fala e que os sacerdotes desejam apenas instaurar o medo e alimentar o horror. Por último evoca as provas de autoridade, dado que a Igreja afirma que os terremotos procedem de causas naturais, provocadas por Deus.

Provada então a autoria divina do fenómeno, o autor defende que tal apenas reflecte o amor de Deus, dado que castigou como Pai as ofensas acumuladas dos seres humanos. Dado o castigo, sucederam-se a bondade e misericórdia divinas. Afirma que Portugal é o reino escolhido por Deus, o que explica também a severidade do castigo, fazendo uma análise do Apocalipse, substituindo a cidade de Jerusalém pelo Reino.

Muitos morreram, devem ser lembrados, mas mais sobreviveram. Muitos se feriram, devem ser tratados, mas mais saíram ilesos. Faça-se a penitência dos pecados, as reformas de vida, e aproveitemos os bens que se aproximam após este severo castigo. Não desafiemos Deus a voltar a castigar-nos.

Este texto, para além de registar alguns dos acontecimentos, revela-nos uma interpretação do terramoto. É evidente que, para o autor, a natureza tem uma ordem e um fim determinado. Os fenómenos que perturbem a aparente harmonia e equilíbrio naturais não são mais do que um reflexo do comportamento moral do Homem, que atenta contra o criador e ordenador da natureza, Deus, que instrumentaliza a Terra com vista a exercer o seu direito de justiça. Ou seja, não negando positivamente causas naturais, afirma, todavia, que estas estão dependentes de Deus. Não deixa, contudo, de ter uma visão optimista, porquanto espera que os benefícios divinos se espalhem, após o terramoto, por todo o país.

Vários foram os autores que, após o terramoto, escreveram sobre este fenómeno. Esta discussão foi acesa, quer em Lisboa, quer na Europa. Apesar das opiniões diversas que se desmultiplicaram entre 1755 e 1757, principalmente em Lisboa, era comumente aceite a acção divina neste fenómeno. Frei Francisco de Santo Alberto não se integra nos discursos mais radicais, como os de Gabriel Malagrida, João António Bezerra e Lima e de António Pereira de Figueiredo. Não deixa, contudo, de possuir um discurso providencialista¹⁹⁵.

A 11 de Novembro de 1858 temos um novo terramoto, que, tal como o de 1531, tem sido, por vezes, esquecido. Faleceram somente seis indivíduos (contra os 2000 estimados no de 1755) segundo Manuel Envia¹⁹⁶, mas Setúbal ficou muito danificada. Foi essencialmente afectado o bairro do Troino, deixando ruas inteiras em ruínas. O

¹⁹⁵ Pedro Calafate – A polémica em torno das causas do terramoto de 1755 in *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate. Ed. Caminho, volume III, Lisboa, 2001, pp. 369 – 381.

Curioso de Setúbal publica, em 20 de Novembro, na primeira página a notícia seguinte, provavelmente da autoria de M. N. Vieira:

“O dia onze de Novembro de mil oitocentos cincoenta e oito veio abysmar-nos na mais pungente dôr, e prostar-nos no estado mais lastimoso, do qual bem tarde nos levantaremos, attendendo ás grandes ruinas que nos cercam, e seja mil vezes louvado o nosso Bom Deos, por não ter permitido, que ficassem debaixo d’ ellas sepultados.

A nossa formosa Setubal chora inconsolavel, vendo derrocados no seu recinto tantos edificios, e o bairro do Troino, que foi o que mais soffreu, apresenta um espectaculo algum tanto parecido ao que offereceu uma povoação, que depois d’um apertado cerco, e de uma encarniçada defeza, depois de ter soffrido as violentas commoções d’ artilheria, é tomada de assalto, e entregue á discricção do vencedor. Casas totalmente arruinadas, outras com paredes fendidas, abandonadas de seus habitantes, que não se atrevem a entrar n’ ellas para d’ ali tirarem o que ainda lhes resta de sua mobilia, e ameaçando cahir, se as copiosas chuvas continuarem, as ruas alastradas d’ entulhos, intransitaveis em alguns sitios, pelo receio, e horror, que nos causam as paredes inclinadas, ou espancadas; tal é o lastimoso estado, em que se acha a nossa terra, maxime o bairro a que nos referimos; e a Deus prouvera que fossemos nós sómente que padecessemos; porem a consternação enluta hoje muitas terras, posto que não sabemos ainda qual foi a extensão d’ este terremoto em nosso paiz.”¹⁹⁷

O solo do Troino é instável, acrescido de várias linhas de água e zonas pantanosas. Temos de atender, também, a que o Troino foi construído extra-muros medievais, e urbanizada antes da construção da muralha moderna da Restauração. Assim, construído sobre um determinado fluxo de água no subsolo, foi transformado,

¹⁹⁶ Manuel Envia – *Coisas de Setúbal*, Ed. do autor, Setúbal, 1947.

¹⁹⁷ *O Curioso de Setúbal*, n.º 42, Sábado, 20 de Novembro de 1858, pp. 1-2.

depois, pela construção das muralhas modernas, tornando o bairro tão instável como ainda hoje se apresenta.

Infelizmente, desconhecemos ainda níveis arqueológicos atribuídos a este terramoto, apesar do Troino já ter sofrido intervenções arqueológicas, quer do Museu de Setúbal/Convento de Jesus, quer do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. As intervenções do Museu de Setúbal foram cinco, a do Convento de Nossa Senhora do Carmo¹⁹⁸, a da Rua Fran Paxeco n.º 165¹⁹⁹(anexo imagens 202-205), a do Baluarte da Anunciada²⁰⁰(anexo imagens 235), a Rua João Eloy do Amaral n.º 104²⁰¹(anexo imagens 206-209) e Cúria Diocesana de Setúbal²⁰². No Convento haviam já sido retirados 80 cm. de terras quando se iniciou a intervenção, o que impossibilitou a verificação da sua hipotética existência (anexo imagens 190-192). No que concerne aos restantes sítios, este era inexistente na estratigrafia desses locais.

Porém, e o que também é uma realidade constatável através das intervenções arqueológicas, é que assistimos continuamente, ao enorme esforço e persistência de reconstruir a partir do que deixou de existir. Não estamos somente a falar de uma casa, mas de um todo urbano. Tal facto parece ser particularmente visível no que respeita ao terramoto de 1531. Efectivamente, assistimos, quer no Corpo Santo²⁰³, quer na Rua Arronches Junqueiro n.º 118, quer ainda na Rua de Santa Catarina n.º 18, a mudanças de propriedade ou de delimitação de propriedade. No caso do Corpo Santo não é de grande gravidade, pois é apenas uma mudança no tipo de área edificada, que terá sido adquirida a vários proprietários, mas no caso da Arronches Junqueiro n.º 118, é a propriedade

¹⁹⁸ Vide supra.

¹⁹⁹ Maria João Cândido e Luzia Ruivo Seromenho – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Fran Paxeco n.º 165*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

²⁰⁰ José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Praça Almirante Reis n.º 10 (Baluarte da Anunciada)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

²⁰¹ Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua João Eloy do Amaral n.º 104*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2005.

²⁰² Vide supra.

²⁰³ Vide supra.

pública que passa para propriedade privada(anexo imagens 220, 224). Onde antes se situava a calçada, passou a ser um edifício, o que é revelador de que este terramoto apanhou o povoado desprevenido em relação às suas possíveis consequências. O caso da Rua de Santa Catarina n.º 18 é, todavia, o mais interessante deste ponto de vista, pois a apropriação do terreno público faz com que a propriedade se acople à muralha medieval, levando à impossibilidade de se manter a via pública até então existente. De facto, tal só se justifica porque os materiais utilizados nas construções, aparte templos e palácios, apresentam uma grande fragilidade, são perecíveis, com provável abundante uso de madeira, barro para os pisos e só com algumas paredes em argamassa que, com o terramoto, se desfizeram, permitindo uma redefinição de limites de propriedade. Tal não acontece em 1755, pois as estruturas limítrofes das propriedades, são construídas em espessos muros de argamassas. Mesmo permitindo que existissem incêndios que se propagaram de telhado para telhado, não deixaram que se alterassem os limites dos prédios, pois o esqueleto do edificado não era combustível. A derrocada de tão grossas paredes estruturais também não é muito provável, se bem que admissível para as zonas mais afectadas. O mesmo se passa com o terramoto de 1858, que não vem alterar as propriedades urbanas.

Retornemos, contudo, à nossa estratigrafia ideal. Como a dinâmica urbana não está somente ligada aos frequentes terremotos, teremos de colocar outras pequenas camadas associadas às cheias frequentes (documentação directa²⁰⁴ e indirecta²⁰⁵), outras

²⁰⁴ Alguns dos vários níveis esqueléticos que detectámos no pátio da Casa do Corpo Santo podem ser observados dentro deste ponto de vista, tanto mais que águas subterrâneas circundam este local.

²⁰⁵ As cheias, frequentes em Setúbal até há poucos anos, vêm já referidas, por exemplo, na *Gazeta de Lisboa*, periódico setecentista.

possíveis calamidades e reestruturações urbanas voluntárias, gerais²⁰⁶ ou particulares. É lícito fornecer mais 50 cm de estratigrafia para tais situações.

Sob estas sucessões estratigráficas turbulentas, teríamos a considerar ainda uma ocupação baixo-medieval cristã, uma outra muçulmana, bem como outra alto-medieval visigótica, as quais, pelos resultados conhecidos, não será provável que excedam os 20-25 cm. de espessura, uma vez que as suas estruturas não apontam para a utilização de materiais de longa duração²⁰⁷.

Assim, quando entrássemos no Baixo-Império, já estaríamos a 3.25 ou 3.5 metros de profundidade. Atendendo a que os resultados de Setúbal apontam para duas grandes fases urbanas durante o domínio romano, uma primeira entre o Século III e o V, outra, anterior, entre a segunda metade do Século I e Século II, bem como à natureza das edificações e seus abandonos, poderemos apontar, exceção feita às fábricas de salga em que tal será superior, uns 50 cm. de espessura de camada para cada um, acrescidas das de ligação que lhes estão associadas. Já a uma profundidade de quase 5 metros, entraríamos na Idade do Ferro II, pelo que, pelos 5.5 ou 6 metros, entraríamos em solo geológico e daríamos por concluída a intervenção²⁰⁸. Isto, claro, porque não

²⁰⁶ Pensamos sobretudo na ampla reforma urbana promovida por D. João III e referida por Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992.

²⁰⁷ Recordamos, principalmente, os estratos classificados de muçulmanos por Joaquina Soares - *Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições* in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130 e Joaquina Soares - *MAEDS – Trabalhos arqueológicos* in *Almadam*, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2.ª série, n.º 11, Almada, 2002, pp. 250 – 251, que consistem em níveis finos, com construções em madeira. Note-se que, após a publicação de António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004., se preencheram grandes lacunas para um período cronológico tão vasto, que apresenta uma complexidade maior ainda do que se suspeitava, o que inevitavelmente nos obrigaria a criar várias camadas para cada fase, mas atendendo à pouca importância de Setúbal a nível regional, neste período, continuámos por, tradicionalmente, contemplar apenas um estrato para cada fase. É claro que, para tal ser possível, tínhamos de admitir que essas construções não haviam sido remodeladas mais de duas vezes, algures entre o Século VI e o XIV, o que não é possível. Todavia, contemplemos apenas um estrato para cada grande período cronológico político, pois não altera, em nada, o nosso ponto de vista.

²⁰⁸ Para estes períodos pouco claros da ocupação humana em Setúbal (Bronze Final, Idade do Ferro I e Idade do Ferro II), dos quais só se conhecem algumas cerâmicas e nenhuma estrutura, numa única intervenção (Travessa dos Apóstolos, coordenada pelo MAEDS), parece-nos ser sensato não apontar uma espessura definida, pois pode, ou não corresponder a uma ocupação permanente, da qual só podemos, no

sabemos que mais terremotos existiram (se os houve depois, é lícito equacioná-los antes), cheias e outros imponderáveis variados, de difícil verificação.

Parece-nos, pois, que mesmo simplificando a estratigrafia de Setúbal à sua expressão do somente já verificado, sem grandes complexidades internas (como, por exemplo, se uma casa construída no Século XIII, no período medieval cristão, subsistisse, tal e qual, até ao terremoto de 1531, ou, então, esquecendo um provável terremoto no Século XIV) e procurando, numa subversão da natureza dinâmica dos comportamentos humanos (que é o que, principalmente, encontramos numa estratigrafia arqueológica), admitimos que com seis metros de espessura de terras, no mínimo, poderíamos resolver a nossa questão.

É óbvio, todavia, que a nossa versão é pouco generosa, não se comparando a uma estratigrafia de muitos mais metros, como a das Termas dos Cássios, em Lisboa, com cronologias similares (do Idade do Ferro à actualidade). Ou seja, os nossos cálculos, conforme se poderá verificar por este exemplo, são redutores.

Contudo, se formos verificar as potências estratigráficas até entrarmos no subsolo geológico, nas intervenções arqueológicas efectuadas pelo Museu de Setúbal/Convento de Jesus, podemos verificar que as profundidades destas variam, na generalidade, entre o primeiro e o segundo metro (podendo observar-se que no Largo do Corpo Santo o estrato geológico se encontra a partir dos 70 cm - anexo imagens 189, mas, alcança, no caso do Hospital João Palmeiro, 2.20 metros máximos - anexo imagens 172). O mesmo se pode verificar na generalidade das intervenções do MAEDS já publicadas. Logo, quando se realizam intervenções junto dos panos de muralhas, sejam eles medievais²⁰⁹, sejam eles modernos²¹⁰, a intervenção tem de entrar em subsolo

actual estado de conhecimentos, colocar hipóteses, com base nos conhecimentos de outros arqueo-sítios da região.

²⁰⁹ José Luís Neto e Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua de Santa Catarina n.º 18*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2005 e Gustavo Portocarrero –

geológico, quando não mesmo abaixo do lençol freático, para permitir uma observação dos alicerces (anexo imagens 227, 234, 238-239, 267-268).

Ora, atendendo a esta discrepância, o que podemos verificar na estratigrafia de Setúbal, é que, principalmente, subsistem dados de duas naturezas. Por um lado, os vestígios mais recentes encontram-se em grande número, por outro, subsistem os vestígios mais resistentes (muros espessos de argamassas de pedra e tijolo, sejam eles modernos, medievais ou romanos). A pedra, material nobre, de difícil acesso devido ao preço, terá sofrido constantes reaproveitamentos, sendo rara a sua detecção. Tal justifica também a raridade de informações de toda a Idade Média, pois se as edificações desta fase são realizadas em materiais perecíveis, bem que poderia ter existido a maior povoação palafita imaginável, que dela não teríamos qualquer notícia²¹¹.

Um bom exemplo desta realidade foi o acompanhamento arqueológico de obras do PROCOM, realizado entre 19 de Outubro de 2000 e 17 de Março de 2001. A nossa acção visou o acompanhamento da abertura das valas de remodelação do sistema de abastecimento de águas e remodelação dos esgotos, conjuntamente com a colocação de algumas bocas de incêndio.

O programa estava dividido em três fases, tendo a nossa intervenção, por razões alheias à nossa vontade, começado no início da última, o que nos impossibilitou uma recolha de informações de toda a área atingida. A área atingida pelo PROCOM ficava situada entre a Avenida 5 de Outubro a Norte e a Avenida Luísa Todi a Sul; a Ladeira de São Sebastião a Este e a Avenida 22 de Dezembro a Oeste, área esta denominada

Relatório da intervenção arqueológica realizada no “Café Muralha” (Setúbal), Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001 e Café Muralha.

²¹⁰ José Luís Neto e Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Avenida Mariano de Carvalho (Baluarte de Jesus)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2002, José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Praça Almirante Reis n.º 10 (Baluarte da Anunciada)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003 e José Luís Neto e Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada no Largo José Afonso (Baluarte de S. Brás)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2004.

habitualmente como Baixa Comercial. Pudemos acompanhar cerca de 1/3 da área perfurada, essencialmente nas freguesias de Santa Maria da Graça, mas com alguns acompanhamentos pontuais na freguesia de São Julião e S. Sebastião.

Um acompanhamento arqueológico de obras desta dimensão é sempre uma operação delicada. O principal motivo que dificultou a recolha de dados assertivos estava relacionado com a pressão para se cumprirem prazos, o que explica que, por vezes, e tal aconteceu neste caso, as máquinas tenham antecedido os arqueólogos. Perante esta situação tivemos de realizar intervenções de registo e minimização dos impactos que não podiam atrasar a obra sendo, conseqüentemente, relativamente rápidas, o que nos obrigou até a optar pela selecção de um sistema altimétrico relativo aos níveis actuais dos pisos das vias.

A esta situação acresce o facto de termos estado a acompanhar perfurações em valas anteriormente realizadas para a colocação das primitivas redes de abastecimento de águas e recolha de esgotos, e, portanto, zonas que não estavam virgens.

De facto, desde os finais do Século XIX que temos notícia de várias perturbações do subsolo do Centro Histórico da cidade de Setúbal. Algumas dessas notícias têm mesmo relatos de achados arqueológicos, como a do complexo processo da abertura do túnel dos caminhos-de-ferro Palhais-Fontainhas (1906), onde foi descoberta a necrópole de São Sebastião, apenas publicada em 1966²¹². Outras obras nesta cidade também provocaram exposições do subsolo e algumas delas chegaram mesmo a permitir a publicação de pequenos estudos e notas arqueológicas.²¹³ Porém, as perfurações mais conhecidas são as que foram alvo do acompanhamento arqueológico,

²¹¹ Ou melhor, se as condições fossem ideais, encontrar-se-iam, pelo menos, os negativos dos postes no solo.

²¹² Carlos Tavares da Silva - Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião (Setúbal), Ed. Separata do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 1966.

²¹³ A título de exemplo veja-se O. da Veiga Ferreira e Carlos Tavares da Silva - Uma bela jóia romana encontrada em Setúbal in *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 31- 32, 1968-69, (separata).

da responsabilidade de José Marques da Costa²¹⁴. O seu trabalho, que consistiu no maior acompanhamento arqueológico realizado em Setúbal, abrangeu quatro freguesias, São Sebastião, Santa Maria da Graça, São Julião e Nossa Senhora da Anunciada. O objectivo das supramencionadas obras que se iniciaram em 1957 (data do início do acompanhamento), era o de remodelar a rede de saneamento básico.

José Marques da Costa diz-nos:

Para construção da nova rede de saneamento, foram abertas valas, que totalizam uma extensão de 25 237 metros, não incluindo os ramais de ligação aos prédios. Só não foram feitas pesquisas em algumas ruas, que, do Norte (Rua da Brasileira, outrora chamada de Coina), do poente e do Sul, convergem na Praça Machado dos Santos. Regista-se que as ruas do Dr. Carlos Botelho Moniz e da Estrada do Viso, que conduzem ao alto deste nome, tal como a Rua do Castelo, que conduz ao alto de São Filipe, não acusaram a existência de estratos romanos. As restantes ruas e praças, que não estão, devidamente, assinaladas em mapa anexo, embora, convenientemente, observadas, responderam negativamente à investigação. Esclarece-se que as valas abertas em toda a cidade só muito raramente foram além dos dois metros de profundidade²¹⁵.

Esta nota é de extrema importância, não só pelas informações que nos oferece relativamente às zonas com ou sem vestígios romanos, como também nos informa que as valas *só muito raramente foram além dos dois metros de profundidade*. De facto, na Intervenção do PROCOM nunca chegámos a atingir tais profundidades²¹⁶. E esta informação é tão mais importante quanto as zonas intervencionadas por nós são coincidentes com as de Marques da Costa, e o saneamento substituído foi aquele a cuja

²¹⁴ José Marques da Costa - *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal.

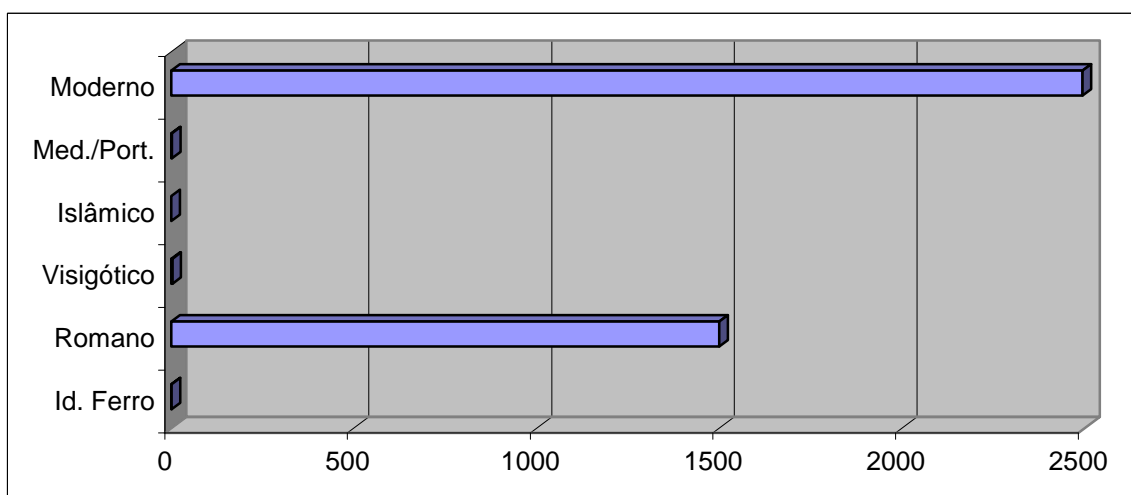
²¹⁵ José Marques da Costa - *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960, p. 6, nota 2.

instalação assistiu. Isto significa apenas que a estratigrafia por nós observada é apenas de remeximentos e entulhos de obras anteriores. Daí se justifica o reduzidíssimo número de estruturas e as misturas mais que frequentes de materiais de épocas distintas. Das 153 entradas registadas por nós ao longo da nossa intervenção, a maioria revelou materiais interessantes, mas a estratigrafia era unicamente constituída por remeximentos relativamente modernos, das obras referidas e outras, que provocaram a violação dos níveis primevos e a consequente mistura destes mesmos materiais. Nas estruturas preservadas observámos, que apesar de estas se encontrarem intactas, pelo menos parcialmente, a estratigrafia que as antecede já estava remexida. Este facto é bem visível no que respeita ao Largo do Corpo Santo, onde nos apareceu uma parte do pano da muralha medieval, que não tinha sido destruído até àquele momento devido à dureza enorme que apresentava²¹⁷. Em locais como a Rua Arronches Junqueiro, a Rua Pereira Cão, a Rua Dr. António Joaquim Granjo e o Largo de Santa Maria, tivemos a clara sensação de recolher aquilo que Marques da Costa optou por não aproveitar.

Conforme se pôde verificar, as estruturas detectadas não foram numerosas, e as estratigrafias seladas muito menos. Porém, foram muitos os materiais recolhidos, e espelham as realidades passadas da zona afectada. Assim, temos cerca de 4000 fragmentos que podem ser distribuídos da seguinte forma:

²¹⁶ A. M. Dias Diogo et alii – *Relatório do acompanhamento arqueológico das obras do PROCOM no Centro Histórico de Setúbal*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001.

²¹⁷ Tal voltou a ser verificado naquela zona em outros trabalhos, como em José Luís Neto – *Relatório do acompanhamento arqueológico das obras da NOVIS-VIATEL no Centro Histórico de Setúbal*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2002, em José Luís Neto, Luís Lopes e Maria João Cândido - *Material arqueológico proveniente da zona da Igreja de Santa Maria in Subsídios de para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 65 – 76 e em José Luís Neto et alii – *As obras da Setgás no Centro Histórico de Setúbal – resultados da intervenção arqueológica in Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 77 – 92.



De facto, da Idade do Ferro contamos apenas com um fragmento; de toda a Alta Idade Média contamos com três fragmentos cerâmicos, e nenhum deles é Islâmico; da Baixa Idade Média temos apenas dois, sendo, um deles, um fragmento de uma peça de Paterna, *verde e negro manganês* (Século XIV).

Esta realidade dos materiais, obriga-nos a ter de reflectir sobre o que este espólio representa. Conforme foi sendo observado ao longo do ponto anterior, a nossa intervenção reflecte-se a si mesma, mas também reflecte intervenções anteriores, principalmente a de José Marques da Costa.

O espólio dessa intervenção encontra-se no Museu de Setúbal/Convento de Jesus, resultando, deste facto, que pudemos travar um conhecimento profundo do material recolhido pelo insigne investigador, ao longo das várias fases que a intervenção do PROCOM teve. Conforme Marques da Costa afirma, os materiais que lhe interessava recolher eram os Romanos. Apesar de existirem mais algumas peças que terão, certamente, sido recolhidas por ele ao longo dessa enorme intervenção, de facto, as peças da Época Romana são uma constante, deixando aos outros períodos uma presença meramente residual. Essa presença residual é dada à Baixa Idade Média e à Época

Moderna, não existindo, pelo que pudemos observar, qualquer material de épocas anteriores; contudo, só após o estudo destes materiais o podemos confirmar, ou não.

Apesar de estarmos a reanalisar as valas de Marques da Costa pudemos exumar materiais de outras épocas, mas também muitos materiais da Época Romana. Obviamente não existia nenhum objectivo *a priori* de recolhermos preferencialmente determinado tipo de peças.

Outro aspecto que se apresenta como extremamente importante, é que encontrámos as estratigrafias remexidas, várias vezes até ao subsolo geológico. Isto significa que, pelo menos para a maioria das situações, não poderemos pensar ou afirmar que poderão existir mais informações sob os níveis de remeximentos.

Em princípio, teríamos de aceitar que o espólio recolhido é o representativo das ocupações passadas das zonas afectadas. O material romano peca na sua quantidade por já ter sido exumado significativamente na intervenção de Marques da Costa. Ou seja, apesar de não ter uma integração estratigráfica, este material, numa análise quantitativa, espelharia as grandezas e retracções dos vários povoados que se sucederam neste espaço.

Todavia, sendo esta uma amostra aleatória, e por consequência supostamente fidedigna por essa mesma circunstância, mostra-nos uma realidade ligeiramente diferente da que tem sido divulgada ao longo dos últimos anos. Relativamente à Baixa Idade Média podemos ainda levantar algumas hipóteses exoplicativas para a baixíssima frequência de materiais, que se prende com o facto de ter sido uma Vila que sai da Idade Média com uma população estimada em apenas 2000 indivíduos²¹⁸, para além de ter sofrido um terramoto violento (1531) e várias remodelações urbanas sob a Dinastia de

²¹⁸ Laurinda Abreu - *Memórias do Corpo e da Alma*, Ed. Palimage, Viseu, 1999. Note-se, todavia, que os numeramentos de 1527 e 1532 apontam para 1220 indivíduos. Veja-se Júlia Galego e Susane Daveau – *O numeramento de 1527 – 1532. Tratamento cartográfico*, Ed. Universidade de Lisboa – Instituto Nacional

Avis e na *Época Filipina*²¹⁹; o que pressupõe que parte dos materiais mais antigos tenham sido, possivelmente, em parte, removidos para outros locais de aterros. Mesmo assim existe uma dificuldade extrema em explicar a reduzidíssima frequência de vestígios para a Baixa Idade Média.

Que podemos pois dizer relativamente à ocupação Proto-Histórica e da Alta Idade Média?!

Setúbal, atendendo a que é um ancoradouro natural e apresenta um terreno relativamente plano, apesar de pantanoso, parece ser um local que justifica uma ocupação humana precoce²²⁰. Também nos parece evidente que esta ocupação terá correspondido às idiossincrasias de cada etapa sócio-cronológica específica, pois se há pessoas, é porque, de algum modo, essa ocupação reflecte sucesso, pelo menos relativo. Todavia, a ocupação permanente, ou quase, do terreno, bem como a reestruturação constante deste lugar, vieram a contribuir para que a intensidade dinâmica das actividades humanas, destruísse, em grande parte, a sua própria História, pois entre construção e reconstrução, camadas e camadas foram destruídas, sofreram intrusões, foram retiradas e transferidas²²¹.

de Investigação Científica, Colecção Memórias do Centro de Estudos Cartográficos, n.º 9, Lisboa, 1986, p. 108.

²¹⁹ Veja-se a Planta de Setúbal de F. Terzi de 1582, onde Setúbal é ainda uma Vila de pequena dimensão, numa altura em que o comércio do Sal já era de primordial importância para a Vila, e que a Dinastia de Avis tinha já dado o seu contributo à povoação.

²²⁰ Se não tivermos em consideração a existência endémica de malária no passado, que levaria a maior parte das pessoas a ocuparem zonas que tivessem ventos predominantes que afastassem os mosquitos no Verão.

²²¹ São vários os casos que documentam estas realidades. Sobre intrusões temos, por exemplo, os enterramentos do Hospital João Palmeiro, Largo de Santa Maria e Largo do Corpo Santo que alteraram toda a estratigrafia até ao romano, não sendo incomum encontrar os esqueletos do Antigo Regime conjuntamente com fragmentos de ânforas. No caso do pátio da Casa do Corpo Santo, devido ao terramoto de 1531 e à reconstrução urbana, a Idade Média, registada documentalmente nas “Visitações da Ordem de Santiago a Setúbal de 1510”, foi rapada, podendo dizer-se o mesmo do romano (sobraram, contudo, alguns fragmentos deste último período). O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal, diz-nos a documentação depositada no IAN/TT, foi construído num terreno onde existiam umas casas, mas, durante a intervenção, casas, nem vê-las. Eis alguns exemplos dessas transformações ou remoções que podem facilmente ser apontadas. Note-se que exemplificamos com casos maioritariamente de arqueologia pós-medieval, pois nestes temos a possibilidade de aferição documental. Faz-nos reflectir, então, naquilo de que não temos outras fontes de informação para aferir o que nos falta.

Se atendermos a que, efectivamente, a documentação que desejaríamos obter nos aparece cerceada em, pelo menos, um terço do mínimo que normalmente esperaríamos, podemos também concluir que a nossa produção de conhecimentos espelha essas mesmas circunstâncias. Assim, teremos de assumir, de ora avante, que as interpretações históricas produzidas sobre Setúbal devem ser entendidas dentro de uma perspectiva da construção arqueo-histórica possível e entendidas como relativas. As estratigrafias de Setúbal são apenas fragmentos de uma estratigrafia ideal, momentos conservados pela voragem das actividades humanas. Os arqueólogos, que as registam e posteriormente as interpretam, para, com elas, recriarem o passado, não podem verificar mais nada do que aquilo que restou, e o que restou, não é o suficiente para uma correcta aproximação de toda a realidade passada²²² (sobre as intervenções efectuadas ver o anexo 3).

²²² Sobre os estudos sedimentológicos das estratigrafias de Setúbal, que complementam esta análise veja-se João Luís Cardoso – Escavações arqueológicas na Praça de Bocage (Setúbal). Estudos sedimentológicos in *Setúbal Arqueológica*, volumes VI/VII, Setúbal, 1980/81, pp. 285 - 294 e João Luís Cardoso – Sedimentologia das camadas de base de alguns cortes estratigráficos da cidade de Setúbal in *Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*, Ed. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986, pp. 161 – 167.

Parte II, 2 – A antropização do espaço

O assentamento humano na área que Setúbal actualmente ocupa, resulta de um longo processo de “domesticação”, quer dos solos, quer dos canais de água. A povoação ribeirinha é uma conquista aos pântanos e cursos de água pré-existentes. As cheias, mais ou menos cíclicas, mais não são do que a prova de que essa modelação humana está ainda longe de ser perfeita, apesar de notável. Esta realidade é particularmente sentida pelos arqueólogos na sua actividade de campo no centro histórico, dado que são forçados a escavar ao ritmo das marés a partir, variando de local para local, do primeiro ao terceiro metro de profundidade.

Todavia, foi possível alcançar um frágil equilíbrio que permitisse a ocupação de uma área pantanosa, com água maioritariamente salobra e localizada numa zona geológica frágil, conforme os efeitos dos terremotos o provam. Setúbal apresenta-se,

consequentemente, como uma zona extremamente sensível, em que as acções humanas mais bruscas, qual *Torre de Babel*, têm insucesso. Por outro lado, a sua existência, não deixa de ser uma prova da capacidade de criação, adaptação e persistência humana.

Um primeiro apontamento reflexivo sobre as condições de habitabilidade do espaço deve ser o local do antigo Convento de S. João, situado na actual Avenida Manuel Maria Portela (anexo imagens 98-99). Construído no Século XVI é referido, por Frei Luís de Sousa²²³, historiador da Ordem dos Dominicanos no Século XVII, como um lugar pantanoso e insalubre, que provocava frequentes doenças e variadas enfermidades às freiras de clausura que o habitavam²²⁴.

A Avenida M. M. Portela ficava já a Norte da cidade, mas, mesmo assim, sentia os efeitos da instabilidade e insalubridade do terreno. Daqui partia um ribeiro, que deveria inicialmente correr pelo Largo do Quebedo, Largo do Poço do Concelho, Rua António Girão, Largo da Misericórdia e Rua Velha da Alfândega. De outro modo será difícil justificar os vários poços e até uma fonte que existe neste percurso. No Século XIV, com a construção da primeira cintura de muralhas de Setúbal, este ribeiro terá sido desviado (pelo menos parcialmente) e passou a correr pela actual Av. 5 de Outubro para vir desaguar na Ribeira do Livramento (actual Avenida 22 de Dezembro), conforme se pode observar na planta de Terzi, elaborada nos finais do Século XVI (anexo imagens 167). No Século XVII volta a sofrer nova alteração de curso (anexo imagens 168), sendo desviado mais para Norte, com o objectivo de rodear as muralhas seiscentistas, como se pode verificar nas plantas do início do Século XIX²²⁵ (anexo imagens 170).

²²³ Luís de Sousa (O.P.) – *História de S. Domingos*, Typ. Do Panorama, 3.ª ed. Livro II, Lisboa, 1866.

²²⁴ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume IV, tomo 1, Setúbal, 1972.

²²⁵ Sobre esta questão veja-se adiante a *paisagem administrativa e militar*, para além de José Luís Neto - *As muralhas da Restauração – para a classificação do Centro Histórico de Setúbal*, relatório entregue ao IPPAR sobre as muralhas do Século XVII de Setúbal, 2004.

Ora, se a parte circundante do morro de Santa Maria já se revelava pantanosa, a freguesia de S. Julião apresentava ainda uma menor estabilidade de terreno. Como se pôde observar em todas as intervenções arqueológicas efectuadas na parte baixa de Setúbal²²⁶, o subsolo é simplesmente areia, areia de uma extensa praia fluvial, seguida de uma zona de águas mais paradas, criando, com as argilas sedimentadas pelos vários cursos de água provenientes dos montes e morros circunvizinhos, pântanos insalubres.

A ocupação medieval de Setúbal debateu-se com este problema, mas ao longo de todo o período moderno continuou essa transformação da qualidade dos solos. A solução mais frequente era a criação de aterros com o objectivo de secar as terras, conforme é descrito para a construção do Convento de S. João, bem como foi verificado na construção do edifício da Rua Fran Paxeco n.º 165²²⁷ (onde foi detectado um nível de telhas e tijolos partidos sob o aterro - anexo imagens 203) bem como na Rua Arronches Junqueiro n.º 118²²⁸ (anexo imagens 223), sendo, no segundo caso, ligado a urbanização em zonas de exploração medieval de sal, dado que o bairro do Troino era uma zona de marinhas. Julgamos que, junto à praia (actual Avenida Luísa Todi), se terá recorrido igualmente ao sistema de motas, que consiste no juncar de um areal com troncos firmados verticalmente, impedindo que a areia se mova, e, conseqüentemente, se possa colocar terra sobre o areal sem provocar aluimentos. Parece ter sido essa a situação com que o MAEDS se defrontou na intervenção arqueológica do edifício do Montepio Geral, bem como no Banco Comercial Português, ambos na Avenida Luísa Todi. Apesar de

²²⁶ Joaquina Soares – *Arqueologia urbana em Setúbal : problemas e contribuições*, in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130.

²²⁷ Maria João Cândido e Luzia Seromenho – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Fran Paxeco n.º 165*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

²²⁸ José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

posteriores às datações obtidas por C14, a carta de D. João III ao Mestre dos Espatários, D. Jorge, refere motas na Praça do Sapal (Praça Bocage)²²⁹.

Também devemos atender a que a construção das linhas de muralhas, com alicerces tão fundos e sólidos, conforme se pôde verificar, no que respeita à muralha medieval, no acompanhamento arqueológico da obras da Setgás no Largo do Corpo Santo²³⁰ (anexo imagens 189), e no que respeita à moderna, na intervenção arqueológica no Baluarte de Jesus (Avenida Mariano de Carvalho - anexo imagens 226-234)²³¹, tinham como consequência comprimir o solo até, pelo menos, 3 metros de profundidade, auxiliando a que as movimentações de terra tivessem menor repercussão. Paralelamente a esta utilidade, as muralhas serviam igualmente para minorar os efeitos das cheias inverniais do rio Sado, dado que funcionavam como paredões protectores do povoado.

Esta utilidade podia, no entanto, ter o resultado exactamente contrário. É o caso do Convento de Jesus, onde o claustro é alteado. O Convento de Jesus foi edificado sobre um subsolo que não oferecia as melhores condições de estabilidade. Não é um caso tão evidente como o do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Lisboa, que, numa escarpa, desafia a gravidade newtoniana, mas, mesmo assim, o suficiente para ainda hoje condicionar estruturalmente a sua recuperação. Conforme Soror Leonor de São João, primeira cronista daquele convento, *a terra onde o convento se veio situar era marinha [...]*²³², pelo que, conforme se depreende do excerto e da proximidade da ribeira do Livramento, o terreno era alagadiço.

²²⁹ Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992, pp. 268 – 272.

²³⁰ José Luís Neto et alii – *As obras da Setgás no Centro Histórico de Setúbal – resultados da intervenção arqueológica in Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 77 – 92.

²³¹ José Luís Neto e Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Avenida Mariano de Carvalho (Baluarte de Jesus)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2002.

²³² São João, Leonor – *Tratado da antiga e curiosa fundação do convento de Jesus de Setúbal*, 1630, fólio 2v – 3.

Conforme seria de esperar, de tempos a tempos havia cheias dentro do convento, que em parte condicionavam o uso do piso térreo. Porém, com a construção a Norte do hornaveque da fortaleza grande, estes agudizaram-se. Assim, a segunda cronista do convento, Soror Ana do Amor Divino, diz-nos: *Problemas com águas. O terreno foi subindo por causa do aluvião e a construção do hornaveque (anexo imagens 129) fez o resto. Estavam a ser inundados o claustro, o Capítulo, a capela do Evangelista, Portaria, Refeitório, Dispensa. A água tinha 3 a 4 palmos de fundo. Em 1772, foram arrancadas as lages e os ladrilhos e alçou-se o pavimento 3 palmos, tendo o entulho sido bem batido a maço, tendo sido tudo de novo ladrilhado, menos os vãos das novas sepulturas*²³³.

De facto, durante a intervenção arqueológica por nós efectuada recentemente, pudemos verificar esta realidade, no claustro, bem como nas divisões térreas, reveladoras de cheias de enormes proporções no interior do edifício, tendo destabilizado os níveis freáticos daquela área urbana de tal forma que ainda hoje, com periodicidade anual, o convento alaga na totalidade o piso térreo, evitando-se as inundações na zona da igreja por continuamente se bombear a água que a ela se destina.

A praia do Seixal é um caso que igualmente revela, de forma paradigmática, os problemas relacionados com a criação de espaços urbanos e da pressão urbanística que a estreita faixa de ocupação do povoado sadino sofreu. A possibilidade dessa observação resulta de uma pequena parte da área da praia do Seixal ter sofrido uma intervenção arqueológica, em 2004.

²³³ Ana Maria do Amor Divino – *Memória histórica do Convento de Jesus de Setúbal*, 1803, jm 17, fólio 229v – 231.

Tratou-se de uma intervenção de carácter preventivo, com vista à aquisição de conhecimentos que pudessem minimizar os impactos junto do património arqueológico, aquando da reestruturação deste espaço, prevista no Programa *Pólis* de Setúbal.

Esta intervenção consistiu na abertura de três sondagens, a primeira com 17 x 4 metros, a segunda com 26 x 4 metros e a terceira com 15 x 3 metros (anexo imagens 168-170, 236-247). A implantação destas foi realizada com base em estudos prévios de documentos de cartografia antiga, disponíveis no Museu de Setúbal/Convento de Jesus, conjugando-os com outros de diversas naturezas, que permitiam supor que, sob este espaço, teria sido construído o baluarte de S. Brás da Fortificação Grande de Setúbal.

Com uma potência estratigráfica de cerca de dois metros de profundidade até à definição das estruturas, assentes em areia, temos perfis demasiado homogéneos nas três valas para justificarem uma análise diferenciada.

As primeiras unidades estratigráficas correspondem a deposições recentes, relacionadas com a Feira de Santiago, em sucessões de aterros para consolidar o solo. Estas primeiras unidades são constituídas por materiais muito recentes, como o saibro, a gravilha e restos de escórias de fundição. Todos estes elementos apontam para cronologias muito recentes, consubstanciadas pelos materiais observados, como restos de garrafas de cerveja e uma de “Coca-Cola”²³⁴.

É ao primeiro metro de profundidade que pudemos observar alguns materiais mais antigos, como algumas faianças industriais e fragmentos de garrafas de grês, que apontam desde a segunda metade do Século XIX em diante. Contudo, os materiais são muito pouco numerosos. As unidades são, aí, mais espessas e coerentes, com terras avermelhadas e terras misturadas com areia.

Por último, a última unidade corresponde a areia, areia da praia do Seixal que encerra a vida útil do baluarte aí detectado.

Assim, parece-nos que pudemos observar, de baixo para cima, um primeiro nível que espelha a existência do baluarte, um segundo que corresponde à destruição e adaptação do espaço para parque público e, as restantes numerosas unidades, que documentam os últimas três décadas daquele espaço.

| | <u><i>Praia do Seixal</i></u> <u><i>(Século XVII-meados do XIX)</i></u> | <u><i>Passeio Público</i></u> <u><i>(Finais do Século XIX - 3.º quartel do Século XX)</i></u> | <u><i>Feira de Santiago (3.º quartel do Século XX)</i></u> |
|-----------------------------|--|--|--|
| Vala 1 – Corte Norte | Unidade estratigráfica 14 | Unidades estratigráficas 12 e 13 | Unidades estratigráficas 1 a 11 |
| Vala 1 – Corte Sul | Unidade estratigráfica 12 | Unidade estratigráfica 11 | Unidades estratigráficas 1 a 10 |
| Vala 1 – Corte Oeste | Unidade estratigráfica 13 | Unidade estratigráfica 12 | Unidades estratigráficas 1 a 11 |
| Vala 2 – Corte Este | Unidade estratigráfica 9 | Unidade estratigráfica 8 | Unidades estratigráficas 1 a 7 |
| Vala 2 – Corte Oeste | Unidade estratigráfica 11 | Unidade estratigráfica 10 | Unidades estratigráficas 1 a 9 |
| Vala 3 – Corte Este | Unidade estratigráfica 7 | Unidade estratigráfica 6 | Unidades estratigráficas 1 a 5 |
| Vala 3 – Corte Oeste | Unidade estratigráfica 7 | Unidade estratigráfica 6 | Unidades estratigráficas 1 a 5 |

A intervenção arqueológica consistiu, conforme dissemos anteriormente, na abertura de três sondagens, com vista a detectar os vestígios do baluarte de S. Brás, que presumivelmente se encontrariam, com base nas análises de cartografia antiga, neste espaço. Acrescendo às informações adquiridas sobre o baluarte de S. Brás, que partilharemos adiante, adquirimos informações sobre a praia do Seixal.

A formação da Praia do Seixal está dependente de um processo mais vasto de assoreamento da margem Norte do estuário do Sado. Este processo de assoreamento vem desde, pelo menos, a época romana, e é bastante evidente nas épocas medieval e

²³⁴ Portanto, pós 1976/77.

moderna, tendo avançado a linha de costa cerca de 400 metros para Sul em quatro séculos. A formação da praia do Seixal data da primeira metade do Século XVII, visto termos exumado alguns fragmentos de faiança portuguesa azul e branco desta época, com o uso de decorações características a azul como os espiralados, as espigas e as flores e frutos bem cheios (anexo imagens 409). É de salientar que na planta de Setúbal de F. Terzi de 1582 (anexo imagens 167), a praia ainda não existia, dado coerente com o material exumado. O facto de o subsolo ser areia não permite uma distinção entre aquilo que estava, que lhe foi contemporâneo e o que lhe é posterior, visto que a areia pode ser remexida sem que dessas movimentações fiquem registos visíveis para um arqueólogo. Na segunda metade do Século XVII aí foi construído o baluarte de S. Brás, parte integrante da “Fortificação Grande” de Setúbal. Os fragmentos de faiança portuguesa decorada a azul e vinoso são contemporâneos dessa edificação, como alguns também característicos com as decorações de rendas, contas e um aranhão (anexo imagens 411).

Mas se não temos separações estratigráficas, por se tratar das areias superficiais de uma praia, temos, contudo, alguns fragmentos que são reveladores de algumas das actividades que eram desenvolvidas nesse espaço. De facto, junto aos alicerces da muralha do baluarte, encontrámos alguns pesos de rede, de diversos tipos. Estes eram constituídos por barros locais, de pastas laranja-avermelhadas, mal cozidas e de má qualidade (anexo imagens 410 n.º 9). Certamente os muros do baluarte seriam utilizados para secar e consertar as redes dos pescadores da Anunciada. E se as redes eram colocadas sobre este baluarte, é provável que algumas embarcações fossem colocadas no areal do Seixal. Efectivamente, estamos imediatamente a Sul do maior bairro de pescadores de Setúbal.

Outros testemunhos apontam para que esta praia fosse um local de convivência e de trabalho quotidiano, visto que existem materiais ligados à cocção e consumo de

alimentos (como fragmentos de fogareiros, de panelas, de tachos e de jarros, claramente de produções locais), bem como ao consumo de tabaco (cachimbos), conjuntamente com os ligados à pesca. As muralhas, fornecedoras de sombra, foram sendo utilizadas e vivenciadas de modos bem diferentes daquela a que primitivamente estavam destinadas, sendo adaptadas a novas funções pela apropriação que a população da Anunciada lhes fez (anexo imagens 408).

Durante a centúria de oitocentos, Setúbal sofre uma transformação e crescimento rápido, especialmente na segunda metade da centúria. A nova burguesia de endinheirados industriais e profissionais liberais, leva a que o povoado sofra reformas estruturais. Das mais significativas conta-se a transformação da zona ribeirinha de Setúbal. A construção da Avenida Luísa Todi como eixo vectorial da nova urbe; ainda como Rua da Praia, foi iniciada em 1848, sendo arborizada pouco depois. É reconvertida em Avenida Luísa Todi por volta de 1900.

O espaço da praia do Seixal²³⁵ é, entre 1896 e 1900, requalificado em Passeio Público ou Passeio do Lago, sendo arborizado. No centro desse parque é colocada a já referida fonte do claustro do convento de Nossa Senhora do Carmo (ainda hoje aí presente - anexo imagens 199).

Todavia, o Passeio do Lago começa a ser edificado, a Sul, por volta de 1900, estando cercado poucos anos depois. A praia do Seixal, o melhor, o topónimo, é transferido para poente, mais próxima da Saboaria. Do seu funcionamento, já como espaço balnear, temos testemunho²³⁶. Os edifícios que contornam o Passeio vêm a formar um largo (o actual Largo José Afonso e antigo Parque das Escolas) no início do

²³⁵ Subsiste ainda uma Travessa do Seixal, entre a Avenida Luísa Todi e o Largo da Palmeira, que atesta actualmente esta antiga existência.

²³⁶ *A Folha do Povo*, n.º 3, 809, 10 de Dezembro de 1892 – Manifestou-se incêndio no estabelecimento balnear do sr. João Baptista, situado na Praia do Seixal. Ainda ardeu uma barraca; e a não ser as promptas e acertadas providencias atalharem o fogo que ameaçava devorar as barracas contíguas, de certo ficaria reduzida à miseria aquella pobre familia. Apesar do pequeno prejuizo que soffreram, ser-lhe-ha muito difficil recuperar o seu único ganha pão.

Século XX, cortando o acesso directo ao mar, condenando a vocação marítima deste espaço, convertido em jardim público.

Quanto às muralhas, pelo que observámos, foram arrasadas até aos alicerces, contudo, esta destruição terá ocorrido, segundo o material cartográfico disponível, entre 1834 (última planta que conhecemos onde as muralhas vêm representadas - anexo imagens 169) e 1896 (onde já não existem muralhas). Não se ficou a dever à construção do Passeio a destruição do baluarte, mas também não sabemos a razão que a tal levou. A hipótese que, neste momento, nos parece mais provável, será a da construção da fábrica do gás, que se instala parcialmente sobre a área que o baluarte ocuparia a ocidente (área do actual edifício das Águas do Sado) e que instala a sua arcaica canalização sobre os alicerces do mesmo. O funcionamento desta fábrica data de 1863, altura em que Luiz Louge celebra um contrato com o município com vista a fornecer a iluminação pública da cidade, pelo que é muito provável que o baluarte de S. Brás tenha sido desmontado no início da década de 60 de oitocentos²³⁷. Efectivamente, os fragmentos de cronologias mais recentes da camada de areia, correspondem a fragmentos de produções inglesas (“casca de ovo”), de produções coimbrãs (os famosos “ratinhos”) e de outras de diversos fabricos industriais (cerâmica e vidro), que apontam para meados do Século XIX, conforme ao paralelismo estabelecido com o nível de 1841-1851 da Rua António Maria Cardoso, 36 de Lisboa (se bem que o presente caso apresente uma variedade e quantidade de vestígios muito inferior)²³⁸.

O Passeio do Lago perpetua a sua existência até à instalação de um conjunto de edifícios (alguns pré-fabricados) destinados a várias instituições de interesse público no Concelho, após o 25 de Abril de 1974. O jardim, onde já se realizava a Feira de

²³⁷ Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992.

²³⁸ José Luís Neto – *O palácio dos Duques de Bragança: as glórias e as vicissitudes* in *Olisipo*, n.os 22-23 (no prelo)

Santiago, encontrava-se decadente. A expansão da Feira acabou por levar aquele Largo a uma zona estéril e vazia, um rossio ocupado somente em algumas épocas do ano. Em 2005 foi requalificado como jardim, tendo sido adicionado um anfiteatro de ar livre.

Com este exemplo claro da dinâmica urbanística da zona ribeirinha de Setúbal, bem como pelo avanço rápido da linha de costa, em luta constante com o rio, podemos depreender a suma importância deste elemento aquático para a comunicação e economia local²³⁹.

Contudo, outro problema de extrema importância se colocava à ocupação humana em Setúbal, a falta de água potável, visto que, apesar da superabundância deste elemento, tratava-se de água salobra. Existiam algumas captações de água no interior do núcleo urbano, conforme é atestado pelos topónimos “Largo do Poço do Concelho” e “Largo da Fonte Nova” (anexo imagens 118), contudo, a maioria da água potável tinha de ser captada nas nascentes das serras que circundam o povoado. Este problema acentua-se nos finais do Século XV, com o crescimento demográfico da Vila, com uma população estimada em 2000 indivíduos, que não subsistiam com os poços locais ou as nascentes mais próximas (como as que existem no Morro da Saúde – Troino)²⁴⁰.

Por esta razão vemos que D. João II mandou erigir o aqueduto, denominado dos “Arcos” (anexo imagens 115). A água era captada em Alferrar e vinha, através de tubos cerâmicos, até à Praça de Bocage, à época Praça do Sapal (anexo imagens 117, 162). Só

²³⁹ Factor determinante para o avanço do solo foi o deslastre dos navios que, aliado às drenagens regulares para manter o canal de navegação aberto, fizeram com que surgissem novas terras como a da praia do Seixal (que é conforme ao nome). Sobre este caso convém reflectir no estudo arguto de Fernando Bandeira Ferreira – O Paleolítico da Tróia de Setúbal. Sua origem e significado in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo XXII, 2.ª série, n.º 1, Ed. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956 (separata), que ganha sentido, após esta intervenção e atendendo, de igual modo, a algumas referências esparsas de Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992, acerca dos esforços de manter o canal de navegação utilizável. As reflexões aludidas levaram a procurar novos dados que são apresentados no ponto seguinte.

²⁴⁰ Fernando António Baptista Pereira, Ana Duarte e Leonor Campos – *História do Abastecimento da água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal. Setúbal, 1997 (policopiado).

com D. João III se modifica o sistema de canalização da água, substituindo-o pelo de calhas de calcário, as quais ainda podemos observar no troço recuperado junto ao Parque da Algodeia. Com a expansão da vila extra - muros, através de S. Sebastião e Troino, outras fontes mais próximas passam a ser exploradas e monumentalizadas.

Essa monumentalização das edificações de engenharia é iniciada por D. João II, através do Aqueduto, que, com a proximidade de Setúbal, vai ganhando altura e dupla arcaria, logo imponência. O mesmo se passa com a fonte de S. Caetano, actualmente desmembrada no Museu de Setúbal/Convento de Jesus, do Século XVII (cuja localização primitiva ficava sensivelmente a meio da Avenida dos Combatentes), com a fonte do Sapal, de finais de seiscentos, actualmente na Praça Teófilo Braga, com a fonte da Praça do Quebedo, do Século XVIII (anexo imagens 120), com o aqueduto do Convento de S. Francisco e com Fonte de Santa Clara (que foi, há cerca de cinco/sete anos, por incúria, destruída), do Século XVIII também. Mesmo em espaços mais recolhidos, como no claustro dos Carmelitas Calçados, a fonte, para além da sua beleza e monumentalidade, tem, nos bordos da taça, uma inscrição, eternizando os doadores (actualmente esta encontra-se relocalizada no centro do Largo José Afonso - anexo imagens 116). Foi durante a intervenção arqueológica realizada no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal, no ano de 2001, que pudemos detectar mais informações, que deram um verdadeiro sentido à peça isolada do Largo José Afonso. Na sondagem 5 foi posta a descoberto uma estrutura de pedra calcária, de perfil quadrangular, sob o piso do provável claustro. Estava orientada a, aproximadamente, Oeste – Este (anexo imagens 195-199).

As pedras tinham um ligante de argamassa de areia não peneirada e cal, extremamente compacto, que preenchia as finas juntas entre pedras. Estas pedras

estavam de tal modo “coladas”, que por vezes, só se podia distinguir o fim de uma pedra e o início de outra pelas linhas de bordo.

Sobre estas repousariam outras pedras que fechariam o conjunto, aliadas às restantes que comporiam o piso do claustro. Note-se que todas as pedras estão completamente trabalhadas, aspecto que nos chamou a atenção sabendo que o uso de pedra polida era dispendioso, e o convento não apresentou uma grande proliferação de uso de materiais nobres na sua estrutura.

No que respeita às pedras em si, detectámos duas pedras com inscrições, as duas pedras mais a nascente da face inferior da estrutura quadrangular. Apesar da estrutura ter sido destruída para a edificação de um moderno lar de terceira idade, as epígrafes foram retiradas para o Museu de Setúbal/Convento de Jesus, salvaguardando-se, deste modo, a sua integridade.

Numa das pedras, com moldura a anteceder o texto, pode-se ler:

S^A. D. M^{EL}. D. AROV
CHE. FAMELIAR
DO S^{TO}. OFESSIO. E. D.
SVA. MOLHER. IN(E)S
GOMES. E SEVS
ERDEIROS. O QV
AL. MOREO. D [...]

O texto encontra-se interrompido, visto que a pedra foi partida para ser colocada neste local. No que respeita à linha 1 temos de referir que os D, têm o E incluso, facto que se mantém ao longo de todo o texto, inclusivé em ERDEIROS da linha 6. M^{EL} tem

o EL sobre o M, bem como, na linha 3, S^{TO}. No que respeita ao último D, da linha 7, temos a dúvida se se trata de D ou DE. O texto pode ser desdobrado em *Sepultura de Manuel de Arouche* (Arouche ou Arouca), *familiar/ do Santo Ofício e de/ sua mulher Inês/ Gomes e seus/ herdeiros o qu/al morreu de ...*. Trata-se, evidentemente, de uma tampa de sepultura (anexo imagens 196).

Na segunda pedra com inscrições podemos ler:

233

S. DE ANTº. [...]

[...]FR. E DE

SVA MOLHER

(E) ERDR^{oS}

Trata-se igualmente de uma tampa de sepultura. O texto, muito apagado, não nos permitiu uma leitura total da pedra, mas entende-se que se trata da sepultura de António Freire ou Frazão, da sua mulher e dos seus herdeiros. O número 233 é referente ao número de sepultura ou carneiro, correspondendo, geralmente, a um registo e localização precisa no corpo da Igreja.

De facto, o tipo de letra nas duas epígrafes não é divergente, correspondem a capitais, ligeiramente alongadas, se bem que na segunda inscrição as letras são evidentemente mais quadradas. Este tipo de inscrições pode corresponder a campas do final do Século XVI, eventualmente, Século XVII, o que as faz contemporâneas da edificação do Convento. Contudo, para confirmar a observação realizámos uma análise comparativa com as inscrições de Baçaim²⁴¹. Baçaim foi cedida aos portugueses em

²⁴¹ Brás A. Ferandes - *Armas e Inscrições do Forte de Baçaim*, Ed. Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1998.

1534 e foi conquistada pelos Maratas em 1739. Esta situação permite-nos observar pedras tumulares datadas dentro do espectro cronológico das exumadas no convento do Carmo. De facto, relativamente à primeira pedra, encontramos fortes paralelismos com a 23 de Baçaim, datada de 1590, quer na moldura, no tipo de letra, quer no sistema de colagem de letras de, por exemplo, MOLHER. O tipo de R curvilíneo encontra um paralelo datado na inscrição 25 (de 1591). No que respeita à segunda pedra temos um paralelo da fórmula na pedra 34 (s/ data) e no tipo de inscrição com a 54 (s/data). A pedra mais semelhante datada é a 90, de 1614.

Contudo, temos um documento, datado de 1714²⁴², que é a autorização de D. João V para se retirar uma braça de água da fonte de São Caetano²⁴³, localizada na actual Avenida dos Combatentes, de onde se passou a retirar um anel de água através da construção de canos subterrâneos. Diz-nos, esse documento de 24 de Abril, que [...] *a conduzirao por baixo do chao athe seu convento, e com effeito fora o dito Sennado da Camera em corpo della, á mesma fonte, e fizerão sua vistoria, asignado a parte onde se havia de tirar. Em que fizerão os exzames necessarioz como maiz largamente constava da certidão.* Trata-se, muito certamente desta mesma estrutura, até porque o desgaste que as pedras apresentam, é perfeitamente compatível com esta situação (anexo imagens 197).

Conforme se pode verificar no plano da sondagem 5, esta estrutura descaí levemente para Oeste. Voltámos a encontrá-la na sondagem 11, infelizmente quase destruída, mantendo, todavia, esse desnível. Pensamos, conseqüentemente, que, após o seu uso, a água escoaria para a ribeira do Livramento (anexo imagens 198).

²⁴² IANTT, Ordem dos Carmelitas, Convento de Nossa Senhora do Carmo, maço 1. Sobre este caso falam também Miguel de Azevedo (O.C.) - *Dialogos historicos, alfabeticos, panegyricos, asceticos, sobre os faustos principios e felizes progressos da Ordem do Carmo Calçado em Portugal*, 2 de Maio de 1799 (Academia das Ciências de Lisboa - Manuscrito Azul 86) e Manuel Maria Wermers (O. C.) - *O Carmo em Portugal*, Ed. União Gráfica, Lisboa, 1963.

Ligado a este cano estava um chafariz, no centro do claustro. Essa peça, em calcário, como já dissemos, encontra-se actualmente no centro do lago do Largo José Afonso. Tem uma haste decorada e uma taça central, octogonal, com dois metros de diâmetro. Tem uma inscrição no bordo externo, que não pudemos analisar, mas que foi copiada por Almeida de Carvalho em 1867, enquanto esteve no edifício da Boa Hora. A inscrição, incompleta, parece registar os doadores da peça ao Convento²⁴⁴.

Há uma aposta, por parte das instituições e indivíduos que detêm o poder, de se propagandarem e se promoverem através do patrocínio destas construções, ao mesmo tempo, grandes e belas. Tal não nos deve fazer esquecer, todavia, que o sistema era deficitário, com carências profundas. No Verão, por vezes, encontravam-se as fontes secas, o que causava graves incómodos às populações²⁴⁵.

²⁴³ A fonte de S. Caetano foi concluída em 1692 e demolida em 1917. Veja-se Fernando António Baptista Pereira, Ana Duarte e Leonor Campos – *História do Abastecimento da água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal. Setúbal, 1997 (policopiado).

²⁴⁴ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume IV, tomo 2, Setúbal, 1972.

²⁴⁵ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, 6 volumes, Setúbal, 1968 – 1972. São abundantes as referências de Almeida Carvalho a esta situação, a propósito dos assuntos mais díspares. Veja-se também Fernando António Baptista Pereira, Ana Duarte e Leonor Campos – *História do Abastecimento da água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal. Setúbal, 1997 (policopiado).

Parte II, 3 – Acessibilidades e princípios económicos

Hoje, talvez mais que no passado, muitas vezes ouvimos falar sobre a importância das acessibilidades, e dos problemas que advém com a falta delas. Na época que estamos a tratar, o problema colocava-se de igual maneira, contudo, as respostas eram diferentes por diversos motivos. Assim, um primeiro ponto a ser ponderado é a diferença tecnológica, pois não só as técnicas construtivas eram diferentes, como os próprios meios de transporte. Um segundo ponto a ser equacionado é a noção de escala e distância, dado que, se a distância absoluta é exactamente igual, a distância relativa não o era. Um terceiro ponto ainda, é a perspectiva que se tinha face à viagem e ao viajar, que difere da actual.

No que respeita aos meios tecnológicos para a construção de estradas, cremos que a maioria corresponderia a caminhos de terra, batida pelo primeiro desgaste de

vegetação e consolidada pelo uso, contudo, ainda hoje, podemos observar vários troços de caminhos em quartzito, dispersos nos arredores de Setúbal, ou então descobertos através de intervenções arqueológicas. Um primeiro exemplo, e excepcionalmente bem conservado, é aquele que podemos apreciar junto do Convento de S. Paulo, com início na cerca, em planície, até meia encosta, onde se situa o edifício conventual, galgando sinuosamente o duro declive²⁴⁶(anexo imagens 160). Trata-se, evidentemente, de uma via do próprio Convento Paulista. Um outro exemplo, muito bem conservado, é a denominada “via romana do Viso”, que, efectivamente, apresenta uma solução tecnológica mais parecida com uma via do Antigo Regime, que com técnicas romanas²⁴⁷(anexo imagens 154-155, 161). Este caminho pedestre pode ser usufruído desde a cidade até à Aldeia Grande. É um troço da antiga via que ligava Setúbal a Azeitão. Um outro exemplo ainda, é o do caminho arrabatino que liga a antiga Estrada do Convento de S. Francisco, que ligava ao Forte de S. Filipe, na sua variante à extensão seiscentista da fortaleza, já a meia encosta. Este caminho é particularmente interessante, principalmente porque apresenta, nalguns troços, muros de sustentação de terras, que delimitam a via. Esta via servia unicamente para abastecimento do aquartelamento militar.

Já em ambiente urbano, foi detectado, junto ao Palácio dos Cabedos, durante a intervenção arqueológica do Procom, um pequeno troço da via mandada erigir por D. João III²⁴⁸, que rodeava a muralha medieval, bem como um outro, na Rua Arronches

²⁴⁶ Este caminho já não está integralmente original. Há várias reconstruções mais recentes. Podemos, contudo, observar alguns troços não violados.

²⁴⁷ O uso continuado dessa via a isso nos leva a crer, bem como o facto de se tratar de um caminho de seixos de dimensões variadas. Também não é provável que uma estrada utilizada desde o período romano se mantivesse. Alguns casos, como o da Geira, na Serra do Gerês, são raridades que se explicam, em parte, pela demografia baixíssima da região.

²⁴⁸ A. M. Dias Diogo et alii – *Relatório do acompanhamento arqueológico das obras do PROCOM no Centro Histórico de Setúbal*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001.

Junqueiro²⁴⁹, provavelmente de uma rua pública (anexo imagens 220), pois apresenta duas linhas de tijolo paralelas, possivelmente para orientarem os condutores de carroças e carros²⁵⁰, rua essa que acabou por ser desactivada.

Temos exemplos, igualmente, de uso de pisos de seixos em áreas privadas, como no pátio pós-terramoto de 1755, instalado na área do Hospital João Palmeiro (anexo imagens 172), bem como esta técnica é referida como usual, quer em áreas públicas, quer privadas, por Arronches Junqueiro, ainda no Século XIX²⁵¹.

A juntar às condicionantes tecnológicas das vias, temos de equacionar também os meios de transporte. Os indivíduos viajavam movidos a equídeos (cavalos, machos e mulas, e burros) e bóvidos (só em carroças com bois), ou, com mais frequência, a pé²⁵². Assim, e atendendo às limitações que tais meios de locomoção apresentam (muito esforço para pouca distância efectiva), as paragens seriam mais numerosas, principalmente a pé. Mesmo os Correios do Reino, que vinham montados em cavalos, vinham a Setúbal somente duas vezes por semana. Ou seja, o tempo, a distância, e a própria viagem, eram perspectivados de uma outra maneira, com *timings* forçosamente mais lentos.

Como seria de esperar, tal reflecte-se no sistema viário setubalense, que ao invés da actualidade, que segue linhas de tráfego principal (A2 e A12), derivando então em perpendiculares, seguia antes um sistema radial, mais disperso, similar a uma teia, com linhas a unirem os povoados circunvizinhos, que por sua vez ligavam a outros que lhes

²⁴⁹ José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

²⁵⁰ Já havíamos observado um sistema mais ou menos semelhante, de piso misto quartzito-tijoleira no Palácio dos Duques de Bragança, em Lisboa, numa via de serviços do palácio. Vide José Luís Neto – [O palácio dos Duques de Bragança: as glórias e as vicissitudes](#) in *Olisipo*, n.os 22-23 (no prelo).

²⁵¹ Arronches Junqueiro- *Setubal na segunda metade do Seculo XIX. Atravez das minhas recordações. Notas para a sua historia*, Ed. do autor, Setúbal, 1936.

²⁵² Uma curiosa paleopatologia num osso de pé, com uma deformação devido ao excesso de locomoção pedestre foi detectada e estudada num osso exumado no adro da igreja de Santa Maria da Graça. Veja-se José Luís Neto e Luís Manuel Alves Lopes - [Apontamentos de Arqueologia Medieval e Moderna de](#)

estivessem próximos, e assim sucessivamente, numa multiplicação incessante de caminhos.

Na planta quinhentista de Terzi²⁵³ (anexo imagens 167) podemos observar o caminho para o Outão, a “estrada romana do Viso”, com destino a Azeitão, bem como a via que levava a Palmela, através do Campo do Bonfim, para além de três vias com destino ao Alentejo, uma até à Gâmbia pelo rio (Estrada da Graça), outra pelo *interland*, e outra ainda mais interior, conhecida actualmente como “Estrada do Alentejo”, ou E.N.10. Nas plantas de inícios de oitocentos (anexo imagens 170), a perspectiva é similar, acrescentada da Estrada para S. Filipe, uma “Estrada de Carros para a Mouta (Moita)”, que partia no prolongamento da “estrada do Alentejo”, para Norte, desde o Convento de S. João (Avenida Manuel Maria Portela) e uma nova “Estrada para Palmela”, através de S. Paulo. É evidente que, e conforme podemos rapidamente perceber, o facto de estas estradas não estarem hoje praticamente visíveis, se deve ao facto de as Estradas Nacionais do Estado Novo, estarem, precisamente, sobrepostas a estas antigas vias como tão bem é perceptível na *Carta topographica militar do terreno da Península de Setúbal*²⁵⁴. No entanto, em viagens de maior distância o meio de transporte preferencial era o barco, em fretes regulares de e para Alcácer e Lisboa.

Porém, essas vias, quer fossem terrestres, quer fossem marítimas, eram defendidas e assistidas. Os interesses nacionais, que se manifestavam na manutenção das vias e pela promoção, junto dos municípios e dos religiosos, dos incentivos para

Setúbal - O acompanhamento arqueológico do PROCOM in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. C. M. S. (no prelo).

²⁵³ Fernando António Baptista Pereira – A mais antiga planta de Setúbal in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Volume 1, Ed. Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 1990, pp. 145 – 154. Ver também Lívio da Costa Guedes – *Aspectos do Reino de Portugal nos Séculos XVI e XVII – a “descrição” de Alexandre Massaii (1621)*, Ed. Arquivo Histórico Militar, Viseu, 1989, pp. 135 – 140.

²⁵⁴ *Carta topographica militar do terreno da Península de Setúbal*, construída por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marechal e Comandante em Chefe do Exército, Marquês de Campo Maior, publicada em 1861, com levantamento realizado entre 1813 e 1815 – Museu de Setúbal/Convento de Jesus (MS/CJ 1617/D.38).

manterem esses caminhos vivos, a isso obrigavam. Esta realidade é particularmente visível a partir de meados do Século XVII, quando Setúbal realiza os empreendimentos simbólicos que a fazem entrar, definitivamente, no mundo do Antigo Regime, esquecida que está a escala local, substituída pela lógica do Estado em escala nacional.

Um exemplo da complementaridade e eficácia dessas vias é a visão que delas temos na já referida Revolta dos Marnoteiros²⁵⁵. Assim, no dia 23 de Agosto de 1855, junto ao porto da Vila de Setúbal, assistiu-se a uma estranha manobra militar. Ao Regimento n.º 11, composto por cem praças, juntou-se uma força de cinquenta baionetas do Regimento n.º 16, acrescidas de nove provenientes do destacamento de Azeitão. Às manobras não ficavam indiferentes as pessoas que por ali passavam e observavam tamanha agitação.

Paralelamente, através da Aldeia Galega, uma força de dezasseis cavalos do Regimento n.º 5 estugava o passo pelas estradas poirentas da charneca entre Tejo e Sado, tendo, como destino, Alcácer do Sal.

No dia 24 de Agosto, a significativa força militar, que se havia reunido em Setúbal, sob as ordens do Governador Militar de Setúbal, embarcava para Alcácer, onde chegaria nesse mesmo dia.

Tamanha força militar reunida nesta Vila tinha um propósito pleno de sentido - a dissuasão. A revolta tinha terminado e as tropas, pouco depois, puderam regressar aos respectivos aquartelamentos. No dia 26 de Agosto, no jornal da região, *O Setubalense*, é publicada uma notícia homenageando a atitude célere e eficaz do Administrador do Concelho de Alcácer e do Governador Militar de Setúbal, devido à resposta pronta face a uma revolta de trabalhadores, descritos quase como selváticos.

²⁵⁵ José Luís Neto - Uma revolta esquecida in *Neptuno*, N.º 4, Ed. Associação de Defesa do Património de Alcácer do Sal, 2005, pp. 11 – 12.

Não fosse a publicação de um artigo anónimo num outro periódico, desta vez de Lisboa, onde se defendem os trabalhadores, pouco saberíamos sobre esta situação, pois levou a uma troca de respostas e contra-respostas nos jornais.

Para além de podermos interpretar a revolta dos marnoteiros de Alcácer do Sal, de 20 de Agosto de 1855, como um primeiro ensaio das lutas pelos direitos dos trabalhadores, de inspiração socialista, não pela formação ideológica dos revoltosos, mas sim por quem fez a sua defesa na opinião pública em Lisboa, denunciando a sua situação injusta e os interesses próprios do administrador do Concelho de Alcácer do Sal e legitimando, perante estas circunstâncias, o direito à revolta e indignação, outros aspectos nos parecem importantes. Não é fácil determinar, em Setúbal, onde acaba a arqueologia pós-medieval e se inicia a arqueologia industrial. É um problema complexo, sem uma solução absolutamente satisfatória. A marca de charneira entre o mundo Moderno e Contemporâneo, no mundo Ocidental, é tida como a Revolução Francesa. Todavia, a Revolução Liberal em Portugal dá-se em 1820. Segue-se, nas décadas de 30, a Guerra Civil, entre absolutistas e liberais. No entanto, só em meados do Século XIX assistimos à reunião de elementos que podem ser vistos como reflexos mentais desse liberalismo, como a existência de periódicos e o desenvolvimento industrial, bem como o declínio da produção salineira e as revoltas de trabalhadores já mencionadas. Contudo, num artigo de Francisco Santana²⁵⁶, o autor consegue realizar a listagem das máquinas a vapor em uso em Setúbal, oferecendo-nos a possibilidade de observar um panorama pobre, revelador de um atraso estrutural profundo, de um prisma económico. De certo modo, a mão-de-obra barata constantemente disponível adiava a modernização da produção industrial sadina, mantendo-a com um toque manufactureiro pitoresco. Assim sendo, acabámos por estabelecer meados do Século XIX, como a demarcação de

²⁵⁶ Francisco Santana – Sinais de industrialização na região de Lisboa e Península de Setúbal em finais do Século XIX.

princípio, separadora das “duas arqueologias”, se bem que não as tomámos como fronteiras rígidas. Revela-se, na Revolta dos Marnoteiros, o fim do Antigo Regime, mas também e em todo o seu esplendor, a prontidão e eficácia de mobilidade dos militares numa área geográfica muito extensa, o que importa salientar. Apesar de existir, como vimos, uma preferência pela via fluvial, as vias terrestres também se revelavam importantíssimas e permitiam uma mobilidade rápida. O ecletismo dos meios de transporte, revelam-nos, igualmente, uma outra dimensão a ser ponderada. A rápida movimentação militar, naquilo que modernamente chamaríamos uma “força militar anfíbia”, é a clara demonstração da eficácia inerente aos meios de deslocação utilizados, ao sistema viário terrestre e ao sistema de navegação marítimo. Convém-nos, pois, explorar agora o segundo. Para tal, convém, porém, reiniciar o discurso a partir de um outro prisma.

Em 2004, o Museu de Setúbal/Convento de Jesus deu início a um projecto de arqueologia subaquática para a costa da Arrábida. Com este projecto pretendeu-se iniciar um processo longo, mas seguro, de protecção efectiva deste tipo de património arqueológico, que, tal como o terrestre, se encontra exposto ao livre arbítrio humano. Nesse sentido, foi formulado um projecto que visa, ao longo de vários anos, aprofundar o conhecimento actual sobre o património arqueológico subaquático nesta região e desenvolver uma educação patrimonial baseada no respeito e integridade do mesmo.

Procurou realizar-se quatro tipos de acções. A primeira consistia num primeiro levantamento documental de informações relevantes para o pretendido, que foi desenvolvida em arquivos de Setúbal. A segunda consistiu na realização de inquéritos a indivíduos directamente relacionados com actividades marítimas. A terceira consistiu no estudo de colecções privadas constituídas por materiais arqueológicos achados em meio aquático. Por último, pretendia-se ainda realizar alguns mergulhos exploratórios, com

vista à identificação física de sítios e à sua correcta geo-referenciação. Para o que nos interessa, neste caso, centremo-nos nos resultados da acção primeira.

Em 2001, na sequência da descoberta de Maria João Lopes²⁵⁷, de um conjunto de materiais cerâmicos numa duna de uma praia entre a Comporta e Tróia²⁵⁸, tivemos a oportunidade de poder participar e colaborar na elaboração de uma pequena notícia sobre esse achado.

O atraso na publicação desta, tal como de outras notícias de interesse arqueológico e histórico desta região, a serem impressas nos *Subsídios para o Estudo da História Local*²⁵⁹, edição que se pretendia anual dos Museus Municipais de Setúbal, levou a que a publicitação deste achado tenha um âmbito ainda muito restrito, podendo, contudo, este, tal como outros estudos, serem consultados no Museu de Setúbal/Convento de Jesus. Trata-se de um conjunto significativo de materiais, cerca de meio milhar de fragmentos, principalmente se atendermos à sua improvável localização, numa zona erma²⁶⁰, não habitada²⁶¹, com uma definição de costa móvel, classificada como área de areias dunares²⁶² e propensa à malária²⁶³. Apesar de nos termos inclinado, numa primeira análise, para uma hipotética construção de pescadores, a ausência de materiais de construção numericamente significativos, levou-nos a considerar outras

²⁵⁷ Maria João Lopes, Luzia Ruivo Seromenho e José Luís Neto – Sobre uma possível embarcação descoberta na Comporta in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal (no prelo).

²⁵⁸ Localizada administrativamente no Concelho de Grândola, próximo do Km. 7 da E. N. 253, com as coordenadas U.T.M. NC 532 151 (Cartas Militares de Portugal, folha 466, 1994, Serviços Cartográficos do Exército).

²⁵⁹ Foi publicado o n.º 1 no ano de 2001.

²⁶⁰ A potencialidade do solo de um ponto de vista agrícola é quase nula. Apesar de existirem algumas linhas de água doce subterrâneas, presumíveis pela sua existência na Comporta, não cremos que sejam de fácil captação naquele local.

²⁶¹ Consultámos e analisámos vários mapas da região, entre os Séculos XVII e XX, e nenhum deles assinala qualquer habitação naquele lugar.

²⁶² Mapa das fortalezas da Costa entre Peniche e Sines, do Século XVII – IANTT, aponta esta zona como areias movediças.

²⁶³ Fernando Borges – A malária no vale do rio Sado In *Memórias do Instituto de malariologia de Águas de Moura – da luta anti-palúdica ao museu*, Ed. Câmara Municipal de Palmela e CEVDI – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Palmela, 2001, pp. 59 – 63 e Maria Cristina Neto – A escravatura em S. Romão do Sado in *Memórias do Instituto de malariologia de Águas de Moura – da luta anti-*

possibilidades. Assim, aquando da análise dos materiais recolhidos nessa prospecção, o aparecimento de um fragmento que ostentava a legenda – Empresa Nacional de Navegação, permitiu avançar a hipótese, bem mais provável, de se tratar de um navio encalhado nas areias²⁶⁴. Também, com base na efémera existência desta companhia de navegação, criada em 1903, pudemos atribuir uma cronologia relativamente curta.

O que não foi discutido, nesse trabalho, foi o seu enquadramento numa problemática mais vasta que se prende com a própria navegação nesta zona. De facto, pelo que podemos observar na obra de Alberto Pimentel²⁶⁵, a barra de Setúbal foi alvo de melhoramentos constantes entre os Séculos XVII e XIX, continuando também ao longo de todo o Século XX. Os problemas da barra eram devidos, principalmente, aos assoreamentos dos canais por onde passavam as embarcações, visto que, apesar do estuário ser muito largo, as profundidades deste, só permitirem a navegação por uma zona. Esta realidade remonta, pelo menos, ao Século XVI, aquando da construção da Torre do Outão, torre essa que tinha como objectivo controlar as entradas e saídas do porto de Setúbal e restantes portos do Sado. O canal de entrada no Sado passava junto do Outão, pelo que era lógico colocar aí uma fortificação de controlo, que obrigasse os navios, principalmente os de comércio internacional, a respeitarem as medidas sanitárias (inspecção de saúde e quarentena) ditadas pela administração de Setúbal, para além de ter ainda algum relevo em situações de guerra.

Uma outra crítica, relativamente constante e tida como responsável pelo assoreamento da barra, é a libertação dos lastros dos navios, mesmo quando estes se

palúdica ao museu, Ed. Câmara Municipal de Palmela e CEVDI – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Palmela, 2001, pp. 65 – 71.

²⁶⁴ Note-se que as profundidades marítimas nesta zona são muito baixas.

²⁶⁵ Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.^a edição, Setúbal, 1992, pp. 246 – 249.

efectuavam a montante da vila de Setúbal, pois as correntes transportavam-nos até à foz, onde ficavam depositados²⁶⁶.

Contudo, a navegação no Sado e ao longo da Arrábida é tida como segura, facto que terá de ser ponderado com as notícias que agora detectámos no Arquivo João Carlos de Almeida Carvalho, depositado no Arquivo Distrital de Setúbal. Como já dissemos, João Carlos de Almeida Carvalho, um dos fundadores da Sociedade Arqueológica Lusitana, recolheu, ao longo da sua vida, variadíssimas informações históricas sobre Setúbal. Efectivamente, as informações contidas nos seus apontamentos são de uma precisão notável, fruto de uma busca sistemática, pelo que recorreremos ao seu labor por diversas vezes.

Também recolheu informações relativas a desastres marítimos nesta região, para, provavelmente, os integrar num capítulo hipotético sobre o porto e barra de Setúbal, pois estes manifestam os problemas associados à navegação. Assim, e sem conscientemente desejá-lo, Almeida Carvalho estava a dar um contributo significativo para a Arqueologia Subaquática, nesta zona:

Em 30 d’Outubro de 1802 naufragou na barra de Setubal o navio “Margarida” do qual se salvou a quantia 7.734\$090 r(ei)s que foi entregue na casa da moeda de Lisboa²⁶⁷.

²⁶⁶ Sobre este assunto relembremos nota anterior quando dissemos: *Factor determinante para o avanço da linha do solo foi o deslastre dos navios que, aliado às drenagens regulares para manter o canal de navegação aberto, fizeram com que surgissem novas terras como a da praia do Seixal (que é conforme ao nome). Sobre este caso convém reflectir no estudo arguto de Fernando Bandeira Ferreira – Q Paleolítico da Tróia de Setúbal. Sua origem e significado in Revista da Faculdade de Letras, tomo XXII, 2.ª série, n.º 1, Ed. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956 (separata), que só agora ganham sentido, após esta intervenção e atendendo, de igual modo, a algumas referências esparsas de Alberto Pimentel – Memória sobre a administração do Município de Setúbal, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992, acerca dos esforços de manter o canal de navegação utilizável. Para além do já referido veja-se também José Luís Neto e Maria João Cândido – Relatório da intervenção arqueológica do Largo José Afonso, em Setúbal, IPA, 2004.*

No 1.º de janeiro de 1852, pelas sete horas da manhã, deram no baixo da ponta da Adoxa dous navios hespanhoes, impellidos pelo vento e vagas do mar. Um, ás dez horas da mesma manhã já estava despedaçado e o outro, conquanto corresse risco, ainda poude ser socorrido, e mediante os recursos impregados, conseguiu pôr-se a nado e entrar dentro do rio. Do primeiro, foi um homem arrebatado pelo mar, e nunca mais appareceu, e outro, tambem cahido no mar, mas colhido depois, ainda veio para terra com a companha, mas expirou no hospital da mizericordia. Nos trabalhos para socorrer os navios, e salvar as tripulações, diria-se que muito se havia distinguido Antonio Maria Junqueiro, natural e residente em Setubal.

Pelas horas da noite do dia 13 d'Agosto de 1886, achava se fundeado no Sado o patacho norueguez Resfylke, capitão Knudsen, mas tendo acabado de deslastrar, emquanto não começava a receber a carga do sal, uma repentina e forte de tal mo(do) bateu e envolveu o navio que este virou-se e ficou um dos lados deitado nas aguas do rio, e assim quasi todo submergido. O navio depois foi levantado, e posto a nado. No entanto as despezas com o trabalho subiram a mais de nove contos mil reis.

Na noute de terça-feira 27 d'outubro de 1896, recolhida de Cezimbra a Cãoa de pesca, Nossa Senhora da Boa Viagem, onde tinha ido para a venda do pescado, quando uma violenta e inesperada refrega de noroeste surpreendeu, e a barca virou arremessando dezasseis homens que tripulavam a embarcação, e dos quaes apenas trez foram salvos na manha seguinte, com os auxilios dos que vendo a barca se preparam a ir reconhecer o sinistro.

²⁶⁷ Esta, como as restantes referências encontram-se no Arquivo Distrital de Setúbal – *Fundo Almeida Carvalho* – Naufrágios.

Promoveram subscrições e uma tourada na praça D. Carlos e dos seus productos foram distribuidos pelas viúvas e filhos dos naufragos.

(...) o Navio denominado Hedewig de que hera Capitão Conrad Nierdich o qual se achava encalhado na Praia das Fontainhas e foi vesturizado pelos Mestres Peritos do Concelho desta desta (sic) Villa da repartição do officio de carpinteiros de Barcos e Calafates que jurarão (...) ser o dito Navio de Carga de mais de outenta toneladas e ter debilidade desde a sua construção tres para quatro annos. Visto para o efeito da mesma os respectivos Direitos de que se fez Auto que fica nesta Alfândega e de como recebo o dito Tezoureiro a dicta quantia assignou comigo escrivão = Mello = Silva = e Ribeiro: e José de Oliveira Perdigão, etc.

Num outro arquivo, neste caso privado, o da Venerável Ordem Terceira do Monte Carmelo, pudemos observar a referência a profissionais associados à construção e reparação naval. Apesar de se tratar de uma Irmandade cultural e devocional, e não profissional (limitando-nos, conseqüentemente, qualquer interpretação estatística), dá-nos, porém, informações suficientes para reconhecer a capacidade de reparação de embarcações, em Setúbal, bem como nos permite colocar a hipótese de também existir capacidade de produção de embarcações (desde, pelo menos, o Século XVII)²⁶⁸.

| | |
|--|---|
| Profissão: Carpinteiro de barcos | Profissão: Carpinteiro de barcos |
| Nome: Francisco Correa | Nome: Andre da Costa |
| Livro fólio n.º: 80 | Livro fólio n.º: 142 |
| Entrada na Irmandade: 1702 (entrada da filha) | Entrada na Irmandade: 1682 |
| Óbito: | Óbito: 25 de Fevereiro de 1684 |

²⁶⁸ Venerável Ordem Terceira do Monte Carmelo de Setúbal - *Livro de Registo de entradas dos Irmãos*, manuscrito da Venerável Ordem Terceira do Monte Carmelo.

| | |
|----------------|----------------|
| Morada: | Morada: |
|----------------|----------------|

| | |
|---|---|
| Profissão: Carpinteiro de barcos | Profissão: Calafate |
| Nome: João Pires de Rosa | Nome: Bento Rodriguez |
| Fólio n.º: 171 v. | Fólio n.º: 14 v. |
| Entrada na Irmandade: 1748 | Entrada na irmandade: 1678 (filho de Francisco Rodriguez, carpinteiro, f. 14 v.) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Calafate | Profissão: Calafate |
| Nome: Antonio Dias | Nome: Antonio Gomes |
| Livro fólio n.º: 49 v. | Livro fólio n.º: 62 v. |
| Entrada na Irmandade: 1685 | Entrada na Irmandade: 1695 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: Rua Direita dos Mercadores | Morada: |

| | |
|--|-----------------------------------|
| Profissão: Calafate | Profissão: Calafate |
| Nome: Gregorio de Azevedo | Nome: Manoel Pires |
| Livro fólio n.º: 199 v. | Livro fólio n.º: 172 |
| Entrada na Irmandade: 1734 (1736 – entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1747 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--|---|
| Profissão: Calafate | Profissão: Cordoeiro |
| Nome: João da Sylva | Nome: Manoel da Sylva |
| Livro fólio n.º: 189 v. | Livro fólio n.º: 186 v. |
| Entrada na Irmandade: 1758 (entrada da filha) | Entrada na Irmandade: 1760 (entrada da mulher) |
| Óbito: | Óbito: |

| | |
|----------------|----------------|
| Morada: | Morada: |
|----------------|----------------|

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Cordoeiro | Profissão: Esteireiro |
| Nome: Caetano José | Nome: Francisco Pereira |
| Livro fólio n.º: 186 v. | Livro fólio n.º: 13 v. |
| Entrada na Irmandade: 1762 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1676 |
| Óbito: | Óbito: 7 de Abril de 1699 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Esteireiro | Profissão: Esteireiro |
| Nome: Joseph Ferreira | Nome: Luís Gomes |
| Livro fólio n.º: 120 | Livro fólio n.º: 140 |
| Entrada na Irmandade: 1714 | Entrada na Irmandade: 1730 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| |
|--------------------------------------|
| Profissão: Esteireiro |
| Nome: Domingos Meneses |
| Livro fólio n.º: 177 v. |
| Entrada na Irmandade: 1752 |
| Óbito: 6 de Fevereiro de 1764 |
| Morada: |

A estes profissionais directamente ligados à preparação e construção naval, temos ainda que associar outro tipo de oficiais que, forçosamente, trabalhariam também nesta área, mas não o fazendo exclusivamente aqui. É o caso dos carpinteiros, que, sob a orientação dos carpinteiros de barcos, poderiam realizar os trabalhos de madeiras necessários por empreitada. A lista deste tipo de oficiais no referido documento é bastante extensa, o que reforça a suposição ora apresentada.

Parece-nos, pois, ser relativamente fácil assumir que o porto de Setúbal apresenta capacidade para reparar navios e construí-los de igual modo. Os párocos das freguesias de S. Julião e da Anunciada são esclarecedores, quando, em 1757, nos dizem que Setúbal é, acima de tudo, o seu porto, uma vez que recebem naus, e constroem-se hiatas, que levam o sal e a pescaria a todos os portos do Reino e à Galiza, para além de existirem lanchas de alto, chinchas, chinchocos e catraias para pescaria de mar. As embarcações de serviço ordinário (estuário e rio) são as moletas de tataranha, as caboeiras, os saveiros e as lanchas, que transportavam o sal das marinhas para os navios, bem como pescado, cereal alentejano, etc. É pouco provável que esta capacidade de construção e reparação naval fosse recente, uma vez que de Setúbal se lançaram armadas ainda no Século XV²⁶⁹. No que respeita às embarcações de pesca, sabemos por Duarte Nunes de Leão²⁷⁰ que de Setúbal saíam companhias para a pesca da sardinha e do carapau, pescaria que se realiza no Verão. Também a faina do atum e da cavala se realiza a partir do final da Primavera e ao longo do Verão. A pescada, peixe abundante

²⁶⁹ Pensamos na armada de socorro a Arzila. Há referência a um Rui Pires, calafate, em 1503 e um António Prestes, carpinteiro de barcos, em 1531, em Setúbal, mas, um ou dois profissionais não chegam para justificar o que aqui pretendemos clarificar. Veja-se António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, coleção Temas Portugueses, Volume I, Lisboa, 2003, p. 193. Para além destes profissionais, este autor fala-nos ainda dos cordoeiros de Setúbal, na transição do Século XV para o XVI (pp. 439 e 442). Mais, este autor coloca Setúbal como porto de apoio à navegação nas rotas do Atlântico Sul, ou, por outras palavras, das rotas ultramarinas (p. 71), bem como, simultaneamente, parte da rota que convergia para Lisboa do Sul e do Interior, aproveitando a navegação fluvial nos rios Sado e Tejo (p. 57). Sobre a rota do Tejo veja-se Jorge Gaspar – *Os portos fluviais do Tejo* in *Finisterra*, vol. 5, n.º 10, Ed. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1970, pp. 153 – 204. Já Blot aponta Setúbal como o terceiro porto mais importante do país, para além de ter uma tradição de construção naval imemorial. Veja-se Maria Luísa de Brito Henriques Pinheiro Blot – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada na Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2001, volume 1, pp. 139 e 157.

²⁷⁰ Duarte Nunes de Leão - *Descrição do Reino de Portugal*, Coleção Clássicos da Historiografia, Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 3.ª ed., Lisboa, 2002, Fl. 56 v./57 – *Mas o mais para estimar, é, o que se toma nas praias de Setuval o qual em sabor excede a todo o de Hespanha, e por ventura de Europa: ou por o clima em que está, ou por o pasto em que o pescado se ceva. E assi naquelle mar morrem os mais regalados pescados, de que têm o primado os salmonettes, vesugos, pexes agulhas, grandes rodovalhos, chernes, lingoados, sargos, pescadas, e sardas, e mais pexes preciosos que se podem pedir. Neste mesmo mar se viram e se vêm muitas vezes as mais desvairadas feições de pexes que em nenhuma outra parte, e muitas que nunca se viram nem se lhes sabe o nome. No mesmo mar de Setuval e no de Cezimbra sua vizinha, há a mais sardinha e mais saborosa que se pode dar: a qual alem de*

na costa, era pescado sempre que o mar não estava batido. Temos ainda registo de consumo de bacalhau, desde pelo menos os inícios do Século XVI, no estudo efectuado aos vestígios faunísticos encontrados no Pátio da Casa do Corpo Santo, no nível do aterro do terramoto de 1531, mas nada prova irrefutavelmente que as pescarias dos pescadores de Setúbal fossem até à Terra Nova²⁷¹. Esta faina também é realizada na Primavera e Verão. No que respeita à pesca em águas próximas, narraremos no próximo ponto.

Por ora, interessa-nos voltar ao pároco de S. Julião, que descreve essa opulência portuária ao dizer que: *He porto de mar, e a sua bahia em que se mete o rio Sadão cabem dozentos navios, os que a frequentão são Suecos, Dinamarqueses, Irlandezes, e todas as naçoins do norte, que vem tomar cargas de Sal*²⁷². O sal, mais que a pesca, era a razão primacial da riqueza de Setúbal. A esta vila portuária vinham os marítimos e mercadores do Norte da Europa, com vista a abastecerem-se de sal.

Todavia, convém remontar ao final da Idade Média para perceber melhor a importância do porto de Setúbal à escala internacional. A instalação de um hospital dos Palmeiros, ou de João Palmeiro, em Setúbal, no Século XIV, é significativa. Aponta, claramente, para se tratar de um porto de escala na navegação do Norte da Europa até à

sostentar o reino, se leva per mar a outras partes, e per terra ao reino de Castella para onde sae grande carregam até à corte de Madrid. – 1.ª edição de 1610.

²⁷¹ Luís Manuel Alves Lopes e José Luís Neto – Fauna da intervenção arqueológica da Casa do Corpo Santo in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo). Os dados provenientes de fontes de arquivo levam a entender que Setúbal está intimamente ligada ao comércio do pescado da Terra Nova, sendo um porto re-exportador de bacalhau salgado para o Norte da Europa desde finais do Século XV e inícios do Século XVI. Contudo, Viana do Castelo, Aveiro e a Terceira terão tido o papel fundamental na captura e comercialização do produto. Veja-se Consuelo Varela – O controlo das rotas do bacalhau nos Séculos XV e XVI in *Oceanos*, n.º 45, Ed. Comissão Nacional para as comemorações do Descobrimentos Portugueses, Janeiro-Março de 2001, Lisboa, pp. 22 – 30 (principalmente as pp. 28 e 29). Para período similares e melhor compreensão dos hábitos alimentares vejam-se os estudos de João Luís Cardoso e Mário Varela Gomes – Contributo para o estudo das faunas encontradas no poço-cisterna de Silves (Séculos XV – XVI) in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 207 – 268, Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes e João Luís Cardoso – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o Século XV in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 33 – 78, Iria Gonçalves - Acerca da alimentação medieval in *Imagens do mundo medieval*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1988 e João Pedro Ferro - *Arqueologia dos hábitos alimentares*, Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1996.

²⁷² Claro, Rogério Peres – *Setúbal no Século XVIII*, Setúbal, 1957, p. 25.

Terra Santa. Sabemos que a rota dos Palmeiros, ou peregrinos à Terra Santa, era coincidente com as rotas mercantis que ligavam o Atlântico ao Mediterrâneo²⁷³. Atendendo a que a navegação era maioritariamente de cabotagem, Setúbal é a primeira paragem possível após o Algarve e a última possível antes do Algarve. Daí não é de espantar a produção de leguminosas e frutos, nomeadamente figos e uvas, que seriam secos, para além da extracção do sal, como produtos económicos direccionados ao abastecimento de navios²⁷⁴. Nessa fase Setúbal complementa e concorre directamente com o porto de Lisboa. Concorre, porquanto são muito próximos, e complementa no sentido²⁷⁵ em que permite que os inconvenientes das relações comerciais estabelecidas entre nações em contenda, pela proximidade entre as duas localidades.

As cerâmicas exógenas²⁷⁶ exumadas no subsolo sadino documentam essa mesma história. Assim, no Século XIV temos a presença de cerâmicas esmaltadas e decoradas a verde e negro manganês, da oficina de Paterna (anexo imagens 390), que demonstram a presença de interesses económicos aragoneses, facto que se encontra documentado por Paulo Drumond Braga²⁷⁷. Na centúria seguinte, as produções provêm de Valência (oficinas de Paterna e Manises – *reflexo metálico*), bem como, a partir da última fase da

²⁷³ Luís Jorge Gonçalves, Fernando António Baptista Pereira e José Luís Neto – Nota preliminar sobre a intervenção arqueológica no Hospital João Palmeiro in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 47 – 64.

²⁷⁴ Atenda-se à referida Armada de Socorro a Arzila e aos produtos que transportou, tais como azeite, biscoito, carne, peixe, tanoaria (vazia), vinagre e vinho. In António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, coleção Temas Portugueses, Volume I, Lisboa, 2003, p. 71.

²⁷⁵ Esta noção, de concorrência e complementaridade entre Setúbal e Lisboa, está também expressa por João Cordeiro Pereira – *Portugal na Era de Quinhentos*, Ed. Patrimonia Histórica, Cascais, 2003, pp. 84 – 91.

²⁷⁶ Para uma consciencialização da problemática da cerâmica Pós-Medieval e alguns dos problemas gerais de proveniências, cronologias e técnicas de fabrico veja-se Giovanni Aliprandi e Marco Milanese – *La ceramica europea – Introduzione alla storia e all'arte*, Ed. Culturali Internazionali, Génova, 1986 e Carola Fiocco et alii – *Storia dell'arte ceramica*, Ed. Zanichelli, 6.ª ed., Bolonha, 2005.

²⁷⁷ Paulo Drumond Braga - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1998. Sobre as cerâmicas a verde e negro manganês, já produzidas desde o Século X na Península Ibérica veja-se, por exemplo, Trinidad Sanchez-Pacheco – *Cerâmica espanhola dos Árabes a Miró nas colecções do Museu de Cerâmica de Barcelona*, Ed. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, 1996. Algumas destas cerâmicas exumadas em Setúbal estão já estudadas, aguardando publicação há longos anos, num estudo de Rafael Salinas Calado e José Luís Neto – Cerâmicas finas medievais e modernas do acompanhamento arqueológico do Procom in *Subsídios para o Estudo da História Local* (no prelo).

centúria e primeira metade do Século XVI, de Sevilha (anexo imagens 425), com as cerâmicas vidradas a melado decoradas a negro manganês (anexo imagens 412), bem como esmaltadas a branco com óxidos metálicos (anexo imagens 391, 413, 424), para além de uma eventual presença de cerâmica aragonesa (anexo imagens 414). É também nesta fase que se começa a detectar a presença de cerâmica italiana, esmagadoramente genovesa²⁷⁸ (anexo imagens 415-417), ou do seu território comercial directo (que inclui parte do Sul da França), com as majólicas a azul sobre azul. Não é de estranhar essa forte presença genovesa, uma vez que no porto de Lisboa assistimos a uma forte presença de mercadores venezianos, à época potências rivais. Foi detectada ainda uma cerâmica flamenga, com decoração estampilhada, do Século XIV, na intervenção arqueológica da Travessa da Portuguesa, mas que ainda não se encontra publicada²⁷⁹.

Em suma, neste primeiro período da navegação apoiada no porto de Setúbal, temos vestígios materiais suficientes para perceber o interesse que este povoado portuário despertava, enquanto escala de navegação e como porto complementar a Lisboa. Nenhuma das cerâmicas referidas apresenta, todavia, a espectacularidade que as oficinas de produção cerâmica atingiram, algumas mesmo com elevadíssimo grau de perfeição técnica e decorativa. Trata-se, claramente, de produções de segunda linha,

²⁷⁸ Paulo Dordio, Ricardo Teixeira e Anabela Sá - Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da Arqueologia in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 117 – 164. Sobre a cerâmica genovesa veja-se Roberto Bosi – *La ceramica italiana ed europea*, Ed. Faenza, Faenza, 1976, pp. 218 – 221 e Cooperativa Docilia – Un intervento di conservazione e restauro eseguito su bocale in maiolica del XVI secolo... in *Atti del XIII Convegno internazionale della ceramica*, Ed. Centro Ligure per la storia della ceramica, Albisola, 1980, pp. 333 – 338. Sobre cerâmica italiana pós-medieval veja-se VV. AA. – *Ceramica fra Marche e Umbria, dal medioevo al rinascimento*, Ed. Publialfa, Faenza, 1992, VV.AA. – *La ceramiche tardomedievali e rinascimentali del Castello di Ostia Antica*, Ed. Campisano, Roma, 2003 e VV. AA. – *La ceramica umbra al tempo di Perugino*, Ed. Silvana, Milão, 2004. Igualmente, consulte-se Giulio Buster e Franco Cocchi - *Ceramiche di Deruta dal XIV al XX secolo – Catalogo Multimediale*, Ed. Museo Regionale della Ceramica – Comune di Deruta e Tecnet, Deruta, 2001.

²⁷⁹ Esta intervenção arqueológica foi realizada pelo MAEDS e a informação sobre esta peça foi veiculada pela Ex.ma Senhora Professora Doutora Rosa Varela Gomes, docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa. Todavia, esperamos ainda a sua publicação por parte dos responsáveis dessa intervenção. Veja-se, contudo, Maria Luísa de Brito Henriques Pinheiro Blot – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada na Universidade do Minho,

sem grandes primores decorativos, centrados em decorações geométricas. Este facto leva-nos à conclusão de que as cerâmicas referidas não são, em si, alvo de comércio organizado, mas sim o que eventualmente continham; ou resultam de diversas contingências possíveis, mas que não transformam Setúbal num mercado receptor específico destes produtos cerâmicos. Assim, e durante a primeira fase de presença portuguesa, pudemos observar a importação de loiças valencianas e sevilhanas, documentada entre o Século XIV e a primeira metade do XVI. Setúbal procura captar a atenção do comércio internacional enquanto porto marítimo e, sem dúvida, com algum sucesso, até porque é do Século XIV em diante que a Vila apresenta excedentes na produção de sal²⁸⁰. O uso destas cerâmicas finas parece ter sido o de mesa²⁸¹, em peças isoladas, que atribuiriam um toque exótico às baixelas de metal, que os aristocratas e comerciantes utilizavam²⁸². Uso limitado, peças especificamente unipessoais e que pudessem ser expostas, admiradas por outrem, para além do próprio possuidor.

Com o arranque da exploração salineira, com um carácter mais vincado de exploração de mercado, ou seja, com a transição das marinhas do Troino para a zona interna do estuário do Sado (da Gâmbia a Alcácer), cerca dos anos 30 do Século XVI, e subsequente urbanização desta freguesia extra - muros, assistimos à transformação da

Instituto de Ciências Sociais, Braga, 2001, volume 1, p. 136, que nos fala de mercadores do Norte da Europa precocemente ligados a Setúbal – Séculos XIV-XV.

²⁸⁰ Virgínia Rau - *Estudos sobre a história do sal português*, Ed. Presença, Lisboa, 1984.

²⁸¹ O que, só por si, não explica coisa alguma. De facto, até dados mais concretos, é difícil ser definitivo neste assunto.

²⁸² Este panorama não se afasta muito do que podemos inferir da realidade do Funchal e de Silves, nos trabalhos Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes e João Luís Cardoso – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o Século XV in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 33 – 78, Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos Séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 143 – 205, Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes – Faianças do tipo “Santo Domingo Blue on White”, do Funchal e de Silves in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 269 – 290 Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes – Cerâmicas dos séculos XV a XVII, da Praça Cristovão Colombo no Funchal in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1998, pp. 315-348.

estrutura portuária de Setúbal²⁸³. Tal justifica-se por os avanços na engenharia de navegação e nas próprias embarcações dispensarem a necessidade de cabotagem.

A transformação do tipo de produção salineira assume-se, conseqüentemente, como a resposta aos desafios de recriar uma centralidade portuária em Setúbal. Sendo o sal o produto matriz, são os países do Norte da Europa que passam aqui a vir comerciar, pela necessidade que têm desse produto. Não é pois de espantar que o pároco de S. Julião fale de tantas nações do Norte da Europa, das quais se destacaram claramente os holandeses (loiças de Delft - anexo imagens 419-421 e cachimbos - anexo imagens 408, 428, 430)²⁸⁴, e em segunda linha os ingleses (cachimbos), sendo então seguidos pelos franceses, dinamarqueses (duas peças prováveis - anexo imagens 422)²⁸⁵, alemães, belgas²⁸⁶ (anexo imagens 423, 426), suecos e tantos outros.

Contudo, um outro tipo de rota vem a cruzar-se em Setúbal. Trata-se da rota ultramarina, do Império Português. As naus que provinham da Índia, do Brasil²⁸⁷ e de África encontravam em Setúbal o porto de apoio mais próximo a Lisboa, onde, em

²⁸³Virgínia Rau - *Estudos sobre a história do sal português*, Ed. Presença, Lisboa, 1984.

²⁸⁴José Luís Neto et alii – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História local*, volume II, Ed. CMS, Setúbal (no prelo), e Rafael Salinas Calado e José Luís Neto – Cerâmicas finas medievais e modernas do acompanhamento arqueológico do Procom in *Subsídios para o Estudo da História Local* (no prelo). Veja-se, para este tema, Jan Baart – Portuguese faience 1600-1660 – Een studie van bodemvondsten en museumcollecties in *Êxodo*, Ed. De Bataafsche Leeuw, organizado por Ren'ee E. Kistenrearker e Thirtsah Levie, Amstedão, 1987, pp. 18 – 24, Jan Baart et alii – *Opgravingen in Amsterdam: 20 jaar stradskernonderzoek*, Ed. Dierst der publieke werken e Amsterdams Historish Museum, Amsterdam, 1997, Don Duco – *De Nederlandse Kleipijp: Hanboek voor da teren en determineren*, Ed.Pijpenkabinet, Leiden, 1987, Miguel Martins – Um fragmento de cachimbo da Secção II, Contexto n.º 8 do Moinho de Alfragide (MV-21.07) (Amadora) in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1998, pp. 365-366 e Benjamim Rapaport - *A complete guide to collecting antique pipes*, Ed. Schiffer Publishing, Pennsylvania, 1979.

²⁸⁵José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

²⁸⁶ Uma caneca vidrada a sal de Raeren, datando de cerca de 1580, costumeira usada por mercadores holandeses, precisamente na altura em que o comércio com os holandeses é afectado pela perda da independência. Jan Baart et alii – *Opgravingen in Amsterdam: 20 jaar stradskernonderzoek*, Ed. Dierst der publieke werken e Amsterdams Historish Museum, Amsterdam, 1997, p. 263.

²⁸⁷ José Luís Neto – Apontamentos para uma história do tabaco em Setúbal (Séculos XVII e XVIII) in *Poéticas dos cinco sentidos*, Ed. C. M. S., Setúbal, 2002, pp. 13 – 17.

alternativa, podiam descarregar os seus produtos²⁸⁸. Peças indo-portuguesas²⁸⁹ e porcelanas²⁹⁰ (anexo imagens 418) abundam na região, provenientes do Oriente. Os escravos provinham de África, sendo que Setúbal desde cedo teve duas irmandades para pretos, a de Nossa Senhora do Rosário, sita em S. João, e a de S. Benedito, em S. Francisco, o que aponta para uma significativa população negra escrava e/ou liberta²⁹¹. Acresce ainda o envio significativo de negros para o estuário do Sado, para trabalharem nas marinhas de sal, ainda atestado em topónimos frequentes na região, como Gâmbia²⁹² e Ponte dos Negros, no actual Concelho de Setúbal, e bem documentado para a zona de

²⁸⁸ António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, colecção Temas Portugueses, Volume I, Lisboa, 2003, p. 70.

²⁸⁹ Várias foram as peças indo-portuguesas apresentadas na exposição *Descobrir o Japão* de colecções de igrejas de Setúbal e de casas de antigas famílias aristocráticas locais, que tão bem mostram esta realidade. Veja-se Fernando António Baptista Pereira – *Descobrir o Japão: De São Francisco Xavier a Wenceslau de Moraes*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2005.

²⁹⁰ As porcelanas Ming e Quing são extremamente frequentes no conjunto dos espólios exumados. A título de exemplo veja-se, por exemplo, José Luís Neto e Maria João Cândido – Alguns materiais arqueológicos da Quinta da Bacalhoa - Azeitão in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 99 – 113. Sobre a porcelana chinesa veja-se Jean-Paul Desroches, Rui Manuel Loureiro e Maria Antónia Pinto de Matos – *Azul e Branco da China*, Ed. Instituto Português e Museus, s/ local, 1997, Maria Margarida Marques Matias – O comércio da cerâmica e o fabrico da Porcelana in *Os Fundamentos da Amizade*, Ed. Centro Científico e Cultural de Macau e Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau, Lisboa, 1999-2000, Maria Antónia Pinto de Matos – *A Casa das Porcelanas (Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves)*, Ed. Instituto Português de Museus e Philip Wilson, s/ local, 1996, Margaret Medley – *The Chinese Potter – A practical history of chinese ceramics*, 3ª edição, Ed. Phaidon, Londres, 1998, VV.AA. – *Reflexos – símbolos e imagens do cristianismo na Porcelana Chinesa*, coordenação científica de Pedro Dias, Ed. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Comissão dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1996 e VV. AA. – *Caminhos da Porcelana – Dinastias Ming e Quing*, Ed. Fundação Oriente, Lisboa, 1998.

²⁹¹ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume 4, tomos 1 e 2, 1972 – acerca dos Conventos de S. João e de S. Francisco. Para compreender melhor a questão dos negros em Portugal parece-nos ser importante referir as seguintes obras, que julgamos como fundamentais num tema de profícua produção historiográfica: Didier Lahon – *O negro no coração do Império*, Ed. Ministério da Educação, Lisboa, 1999, Maria do Rosário Pimentel – *Viagem ao fundo das consciências, a escravatura na época moderna*, Ed. Colibri, Lisboa, 1995, A. C. de C. M. Saunders – *História social dos escravos e libertos em Portugal (1441 – 1555)*, Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1994 e VV.AA. – *Os negros em Portugal. Séculos XV-XIX*, Ed. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999.

²⁹² Visto Cabo Verde (1467) ter o exclusivo do resgate dos escravos dos rios da Guiné, sendo o Gâmbia um dos principais da zona Norte, não é de estranhar que o topónimo esteja relacionado com populações escravas. No entanto, é evidente, que o topónimo pode ter outras origens. Sobre o assunto veja-se VV. AA. – *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos, volume 2, Ed. IICT e Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, Lisboa – Praia, 1995, p. 5 e mapa 1 p. 63.

Alcácer do Sal com vários estudos já realizados²⁹³. Do Brasil provinha ainda o ouro²⁹⁴ e tabaco e que aqui aportava²⁹⁵.

Com o crescimento da riqueza salineira, não verificamos qualquer modificação nos padrões pré - definidos; procuram-se peças de uso na mesa, com predomínio claro de taças e pratos. A lógica de utilização é mantida, e as peças serviam para serem admiradas. No entanto, há diferenças face ao contexto anterior. Efectivamente, acaba o quase monopólio das cerâmicas espanholas e procuram-se novos centros produtores na busca de outras soluções estéticas. O hábito de utilizar estas cerâmicas já se encontrava consolidado, certamente apenas junto das classes mais privilegiadas, o que justificará o início das produções esmaltadas portuguesas, se bem que “à espanhola”, as conhecidas produções “malagueiras” de Lisboa²⁹⁶(anexo imagens 427, 431).

²⁹³ Para compreender o fenómeno no Sado recomendamos a consulta dos estudos mais sistemáticos de Maria Cristina Neto. Veja-se, consequentemente, Maria Cristina Neto – A população escrava entre 1603 e 1632 na freguesia de Santa Maria do Castelo (Alcácer do Sal) através dos livros de baptismo in *Actas do 4.º Congresso do Algarve*, Montechoro, 1984, pp. 213 – 219, Maria Cristina Neto – About some slave marriages at the parish of Santa Maria do Castelo in Alcácer do Sal (between 1603 and 1632) in *Actas do 5.º Congresso da Sociedade Europeia de Antropologia*, vol. 2, Lisboa, 1988, pp. 195 – 200, Maria Cristina Neto – Proprietários de escravos em S. Romão do Sado entre 1666 e 1765 in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 114, n.os 1-12, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 1996, pp. 159 – 163, Maria Cristina Neto – A escravatura em S. Romão do Sado in *Memórias do Instituto de malariologia de Águas de Moura – da luta anti-palúdica ao museu*, Ed. Câmara Municipal de Palmela e CEVDI – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Palmela, 2001, pp. 65 – 71, Maria Cristina Neto – Nótula sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Freguesia de S. Romão in *Memória Alentejana*, n.º 5, 22, Lisboa, 2002, p.22 e Maria Cristina Neto – O Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Palma (Alcácer do Sal) in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 122, n.os 1-12, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 2004, pp. 89 – 93, entre muita outra bibliografia da autora.

²⁹⁴ Os exaustivos *Livros do Manifesto do Ouro*, do Arquivo da Casa da Moeda, em Lisboa, relatam variadíssimos casos referentes a Setúbal.

²⁹⁵ José Luís Neto – Apointamentos para uma história do tabaco em Setúbal (Séculos XVII e XVIII) in *Poéticas dos cinco sentidos*, Ed. C. M. S., Setúbal, 2002, pp. 13 – 17. O movimento comercial à volta do tabaco permite ver o cruzamento das rotas da Europa do Norte com a Ultramarina, em Setúbal. Convém referir que as rotas referidas se associavam neste lugar de uma forma dinâmica. Não há cachimbos holandeses e/ou ingleses sem tabaco brasileiro que, em Portugal, era consumido por inalação (rapé).

²⁹⁶ Rafael Salinas Calado - *Faiança Portuguesa - Sua evolução até ao início do Século XX*, Ed. C. T. T., Lisboa, 1992, Rafael Salinas Calado - Breve historial da faiança em Portugal in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 13 - 25., Rafael Salinas Calado e José Luís Neto – Cerâmicas finas medievais e modernas do acompanhamento arqueológico do Procom in Subsídios para o Estudo da História Local (no prelo), Paulo Dordio, Ricardo Teixeira e Anabela Sá - Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da Arqueologia in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 117 – 164 e António Celso Mangucci - Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados do Século XVI aos meados do Século XVIII in *Almadam*, II série, n.º 5, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1996, pp. 155 – 168.

Com o período filipino, Setúbal sofre uma recessão na venda do sal²⁹⁷. Contudo, aparentemente, tal não se terá reflectido numa resposta diferente da de Lisboa, visto assistirmos ao continuar das importações Ming até ao final da dinastia e ao crescendo espectacular do consumo de cerâmicas finas, se bem que de produção nacional (faianças azul e branco, de Lisboa)²⁹⁸ (anexo imagens 429, 432-436). Acresce que, quer em Seiscentos e Setecentos, outras produções nacionais marcam a sua presença, como as cerâmicas alto – alentejanas (anexo imagens 437) e as de produção do aro bracarense (estas últimas, mais provavelmente, apenas no Século XVIII)²⁹⁹ se bem que de uma forma somente residual, ligadas que estavam à feira de Santiago, que decorria a 25 de

²⁹⁷ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, 6 volumes, Setúbal, 1968-1972 e VÍrginia Rau - *Estudos sobre a história do sal português*, Ed. Presença, Lisboa, 1984.

²⁹⁸ Artur Sandão - *Faiança Portuguesa, Séculos XVIII-XIX*, Ed. Livraria Civilização, 3.ª ed., 1.º vol., Barcelos, 1988, Rafael Salinas Calado - A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa no Século XVII in *Oceanos*, n.º 14, Ed. Comissão dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, Junho 1993, pp. 76- 83, Rafael Salinas Calado - *Faiança Portuguesa - Sua evolução até ao início do Século XX*, Ed. C. T. T., Lisboa, 1992, Rafael Salinas Calado - Breve historial da faiança em Portugal in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 13 - 25., Rafael Salinas Calado e José Luís Neto – Cerâmicas finas medievais e modernas do acompanhamento arqueológico do Procom in *Subsídios para o Estudo da História Local* (no prelo), Paulo Dordio, Ricardo Teixeira e Anabela Sá - Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da Arqueologia in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 117 – 164 e António Celso Mangucci - Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados do Século XVI aos meados do Século XVIII in *Almadam*, II série, n.º 5, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1996, pp. 155 – 168.

²⁹⁹ José Luís Neto – Cerâmica barroca portuguesa de verniz vermelho em Setúbal – Produções Alto-alentejanas e do Prado in *Poéticas dos cinco sentidos*, Ed. C. M. S., Setúbal, 2002, pp. 18 – 21. Sobre as cerâmicas alentejanas veja-se Carolina Michaëlis de Vasconcellos - Algumas palavras a respeito de púcaros em Portugal in *Ocidente*, Lisboa, 1957, A. Isidoro – O centro oleiro da Flôr da Rosa (Concelho do Crato – Alto Alentejo) in *Boletim do Instituto de Antropologia do Porto*, Ed. Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, Porto, 1968, pp. 145 – 171, Solange Parvaux – *La céramique populaire du Haut-Alentejo*, Ed. Presses Universitaires de France e Fundação Calouste Gunbenkian, Paris, 1968, Manuela Almeida Ferreira - O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa in *Actas das 1.ªs. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, 1995, pp. 151-161, Miguel Rego e Santiago Macias – Cerâmicas do Século XVII do Convento de Santa Clara (Moura) in *Arqueologia Medieval*, n.º 3, Ed. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1993, pp. 147 – 159 e Isabel de Luna e Guilherme Cardoso – Poço do pátio da Câmara de Torres Vedras in *Arqueologia do Distrito de Lisboa. Arruda dos Vinhos, Azambuja, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras*, Ed. Assembleia Distrital de Lisboa, Lisboa, 2001. Sobre as produções do Prado veja-se Luís Fontes, Isabel Maria Fernandes e Fernando Castro – Peças de loiça preta decoradas com moscovite encontradas nas escavações arqueológicas do Mosteiro de São Martinho de Tibães in *Actas das 2.ªs. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, 1998, pp. 355-364 e Luís Fontes – *São Martinho de Tibães, um sítio que se fez mosteiro: Ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura*, Ed. IPPAR, colecção monumentos – monografias, Lisboa, 2005.

Julho. Esta feira³⁰⁰ foi criada em 1582, por D. Filipe II (alvará régio de 9 de Julho em resposta ao pedido das Cortes de Tomar do ano anterior) e ainda no Século XIX estas cerâmicas são notícia como aspecto da tipicidade da dita feira, que se realizava no Largo de Jesus.

Com a Restauração de 1640 e a rápida recuperação do comércio salineiro da Vila, passam a marcar a paisagem urbana os cachimbos de origem holandesa ou inglesa, bem como produções cerâmicas holandesas de Delft³⁰¹ e umas poucas cerâmicas de provável produção dinamarquesa. As importações chinesas mantêm-se, ao longo da Dinastia Quing, com os conhecidos *Rouge de Fer* com dourado³⁰².

Para este período temos de dividir, claramente, o grupo das cerâmicas finas do das faianças azul e branco (que também o são). As faianças desempenham, de uma forma massificada, o papel de cerâmicas de mesa, fazendo com que a cerâmica fina deixe de ser um exclusivo dos que têm um relevante poder de compra. De tal modo desempenham um papel preponderante, que obrigam a que os outros tipos de cerâmica fina sejam quase inexpressivos quantitativamente, deixando-os, de resto, com funções muito específicas (púcaros alentejanos para consumo de água, cachimbos nórdicos para fumar), funções essas que se associam ao tipo de produções em si.

³⁰⁰ Alberto Pimentel - *Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal*, Ed. C. M. S., 2.^a ed., Setúbal, 1992, p. 147.

³⁰¹ José Luís Neto et alii – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História local*, volume II, Ed. CMS, Setúbal (no prelo), e Rafael Salinas Calado e José Luís Neto – Cerâmicas finas medievais e modernas do acompanhamento arqueológico do Procom in *Subsídios para o Estudo da História Local* (no prelo). Veja-se, para este tema, Jan Baart – Portuguese faience 1600-1660 – Een studie van bodemvondsten en museumcollecties in *Êxodo*, Ed. De Bataafsche Leeuw, organizado por Ren'ee E. Kistenrearker e Thirtsah Levie, Amestedão, 1987, pp. 18 – 24, Jan Baart et alii – *Opgravingen in Amsterdam: 20 jaar stradskernonderzoek*, Ed. Dierst der publieke werken e Amesterdams Historish Museum, Amsterdam, 1997, Don Duco – *De Nederlandse Kleipijp: Hanboek voor da teren en determineren*, Ed. Pijpenkabinet, Leiden, 1987, Miguel Martins – Um fragmento de cachimbo da Secção II. Contexto n.º 8 do Moinho de Alfragide (MV-21.07) (Amadora) in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1998, pp. 365-366 e Benjamim Rapaport - *A complete guide to collecting antique pipes*, Ed. Schiffer Publishing, Pennsylvania, 1979.

³⁰² José Luís Neto et alii – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História local*, volume II, Ed. CMS, Setúbal (no prelo).

Em meados do Século XVIII, parece-nos ser visível uma primeira quebra na monotonia na lógica do azul e branco, com o início das primeiras produções industriais e as faianças especificamente brancas, se bem que as faianças azul e branco resistam até às invasões francesas.³⁰³

É curioso, todavia, que esta análise coincida claramente com o modelo apresentado por Paulo Dordio, Ricardo Teixeira e Anabela Sá para o Porto, e não se afaste muito do modelo de Lisboa, o que sem dúvida manifesta um certo carácter “cosmopolita” do povoado. Esta estrutura ir-se-á manter desde meados do Século XVI até ao final do Século XVIII. Estas duas grandes rotas mundiais, a ultramarina e a europeia, onde Setúbal se incluía, eram complementadas ainda pela marítima e fluvial do trigo do Alentejo, rota essa que já vinha da Baixa Idade Média, onde o trigo alentejano embarcava em Alcácer do Sal, parava em Setúbal de forma a mudar de embarcação e seguia então para Lisboa³⁰⁴. Note-se, porém, que parte desse trigo ficava em Setúbal para alimentar a população sadina³⁰⁵.

Porém, havia um problema de difícil resolução que punha em perigo este quadro que temos traçado. Assim, as embarcações, mormente as de pescadores que não apresentavam uma intimidatória dimensão, estavam à mercê da fortuna, uma vez que as águas de Setúbal eram regularmente visitadas por marinheiros magrebins, que aqui procuravam saquear as costas e capturar presas. Este problema, bem conhecido na generalidade da costa portuguesa, fazia-se também sentir na região de Setúbal. É evidente que a povoação, pela dimensão que apresentava, nunca foi posta em perigo,

³⁰³ Paulo Dordio, Ricardo Teixeira e Anabela Sá - Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da Arqueologia in Itinerário da Faiança do Porto e Gaia, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 117 – 164 e José Luís Neto – O palácio dos Duques de Bragança: as glórias e as vicissitudes in Olisipo, n.os 22-23 (no prelo).

³⁰⁴ António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, coleção Temas Portugueses, Volume I, Lisboa, 2003, p. 57.

³⁰⁵ Paulo Drumond Braga - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1998.

mas o termo, apesar das várias fortificações, estava evidentemente exposto. Assim, não é de espantar que este tipo de corso magrebino tenha atingido o convento da Arrábida, fazendo com que os frades passassem a fazer rondas e a andarem armados, como consequência dessa tentativa de ataque³⁰⁶. Outro exemplo significativo desta realidade é a instalação dos Trinos em Setúbal, feita a partir de um pedido do povo, e que na primeira operação de resgate libertassem cinquenta cativos sadinos, que se encontravam escravizados no Norte de África³⁰⁷.

³⁰⁶ João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume IV, tomo 2, 1972, pp. 103 – 104.

³⁰⁷ João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume IV, tomo 2, Setúbal, 1972, pp. 38 – 40.

Ponto II, 4 – Ruralidade

A estrada do Alentejo, que partia a nascente da Vila, oferecia um complemento à frequente travessia marítimo-fluvial para o interior do Alentejo. É necessário compreender, contudo, que a verdadeira via para o Alentejo era o próprio rio Sado. E não há melhor maneira de o compreender que seguir as informações paroquiais de 1758. As informações paroquiais coligidas em 1758 consistiram num inventário feito a todos os párocos do país, similar ao questionário de 1736. Desses inquéritos de 1736 só se chegaram a publicar os volumes que respeitavam às terras que iniciavam o seu topónimo pelas letras A, B e C, do denominado *Dicionário Geográfico*. O terramoto de 1755 destruiu estes registos, pelo que, o autor do dito *Dicionário*, o Padre Luís Cardoso, com o Cabido de Lisboa, voltou a realizar novo inquérito, similar ao de 1736, do qual

resultam as informações que ora utilizamos³⁰⁸. Os restantes volumes acabaram por não ser publicados, apesar dos resultados destes novos inquéritos.

No que respeita à importância matricial do rio Sado, conforme estávamos a sublinhar, é o pároco de S. Sebastião quem melhor nos descreve esta realidade, quando nos diz que era a Porto de Rei e a S. Bento que se ia desembarcar o trigo e a cevada que provinha do Alentejo. Daí vinham os cereais para Setúbal e para Lisboa. Mais próximo, à herdade de Palma iam buscar lenha, melões e melancias. Iam às Palhotas (Carrasqueira) embarcar a palha para os animais. Do Sado provinha também uma importante fonte alimentar com a captura de barbos, enguias, salmonetes, mariscos e mujinhas³⁰⁹, conforme ao pároco da Anunciada. O de Santa Maria acrescenta ainda os guirdaos, as pardelhas³¹⁰, bordalos³¹¹, tainhas, sáveis, robalos, lampreias, barbos, solhas, linguados, charrocos e salmões. Os barbos são peixes de rio, residentes todo o ano, ao passo que as lampreias podem ser encontradas tanto no rio, como no estuário, mas são capturadas na Primavera. As tainhas, os mariscos e os sáveis podem ser encontradas no rio, estuário e mar, sendo residentes os primeiros e os segundos³¹², e os últimos apenas capturados na Primavera³¹³. As lampreias, os salmonetes, os robalos, as solhas, os linguados e os charrocos, são peixes de estuário e mar, residentes também. Os salmões,

³⁰⁸ Para Setúbal e Azeitão utilizámos a transcrição efectuada por Rogério Peres Claro – *Setúbal no Século XVIII*. Ed. ?, Setúbal, 1957.

³⁰⁹ Trata-se de um tipo de tainhas.

³¹⁰ O pároco de Santa Maria é contundente quando nos diz que: *Como em todas as espécies de animais sempre são mais numerosas as de menor corpulencia, assim neste rio he maior a copia dos minimos peixes delle, a que, os que habitam as suas margens chamam guirdaos, e depois destes a outros peixes não muito maiores, chamados pardelhas (...)* in Claro, Rogério Peres – *Setúbal no Século XVIII*, Ed. do autor, Setúbal, 1957, p. 48.

³¹¹ Não conseguimos identificar a espécie a que o pároco se refere, mas o pároco diz-nos que: (...) *de bordalos tão saborozos, que em pouco cedem a os salmonetes (...)* in Claro, Rogério Peres – *Setúbal no Século XVIII*, Ed. do autor, Setúbal, 1957, p. 48.

³¹² Note-se, contudo, que geralmente são capturados nos meses frios, apesar da sua disponibilidade ser total.

³¹³ O próprio pároco sabe disto quando nos diz que se capturam de Fevereiro a Maio. Ver Claro, Rogério Peres – *Setúbal no Século XVIII*, Ed. do autor, Setúbal, 1957, p. 48.

peixes de mar, mas que subiriam o rio para a desova, encontrar-se-iam no Verão³¹⁴. No mais basta atender às palavras de Duarte Nunes de Leão, publicadas em 1610: *Do Sado que é maior que todos, tambem nam fazem os geographos menção alguma, tirando Ptolomeu que lhe chama, Callipode. Este rio nam tem nascimento algum proprio, mas é um juntamento de agoas das ribeiras de Examara, de Odivellas, de Garcia Menino, e de Sancta Detença a tempo que já vão mui grandes, por as agoas que colheram de muitas ribeirinhas, regatos e fontes: e se ajuntam todos em um certo passo, do qual se faz um rio grande que se chama, Sado. Seu curso é de quatro legoas, no cabo das quaes se mete no esteiro de Alcacere que vem per Setuval. Neste rio até onde chamão o Porto d'el-Rei, se navega por barcas grandes, e se matam infinitas tainhas, mui grandes e fermosas, barbos e bogas, e inguias, por grande pescaria que se alli faz e muita caça que naquella parte há d[e] coelhos e perdizes e muitas aves para caça de falcões, e por a muita e apprazível verdura deste espaço de terra muitos homens nobres na primeira vera vão alli folgar³¹⁵.*

A paisagem a montante do rio, entre Alvalade e Santa Margarida, era juncada de freixos, carvalhos, salgueiros, tamargueiras³¹⁶, ao passo que daí até Alcácer do Sal já se viam muitos pomares. Entre Alcácer do Sal e Setúbal a paisagem era dominada pelas marinhas, pelo menos 500 marinhas entre os dois povoados, nas duas margens, com várias herdades de sobreiro, carvalho e pinheiro (pinheiro manso) no *interland*, conforme o pároco de S. Sebastião. Na realidade, o Sado correspondia ao tesouro do sector primário de Setúbal, pelos recursos terrestres e marinho-fluviais que oferecia. A

³¹⁴ Apesar de estranho, mas possível, o pároco de Santa Maria ajuda-nos a entender como se encontram salmões tão a Sul, uma vez que nos diz que apenas têm um sabor agradável e que maiores e mais saborosos são os do rio Minho. Tratando-se de um peixe que requer águas frias, é com naturalidade que vemos o pároco assumir que estes não eram muito bons, após elogiar todos os outros como os melhores do país.

³¹⁵ Duarte Nunes de Leão - *Descrição do Reino de Portugal*, Coleção Clássicos da Historiografia, Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 3.^a ed., Lisboa, 2002, Fl. 39/39 v.

região do estuário do Sado possuía seis moinhos de maré, tendo Montalvo dois, Tróia um, Praias do Sado um, Mouriscas um, e existindo um outro moinho, denominado de “Novo” em 1757. Destes apenas se conserva actualmente o moinho de maré das Mouriscas (anexo imagens 136-137), construído em 1601, conforme pedra epigrafada no seu interior. Se atendermos à dimensão do moinho de maré das Mouriscas, bem como à sua capacidade de produção e colocarmos a hipótese de os outros moinhos terem capacidades similares, temos, pois, um significativo centro de transformação cerealífera no estuário do Sado, em relação directa com as vias de transporte fluviais que traziam os cereais do Alentejo³¹⁷ e que podiam processá-los em farinha antes de chegarem a Setúbal³¹⁸. Conjugando a capacidade de moagem dos moinhos de maré, com as atafonas urbanas e os moinhos de vento dos montes a Oeste e a Norte de Setúbal (no monte de S. Filipe, monte do Viso, serra de S. Luís, serra dos Barris, monte de Palmela e na colina do reduto do Moinho de Vento - estrada do Alentejo), possivelmente produzir-se-ia mais farinha do que a necessária para o consumo local, o que também possivelmente indica uma indústria de moagem e farinação cujo excesso se destinava a Lisboa, bem como à produção de biscoito para o abastecimento das embarcações de longo curso que faziam carreira entre Setúbal e outros portos. Talvez devido a esse fenómeno exista ainda hoje em Setúbal, terra sem significativa produção cerealífera, conforme já dissemos, uma tão grande profusão de receitas de doçaria deste tipo, como as bolachas da *Ti Piedade*, os *esses* e as *fogaças*. Lembremo-nos que, na armada de Socorro a Arzila saída de Setúbal, saiu biscoito, para além de produtos que

³¹⁶ Trata-se do tamariz, árvore que aguenta bem o tempo seco e mesmo o tempo seco e a exposição ao sol e que vem a emprestar o seu nome para uma famosa estância balnear em Portugal, a dois quilómetros a nascente de Cascais.

³¹⁷ Veja-se a Parte II.3 do presente ensaio. Mais, nas Cortes de D. Manuel I, de 1498, Setúbal vê confirmada a sua autorização para comprar pão em qualquer parte onde quer que este existisse, bem revelador desta deficiência estrutural da Pólis. Ver *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, Ed. Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002, pp. 599 – 602.

³¹⁸ Veja-se, por exemplo, Jaime Alberto do Couto Ferreira – *Farinhas, moinhos e moagens*, Ed. Âncora, Lisboa, 1999, caps. 1 e 2.

continuam a ser produzidos posteriormente, pelo que é muito provável que a fabricação de biscoito não correspondesse a um fenómeno episódico³¹⁹.

Aliás, no que respeita ao Sado temos um outro indicador claro de que a via terrestre era apenas um apoio de somenos importância. Esse indicador é o próprio povoamento. Na área de Setúbal temos a indicação de que o lugar de Santo Ovídio tinha um ermitão e uma casa, composto com a ermida na qual se realizavam três festas religiosas durante o Verão – a dos oleiros, a das marinhas e dos marnoteiros. A Mitrena tinha apenas um casal³²⁰ onde posteriormente se implantou uma quinta. A sul ficava a coutada de Santa Catarina, da Ordem de Santiago, com a ermida para o coiteiro, o seu primo e três criados. A coutada, com uma área relativamente extensa, tinha coelhos e aves³²¹. Mais próximo da cidade tínhamos a ermida da Senhora da Graça (conforme à estrada com o mesmo nome), nas Praias do Sado, à altura uma quinta. A Gambia (anexo imagens 138-139), um caso de sucesso ocupacional relativo, apresentava três casais e a ermida de S. João, onde posteriormente se vem a instalar o Monte da Gâmbia, casa nobre da segunda metade de setecentos. No prolongamento da península da Gâmbia havia ainda um casal em Musgos. Ainda hoje, apesar das readaptações, podemos observar essa edificação isolada. Ao longo da estrada do Alentejo tínhamos um casal em Sobralinho³²², bem localizado, no terço final de uma encosta voltada a Sul, entre o rio e a estrada, mas, muito mais próxima do rio (anexo imagens 140-143). Com uma planta rectangular, orientada a nascente-poente, tinha apenas uma porta voltada a Norte,

³¹⁹ A Armada de Socorro a Arzila transportou, de Setúbal, azeite, biscoito, carne, peixe, tanoaria (vazia), vinagre e vinho. In António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, colecção Temas Portugueses, Volume I, Lisboa, 2003, p. 71

³²⁰ Sobre a definição de casal e de outros múltiplos títulos utilizados para caracterizar as pequenas propriedades rurais, veja-se Carla Devesa Rodrigues – Santa Maria de Aguiar em 1354. Fragmentos del paisaje patrimonial de in monasterio in *Studia Histórica, Historia Medieval*, vol. 22, Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, p. 241, notas 37 e 38.

³²¹ Outra coutada da Ordem, a da Arrábida, do Sado (não confundir com a da Serra da Arrábida), fica localizada sensivelmente a 4 km. a Sul do Zambujal, era de caça grossa, com porcos (javalis), veados e gamões (gamos), segundo nos narra o mesmo pároco.

resguardando as duas portas restantes (destinadas a pessoas e animais), bem como todas as janelas do edifício na fachada Sul. No caso de Sobralinho vemos, uma vez mais, a preferência dada à via fluvial em detrimento da terrestre³²³, para além de um correcto aproveitamento da exposição solar. O edifício utiliza um aparelho de pedra de diversos calibres, de diversos tipos passíveis de encontrar na região (incluindo a brecha) ligados por areia com cal (argamassa muito pobre). A cobertura era de telha de canudo sobre estrutura de madeira. As portas e as janelas apresentavam uma moldura em alvenaria calcária regular e as paredes rebocadas a cal. Esta estrutura é, muito possivelmente, a original referida pelo pároco de S. Sebastião. Segue-se-lhe Travassos, com dois casais e a ermida de Nossa Senhora de Água Alva (actualmente na herdade de Agualva, fechada, criada em 1888), no Concelho de Palmela³²⁴.

Por outro lado, na margem Sul do Sado temos o mesmo padrão de povoamento, com Tróia possuindo seis casais e a capela de Nossa Senhora dos Prazeres, com duas festas anuais, a dos hortelões e a dos pescadores, ainda hoje se realizando esta última. Este “denso” povoamento em Tróia mantém-se pelo facto de se tratar de um ponto de paragem obrigatória até à passagem por Setúbal, para quem utilizava uma pouco frequente via terrestre que provinha do litoral alentejano. Um outro lugar, Loulé, parcamente povoado, não conseguimos detectar actualmente.

Em conclusão, podemos verificar que a paisagem do estuário do Sado estava repartida em herdades de grandes dimensões e casais, num sistema de povoamento extremamente disperso e de baixa concentração, talvez devido à infertilidade do solo. A

³²² 38° 34' 15'' N 8° 44' 57'' O – Carta Militar de Portugal, folha 455, escala 1:25 000, Instituto Geográfico do Exército, 1994, cota 10 metros.

³²³ O transporte fluvial, no passado, sempre se mostrou mais económico que as estradas, pelo que, em países planos, se aproveitou para construir canais em detrimento das redes terrestres, como são os casos da Inglaterra e a Holanda nesta época, mesmo quando se têm os encargos das inclusas e comportas. Note-se que é à domesticação e artificialização dos cursos de água que se dá o nome de Primeira Revolução dos Transportes, condição essencial para a Revolução Industrial.

paisagem era pontuada por sobreiros, carvalhos e pinheiros, espaçados conforme às características destas árvores (floresta dispersa ou tipo parque), oferecendo frequentes sombras numa região em que as altas temperaturas durante o verão, aliadas ao aquecimento estival das águas e ao fraco movimento das mesmas, nomeadamente nas margens e sapais pouco movimentados, funcionam como incubadoras de mosquitos e micróbios patogénicos, tornando-se câmaras de cultura de doenças, como a malária e a cólera. As áreas cultivadas eram reduzidas, associadas aos poucos casais e destinadas, provavelmente, à sua auto-suficiência, havendo, contudo, abundante trabalho nas muitas marinhas de sal. Tratava-se, contudo, de um trabalho muito duro, numa área estuarina pouco propensa a um povoamento humano intenso³²⁵. Estas difíceis condições favoreciam, por outro lado, uma riqueza piscícola bastante considerável, não só pelo estuário propriamente dito, mas servindo de maternidades e incubadoras para ovos e alevins de numerosas espécies de mar que procuram estas zonas privilegiadas de alimentos e abrigo para fazerem as posturas e onde se desenvolvem os juvenis até atingirem dimensões suficientes para poderem migrar e repovoar as zonas marítimas costeiras. Por outro lado, o estuário oferecia um meio de comunicação mais rápido, económico e fiável que o terrestre – o fluvial. Todo o povoamento referido está, de

³²⁴ Travassos - 38° 34' 44'' N 8° 43' 15'' O – Carta Militar de Portugal, folha 455, escala 1:25 000, Instituto Geográfico do Exército, 1994, cota 15 metros, Água Alva - 38° 35' 3'' N 8° 42' 37'' O – Carta Militar de Portugal, folha 455, escala 1:25 000, Instituto Geográfico do Exército, 1994, cota 15 metros.

³²⁵ Maior prova disso mesmo é o caso dos negros do Sado. Veja-se Maria Cristina Neto – A população escrava entre 1603 e 1632 na freguesia de Santa Maria do Castelo (Alcácer do Sal) através dos livros de baptismo in *Actas do 4.º Congresso do Algarve*, Montechoro, 1984, pp. 213 – 219, Maria Cristina Neto – About some slave marriages at the parish of Santa Maria do Castelo in Alcácer do Sal (between 1603 and 1632) in *Actas do 5.º Congresso da Sociedade de Geografia de Lisboa*, vol. 2, Lisboa, 1988, pp. 195 – 200, Maria Cristina Neto – Proprietários de escravos em S. Romão do Sado entre 166 e 1765 in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 114, n.os 1-12, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 1996, pp. 159 – 163, Maria Cristina Neto – A escravatura em S. Romão do Sado in *Memórias do Instituto de malariologia de Águas de Moura – da luta anti-palúdica ao museu*, Ed. Câmara Municipal de Palmela e CEVDI – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Palmela, 2001, pp. 65 – 71, Maria Cristina Neto – Nótula sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Freguesia de S. Romão in *Memória Alentejana*, n.º 5, 22, Lisboa, 2002, p.22 e Maria Cristina – O Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Palma (Alcácer do Sal) in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 122, n.os 1-12, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 2004, pp. 89 – 93.

facto, junto ao rio, que é tão determinante que a própria estrada terrestre o segue, numa área em que a topografia do terreno não o obriga, de modo algum.

A planície a Norte da vila de Setúbal é tradicionalmente uma área de relevância estratégica para a alimentação desta localidade, tanto pela proximidade, como pela fertilidade do solo (anexo imagens 1, 143). É uma área circunscrita entre Setúbal e a Baixa de Palmela. Os párocos confirmam-no, referindo abundantes hortas e pomares, sublinhando, todos eles, a importância do vinho e do azeite, seguidos das laranjas e dos limões³²⁶. Há mesmo áreas intra-muros que eram hortas de produção até à entrada do Século XIX, caso da horta dos Macacos³²⁷ (anexo imagens 170), situada na parte interna do baluarte da Anunciada e na Rua João Eloy do Amaral n.º 104³²⁸ (anexo imagens 206-207), que, aquando da escavação aí realizada, parece apontar, com base na longa diacronia e nas características da terra em lote fechado, de um campo agricultado, à época. Outros produtos também eram famosos nesta área fértil, como nos diz Duarte Nunes de Leão: *Quanto às outras frutas, e maçãs de todas as castas, e a variedade e nomes de que certas terras são mais apropriadas para algumas dellas: como os termos de Lisboa para peras de várias maneiras, das quaes há uas carvalhaes excellentes, de que as de Lisboa e Setuval têm o principado*³²⁹.

Um exemplo do que terá sido essa opulência ancestral é a Quinta da Lage (anexo imagens 144-153, estampa 1), actualmente Quinta da Lage de Cima³³⁰, mercê da fragmentação da propriedade primeva em várias quintinhas que actualmente ocupam a

³²⁶ Os navios eram abastecidos de citrinos como forma de prevenir o escorbuto. O limão produz o ano inteiro, ao passo que a laranja apresenta uma sazonalidade maior, compensando, entre si, os picos de produção.

³²⁷ José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Praça Almirante de Reis n.º 10 (Baluarte da Anunciada)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

³²⁸ Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua João Eloy do Amaral n.º 104*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2005.

³²⁹ Duarte Nunes de Leão - *Descrição do Reino de Portugal*, Colecção Clássicos da Historiografia, Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 3.ª ed., Lisboa, 2002, Fl. 62.

³³⁰ 38° 32' 22'' N 8° 54' 26'' O – Carta Militar de Portugal, folha 454, escala 1:25 000, Instituto Geográfico do Exército, 1994, cota 35 m.

zona. Não podendo observar o que teria sido a propriedade tal como esta se apresentava no Antigo Regime, podemos, contudo ainda antever o seu poderio económico materializado numa edificação hoje arruinada, de um palacete implantado em pleno meio rural. No alto de um morro, temos a entrada da quinta, que era murada, com um portal encimado com um nicho em forma de vieira e ladeado de volutas³³¹. Esta entrada dava acesso a um pátio onde, à direita, se encontrava uma correnteza de edificações térreas destinadas aos animais e serviçais. No lado esquerdo, um grande poço de nora, em alvenaria, oferecia água às pessoas e aos animais cansados do esforço da viagem. Ao centro, completando este aparente triângulo, uma escadaria em calcário branco polido dava acesso ao *plateau* onde se encontrava o patim da casa senhorial. Lateralmente, em ambos os extremos, outras duas escadarias permitiam o acesso a quem se dirigisse, por um lado, da zona dos serviçais, por outro, da zona das cozinhas. Apesar de não terem a monumentalidade do acesso central, os degraus pétreos eram alternados por uma fiada de azulejos a azul e branco e o corrimão terminava em volutas.

No patim existem três portas, sendo que a mais importante é a central, que, para além da pedra calcária apresenta um trabalho de estuque de forma a criar uma concha com volutas sobre a porta. Intercalando a porta temos duas janelas, também elas em calcário à vista. Ao entrarmos pela porta central, na casa senhorial, deparamo-nos com um átrio quase quadrangular, que apresenta uma porta no eixo exactamente oposto. À direita temos duas portas, uma anterior e outra posterior, junto ao eixo oposto. Se seguirmos pela anterior seguimos por um corredor que passa por uma das janelas da fachada, onde vislumbramos dois bancos pétreos, e dá acesso a uma sala, com portas de

³³¹ Este tipo de entrada com um nicho para conter um santo, não é nada incomum no Portugal do Antigo Regime, uma vez que o santo presente seria, primeiramente, aquele que daria o nome à propriedade. Nesta situação, de entre muitos outros casos, permitir-me-ei salientar o caso da quinta de S. Vicente (cuja estátua já não existe no nicho), do Século XVIII, em Constância, bem como o da quinta de Santa Bárbara, do Século XVI, igualmente em Constância (Ribatejo). Estes exemplos, que tive o privilégio de constatar pessoalmente, foram apresentados num ainda trabalho de licenciatura, da disciplina de Arqueologia III, que foi a carta arqueológica desse Concelho. Ou seja, a propriedade, inicialmente, teria um outro nome.

passagem do patim e do eixo oposto. Esta sala é rectangular, com uma janela na única parede exposta ao exterior que não apresenta portas, também ela em calcário local. Se, do átrio, seguirmos pela porta posterior direita, deparamo-nos com uma capela, com um frontal de altar estucado e dourado que ocupa toda a parede fronteira à da entrada, com um altar de madeira que presentemente se apresenta igualmente estucado. Nas paredes laterais existiam azulejos a azul e branco a meia altura e, na parede do lado esquerdo, a única que dá para o exterior, deparamo-nos com outra janela pétreia, ladeada de bancos em alvenaria.

O lado esquerdo do átrio apresenta uma distribuição exactamente igual, excepto que a porta posterior esquerda não contém uma capela, mas sim outro corredor de acesso à sala no extremo esquerdo, que, também, ao invés de ter uma janela na parede posterior, apresenta uma lareira, tendo as paredes azulejo a meia altura. De facto, a planta é rectangular, de simetria quase perfeita, sendo que as paredes mestras são feitas com argamassas tradicionais de cal e areia com pedras e as divisórias simples são de tabique. Todas elas se encontrariam recobertas a branco de cal. Todas as portadas e sacadas são de alvenaria, indubitavelmente classicistas. Na contra-fachada temos uma maior simplicidade formal, ou seja, sem estucamentos, dando para uma plataforma rectangular murada, onde, na zona central, temos uma pequena fonte em calcário. O muro delimitador da plataforma, na face interna, apresenta bancos alternados com canteiros em alvenaria, num sistema em tudo similar ao do centro do claustro do convento de Jesus de Setúbal³³², mas numa escala, muito mais significativa.

Adossado à esquerda deste paralelepípedo, tínhamos um outro volume adossado, de planta aparentemente quadrangular, de dois pisos. O piso térreo apresenta, na fachada, duas portas, intercaladas por uma janela, ao passo que o piso superior apresenta três janelas sobrepostas a estas entradas, todas em alvenaria. Um muro central

longitudinal divide o piso térreo. Na porta da direita temos acesso a um espaço longitudinal, com uma porta no extremo oposto. O mesmo se passa na porta da esquerda, se bem que esta apresenta, sensivelmente no centro dessa divisão, um grande tanque de calcário. O piso superior encontra-se derribado e apenas permite saber que, ladeando as janelas, existiam bancos pétreos. O acesso a esse piso superior era feito pela primeira estrutura descrita, a rectangular, que, da sala da lareira, a da esquerda, tinha uma porta interna a ligar ao edifício ora descrito.

Sem mais elementos para além da estrutura em ruínas, tentaremos expôr a nossa leitura funcional deste conjunto edificado. O átrio, é a recepção, uma zona ambulatoria. A capela tem uma funcionalidade evidente, ao passo que as restantes divisões não a têm, à excepção da da esquerda, que corresponderia a uma sala, com a sua lareira, muito possivelmente utilizada para as refeições. A sala da direita poderia ter sido a sala de estar, uma vez que após as refeições, a separação entre o mundo de convivência masculina e feminina era marcado. Ambas tinham acesso ao jardim, pelo que não é de estranhar que ambas sejam espacialmente similares. O edifício adossado tinha, no piso térreo, a cozinha, bem junto do paralelepípedo, pois ainda podemos observar duas chaminés, uma de lareira, outra de forno, muito possivelmente. A divisão térrea mais afastada, corresponderia provavelmente a uma zona mais agrícola, uma vez que não tem contacto directo com a *domus*, apesar de nela estar integrada. O tanque calcário poderá corresponder a um bebedouro e, assim, ali estariam os cavalos dos senhores da propriedade. Tal não é descabido porquanto os cavalos eram, à época, muito mais que meios de transporte, mas sobretudo uma cultura específica das elites, cujo valor estava acima do apenas comercial³³³. O primeiro piso conteria as câmaras, ou quartos, dos

³³² Efectuado nos finais do Século XVI – inícios do Século XVII, seguindo as crónicas conventuais.

³³³ Os cavalos faziam parte da cultura da aristocracia, tendo, D. Duarte, segundo monarca da Dinastia de Avis, lhes dedicado um livro. É de referir, aliás, que são bastantes os tratados de cavalaria portugueses. No início do Século XVIII, com D. João V, no Palácio dos Braganças, em Lisboa, temos a referência ao

ocupantes da parte senhorial. Trata-se, curiosamente, de um sistema arquitectónico de meios-pisos, sistema arquitectónico esse que só vem a encontrar adeptos generalizados já na segunda metade do Século XX.

Na encosta oposta à fachada, como dissemos, temos um jardim murado, mas com uma outra escadaria monumental, no extremo oposto à da entrada, também ela em calcário branco, bem polido. Entramos então numa segunda plataforma, mais ou menos regular, que possui uma escadaria pétrea com corrimão de argamassa tradicional estucado, com volutas, que dá acesso a uma terceira plataforma onde encontramos novo tanque. O acesso até esse tanque, estucado, com alvenaria calcário e miolo preenchido a azulejos azul e branco, aparenta ter sido coberto por um alpendre, possivelmente vegetal. Sob esta terceira plataforma temos ainda uma quarta³³⁴, com passadiço em tijoleira que dá acesso a um alpendre em U, com fonte de vieira e que se associa a um aqueduto. No centro do alpendre temos um tanque de grandes dimensões, de tijoleira, que estaria cheio de água. Um pouco ao lado, e seguindo a linha do aqueduto, um outro tanque, tudo em quase absoluta simetria. Trata-se, como é evidente, de um para além da construção palaciana, o seu complemento setecentista, a arte dos jardins acoplada aos palácios.

Parece-nos pois que, com estes marcos claros de opulência e *savoir-vivre*, fica bem marcada a qualidade do terreno e o tipo de ocupação humana que existia (e, curiosamente, subsiste), na “Baixa de Palmela”. Trata-se de uma zona de quintas, de

mais antigo hospital veterinário do país, destinado aos cavalos, para além da criação da codelaria. Os cavalos são, pois, valor económico, símbolo de estatuto, mas também fruto de uma cultura aristocrática, genericamente pobre, pouco dada ao conhecimento, à ciência, ao pensamento e às artes. Sobre o palácio dos Braganças veja-se José Luís Neto – *O palácio dos Duques de Bragança: as glórias e as vicissitudes in Olisipo*, n.os 22-23 (no prelo).

³³⁴ É evidente que as plataformas são de origem antrópica, uma vez que escavam o morro, de declives originariamente suaves, para obter a forma julgada conveniente.

propriedades rurais de famílias aristocráticas, que exploravam os mais férteis solos da região³³⁵.

A via terrestre que é absolutamente oposta à do Alentejo, é a da Arrábida, que percorre o litoral serrano. Partindo de Setúbal, rapidamente se defrontaria com a capela de S. Brás, uma edificação medieval destruída pela queda de uma barreira no Século XX. Continuando através da densa vegetação da Pré-Arrábida³³⁶ confrontar-se-ia com a fortaleza de Albarquel e a sua praia (anexo imagens 123), local de quarentena para os navios estrangeiros onde a Junta de Saúde realizava a vistoria das embarcações. Continuando para Poente entrar-se-ia na paróquia da Ajuda, ou o território mais serrano do termo de Setúbal, na fronteira entre a Pré-Arrábida e a Arrábida propriamente dita. A Arrábida era coutada de caça grossa do monarca, onde este podia dedicar-se à actividade venatória de javalis, veados e cervos (gamos), conforme ao pároco de S. Lourenço de Azeitão. Aliás, o marco de propriedade que encontrámos na margem Oeste da ribeira da Comenda é bem demonstrativo dessa propriedade. Trata-se de um simples marco calcário de formato paralelepípedo, trabalhado e afeiçoado, tendo, na face voltada para a estrada, duas letras indicativas – MG, ou *Magestade*, conforme ao que nos parece ser possível de interpretar. Combinados com os marcos da ordem de Santiago da Espada, como o da Aldeia Grande, em que se gravou em alto-relevo uma espada cruciforme, símbolo da ordem, da mesma época, sabemos que datam da segunda metade do Século XVIII, inícios do XIX³³⁷. O objectivo é claro, demarcar de forma clara o território.

³³⁵ Note-se que o mesmo se verifica na vizinha Azeitão, com, por exemplo, as famosas quintas da Bacalhoa e das Torres.

³³⁶ Setúbal pede ao monarca que as matas da Arrábida e Barris sejam libertadas para recolher lenha para os moradores, em 1498. Ver *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, Ed. Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002, p. 151.

³³⁷ VV. AA. – *Da Ocidental praia Lusitana – Vasco da Gama e o seu tempo*, Ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Administração do Porto de Sines, Lisboa, 1998, p. 156.

A paróquia da Ajuda estava limitada a Sul pela fortaleza do Outão (anexo imagens 124, 164), a Norte pela fronteira com S. Simão de Azeitão e Palmela, a Este pela Anunciada (da qual é originária) e a Oeste pela de S. Lourenço de Azeitão. Actualmente esta paróquia já não existe, tendo sido reintegrada na de Nossa Senhora da Anunciada. Tinha, em 1757, 74 fogos, cerca de 300 habitantes num sistema de povoamento semi-disperso, distribuídos pelos vales das duas ribeiras existentes. O povoamento concentrava-se em três núcleos, a Aldeia da Rasca, Gavalhal (anexo imagens 158-159) e Alcube, com a sua ermida de S. Pedro (anexo imagens 156-157). Destes, actualmente subsiste a Rasca e Alcube, no entretanto convertida em Aldeia Grande. O Gavalhal já não existe enquanto povoado, mas pensamos corresponder à área do Casal da Amorena, uma vez que apresenta um pequeno conjunto de casas mais ou menos próximas, sendo o único lugar prospectado que apresenta as características minimamente compatíveis com uma pequena povoação³³⁸. Atendendo às transformações da Rasca e da Aldeia Grande, temos o Gavalhal como exemplo único do que teriam sido estas aldeias.

O Gavalhal apresenta um conjunto de casas arruinadas, em povoamento disperso, distribuídas pelos montes sobranceiros ao Vale da Rasca na sua vertente montante³³⁹. Está situado na zona de fronteira entre a serra (Rasca) e a várzea da serra (Alcube), funcionando como ponto de contacto entre estes dois povoados, encontrando-se, sensivelmente, equidistante entre eles. A ocupação não deve ter sido muito forte, uma vez que podemos observar quatro estruturas em ruínas, aliadas a mais duas que

³³⁸ 38° 30' 14'' N 8° 58' 6'' O – Carta Militar de Portugal, folha 454, escala 1:25 000, Instituto Geográfico do Exército, 1994, cota inferior 95 metros.

³³⁹ Confrontar com Orlando Ribeiro – *Aldeia, significação e tipos* in *Opúsculos Geográficos*, volume 4 – O mundo rural, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991, pp. 357 – 364. Na realidade, a aldeia do Gavalhal é um conjunto de casais relativamente próximos, mas o que caracteriza a “aldeia” é a vivência comunitária e não propriamente a estrutura urbanística. Para casos de casais que funcionaram como aldeias, com o mesmo número de fogos, veja-se José Augusto da Cunha Freitas de Oliveira – *Organização do espaço e gestão da riqueza – Loures nos Séculos XIV e XV*, Ed. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999, pp. 17 – 22.

estão recuperadas, uma que corresponde presentemente ao casal da Amoena e outra que corresponde ao actual Caramual.

Ora, seis fogos poderão corresponder, aproximadamente, a vinte e quatro indivíduos, mas atendendo a que falamos de assentamentos rurais, ainda para mais em povoamento disperso, poderemos calcular que o povoado teria, possivelmente, trinta a trinta e cinco almas. O Caramual é o único assentamento que fica na encosta poente, junto à ribeira, tal como o de Amoena fica igualmente junto à ribeira da Rasca, mas na encosta nascente. Os restantes quatro assentamentos vão, na encosta nascente, aproveitando as plataformas naturais para a sua implantação, galgando o monte, até ao último que se encontra a uma cota praticamente de 136 metros de altitude. Dois dos assentamentos aproveitam a mesma plataforma. Os métodos construtivos são as habituais argamassas de areia e cal, com pedras de diversos calibres, com uma cobertura de telha de canudo sobre estrutura de madeira, com reboco de cal nas paredes. É possível pensar que o Gavalhal resulte de um novo assentamento a partir de excedentes populacionais da Rasca e/ou de Alcube³⁴⁰, mas parece-nos, nesta fase de (re)conhecimentos, demasiado prematuro concluirmos o que quer que seja. Só com campanhas de escavação arqueológica poderíamos ir mais longe.

No entanto, mesmo sem recorrer a acções intrusivas, podemos observar que todo o povoamento nesta freguesia é afastado do litoral, de modo a evitar surpresas desagradáveis, tais como a visita de piratas e corsários. Trata-se, pois, de uma continuação do sistema de implantação e povoamento rural medieval, já observado para esta região³⁴¹. De facto, as únicas ocupações humanas que contrariam essa tendência da

³⁴⁰ Rasca e Alcube são topónimos de raiz árabe, tal como Arrábida, o nome da serra onde estas estão implantadas.

³⁴¹ António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004 e Isabel Cristina Fernandes - *O castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2004.

interioridade³⁴² são Setúbal, Sesimbra e a Chã dos Navegantes (Sesimbra), mas desenvolvendo-se esta última sob a protecção do forte da Baralha.

A freguesia da Ajuda é uma área de terrenos moderadamente férteis, com o mato a irromper frequentemente dentro das áreas cultivadas, o que explica a rarefacção de população. Contudo, já permitiam uma maior diversidade de produtos³⁴³, que podem resultar de uma maior necessidade de auto-suficiência, mas também reflectirem a fertilidade do solo. Cultivava-se trigo, cevadas, milho, favas e ervilhas. Eram terras de extensos olivais e vinhas. A pecuária era de gado médio ou miúdo, com cabras, ovelhas, galinhas e perus. O mel era explorado bastamente, com borragens³⁴⁴ de abelha³⁴⁵, avenca³⁴⁶, douradinha e muito alecrim. Todavia, apesar deste amplo leque de oferta, a produção não era, como é evidente, a suficiente para alimentar uma povoação da dimensão de Setúbal.

Um aspecto muito curioso nesta freguesia é que a paroquial era excêntrica³⁴⁷. A implantação do templo, aliás, caracteriza-se por um isolamento pouco comum. Porém a sua posição altaneira, sobre um *plateau*, seguido de uma escarpa abrupta, tendo como pano de fundo o mar, é impressionante (anexo imagens 15-19). Para aceder ao templo era necessário descer até à foz das ribeiras e seguir para Nascente pela estrada da Arrábida, iniciando a subida na Comenda até ao Alto da Ajuda. O templo apresenta uma

³⁴² O povoamento da costa será assim, por contraponto, uma característica de modernidade/desenvolvimento, uma vez que se desenvolve em pressupostos totalmente distintos da mentalidade anteriormente focada.

³⁴³ Diz-nos Duarte Nunes de Leão: *E já que fallamos de erva que tinge panos, não é for a de proposito fallar na finissima grãa que neste reino se colhe (...) que sabemos ser a que se colhe na serra da Arabida e na de S. Luis termo de Setuval, é a mais fina e melhor.* Duarte Nunes de Leão - *Descrição do Reino de Portugal*, Colecção Clássicos da Historiografia, Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 3.^a ed., Lisboa, 2002, Fl. 59 v..

³⁴⁴ A borragem consiste numa erva medicinal usada para febres, tomados em chá de flores, que igualmente são aproveitadas pelas abelhas.

³⁴⁵ Trata-se muito possivelmente de um nome dado localmente a um tipo de erva, utilizada pelas abelhas para fazer mel.

³⁴⁶ Nome dado localmente a uma fanerogâmica, visto que as plantas do género *Adiantum* (Avencas) são fetos.

³⁴⁷ 38° 30' 35'' N 8° 55' 22'' O – Carta Militar de Portugal, folha 454, escala 1:25 000, Instituto Geográfico do Exército, 1994, cota 50 metros.

nave única, espaçosa, com orientação canónica Este – Oeste. As capelas laterais, duas de cada lado, são antecedidas por arcos de calcários trabalhados, de perfil classicista, com alvenaria aparelhada e estofada. A área das capelas está totalmente alterada uma vez que o edifício serviu de lagar e armazém. A primeira lateral do lado do Evangelho apresenta ainda um nicho. Podemos observar ainda vários vestígios da cobertura parietal coeva, que era de reboco branco de cal. As paredes são de argamassa tradicional.

A fachada apresenta um portal central, em alvenaria arrávida, classicista, ladeada de duas janelas, também elas de alvenaria arrávida, de formato quadrangular. Sobre a porta encontramos vestígios do que teria sido uma janela, de iluminação, mas que foi alterada para varanda do armazém. Temos ainda uma janela no alto do altar-mor, que ajudava a iluminar o templo. A igreja tinha uma varanda na zona de acesso, a ocidental, bem como o prolongamento dessa varanda a Sul. A fachada Norte não possuía aberturas, mas pela análise das suas irregularidades e colunas pétreas incluídas na argamassa, parece ser lícito concluir que houve, pelo menos, três fases de construção, ou melhor, acrescentos para poente, sendo que, inicialmente, teria as dimensões de uma capela.

Um outro aspecto de interesse sobre esta freguesia prende-se com a evolução do Alcube. A zona da ermida vem sendo abandonada em detrimento do monte sobranceiro a Noroeste, deixando a ermida progressivamente isolada, devido a uma procura de maior proximidade com a Estrada que ligava Azeitão a Setúbal. Aliás, o próprio topónimo Aldeia Grande revela a verificação do crescimento maior desta aldeia face às outras, por estar ao lado da dita via. Esta via era, de facto, a grande via económica terrestre de Setúbal. De Azeitão provinha vinho e azeite, para além de se cultivar algum pouco trigo, milho, feijão e ter vastos pomares, tendo como especialidade regional os Abrunhos (variedade de ameixas) do Duque. Os problemas com o gado ovino e caprino

na zona da Arrábida são bem conhecidos, e já noticiados por vários autores, nomeadamente Orlando Ribeiro³⁴⁸. Os conflitos entre os pastores e suas queimadas, para obtenção de pasto, com os couteiros d' el Rei, defensores da floresta, eram frequentes.

Apesar da importância do vinho e do azeite de Azeitão, que escoava por esta via terrestre até Setúbal, ao que se juntava ainda os produtos da paróquia da Ajuda, há uma realidade de exploração de matérias-primas que realça esta estrada terrestre como a mais relevante dentro de uma perspectiva económica. Parece-nos, pois, que há dois aspectos a retirar desta nossa derivação em relação à estrada Azeitão – Setúbal.

Um primeiro é que esta via era, de facto, a mais importante via terrestre, porquanto, trabalhando em complemento com o estuário do Sado permitia alimentar a população e manter um vasto leque de ofertas quer de consumo local, quer para exportação. O facto de por esta estrada passarem outras matérias-primas ligadas à construção e à indústria manufactureira dão-lhe um carácter de excepcionalidade, apesar do relevo montanhoso, e é indispensável para o entendimento de Setúbal no Antigo Regime. Nesse sentido procuremos, de seguida, explicitar esse outro aspecto ligado a esta via terrestre.

Contudo, convém, antes disso, tratar de esclarecer a mais valia das vias terrestres que partiam a Nordeste e a Este da Vila. Para tal temos, primeiro, de rever os estudos faunísticos já efectuados para Setúbal, neste período, ou seja, os casos do Pátio da Casa do Corpo Santo (aterro do terramoto de 1531)³⁴⁹ e o do Convento de Nossa Senhora do Carmo (aterro do terramoto de 1755)³⁵⁰. Em ambos os estudos se verificou uma

³⁴⁸ Orlando Ribeiro – *A Arrábida, esboço geográfico*, 2.º ed., Ed. Câmara Municipal de Sesimbra, 1986.

³⁴⁹ Luís Manuel Alves Lopes e José Luís Neto – *Fauna da intervenção arqueológica da Casa do Corpo Santo* in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo).

³⁵⁰ José Luís Neto et alii – *O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal* in *Subsídios para o estudo da História local*, volume II, Ed. CMS, Setúbal (no prelo)

maioritária presença de ossos de animais de médio e grande porte, principalmente gado vacum, suíno e ovi-capríneo.

Esta questão levou-nos a colocar a hipótese de se tratar de uma questão de acidez do solo, uma vez que os cuidados nas escavações tinham sido tomados e que tais quantitativos iam entrar em conflito com tudo o que supúnhamos ser de esperar numa sociedade do Antigo Regime. Aliás, vários ossos documentavam o uso total das potencialidades destas espécies, com ossos cortados com vista a aproveitar o tutano, num claro indicador de pobreza, o que estava conforme com as más nutrições detectadas nos estudos antropológicos para a maioria do espólio osteológico humano detectado no subsolo urbano sadino.

A acidez do solo, se bem que não sendo satisfatória, explicava, por momentos, a grande quantidade de ossos de mamíferos pouco consumidos pela população. No entanto, a existência de abundantes vestígios de gado vacum e de gado suíno podem ter uma outra explicação, que não contradiz os quantitativos, mas que elucida, certamente, o aparente paradoxo de ter maiorias de vestígios materiais do que era consumido em menor quantidade. E essa resposta reside na necessidade das vias terrestres referidas, uma vez que era, de facto, necessário uma grande quantidade de gado para abate, com vista a fornecer os abastecimentos dos navios³⁵¹. Assim, é muito provável que os abastecimentos correntes a navios de longo e médio curso consistissem, para além dos biscoitos já referidos, em carne salgada, que maioritariamente provinha destas duas distintas espécies de animais³⁵². O bovino permitia uma grande quantidade de carne

³⁵¹ Uma vez mais recordamos a carga do auxílio a Arzila.

³⁵² Conforme já referimos antes veja-se, para períodos mais ou menos coevos, em Portugal, os estudos de João Luís Cardoso e Mário Varela Gomes – Contributo para o estudo das faunas encontradas no poço-cisterna de Silves (Séculos XV – XVI) in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 207 – 268, Mário Varela Gomes, Rosa Varela Gomes e João Luís Cardoso – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o Século XV in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 33 – 78, Iria Gonçalves - Acerca da alimentação medieval in *Imagens do mundo medieval*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1988 e João Pedro Ferro - *Arqueologia dos hábitos alimentares*, Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1996.

para salgar, ao passo que o porco, para além da carne directa, permitia os enchidos de fumeiro, que apresentam ainda uma maior durabilidade.

Ora, para abastecer de carne em grande quantidade este importante porto marítimo, recorre-se às estradas da charneca, uma vez que o ligam a mercados produtores de carne como a Moita³⁵³, Alcochete, Alhos Vedros, Águas de Moura, bem como o *interland* alentejano e ribatejano a sul do Tejo. O gado era transportado por via terrestre, passando por floresta de montado, como já foi referido, o que permitia que na sua última transumância não perdesse muito peso pelo esforço, sendo depois recuperado à chegada de Setúbal, ou já mesmo no Largo Quebedo, onde existiu uma fonte destinada a matar a sede aos animais e pessoas que chegavam pela estrada do Alentejo (que na parte final é a mesma da Moita). No caso do gado, sejam manadas, sejam varas, é preferível utilizar o transporte terrestre ao invés do fluvial, uma vez que a agitação dos animais sobre a água podia pôr em risco as embarcações.

Estas transumâncias teriam de ser feitas a um ritmo vagaroso, uma vez que nos porcos não se pretendia perder a banha, tal como no gado *vacum* não se pretendia perder a gordura, nomeadamente a que envolve os rins, extremamente pura, ou seja, o sebo. Daí a necessidade de palhas para os bovinos, bem como a sazonalidade na transumância dos porcos, de modo a aproveitar as bolotas do montado (floresta de carvalhos, sobreiros e azinheiras), que nascem no final do Verão e no início do Outono.

No que respeita aos ovinos e aos caprinos, provinham das serras da Pré-Arrábida, que envolvem Setúbal no aro Oeste – Norte (estampa 2).

³⁵³ Ainda hoje é grande a tradição destas terras no que respeita ao gado bovino, mantendo arreigadas tradições tauromáquicas. Já no final do Século XV, início do Século XVI, Setúbal tinha duas festas tauromáquicas. Veja-se António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, colecção Temas Portugueses, Volume II, Lisboa, 2003, p. 11.

Ponto II, 5 – Produções manufactureiras

As cerâmicas, ditas comuns, possuem, do nosso ponto de vista, um conjunto de características que as definem, apesar da heterogeneidade enorme que apresentam ao longo de todo o país, para além da sua evolução crono-estilística específica.

Assim, uma cerâmica comum, para o universo cerâmico, corresponde a uma produção local ou regional que encontra como única saída de produção a área regional em que se insere. Trata-se de uma produção com expansão limitada. Outro aspecto caracterizador de uma cerâmica comum é a produção de uma vasta gama de formas que visam suprir um amplo leque de necessidades quotidianas. Trata-se de uma cerâmica utilitária. Uma outra característica é a facilidade de produção (fraca tecnologia) e a simplificação das formas. Trata-se de uma cerâmica que não é concebida para fruição estética. Afastam-se, portanto, da obra de artista, definível enquanto tal; pertencem ao

mundo do artesão útil que não procura inovar ou distinguir-se dos demais colegas de profissão. Trata-se de uma criação oleira indistintamente anónima.

No caso das intervenções arqueológicas realizadas em Setúbal foi possível observar um enorme conjunto de cerâmicas que poderão corresponder a estas características. Trata-se de cerâmicas feitas a partir de argilas ferrosas, daí que as pastas apresentem tons de cozedura que variam entre o alaranjado, passando pelo vermelho, até ao acastanhado, variação esta que se deve ao tempo e temperatura da cozedura, que pode apresentar variações dentro de uma mesma fornada, consoante a peça estava mais próxima ou mais distante do fogo. Os fornos, aliás, eram de cozedura oxidante-redutora, dado que, nalguns casos, podemos observar linhas cinzentas escuras ou negras no perfil das pastas, o que indicia a entrada de ar nos fornos, factor indicador, igualmente, de que a fornalha e a câmara de cozedura funcionavam inter-ligadas de modo directo. As pastas são porosas e de textura folheada. Os elementos não plásticos são abundantes, com presença de micas, calcites, quartzos e feldspatos. O grão, como é evidente, altera-se de acordo com a peça produzida, podendo variar entre grão médio-fino até grão médio grosso³⁵⁴. Note-se que não é incomum a adição de pequenos nódulos de argila vermelha nas pastas³⁵⁵.

³⁵⁴ Sobre os aspectos técnicos da cerâmica veja-se Armando Cardoso – *Manual de cerâmica*, Ed. Livraria Bertrand, colecção Biblioteca de Instrução Profissional, Amadora, s/ data.

³⁵⁵ Veja-se, a título de exemplo, José Luís Neto, Luís Jorge Gonçalves, Luís Ponte Marques e Fernando António Baptista Pereira – Pátio da Casa do Corpo Santo – da Intervenção arqueológica à museológica in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Setúbal, 2001, pp. 25-43; José Luís Neto, Luís Lopes e Maria João Cândido - Material arqueológico proveniente da zona da Igreja de Santa Maria in *Subsídios de para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 65 – 76; José Luís Neto, Luzia Seromenho, Maria João Cândido, Maria João Lopes e Nathalie Antunes-Ferreira – As obras da Setgás no Centro Histórico de Setúbal in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Setúbal, 2001, pp. 77-92; José Luís Neto e Maria João Cândido – Alguns materiais arqueológicos da Quinta da Bacalhoa - Azeitão in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 99 – 113; José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118*, Setúbal, 2003 – Instituto Português de Arqueologia.

Este tipo de produções, conforme se pode observar na colecção de materiais exumados do Convento de Nossa Senhora do Carmo³⁵⁶, reúne a maior parte dos tipos cerâmicos ligados à cocção dos alimentos, bem como do seu transporte e elaboração, armazenagem e, por vezes, consumo. Assim, encontramos panelas, tachos, frigideiras, fogareiros, cântaros, jarros, púcaros, potes, alguidares, taças, etc.

As panelas apresentam um bordo vertical ou introvertido, destacado (alguns exemplares em aba), de perfil triangular, seguidos por um colo que abre para o corpo. O corpo é ovóide e o fundo é côncavo. As asas arrancam do bordo e assentam a meio do corpo. Conforme as dimensões da panela variam entre asas de fita, gamiformes, de perfil losangular e asas de fita ligeiramente sobrelevadas, bilobadas, com perfil em U. Podem ainda ter asas horizontais que arrancam/assentam no início do corpo.

Os tachos apresentam um bordo introvertido, espessado e com perfil perolado. O corpo é semi-esférico e o fundo é côncavo. As frigideiras apresentam forma idêntica, excepto no bordo que é vertical.

Dos fogareiros apenas possuímos fundos planos e paredes convexas - triangulares. Dos jarros e cântaros possuímos somente fundos planos, por vezes ligeiramente destacados, com corpos alongados, ovóides. A diferenciação entre jarros e cântaros é dada pelas dimensões dos mesmos.

Os púcaros apresentam um bordo ligeiramente extrovertido, de perfil sub-circular a sub-triangular, com colo alto e estrangulado, corpo barrilóide, de forma elipsoidal, com pé destacado, plano. As asas são de fita, gamiformes, arrancando do bordo ou do colo, assentando no início da metade inferior do corpo. Os potes

³⁵⁶ José Luís Neto, Maria João Cândido e Nathalie Antunes-Ferreira – Intervenção arqueológica no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Almadan*, 2ª série, n.º 11, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2002, pp. 248-249, bem como José Luís Neto, Nathalie Antunes-Ferreira, Francisco Assis Costa, Rafael Salinas Calado e Luís Lopes – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal (no prelo).

apresentam um bordo vertical, com colo longo, corpo ovóide e fundo côncavo, podendo ou não ser destacado. Os alguidares apresentam um bordo extrovertido, em aba pendente, de perfil sub-circular a sub-triangular, paredes de perfil troncocónico e fundo plano (anexo imagens 453-457).

No que respeita aos acabamentos destes produtos cumpre-nos tecer algumas observações. Um primeiro grupo apresenta uma aguada vermelha, fruto de uma raiz tradicional, que apresenta algumas formas ainda herdadas das cerâmicas de *barros vermelhos* do aro de Lisboa. Caracterizam-se, para além das pastas de fabrico, por formas já conhecidas e uma característica aguada vermelha. Não só detectámos formas similares ainda ao espectro dessas cerâmicas da época dos Descobrimentos, como vários fragmentos apresentam ainda a característica aguada, como é o caso das panelas, dos jarros, dos púcaros, das taças, tachos, alguidares, jarrinhos, potes, nas asas de fita gamiformes de perfil losangular, e de algumas tampas, brunidas na face externa (ver também anexo imagens 458-459). Um segundo tipo de acabamento apresenta a pasta crua, apenas alisada nas superfícies.

Um terceiro grupo oferece os acabamentos vidrados com óxidos metálicos, sendo melados ou verdes. Estas cerâmicas são em número relativamente diversificado de formas e variantes. No que concerne às formas abertas, temos pratos de bordo extrovertido, de perfil sub-circular, paredes troncocónicas e fundo reentrante, vidrado apenas na face interna. Outro tipo de prato, vidrado em ambas as faces, apresenta, na face interna, um ressalto, dividindo aba e caldeira, o que, atendendo ao seu perfil troncocónico, não oferece qualquer mais valia utilitária.

No que respeita às taças, temos fragmentos com bordo em aba e corpo semi-esférico. O vidrado encontra-se uniformemente espalhado pela face interna e com escorrimentos na externa. Outros fragmentos apresentam um bordo destacado e

espesado, perolado. Um outro fragmento, com bordo espessado exteriormente e corpo semi-esférico, apresenta as duas faces vidradas, a interna a melado e a externa a verde e melado. Os fundos presentes são baixos em anel, ligeiramente extrovertidos.

Passando aos contentores de líquidos, temos um bordo de jarro em aba, com colo aparentemente vertical. Uma asa de fita arranca directamente do lábio. O vidrado, melado, está somente espalhado na face interna. Outros dois fragmentos, infelizmente de dimensões muito reduzidas, apresentam, no primeiro, um corpo canelado exteriormente, com vidrado a melado em ambas as faces e, o outro, com gargalo igualmente vidrado a melado em ambas as faces, apresenta um bordo ligeiramente extrovertido, colo vertical e arranque de asa de fita a partir do colo. Os fundos, com vidrado na face interna, apresentam um pé raso e um corpo que se advinha ovóide.

As frigideiras e os tachos, formas mais simples, apresentam um bordo espessado e destacado, no caso das frigideiras quase vertical, nos tachos introvertido, paredes troncocónicas e fundo raso ou ligeiramente convexo, igual às formas dos seus congéneres não vidrados. Colado ao bordo podemos observar, em vários exemplares, uma pega triangular, que, com a sua associada no lado contrário, facilitaria o transporte e a movimentação da peça durante a cocção. O vidrado melado encontra-se na face interna e nas pegas.

As panelas, com um lábio em aba, colo de gola, apresentariam um perfil ovóide e um fundo raso ou ligeiramente convexo, provavelmente ostentando uma ou duas asas de fita de forma gamiforme, sobrelevadas, ou asas de orelha horizontais, que assentariam a meio do corpo. Os potes podem apresentar uma versão idêntica de dimensões reduzidas, com bordo em aba, colo em gola, e corpo ovóide, com vidrado melado em ambas as faces, ou apenas com um bordo espessado, neste caso com vidrado

misto, melado e verde, também nas duas faces. Os alguidares apresentam um bordo em aba, espesso, corpo troncocónico e fundo raso, com vidrado melado na face interna.

Convém salientar que existem outros tipos de cerâmicas comuns, mas em percentagens residuais, como peças vidradas a verde com pastas beijes (calcárias), alguns outros vidrados com pastas caulíníficas, entre outras pastas não calcárias de diversas proveniências, mas que apresentam características diferentes das apontadas para definir estas produções.

Resumindo, há um só tipo de argila maioritária³⁵⁷, claramente ferrosa (não calcária), a ser utilizada na produção das cerâmicas comuns do Antigo Regime encontradas nas intervenções arqueológicas realizadas no centro histórico de Setúbal. Os fornos são tecnologicamente simples para a época, de aquecimento oxidante-redutor. As peças são, maioritariamente, feitas a torno rápido e apresentam três tipos de acabamento. Um primeiro tipo corresponde a uma aguada vermelha, obtida pela mistura da argila com água, podendo ainda ser brunida. Um segundo, apresenta as peças somente alisadas nas superfícies. Um terceiro grupo apresenta acabamento vidrado, numa ou nas duas faces, podendo ter dois tons, ou o melado ou o verde.

O tipo de cerâmica a que temos aludindo vem substituir, a partir de finais do Século XVI, um tipo anterior de cerâmica comum, que é denominado entre os especialistas como loiças de “Barros Vermelhos”, assim baptizada pela característica aguada fortemente vermelha que as superfícies das peças apresentam. Encontramos os “Barros Vermelhos” principalmente em Lisboa, mas também espalhadas pelo seu aro

³⁵⁷ Peças similares estão publicadas por Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues - Tipologia de cerâmicas dos Séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais in *Arqueologia Medieval*, n.º 6, Mértola, 1999, pp. 193-212, A. M. Dias Diogo e Laura Trindade - Intervenção Arqueológica na rua de São Nicolau, n.º107/111 (Lisboa) in *Actas do I Colóquio Temático Estudos de Lisboa - Séculos XV a XIX*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2000, pp.231-253, Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes – Cerâmicas dos séculos XV a XVII, da Praça Cristovão Colombo no Funchal in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1998, pp. 315-348 e Laura Trindade e A. M. Dias Diogo – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa in *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 1998, pp. 349 – 353.

económico directo. A descoberta dos fornos da Mata da Machada, no Barreiro, publicados em 1986 por Cláudio Torres³⁵⁸, trouxeram a lume aquilo que se passou também a denominar a loiça dos Descobrimentos, devido aos pães de açúcar transportados nos navios e à sua inclusão nas pinturas dos pintores renascentistas portugueses, sejam eles da geração de Jorge Afonso ou Gregório Lopes³⁵⁹. Estas produções encontram-se, abundantemente, em Lisboa, principalmente nos níveis do terramoto de 1531³⁶⁰. Foram também noticiadas em Almada³⁶¹, Sintra³⁶², Cascais³⁶³ e Palmela³⁶⁴, o que mostra a pujança da capacidade produtiva destes fornos da margem Sul do Tejo à época. Em Setúbal estas cerâmicas foram noticiadas em 2001, na sequência da publicação de um nível do terramoto de 1531 da intervenção arqueológica que decorreu no pátio da Casa do Corpo Santo³⁶⁵, terramoto esse que igualmente

³⁵⁸ Cláudio Torres - *Um forno cerâmico dos Séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa - Mata da Machada - Barreiro*, C. M. do Barreiro, Barreiro, s/ data (1986).

³⁵⁹ Maria Teresa Sadio Raposo - *A representação de objectos de uso doméstico na pintura da primeira metade do Século XVI em Portugal*, dissertação de mestrado em História da Arte na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1985.

³⁶⁰ A. M. Dias Diogo e Laura Trindade - Cerâmicas de Barro Vermelho encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 3, n.º 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2000, pp. 201-235; Alexandra Gaspar e Clementino Amaro - Cerâmicas dos Séculos XIII-XV da cidade de Lisboa in *La céramique Médiéval en Méditerranée. Actes du Vie Congrès, Aix-en-Provence*, 1997, pp. 337-345.

³⁶¹ Armando Sabrosa e Paulo Espírito Santo - Almada Medieval/Moderna - um projecto de Investigação in *Almadam*, 2ª série, n.º 1, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1992, pp. 5-12; Armando Sabrosa e Vítor Manuel Santos - Cerâmica Comum de Silos Medievais in *Almadam*, 2ª série, n.º 2, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1993, pp. 116-122; Armando Sabrosa - Cerâmicas Quinhentistas do Palácio Pragana in *Almadam*, 2ª série, n.º 3, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1994, pp. 38- 44.

³⁶² Alexandra Gaspar e Clementino Amaro - Silos Medievais no Palácio Nacional de Sintra in *Arqueologia Medieval*, n.º 1, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1992, pp. 111-123.

³⁶³ Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues - Alguns tipos de cerâmicas dos Séculos XI a XVI encontrados em Cascais in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, 1991, pp. 575-585; Guilherme Cardoso e Severino Rodrigues - Tipologia de cerâmicas dos Séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais in *Arqueologia Medieval*, n.º 6, Mértola, 1999, pp. 193-212.

³⁶⁴ Isabel Cristina Fernandes, António Simão Condeço e A. Rafael Carvalho - *Arqueologia em Palmela 1988/92*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 1993; Isabel Cristina Fernandes e A. Rafael Carvalho - Intervenção arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela) in *Setúbal Arqueológica n.ºs. 11-12*, MAEDS, Setúbal, 1997, pp. 279-295; Isabel Cristina Fernandes e A. Rafael Carvalho - Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela) in *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1995, pp.77-96; Isabel Cristina Fernandes e A. Rafael Carvalho - Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1998, pp. 211-255.

³⁶⁵ José Luís Neto e Luís Jorge Gonçalves, Luís Ponte Marques e Fernando António Baptista Pereira - Pátio da Casa do Corpo Santo - da Intervenção arqueológica à museológica in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Setúbal, 2001, pp. 25-43, bem como José Luís Neto e Luís Jorge Gonçalves -

afectou e muito esta cidade. Os materiais que ora apresentamos são provenientes da camada 13 da intervenção arqueológica que decorreu no Pátio da Casa do Corpo Santo, camada essa com cerca de meio metro de espessura, correspondente a um nível do terramoto de 1531.

Os cântaros apresentam um lábio em aba, colo alto com um filete central e corpo saliente.

Os jarros apresentam um lábio alto, ligeiramente introvertido, com uma pequena incisão circular na face externa. O colo está separado do lábio por uma reentrância côncava e um filete. Corpo saliente. Fundo algo destacado e plano. Esta forma foi já publicada por A. M. Dias Diogo e Laura Trindade³⁶⁶ para Lisboa, bem como dos pratos, das tigelas, dos testos, dos tachos e das panelas.

As jarrinhas apresentam bordo trilobado e colo alto, com um filete saliente a meio deste. Corpo aproximadamente circular. Fundo demarcado e convexo. Asa de fita, de forma gamiforme, com arranque no filete e assentamento a meio do bojo. Se bem que sem o bordo trilobado observamos uma jarrinha de Barros Vermelhos no *Lava - pés*, pintura quinhentista de Escola Portuguesa, pendurada sobre num prego. Apenas no *Nascimento da Virgem*, da primeira metade do Século XVI, obra atribuída a uma Oficina de Lisboa, podemos observar, na face inferior da pintura, uma jarrinha de bordo trilobado.

Os púcaros revelam um lábio curto e destacado por uma incisão circular, apresentam um colo alto e um bojo saliente, destacado do colo por uma incisão circular. O fundo é destacado e plano. Asa de fita de forma gamiforme, arrancando sensivelmente a meio do colo e assentando a meio do bojo. No *Lava - pés*, podemos

Cerâmicas quinhentistas da Casa do Corpo Santo in *Subsídios para o Estudo da História Local*, vol. 2, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal (no prelo).

observar um púcaro biansado inserido num jarro. Através desta pintura apercebemo-nos que o fundo destacado dos púcaros tem, para além de uma função estética, uma função utilitária, servindo de tampa ao mesmo tempo que permitia satisfazer a sede na altura em que se serve do jarro.

As lamparinas apresentam um bordo trilobado, paredes troncocónicas e fundo plano. Podem ter associada uma asa, se bem que tal não se verificou nos fragmentos presentes, dado que também não se encontravam completos.

Os fogareiros apresentam um fundo plano e paredes introvertidas. Os fogareiros encontram-se bem documentados na pintura da primeira metade do Século XVI. Por exemplo, na *Adoração dos Pastores* do Retábulo do Convento de Jesus, da autoria de Jorge Afonso, no *Nascimento da Virgem*, da primeira metade do Século XVI, obra atribuída a uma Oficina de Lisboa, no *Inferno*, presente na colecção permanente do Museu Nacional de Arte Antiga, no *Nascimento de São João Baptista*, de meados do Século XVI, da autoria de Diogo de Contreiras e no *Nascimento da Virgem*, de Garcia Fernandes e Jorge Leal, da primeira metade do Século XVI, podemos constatar a existência de fogareiros, todos eles muito semelhantes. Nos fragmentos detectados na intervenção apenas pudemos recolher fundos.

Os alguidares apresentam um bordo extrovertido, em aba. Corpo com paredes troncocónicas e fundo plano. Um fragmento apresenta o bordo extrovertido, em aba, destacado, através de uma incisão na face interna do lábio. Outra linha incisa na face interna do lábio. Observamos um chanfro na extremidade da aba, ritmado por junções verticais digitais.

Detectámos três tipos de taças: um primeiro com bordo em aba, colo côncavo, carena bem demarcada com ressalto e paredes muito oblíquas; um segundo com bordo

³⁶⁶ A. M. Dias Diogo e Laura Trindade - Cerâmicas de Barro Vermelho encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa in *Revista Portuguesa de*

em aba rectangular apresentando um ondedo na extremidade da aba. Tem ressaltos circulares na face superior da aba (encaixe de testos ?). O colo, se bem que demarcado porque estrangulado (estrangulamento simples ou com várias caneluras) não tem uma carena efectiva. O corpo revela paredes muito oblíquas; um terceiro com bordo em eixo vertical, podendo ser ligeiramente espessado, de perfil perolado. O colo tem uma canelura ou uma linha incisa, e o corpo revela paredes muito oblíquas.

Os canecos são peças formalmente semelhantes às panelas, contudo diferem destas no lábio, que o têm vertical e nas dimensões (mais reduzidas). Pensamos que podem corresponder a esta função dado que o tipo de alimentação medieval e moderna passa muito por sopas e ensopados.

Os pratos apresentam um bordo em aba rectangular e paredes semi-esféricas. O fundo é côncavo e apresenta pé baixo em anel, convexo.

As tigelas têm o lábio perolado, estrangulado, com colo longo e com curvatura leve, formando uma carena suave, com corpo muito oblíquo.

As malgas têm o bordo perolado e espessado, destacado por um chanfro, e corpo com paredes semi-esféricas. Tem uma pega semi-elipsoidal. No *Nascimento da Virgem*, obra da primeira metade do Século XVI, atribuída a uma Oficina de Lisboa, podemos observar, na parte inferior do quadro, uma peça completa, onde, claramente, esta assume funções de contentor de alimentos, associada a uma colher e apoiada, no fundo, por um prato. No *Nascimento de São João Baptista*, de meados do Século XVI, da autoria de Diogo de Contreiras, podemos observar, no eixo central da obra, outra peça, também com uma colher e um prato sob. Se no *Nascimento da Virgem* vemos que se trata de um contentor de alimentos sólidos (papas), no *Nascimento de São João Baptista* constatamos que se trata de um contentor de alimentos líquidos (caldo), demonstrando,

por um lado, a alimentação de uma mulher em puerpério, e, por outro, a multiplicidade de funções associadas a esta peça.

Os testos têm extremidades planas com ressaltos na face superior, apresentando paredes oblíquas e o centro plano. As pegas são centrais e orientadas verticalmente, com variantes.

Os tachos apresentam um bordo bipartido, com uma pequena lingueta orientada verticalmente ou pendendo para o interior, e um estribo externo em aba horizontal. As paredes, com forma semi-esférica, mais ou menos acentuada, apresentam caneluras junto ao bordo e, num dos casos, um ondeado inciso. Se bem que não identificámos nenhum tacho em pinturas coevas, na *Adoração dos Pastores* do Retábulo do Convento de Jesus, obra da autoria de Jorge Afonso, da primeira metade do Século XVI, podemos observar uma caçarola sobre um fogareiro com brasas e visualizar uma das maneiras de cozinhar em tacho, dado que a distinção entre caçarola e tacho se limita à existência de uma pega na primeira.

Finalmente, as panelas têm um lábio em aba horizontal, corpo ovóide e fundo côncavo. O colo está separado do bojo por um filete, podendo o próprio bojo, apresentar linhas incisivas ao longo das paredes externas. O fundo pode ser simples ou demarcado por espessamento e descaído através da extroversão do fundo. Num fragmento de bordo vemos o arranque de uma asa, e noutro, de fundo, observamos um assentamento junto a este. Observamos uma panela no *Nascimento da Virgem*, da primeira metade do Século XVI, obra atribuída a uma Oficina de Lisboa, na parte inferior esquerda da pintura, uma panela (anexo imagens 440-452).

As formas aqui analisadas são relativamente idênticas às de Lisboa, Cascais, Sintra, Almada, Barreiro, Palmela³⁶⁷.

³⁶⁷ Não é nossa intenção apresentar uma tipologia formal e bem calibrada de cerâmica comum, mas apenas caracterizar dois tipos distintos de produção, a de *Barros Vermelhos* e as “Antigo Regime”, a

Nas estratigrafias bastante mais generosas de Palmela, podemos observar que este tipo de produções tem um largo espectro cronológico, com início no Século XIV e com o seu término no período já referido. A evolução formal deste tipo de cerâmicas está longe de estar estabelecido satisfatória e sistematicamente, mas também não podemos esperar que Setúbal, com as suas idiossincrasias estratigráficas, possa oferecer um contributo determinante para esse objectivo.

Às cerâmicas de “Barros Vermelhos” sucede uma nova geração formal de cerâmicas comuns, cuja grande evolução técnica é a introdução dos vidrados no revestimento das superfícies. Todavia, as diferenças não se limitam à introdução da cor pelos óxidos metálicos. As cerâmicas adquirem uma maior dimensão, uma marcada simplificação das formas e, por vezes, dos acabamentos. São reintroduzidas as asas horizontais, bem como se criam as pegas de perfil triangular ou semi-circular, tal como se observavam nas escudelas de produção valenciana. O próprio leque de funcionalidades das mesmas é reduzido, por uma alteração profunda na produção de cerâmicas em Portugal.

Com o início da laboração das olarias de loiça branca em Lisboa, primeiro com as malagueiras, seguidas pelas faianças azul e branco e, ainda, azul, branco e vinoso, o panorama das loiças de mesa transforma-se³⁶⁸. De facto, como já referimos, na intervenção arqueológica realizada no imóvel da Rua Arronches Junqueiro n.º 118, num nível de aterro consequência do terramoto de 1755, a faiança azul e branco portuguesa (seja, ou não, com vinoso) perfaz quase 1/3 das cerâmicas recolhidas³⁶⁹. Tal

partir de duas intervenções que as possuem de forma inequívoca e sem perturbações estratigráficas. No que concerne a uma aproximação estritamente tipológica, já manifestámos no ponto II.1, as condicionantes que Setúbal possui. De resto, só com muito tempo, muita paciência e alguma sorte se pode fazer essa aproximação a uma evolução tipológica possível, pois é necessário obter níveis muito bem datados e complementares.

³⁶⁸ Rafael Salinas Calado - Breve historial da faiança em Portugal in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 13 - 25.

³⁶⁹ José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118*, Setúbal, 2003 – Instituto Português de Arqueologia.

corresponde ao que Rafael Salinas Calado e José Luís Neto denominaram a democratização da loiça fina, fenómeno social e mental profundo e de grande alcance³⁷⁰. De facto, o que se verificou na Rua Arronches Junqueiro n.º 118, também se verificou no Hospital João Palmeiro e no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal, ambos com aterros do terramoto de 1755. Outros locais, com níveis desta época (Antigo Regime), dão-nos, de igual modo, leitura idêntica, como o Baluarte de S. Brás, a Rua de Santa Catarina n.º 18 e o antigo hospital da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada (Cúria Diocesana de Setúbal).

Essa leitura, constante em todos os sítios arqueológicos referidos, diz-nos que as cerâmicas comuns são, paulatinamente, relegadas da centralidade das mesas sadinas, sendo substituídas por loiças esmaltadas e/ou pintadas de produção olisiponense. As loiças esmaltadas e pintadas eram, anteriormente, de importação, o que as tornava raras e, muito possivelmente, caras. Assim, eram habituais apenas nas mesas das classes dominantes. O que acontece com a laboração de Lisboa é que estas se tornam acessíveis a cada vez mais numerosas camadas populacionais até substituírem, quase totalmente, as loiças comuns nos pratos, taças e terrinas. Tal fenómeno torna-se visível nas malagueiras, mas torna-se epidémico com as faianças a azul e branco. A fusão entre este aspecto e a imitação das porcelanas da dinastia Ming³⁷¹ que começaram a chegar em quinhentos, moldaram um padrão estético português a azul e branco, como sinónimo de bom gosto e desafogo económico, repetido nas loiças, nos azulejos, etc., que, de certo modo um pouco revivalista, se manteve em Portugal até ao Século XX.

É nesta remodelação dos gostos e das ofertas nacionais de loiça que temos este novo tipo de produções de cerâmica comum, que, como já referimos, mantém ainda

³⁷⁰ Rafael Salinas Calado e José Luís Neto – Cerâmicas finas medievais e modernas do acompanhamento arqueológico do Procom in *Subsídios para o Estudo da História Local* (no prelo).

algumas tradições do período que o antecede. Este tipo de cerâmicas comuns mantém-se competitivo no mercado até ao final do Século XVIII, inícios do Século XIX, altura em que a industrialização do sector cerâmico impõe um fim às manufacturas oleiras do Antigo Regime. Contudo, houve persistência notáveis até ao Século XX, em pequenas olarias, nichos isolados de produção, já sem significado para o mercado da região de Lisboa, muito menos do nacional, que se mantiveram importantes porquanto passaram a exemplos das produções artesanais de uma determinada região – o típico e o folclore que marca a estratégia do turismo do Estado Novo. Poucas foram as produções do Antigo Regime que conseguiram aguentar a concorrência industrial a que aludimos, sendo de referir apenas o caso das loiças alto-alentejanas como um exemplo de sucesso.

Ora, as cerâmicas comuns a que nos referimos têm sido encontradas, em abundância, em Lisboa. Espalharam-se, aparentemente, pelos circuitos comerciais dos “Barros Vermelhos”, pois a sua distribuição é muito idêntica. Essa abundância de materiais, principalmente extraídos durante as intervenções arqueológicas que decorreram em Lisboa, é um dos fósseis directores para caracterizar os famosos aterros pombalinos pós-terramoto de 1755³⁷². Estas têm sido entendidas como produções olisiponenses. Boas razões existem para essa atribuição, como a quantidade assombrosa e variedade dos materiais exumados, para além do proteccionismo que as numerosas olarias olisiponenses receberam, principalmente as da zona ocidental da cidade, as olarias da loiça branca³⁷³. No entanto, apesar de menor importância, as de loiça vermelha foram fundamentais para o bom funcionamento do sistema de abastecimento.

³⁷¹ Rafael Salinas Calado - A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa no Século XVII in *Oceanos*, n.º 14, Ed. Comissão dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Junho 1993, pp. 76- 83.

³⁷² A. M. Dias Diogo e Laura Trindade - Intervenção Arqueológica na rua de São Nicolau, n.º107/111 (Lisboa) in *Actas do I Colóquio Temático Estudos de Lisboa - Séculos XV a XIX* , Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2000, pp.231-253.

³⁷³ António Celso Mangucci - Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados do Século XVI aos meados do Século XVIII in *Almadam*, II série, n.º 5, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1996, pp. 155 – 168.

Assim, tem sido aceite que este tipo de cerâmicas a que nos temos vindo a referir corresponde a uma produção lisiponense, que inundava o seu aro económico directo com os seus produtos. Trata-se, como é evidente, de uma hipótese sensata, equilibrada e consciente da capacidade produtiva dos fornos da zona oriental da cidade. A capacidade de produção de loiça em Lisboa, durante o Antigo Regime, foi assombrosa – eis um facto. Essa influência das oficinas lisiponenses parece ainda mais marcante quando verificamos que os materiais de outras regiões do Centro-Sul do país copiaram as formas e os gostos da capital, utilizando, como é evidente, as argilas disponíveis. À parte a produção específica das loiças alto-alentejanas, vemos este gosto disseminado pelo Alentejo e pelo Ribatejo profundo, além da Estremadura. Parece, pois, evidente que a capacidade das olarias de Lisboa é vasta, aliás, é a mais importante para o Antigo Regime.

No entanto, poderemos estar a exagerar as possibilidades das olarias da capital, até porque o Antigo Regime se pauta por princípios económicos bem diferentes dos actuais. Uma primeira questão a ser levantada é a do próprio transporte, transporte esse que se revelaria perigoso e dispendioso para produtos de baixo valor comercial, como é o caso das cerâmicas comuns. Outro aspecto a ter em conta é que as povoações de alguma dimensão são, habitualmente, auto-suficientes em relação à sua economia quotidiana, corriqueira. As cerâmicas comuns fazem parte dessa economia, tal como a construção civil, a alimentação base, os meios de transporte, etc.

No caso de Setúbal temos consciência que tal autonomia económica se verificava, assegurada que estava com sal, peixe, azeite e vinho. No que concerne à construção, Setúbal apresenta a exploração de cantaria de dois tipos, o calcário branco e o “jaspe” ou “mármore” de Setúbal, ou seja, a brecha da Arrábida, rocha heterogénea, rosada, que foi profusamente utilizada nas edificações e chegou mesmo a ser exportada

para locais tão distantes como o Funchal. As argamassas de cal e areia são, obviamente, de produção estritamente local, pois os ingredientes são muito abundantes. As florestas da charneca da Península da Arrábida forneceram a madeira necessária, não só para a construção civil, como para a construção naval local e ainda para os fornos da fábrica de vidro de Coina, bem como para outros fins (pólvora, fábricas de Lisboa, etc.).

No que se refere à hipótese da existência de olarias sadinas a laborarem em pleno Antigo Regime, algumas pistas nos levam a ter de colocar essa hipótese. Para além da auto-suficiência económica de Setúbal, não nos parece que o problema de transporte de loiças de Lisboa para Setúbal fosse problemático, tão pouco que deva ser colocado. De facto, os fretes entre Lisboa – Setúbal e vice-versa eram diários e regulares. Contudo, a auto-suficiência económica, apesar de ser argumento único, é argumento suficiente, no sentido em que não estaria dependente de um produto tão básico, quanto loiça quotidiana. Porém, convém referir um outro, ou seja, a longa tradição de produção oleira no Baixo-Sado. De facto, desde muito cedo que o Baixo Sado é um centro produtor cerâmico, nomeadamente com a produção das denominadas ânforas lusitanas. Mesmo dentro do núcleo urbano, os fornos de ânforas do Largo da Misericórdia documentam esta realidade. Na Alta Idade Média a produção mantém-se, principalmente em torno lento³⁷⁴. A realidade da Baixa Idade Média aponta como ponto central Palmela, mas no dealbar da modernidade, com os “Barros Vermelhos”, torna-se impossível distinguir algum tipo de cerâmica especificamente local. As loiças passam a ser iguais às de Lisboa, mas tal não significará, só por si, a extinção das tradições oleiras locais por perda de concorrência face a Lisboa. Aliás, essa perspectiva um tanto ou quanto de leitura puramente capitalista, parece ser excessiva para uma realidade social e económica do Antigo Regime.

Se podemos levantar a questão, convém substanciar esta impertinência com alguns exemplos concretos, sob pena de estarmos a produzir uma especulação estéril. Assim, à luz desta especulação teórica vejamos, por exemplo, alguns exemplares de peças esmaltadas a branco e pintadas a azul, só que, ao invés de produzidas com argilas brancas, apresentam pastas com as características já enunciadas. São pouco numerosos estes fragmentos, mas não podem, por isso, ser excluídos da análise. Será que as olarias de loiças vermelhas de Lisboa estavam a produzir faianças portuguesas a azul e branco concorrentes às da loiça branca? Parece improvável, pois o proteccionismo às olarias de loiça branca era muito forte em Lisboa, mesmo que a matéria-prima para tais realizações fosse proveniente da margem Sul (de Coína). Parece, assim, mais provável que se tratasse de uma tentativa local para entrar no apetecível mercado de loiças de mesa. Outro fragmento é de um tubo de cachimbo que foi brunido e coberto com um vidrado, também ele com pastas vermelhas com as sobreditas características, ao invés de argila refractária (anexo imagens 430). Trata-se, pois, possivelmente, de uma tentativa de criar um produto competitivo para os mercadores e marinheiros holandeses e ingleses que consumiam o tabaco pela inalação do fumo, principalmente quando os cachimbos de argila refractária eram muito frágeis, mais ainda quando a actividade dos marítimos era pouco dada aos cuidados que os cachimbos requeriam. Um azulejo vidrado a melado para preencher uma falha num padrão de azulejos monocromados a branco e verde, poderá ser um arremedo local para um azulejo danificado no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal. É possível que estes exemplos não cheguem para levantar uma hipótese razoável no sentido que pretendemos, mas talvez sejam o suficiente para levantar uma dúvida plausível.

³⁷⁴ António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004.

Ora, para poderem existir produções oleiras em Setúbal é necessário que existam barreiros de argila disponíveis. A Carta Geológica, folha 38 – B, publicada pelo Departamento de Geologia do Instituto Geológico e Mineiro é a fonte primeira para a aferição dessa possibilidade. A *Nota Explicativa* da respectiva carta chama a atenção para os barreiros junto da Lagoa de Albufeira, onde ainda hoje se faz exploração da argila com o objectivo de criar materiais de construção. Contudo, outras zonas com barreiros são assinaladas, nomeadamente nas zonas referidas por Orlando Ribeiro, como Pré-Arrábida³⁷⁵. A Pré-Arrábida corresponde à área mais recente da cadeia montanhosa, com a franja exterior Azeitão – Palmela – Setúbal. Um dos cortes de terreno que a Carta Geológica apresenta, o de Albarquel à Serra de S. Luís, é claramente demonstrativo dessa realidade, onde é possível observar barreiros de argilas nas formações geológicas da Pré-Arrábida.

Os antigos mapas de Setúbal, referentes ao Antigo Regime, mostram-nos que há uma relação entre a exploração das pedreiras de calcário e da “brecha da Arrábida” e a antiga via terrestre Azeitão – Setúbal. Assim, as explorações de calcários e “brecha” estavam localizadas no Viso e na Serra de S. Luís (relembremos a destruição do Castro da Rotura, no Século XIX, por parte dessas pedreiras, estas só de calcário). Estas informações, recolhidas em Orlando Ribeiro e na Carta Geológica, revelam que os materiais pétreos aí explorados eram de elevada pureza (53-54% de CaO, no caso do calcário).

Só a via para Azeitão passa por formações geológicas não compostas por aluviões, areias ou conglomerados de areia, sendo, conseqüentemente, a única a não excluir como possível estrada de uso para a extracção de argila, para além da pedra.

Efectivamente, é de referir que há abundantes barreiros de argila nas zonas próximas dessa estrada. Aliás, segundo as plantas oitocentistas, esta via tinha uma

³⁷⁵ Orlando Ribeiro – *A Arrábida, esboço geográfico*, 2.º ed., Ed. Câmara Municipal de Sesimbra, 1986.

bifurcação na sua aproximação a Setúbal. A bifurcação para quem vinha de Azeitão era feita no Viso, vindo a via mais a Norte terminar junto do Baluarte da Saúde (actual Rua da Brasileira, antiga Rua de Coina, e Rua José Adelino dos Santos). Apesar da urbanização intensa e desordenada do Viso, resultado do crescimento urbano do Século XX, esta sub-via ainda hoje se mantém, mas alcatroada e ladeada de prédios. A via mais a Sul, descia abruptamente até se aproximar do Convento de S. Francisco e aí tornar a inflectir para nascente, vindo a entrar em Setúbal na Rua José Carlos da Maia, antiga Rua Nova de S. Francisco. Também esta via, apesar da urbanização intensa e desordenada, se mantém actualmente, com as devidas adaptações à modernidade. Outras estradas, de menor importância, a poente de Setúbal, atravessam ou estão próximas de barreiros de argila, como o caminho para a fortaleza de S. Filipe e a estrada para o Outão.

No que respeita aos barreiros aí detectados, é-nos praticamente impossível apercebermo-nos se foram, ou não, explorados no Antigo Regime, dado que se trata de uma zona da cidade muito urbanizada. Todavia, é-nos possível, mesmo assim, observar as argilas locais em zonas que não estão, totalmente, construídas. As observações que realizámos não representam, assim, um carácter vinculativo ao local de exploração exacto, mas antes uma verificação da compatibilidade das argilas com as pastas das cerâmicas comuns. De facto, dos locais onde recolhemos as argilas pudemos verificar que se tratava de argilas não calcárias, muito ferrosas, com grandes qualidades plásticas e com um grau de humidade natural bastante apreciável.

Trata-se, pois, de um tipo de argila que pode, facilmente, originar cerâmicas com pastas de tons que variam entre o alaranjado, passando pelo vermelho, até ao acastanhado, porosas e de textura folheada. Os elementos não plásticos estão presentes, com presença de micas, calcites, quartzos e feldspatos. A argila presta-se a diferentes

tipos de grãos, conforme a intenção e o trabalho do oleiro. Esta argila é perfeitamente compatível com as aguadas vermelhas presentes nas cerâmicas.

O facto de existir a matéria-prima muito próxima da Setúbal do Antigo Regime que permitia elaborar as cerâmicas a que temos vindo a aludir, não oferece, só por si, os direitos de paternidade das ditas a eventuais oleiros locais. Temos a matéria-prima, a tecnologia para a sua execução não é muito elaborada, mas temos também oleiros que viveram e trabalharam em Setúbal durante este período.

Uma vez mais os registos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmelo o provam. Com os resultados verificados somos obrigados a reavaliar as nossas próprias concepções sobre a dependência oleira face a Lisboa, tendo de conceder uma maior visibilidade aos artistas regionais.

A verificação e o aumento dos nossos conhecimentos sobre estes indivíduos, permitem-nos reavaliar as nossas próprias concepções sobre os artistas regionais, tantas vezes subestimados. Note-se que estas questões não se colocam em relação aos pedreiros porquanto a sua actividade é já bem conhecida, quer nas pedreiras, quer na sua existência em Setúbal, tendo Confraria própria e labutando desde a Baixa Idade Média. Esta certeza advém dos trabalhos de cantaria realizados em brecha da Arrábida que apenas existe nesta zona..

O facto de existir a matéria-prima, em primeiro lugar e o facto de existirem oleiros documentados, em segundo, obriga-nos, evidentemente, a ter de tentar uma aproximação à realidade da produção desse “novo velho” centro oleiro português.

No entanto, definir essa mesma produção não é uma tarefa simples, pois há vários factores que têm de ser levados em linha de conta. Assim, parece-nos evidente que os oleiros locais utilizariam a matéria-prima que tivessem ao ser dispor. A matéria-prima é de argilas não calcárias, ou, como são vulgarmente denominadas, de pastas

vermelhas. Todavia, as pastas vermelhas dos barreiros do Tejo e do Sado são indiferenciáveis, em análises químicas e petrográficas, visto que as diferenças não são suficientes para criar intervalos de caracterização. Esse problema, bem debatido por Anne Schmitt para as argilas do Tejo e Sado³⁷⁶, torna pouco fiável e credível, por análises laboratoriais, distinguir as produções de Lisboa das de Setúbal, bem como das do Barreiro e outros possíveis centros oleiros da Península de Setúbal.

O que dizer, então, das análises macroscópicas?! Apesar da análise da investigadora se centrar sobre produções romanas, é perfeitamente pertinente e aplicável para períodos mais recentes, como o do Antigo Regime, visto que as argilas têm as mesmas características. Este factor, de importância determinante para caracterizar as produções sadinas, leva-nos, desde logo, a ter de aceitar a proposta que apresentamos, não como uma certeza, mas como uma hipótese.

Outro factor que temos de ter em consideração é que não podemos atribuir a Setúbal produções de argilas brancas, visto que, apesar de se encontrarem relativamente próximas (zona de Coima), o proteccionismo aos oleiros de Lisboa de loiça branca era suficientemente eficaz para que essas argilas não viessem para Setúbal. Tal facto faz com que não se lhe possa atribuir azulejaria figurativa e faianças esmaltadas a branco e pintadas a azul, excepto nos casos referidos de tentativas de faianças com pastas vermelhas.

Ou seja, as produções de Setúbal, estando limitadas às pastas vermelhas, correspondem a um centro oleiro de segunda linha, na perspectiva tradicional, pois a ele não lhe é exigido produções artísticas elaboradas. De loiça vermelha temos, em Portugal, algumas poucas produções de qualidade, mas os centros oleiros já são

³⁷⁶ Françoise Mayet, Anne Schmitt e Carlos Tavares da Silva – *Les amphores du Sado (Portugal) – Prospection dès fours et analyse du matériel*, Ed. Ministère des Affaires Étrangères, Centre National de Recherche Scientifique, Fundação Calouste Gulbenkian e IPPAR, Paris, 1996, nomeadamente as páginas 148, 150 e 156.

conhecidos, como são os casos do Prado, Alto-Alentejo e, talvez, Coimbra. Assim, tendo todas as produções de destaque tomadas ou vetadas por falta de matéria-prima, é com estas contingências que temos de nos enquadrar.

O campo da produção cerâmica de pastas vermelhas é, mesmo assim, relativamente extenso. Como já referimos anteriormente, é possível atribuir-lhe, agora, as produções de loiças comuns que debatemos anteriormente. Trata-se de uma produção de grande dimensão quantitativa, a que não podemos negar habilidade técnica e uma certa graça na expressividade das suas formas, apesar de se pautar por uma grande contenção e simplificação dos processos de modelagem.

Todavia, existe outro campo onde a capacidade produtiva destes oleiros teve grande expressão – o dos materiais de construção e revestimento. Nos materiais de construção temos os tijolos de burro, de grão médio-grosso, utilizados nas mais variadas situações, como em arcos de sustentação, abóbadas, nos poços e nas paredes das edificações. Todas estas utilizações são constatáveis em Setúbal, quer nas intervenções arqueológicas, quer no edificado ainda existente. Como cerâmicas de revestimento temos as telhas de canudo, com a face interna rugosa para melhor fixação e a externa alisada e coberta com um impermeabilizante amarelo (provavelmente uma mistura de gordura e cola animal), de forma a evitar infiltrações na cobertura. Outro tipo de cerâmica de revestimento é a tijoleira. De facto, os pavimentos de tijoleira são uma constante nas edificações locais desde finais do Século XVI, inícios do Século XVII, apesar de existirem testemunhos anteriores. Para se ter a noção da necessidade de produção basta fazermos uma cálculo aproximado ao número de tijoleiras utilizadas no revestimento das alas claustrais do Convento de Jesus, que nos dá, aproximadamente, 10 000 a 11 000 unidades.

A generalização dos revestimentos a tijoleira e a necessidade de telhas para todo o povoado, por si só justificaria as olarias, mas, conjuntamente com as cerâmicas comuns, torna Setúbal num centro oleiro de importância nacional, pois trata-se de um dos maiores povoados portugueses do Antigo Regime (note-se que Setúbal disputou até ao final do Século XVIII o lugar de segundo núcleo urbano do país, em peso demográfico e económico, com a cidade do Porto). Mais, a estas produções referidas, temos ainda de associar outras mais, tais como os pesos de rede para a actividade piscatória, dos quais foram já descobertos exemplares muito expressivos.

Podemos, finalmente, tentar sistematizar as produções de Setúbal:

ARGILAS: Não Calcárias

FORNOS: Oxidantes redutores

CRONOLOGIA: Século XV³⁷⁷ – XVIII

TIPOS: *Barros Vermelhos* e “Antigo Regime”

| | |
|--|---|
| MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PUROS | Tijolos |
| MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - REVESTIMENTO | Telhas, tijoleiras e azulejos monocromados vidrados (?) |
| MATERIAIS ESPECIALIZADOS | Pesos de rede |
| LOIÇA COMUM (alisada ou revestida a aguada) | Panelas, tachos, frigideiras, fogareiros, jarros, cântaros, púcaros, potes, alguidares, com as respectivas tampas de cobertura. |
| LOIÇA COMUM VIDRADA | Pratos, taças, jarros, frigideiras, tachos, panelas, potes e alguidares |
| LOIÇA ENGOBADA | Taças de “faiança” a azul e branco |
| LOIÇA DE VIDRADO INCOLOR | Cachimbo (?) |

³⁷⁷ As informações do *Livro de Registo de entradas dos Irmãos*, manuscrito da Venerável Ordem Terceira do Monte Carmelo documentam oleiros a partir do Século XVII, contudo, António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, colecção Temas Portugueses, volume 1, Lisboa, 2003, p. 450, diz-nos: *Em Setúbal, estes artífices [oleiros] reuniam sob a bandeira da confraria de S. João. A loiça manufacturada pelos mesmos há muito era exportada.*

Assim, resta-nos entender o porquê de as oficinas de Setúbal terem sido abolidas e esquecidas da história da cerâmica portuguesa. De facto, parece-nos que a historiografia da cerâmica privilegiou, sempre, as cerâmicas finas. O ponto de vista do colecionador, ou, posteriormente, do historiador da arte, parte de uma concepção e sensibilidade estética, pelo que resulta como normal que as produções utilitárias não lhes prendessem, seriamente, a atenção. Mesmo no que respeita às loiças alto-alentejanas, só tarde se iniciou o seu estudo, com Carolina Michaëlis de Vasconcellos a tentar um esboço histórico-sócio-artístico³⁷⁸. Temos, todavia, de esperar pelo fim de novecentos para tentativas consistentes de novas abordagens às produções não nobilitadas, algures entre a história da arte e a etnografia³⁷⁹. Esta quase monotonia definida pelo gosto do tradicional só vai ser chocada na década de 90 do Século XX, quando a arqueologia portuguesa se liberta, definitivamente, das barreiras cronológicas que até então se havia auto-imposto, que limitavam a sua possibilidade de acção³⁸⁰. Os estudos de arqueologia urbana sistemática a isso obrigaram a disciplina, pelo que resulta como natural que outros “novos velhos” centros oleiros tenham sido descobertos. As olarias de Setúbal, que muito provavelmente correspondem a produções quase manufactureiras, aos moldes dos associativismos e corporativismos oleiros de Lisboa (associação de olarias para fazer face à procura), são, assim, uma (re)descoberta de profundo significado para a história da cerâmica portuguesa no Antigo Regime, uma das

³⁷⁸ Carolina Michaëlis de Vasconcellos - Algumas palavras a respeito de púcaros em Portugal in Ocidente, Lisboa, 1957.

³⁷⁹ Solange Parvaux – *La céramique populaire du Haut-Alentejo*, Ed. Presses Universitaires de France e Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1968.

³⁸⁰ Francisco Sande Lemos – Arqueologia Urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento in Arqueologia e História, Volume 54, Lisboa, 2002, pp. 245 – 253.

épocas que é mais cara à historiografia da cerâmica portuguesa, pela excepcionalidade que as produções nacionais conseguem atingir³⁸¹(estampa 2).

Esta derivação longa à volta das cerâmicas comuns expõe a existência de uma actividade industrial-manufactureira na vila sadina. A dimensão dessa actividade é de excepção, conforme os documentos da Ordem Terceira do Carmo confirmam e poderemos observar em seguida.

| | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pintor | Profissão: Ourives de ouro |
| Nome: Manoel Oliveira Colaço | Nome: Luis Barbosa Soares |
| Livro fólio n.º: 15 | Livro fólio n.º: 116 |
| Entrada na Irmandade: 1679 | Entrada na Irmandade: 1712 |
| Óbito: 16 de Junho de 1691 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|------------------------------------|
| Profissão: Ourives de ouro | Profissão: Ourives de prata |
| Nome: Manoel Crux | Nome: Antonio de Siqueira |
| Livro fólio n.º: 166 v. | Livro fólio n.º: 42 |
| Entrada na Irmandade: 1739 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1684 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: Rua da Crus |

| | |
|-------------------------------------|------------------------------------|
| Profissão: Ourives de prata | Profissão: Ourives de prata |
| Nome: Manoel António | Nome: Antonio Rodriguez |
| Livro fólio n.º: 71 | Livro fólio n.º: 124 |
| Entrada na Irmandade: 1697 | Entrada na Irmandade: 1716 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: Rua de São Sebastião | Morada: |

³⁸¹ É natural que as cerâmicas, de importação ou produção sadina, bem como outros produtos manufacturados em Setúbal, subissem o Sado, pela Rota do Trigo e atingissem zonas mais interiores.

| | |
|---|-------------------------------------|
| Profissão: Ourives de prata | Profissão: Ourives |
| Nome: Antonio Batista | Nome: Manoel Antunes |
| Livro fólio n.º: 164 v. | Livro fólio n.º: 8 v. |
| Entrada na Irmandade: 1749 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1674 |
| Óbito: | Óbito: a viúva entra em 1697 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Profissão: Ourives | Profissão: Ourives |
| Nome: Miguel de Chaves | Nome: Antonio Gomes |
| Livro fólio n.º: 10 | Livro fólio n.º: 19 |
| Entrada na Irmandade: 1676 | Entrada na Irmandade: 1680 (entrada da mulher) |
| Óbito: 11 de Abril de 1716 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Profissão: Ourives | Profissão: Ourives |
| Nome: Antonio Carvalho | Nome: Manoel Carneiro |
| Livro fólio n.º: 20 v. | Livro fólio n.º: 24 v. |
| Entrada na Irmandade: 1680 | Entrada na Irmandade: 1686 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: Rua Direita dos Mercadores |

| | |
|-------------------------------------|---|
| Profissão: Ourives | Profissão: Ourives |
| Nome: Antonio Nunes | Nome: Manoel António |
| Livro fólio n.º: 25 v. | Livro fólio n.º: 41 v. |
| Entrada na Irmandade: | Entrada na Irmandade: 1708 (entrada da mulher) |
| Óbito: a viúva entra em 1706 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--------------------------------------|---------------------------------------|
| Profissão: Ourives | Profissão: Ourives |
| Nome: Joseph Carvalho | Nome: Francisco Rodriguez Gago |
| Livro fólio n.º: 55 | Livro fólio n.º: 99 v. |
| Entrada na Irmandade: 1689 | Entrada na Irmandade: 1718 |
| Óbito: 20 de Setembro de 1729 | Óbito: Junho de 1723 |
| Morada: Praça da Misericórdia | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-------------------------------------|
| Profissão: Ourives | Profissão: Ourives |
| Nome: Antonio Craveiro | Nome: Antonio Pereira |
| Livro fólio n.º: 108 v. | Livro fólio n.º: 121 v. |
| Entrada na Irmandade: 1680 | Entrada na Irmandade: 1716 |
| Óbito: | Óbito: 22 de Outubro de 1748 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--|------------------------------------|
| Profissão: Ourives | Profissão: Ourives |
| Nome: Antonio Delgado | Nome: João Ferreira Barbosa |
| Livro fólio n.º: 126 | Livro fólio n.º: 148 |
| Entrada na Irmandade: 1717 (entrada da filha) | Entrada na Irmandade: 1732 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|---|
| Profissão: Ourives | Profissão: Ourives |
| Nome: Antonio Jose Torniais (?) | Nome: Manoel do Sacramento |
| Livro fólio n.º: 174 v. | Livro fólio n.º: 196 v. |
| Entrada na Irmandade: 1746 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1756 (entrada da mulher) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Ourives | Profissão: Tintureiro |
| Nome: Antonio Jose Tornie | Nome: Diogo da Costa |
| Livro fólio n.º: 200 | Livro fólio n.º: 8 |
| Entrada na Irmandade: 1739 | Entrada na Irmandade: 1675 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Dourador | Profissão: Dourador |
| Nome: António de Avellar Ozorio | Nome: António Gonçalves |
| Livro fólio n.º: 73 v. | Livro fólio n.º: 94 v. |
| Entrada na Irmandade: 1699 | Entrada na Irmandade: 1713 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: Rua Direita Fora da Porta Nova | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|--|
| Profissão: Entalhador | Profissão: Entalhador |
| Nome: Joseph de Pontes | Nome: José de Ponty |
| Livro fólio n.º: 42 v. | Livro fólio n.º: 167 v. |
| Entrada na Irmandade: 1709 | Entrada na Irmandade: 1748 (entrada da filha) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--------------------------------------|------------------------------------|
| Profissão: Marceneiro | Profissão: Marceneiro |
| Nome: Manoel Rodriguez | Nome: João Gomes |
| Livro fólio n.º: 8 v. | Livro fólio n.º: 10 v. |
| Entrada na Irmandade: 1676 | Entrada na Irmandade: 1675 |
| Óbito: 14 de Novembro de 1703 | Óbito: 20 de Agosto de 1684 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Marceneiro | Profissão: Marceneiro |
| Nome: Francisco Antunes | Nome: Manoel Rodriguez |
| Livro fólio n.º: 117 v. | Livro fólio n.º: 118 v. |
| Entrada na Irmandade: 1713 | Entrada na Irmandade: 1713 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| |
|-----------------------------------|
| Profissão: Marceneiro |
| Nome: Joaquim da Costa |
| Livro fólio n.º: 165 v. |
| Entrada na Irmandade: 1748 |
| Óbito: |
| Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Julião Rodriguez | Nome: Manoel Ferreira |
| Livro fólio n.º: 8 | Livro fólio n.º: 8 v. |
| Entrada na Irmandade: 1674 | Entrada na Irmandade: 1674 |
| Óbito: | Óbito: 18 de Outubro 1699 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: João Francisco | Nome: João Brandão |
| Livro fólio n.º: 9 v. | Livro fólio n.º: 12 v. |
| Entrada na Irmandade: 1675 | Entrada na Irmandade: 1676 (Entrada da mulher) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Belchior Fernandez | Nome: João Pinheiro |
| Livro fólio n.º: 13 | Livro fólio n.º: 13 v. |
| Entrada na Irmandade: 1676 | Entrada na Irmandade: 1676 |
| Óbito: Janeiro de 1705 | Óbito: Janeiro de 1684 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Antonio Rodriguez | Nome: Amaro Dias |
| Livro fólio n.º: 15 | Livro fólio n.º: 16 |
| Entrada na Irmandade: 1678 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1678 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--------------------------------------|---|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Manoel Jorge | Nome: Antonio Rodriguez |
| Livro fólio n.º: 19 | Livro fólio n.º: 19 |
| Entrada na Irmandade: 1680 | Entrada na Irmandade: 1680 (entrada da mulher) |
| Óbito: 20 de Novembro de 1686 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Francisco da Cruz | Nome: Gregorio Nunes |
| Livro fólio n.º: 20 | Livro fólio n.º: 32 v. |
| Entrada na Irmandade: 1680 | Entrada na Irmandade: 1707 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Antonio Gomes | Nome: Francisco Álvaro |
| Livro fólio n.º: 38 | Livro fólio n.º: 78 |
| Entrada na Irmandade: 1683 | Entrada na Irmandade: 1700 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: Judiaria | Morada: |

| | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Joseph Rodriguez | Nome: Antonio Rodriguez |
| Livro fólio n.º: 88 | Livro fólio n.º: 103 |
| Entrada na Irmandade: 1712 | Entrada na Irmandade: 1674 |
| Óbito: 4 de Setembro de 1764 | Óbito: 14 de Novembro de 1715 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: João Pinheiro | Nome: João Francisco o Moço |
| Livro fólio n.º: 107 | Livro fólio n.º: 111 v. |
| Entrada na Irmandade: 1677 | Entrada na Irmandade: 1693 |
| Óbito: 2 de Agosto de 1685 | Óbito: 18 de Junho de 1706 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Joseph Marques | Nome: Alexandre Gomes |
| Livro fólio n.º: 118 | Livro fólio n.º: 121 |
| Entrada na Irmandade: 1713 | Entrada na Irmandade: 1715 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Antonio Gomes | Nome: Manoel Marques |
| Livro fólio n.º: 121 | Livro fólio n.º: 123 |
| Entrada na Irmandade: 1715 | Entrada na Irmandade: 1715 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Francisco Marques (filho de Manoel Marques , fl.123) | Nome: Matteus Rodriguez |
| Livro fólio n.º: 131 v. | Livro fólio n.º: 135 |
| Entrada na Irmandade: 1722 | Entrada na Irmandade: 1726 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|------------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: João Lopes | Nome: João Gomes |
| Livro fólio n.º: 141 | Livro fólio n.º: 148v. |
| Entrada na Irmandade: 1674 | Entrada na Irmandade: 1733 |
| Óbito: 3 de Janeiro de 1684 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Jose Rodriguez | Nome: João Ferreira |
| Livro fólio n.º: 153 | Livro fólio n.º: 153 |
| Entrada na Irmandade: 1736 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1736 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--------------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Pedreiro | Profissão: Pedreiro |
| Nome: Mathias Simões | Nome: Elias Xavier |
| Livro fólio n.º: 162 | Livro fólio n.º: 193 |
| Entrada na Irmandade: 1744 | Entrada na Irmandade: 1731 |
| Óbito: 18 de Setembro de 1746 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-------------------------------------|
| Profissão: Oleiro | Profissão: Oleiro |
| Nome: Amaro Rodriguez | Nome: José Rodriguez |
| Livro fólio n.º: 7 | Livro fólio n.º: 11 |
| Entrada na Irmandade: 1685 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1675 |
| Óbito: | Óbito: 10 de Outubro de 1706 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Oleiro | Profissão: Oleiro |
| Nome: Manoel Alvarez | Nome: Luis Alvarez |
| Livro fólio n.º: 31 | Livro fólio n.º 70 |
| Entrada na Irmandade: 1680 | Entrada na Irmandade: 1697 |
| Óbito: 5 de Agosto de 1709 | Óbito: |
| Morada: Alcaçarias | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Oleiro | Profissão: Oleiro |
| Nome: Joseph da Sylva | Nome: Bruno da Costa |
| Livro fólio n.º: 72 | Livro fólio n.º: 107 v. |
| Entrada na Irmandade: 1698 | Entrada na Irmandade: 1677 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Oleiro | Profissão: Oleiro |
| Nome: Luís Álvaro | Nome: Agostinho dos Santos |
| Livro fólio n.º: 112 v. | Livro fólio n.º: 112 v. |
| Entrada na Irmandade: 1697 | Entrada na Irmandade: 1698 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|--|
| Profissão: Oleiro | Profissão: Oleiro |
| Nome: João Nogueira | Nome: António Dias |
| Livro fólio n.º: 122 | Livro fólio n.º: 136 |
| Entrada na Irmandade: 1715 | Entrada na Irmandade: 1727 (entrada da filha) |
| Óbito: 28 de Abril de 1770 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Oleiro | Profissão: Oleiro |
| Nome: José Silva | Nome: Martinho José |
| Livro fólio n.º: 154 v. | Livro fólio n.º: 155 v. |
| Entrada na Irmandade: 1737 | Entrada na Irmandade: 1740 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Profissão: Oleiro | Profissão: Serralheiro |
| Nome: António José | Nome: Jorge Pereira |
| Livro fólio n.º: 186 | Livro fólio n.º: 10 v. |
| Entrada na Irmandade: 1759 | Entrada na Irmandade: 1675 |
| Óbito: | Óbito: 18 de Dezembro de 1701 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| Profissão: Serralheiro | Profissão: Serralheiro |
| Nome: Manoel Vidal | Nome: António Francisco |
| Livro fólio n.º: 15 v. | Livro fólio n.º: 27 |
| Entrada na Irmandade: 1678 | Entrada na Irmandade: 1694 |
| Óbito: 19 de Outubro de 1695 | Óbito: 19 de Dezembro de 1698 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Serralheiro | Profissão: Serralheiro |
| Nome: Manoel Vidal | Nome: António Farinha |
| Livro fólio n.º: 44 v. | Livro fólio n.º: 71 v. |
| Entrada na Irmandade: 1709 | Entrada na Irmandade: 1698 |
| Óbito: | Óbito: 6 de Abril de 1743 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--------------------------------------|---|
| Profissão: Serralheiro | Profissão: Serralheiro |
| Nome: Luís Rodrigues | Nome: Estevão Rodrigues |
| Livro fólio n.º: 85 v. | Livro fólio n.º: 85 v. |
| Entrada na Irmandade: 1718 | Entrada na Irmandade: 1720 (entrada da mulher) |
| Óbito: 15 de Dezembro de 1741 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Serralheiro | Profissão: Serralheiro |
| Nome: Joseph da Sylva | Nome: Thomaz André |
| Livro fólio n.º: 89 v. | Livro fólio n.º: 141 |
| Entrada na Irmandade: 1718 | Entrada na Irmandade: 1676 |
| Óbito: | Óbito: 7 de Março de 1682 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro de Carros | Profissão: Ferreiro |
| Nome: Manoel Luís | Nome: Manoel Varela |
| Livro fólio n.º: 115 | Livro fólio n.º: 122 v. |
| Entrada na Irmandade: 1712 (entrada do filho) | Entrada na Irmandade: 1715 |
| Óbito: | Óbito: 1 de Março de 1744 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|--|
| Profissão: Ferreiro | Profissão: Ferreiro |
| Nome: Manoel Nunes | Nome: António Gomes |
| Livro fólio n.º: 123 | Livro fólio n.º: 125 |
| Entrada na Irmandade: 1715 | Entrada na Irmandade: 1716 (entrada da filha) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|--|---|
| Profissão: Ferreiro | Profissão: Ferreiro |
| Nome: José da Silva | Nome: Hyeronimo da Sylva |
| Livro fólio n.º: 184 | Livro fólio n.º: 124 |
| Entrada na Irmandade: 1733 (entrada da filha) | Entrada na Irmandade: 1716 |
| Óbito: | Óbito: 21 de Julho de 1728 |
| Morada: | Morada: |
| Profissão: Torneiro | Profissão: Torneiro |
| Nome: Cristovão Antunes | Nome: Sebastião António |
| Livro fólio n.º: 117 v. | Livro fólio n.º: 127 |
| Entrada na Irmandade: 1713 | Entrada na Irmandade: 1718 (entrada da mulher) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |
| Profissão: Espadeiro | Profissão: Caldeireiro |
| Nome: Manoel Gonçalves | Nome: Pedro Jorge |
| Livro fólio n.º: 153 v. | Livro fólio n.º: 119 |
| Entrada na Irmandade: 1737 | Entrada na Irmandade: 1713 |
| Óbito: | Óbito: 8 de Setembro de 1742 |
| Morada: | Morada: |
| Profissão: Caldeireiro | |
| Nome: Domingos Gonçalves de Almeida | |
| Livro fólio n.º: 169 | |
| Entrada na Irmandade: 1748 | |
| Óbito: | |
| Morada: | |
| Profissão: Carpinteiro | |
| Nome: Manoel Dias Pereira | |
| Livro fólio n.º: 10 | |
| Entrada na Irmandade: 1676 | |
| Óbito: 27 de Agosto de 1702 | |
| Morada: | |

| | |
|---|-------------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: João Rios | Nome: Francisco Corrija |
| Livro fólio n.º: 10 v. | Livro fólio n.º: 13 |
| Entrada na Irmandade: 1675 | Entrada na Irmandade: 1676 |
| Óbito: 6 de Junho de 1694 | Óbito: 18 de Janeiro de 1713 |
| Morada: | Morada: |
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Francisco Rodriguez | Nome: Manoel da Sylva |
| Livro fólio n.º: 14 v. | Livro fólio n.º: 16 |
| Entrada na Irmandade: 1678 (entrada do filho) | Entrada na Irmandade: 1678 |
| Óbito: | Óbito: 12 de Junho de 1699 |
| Morada: | Morada: |
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Bernardo Fernandez | Nome: Joseph da Roza |
| Livro fólio n.º: 17 | Livro fólio n.º: 19 |
| Entrada na Irmandade: 1679 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1680 |
| Óbito: 15 de Outubro de 1722 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Andre Menesez | Nome: Manoel Ferreira |
| Livro fólio n.º: 20 v. | Livro fólio n.º: 24 v. |
| Entrada na Irmandade: 1680 | Entrada na Irmandade: 1766 |
| Óbito: 2 de Dezembro de 1685 | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Bartolomeu Rodriguez | Nome: Manoel Ferreira |
| Livro fólio n.º: 31 v. | Livro fólio n.º: 34 v. |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Entrada na Irmandade: 1680 | Entrada na Irmandade: 1681 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: Rua de S ^{to} António | Morada: |

| | |
|------------------------------------|---|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Mauricio da Sylva | Nome: Tomas Dias |
| Livro fólio n.º: 35 v. | Livro fólio n.º: 39 v. |
| Entrada na Irmandade: 1682 | Entrada na Irmandade: 1686 |
| Óbito: | Óbito: 22 de Janeiro de 1714 |
| Morada: Rua dos Marmelinhos | Morada: Ribeira na praia do Seixal |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Luis Antunes | Nome: Joseph de Lemos |
| Livro fólio n.º: 43 v. | Livro fólio n.º: 43 v. |
| Entrada na Irmandade: 1709 | Entrada na Irmandade: 1709 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: João da Foncequa | Nome: Antonio da Sylva |
| Livro fólio n.º: 43 v. | Livro fólio n.º: 43 v. |
| Entrada na Irmandade: 1709 | Entrada na Irmandade: 1709 |
| Óbito: 12 de Janeiro de 1748 | Óbito: |
| Morada: Rua de trás do Corpo da Guarda | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|---|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Simplicio Gomes | Nome: Manoel da Costa |
| Livro fólio n.º: 44 v. | Livro fólio n.º: 57 |
| Entrada na Irmandade: 1709 | Entrada na Irmandade: 1691(entrada da filha) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|------------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Januario Ferreira | Nome: Joseph Ferreira |
| Livro fólio n.º: 57 v. | Livro fólio n.º: 63 v. |
| Entrada na Irmandade: 1691 | Entrada na Irmandade: 1695 |
| Óbito: 30 de Junho de 1708 | Óbito: 14 de Agosto de 1724 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Manoel dos Santos | Nome: Antonio Gomes |
| Livro fólio n.º: 63 v. | Livro fólio n.º: 69 v. |
| Entrada na Irmandade: 1695 | Entrada na Irmandade: 1696 |
| Óbito: | Óbito: 20 de Novembro de 1714 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Antonio Rodriguez da Costa | Nome: João da Sylva |
| Livro fólio n.º: 71 v. | Livro fólio n.º: 78 |
| Entrada na Irmandade: 1698 | Entrada na Irmandade: 1701 |
| Óbito: | Óbito: 2 de Maio de 1763 |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Joseph Rodriguez | Nome: Bartolomeu Pretto |
| Livro fólio n.º: 78 v. | Livro fólio n.º: 79 |
| Entrada na Irmandade: 1701 | Entrada na Irmandade: 1701 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: Rua do Carvalho | Morada: Rua Antão Girão |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Antonio Távora | Nome: Joseph Ferreira |
| Livro fólio n.º: 79 v. | Livro fólio n.º: 82 |
| Entrada na Irmandade: 1702 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1704 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: João da Sylva | Nome: Bernardo Fernandez |
| Livro fólio n.º: 85 v. | Livro fólio n.º: 88 v. |
| Entrada na Irmandade: 1701 | Entrada na Irmandade: 1679 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Joseph Ramos | Nome: Miguel da Costa |
| Livro fólio n.º: 89 v. | Livro fólio n.º: 98 |
| Entrada na Irmandade: 1726 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1707 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Francisco Rodriguez | Nome: João Dias |
| Livro fólio n.º: 103 v. | Livro fólio n.º: 104 v. |
| Entrada na Irmandade: 1722 | Entrada na Irmandade: 1769 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: João da Foncequa | Nome: Andre Menesez |
| Livro fólio n.º: 105 v. | Livro fólio n.º: 117 |
| Entrada na Irmandade: 1709 | Entrada na Irmandade: 1713 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Manoel da Sylva | Nome: Estevão Rodriguez |
| Livro fólio n.º: 118 v. | Livro fólio n.º: 120 |
| Entrada na Irmandade: 1713 | Entrada na Irmandade: 1714 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|---|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Andre Alvarez | Nome: Manoel Ferreira |
| Livro fólio n.º: 127 | Livro fólio n.º: 135 |
| Entrada na Irmandade: 1718 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1726 (entrada da mulher) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|---|--|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Antonio Fonseca Farto | Nome: Antonio Ramos |
| Livro fólio n.º: 135 v. | Livro fólio n.º: 146 v. |
| Entrada na Irmandade: 1727 (entrada da mulher) | Entrada na Irmandade: 1732 (entrada da filha) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Francisco José | Nome: Bento da Costa |
| Livro fólio n.º: 151 | Livro fólio n.º: 159 v. |
| Entrada na Irmandade: 1735 | Entrada na Irmandade: 1741 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Jose da Sylva | Nome: José Gomes |
| Livro fólio n.º: 162 | Livro fólio n.º: 170 |
| Entrada na Irmandade: 1744 | Entrada na Irmandade: 1748 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Francisco Souto | Nome: Antonio Garcia |
| Livro fólio n.º: 178 | Livro fólio n.º: 182 v. |
| Entrada na Irmandade: 1754 | Entrada na Irmandade: 1737 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: Morador em Palmela |

| | |
|-----------------------------------|--|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Antonio José | Nome: Domingos Maurício |
| Livro fólio n.º: 185 v. | Livro fólio n.º: 188 |
| Entrada na Irmandade: 1759 | Entrada na Irmandade: 1759(entrada da mulher) |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|--------------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Agostinho António | Nome: José Bernardo de Torres |
| Livro fólio n.º: 188 | Livro fólio n.º: 193 |
| Entrada na Irmandade: 1756 | Entrada na Irmandade: 1757 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Pedro Rodriguez | Nome: Domingos José |
| Livro fólio n.º: 195 | Livro fólio n.º: 197 |
| Entrada na Irmandade: 1744 | Entrada na Irmandade: 1761 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

| | |
|-------------------------------------|-----------------------------------|
| Profissão: Carpinteiro | Profissão: Carpinteiro |
| Nome: Jacinto Jose Rodriguez | Nome: José Borges |
| Livro fólio n.º: 197 v, | Livro fólio n.º: 199 v. |
| Entrada na Irmandade: 1744 | Entrada na Irmandade: 1738 |
| Óbito: | Óbito: |
| Morada: | Morada: |

Apesar de não encontrarmos nestes elementos reflexos de percentagens de actividades, estes são prova indiscutível acerca dos serviços providenciados por artesãos da pólis, alguns deles altamente especializados, ao longo do Antigo Regime. Se bem que alguma semelhança de nomes e apelidos nos tente a uma leitura de ligações familiares, nalguns casos confirmadas, noutros inferidas, tal não nos parece muito relevante para esta fase das investigações.

Efectivamente, os dados que temos espelham, em primeiro lugar, aspectos de devoção pessoal e/ou familiar face ao escapulário mariano, divulgado através da parenética dos carmelitas calçados. Ora, não podemos, através de um culto, extrapolar para um todo social, pelo menos se pretendermos fazer tratamento estatístico. No entanto, parece-nos serem do maior interesse os resultados obtidos, porquanto demonstram a variedade de actividades manuais, envolvendo conhecimentos tecnológicos específicos, desenvolvidas localmente, dando-nos uma imagem de uma terra com um grau elevado de auto-suficiência nos seus meios de produção³⁸² artística/artesanal.

É evidente que só com a investigação junto de outras confrarias e nos registos paroquiais poderemos ter uma real noção do que todas estas produções oficiais representaram e que grau de produção mantiveram, se bem que com estes resultados somos obrigados a reavaliar as nossas próprias concepções sobre a dependência tecnico-profissional face a Lisboa, tendo de conceder uma maior visibilidade aos artistas e oficinais regionais³⁸³.

³⁸² O que não significa meios de “concepção/idealização”. De facto, das ditas *Artes Maiores*, temos somente um indivíduo, um pintor. Um outro é referido nos *Inquéritos Paroquiais*, pelo pároco de S. Sebastião, em 1757 – Luís da Mota, cuja mulher, Ângela Maria fez, por muitos anos, vida eremítica na Arrábida. O facto de não termos detectado nenhum arquitecto, nem escultor, não significa, contudo, que se possa concluir a sua não existência em Setúbal, atendendo a que os Notariais poucos elementos fornecem sobre contratos a artistas, o que poderá indiciar que se tratava de encomendas locais, entre pessoas que se conheciam socialmente.

³⁸³ Na tese de doutoramento de António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, colecção Temas

De facto, o que podemos concluir é que Setúbal exercia um papel centrípeto em toda a região em que está implantada, sendo, de facto, o centro de desenvolvimento regional³⁸⁴. Em Setúbal confluíam as diferentes dimensões comerciais – a mundial com o Império e com o Sal, a nacional com o cereal alentejano, com o vinho e azeite produzido e o peixe pescado, e a regional, como centro das actividades manufactureiras e serviços. Parece-nos, pois, ser agora claro que os meios materiais e a capacidade de produção, com os efectivos humanos apresentados, apontam para um sector secundário bem desenvolvido e importante no tecido social urbano sadino, capaz de produzir, sustentar e justificar, de igual modo, entre outros, o crescimento construtivo constante verificado em Setúbal. Esta consistência estrutural do sector secundário, é também verificada no sector primário e no terciário, dando-nos uma imagem ao longo dos últimos três pontos de uma vila com um forte sistema produtivo (estampa 2).

Este sistema produtivo, que a nível primário gerava a maior parte dos rendimentos, possibilitou o aparecimento das camadas populacionais altas e médias que, embora nos sejam, presentemente, desconhecidas na complexidade inter-relacional e quantitativo de efectivos, teria que ser, forçosamente, bastante numerosa para justificar, por exemplo, a existência de ourives de prata e de ouro, mesmo admitindo que parte da produção de bens de luxo seria exportada para o Alentejo e para outros pontos fora do território metropolitano. Esta constatação é reforçada por Setúbal ter tido contrastaria régia³⁸⁵, com marcas próprias.

Portugueses, volume 1, Lisboa, 2003, o autor regista já a actividade permanente de construtores navais (p. 193), de um serralheiro em 1510 (p. 196), de um ferreiro, também em 1510 (p. 201), cordoeiros (pp. 439 e 442), de fabrico de cal e pólvora (p. 70), etc.

³⁸⁴ António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, colecção Temas Portugueses, volume 1, Lisboa, 2003, pp 447 – 448, defende esta ideia já para o final do Século XV.

³⁸⁵ Esta, calcula-se, terá funcionado do Século XVIII em diante. Veja-se Fernando Moitinho de Almeida – *Inventário de marcas de pratas portuguesas – Séculos XV a 1887*, Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1991, pp. 306 – 313.

Parte II, 6 – Presença do Estado Central

Para melhor compreendermos o processo de evolução urbana que resulta no esplendor material da Vila no Antigo Regime, temos, como é normal, de recuar até à Baixa Idade Média.

Quando a guerra da Reconquista chega, definitivamente, a esta região, deparamo-nos com alguns núcleos urbanos. Assim, após a conquista de Lisboa, foram tomados os castelos de Almada, Palmela e Alcácer do Sal, bem como Coima-a-Velha e Sesimbra³⁸⁶. Na Península de Setúbal e na zona navegável do rio Sado, eram estas as fortalezas, fortalezas essas que merecem uma reflexão, uma vez que, no mundo medieval, o que estava dentro de muralhas era núcleo urbano, enquanto que o exterior

³⁸⁶ António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004 e Isabel Cristina Fernandes - *O castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2004.

era mundo rural, de trevas e ignorância. Mas ainda mais importante que os pressupostos de carácter mental, estas categoriais culturais identificadas pelos medievalistas³⁸⁷, são, para a nossa análise, os determinantes sócio-económicos associados a estas edificações. Ou seja, um castelo é um núcleo urbano com um determinado território. Esse território corresponde, *grosso modo*, a uma área de dominação semelhante à sua área de influência económica. Quanto mais próximos nos encontramos desse núcleo urbano, menor é, geralmente, a dimensão das aldeias e lugares.

Com a estabilização do território, já no reinado de D. Afonso III, e o fim da Reconquista, a lógica da estratégia da ocupação humana anterior, condicionada pela guerra tradicional, deixa de fazer sentido. Assim, e num movimento espontâneo, as populações vão-se transferindo para lugares mais favoráveis, de um ponto de vista económico.

Esta evolução, conhecida em toda a Península Ibérica, encontra, também na Península de Setúbal, a sua verificação. Ou seja, quando observamos o território jurídico-administrativo de Palmela nos finais da dominação muçulmana, em princípio similar à sua área de influência económica, notamos que, *grosso modo*, corresponde à região da Arrábida e um pouco da área do estuário do Sado. Atendendo, por outro lado, à dimensão de Palmela aquando da Reconquista, conseguimos facilmente compreender que esta região não sofria, com certeza, de problemas relacionados com excesso de povoamento. Com a doação da Vila de Palmela (espaço urbano, logo fortificado) à Ordem de Santiago da Espada, bem como da de Alcácer, cria-se novo feudo, mais vasto e economicamente mais rentável, o que parece vir reforçar a hipótese de aparente falta de população nesta região. O carácter montanhoso, interior, muito possivelmente com

³⁸⁷ Aron I. Gurevitch – *As categorias da cultura medieval*, Ed. Caminho, Lisboa, 1990 e Paul Zumthor – *La medida del mundo*, Ed. Cátedra, Madrid, 1994.

uma economia assente na exploração agrícola e no pastoreio, faziam deste território uma terra pouco apetecível³⁸⁸.

Conforme referimos, esta lógica de povoamento é ultrapassada pela situação de paz (sempre relativa), que lança novo repto às populações. Rapidamente, quer Setúbal, quer Sesimbra, ganham a sua independência face a Palmela, visto que estes núcleos populacionais constituíam núcleos de atracção económica por si próprios. O caso de Sesimbra é clássico, uma vez que se situa no termo do território de Palmela, com um porto marítimo, que lhe permite uma total independência. É de salientar que o castelo vai sendo progressivamente abandonado, em prol da zona costeira que cresce e se desenvolve. Setúbal, contudo, oferece vários problemas, dado que se encontra junto ao núcleo-mãe, o que cria um conflito inevitável entre as duas povoações. Vários casos são conhecidos, na Península, em que as terras-mãe chegam mesmo a invadir e a destruir os núcleos que se tornam independentes, algo que não se chegou a passar entre Palmela e Setúbal, até porque o Senhor Feudal era o mesmo e correspondia a uma poderosa Ordem Religiosa e Militar. Chegaram a existir, todavia, várias pequenas escaramuças espontâneas³⁸⁹.

Assim, Setúbal, cresce em clara oposição a Palmela, e em concorrência directa com Sesimbra, o que não augurava a esta última qualquer sucesso consistente e continuado, excepto pelo belíssimo porto que possuía. Com a construção da igreja de Santa Maria da Graça, em 1248, e a atribuição de foral pelo Mestre Espatário no ano seguinte, Setúbal prometia poder vir a vingar na região, mas é com a criação da primeira cintura de muralhas, a mando de D. Afonso IV, no século XIV, que Setúbal passa a ser,

³⁸⁸ Note-se que não se conhecem aldeias com populações significativas na costa, mas sim no *interland*. António Rafael Carvalho, João Carlos Faria e Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004 e Isabel Cristina Fernandes - *O castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2004.

pela primeira vez, um espaço urbano, e, conseqüentemente, uma unidade com um território que pode assegurar eficazmente, que consistia, basicamente, no território fronteiriço da Vila, ou seja, tinha uma área de dominação muito inferior à sua área real de influência. Estes factores influenciaram bastante o desenvolvimento da Vila.

Com a independência de Setúbal face a Palmela, que tem mais a ver com a cintura de muralhas³⁹⁰ que com o foral, podemos observar a vitória de um modelo económico comercial face a um modelo económico agrícola senhorial. Também podemos entrever um prenúncio de uma centralização de autoridade régia (que favorecia Setúbal), minorando o papel dos senhores feudais locais (que favoreciam Palmela). Além destes aspectos podemos ainda vislumbrar a aliança de comuns interesses entre a burguesia urbana e o monarca, com vista à solidificação do comércio internacional para a primeira, tentando, o segundo, controlarem os portos de comércio internacional, para os tributarem em exclusivo.

Parece-nos, de interesse, no entanto, uma última reflexão sobre Setúbal. Atendendo a que estamos numa área sub-povoada, com vários núcleos em crescimento simultâneo, fruto do desmembramento da área de Palmela, tais como Sesimbra, Azeitão e Setúbal, mas também a própria Palmela, compreender esse crescimento urbano, é, também, entender a evolução desses núcleos. Ora, Setúbal, sem qualquer construção sólida conhecida da época muçulmana, chega, em três séculos (séculos XIII, XIV e XV), a ter uma cerca amuralhada, a conhecer três igrejas, dois conventos e a estar

³⁸⁹ José Hermano Saraiva – *A História de Setúbal* in *Setúbal na História*, Ed. LASA, Setúbal, 1990, pp. 13 – 24 e Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992.

³⁹⁰ Sobre esta questão veja-se *A História de Setúbal* in *Setúbal na História*, Ed. LASA, Setúbal, 1990, pp. 13 – 24, Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992 e Paulo Drumond Braga - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1998. Sobre a cintura de muralhas veja-se Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva - *Muralhas medievais de Setúbal*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 1982.

integrada nas rotas do comércio marítimo europeu. Estas conquistas, rápidas e ininterruptas, só são possíveis graças a comunidades (i)migrantes que chegam a Setúbal, vindas da região e do país, e imigrantes, do estrangeiro, bem como confessando diferentes credos religiosos³⁹¹. São os esforços comuns destas diferentes comunidades que permitem a rápida ascensão de Setúbal.

Contudo, agora que nos afastámos dessa fase genésica, vemos que Setúbal sofre, em meados do século XVII, uma extraordinária mudança na organização defensiva³⁹² do povoado. É integrada no grande sistema defensivo de Lisboa, que ia, a Norte, até Peniche e a Sul, até Sines. A grandeza desta rede de fortins e fortalezas, que, na Arrábida, integra sistemas defensivos pré-existentes, é reforçada pelo próprio carácter geomorfológico do terreno, que é explorado nesta rede.

Uma revisitação da problemática do sistema defensivo de Setúbal no século XVII é justificável, visto que, uma conjugação de factores, independentes entre si, veio a possibilitar uma renovada abordagem. Em 2000 Gustavo Portocarrero, defendeu uma tese sobre as fortificações marítimas da Arrábida na Universidade de Lampeter (País de Gales), publicada, em Portugal, em 2003³⁹³. Nos finais de 2000, foi criado o Serviço de Arqueologia do Museu de Setúbal/Convento de Jesus (MS/CJ), que tem vindo a desenvolver intervenções frequentes no subsolo de Setúbal, tendo adoptado, desde o início, a linha das muralhas seiscentistas como área de intervenção³⁹⁴. É de salientar

³⁹¹ Setúbal teve uma mouraria e uma judiaria, como é habitual nas cidades ibéricas sob domínio cristão. Alguns elementos dessas comunidades foram bem conhecidos, como médicos (José Abraão e Salomão Aben Abibe), mercadores e cambistas. Veja-se Paulo Drumond Braga - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1998, mas, principalmente, António dos Santos Pereira – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, colecção Temas Portugueses, volume 1, Lisboa, 2003, pp. 166, 169 e 207.

³⁹² Sobre os termos concretos e específicos dos sistemas defensivos pós-medievais veja-se António Lopes Pires Nunes – *Dicionário de Arquitectura Militar*, Ed. Caleidoscópico, Lisboa, 2005.

³⁹³ Gustavo Portocarrero - *Coastal defense systems in the Arrábida (Portugal) during the modern era. A social view*, tese de mestrado apresentada à Universidade de Gales, Lampeter, 2000. Ver também *Sistemas de defesa costeira da Arrábida durante a Idade Moderna. Uma visão social*, Ed. Colibri, Lisboa, 2003.

³⁹⁴ José Luís Neto e Maria João Cândido – *Arqueologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus* in *Actas do 2.º encontro de museus com colecções de Arqueologia*, Ed. Faculdade de Letras da Universidade do

que, entre 2000 e 2006, foram executadas 27³⁹⁵ intervenções³⁹⁶ em Setúbal, quer pelo MS/CJ³⁹⁷, quer pelo Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS)³⁹⁸, quer por arqueólogos particulares (prestadores de serviços e empresas de arqueologia)³⁹⁹. A edição do *Acto – Um*, publicação do Pólo de Setúbal da Universidade Moderna, em 2000-2001, também veio contribuir para uma análise ideológica destas estruturas militares⁴⁰⁰. Por último, mas não menos importante, a transformação da área protegida, das muralhas medievais (proposta inicial) para as muralhas seiscentistas, decorrida ainda na década na de 90 do Século XX, por parte do IPPAR, veio consubstanciar estas novas preocupações⁴⁰¹.

As fontes tradicionais para o estudo das muralhas seiscentistas (anexo imagens 127-128, 168-171, 226-247) de Setúbal, consistem nas notas espalhadas pelas obras de João Carlos de Almeida Carvalho⁴⁰², Pinho Leal⁴⁰³, Alberto Pimentel⁴⁰⁴ e Manuel Maria Portela⁴⁰⁵, os historiadores de Setúbal da segunda metade do Século XIX e inícios do Século XX. Para além destes, outros trabalhos mais modernos merecem a nossa

Porto, Museu Nacional de Arqueologia, Sociedade Martins Sarmento e Museu Regional de Arqueologia - D. Diogo de Sousa e José Luís Neto - *As muralhas da Restauração – para a classificação do Centro Histórico de Setúbal*, relatório entregue ao IPPAR sobre as muralhas do Século XVII de Setúbal, 2004.

³⁹⁵ Fonte: Instituto Português de Arqueologia – Extensão de Lisboa

³⁹⁶ Das intervenções arqueológicas excluimos a prospecção, mantendo a escavação, sondagens e acções de salvamento, pois só estas interferem com o subsolo.

³⁹⁷ 18 – Fonte: Instituto Português de Arqueologia – Extensão de Lisboa.

³⁹⁸ 6 – Fonte: Instituto Português de Arqueologia – Extensão de Lisboa.

³⁹⁹ 3 – Fonte: Instituto Português de Arqueologia – Extensão de Lisboa.

⁴⁰⁰ Rogério Paulo Vieira de Almeida - Regularidade e irregularidade: Geometria e traçados na Arquitectura Militar in *Acto-Um*, Ed. Universidade Moderna – Pólo de Setúbal, Setúbal, 2000 – 2001, pp. 39 – 49.

⁴⁰¹ José Luís Neto - *As muralhas da Restauração – para a classificação do Centro Histórico de Setúbal*, relatório entregue ao IPPAR sobre as muralhas do Século XVII de Setúbal, 2004.

⁴⁰² João Carlos de Almeida - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, 6 volumes, Setúbal, 1968-1972.

⁴⁰³ Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal – *Portugal Antigo e Moderno*, Ed. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, volume IX, Lisboa, 1880, pp. 202-359.

⁴⁰⁴ Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992.

⁴⁰⁵ Manuel Maria Portela – *Notícia dos monumentos nacionaes e edificios e logares notaveis do Concelho de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Lisboa, 1882.

referência, conforme se verificará ao longo do texto, porém, é nestes autores que se alicerçam os estudos sobre este tema⁴⁰⁶.

Outras fontes de extrema importância correspondem ao manancial relativamente vasto de cartografia (da segunda metade do Século XVII ao início do Século XX)⁴⁰⁷. As gravuras de Teotónio Xavier da Banha, da segunda e terceira décadas do Século XIX também são bastante elucidativas⁴⁰⁸. Contudo, conforme verificaremos, estas fontes têm de ser manuseadas com espírito crítico, pois sem este seremos defrontados com incoerências dificilmente ultrapassáveis.

Relativamente periféricas, mas também importantes, são algumas notícias dos periódicos de Setúbal, da segunda metade do Século XIX e inícios do Século XX, bem como a documentação do Gabinete de Arqueologia e Engenharia Militar, onde podemos analisar alguns casos de alienação do património do Exército.

Por último, temos os dados provenientes de intervenções e registos arqueológicos⁴⁰⁹, a observação do existente, bem como a planta actual da cidade, que apresenta condicionantes que só se justificam pelos condicionalismos provocados pelos troços de muralhas e baluartes.

⁴⁰⁶ Um outro interessante estudo é o de Rocha Couto – O engenheiro francês Nicolau de Langres e as fortificações seiscentistas da vila de Setúbal in *Cetóbriga*, ano 1, número 2, Setúbal, Fevereiro de 1964, pp. 5 – 19, mas que não encontrou muito eco à época.

⁴⁰⁷ Vide cartografia no final do ensaio.

⁴⁰⁸ Teotónio Xavier da Banha – *Vista de Setúbal*, executada em 1816 – Casa de Bocage (Setúbal) e Teotónio Xavier da Banha – *Vista de Setúbal*, executada em 1827 – Casa de Bocage (Setúbal).

⁴⁰⁹ José Luís Neto e Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Avenida Mariano de Carvalho (Baluarte de Jesus)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2002, José Luís Neto – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Praça Almirante de Reis n.º 10 (Baluarte da Anunciada)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003 e José Luís Neto e Maria João Cândido – *Relatório da intervenção arqueológica realizada no Largo José Afonso (Baluarte de S. Brás)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2004.

O sistema defensivo da Restauração de Setúbal, está integrado no sistema mais abrangente de defesa de Lisboa. Contudo, atendendo à importância que Setúbal tinha à época, este conjunto geográfico (Setúbal) pode ser analisado como uma sub-unidade coerente.

A Sul, a defesa da costa era feita pela fortaleza de Sines. Todo o espaço entre Sines e Tróia não possuía qualquer estrutura defensiva, facto que se deve, conforme a uma planta do sistema defensivo costeiro do Século XVII, às areias movediças existentes, bem como à malária que existia nas regiões próximas de Alcácer do Sal (situação tão conhecida devido aos negros do Sado e já referida por diversas vezes anteriormente). Estas condições naturais eram mais que suficientes para controlar qualquer intrépido exército.

A Norte do Sado, o sistema defensivo, no que concerne a Setúbal, iniciava-se no Cabo Espichel, com uma fortaleza, seguindo-se outras duas até Sesimbra (com o Forte do Cavalo), com mais ou menos contacto visual, até entrarmos no Concelho de Setúbal que tinha, de Oeste para Este, a fortaleza da Arrábida (actual Museu Oceanográfico - anexo imagens 126), a fortaleza do Outão (anexo imagens 124, 164), com remodelações profundas em meados do Século XVII, a atalaia de S. Teotónio (anexo imagens 125), localizada sobre a do Outão, a de Albarquel (anexo imagens 123), e o acrescento Sul do Forte de S. Filipe (anexo imagens 166). Este conjunto de fortalezas executavam a defesa da costa⁴¹⁰, para além da fortaleza muito debatida, a meio do rio, aproveitando o banco

⁴¹⁰ Esta defesa da costa é muito teórica, uma vez que, tal como referimos no final do ponto 2.3, não impedia a pirataria magrebina, nem impedia a fuga de navios, como veremos adiante. Assim sendo, o objectivo desta rede de fortalezas parece ser, conforme Gustavo Portocarrero nos diz, uma afirmação do poder e da imagem do rei. O que Gustavo Portocarrero não nos diz é o porquê dessa afirmação do poder. Pensamos que essa afirmação da pessoa real passa pelos rendimentos alfandegários, uma vez que o contrabando, conforme João Cordeiro Pereira tão bem confirma, era um lucrativíssimo negócio na costa da Arrábida. Veja-se João Cordeiro Pereira – *Portugal na Era de Quinhentos*, Ed. Patrimonia Histórica, Cascais, 2003, pp. 84 – 91. Note-se que a alfândega de Sesimbra é encerrada em Quinhentos com vista a uma solução política para evitar a corrupção, que não resulta particularmente bem. Os mercadores flamengos radicados em Setúbal, estão proibidos de se deslocarem até aos navios da sua terra-natal, bem como são “fechados” os portos da Chã dos Navegantes e Alportuche. Contudo, como é evidente, estas

de areia ainda hoje visível em baixa-mar, entre Tróia e o Outão (um equivalente ao Bugio da barra de Lisboa), mas que não chegou a ser construída - o Cabeço do Adoxe. O Cabeço do Adoxe, conhecido como Faro na Idade Média⁴¹¹, foi edificado tardiamente, localizado no extremo NW de Tróia⁴¹².

O sistema defensivo terrestre de Setúbal, consistia no forte de S. Luís Gonzaga (anexo imagens 121), no sistema defensivo abaluartado da Vila e numa pequena fortaleza pentagonal, o Reduto do Moinho de Pau, na estrada do Alentejo (anexo imagens 168-169), junto do Convento de S. João. Para Setúbal vêm os maiores arquitectos da época, como Cosmader, seguido pouco depois, pelo pai da Arquitectura Militar Portuguesa, Luís Serrão Pimentel. Cosmader desenha as muralhas abaluartadas de Setúbal (anexo imagens 127-128, 168-171, 226-247), reestrutura quase todo o Outão e anuncia Albarquel, Luís Serrão Pimentel corrige os trabalhos de Cosmader e desenha a fortaleza de S. Luís Gonzaga, conhecida como Forte Velho, ou do Viso. Outros arquitectos militares trabalham e coordenam as fortificações de Setúbal, como Matias de Albuquerque, D. João da Costa, D. Fernando de Menezes, Francisco de Frias, Manuel da Costa e João Paulo Francarany⁴¹³.

A fortificação de Setúbal é, claramente, uma fortaleza irregular. Para ser edificada foram realizadas expropriações por ordem de D. João IV. Tem o seu traçado em zonas montanhosas (a nascente e poente), bem como em áreas planas, não tendo existido um plano prévio de normalização e adaptação do terreno. Tem somente uma

medidas são insuficientemente implementadas, pelo que o problema fica sempre por resolver. A rede grandiosa de fortalezas parece corresponder, então, a uma grandiosa tentativa de intimidação dos contrabandistas, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

⁴¹¹ Fernando Castelo-Branco – O porto de Faro na foz do Sado teria realmente existido? in *Las Ciencias*, ano XVII, número 2, Madrid, s/ data.

⁴¹² Gustavo Portocarrero - *Coastal defense systems in the Arrábida (Portugal) during the modern era. A social view*, tese de mestrado apresentada à Universidade de Gales, Lampeter, 2000. Ver também *Sistemas de defesa costeira da Arrábida durante a Idade Moderna. Uma visão social*, Ed. Colibri, Lisboa, 2003.

⁴¹³ João Carlos de Almeida - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, 6 volumes, Setúbal, 1968-1972 e Rocha Couto – O engenheiro francês Nicolau de Langres e

linha defensiva, complementada por baluartes de dimensões e formas irregulares, de raiz geométrica pentagónica. Uma única excepção consiste no hornaveque do Convento de Jesus (anexo imagens 129, 169-170), porém este é aberto, procurando oferecer apenas uma protecção ao convento e assegurar, de alguma forma, uma visualização da fase final do sistema de distribuição de água proveniente de Alferrar, o aqueduto dos Arcos.

A fortificação não era totalmente fechada, visto que a zona Norte e Sul da ribeira do Livramento não tinha muralhas. Estas zonas são reforçadas, a Norte pelos Baluartes da Anunciada e de Jesus, a Sul pelo do Livramento. Por aquilo que pudemos observar nas poucas intervenções arqueológicas, estes tinham alicerces com uma profundidade bastante considerável (mais de dois metros), que iam para além do lençol freático do subsolo de Setúbal. Estes alicerces eram feitos em argamassas de cal e areia, com tijolos partidos e pedras irregulares, em que consiste o “recheio” da maioria destas estruturas. Através da intervenção no baluarte da Anunciada pudemos verificar a existência de um muro exterior, uma zona de enchimento e um muro interior muito mais espesso, com vista a oferecer resistência a ataques de artilharia. Contudo, este método de construção não parece ter sido adoptado, aparentemente, em toda a fortificação. Alguns troços existentes permitem-nos verificar que existiram baluartes totalmente cobertos a pedra aparelhada, em grandes silhares rectangulares de calcário (por vezes também em Brecha da Arrábida), outros que apresentam silhares somente nos cantos, sendo a restante área preenchida a argamassas, com ou sem espaço oco de enchimento.

As paredes dos baluartes têm, naqueles que ainda pudemos observar e nos baluartes costeiros (com base nas gravuras de Teotónio Xavier da Banha - anexo imagens - 247), as paredes oblíquas, conforme às técnicas de construção holandesas que

as fortificações seiscentistas da vila de Setúbal in *Cetóbriga*, ano 1, número 2, Setúbal, Fevereiro de 1964, pp. 5 – 19.

vigoravam na época, mas as muralhas que ligam os baluartes aparentam ter tido paredes verticais, exceção feita ao troço da Ribeira do Livramento. Somente a zona central terrestre apresenta um fosso defensivo, feito a partir do desvio do ribeiro de S. João, ribeiro esse que, muito provavelmente, já havia sido desviado aquando da construção da cerca Afonsina (Afonso IV) de Setúbal. Este monarca procurava reforçar a defesa da zona nobre da Vila. Somente para a construção da zona marítima da fortificação foi feito um enorme esforço tecnológico. Foi necessário aterrar e normalizar as praias da Vila, bem como conquistar uma área bastante considerável ao rio, pois pretendia-se que os barcos de grande calado se pudessem aproximar o mais possível do porto. Foram construídos três baluartes, que separavam dois portos distintos, o dos pescadores, entre os baluartes de S. Brás e Livramento, e o dos mercadores, entre o do Livramento e o de Nossa Senhora da Conceição.

No que respeita ao baluarte de S. Brás, (anexo imagens 236-247) temos os dados provenientes da intervenção arqueológica realizada em 2004. Atendendo às dimensões desta estrutura, bem como ao facto de, presumivelmente, se encontrar submersa, desde o início pretendeu-se que a intervenção arqueológica fosse o menos intrusiva possível, de modo a não perturbar o equilíbrio que a estrutura já deveria ter adquirido com o meio ambiente hostil.

Assim, e com margens de erro máximas estimadas em +/- 40 metros a partir de uma linha central por nós calculada, optámos por recorrer a um dos mais antigos métodos de abordagem em campo, a de abertura de valas de grande comprimento, implantadas perpendicularmente ao que julgámos ser o traçado do baluarte. Com esta abordagem, cruzaríamos o baluarte em pequenas áreas, detectando a sua orientação, que, depois de partilhadas as informações das três valas, nos permitiriam reconstituir o

traçado exacto dessa estrutura. De facto, alguma razão tínhamos, pois a estrutura encontrava-se muito fragilizada e começou a esboroar após a sua exposição ao ar.

Sem se tratar de uma intervenção arqueológica com vista a uma recuperação, mas antes uma condicionante obrigatória de um projecto integrado no Programa Pólis, vimo-nos obrigados a ter de antecipar esta situação e, após a recolha e registo das informações de interesse arqueológico, a reenterrar as valas. Deste modo perturbou-se o mínimo possível do ambiente no qual o baluarte se encontra enterrado. Como seria de esperar, tivemos de efectuar uma entivação das terras, bem como, a partir de cerca de 2 metros de profundidade, escavar com uma bomba continuamente ligada para sugar a água, dado que nos encontrávamos abaixo do lençol freático.

A juntar a estas condicionantes tínhamos três questões que nos propúnhamos esclarecer. A primeira questão partia da comparação entre a planta de Setúbal dos finais do Século XVI e as que lhe eram posteriores. Na planta de Setúbal, de autoria atribuída a Filippo Terzi (anexo imagens 167), podemos observar esta zona como submersa ou semi-submersa. Nas plantas dos inícios do Século XIX (anexo imagens 168-169), esta área já se encontra relativamente afastada da linha da costa. Assim, pretendíamos saber se esta transformação da linha de costa tinha sido provocada por causas naturais ou artificiais (acção humana).

A segunda questão era a de conseguir obter o traçado dos muros do baluarte e muralha a ele adjacente, no espaço do Largo, com vista à sua implantação na actual malha urbana, permitindo aferir a exactidão das cartas militares oitocentistas, bem como auxiliar na reconstrução cartográfica da Fortificação Grande na actual Setúbal.

Por último, esclarecer, na medida do possível, as técnicas utilizadas para a construção de uma estrutura defensiva abaixo do lençol freático, visto que tal não tinha

sido possível nas intervenções arqueológicas anteriormente efectuadas nesta fortificação (baluarte de Jesus e baluarte da Anunciada).

No que respeita à primeira questão, temos a resposta na estratigrafia do local. O solo onde foi implantada a muralha era de areia, e como tal é muito provável que se tenha tratado de uma implantação em solo natural. Sabemos que a linha de costa chegava, aquando da construção das muralhas medievais trecentistas, às portas Sul da mesma. Tal deixa de ser uma realidade nos séculos seguintes e assim, no Século XVI, podemos observar que a linha de costa tinha avançado significativamente mar adentro. Assim, entre o final do Século XVI e meados do Século XVII, por assoreamento, é formada a praia do Seixal, actualmente sob o Largo José Afonso, conforme já narrámos anteriormente. A fortificação vai ser implantada, conseqüentemente, sobre solo já existente, não tendo necessidade de criar aterros artificiais. Contudo, apesar de não os criar directa e intencionalmente, estes assoreamentos rápidos resultaram, muito provavelmente, das obras frequentes de libertação dos canais de navegação e das acumulações dos lastros dos navios, pois em cerca de cinquenta anos a praia estava formada, período demasiado curto para uma formação absolutamente natural.

No que respeita à segunda questão, optámos por criar as sobreditas três valas, orientadas de modo a cruzarem perpendicularmente os panos de muralha. Assim, após a sua detecção, implantámos as orientações dos mesmos e, através do prolongamento e cruzamento dessas linhas, obtivemos o seu traçado em mapa.

No que concerne à última questão, temos de fazer notar que já encontrámos os muros destruídos até aos alicerces. Os alicerces, com cerca de 2 metros de espessura, revelaram-se constituídos por argamassas de areia e cal, com pedras de vários calcários de calibres diversos. No corte efectuado na vala 1, o único local onde explorámos em

profundidade, pudemos verificar que os alicerces encontravam-se enterrados até cerca de 2 metros sob a areia e assentavam em espessas lajes de calcário branco, ligeiramente salientes. A essa profundidade a areia encontrava-se misturada com madeiras esfiadas (das quais recolhemos amostras). A quantidade de água existente de um modo contínuo e a contínua queda de areias das barreiras, obrigaram-nos a suspender a intervenção. Contudo, os dados recolhidos, em meio tão adverso, parecem-nos ser suficientes para compreender, na generalidade, o processo de construção.

Para a construção destas muralhas, em meio aquático, seguiu-se um processo extremamente simples. Assim, abria-se uma vala que ia sendo juncada de madeiras. A madeira, com a presença da água, incha, de maneira que torna a vala, por saturação da capacidade de absorção, numa zona firme, própria para a execução da muralha, sobre ele assente. Seguia-se então a colocação das pedras calcárias que, pelo seu enorme peso, ajudariam a calcar as madeiras do fundo (troncos colocados na vertical, provavelmente), oferecendo uma superfície lisa e estável para encher a vala de argamassa. As madeiras, que escorariam os lados opostos da vala, certamente não teriam sido retiradas, visto que a água jorrava de vários locais dos alicerces, o que demonstra a existência de ocos.

Para além de termos dado a conhecer a localização do baluarte de S. Brás e termos entendido que este foi implantado num areal pré-existente, o aspecto mais interessante, do nosso ponto de vista, foi a solução construtiva utilizada para edificar em zona húmida. Apesar do método ser extremamente simples, revela-se absolutamente eficaz, minimizando o esforço humano, qualitativo e quantitativo, que poderia ter sido utilizado na sua edificação. Temos consciência, contudo, que o baluarte de S. Brás é apenas um de três marítimos, pelo que não podemos, tão pouco devemos, tomar a parte pelo todo. No entanto, outras construções na zona da Arrábida, coevas, apresentam situações similares de implantação, como são os casos do Forte de Albarquel

(parcialmente sobre rocha – conglomerados areníticos), o Forte do Outão (sobre calcários, aparentemente) e o Forte de Santiago (Sesimbra - areias⁴¹⁴). No entanto, a arte de arquitectura e engenharia militar, para esta época, não deve ser equacionada numa perspectiva regional, mas antes deve ser entendido que estas soluções técnicas, ora detectadas, provavelmente serão encontradas quando se proceder a intervenções arqueológicas nas fortalezas lusas espalhadas por todo o mundo, em zonas costeiras, de solo pouco compacto.

Parece-nos de salientar que a fortificação de Setúbal ocupa uma área superior ao edificado da Vila. Tal significa que foi, intencionalmente, deixada uma área para a expansão urbana, área essa realizada a partir das expectativas de crescimento previsível do Século XVII. Também nos parece claro que podemos inferir que esta fortificação estava pensada com o objectivo de não permitir que a malha urbana se lhe juntasse, deixando sempre espaços de uma rua larga, destinada, provavelmente, a permitir alguma eficácia nas movimentações militares.

No entanto, principalmente no que concerne à face terrestre da fortificação, surgem-nos algumas dúvidas relativamente à sua real eficácia. Podemos, efectivamente, observar um número substantivo de baluartes, todavia, nenhuma das cartas consultadas apresenta qualquer força de artilharia. Podemos dizer o mesmo dos flancos, bem como da própria face marítima, excepção feita ao baluarte de Nossa Senhora da Conceição, onde se situava o quartelamento de Setúbal, em clara relação triangular com o porto comercial e a Alfândega (actual Biblioteca Pública Municipal de Setúbal, na Avenida Luísa Todi). O mesmo se pode suspeitar em relação ao hornaveque, pois sendo uma

⁴¹⁴ Foi observado, por João Luís Cardoso, a quem agradecemos a indicação que, aquando da remoção de areia da praia da Califórnia, que a fortaleza assenta em madeiras colocadas na horizontal.

estrutura independente, sem ligação directa à fortificação, teria uma eficácia relativamente reduzida, ou mesmo nula.

A fortaleza de S. Luís Gonzaga, saída do desenho de Luís Serrão Pimentel, é mais clara. Assim, Luís Serrão Pimentel diz-nos que [...] *em hum alto do Castello e S. Felipe desenhei hum forte por ser necessario allí, assim para occupar o sitio que he Padrao muito proximo ao Castelo, como por defender por aquella parte a chegada á Praça. Cõ estas obras ficará a Villa mais segura que com a Fortificação Grande que se lhe fez*⁴¹⁵. Luís Serrão Pimentel não podia ter sido mais claro. A fortificação da Vila, apesar de muito imponente, caracterizava-se pela pouca eficácia militar. A fortaleza de S. Luís Gonzaga, a Oeste, asseguraria o controlo dos caminhos de Azeitão e Sesimbra, enquanto que o reduto do Moinho de Pau, projectado para ser construído conforme às técnicas das restantes (e na realidade construído com terra, conforme à planta de 1834), asseguraria o controlo das estradas do Alentejo, Moita e Oriental de Palmela. Assim, podemos inferir que as magníficas fortificações edificadas na Arrábida, e principalmente a fortificação de Setúbal, não inspiraram muita confiança no arquitecto e engenheiro militar. Tal veio a revelar-se sintomático na única vez que esta linha militar veio a ser posta à prova. Este episódio é-nos narrado por Almeida Carvalho: *No ano de 1654, não tendo ainda chegado até aos fins de Julho a náu da Índia, havia o Governo ordenado que fossem detidos diversos navios estrangeiros que se achavam no porto de Setúbal [...]. Ficaram portanto detidos no porto quatro navios suecos, que estavam já carregados e despachados [...]. Mas, eis que pelas quatro horas da tarde do dia 11 de Setembro, quando a maré começara a vazar, uma das embarcações se fez de vela indo prostar-se defronte da vila, enquanto que outra, deixando-se cair rio abaixo, foi vagarosamente navegando mui próxima à fortaleza da barra. Aos tiros que desta se lhe*

dispararam, correspondeu com três outros, um de peça, e dois de mosquete; e perdendo apenas um tripulante, que foi morto, saiu da barra, fazendo-se ao mar.

A artilharia da fortaleza continuava ainda no pior estado, as carretas quebradas, todos os mais reparos danificados e servidos com pólvora ruim e húmida, como o próprio governador confessava [...]. Grande foi o alarme que este acontecimento produziu na povoação. O governador da fortaleza, ardendo em furor [...], participou imediatamente o acontecimento ao Governo [...]. A Câmara segue o exemplo do governador, expondo o risco em que estava uma povoação tão importante pelos rendimentos que dava ao Governo e reclama o pronto reparo das fortalezas e melhor fortificação da torre⁴¹⁶.

Assim, se podemos defender que as fortificações de Setúbal eram pouco eficazes em relação à sua funcionalidade aparente, não podemos deixar de salientar que, em relação a outras dimensões possíveis de interpretação, cumpriam plenamente o seu papel, numa dimensão ideológica. Curiosamente, a população de Setúbal tenta que a Fortaleza de S. Filipe (anexo imagens 122, 166) seja demolida, em 1640, dado que foi edificada por D. Filipe II de Espanha, a desenho de Filipe Terzi, para controlar a povoação, e não a barra. D. João IV não permite a sua destruição, mas fazem-se alterações para que esta ganhe uma extensão de modo a auxiliar na protecção da barra. Contudo, a população insiste na criação de um aquartelamento em Setúbal, e o rei, após insistências várias, permite a construção de um aquartelamento no baluarte de Nossa Senhora da Conceição (actualmente conhecido como “Quartel do 11”). Note-se, todavia, que de todos os baluartes disponíveis e programados, o rei implanta o quartel junto ao cais de cargas e descargas comerciais, numa relação umbilical com a antiga

⁴¹⁵ Rogério Paulo Vieira de Almeida - Regularidade e irregularidade: Geometria e traçados na Arquitectura Militar in *Acto-Um*, Ed. Universidade Moderna – Pólo de Setúbal, Setúbal, 2000 – 2001, pp. 39.

alfândega (actual biblioteca municipal), numa associação clara entre a taxa e o uso da força aquando do seu incumprimento. Uma mensagem clara para os seus contemporâneos, nacionais ou estrangeiros.

A população de Setúbal insiste, junto do monarca, para a continuação da construção do sistema defensivo de Setúbal, dado que D. João IV estava a canalizar as contribuições municipais disponíveis para outros fins. A população e a Câmara Municipal assumem a obra, pagam-na, constroem as muralhas seiscentistas da Vila do Sal. A identidade da Vila salineira foi corporificada nesta edificação, que representa a sua centralidade e importância vital, a maior povoação no conjunto de toda esta região. Ao passo que a cintura de muralhas medievais retira Setúbal do anonimato, marca a sua emancipação de Palmela e aponta para o comércio internacional, a segunda consagra-a como capital de uma vasta região.

Tal é visível nalguns aspectos salientados por Portocarrero⁴¹⁷, principalmente na oposição arquitectónica do baluarte da Conceição. A face externa, a marítima, tem um desenho militar agressivo, ao passo que o lado interno, não se distingue de qualquer edifício civil urbano, numa mensagem de integração. Há, claramente, uma mensagem de prestígio e poder nestas fortificações, principalmente na fortificação de Setúbal, conforme podemos observar nas gravuras de Teotónio Xavier da Banha, mas essa agressividade está voltada para o exterior, valorizando, conseqüentemente, aquilo que pretende defender (mais em teoria que na prática, como verificámos). O monarca defende a Vila, manifesta o seu domínio sobre esta, ao mesmo tempo que passa uma mensagem de proximidade e preocupação paternalista aos seus habitantes. Esta propaganda política é bem aceite pela população, que a assume e torna-a sua, conforme

⁴¹⁶ João Carlos de Almeida - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume VI, Setúbal, 1972, pp. 110 – 111.

⁴¹⁷ Gustavo Portocarrero - *Sistemas de defesa costeira da Arrábida durante a Idade Moderna. Uma visão social*, Ed. Colibri, Lisboa, 2003, p. 57.

já verificámos pelo pagamento voluntário das obras. Espelha, pois, coesão social, mas mais, uma identidade local e nacional bem definida, que é corporizada nesta “Fortificação Grande”.

A memória dos Homens é curta, e nos finais do século XIX e inícios do XX, com a nova burguesia industrial, que defende o progresso e o desenvolvimento, assistimos à destruição das muralhas. A forte industrialização, as contínuas vagas migratórias de mão-de-obra barata e a explosão urbana caótica consequente, obrigaram Setúbal a reestruturar-se. Porém, nas potencialidades de crescimento calculadas em seiscentos, não havia a noção deste tipo de explosão urbanística. As notícias nos periódicos da época acerca destas destruições são várias. No que concerne às muralhas, pede-se o desmantelamento das mesmas para se obter alguma segurança, dado que estavam em mau estado de conservação, devido a falta de manutenção. As muralhas (falam sobretudo do sistema defensivo seiscentista), continuavam na posse administrativa militar, que as ia alienando aos poucos, e os periódicos locais pugnam para que estas sejam entregues ao município, com vista a serem totalmente destruídas. Nas intervenções arqueológicas efectuadas, quer no baluarte de Jesus, quer no da Anunciada, esta realidade demonstrou-se de um modo tão assertivo, de maneira a não deixar grandes dúvidas. O caso do Baluarte de Jesus é interessante (anexo imagens 226-234). A intervenção arqueológica decorreu entre 8 e 24 de Julho de 2002, na Avenida Mariano de Carvalho, no passeio público e no interior do n.º 27, actualmente um espaço comercial (florista Amélia Palmela)⁴¹⁸. Justifica-se esta opção de actuação pelas condicionantes que o projecto de reconstrução do Asilo Dr. Paula Borba, da autoria do gabinete de arquitectura de J. Farelo Pinto, nos ofereceu. Efectivamente, a única zona com eventuais vestígios arqueológicos a ser afectada, pela futura construção, devido ao

⁴¹⁸ As duas sondagens foram re - enterradas depois de concluídas as escavações, visto tratar-se de espaços públicos ou semi - públicos.

ensejo de realizar um acesso para um parque de estacionamento subterrâneo, foi a intervencionada, dado que no espaço do actual edifício do asilo não temos mais notícias de estruturas pré - existentes.

Foram efectuadas duas sondagens, uma na Avenida Mariano de Carvalho, com 3.20 x 4 metros, junto ao extremo Norte do baluarte. Desde o início que tínhamos consciência de que seria uma sondagem com poucas possibilidades de obter informação válida, dado que era visível uma tampa de fossa de esgoto, o que, evidentemente implicaria remeximentos recentes no subsolo. Contudo, a entrada do futuro parque automóvel a isto nos obrigava. A sondagem interna, com 2 x 4 metros, foi efectuada junto ao muro Nordeste, pensávamos nós, do baluarte, igualmente no extremo Norte deste. Assim, julgávamos poder recolher informações do lado externo do baluarte, bem como do seu interior.

A sondagem externa apresentou-nos, inicialmente, calçada de calcário, que depois de levantada nos deu o nível 1, correspondente ao preparado para o assentamento da mesma. Após o levantamento do pó de pedra e terras saibrosas pudemos verificar a existência de terras muito remexidas, que dividimos em níveis 2 e 3. O nível 3 corresponde à área da vala associada à fossa de esgotos, que era evidente desde que iniciámos a intervenção, deixando ao nível 2 os restantes remeximentos, que vieram a corresponder a canos vários (esgoto, água e electricidade). O saibro, indicador de obras recentes, esteve presente até às argilas castanhas avermelhadas (camada geológica - nível 4).

No extremo Sudoeste da sondagem pudemos também observar, a um metro de profundidade, uma estrutura de alvenaria com ligante de argamassas tradicionais, que apresentava um falha, o que nos permitiu verificar que tinha pelo menos 40 cm. de profundidade, pelo que foi interpretada como um cano de escoamento de água ou esgoto

do edifício do final do Século XIX para a próxima Ribeira do Livramento (sob a actual Avenida 22 de Dezembro). Esta foi cortada pela fossa de esgoto. No extremo Sudeste da sondagem, também a cerca de um metro de profundidade, detectámos um muro de alvenaria com ligante similar. Este assenta já na camada de argilas (nível 4), muro esse que poderá corresponder à face externa lateral do dito cano. Eventualmente também poderá corresponder ao alicerce do muro que limita o espaço do asilo, mas os dados disponíveis não são conclusivos.

Ainda no extremo Sudeste, a cerca de 1.60 metros de profundidade, detectámos outro muro, de alvenaria de médio calibre e ligante de argamassas tradicionais (cal e areia) de tom amarelado. Este muro, distinto do anterior, apresenta uma reduzida espessura, irregular, entre os 30 e os 40 cm., o que nos leva a concluir que, possivelmente, se trata de um alicerce de uma estrutura anterior.

Os materiais não nos permitem grandes conclusões. É evidente que as argilas de base apresentam, pelo menos, três violações (muro 1, 2 e fossa de esgoto). Os materiais apresentam cronologias que vão do Século XVII ao XX, sem distinção de nível, aos quais temos ainda de colocar algumas precauções, visto que as argilas estão já no lençol freático da cidade, o que, com canos como o observado no extremo Sudoeste, em alturas de cheias, pode provocar alguma hipotética mobilidade em pequeníssimos fragmentos, como os exumados.

A sondagem interna apresentou-nos, inicialmente, um piso de gravilha e plástico industrial negro, depositado pela actual proprietária do estabelecimento comercial. Levantado este piso, sucedeu-lhe uma fina camada de terras castanhas escuras, pouco compactas e granulosas (nível 1). A esta sucede-lhe um derrube que se prolonga por 1 m., 1.20 m., constituído por pedras de médio e grande calibre, argamassas de cal e areia de tom bege, tijolo de burro, reboco de cal com vestígios de policromia, mosaico de

piso, madeiras e balaustres de cerâmica preenchidos com argamassa (nível 2). Ao derrube sucede, na metade norte da sondagem, o nível 3, muito pouco espesso, constituído pela desagregação superficial das argamassas que estão sob este. Paralelamente desenvolve-se o nível 4, de argilas castanhas avermelhadas (solo geológico).

Pudemos observar, que o muro que já era visível antes de iniciarmos a escavação desta zona, se prolongou por mais 1.5 metros de profundidade, assentando directamente sobre outra estrutura, mais larga. Ambas as estruturas são pobres, feitas de alvenaria e argamassas tradicionais (cal e areia). A segunda estrutura, que apresenta a mesma orientação, iniciava-se a 1.5 metros e prolongava-se, pelo menos, até aos 2.90 metros de profundidade, altura em que, devido ao excesso de água proveniente dos lençol freático, tivemos de abandonar os trabalhos e suspender a intervenção. A primeira estrutura (muro 1), que corre paralela à camada 2, apresenta uma argamassa extremamente compacta, todavia, tal facto deriva de uma carbonatação que a concretizou.⁴¹⁹

Efectivamente, as diferenças entre as argamassas das duas estruturas reside na granulometria das próprias, apresentando, a da segunda estrutura (muro 2), uma argamassa menos tratada, para além da própria argamassa do muro 1 apresentar uma maior percentagem de cal, menor percentagem de areia e contê-la unicamente de grão médio. Apesar de a granulometria de argamassas de alicerces não ser um indicador completamente seguro (note-se que as diferenças cromáticas actualmente existentes se devem ao carbonato de cálcio), o facto de os materiais constituintes das duas argamassas serem os mesmos, mas tratados de maneiras diferentes, aliado à análise da planta de Setúbal da autoria de Lança, efectuada em 1900, que nos mostra claramente um edifício no extremo Norte do baluarte, com paredes menos espessas que as do dito

sistema defensivo, julgamos que nos leva a aceitar, sem subsistirem dúvidas, a diferença das estruturas detectadas, apesar de se apresentarem ligadas (o que é possível pelo uso de argamassas) e de serem, ao nível tecnológico, estruturas afins.

Julgamos ser lícito concluir, com base nos registos cartográficos e históricos analisados, que o muro 2 corresponde ao alicerce do baluarte de Jesus, estrutura esta edificada entre cerca de 1645⁴²⁰ e 1690⁴²¹. Esta estrutura, da qual apenas podemos constatar a sua existência, tinha, no lado exterior, um fosso de água, representado na planta de 1805⁴²², mas que não nos foi possível constatar *in loco*. O baluarte é desactivado oficialmente em 1897, com a venda de uma fracção de terreno adquirido ao Exército, conforme ao processo que consultámos no Gabinete de Estudos de Arqueologia e Engenharia Militar das Armas de Engenharia (Estado Maior do Exército)⁴²³. Deste modo obtivemos uma cronologia bastante assertiva para a construção deste edifício, ao qual o muro 1 está associado, bem como todo o nível 2, conforme ao que se pode concluir dos materiais exumados. O edifício acaba por se manter intacto na edificação do Asilo Bocage, actual Asilo Dr. Paula Borba, da Santa Casa, inaugurado em 1913⁴²⁴, que afecta esta zona somente pela criação do muro de delimitação de propriedade⁴²⁵. É notório, nesta fase, que o edifício deixa de estar absolutamente enquadrado com a rua, que passa a seguir o traçado actual, já na altura designada Avenida Mariano de Carvalho. Tal situação leva-nos a pensar que o edifício

⁴¹⁹ A análise macroscópica e química foi efectuada pelo Dr. Paulo Gouveia, com amostras dos dois tipos de argamassas, que foram recolhidas distando entre si apenas cerca de 30 cm., com o objectivo de aferir da dissemelhança entre elas. A ele, pois, gostaríamos de registar aqui os nossos agradecimentos.

⁴²⁰ Trata-se da data do primeiro documento que Pimentel associa ao processo de edificação da segunda cinta de muralhas de Setúbal. Ver Alberto Pimentel - *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992, pp. 262 - 264.

⁴²¹ Planta da Praça de Setuval, encomendada pelo Marquês de Fronteira, executada em 1690, onde podemos observar que o sistema defensivo de D. João IV estava já concluído.

⁴²² Planta da Vila de Setuval da autoria de Maximiano Joze da Serra, Sargento Mor do Real Corpo de Engenharia, elaborada em 1805.

⁴²³ No entanto, um mapa de 1896 regista já a área do edifício como edificada. A construção datará consequentemente de 1895, 1896 ou 1897.

⁴²⁴ *Asilos* in *Monografia de S. Julião*, coord. Maria da Conceição Quintas, pp. 89 - 90.

⁴²⁵ Planta da Cidade de Setúbal de 1932.

terá sido adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, conforme veio a ser confirmado por esta instituição, visto ter sido doada pela anterior proprietária, pois de que outro modo explicaríamos a sua integração nos limites do Asilo ?! Tratava-se de uma casa apalaçada, como era reconhecida pela instituição sobredita, denominada “Casa do Baluarte”.

Os materiais exumados apresentam-se, no geral, muito fragmentados, alguns mesmo apresentam desgaste por erosão com transporte e rolamento. Da sondagem exterior pudemos exumar, nos níveis 2 e 3, quatro fragmentos de telha de canudo com engobe na superfície exterior, de pastas locais grosseiramente depuradas, similares a outras detectadas em níveis dos Séculos XVII e XVIII, confirmados claramente pela existência de três fragmentos de faiança portuguesa seiscentista. No entanto, nestas mesmas camadas pudemos recolher, a título de exemplo, fragmentos de telha e azulejo industrial, ou também plásticos, que comprovam os remeximentos modernos já bem visíveis através dos cortes da escavação. No nível 4, este mesmo panorama mantém-se, com o mesmo tipo de telha de canudo, bem como a faiança portuguesa (dois pequenos fragmentos) e cerâmica industrial.

Na sondagem interna, o nível 1 expressa esta mesma confusão cronológica já visível na sondagem externa. Convivem, em apenas 10 cm. de espessura, um fragmento de azulejo de cercadura monocromado a verde, provavelmente do século XVII, com um fragmento mais moderno de sanita em grés. Do nível 2 provêm a maioria dos materiais exumados, essencialmente fragmentos arquitectónicos. Subsiste ainda um fragmento de taça com engobe branco em ambas as faces decorado com uma banda horizontal a vinoso, um fragmento de bordo de alguidar de cerâmica comum e dois fragmentos de garrafas em vidro, com uma cronologia bem definida pelo derrube. A camada 3, como seria de esperar pela sua natureza, revelou-se estéril ao nível de recolha de cultura

material móvel. Do nível 4 foram exumados apenas 10 fragmentos, um deles de madeira, dois de “tijolo de burro”, um de telha de canudo com engobe, um fragmento de cerâmica vidrada a verde na face interior e melado na face exterior, uma asa horizontal e outro fragmento de asa de cântaro de fita com chanfro central e perfil em U. Os outros três fragmentos são de cerâmica não identificada. Todos os fragmentos, apesar de apresentarem um forte desgaste causado pela permanência em ambiente subaquático, são tipologicamente compatíveis com a época de edificação da estrutura militar.

Dos resultados extraídos da observação no campo e da observação dos materiais podemos concluir que este espaço teve cinco momentos diferenciados.

Numa primeira fase temos uma estrutura de paredes de pedra com ligante de argamassa e telha de canudo como cobertura. Poderia corresponder a uma simples estrutura de armazenamento de alfaias ou para guardar gado, se bem que poderia também ser uma habitação, mas, pelo que pudemos observar na sondagem exterior, conjuntamente com a simplicidade dos materiais de construção, leva-nos a pensar que se tratava de uma estrutura modesta, datada, pelos poucos identificativos disponíveis, do Século XVII. Segue-se, como segundo momento, a edificação do baluarte de Jesus, em grossos panos de muralha cujo aparelho é de pedra e argamassa. Provavelmente, e conforme podemos ver por outra referência apresentada por Pimentel⁴²⁶, em 1658, os anteriores proprietários terão recebido compensações monetárias pela perda da estrutura primeva. O terceiro momento é o da construção do edifício em 1895 - 97, que vem a destruir uma parte do baluarte, mas aproveita-o para lançar as fundações do prédio. Denominamos prédio, apesar de não termos um alçado deste edifício, pela quantidade e qualidade dos balaustres, que implicam, forçosamente, à existência de, pelo menos, dois pisos. O edifício tinha um aparelho de pedra e argamassa ou tijolo de burro e argamassa,

⁴²⁶ Alberto Pimentel, *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.^a edição, Setúbal, 1992, p. 263.

revestido a uma argamassa mais fina que permitiu adornos arquitectónicos nas bases e lintéis. As paredes eram rebocadas e pintadas de vermelho com uma cercadura verde seco. As aberturas das portas e janelas eram delimitadas com calcário talhado e polido, e o uso de janelas de vidro está, no nível 2 da sondagem interna, bem documentado. O piso, pelo que pudemos observar, era constituído de mosaico cerâmico pintado com efeitos de marmoreado. Regista-se ainda uma grande quantidade de madeira exumada, mas sem função bem definida. Subsiste, todavia, uma fechadura de porta em ferro que estaria, muito provavelmente, associada a uma porta de madeira. O sistema de esgotos, em cerâmica vidrada a verde, estava colocado debaixo do chão e, também ele, envolto em argamassa. A quarta fase, de 1913, consiste numa transformação do espaço da rua, com o encerrar do edifício dentro dos muros de delimitação de propriedade do Asilo. Apesar de não interferir directamente no edifício, interfere, evidentemente na sua funcionalidade e dinâmica própria, visto perder a sua autonomia primeva. A quinta fase tem a ver com a destruição deste edifício, nos anos setenta de 1900⁴²⁷.

O caso do baluarte da Anunciada é mais complexo (anexo imagens 235), com informação arqueológica incompleta, que pecou por tardia, resultando numa quase inconsequência. Tendo reentrado ao serviço no Museu de Setúbal/Convento de Jesus, no dia 16 de Abril de 2003, fui informado, pela Dra. Maria João Cândido, de que se estavam a realizar, na Praça Almirante Reis, perfurações do subsolo. A destruição do edifício preexistente era já total, e parcial a remoção do subsolo. A construção, autorizada pela Câmara Municipal de Setúbal, mantinha ainda uma ressalva em relação à eventual descoberta de vestígios arqueológicos, na qual o requerente, caso se deparasse com vestígios, deveria contactar o Município. Tratava-se da aplicação do Decreto 195/79 (conforme ao PDM de Setúbal), apesar da autorização ter uma data na qual a Lei 107/2001 de 8 de Setembro já se encontrava em vigor. Numa reunião havida

⁴²⁷ Agradecemos esta informação ao Sr. José Cândido da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

com o Director da obra, o Senhor Américo Silva, da H+ Construções, coloquei-o a par da legislação em vigor e solicitei-lhe uma autorização do proprietário, conforme ao Decreto-Lei 270/99 de 15 de Julho. Foi enviada uma carta ainda nesse mesmo dia ao proprietário, tendo recebido a sua aprovação somente no dia 21 de Abril de 2003. O objectivo da intervenção, como é habitual nestas circunstâncias, foi tentar salvaguardar a informação arqueológica que se via já destruída, pelo menos em parte. Nesse mesmo dia foi enviado ao Instituto Português de Arqueologia o pedido de autorização, iniciando, conseqüentemente, um acompanhamento, que só se tornou efectivamente legal a partir de 23 (ponto 1 do art. 6 do Decreto –Lei 270/99). Por este motivo, no dia 22 de Abril foi enviada nova carta ao proprietário, informando-o de que a obra teria de ser condicionada, pois existiam vestígios arqueológicos que já haviam sido parcialmente destruídos. Pudemos, deste modo, proceder à limpeza das estruturas e fazer o registo das mesmas, acção que se prolongou até ao dia 30 do dito mês.

As escavações para os alicerces do edifício foram feitas com uma retro - escavadora. Destruíu parcialmente os muros do baluarte da Anunciada, bem como uma parte do trecho da muralha que ligava este baluarte à Ribeira do Livramento. Estas situações, que constatámos quando começámos o acompanhamento, colocaram-nos mais atentos em relação a outros eventuais vestígios. Deste modo descobriu-se, no dia 21 de Abril, uma pequena forja que não foi destruída nessa altura. Todavia, a pluviosidade ocorrida no fim-de-semana de 26 e 27, conjuntamente com a de dia 28, provocou o abatimento da dita forja, condicionando a escavação programada que tínhamos para esta estrutura.

O acompanhamento seguiu as zonas que sofreram um rebaixamento para implantação dos alicerces do edifício que se estava a construir. A dimensão dos

vestígios arqueológicos mais importantes não nos exigia outra abordagem mais fina, dado que os muros defensivos tinham, na sua matriz central, 2.60 m. de espessura.

Assim, na extremidade NO foi detectado um muro de argamassa de areia e cal com pedras de diversos calibres, muro esse que virava, a meio da faixa Oeste, no sentido aproximado O-E, com 2.60 m. de espessura. Corria, paralelo a este muro, um outro, mais fino, com a mesma configuração. Foram recolhidas amostras de argamassa que, em princípio, demonstrarão a sua contemporaneidade, para além de existir uma ligação, a Oeste, entre eles. Parece-nos que se tratava de uma muralha com enchimento (visto que amortecia o impacto dos ataques de artilharia), contudo, as terras detectadas entre muros contêm materiais com cronologias que vão até ao Século XX (ver materiais). Note-se que estávamos ao nível dos alicerces (ver corte Este), dado que nos encontrávamos já sob as argilas vermelhas, o que explica a ausência de pedra aparelhada.

O edifício destruído data dos finais Século XIX. A este vem a estar associado o forno a NO, constituído de tijolo refractário e argamassa no verso, e argila cinzenta, pedra e argamassa no restante envolvente. No interior desta estrutura encontrámos uma grande quantidade de fragmentos de ferro, bem como alguns fragmentos de peças em bronze, alguns dos quais atestam uma cronologia relativamente recente. Ou seja, uma das ocupações do edifício foi, muito provavelmente, como ferraria, conforme tínhamos sido informados por um idoso habitante de Setúbal antes da descoberta. A Este foi ainda detectada uma conduta em tijolo burro e argamassa de areia e cal, sem fundo definido senão pela argila (substrato geológico). Nas terras que jaziam sobre esta camada, detectámos materiais plásticos que indiciam a sua utilização até tempos muito recentes. A esta conduta, similar à construída nos anos 30 do Século XX sobre a Ribeira do Livramento, deve estar associado o murete, com orientação Norte - Sul, aí detectado,

dado que a argamassa apresenta, aparentemente, diferenças em relação às restantes (aparenta ter uma pequena percentagem de cal, desfazendo-se ao toque). Aqui deveria estar a entrada para a conduta, com um gradeamento sobre esta, mas que não foi detectado, dado que a zona já tinha sido perfurada com a retro - escavadora. A conduta encontra-se interrompida cerca de 3 metros a Oriente, por uma outra ainda mais moderna, que deve ter sido realizada aquando da colocação e normalização do passeio, há poucos anos.

Para além dos materiais que se encontravam dispersos no campo, tentámos recolher alguns de contextos selado com vista a fornecerem-nos informações mais precisas sobre os diversos contextos. No caso do túnel a Este, os materiais exumados espelham bem que a utilização desta estrutura se prolongou até aos nossos dias. Tal é bem visível no fragmento plástico do sabonete, na fita de fantasia azul e nos fios de *nylon*. No que respeita à forja, pudemos recolher um número vastíssimo de fragmentos de ferro, conglomerados e escória deste material, conjuntamente com algumas cápsulas de cartucho de caçadeira, que nos indicam, também, um fabrico relativamente recente. No nível de argilas, encontravam-se dispersos materiais de contextos cronológicos distintos. Temos um fragmento de azulejo monocromado a azul, idêntico aos que se encontram na Igreja de Jesus, do Século XVI, até pratos de faiança do Século XX. Das terras localizadas entre panos de muralha pudemos exumar um fragmento de azulejo a branco, azul e amarelo, do Século XVII, bem como um outro a branco e azul (Século XVIII), até faiança variada dos Séculos XIX e XX. A heterogeneidade deste nível de terras negras, pouco compactas, atesta, em princípio, a violação do enchimento primitivo com a construção e utilização do edifício da Praça Almirante Reis, n.º 11.

O que podemos concluir de todo este processo atribulado é que a muralha observada, que pertence ao extremo oriental do baluarte da Anunciada, construída em

meados/segunda metade do Século XVII, foi destruída até ao nível dos alicerces, nos finais do Século XIX, com a construção do imóvel anteriormente existente e agora destruído. A destruição ocorrida não sucedeu apenas neste local, mas ao longo de todo o trecho de muralha que ia do baluarte à ribeira do Livramento (actual Avenida 22 de Dezembro), conforme se verifica na “Planta da Cidade de Setúbal de 1900”. O terreno volta a ser revolvido, provavelmente, nos anos 30 do Século XX, quando terá sido construída a conduta referida, pois deveria, inicialmente, transportar detritos directamente daquele conjunto de edifícios, para a Ribeira. Posteriormente terá sido colocado o forno no extremo Noroeste, que destruiu e afectou a linha externa da muralha. Aliás, todo o enchimento também mostrou materiais datáveis do Século XX, prova de que a estrutura sofreu muitos remeximentos ao longo dos últimos cento e poucos anos. Note-se que, na Planta de 1820, de Miximiano José da Serra, este baluarte tem uma ocupação rural, a já referida horta dos Macacos. Posteriormente, do edifício a Oeste, também ele assentando sobre o baluarte, houve uma perfuração no miolo da muralha que foi cimentada, atestando, por isso, a sua maior modernidade.

O que verificamos, nestes dois casos concretos, é um processo de “mutilação” sistemática das muralhas. Setúbal já não dependia do sal, tão louvado por vários autores. Os interesses do poder central, com o liberalismo, já não eram os mesmos, tão pouco os locais. A fortificação era dispensável. Contudo, ao assistirem à destruição de tão magnífica edificação (foram várias as graves destruições nesta fase, mas a da fortificação, pela sua dimensão, é impressionante), alguns dos seus contemporâneos, impressionados, procuraram entender o que se estava a perder. João Carlos de Almeida Carvalho, Manuel Maria Portela e Arronches Junqueiro, procuraram então descobrir o significado destes e doutros patrimónios, não conseguindo, todavia, impedir a sua destruição.

Outras destruições têm sido efectuadas desde essa época, quase de modo contínuo. Hoje, todavia, ainda restam alguns elementos desta realidade, prova de uma monumentalidade material que reflecte uma concepção do mundo. Infelizmente nenhum destes troços se encontra verdadeiramente preservado e dignificado. Das outras fortificações, salva-se a de S. Filipe, enquanto pousada e monumento identitário actual (o que não deixa de ter uma certa ironia), o Outão, já muito transformado por albergar um hospital e o forte de Nossa Senhora da Arrábida, com o Museu Oceanográfico. Restam ainda S. Luís Gonzaga e Albarquel, mal preservados, mas existentes, bem como troços vários da fortificação urbana e o aquartelamento do baluarte de Nossa Senhora da Conceição.

Parte II, 7 – Os construtores e as suas edificações

Os edifícios civis urbanos no Antigo Regime, em Setúbal, não diferem particularmente dos seus contemporâneos de outros locais no Centro/Sul de Portugal. Assim, independentemente de se tratar de palácios urbanos ou edifícios de rendimento, relativamente elaborados e monumentais, apresentam características específicas, o que os torna, mais ou menos, fáceis de identificar. Assim, sinteticamente, o modelo de edifício consiste, ao nível dos alicerces, em uma base de argamassas tradicionais de areia e cal com pedras e tijolos mais ou menos anarquicamente fragmentados.

Os pisos térreos eram, na sua maioria, constituídos por tijoleira, essencialmente disposta em espinha. As paredes-mestras são grossas, em argamassas idênticas às dos alicerces, rebocadas a cal e areia peneirada, enquanto que as simples divisórias são de estrutura de madeira, com terra e cal, cobertas a reboco de cal e areia⁴²⁸. As entradas são

⁴²⁸ Muitas são as obras descritivas dos métodos de construção antiga portuguesa, as mais das vezes até de produção recente, mercê da lógica proteccionista patrimonial que está em alta, em Portugal, desde os

ladeadas de pedra calcária, afeiçoada, podendo ser mais ou menos aparelhada e trabalhada.

Os pisos são construídos por suportes mediante espessos toros de madeira e os tectos subjacentes e chão supra jacente são adquiridos através de um sistema leve de esquadrias de madeira, preenchidas por massas colantes e leves diversas, com abundância de óleos vegetais ou animais. Os telhados, com estrutura complexa em madeira, de duas ou quatro águas, são recobertos com telha de canudo, geralmente rugosa na face interna e alisada com engobe sobreposto, na externa. As fachadas e plantas são, por norma, geométricas, de volume paralelepípedo. Esta caracterização geral resulta da análise dos edifícios presentes no Centro Histórico, bem como das intervenções arqueológicas efectuadas. Porém, de modo a podermos apreciar convenientemente as dinâmicas urbanísticas desta forte ocupação do solo devemos explanar o caso da Rua de Santa Catarina n.º 18, que nos parece paradigmático pela sua complexidade.

O edifício da Rua de Santa Catarina n.º 18, fica localizado na freguesia de S. Julião. O edifício tem frente para a Rua de Santa Catarina n.º 18, Avenida 5 de Outubro n.º 121 e Avenida 22 de Dezembro n.º 60 (anexo imagens 248 - 250).

O edifício intervencionado apresentava três pisos (R/C, 1 e 2) e sótão. Trata-se de um conjunto arquitectónico, apesar de ter a propriedade parcelada. Assim, o actual proprietário teve de proceder à compra de cada fracção que funciona, na nossa intervenção, como conjuntos independentes que foram passíveis, portanto, de intervenções separadas. Uma das parcelas encontrava-se ocupada com um estabelecimento comercial, a fracção da Avenida 22 de Dezembro n.º 60. O acesso aos pisos superiores fazia-se pela Avenida 5 de Outubro n.º 121. A intervenção

finais dos anos 80 do Século XX. Contudo, parece-nos de salientar um dos clássicos de Orlando Ribeiro – *Geografia e civilização: temas portugueses*, 3.ª ed., Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1992.

arqueológica decorreu na fracção da Rua de Santa Catarina n.º 18. Procedeu-se a levantamentos complementares de pintura mural nos pisos superiores, tendo sido efectuados acompanhamentos arqueológicos nas fracções da Avenida 22 de Dezembro e Avenida 5 de Outubro.

A primeira fase dos trabalhos decorreu entre 2 e 6 de Agosto de 2005 e consistiu na recolha dos vestígios existentes da última ocupação da fracção da Rua de Santa Catarina n.º 18 (anexo imagens 251 - 258). Tratava-se de um conjunto de maquinarias de moldes, correspondência, livros de contas, chapas de madeira gravadas, rádios, televisores, máquinas de lavar, pneus, jornais, livros, algum mobiliário de madeira, pajelas de santos, cartazes, fotografias, ferramentas, garrafas diversas, entre outros que apontavam para uma ocupação oficinal, seguida de abandono e reutilização como depósito de objectos de uma família. Efectivamente, aquela fracção funcionou como caixotaria da família Sousa Nunes ao longo de quase todo o Século XX. Tratando-se de materiais relativamente recentes e relacionados com a indústria conserveira de Setúbal, o material oficinal foi levantado e está a ser inventariado e tratado pelo Museu do Trabalho-Michel Giacometti, museu com uma maior vocação etnográfica. Procedeu-se, no entanto, ao registo fotográfico do local, que permite, claramente, entender que aquele espaço funcionava, em tempos mais recentes, como depósito.

A segunda fase correspondeu à execução de sondagens e acompanhamento arqueológico da abertura de valas na fracção da Rua de Santa Catarina n.º 18, que decorreu entre 5 de Agosto e 7 de Outubro de 2005.

As sondagens foram abertas onde, segundo a planta do projecto, se iriam colocar pilares de sustentação e reforço da estrutura existente. O acompanhamento foi realizado nas áreas onde se iriam colocar lintéis de ligação entre os pilares, com o objectivo de reforçar os muros estruturais. Devido a incorrecções no levantamento arquitectónico do

espaço, provocados pelo erro da medição da espessura das paredes, ao que acresce a sua elaboração sem visita ao interior do espaço, este teve de sofrer adaptações face ao projecto, o que, obrigatoriamente, nos obrigou a readaptações semelhantes.

A fracção da Rua de Santa Catarina n.º 18 consistia num espaço vagamente quadrangular, com um anexo, a Sudoeste, de formato rectangular. A entrada é possível por duas portas, no lado Este, nas extremidades Norte e Sul. Na zona central do lado Este, uma janela. Quer as portas, quer a janela, têm as ombreiras em calcário, à vista. A janela tem, de igual modo, um gradeamento metálico (anexo imagens 250). Uma coluna paralelepípedica, colocada no centro do quadrado, também em calcário, permite lançar a arcaria em tijoleira para Norte e para Sul, de modo a oferecer sustentabilidade ao primeiro piso (anexo imagens 255). A passagem para o prolongamento a Sudoeste é feita através de um arco de volta inteira em tijoleira. No final desse prolongamento podemos observar, no canto direito, uma escadaria em calcário, enquanto que no lado esquerdo tínhamos uma lareira, com chaminé em tabique, câmara em tijoleira e, sob a câmara, um espaço absidal para conter lenha (anexo imagens 254).

O salão quadrangular apresentava ainda uma manjedoura escavada no muro Norte, lado Poente, bem como uma porta emparedada com tijolo de burro no muro Oeste, lado Norte (anexo imagens 259).

A sondagem 1 foi uma sondagem irregular de, aproximadamente, 4 x 3 metros. Uma estrutura encontrava-se à vista, sobrelevada face ao piso (estrutura 1). Era constituída por duas fiadas longitudinais de tijoleiras, compostas por uma outra, perpendicular, que rematava com a parede. Tratava-se de uma estrutura incorporada numa área escavada no muro, logo, reentrante.

O piso actual era composto por terra misturada com abundantes restos orgânicos provenientes do apodrecimento de madeiras, matéria-prima da caixotaria (camada 0), oferecendo uma camada muito macia. Ao realizarmos a limpeza desta camada pudemos observar que, no canto Sul, se expôs um piso de quartzito (piso 1). Sob este pudemos verificar a existência de uma camada composta por restos de argamassas de areia e cal, bem como restos de reboco de cal e pedras de diversos calibres, compactados, que ofereciam relativa dureza (camada 1). Ao retirarmos estes detritos descobrimos, na parte Norte da sondagem, o muro (estrutura 2) que havia sido escavado para introduzir a sobredita estrutura sobrelevada, enquanto que, na zona central, se via uma estranha estrutura circular, composta por pedra e tijolo, ligada por uma massa grosseira tradicional (estrutura 3), mal afeiçoada à forma, com uma abertura no centro, de forma hexagonal. Sob a camada 1 observámos uma nova camada de aterro composta por restos de argamassas de areia e cal, bem como restos de reboco de cal, pedras de diversos calibres muito frequentes e muitos fragmentos de telha, compactados, que ofereciam relativa dureza (camada 2). A estrutura 3 assentava no fundo desta espessa e difícil camada. A camada 3, que jazia por baixo desta, era constituída por terra castanha escura, argilosa, com restos de argamassas tradicionais e demonstrava uma compactação mediana. Nesta encontrámos um alicerce de alvenaria de médio calibre (calcário), paralelo à linha de calçada. Esta camada, que se prolongou além do lençol freático, não foi escavada totalmente, dado que o nível das águas não permitia uma continuação dos trabalhos com a acuidade necessária e já se encontrava muito para além da profundidade do assentamento do pilar que seria aí construído (anexo imagens 259 – 268, 289-294).

As sondagens 2 e 3 foram escavadas em continuidade, correspondendo a um mesmo momento de execução. Foram divididas apenas para facilitar a localização dos

objectos possíveis de exumar, devido à relativa grandeza das suas dimensões. Neste local é suposto construir-se as escadas e elevador da nova reedificação. Existiam duas estruturas à vista, uma no canto Sudoeste, que consistia numa lareira com estrutura absidal sob a mesma, com vista à arrumação de toros combustíveis⁴²⁹, e outra, a Noroeste, que consistia numa escadaria⁴³⁰ de acesso a uma porta.

O piso actual era composto por terra misturada com abundantes restos orgânicos provenientes do apodrecimento de madeiras, matéria-prima da caixotaria (camada 0), oferecendo uma camada muito macia. Ao realizarmos a limpeza desta camada pudemos observar que existia um piso de tijoleira (piso 1), disposta em espinha, que se encontrava quebrado longitudinalmente por longos e espessos toros de madeira. Estes toros, semi-enterrados no piso, colocados em intervalos regulares, serviam para sobrelevar as madeiras que aqui eram depositadas, por vezes até ao tecto, de modo a permitir uma frágil mas suficiente passagem de ar, de modo a evitar o apodrecimento das ditas madeiras.

Sustentando o piso encontrámos argamassa de cal e areia (camada 1), muito dura. Sob esta encontramos um nível de terra castanha, muito heterogéneo, misturada com argamassas, rebocos e pedras de diversos calibres, com um grau de compactação mediano. Este aterro tapava os restos de um piso composto por argamassas (areia, cal e pedras de pequeno calibre), bem como por uma parte de quartzito, que se encontrava em conexão com um muro no canto Sudoeste. Este muro (estrutura 1), em alvenaria calcária ligada com argamassa, pertenceria a uma divisão interna, pois era constituído por uma só fiada de pedra, que se prolongava para além da lareira. No centro, entre a sondagem 2 e 3, observámos uma pedra calcária de grandes dimensões com um buraco

⁴²⁹ O suporte do fogo e dos toros era de tijoleira, enquanto que a chaminé saliente era de madeira com argamassa de cal e areia (tabique). A estrutura de fundo também apresentava tabique sobre o muro de argamassa. A estrutura base era de argamassa intercalada com pedra aparelhada.

⁴³⁰ A escadaria era composta por largas e espessas lajes calcárias.

central, de forma quadrangular, em princípio destinado a suportar um pilar de madeira. A camada 3, que se sucedia ao piso 2, consistia numa fina camada de argamassa com terra compacta, auxiliar na sustentação do piso. Denominámos por 3 b a camada de assentamento do muro, em argamassa compacta de cal e areia.

A camada 4 é um novo aterro de terra castanha muito escura misturada com argamassas e pedras de pequeno e médio calibre, pouco compacta. A camada 5 corresponde a uma pequena bolsa de argila, integrada na camada 4. A camada 6 corresponde a uma camada pouco espessa de terra castanha escura misturada com argamassa de cal e argila, moderadamente compacta, e que, provavelmente, corresponde a um último piso (piso 3). Parece-nos ser esta a única interpretação possível atendendo a que é interrompida por um muro de blocos de calcário aparelhados, que a corta na sondagem 2, bem como ao seu correspondente na extremidade Este da sondagem 3, circunscrevendo um espaço. A camada 7 corresponde ao substracto geológico, constituído por argilas muito plásticas, de cor vermelha (presença de ferro), com pequenas bolsas de argila mais acinzentada. Uma camada por nós denominada como 7b, corresponde a argilas misturadas com areia. Ambas estão sob o lençol freático (anexo imagens 269 – 275, 295 - 300).

A sondagem 4 teve 2 x 2 metros, apoiada em duas das paredes do edifício, sensivelmente a meio da face Sul do espaço. Apresentou uma camada superficial (camada 0) de terras castanhas claras, soltas, com misturas de madeiras apodrecidas. Seguiu-se um piso de tijoleira em espinha, danificado (piso 1), com um assentamento em argamassas de cal e areia compactas (camada 1). Após, um aterro de terras castanhas, arenosas, com fragmentos de argamassas, rebocos e pedras de pequeno e médio calibre, medianamente compacto (camada 2). Uma fina camada de cal misturada

com argila corresponde a um novo piso (piso 2), assente numa mistura de argamassas e areia, muito compacta (camada 3). Sucedeu-se novo aterro de terras castanhas escuras argilosas, pouco homogéneo, com presença de restos de argamassas, rebocos e pedras, relativamente compacto (camada 4). Um outro piso (piso 3) era composto por argamassas brancas compactas misturadas com argila. Sob esta camada encontrámos terra castanha muito escura, muito argilosa e compacta. Trata-se de uma camada ainda heterogénea, onde observámos nódulos de argila vermelha em estado puro (camada 5) (anexo imagens 276 – 279, 301, 303-306).

A sondagem 5 teve 2 x 2 metros, apoiada em duas das paredes do edifício, no canto Sudeste do espaço. Apresentou uma camada superficial (camada 0) de terras castanhas claras, soltas, com misturas de madeiras apodrecidas. Seguiu-se um piso de tijoleira em espinha, danificado (piso 1), com um assentamento em argamassas de cal e areia compactas (camada 1). Após, um aterro de terras castanhas, arenosas, com fragmentos de argamassas, rebocos e pedras de pequeno e médio calibre, medianamente compacto (camada 2). Uma fina camada de cal misturada com argila corresponde a um novo piso (piso 2), assente numa mistura de argamassas e areia, muito compacta (camada 3). Sucedeu-se novo aterro de terras castanhas escuras argilosas, pouco homogéneo, com presença de restos de argamassas, rebocos e pedras, relativamente compacto (camada 4). Um outro piso (piso 3) era composto por argamassas brancas compactas misturadas com argila. Associado a este piso foi detectada uma lareira (estrutura 1), já parcialmente destruída, mas que oferecia um estado de conservação suficiente para não oferecer qualquer dúvida de leitura. Esta era constituída por tijoleira assente em terra (camada 6) e tinha um dos lados preenchido por tijolo e tijoleira com argamassa de cal e areia. Sob esta camada encontrámos terra castanha muito escura,

muito argilosa e compacta. Trata-se de uma camada ainda heterogénea, onde observámos nódulos de argila vermelha em estado puro (camada 5) (anexo imagens 280 – 283, 302, 307-311).

A sondagem 6 foi realizada na face Norte deste espaço, acabando por preencher a parte Nordeste do espaço. Cola directamente com a Sondagem 1 e termina junto à porta Nordeste. Foi executada seguindo a forma que seria seguida pelo lintel de sustentação, dado que as obras de renovação do edifício já atingiam esta estrutura da Rua de Santa Catarina, com vista a uma correcta sustentação do edifício. Assim, teve, sensivelmente, 0,8 x 4,5 m. e limitou-se a ser escavada até à cota que se pretendia atingir nesse lintel.

Apresentou uma camada superficial (camada 0) de terras castanhas claras, soltas, com misturas de madeiras apodrecidas. Seguiu-se um piso de quartzito com tijoleiras dispostas perpendicularmente formando, aparentemente, uma quadrícula (moldura) com um X como motivo central. Este piso encontrava-se desfeito no extremo Oeste e Norte da sondagem, provavelmente pela instalação de maquinarias da caixotaria. Sob este pudemos verificar a existência de uma camada composta por restos de argamassas de areia e cal, bem como restos de reboco de cal e pedras de diversos calibres, compactados, que ofereciam relativa dureza (camada 1). Ao retirarmos esta camada pusemos a descoberto dois muros, já muito destruídos, um, mais espesso, na zona Oeste e outro, mais fino, na zona Este. Ambos eram constituídos por pedra calcária com argamassa de cal e areia, apresentando rebocos de cal. Sob esta, na zona entre muros e Nascente, uma nova camada de entulhos composta por restos de argamassas de areia e cal, bem como restos de reboco de cal, pedras de diversos calibres muito frequentes e muitos fragmentos de telha, compactados, que ofereciam relativa dureza (camada 2). Na

parte Poente da sondagem mantinha-se a camada 1. Na sua continuação apareceu um novo piso (piso 2) de argamassas com argila, pouco regular. Este piso existia apenas na zona entre muros e Nascente, enquanto que a parte poente apresentava uma estratigrafia idêntica à da sondagem 1.

Sob o piso 2, na extremidade Nordeste, foram encontrados numerosos pesos de rede cerâmicos que serviam de suporte ao piso (camada 3a), enquanto que, nas restantes áreas encontrou-se terras castanhas, macias e com abundantes restos de argamassas. Nesta camada assentavam os dois muros que ligavam à muralha afonsina (anexo imagens 284 – 287, 312-313).

Nesta intervenção procurámos aliar, a uma observação das deposições provocadas pela acção humana (conceito de estratigrafia, na acepção clássica, reforçada pelos *Princípios...* de Harris) a análise das estruturas ainda funcionais (também já denominada arqueologia da arquitectura ou estratigrafia horizontal [mas que também é vertical]). Esta circunstância permitiu-nos, em certa medida, definir os pisos menos evidentes (argila com cal), atendendo a que, surpreendentemente, se mantiveram os rebocos das paredes, em cal, que nos permitiram calcular, pela sua regularidade, o sítio exacto onde estes estavam. Todavia, também foi uma leitura que tornou mais densa e complexa a interpretação, pois verificámos uma manutenção, de longa duração, dos métodos construtivos, que, caso não fossem as estratigrafias verticais, não tinham sido perceptíveis. Ou seja, a nossa percepção da possibilidade do erro interpretativo foi extremamente presente, bem como da relatividade das observações analíticas, tendo consequências evidentes nas hipóteses interpretativas exploradas. Tratou-se, sem dúvida, das estratigrafias mais difíceis com que nos deparámos ao longo de cinco anos de arqueologia urbana no Museu de Setúbal/Convento de Jesus. Em cerca de um metro de potência arqueológica, tivemos toda a informação disponível de um espaço

intensamente ocupado e muitas vezes transformado, com estruturas que atravessam outras, se sobrepõem, são reutilizadas e adaptadas.

A estratigrafia clássica permite-nos, numa primeira fase, uma leitura diacrónica dos sítios, seguida, então, por outra sincrónica, quando se abrem áreas significativas. A arqueologia da arquitectura permite-nos, igualmente, estas duas dimensões interpretativas. Assim, na sondagem 1, no corte Norte, registámos a linha de reboco de cal na muralha, que está em correspondência com a camada 1. A partir daí, a muralha apresenta somente alvenaria e argamassa ligante. A sondagem 2-3 foi mais rica em informações atendendo a que nos forneceu várias indicações. Assim, no corte Norte verificamos que o muro é recente, visto que, após a camada 1, apresenta logo o alicerce. Ao invés, o corte Sul apresenta continuação, estando ligado ao piso 2. O corte Oeste é, quiçá, o mais surpreendente, visto que um muro foi destruído com a colocação do piso 1, estando associado ao piso 2, com uma abertura do espaço, inclusive, mas que era uma área encerrada quando associada ao piso 3. A sondagem 4 confirma o corte Oeste, no seu respectivo Este, até ao piso 3. Curiosamente, também o corte Sul apresenta reboco até ao piso 2. A sondagem 5 apresenta um corte Sul idêntico, ao passo que, no corte Este, o muro está associado ao piso 1. Outro muro tem de existir, sob este, mas que não pudemos averiguar por razões de segurança da obra. Tem de existir porque ali estava a lareira em conjugação, muito provável, com um muro. Julgou-se mais prudente não perfurar sob a fachada da Rua de Santa Catarina, com vista a confirmar esta muito provável hipótese, porque a sobredita fachada já se encontrava deslocada face à posição inicial, revelando grande fragilidade estrutural. Por fim, a sondagem 6, no que respeita à linha do reboco, limitou-se a prolongar as informações da sondagem 1, visto que corresponde à muralha afonsina.

Podemos concluir, conseqüentemente, que apesar da significativa concentração de informações provenientes de diferentes “estratigrafias”, as realidades que documentam são relativamente simples, correspondendo a distintos surtos construtivos que, através de aterros, se vão sobrepondo.

| <i>Sondagem 1</i> | <i>Sondagem 2</i> | <i>Sondagem 3</i> | <i>Sondagem 4</i> | <i>Sondagem 5</i> | <i>Sondagem 6</i> |
|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Camada 0 | Camada 0 | Camada 0 | Camada 0 | Camada 0 | Camada 0 |
| Piso 1 | Piso 1 | Piso 1 | Piso 1 | Piso 1 | Piso 1 |
| - | Camada 1 | Camada 1 | Camada 1 | Camada 1 | - |
| Camada 1 | Camada 2 | Camada 2 | Camada 2 | Camada 2 | Camada 1 |
| - | Piso 2 | Piso 2 | Piso 2 | Piso 2 | Piso 2 |
| - | Camada 3 | Camada 3 | Camada 3 | Camada 3 | - |
| Camada 2 | Camadas 4-5 | Camadas 4-5 | Camadas 4 | Camada 4 | Camada 2 |
| - | Piso 3 | Piso 3 | Piso 3 | Piso 3 | - |
| Camada 3 | Camada 7 | Camada 7 | Camada 5 | Camada 5 | - |

O elevado número de materiais recolhidos (mais de 6000 fragmentos de cerâmica, alguns vidros, abundantes ossos de animais e seis numismas) não nos permitem fazer, de momento, uma apreciação calibrada muito fina dos mesmos. Contudo, atendendo à necessidade de estabelecimento de cronologias para uma interpretação diacrónica, apresentamos alguns materiais que permitem datar os aterros e, conseqüentemente, as estruturas. Note-se, no entanto, que os materiais estão ainda em estudo, por Inês Ferreira, finalista do curso de História, variante de Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que com eles pretende apresentar o seu trabalho final de licenciatura. Apresentamos, portanto, um mínimo conjunto de materiais que servem para comprovar as interpretações seguintes.

Da construção da muralha trecentista não exumámos qualquer material, visto que a vala de fundação da mesma não chegou a ser escavada. Temos, contudo, materiais referentes às outras fases (anexo imagens 387 - 407).

Antes de mais, note-se que os materiais descritos são provenientes apenas das sondagens. Apesar de algumas semelhanças, todos os conjuntos aqui apresentados revelam-se bastante coerentes. Assim, o primeiro grupo de peças encerra o tipo de cerâmica já denominada de “barros vermelhos”, devido à aguada vermelha que sofreram, na sua maioria. Trata-se de produções de fabrico local. Os fragmentos 1 a 14, inclusive, pertencem a este grupo cerâmico. O fragmento 15 é o único que apresenta uma cronologia um pouco distinta, porquanto corresponde a um exemplar de verde e manganês de Paterna (Valência – Espanha), produzido no século XIV. Tal não deve, contudo, servir de indicador, visto termos o fragmento 16 que corresponde a uma produção sevilhana do século XV. Por último, o numisma com o número 17 corresponde a um ceitil de D. Afonso V, monarca quatrocentista. Assim sendo, temos de concluir que a primeira estrutura edificada pós-muralha defensiva só ocorre em meados, terceiro quartel do século XV.

O segundo conjunto, que nos oferece a cronologia da segunda edificação, corresponde, grosso modo, a um conjunto de materiais semelhantes aos do primeiro. De facto, o conjunto do 18 ao 32 corresponde a “barros vermelhos”. A repetição do mesmo tipo de peças (panelas, tachos, frigideiras, jarros/cântaros e alguidares) é propositada, de forma a podermos verificar as muitas semelhanças, mas também algumas diferenças. O conjunto de dois numismas, principalmente o 34, é bastante claro, pois trata-se de um real de D. João III. A segunda edificação dista, portanto, pouco da primeira. Tratar-se-á, então, de uma das muitas edificações destruídas no terramoto de 1531. Sobre o problema da interpretação estratigráfica de um terramoto já nos debruçámos, pelo que

remetemos para o que aqui foi anteriormente dito. Apesar de nos parecer que é a explicação mais provável para este caso, importa reter que a segunda edificação data do 2.º quartel ou meados do século XVI.

O último conjunto aqui apresentado, mesmo desprovido de numismas, apresenta já uma natureza totalmente distinta. Apesar de a cerâmica comum e vidrada ser feita do mesmo tipo genérico de argila, ou seja, de barreiros locais, trabalhada por oleiros locais, as formas são já muito distintas. Conjuntamente, a presença de faiança portuguesa de produção olisiponense, a azul e branco, dos séculos XVII e XVIII, marca uma presença inequívoca. A presença de azulejos a azul e branco, com motivos bem conhecidos, permitem-nos, então, datar a terceira estrutura da primeira metade do Século XVIII, mais especificamente, uma edificação joanina, datação essa perfeitamente concordante com o estilo arquitectónico ainda visível.

Foi realizado um acompanhamento arqueológico, durante o qual não nos foi possível abrir sondagens, devido à dinâmica da obra (anexo imagens 288). De facto, alguns pilares estruturais passaram a pilares e lintéis de ligação entre os mesmos. Nesse sentido, a área de subsolo remexido aumentou significativamente, não nos deixando senão esta alternativa. Neste sentido, e atendendo a que a organização da intervenção tinha sido feita com base na escavação de algumas sondagens, surgiram alguns pequenos problemas de normalização terminológica aquando do início do acompanhamento, que foram posteriormente resolvidos. No acompanhamento registaram-se todas as estruturas e estratigrafias a eles associadas. Também em acompanhamento se procedeu à abertura da vala do elevador, já depois da demolição do edifício. De facto, não surgiram significativas novidades estratigráficas, mas pudemos,

deste modo, complementar informações sobre as estruturas descobertas, e foi aí que incidimos os nossos esforços.

A vala de acompanhamento 1 corresponde à abertura de um quadrado na zona central da fracção da Rua de Santa Catarina, com vista à implantação de um pilar principal de sustentação do edifício. Com uma forma aproximadamente quadrangular, de 2.72 x 2.60 m., não atingiu uma profundidade superior a 70 cm em relação à altura do último solo. Mantendo os princípios estratigráficos já apresentados, deu-nos um primeiro piso de tijoleira praticamente à superfície, do qual se observam apenas indícios, seguido de um aterro heterogéneo, de terras misturadas com areias, argamassas soltas e pedras de diversos calibres. Seguiu-se-lhe novo piso de tijoleira, mas que se apresentou muito danificado, só se podendo observar em pequenas áreas. Foi exposto o alicerce irregular, vagamente circular, do pilar central deste espaço, constituído por uma mistura de pedra, com fragmentos de tijolo e telha, ligados com argamassas de areia e cal. Esse alicerce encontrava-se também, parcialmente apoiado no cruzamento de dois muros constituídos por pedra e argamassa, um, menos espesso, correndo no sentido Norte-Sul e o outro, estrutural, correndo Nascente-Poente. Ambos estavam relacionados com o piso 2. No canto Sudoeste foi parcialmente exposta uma pedra calcária, trabalhada, de grandes dimensões, que fazia a conclusão do muro E-O nessa zona. Esta pedra, com uma funcionalidade que ainda não conseguimos esclarecer, apresentava-se ao nível do piso 2, sendo, conseqüentemente, um dos indicadores que utilizámos para o inferir (anexo imagens 314 – 319, 342 - 344).

A vala de acompanhamento 2 foi provocada pela necessidade de colocação de um lintel de ligação entre pilares. Com uma forma aproximadamente rectangular, de 3 x

1 m., não atingiu uma profundidade superior a 65 cm em relação à altura do último solo. Mantendo os princípios estratigráficos já apresentados, deu-nos um primeiro piso de terra batida com argamassa, praticamente à superfície, seguido de um aterro heterogéneo, de terras misturadas com areias, argamassas soltas e pedras de diversos calibres. Seguia-se-lhe novo piso de tijoleira, mas que se apresentou muito danificado, só se podendo observar em pequenas áreas. Foi exposto um muro Norte-Sul, que serve de sustentação ao muro existente, mas que termina 6 metros antes de se cruzar com a muralha (anexo imagens 320 – 322, 345-347).

A vala de acompanhamento 3, realizada com vista à implantação de um lintel de ligação entre pilares, apresentava uma forma rectangular de 1 x 1.70 m. e ligava a sondagem 3 à 4. Assim, nada de novo revelou, de um ponto de vista estratigráfico, mas ofereceu informações complementares ao corte Oeste da Sondagem 3. Assim, pudemos observar que o muro referido na análise dessa sondagem tinha 56 cm de espessura, confirmando, simultaneamente, a sua interrupção para uma passagem entre divisões (anexo imagens 323, 350).

A vala de acompanhamento 4, realizada com vista à implantação de um lintel de ligação entre pilares, apresentava uma forma rectangular de 6.40 x 1 m. e ligava as sondagens 5 e 6. Não ofereceu novidades estratigráficas, mas permitiu-nos observar um muro que corriam em sentido E-O, confirmando que o salão da fracção da Rua de Santa Catarina tinha tido, anteriormente, duas divisões, conforme ao que se tinha observado na vala de acompanhamento 1. Todavia, tal divisão do salão corresponde ao piso 2. Um alicerce à superfície, de pedra, tijolos fragmentados e argamassa, estava relacionado

com um suporte fixo para as máquinas da caixotaria (anexo imagens 324 – 325, 348-349).

A vala de acompanhamento 5 corresponde já à fase da intervenção executada em Fevereiro de 2005 (anexo imagens 326 - 329), atingindo a fracção da Avenida 22 de Dezembro. Situada junto à parede Sul, apresenta uma forma trapezoidal irregular de 1.60 x 5 m. máximos. A estratigrafia do local apresentava um piso de cimento e/ou mosaico cerâmico, seguido de um espesso aterro com 1.30 m. de terra, areia, pedras de diversos calibres, argamassas, fragmentos de tijolos e telhas, pouco compacto. Sob este aterro pudemos observar estruturas bem seladas. Um piso em quartzito, bem como uma bancada coberta superiormente a tijoleira, tendo as paredes rebocadas a cal, corria até ao canto SO do imóvel. Aí foi detectada outra estrutura, parcialmente abatida, mas que se encontrava relacionada com as estruturas da vala de acompanhamento. Tratava-se de um forno, com câmara semi-circular (1.70 m. de diâmetro), composto de tijoleira, com uma laje pétreia (calcário) que atravessava a boca do mesmo. Não encontramos tijoleira na base do mesmo, mas sim um preparado de barro batido, já avermelhado, que estava parcialmente cozido. Tal indicia não só a sua utilização, mas, de igual modo, que este forno não subia a temperaturas muito elevadas (anexo imagens 330 – 333, 351-353).

A vala de acompanhamento 6 corresponde já à fase da intervenção executada em Fevereiro de 2005, atingindo a fracção da Avenida 22 de Dezembro. Situada junto à parede Oeste apresenta uma forma rectangular irregular de 3.55 x 1 m. (1.30 m. máximos). A estratigrafia do local apresentava um piso de cimento e/ou mosaico cerâmico, seguido de um espesso aterro de 1.35 m. de terra, areia, pedras de diversos calibres, argamassas, fragmentos de tijolos e telhas, pouco compacto. Sob este aterro

pudemos observar estruturas bem seladas. Assim, temos mais uma bancada, coberta com tijoleiras quadradas, com paredes rebocadas, associada a um muro que corria E-O, também ele rebocado e constituído por argamassas tradicionais. O piso, de tijoleira disposta em espinha, apresentava-se em muito bom estado de conservação. No entanto, fizemos o levantamento de uma pequena parte do piso, com vista à execução de um pequeno corte E-O o que nos permitiu observar que, para além de um nível de argamassa de cal e areia para suportar o piso de tijoleira, existia uma camada de detritos de pedra, de cerca de 35 cm de espessura, até atingirmos a muralha afonsina. Note-se, pois será importante para a análise do conjunto arqueológico, que não existia qualquer passagem para o exterior neste lado Oeste (anexo imagens 334 – 336, 354-355).

A vala de acompanhamento 7 corresponde já à fase da intervenção executada em Fevereiro de 2005, atingindo a fracção da Avenida 22 de Dezembro. Situada junto à parede Norte, lado Noroeste, apresenta uma forma de triângulo escaleno irregular de 1 x 1.60 x 2 m.. A estratigrafia do local apresentava um piso de cimento e/ou mosaico cerâmico, seguido de um espesso aterro de 1.30 m. de terra, areia, pedras de diversos calibres, argamassas, fragmentos de tijolos e telhas, pouco compacto. Sob este aterro pudemos observar um piso de quartzito e a muralha afonsina, muito partida, dando um aspecto irregular (anexo imagens 337 – 338, 356-357).

A vala de acompanhamento 8 corresponde também à fase da intervenção executada em Fevereiro de 2005, atingindo a fracção comum da Avenida 5 de Outubro. Situada junto à parede Norte, apresenta uma forma rectangular irregular de 4.16 x 3.42 m. (3.27 m. mínimos). A estratigrafia do local, uma das mais importantes da intervenção, apresentava um piso de mosaico cerâmico, seguido por um assentamento

de argamassa de cal e areia. Sob este existia uma fina camada de areia amarela, com função de preparação para a colocação do mosaico. Um aterro de terra, areia, pedras de diversos calibres, argamassas, fragmentos de tijolos e telhas, com carvões abundantes e pouco compacto, seguia-se-lhe. Pudemos, então, observar um piso de pedrinhas, de reduzidas dimensões, muito compactadas, com um assentamento, também ele, muito fino. Seguia-se novo aterro, de terra com areia, pedras de diversos calibres e fragmentos de tijolo e telha, pouco compacto, até atingir-se um piso de tijoleira. Sob este piso o habitual assentamento de argamassa tradicional. Imediatamente por baixo um piso de quartzito, assente numa camada de terra castanha, relativamente solta, sem intrusões. Por último, pudemos observar um nível heterogéneo, com terra misturada com restos de argamassas e pedras, de relativa dureza, antecedendo, numa parte, a muralha afonsina. Na zona central da área aberta tínhamos um imponente e espessa sapata de cimento, de forma aproximadamente quadrangular. Dois muros, que corriam E-O, foram cortados pela sapata de cimento. Um primeiro, mais recente, estava associado ao piso de pedrinhas pequenas compactadas. Um segundo, parcialmente sob este, encontrava-se arrasado por ele e estaria associado ao piso de tijoleira e ao de quartzito. Uma parte dessa mesma estrutura foi detectada, de igual modo, a Oeste da sapata, também em relação com tijoleira (anexo imagens 339 – 341, 358-359).

Apesar de se tratar de uma intervenção arqueológica que apresenta um volume de dados muito numeroso, rico em pormenores e aspectos singulares, tais como sejam a manjedoura, as lareiras, o forno, a pedra côncava da vala de acompanhamento 1, o murete da sondagem 6 assente sobre pesos de rede, quando analisados metodológica e sistematicamente apresentam-se como narradores de realidades definíveis e

relativamente limitadas. Sistematizando toda a informação, podemos concluir que temos seis momentos construtivos distintos, verificáveis arqueologicamente.

O primeiro momento corresponde à edificação da muralha afonsina, mandada construir por D. Afonso IV em meados do século XIV. De facto, a muralha, que ocupa a parede Norte e Oeste do lote, veio a revelar-se como axial, estruturante de todas as construções posteriores.

Um segundo momento construtivo corresponde à edificação de uma estrutura muito provavelmente habitacional (relembremos a lareira da sondagem 5), datável da segunda metade do século XV, que ocupou uma área reduzida do imóvel, tendo sido detectada nas sondagens 1, 2, 3, 4 e 5 (piso 3 do quadro de correlação estratigráfica).

O terceiro momento corresponde a uma edificação do segundo quartel a meados do século XVI, que vem a ocupar uma área substancialmente mais alargada, chegando a associar-se, parcialmente, à muralha afonsina, facto do maior interesse, porquanto existiam proibições frequentes para que tal não se fizesse. Mais, ao ter uma maior dimensão, coarctou parte de espaço público e reduziu o acesso à muralha para uma rua de menor largura. Esta estrutura pôde ser observada em todas as sondagens efectuadas e em todos os acompanhamentos realizados na fracção da Rua de Santa Catarina (piso 2 do quadro de correlação estratigráfica). Várias divisões desta estrutura foram detectadas. Note-se que, todavia, a junção à muralha poderá ter a sua justificação na criação de um piso superior. Esta hipótese não nos parece desprovida de sentido até pela base de coluna de madeira descoberta na sondagem 2/3, que, de outro modo, não faria sentido. A isto temos ainda de aliar o muro E-O detectado na vala de acompanhamento 1 e 4, que dificilmente apresentaria essa espessura, se se limitasse a suportar uma cobertura. A estranha pedra posta a descoberto na vala de acompanhamento 1 poderá, quando interpretada, auxiliar na procura de uma resposta quanto à funcionalidade do espaço,

pois não há muitos elementos que permitam um esclarecimento cabal. Outro aspecto de grande importância foi a descoberta inequívoca (pelas linhas de reboco) de pisos constituídos de argila e cal. Estes pisos assim identificados permitir-nos-ão caracterizá-los em ambientes arqueológicos menos claros, bem como colocam, desde já, em causa parte da interpretação estratigráfica da sondagem do pátio da Casa do Corpo Santo (entre o nível do terramoto de 1531 e o século XVII), intervenção realizada em 2000 por um dos signatários deste relatório em colaboração com Luís Jorge Gonçalves.

O quarto momento corresponde a uma ocupação total do espaço, quer na horizontal, quer na vertical, oferecendo-nos, no geral, o aspecto com que nos defrontámos quando iniciámos a intervenção. Essa construção corresponde a um palácio urbano joanino. Na fracção de Santa Catarina temos uma ampla divisão que terá funcionado como cavalaria (zona Norte, definível pelo piso em quartzito). A restante área desta fracção terá servido como espaço de serviços (lareira no canto SO), bem como terá sido usada para outras funções (provavelmente armazém de produtos, arrumos e mesmo alcofas dos serviços). É definível por apresentar um piso em tijoleira. A metade Ocidental, correspondendo à área da fracção da Avenida 22 de Dezembro, terá funcionado como cozinha. As bancadas, bem como o forno, não nos deixam dúvidas razoáveis. A vala 6, com reentrância pela muralha, poderá ter tido acoplada uma janela para a Ribeira do Livramento (actual Avenida 22 de Dezembro), que mais tarde (quinto momento construtivo), terá dado lugar a uma porta. A fracção da Avenida 5 de Outubro terá servido para a entrada nobre do palácio, bem como para espaço volante de inter-ligação entre as diversas divisórias do piso térreo, conforme se pode observar na fracção da Rua de Santa Catarina com a porta entaipada a NO, que dava acesso à cavalaria. Na segunda metade do Século XVIII é provável que se tenha feito uma transformação na cobertura do palácio, pois parece-nos que, inicialmente, teria tido

quatro águas. A decoração em argamassa das janelas do sótão (já em duas águas) poderá significar a necessidade de ampliação do espaço dos serviços. A investigação sobre a posse desta propriedade ainda não foi iniciada, pelo que não podemos atribuí-la, concretamente, a uma família, pelo que o denominámos provisoriamente de “palácio da Rua Nova da Conceição” – o nome antigo da Avenida 5 de Outubro. Note-se que a evolução deste espaço tem um paralelo muito idêntico no caso da Casa do Corpo Santo - Palácio dos Quebedo. Aliás, não seria provável que a muralha trecentista pudesse ser readaptada a outras funções que não militares até aos finais do Século XVII (cerca de 1990), quando se conclui a construção da muralha da Restauração.

O quinto momento é detectável na vala de acompanhamento 8, pelo piso de pedrinhas compactas. A propriedade é fragmentada, justificando-se por isso, as alterações na entrada do edifício, para permitirem o acesso às fracções diferenciadas, ou seja, a rentabilização do piso térreo através da criação de duas lojas de arrendamento. Este momento deve ocorrer na fase final da centúria de oitocentos, ou em inícios de novecentos, conforme à possível datação do tipo de piso, com vários paralelos na cidade de Setúbal. Aliás, esta situação está em concordância plena com os documentos mais antigos encontrados na caixotaria da família Sousa Nunes, do início do século XX. A ele está também associada a construção da escadaria de calcário (sondagem 2) e o aterro das estruturas da fracção da Avenida 22 de Dezembro (com a destruição do forno) É nessa fase que se terá aberto a muralha no lado Oeste de modo a permitir o acesso à Avenida 22 de Dezembro ou à ribeira do Livramento, da forma que se pode observar no projecto de 1980. Esta constatação obriga a uma revisão de algumas conclusões retiradas na intervenção arqueológica realizada no “Café Muralha”, o edifício anexo a este, coordenada por Gustavo Portocarrero.

O sexto momento construtivo detectou-se na fracção da Avenida 22 de Dezembro e corresponde à remodelação da ourivesaria, por parte de Arménio de Jesus do Chão, nos anos de 1980, tendo afectado substancialmente a muralha afonsina nessa fracção. O abundante uso de cimento e a criação de grandes montras rectangulares definem, claramente, essa reorganização da fracção. De resto, pudemos ainda, por gentileza do proprietário, copiar todo esse processo, aqui presente em anexo, mas essencial para compreender as transformações do espaço.

A terceira fase dos trabalhos decorreu entre 11 e 29 de Outubro de 2005 e consistiu na procura, levantamento de repintes, registo e conservação de pinturas murais no interior do edifício. Foram observados os três pisos do lote, através da abertura de “janelas”, realizadas mecanicamente com bisturis de diversas lâminas e finos pincéis de stencil, a seco (anexo imagens 360 - 386).

Após a detecção de pinturas, realizou-se a avaliação técnica da sua execução. Essa análise fez-se de uma forma não destrutiva, atendendo à fragilidade das próprias pinturas, com frequentes destaques, que foram aproveitados para permitiram a análise estratigráfica das mesmas. Todas elas consistiam em frescos, ou seja, pinturas feitas num preparado de cal e gesso, ligados com água, que eram colocadas sobre uma camada de cal e areia, ligadas por água, com uma granulometria de maior dimensão. Ao serem colocadas nas paredes tinham de ser trabalhadas, ainda húmidas, com os pigmentos naturais misturados com água, o que a torna numa técnica com especificidades técnicas de execução. As paredes que sustentavam as pinturas correspondiam a paredes de tabique (não estruturais) ou de argamassa de areia e cal, com pedras de diversos calibres (estruturais).

Seguidamente procedeu-se ao levantamento dos repintes, expondo os painéis originais. Também este levantamento foi realizado manual e mecanicamente, com os instrumentos já referidos, visto que o uso de materiais solventes se mostrava incompatível com a natureza do suporte.

Todos os painéis foram registados por fotografia e localizados reportando à planta do edifício. Todavia, por manifesta incompatibilidade deste levantamento com a entivação e demolição parcial do edifício, não se procedeu ao levantamento em toda a sua extensão, nomeadamente nas partes superiores das paredes (a partir dos três metros de altura).

Ao nível das patologias pudemos observar patologias ambientais e destruições intencionais. Nas ambientais podemos referir os escorrimentos de águas que criaram manchas de humidades que desfizeram os pigmentos (deficiências estruturais), bem como o desenvolvimento de fungos e sais que, de igual modo, destruíram parte desses painéis. As destruições intencionais afectaram áreas significativas dos painéis. Assim, o uso de instrumentos metálicos, consequentemente oxidantes (pregos, cavilhas, camarões), provocou destacamentos e escurecimento das pinturas (por oxidação). A utilização de escopros para picar as paredes, com vista à aplicação de novos rebocos foi também frequentemente registada. Por último, a colocação de novos rebocos com cimento, inviabilizou qualquer preservação desses painéis.

De um ponto de vista decorativo, estes demonstram-se extremamente variados, com uma profusão cromática acentuada, se bem que enquadráveis em poucas categorias decorativas: paisagem, vegetalismo e fingidos de arquitectura. Todos estes painéis estão ainda numa fase primária do seu estudo, quer na caracterização, quer na sua relação hipotética com espaços definíveis na lógica organizacional do espaço.

Trata-se de pinturas enquadráveis em produções dos finais do Século XIX, inícios do Século XX. Tal pode ser verificado, igualmente, na própria escolha dos motivos ou na figuração das embarcações. O estilo é muito similar ao de algumas salas pintadas por António Augusto Flamengo, pintor local desta época, que produziu as figurações de algumas salas do edifício do Governo Civil de Setúbal (antigo Paço dos Duques de Aveiro, sito na Praça Bocage. Aliás, as semelhanças representativas são, efectivamente, muito grandes, pelo que se terá de explorar esse caminho, com vista a uma confirmação ou infirmação de autoria. Note-se que esta cronologia coincide com o que denominámos quinto momento construtivo, facto que nos parece sustentável e coerentemente compreensível.

A complexidade e a dinâmica construtiva deste espaço, de poucos metros quadrados de área, é, pois, um exemplo do que temos de compreender para todo o espaço urbanizado. A primeira questão prende-se com a autoria dos sucessivos edifícios e suas reconstruções. Creio que a essa questão não é difícil responder, uma vez que já documentámos em ponto anterior, que Setúbal era auto-suficiente em termos artísticos e artesanais. Não me parece de surpreender que, aparte a calçada de basalto da vala de acompanhamento 8, muito compacta e de pedras de pequena dimensão, que só tem paralelo em pisos na ilha da Madeira, todos as restantes técnicas e tecnologias seriam locais. De facto, temos pedreiros documentados em épocas precoces, como na reconstrução da paroquial de S. Julião, da autoria de João de Castilho, em 1513, obra simultânea aos Jerónimos, que de tal modo colocava problemas técnicos aos construtores que estes tiveram de ir a Lisboa e Santarém para se esclarecerem com o mestre⁴³¹. Um outro caso bem conhecido é a da edificação da ermida de São João Baptista e da construção, a seguir, do convento, onde se vê que quem constrói as ditas

⁴³¹ Este episódio é-nos narrado por Fernando António Baptista Pereira – Sobre o Manuelino de Setúbal in *Setúbal na História*, Ed. LASA, Setúbal, 1990, pp. 130 – 131.127-146

edificações são os sadinos, apoiados física e directamente pelo Senhor D. Jorge, filho ilegítimo de D. João II, duque de Coimbra e Mestre da Ordem de Santiago da Espada, conjuntamente com a sua esposa e filhas⁴³². De facto, nestes, como noutros casos e a respeito de diversas profissões, são bem conhecidos e servem para atestar aquilo que era normal atendendo às dimensões do povoado no “Outono” da medievalidade e dealbar do mundo moderno⁴³³.

Contudo, respondida que está a primeira questão, levanta-se outra mais pertinente. Assim, porque usar um caso específico para representar as construções de Setúbal durante o período em causa? A resposta reside em vários argumentos que procuraremos agora esclarecer. Em primeiro lugar, não há muitas intervenções arqueológicas realizadas em edifícios na integridade da propriedade urbana. Um bom exemplo disso é o caso da Rua Arronches Junqueiro n.º 118, onde apenas uma fracção, a que correspondia um talho, pôde ser intervencionada, visto que a propriedade original estava retalhada. Porém, para além desse aspecto, foi uma intervenção que inspeccionou não apenas o subsolo, mas examinou, de igual modo, os pisos superiores do edifício. Todavia, não seria importante ou não passaria de um reflexo de casuísmo, se não existisse uma enorme homogeneidade nas construções seiscentistas e setecentistas no núcleo urbano sadino.

Na realidade, e conforme sublinhámos a propósito da fachada interior do quartel de Nossa Senhora da Conceição da Fortificação Grande, a fachada do mesmo era similar à de um edifício civil. Neste palácio urbano, temos as mesmas características de fachada que encontramos, tanto no palácio dos Salemas, como no do Feu-Gião, bem como na comum arquitectura civil dos edifícios sadinos. Ou seja, se olharmos as

⁴³² João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Volume IV, Parte I, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1970, pp. 53 – 56.

fachadas das edificações do centro histórico, na sua maioria esmagadora integráveis nos séculos XVII e XVIII, conseguimos perceber que partilham características, independentemente de ocuparem uma pequena faixa de terreno, ou ocuparem todo um quarteirão.

Foi o caso da intervenção arqueológica da Rua Arronches Junqueiro n.º 118 que me levou a pôr esta questão, uma vez que não conseguia saber se se tratava de um palácio urbano ou de um edifício de rendimentos, edificado pós-terramoto de 1755. Como é evidente, não confundimos uma casa de pescadores com um palácio de uma distinta família, mas temos, por exemplo, as casas de Bocage e de Luísa Todi, onde supostamente habitariam famílias de cultura, se bem que não de grande abastança, que, exteriormente, não têm nada que as distinga das suas congéneres de S. Sebastião e Fonte Nova, respectivamente. As fachadas são simples, com paredes – mestras de argamassas de areia e cal associadas à pedra e cerâmica, distribuídas de forma irregular. As aberturas (portas e janelas) são em alvenaria, seja calcário local ou brecha da Arrábida. Os telhados de telha de canudo local. Para além das proporções da propriedade, o que distingue é um escudo, quando o há, e, de forma clara, os interiores, onde se espriava a riqueza e a condição dos habitantes. Carlos Vieira de Faria, em curioso estudo⁴³⁴, chama a atenção para este aspecto: *Continuando a não dispor de uma burguesia endinheirada e com peso económico, político e social, a cidade manteve as características medievais, faltando-lhe a monumentalidade arquitectónica e urbanística que encontramos, por exemplo, nas cidades espanholas e italianas da mesma época. Setúbal permaneceu à margem do urbanismo barroco, sem as grandes e belas praças e avenidas que atestavam a glória, o poder e a força do Príncipe, da Aristocracia e/ou da Burguesia.*

⁴³³ Não podemos, nem devemos esquecer que os mestirais já se encontravam agrupados em confrarias corporativas desde a Baixa Idade Média e que tal continuou em Época Moderna. Sobre este assunto veja-se Paulo Drumond Braga – *Setúbal Medieval*, Ed. C. M. S., 1998.

Em termos de mentalidade, a cidade mercantil e pré-industrial e a cidade medieval não se diferenciavam muito. A Igreja manteve o seu domínio, continuando a existir conventos e confrarias. Por razões que não são específicas de Setúbal mas que entroncam em problemas típicos da sociedade portuguesa, a religiosidade renascentista barroca não foi capaz, como nos países do Centro e do Norte da Europa, de vencer o imobilismo, o atavismo e a intolerância que caracterizavam os séculos XVI, XVII e XVIII em Portugal e, conseqüentemente, em Setúbal. Contudo, a emergência neste período de conflitos sociais prova o enfraquecimento do controlo exercido pelas instituições que caracterizaram a cidade medieval. As preocupações sociais desapareciam pouco a pouco do horizonte estritamente económico das classes dominantes. Passavam a ser caridade e não solidariedade⁴³⁵.

Apesar de não concordarmos em relação à interpretação do supracitado autor, note-se que a observação é arguta. Também ele repara na falta de monumentalidade urbanística e arquitectónica, se bem que a sua explicação não me parece correcta. De facto, Setúbal detinha uma aristocracia endinheirada e mercantil; a sociedade medieval e a sociedade moderna não se equivalem, e o dinamismo económico de Setúbal à época é sublinhado por todos os autores, estando Carlos Vieira de Faria entre eles, uma vez que, quer antes, quer depois, volta a reforçar essa pujança económica. No que respeita aos conflitos sociais, estes resultam das transformações sociais e demográficas da medievalidade para a modernidade, pelo que os sistemas de controlo eram distintos.

Se estamos de acordo em que Setúbal passou à margem do urbanismo e arquitecturas monumentais, convém, pois, avançar com a hipótese que me parece mais provável. Tal como no caso dos oleiros, é provável que os construtores tivessem pouca

⁴³⁴ Carlos Vieira de Faria – *História urbana de Setúbal, olhar o passado – perspectivar o futuro* in *Setúbal na História*, Ed. LISA, Setúbal, 1990, pp. 41 – 91.

⁴³⁵ Carlos Vieira de Faria – *História urbana de Setúbal, olhar o passado – perspectivar o futuro* in *Setúbal na História*, Ed. LISA, Setúbal, 1990, p.56.

vontade de inovar e, acima de tudo, privilegiassem o funcional. Só que isto não serve de explicação por si, uma vez que, conforme já ficou claro no caso da Igreja de S. Julião, quando confrontados com encomendas exigentes, tinham de reaprender para o poderem fazer. Portanto, e atendendo que o mesmo se verifica nos edifícios militares, como já vimos, bem como nos religiosos, como veremos adiante, para além dos já referidos civis, parece-me que se trata de uma questão relacionada com os encomendantes, e não com os oficiais.

Não existindo impedimentos claros de ordem financeira, nem de ordem técnica, parece-nos que a justificação é de ordem ideológica. Poderá, a meu ver, tratar-se de um fenómeno similar ao que assistimos com a “democratização” das loiças finas de produção olisiponense, ou seja, um fenómeno social complexo. A aristocracia, numa sociedade tão marcadamente exploratória, assente nos lucros do sal e da pesca, poderá ter optado, estrategicamente, por não ser ostentatória, ao passo que os trabalhadores procuram mimar os modelos das classes privilegiadas, por quem, na realidade, um dia aspiram vir a ser aceites. Deste modo é evidente que se cria um sistema de escape de tensão social, porquanto, nas fachadas, são todos mais parecidos, para além de se permitir uma homogeneização de métodos e técnicas construtivas, o que em muito facilita aos construtores, pedreiros, carpinteiros e outros, que mecanizam os processos e optimizam a produtividade.

Parte II, 8 – Urbanismo

Diz-nos Duarte Nunes de Leão⁴³⁶: *Na villa de Setuval ha ua pedra de várias cores convem a saber branco, vermelho, encarnado, toda feita de remendos como seixinhos, que parece que se pegaram com a mão e que não nasceram assi, a qual a gente vulgarmente e erradamente chama, jaspe, por aquella diversidade de cores. Desta pedra estaá edificada toda aquella villa, assi casas como templos, muros e torres, por nam haver outra pedra assi na villa e termo seu como nas montanhas, vizinhas da serra da Arabida, a que os antigos chamaram promontorio Barbario. Pelo que todos os edificios é necessario serem della: os quaes muros e torres se como sam de pedra tosca, forma lavrados polidamente e de cantaria for a a mais fermosa cerca do mundo. Desta pedra a que é solida e masiça (porque algua é espongiosa e se desfaz*

⁴³⁶ Duarte Nunes de Leão - *Descrição do Reino de Portugal*, Colecção Clássicos da Historiografia, Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 3.ª ed., Lisboa, 2002, Fl. 45/45 v.

com o tempo) e que acerta nam ser variada, mas fica soo em vermelho, parece verdadeiro porphido. Todavia, este uso profícuo da brecha da Arrábida vem a ser substituído pelo calcário, pelo menos após 1755. Podemos verificar este mesmo fenómeno no centro histórico, uma vez que são já raras as fachadas em brecha, algumas delas remontando ao Século XVI, sendo reaproveitadas pós o referido terramoto. A valorização deste “jaspe” vai fazer com que este comece a ser aplicado em tampos de mesas, móveis, etc., tornando-se demasiado dispendioso. É normal que tal aconteça, uma vez que é mais difícil, a um pedreiro, trabalhar a brecha, que é uma rocha heterogénea, do que o calcário. No entanto, a descrição de um povoado de “mármore vermelho” é uma das imagens mais fortes do Antigo Regime, que tanto marca os visitantes.

Setúbal, contudo, reflecte, através da sua forma, as suas preocupações e vocações económicas (anexo imagens 1-3, 167-171). Com uma largura de cerca de 500 metros, estendia-se, no final do Século XVIII, ao longo de cerca de 2000 metros paralelamente ao Sado. A riqueza desta vila provinha do sal e o seu sustento do comércio marítimo de várias escalas e das pescas.

Ao invés de apresentar algum planeamento no seu crescimento, este é feito *a posteriori*, tentando domesticar zonas de crescimento espontâneo. Outro aspecto a ter em conta é a irregularidade do terreno. Assim, na Anunciada, apesar de lagunares, os terrenos são planos com acesso imediato à praia, enquanto que S. Sebastião apresenta uma praia menor e terreno acidentado. Não é de espantar que, desde o início da urbanização nestas duas freguesias, a Anunciada tenha apresentado a sua vocação de crescimento acelerado, chegando, no final do Antigo Regime, a apresentar dimensões que correspondiam a metade da área urbanizada.

É com o Antigo Regime que se abrem os largos voltados para o Rio, actualmente denominados, João Vaz, Teófilo Braga e Marquês de Pombal, cremos que ainda anteriores à construção das muralhas da Restauração. Acresce ainda a construção do Largo da Fonte Nova, que aproveita as águas do morro da Saúde, para instalar a Fonte que apadrinha o nome do Largo.

A disposição viária é relativamente conhecida e já foi, por diversas vezes, debatida. Efectivamente, dentro dos limites da muralha medieval, o traçado das vias, no geral, pouco se irá alterar ao longo dos tempos. Há, porém, numerosas excepções, como o Largo do Corpo Santo, anteriormente correspondente a um troço da Rua Direita, em que a ocupação se estendia do Palácio do Quebedo quase até à Igreja (anexo imagens 4 – 8, 26-27), fazendo, conseqüentemente, que a Rua Direita fosse uma via com pouca largura. Outra situação, mas inversa, foi a com que nos deparámos na Rua Arronches Junqueiro n.º 118, onde a via passava inicialmente sobre aquilo que se transforma, posteriormente, em propriedade privada. O já debatido caso da Rua de Santa Catarina n.º 18 é também disso claro exemplo. Porém, a norma é o respeito absoluto pela propriedade, pelo que o traçado viário se mantém na generalidade, alterando somente a fisionomia dos edifícios de acordo com as épocas e funcionalidades designadas pelos proprietários. Conseqüentemente, não é de espantar, que as freguesias de S. Maria e S. Julião, apresentem uma fisionomia vagamente medievalizante, e que o Troino e S. Sebastião apresentem o traçado rectilíneo característico da época moderna.

As vias apresentam, assim, uma carácter longitudinal, seguindo paralelas ao rio, com perpendiculares que as ligam, regularmente, entre si. Muitas destas vias tinham o seu nome ligado às actividades económicas preponderantes (casos da Rua dos Ourives, da Rua dos Almocreves, da Travessa do Forno, Paço do Trigo, etc.). Outras tinham o nome ligado a vias económicas (rua de Coina, que ligava à estrada de Azeitão – Coina),

a água (Largo da Fonte Nova, Largo do Poço do Concelho) ou a grandes edifícios religiosos (Rua Nova de S. Francisco, Largo do Carmo, Largo de S. Sebastião, etc).

Dentro do espaço urbano, alguns edifícios e estruturas sobressaem, quer seja pelo destaque a que estão votados pela excessiva exposição (em áreas abertas, quer se trate de Largos ou não), quer pela monumentalidade e preciosismo arquitectónico. Assim, e como já foi referido anteriormente, as fontes e chafarizes são estruturas que se enquadram nesta situação, contudo, não são, certamente, casos únicos. Os mais evidentes são os templos, que, com um tipo arquitectónico específico, sobressaem claramente do “bolo” urbano, até porque são enquadradas, excepção feita a pequenas capelinhas devocionais, pem Largos. Esta situação é particularmente visível nas paroquiais de Setúbal. Assim, a Igreja de S. Sebastião, destruída em 1857, ficava enquadrada por um pequeno largo, hoje o Largo dos Defensores da República, a de Santa Maria da Graça, matriz de Setúbal à época, tem ainda o Largo do Exército, bem como os espaços conquistados no Terreiro de Santa Maria⁴³⁷ e no Largo do Corpo Santo⁴³⁸, já que, por detrás, tinha a muralha medieval que não permitia a sua expansão (anexo imagens 4 – 8, 24-27). No que respeita à Igreja de S. Julião é enquadrada pela Praça de Bocage (anexo imagens 9 – 14), ao passo que a primitiva Igreja da Anunciada (hoje a Caritas) é enquadrada pelo Largo Teófilo Braga (anexo imagens 20 – 21, 117).

Todavia, outros templos, como a Igreja do Convento de Jesus (anexo imagens 163), a Igreja do Convento de S. Domingos (actual paroquial de S. Sebastião - anexo imagens 48 – 49), a Capela do Convento de Nossa Senhora do Carmo (destruída), a

⁴³⁷ Gonçalves et alii - Nota preliminar sobre a intervenção arqueológica no Hospital João Palmeiro, 2001 e Luís Lopes, Nathalie Antunes-Ferreira e José Luís Neto – Os enterramentos do Hospital João Palmeiro – Séculos XVI-XVIII (no prelo).

⁴³⁸ José Luís Neto, Luís Lopes e Maria João Cândido - Material arqueológico proveniente da zona da Igreja de Santa Maria in Subsídios de para o estudo da História Local, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 65 - 76 (2001), José Luís Neto et alii – As obras da Setgás no Centro Histórico de

Capela da Igreja do Convento dos Trinos (Largo da Fonte Nova - anexo imagens 56 – 57), a Igreja do Convento de Santa Teresa de Ávila (actual paroquial da Anunciada - anexo imagens 52), a Igreja do Convento dos Grilos (actual sede da Polícia Judiciária local - anexo imagens 46 – 47), todas estas pertencentes a Ordens, bem como a Capela da Misericórdia (anexo imagens 22), a Capela de Santo António (anexo imagens 23), a Capela do Socorro (anexo imagens 35-36), a da Boa-Morte (já destruída), o Outeiro da Saúde (anexo imagens 100), eram precedidas de um largo, de dimensões variáveis.

Junto a estes templos, e também variando de acordo com o prestígio e localização destes na malha urbana, encontramos uma preferência para a construção de palácios. Assim, junto a Santa Maria temos o Palácio Quebedo, bem como uma casa apalaçada descoberta na intervenção arqueológica do Hospital João Palmeiro, para além de uma grande concentração de brasões de família nesse mesmo Terreiro e ruas adjacentes. O maior palácio de Setúbal, o Paço dos Duques de Viseu, situava-se paredes-meias com a paroquial de S. Julião. O mesmo se pode dizer do Palácio dos Albinos (destruído recentemente e reconstruído num estilo “neo-qualquer coisa”), quase colado ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, bem como o do Feu-Gião, no Largo da Fonte Nova, com uma clara ligação aos Trinos (anexo imagens 132).

No entanto, é já no Século XVIII, que Setúbal vai adquirir uma paisagem mais rica em elementos evocativos de um panorama pietista. Em 1714 procedeu-se à edificação das cinco capelas dos Passos da Procissão do Corpo de Deus (Rua Frei Agostinho da Cruz, Largo da Verónica, Praça de Bocage, Rua Dr. Paula Borba e Largo de Santo António - anexo imagens 38 – 43), bem como, ao longo desse Século, se procedeu à instalação de painéis de azulejos com representações de Nossa Senhora e de

Setúbal – resultados da intervenção arqueológica in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 77 – 92.

Santos, que ainda hoje se encontram espalhadas um pouco por todo o Centro Histórico⁴³⁹.

Contudo, outro meio de propaganda não pode ser esquecido. Apontado, desde o domínio romano, como uma das formas preferenciais de propaganda dos vários tipos de poderes existentes, as epígrafes, ou pedras inscritas, são, sem dúvida, uma constante histórica. As pedras que falam, que foram já objecto de estudos criteriosos de vários investigadores⁴⁴⁰, desde André de Resende no Século XVI, apresentam várias dimensões que podem e devem ser exploradas, mas quantas vezes são esquecidas.

Em Setúbal, tal como nas restantes povoações portuguesas do Antigo Regime, a maior parte das epígrafes é funerária. Obedece a normas de texto mais ou menos permeáveis, aumentando as indicações gravadas com o dinheiro despendido. Encontram-se nas igrejas e capelas do Concelho, mais visíveis quando não houve dinheiro para substituir o piso do templo, mais destruídas quando se efectuaram obras. E não nos deve espantar que assim seja, visto que estamos a observar uma sociedade de fé (custa-nos mais entender em quê cada indivíduo crê, do que pôr em questão a sua fé), que, pelo menos teoricamente, despreza a materialidade fugaz (à qual a maioria esmagadora da sociedade não tem sequer acesso) em prol do espiritualismo da eternidade. E é dessa fusão da eternidade da alma e fortaleza do espírito com a durabilidade da pedra, que resulta a proliferação tumular em alvenaria, hábitos herdados já da Idade Média. Deixemos, no entanto, este assunto para ser debatido adiante.

⁴³⁹ Alguns deles só se conhecem documentalmente, como é o caso de um painel na Fonte Nova. João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume IV, tomo 1, Setúbal, 1972, p. 175.

⁴⁴⁰ Dos quais gostaria de destacar J. M. Cordeiro de Sousa, José d'Encarnação e Mário Barroca. O primeiro estudou as inscrições de Lisboa medievais e modernas, o segundo tem-se dedicado ao estudo exaustivo da epigrafia romana no nosso território, alertando-nos sempre para as várias dimensões que apresenta, e o terceiro, igualmente, mas na epigrafia medieval.

As epígrafes não são apenas funerárias, têm naturezas diversas. Algumas são claramente destinadas a circunstâncias específicas, de modo a celebrar alguma instituição e perpetuá-la na memória da população. Um desses exemplos existentes em Setúbal é, a esse respeito, claríssimo – trata-se do pelourinho (onde se supliciavam os condenados), localizado na Praça de S. Pedro, actual Largo Marquês de Pombal. É uma das obras de mais pequena dimensão, que contém maior significado. O pelourinho é refeito na época de D. José I, simbolizando, dentro da nossa perspectiva, um sinal claro de uma nova postura do poder (estado absoluto, com o Marquês de Pombal) e uma perspectiva renovada das instituições jurídicas e da aplicação da Justiça. O facto de ser constituído simplesmente por uma coluna pétrea, lisa, parece-nos significar a solidez e pureza dessa nova Justiça. Sob a coluna temos um paralelepípedo pétreo, com as inscrições alusivas a essa nova realidade, de clara subjugação do poder local ao central (anexo imagens 131, 133). Encimando o conjunto, sobre a coluna neoclássica, encontramos um capitel de estilo coríntio, trazido de Tróia, revelador da identidade de Setúbal, que se havia desandado no Largo da Fonte Nova. Trata-se, de facto, de uma precoce manipulação da memória identitária colectiva que podemos observar. Desde André de Resende n' *As Antiguidades da Lusitânia*, no Século XVI, que se apontavam Tróia e Setúbal como os locais mais prováveis da antiga *Cetobriga* romana. Sabia-se que esta tinha sido um importante núcleo económico da província romana da Lusitânia, até porque vinha referida em Estrabão, geógrafo grego do Século II d. C., importância esta que tinha sido confirmada em observação directa por André de Resende, quando visitou Tróia e deduziu que tal se devesse à grande extensão de tanques, que interpretou, correctamente, como tanques de salga de peixe. Porém, pretendia-se que a identidade de Setúbal remontou a Túbal, neto de Noé, ou seja, à aurora da “Época Pós-Diluviana”, conforme à contagem do tempo durante o Antigo Regime (liam Setúbal como *sedis*

Tubal, lugar de Túbal portanto). Esta versão ganhou incontáveis adeptos que, baseados em André de Resende e Bernardo de Brito, autor da *Monarchia Lusitana*, repetiram e espalharam o mito fundacional da Vila pelas mais distintas obras que chegaram até aos nossos dias. O hábito de recorrer a Tróia como fonte de pedra trabalhada para construção e a existência de pequenos museus em palácios e conventos, atestavam, corroboravam, diariamente, geração após geração, esse passado de tronco comum entre os nados no lugar. A utilização de um marco distintivo do passado de Setúbal, trazido do seu subsolo, o capitel assume-se (aliado que está a um reinado de profundas reformas), como um acto político impressionante pelo seu significado simbólico⁴⁴¹.

Contudo, muitas outras inscrições espelham esse mesmo espírito de propaganda política, como a Fonte da Praça Teófilo Braga, a Fonte do Claustro dos Carmelitas, hoje no centro do Largo José Afonso, a da Fonte de S. Caetano (no Museu de Setúbal/Convento de Jesus). Mesmo algumas informações mais singelas, e de carácter colectivo, são visíveis na frontaria do pátio da Casa do Corpo Santo, bem como nas capelas dos Passos da Procissão. Procura-se eternizar o nome dos fundadores, ou das instituições fundadoras, enquanto que, caso especial, nos Paços da Procissão, feitos com as esmolos, se procura eternizar o esforço colectivo das almas piedosas que viveram em Setúbal.

Apesar de alguma vastidão no número das epígrafes disponíveis, há uma, que apesar de ser anterior, tem de merecer algumas palavras especiais. A epígrafe da Casa das Quatro Cabeças, apesar de, pelo estilo de letra, ser enquadrável nos finais do Século XV e inícios do Século XVI, é um texto notável. Esta peça é atribuída ao próprio D. João II, simbolizando a sua justiça aplicada ao Duque de Aveiro, seu cunhado, aquando

⁴⁴¹ Efectivamente, o significado deste novo pelourinho é marcante a vários níveis dentro da imagética portuguesa, como bem chama a atenção Ana Cristina Martins – As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de Oitocentos in *Archæia*, n.ºs 3, 4 e 5, Madrid, 2003-04, pp. 65 – 85.

da preparação de um golpe de Estado. D. João II mata-o com um punhal, aqui, na Vila e, para celebrar o feliz desfecho, terá mandado fazer esta inscrição. Ora, a primeira e evidente questão é a sua localização. De facto, se se tratasse de uma pedra de D. João II, não estaria, certamente, no Troino, mas antes no Paço Ducal, onde actualmente está o Governo Civil, entre a Praça Bocage e a Avenida Luísa Todi. Porém, o que também é um facto, é que o edifício do Troino que integra esta pedra, é, muito provavelmente, posterior ao terramoto de 1755, e que, tal como outros edifícios contemporâneos, integra elementos estéticos anteriores, em pedra trabalhada (anexo imagens 130, 134). O melhor exemplo é o da reconstrução da fachada do Hospital João Palmeiro (anexo imagens 24 – 25), mas outros exemplos existem em portas e janelas um pouco por todo o centro histórico, especialmente em estilo manuelino. Ou seja, a pedra e os mascarões barbudos que decoram a Casa das Quatro Cabeças, foram retirados de um outro edifício e ali implantados aquando da reconstrução da Vila. É possível, até pela proximidade, pela permanência da memória, e pelos estragos verificados no Paço, que tenham vindo do Palácio dos Duques de Aveiro.

No entanto, o mais importante desta epígrafe, é o texto que tem, e nos narra: “Se Deus está por nós, quem contra nós”?! Brilhante e prematuramente, este texto sintetiza o pensamento político do Antigo Regime, visto que, inspirado nos salmos, funde a cultura católica com as aspirações da teoria política humanista - Um condutor de homens acima das pretensões dos vários grupos sociais, um monarca, escolhido e protegido por Deus, espalhando incontestavelmente a sua justiça e governação.

Outros sinais urbanos, discretos, têm igualmente de ser equacionados. São os casos dos objectos que têm uma correspondência enquanto símbolos mentais/ideológicos. Esses pequenos marcos, que hoje nos passam despercebidos, ajudavam os que passavam a orientarem-se na barafunda urbana. Cruzes que

simbolizam templos, escudos heráldicos que representam palácios de uma família específica, marcos de propriedade urbana, sintéticos, com marcas decifráveis para os seus contemporâneos, e de mais complexa destrição para os nossos olhos de hoje.

Parte II, 9 – O urbanismo da morte

Contudo, a povoação apresenta marcos públicos de realidades ainda mais complexas. Paralelamente a toda esta vivência, existe uma outra, partilhada e em comunicação constante, a realidade dos mortos. Os mortos estão sempre presentes na vivência quotidiana, pois que estão representados nas imagens das igrejas, estão presentes e interferem na realidade através das venerandas relíquias, muitas delas fragmentos de osso, espalhadas pelos templos de Setúbal que diariamente, ou quase, espalham a sua benevolência nas populações, curando-as, auxiliando-as nos seus problemas.

Os espaços de reunião pública, como os adros das igrejas, onde as pessoas se reúnem, fazem negócios, realizam as feiras (como a de Santiago no Largo de Jesus - anexo imagens 163), são os espaços partilhados com os mortos, dado que os mortos

encontram a sua morada dentro e fora desses templos. Esta “promiscuidade” encontra os seus reflexos sociais mais marcantes nas procissões, nos cortejos fúnebres, criando uma coesão social baseada no comum respeito e temor pela religião e pelos antepassados, sempre presentes, sempre visíveis.

Esta relação ambígua, entre a vida e a “outra vida”, é materializada na Casa do Corpo Santo. Em somente três divisões podemos admirar toda uma vivência feita de partes hoje interpretadas como distintas. Assim, na Capela temos trinta e três bustos relicários de um projecto piedoso, conjuntamente com azulejos que nos narram episódios da vida de S. Francisco, que nos remetem para a fugacidade e vaidade da vida terrena, aconselhando ao despojamento e ao recolhimento internos (anexo imagens 28). Ao invés, nas outras duas salas temos o esplendor da cor nos tectos pintados, e da vida como gostariam que ela fosse, nos painéis de azulejos, relativos a caçadas e a outros entretenimentos variados, com namoricos, bucolismos e tudo o mais que evoca uma perfeita exaltação da vida (anexo imagens 29 – 31).

Um outro caso interessante é o das relíquias do Convento de Jesus (anexo imagens 469 – 471). Sem qualquer dúvida podemos afirmar que o Convento de Jesus era o espaço sagrado com maior reputação dentro do núcleo urbano. Tinha uma relíquia do verdadeiro santo lenho, e um espinho da coroa de Nosso Senhor, facto que lhe granjeava uma mais valia na escala de proximidade e influência metafísica junto da divindade. Porém, esta relíquia era uma de várias que haviam sido reunidas neste convento, ofertadas por monarcas e outros senhores do mundo. De facto, após estudarmos as relíquias ósseas, pudemos verificar que, apesar dos seus ilustres mecenas,

há algumas incompatibilidades entre o vestígio ósseo e o santo a que pretensamente está atribuído⁴⁴².

Apoiados no *Tratado da antiga e curiosa fundação do Convento de Jesus* temos a indicação de que os ossos de Santo Estêvão e de um Inocente com os “ossinhos e carne mirrada” foram ofertados à fundadora do Convento, D. Justa Rodrigues Pereira, pelos Reis Católicos (D. Fernando de Aragão e D. Isabel de Castela). Se em relação à primeira relíquia temos dificuldade em saber se se trata da relíquia observada, dado que temos outras doadas em 1609 e 1630, não deixamos de constatar que corresponde a um fragmento de tibia, muito incaracterístico. Em relação ao Inocente poucas dúvidas nos restam, uma vez que correspondem a falanges de um indivíduo jovem a adulto.

A Rainha D. Catarina, mulher de D. João III, ofereceu “huma cabeça do martir sancto Heliado capitão dos des mil martires em hum relicario da China, com vidraças, colunas e guardião de prata”. Esta chegou no dia 1 de Janeiro de 1572.

D. Fernão de Toledo, na época de D. Filipe I, ofereceu um “casco de huma das onze mil virges, e elle proprio estando nesta Villa de Setuval trouxe o sancto casco e o entregou na roda deste convento à Madre Soror Maria de S. Miguel Abbadessa (...)”.

O Padre Estevão de Castro, jesuíta, ofereceu várias relíquias das quais destacamos um osso de Santa Inês, um osso de S. Luís Bispo “o qual está á peito de hum corpo inteiro do sancto” e um osso de Santo Estevão, oferecidos em Abril de 1609.

O Cónego Lourenço Rodrigues da Costa ofereceu uma relíquia de Santo Estevão, as de S. Donato, Santa Juliana, Santa Brites, Santa Eugénia e Santa Margarida. Foram recebidas por este em Roma a Fevereiro de 1630 e oferecidas pouco depois ao Convento.

⁴⁴² Maria Cristina Neto, Nathalie Antunes-Ferreira e José Luís Neto – *Tocar a Santidade – As relíquias do Convento de Jesus de Setúbal* in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Ed. C. M. S., Setúbal (no prelo).

As relíquias, conforme pudemos verificar, chegaram ao longo dos Séculos XVI, XVII e XVIII, especialmente nos dois primeiros. Apesar da relíquia mais importante do Convento ter sido um fragmento do Santo Lenho e um espinho da coroa de Cristo, as outras relíquias estiveram, de igual modo, ao culto, e foram veneradas dentro deste espaço. Contudo, esta devoção assentava na veracidade das ditas. O que pudemos constatar é que, apesar de na maioria dos vestígios osteológicos não pudermos confirmar a sua autenticidade, dada a exígua dimensão dos fragmentos, há algumas relíquias que temos claramente a noção do que não correspondem, de facto, a quem supostamente deveriam pertencer. Tal é evidente nas relíquias do Inocente (incompatibilidade por idade), uma Santa - 235 E. 15 - e Santa Juliana (ossos de animais), e na outra Santa - 244 E. 24 (osso de criança). De qualquer modo, a compatibilidade dos ossos com os Santos de que pretensamente provêm é improvável, dado que muitos dos Santos são mártires dos primeiros séculos do Cristianismo, acrescendo ainda o facto de serem de origens mais ou menos longínquas.

Não deixaram de ser, por isso, símbolos do prestígio do Convento, e dos patrocínios sociais elevados que teve, permitindo, deste modo, um estatuto elevado deste edifício religioso sobre os seus congéneres mais próximos, estatuto esse reflectido na forte influência espiritual que o Convento de Jesus exerceu sobre a Vila de Setúbal ao longo dos séculos em que funcionou.

No entanto, não era só o Convento de Jesus que detinha a “fábrica dos milagres”, uma vez que também era muito famosa a relíquia de S. João Baptista do Convento de S. João. As irmãs passavam água da fonte sobre o fragmento de osso, água essa que escorria para um copo e davam de beber ao enfermo. Era assim que este ficava curado das maleitas que o atormentavam⁴⁴³. Outras relíquias famosas, como a de S.

⁴⁴³ João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Volume IV, Parte I, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1970, pp. 63 – 64.

Sebastião, ofertada pelo Papa, e a de Frei José de Morant, encontravam-se com os dominicanos. Imagens milagrosas estavam também com os paulistas, e relíquias dos Santos Mártires do Japão podiam ser encontradas com os Capuchinhos de Alferrara.

A fé e a devoção faziam parte do quotidiano, uma vez que as confrarias e irmandades passavam pelo seu período áureo, bem como, por vezes, ultrapassavam os limites do bom senso, passando a circunstâncias de excessiva sensibilidade colectiva, como é o caso das exéquias fúnebres de Frei António Taveira, franciscano, no ano do Senhor de 1638, conforme nos é narrado⁴⁴⁴:

Imensa gente que concorreu às cerimónias do seu enterro, e enquanto se celebrava o ofício do corpo presente, muitas foram as pessoas que se aproveitaram das relíquias, consideradas como coisas santas e milagrosas; umas cortavam-lhe os cabelos do cilício, outros bocados do hábito, e com tanto fervor e demasia, que a não acudirem os religiosos, ficaria o corpo despido de todo. Os mais prudentes limitavam-se a tocar as suas contas no cadáver, mas todos testemunhavam a maior veneração por tão virtuoso padre, do qual se tiraram cópias e retratos, que parece deram bom exercício à arte e bastante lucro aos pintores.

A este caso temos de aliar muitos outros, dos quais os que melhor documentados estão são a do muito famoso Frei Agostinho da Cruz, falecido em 1619, que teve direito a guardas, procissão fúnebre por mar, retratos, etc. e a de Frei António da Madre de Deus, ambos arrábidos, com todo o espectáculo dramático e de fanatismo colectivo costumeiro⁴⁴⁵.

Outro bom exemplo dessa religiosidade sempre presente é o caso das venerandas verónicas encontradas nos enterramentos da Cúria Diocesana de Setúbal,

⁴⁴⁴ João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Volume IV, Parte I, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, p. 150.

⁴⁴⁵ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 117– 118 e 121 – 122.

calibradas entre 1755 e 1858 (anexo imagens 465 – 468, 472-473). Trata-se de medalhas de bronze, algumas extremamente interessantes, mas na generalidade, muito lisas, desgastadas pela acidez da terra. É o caso de uma que ostenta, no anverso, a efígie de Cristo, com a legenda SALVATOR MUNDI[...] e no reverso a efígie de Maria, com a legenda MATER SALVATOR(is) O(ra). P(ro). N(obis). Uma outra traz-nos no anverso o Santíssimo Sacramento (custódia com raios luminosos) e, no reverso, uma efígie de Maria com a legenda B(eata). VIRGO MARIA. Outra ainda oferece-nos, no anverso, uma Maria Madalena com um pote de bálsamo entre as mãos, com a legenda SANCTA MAGDALENA O(ra). P(ro). N(obis) e, no reverso, um S. Tiago peregrino, com bordão e capa de romeiro, com a legenda S. IACOB [...]. Uma quarta oferece-nos S. João Baptista, no anverso e S. Francisco estigmatizado, no reverso. Mais, temos uma com S. Stanislau Koska, santo polaco canonizado em setecentos, com a legenda S. STANIS. ANIS [...], tendo, no lado oposto, S. Caetano, igualmente jesuíta, com a legenda S. CATANI [...], bem como outra com a estigmatização de S. Francisco e, no lado oposto, talvez uma alusão ao anjo Tobias guiando um menino. Uma última, não menos interessante, corresponde a uma moeda cortada em crescente, destinada à protecção dos maus-olhados, principalmente em crianças, que teria sido usada, numa clara demonstração de crenças heterodoxas/superstições, na religiosidade popular.

Várias foram as intervenções arqueológicas em que tivemos de nos defrontar com esta realidade. A actividade arqueológica desenvolvida em cidades que sofrem fortes transformações na sua morfologia, mercê de investimentos imobiliários, comerciais e obras públicas, como é o caso da actual Setúbal, reflecte, em boa parte, os condicionalismos inerentes à recolha dos elementos sobre os quais nos propomos reflectir.

Para as reflexões que aqui desenvolvemos, gostaríamos de ter recolhido dados noutras locais, locais que nos poderiam ajudar a complementar e completar as informações de que já dispomos. Porém, mesmo com as limitações que se nos impuseram de locais de recolha e de número de indivíduos exumados nos últimos anos, é-nos permitido tecer algumas considerações sobre alguns aspectos ligados à morte e à mortalidade em Setúbal entre os Séculos XV/XVI e os finais do XVIII/princípios do XIX.

Não existiam, até 2001, publicações relacionadas com os aspectos antropológicos físicos da população sadina. Só com as intervenções arqueológicas do Museu de Setúbal/Convento de Jesus se vieram revelar alguns aspectos relacionados com a análise física dos materiais osteológicos de Setúbal⁴⁴⁶.

As obras que tradicionalmente têm focado alguns aspectos relacionados com a morte em Setúbal, têm sido alicerçadas em documentação de arquivo, fontes essas que nos auxiliaram também na interpretação da realidade histórica. No campo da Arqueologia temos os contributos pontuais de Carlos Tavares da Silva, acerca da necrópole romana de S. Sebastião⁴⁴⁷ e uma indicação relativa a um enterramento moderno na Praça Bocage⁴⁴⁸. Defrontamo-nos, pois, com um panorama relativamente pobre, quer no que respeita à quantidade de informação, quer no que respeita à sua articulação.

O limite cronológico superior, no que respeita aos materiais osteológicos que podemos encontrar em templos, ou em seu redor, situa-se, eventualmente, por volta de

⁴⁴⁶ As linhas epistemológicas e metodológicas para esta parte e para a actuação em Setúbal foram as definidas por José Luís Neto e Nathalie Antunes-Ferreira – Reflexões em torno da Arqueologia e Osteologia em Portugal (perspectivas) in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 118, n.º 1-16, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 2000, pp. 195 – 201.

⁴⁴⁷ Carlos Tavares da Silva – Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião (Setúbal), Ed. Separata do IV Colóquio Português de Arqueologia, Porto, 1966.

⁴⁴⁸ Carlos Tavares da Silva e Antónia Coelho-Soares – A Praça de Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980 in *Setúbal Arqueológica*, Vols. VI -VII, Setúbal, 1980-81, pp. 249 – 284.

1839, altura em que a Câmara Municipal, por despacho, obriga a que os enterramentos das freguesias de São Julião e de Santa Maria sejam efectuados no Cemitério da Santa Casa da Misericórdia. Até lá os enterramentos eram realizados dentro e em torno das Igrejas e Capelas de Setúbal. Com a legislação sobre a criação dos Cemitérios a ser aplicada em Setúbal, primeiro com o cemitério da Misericórdia, posteriormente com o da Piedade, que abre as suas portas em 1861, fecha-se o período do nosso estudo⁴⁴⁹.

A aplicação desta Lei, para além da sua obrigatoriedade, é justificada pelas teorias higienistas, criadas pela classe médica europeia, e que encontram eco junto dos políticos, principalmente num enquadramento de laicização das Instituições políticas portuguesas, reflexo da vitória dos Liberais na Guerra Civil. Contudo, esta laicização era já visível em Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. A proibição dos enterramentos em adros nas freguesias de Santa Maria da Graça e S. Julião é justificada pelo excesso de óbitos na cidade e, portanto, pela consequente putrefacção de uma grande massa de cadáveres.

Relativamente à utilização generalizada dos adros dos edifícios com funções religiosas para enterramentos é algo que é esperado com naturalidade, aliás, o facto de existir algum edifício deste cariz onde não existam enterramentos é que nos pode levar a reflectir sobre esta hipotética situação, admitindo-a como excepcional. Assim, devemos observar que os sítios arqueológicos são apenas uma parte dos locais que tiveram enterramentos à sua guarda, e não a sua totalidade. Temos dois pequenos mas interessantes artigos que foram publicados no Jornal *O Elmano* que, a título exemplificativo, são demonstrativos de outros locais de onde não temos espólio:

“Ossadas”

⁴⁴⁹ Veja-se Alberto Pimentel – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.ª edição, Setúbal, 1992 e Laurinda Abreu – *Memórias da Alma e do Corpo*,

*Nas escavações a que se tem procedido para o assentamento da tubagem da canalização das águas, na rua Serpa Pinto, foram encontradas grandes quantidades de ossos humanos*⁴⁵⁰.

“Ossadas”

*Nas escavações feitas na rua Direita de Troino, para a canalização das águas, junto á antiga igreja da Annunciada, tem sido encontradas varias ossadas que teem sido removidas para o cemitério*⁴⁵¹.

A indicação interessante do segundo artigo, que refere a transladação dos ossos para o cemitério, mostra-nos a antiguidade de um comportamento comum que ainda se verifica nos dias de hoje quando se descobrem ossos humanos, aquando da ausência de um especialista que possa dar seguimento ao normal processo de investigação e salvaguarda do conhecimento científico e de legislação adequada.

Todavia, o caso mais interessante acaba por ser publicado n’ *O Setubalense*, em relação à demolição da Igreja de S. Sebastião:

DEMOLIÇÃO

*A Camara mandou demolir os restos das paredes da Igreja de S. Sebastião, onde nos dizem vai fazer um largo que pretende arborisar. O sitio é digno de melhorar-se por ser um dos melhores pontos de vista desta Villa*⁴⁵².

X

Palimage Editores, Viseu, 1999.

⁴⁵⁰ *O Elmano* - 05 de Junho de 1897, p. 2.

⁴⁵¹ *O Elmano* - 10 de Maio de 1897, p. 2.

⁴⁵² *O Setubalense* - 24 de Maio de 1857, p. 4.

A Camara Municipal está acabando de derribar o resto das velhas paredes arruinadas da antiga Igreja da Freguezia de S. Sebastião desta Villa.

Approvamos a idea de tirar do seio desta Povoação aquelle montão de ruinas, covil de corujas, guarida de morcegos, e esperamos que em breve o local que apresentava tão triste espectaculo se torne um commodo e agradável passeio.

Mas o desentulho tem ali sido feito de uma maneira não só inconveniente senão até indecente e immoral. As sepulturas teem sido brutalmente profanadas, os ossos de muitos dos nossos antepassados, e d' alguns do quaes ainda se conservam vivas lembranças, foram lançados sobre os montes de caliça ou espalhados sobre a terra, para a final serem preza da voracidade dos cães, e de quantos animães continuamente saltam áquelle logar, para acabarem de delacerar?! os restos mortães e, venerandos d' aquelles que ali jaziam!. Horror!.

E incrível que tal vandalismo se commetta, e que um semelhante sacrilegio se perpetre no meio de um povo civilizado e christão!. Procedimento inaudito, barbaro e feroz, que tem enchido de indignação a todos quantos o teem presencado, ou d' elle teem tido conhecimento!.

Mas que significa tudo isto?.

Significa a ausencia da policia, significa o desleixo criminoso da Camara Municipal, e significa a immoralidade que assim se maltractem e menosprezem as cinzas dos que nos precederam ou foram nossos companheiros na vida, e que adquiriram um sagrado direito a que nós os respeitamos na sua mansão da morte.

Camara Municipal de Setubal!. Factos destes ahi os registamos. Esperamos comtudo que já mais se repitam, para dignidade desta Terra, para credito das autoridades, e para honra da humanidade tão atrozmente offendida!.

*Ao menos, agora, mandem juntar esses restos mortões que se encontrarem nas sepulturas, e determinem que sejam trasladados ao cemiterio publico, com aquella decencia e religioso respeito que lhes devemos tributar*⁴⁵³.

Trata-se de uma situação paradigmática da postura oitocentista face ao património, e como tal merece que nos alonguemos um pouco na sua análise.

As referências mais antigas que temos nos dias de hoje sobre a morte no período sobre o qual nos debruçamos, estão em exposição permanente no Museu de Setúbal/Convento de Jesus. Trata-se de duas pinturas do Retábulo cuja autoria está atribuída a Jorge Afonso, pintor régio, com oficina em Lisboa, da primeira metade do Século XVI⁴⁵⁴.

O *Calvário* tem, no canto inferior direito, três ossos humanos aparentemente deixados ao acaso, mas com a função de reforçar e intensificar o momento da morte de Cristo na cruz.

Neste quadro a atmosfera acinzentada do Golgotá, aliada à lividez da Virgem, que cai desmaiada e é amparada por S. João Evangelista (clara alegoria à adopção de João por Maria, por ordem de Cristo), podemos ver a totalidade do mundo. Junto a Maria temos as outras mulheres que reforçam a sua dor, chorando, enquanto Madalena se agarra à cruz, deixando-se manchar pelo sangue de Cristo (alegoria à redenção dos pecadores pela conversão e pela Morte de Cristo). Do lado direito, onde estão os ossos, temos a representação da *vanitas* (vaidade) humana, com os algozes ricamente trajados, apontando as suas armas ao céu. Os ossos assumem então uma dupla leitura. Se reforçam a intensidade do conjunto, lembram que a *vanitas* humana não resiste face ao *tu és pó e ao pó voltarás*.

⁴⁵³ *O Setubalense* - 19 de Julho de 1857, p. 2.

⁴⁵⁴ Fernando António Baptista Pereira - *O Museu de Setúbal*, Ed. SocTip, Lisboa, 1990.

Os ossos presentes representam respectivamente, de baixo para cima na figuração, um fémur direito, uma mandíbula e uma quinta, sexta ou sétima costela. Contudo, os ossos apresentam algumas falhas de representação anatómica, reveladoras do pouco contacto que o pintor tinha com a estrutura óssea do corpo humano.

A segunda composição que nos interessa de modo particular para a nossa análise é a *Deposição de Cristo*, outra pintura impressionante. São João Evangelista, no lado esquerdo do painel aperta o nariz, no que foi interpretado por Barbosa e Pereira⁴⁵⁵, como um reflexo da heresia donatista. Tal pormenor evoca também o cheiro de decomposição dos corpos. Porém, o aspecto mais importante é o próprio Cristo que nos aparece a ser envolto numa mortalha por José de Arimateia e Nicodemus. Envolve-se o corpo no tecido para o enterrar.

Na Igreja de São Julião, nos painéis de azulejos alusivos à vida deste santo mártir (anexo imagens 103 – 104), podemos observar, no lado direito, o processo de um enterramento tal como era usual ocorrer quando este painel foi executado, ou seja, na segunda metade do Século XVIII, visto que se trata de um painel de estilo neoclássico. Podemos observar o corpo a ser transportado em esquife, suportado por quatro homens, encaminhando-se para Igreja que se vislumbra em segundo plano.

Também no talhão da Misericórdia (anexo imagens 105 – 108) podemos observar quatro painéis de azulejo referentes a um enterramento de um Irmão da Instituição. O corpo ficava exposto na Capela, seguindo-se o envolvimento do corpo em mortalha e transporte em esquife, com a respectiva procissão mortuária da Instituição e finalmente, no último painel, a transposição do corpo para a cova previamente aberta, onde, no monte, podemos verificar a existência de alguns ossos, dentro dos quais um crânio se destaca, tentando transmitir, talvez, o sentido da *pietas* humana perante o

drama, mas serve simultaneamente para podermos observar, num realismo cru, a constante reocupação dos espaços de enterramento, criando conseqüentemente grandes conjuntos osteológicos desconexos.

Esta situação encontra a sua justificação no próprio processo de evolução demográfica das povoações, nomeadamente em Setúbal, visível no crescimento espacial ao longo de todo o período sobre o qual nos estamos a debruçar, bastando para tal observar os mapas de Setúbal, iniciando esta análise com a Planta de Terzi de 1582.

Por outro lado, observando o panorama que os registos paroquiais nos oferecem, contrapondo os de baptismos com os de óbitos, podemos verificar claramente esse crescimento, tanto mais que a estes temos de aliar os contingentes populacionais da imigrações e migrações. Ora, uma cidade que cresce tem, a médio prazo, um maior número de mortos, e podemos calcular, com base nos dados compulsados por Laurinda Abreu⁴⁵⁶, cerca de 200 óbitos por ano na cidade (freguesias da Anunciada, São Julião, Santa Maria da Graça e São Sebastião) para este período - século XVI a 1839.

Tal oferece-nos a perspectiva de um total, por estimativa, de cerca de 47 800 mortos que foram enterrados nas Igrejas e Capelas, conjuntamente com os respectivos adros, no espaço do actual centro histórico da cidade de Setúbal, excluídos os que por qualquer razão situação não foram registados.

Temos, de igual modo, de ter consciência de que o ritual dos mortos é, simultaneamente, um espectáculo dramático. A exposição do corpo em câmara ardente com o ritual litúrgico para os defuntos (podendo ser acompanhado por cânticos), associada ao processo de exposição pública através do esquife (que não é mais do que uma forma de dar a conhecer à população quem era o indivíduo que a comunidade havia

⁴⁵⁵ Pedro Barbosa e Fernando António Baptista Pereira - Iconografia da morte e ressurreição de Cristo - desvios heterodoxos em dois painéis do antigo retábulo da Igreja de Jesus em Setúbal in *Prelo*, Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, n.º 2, Lisboa, 1984, pp. 41 - 58.

⁴⁵⁶ Laurinda Abreu – *Memórias da Alma e do Corpo*, Palimage Editores, Viseu, 1999.

perdido), associada ainda aos cerimoniais das confrarias e irmandades, com as suas procissões de acompanhamento do cortejo fúnebre, em que os confrades ou irmãos, vestidos com os seus hábitos específicos, todos de igual, iam entoando outros cânticos, específicos ou não da congregação. Os carregadores, dois à frente, dois atrás, em passos lentos, tendo o sacerdote à frente, encaminhando a procissão, cumprem o ritual. A perda era visível através do luto carregado, dos choros, nalguns casos através de carpideiras contratadas. Era um momento de partilha, de reforço dos laços familiares e de caridade pública. Parece-nos, pois, que o teatro fúnebre não passaria indiferente aos restantes indivíduos, conforme podemos observar numa notícia de *O Setubalense*⁴⁵⁷:

Mais Falta de Policia: - Há nesta villa e entre algumas Irmandades o costume barbaro de, quando conduzem á sepultura os seus confrades, levarem sobre o esquife como em charola o cadaver descoberto e exposto ao publico, atravessando assim a Povoação, e apresentando-lhe este espectaculo hediondo pela repugnancia que nos causa a sua vista, lugubre pelo horror de que nos sentimos possuidos ao contemplar o nosso semelhante já tornado cadaver, e irreligioso pelo pouco respeito e menos resguardo aos mortos.

A Authoridade Administrativa pertence cohibir este costume que está sendo em geral altamente reprovado; e nos esperamos que elle não continue.

Porém, nem todos os mortos se encontravam enterrados no mesmo local. As hierarquias sociais que existiam em vida eram transpostas para a sepultura. O sistema de classes sociais, da ordem natural da diferença humana, tão teorizado pelo pensamento português principalmente a partir do Século XV, reflexo da revolução de 1383-85, onde,

⁴⁵⁷ *O Setubalense* - 26 de Agosto de 1855.

após o qual, há uma necessidade de justificar teoricamente as diferenças e os privilégios, conduz a diferenças marcadamente expressas no local de enterramento⁴⁵⁸.

Do Infante D. Pedro, para o qual as relações entre dominante e dominado são alicerçadas em amor paternal e filial respectivamente, relação essa já proposta por Frei João Sobrinho, à posição do Padre António Vieira que nos diz que *o sangue é o que Deus dá a cada um sem eleição de quem o tomou*, numa ironia de clara contestação ao sistema social, podemos adivinhar as grandes discussões filosóficas que existiram ao longo Idade Moderna, mas que, apesar desse esforço mental, tiveram poucas consequências na *praxis* social e na quotidiana vivência das comunidades. E porque haveriam de o ter quando essas diferenças eram visíveis a todos?!

Na Igreja de Santa Maria da Graça temos duas lápides funerárias que não estão colocadas no chão. Na actual capela do Santíssimo (anexo imagens 110) temos uma lápide constituída por três partes. No topo temos um escudo encimado por elmo, em mármore branco. A segunda parte é constituída por uma moldura em Brecha da Arrábida e a terceira é o painel da inscrição em mármore branco. O tipo de letra é a Capital alongada, perfeitamente compatível com a época. A inscrição diz-nos:

ESTACAPELAHE DE DI°CALEMADO CON
CELHODELREINOSOSORCAPITAÔE^{DOR}_G
QFOIDAILLADESÃO TOMEAQUALMÃD°U
FAZERDONAMARIACALEMASUAMOLHER
TEMISAQUOT°EOUTRASOBRIGUACOESQ
SEVERÃOAINSTITUICÃODOMORGA
DOQUEFEZAQUITENSUASEPULTURA

⁴⁵⁸ É evidente que a distinção de classes nos locais de enterramento é anterior ao período que tratamos, contudo, desde a revolução de 1383/85, que existe alguma controvérsia sobre estas situações nos

No que se refere à linha 2 SOR tem um ~ encimando o R.G^{DOR} tem o DOR encimando o G. Na linha 3 o primeiro Q tem um ponto(.) a encimá-lo. O último O, pequeno, está no interior do D que o antecede. Na linha 5 o A de Quot^a, está a encimar o T, e o U pequeno (U) está no interior do O que o antecede. O último Q tem um ~ em expoente, bem como o primeiro E. O espaço da moldura está totalmente preenchido.

A leitura que nos parece ser a correcta é a seguinte: *Esta Capela é de Diogo Salema, do Con/celho de ElRei Nosso Senhor Capitão e Governador/ que foi da Ilha de São Tomé, a qual mandou/ fazer Dona Maria Salema sua mulher./ Tem missa quotidiana e outras obrigações que/ se verão na instituição do Morga/do que fez. Aqui tem sua sepultura./ Faleceu aos 19 de Fevereiro de 1586.*

Na actual capela de Nossa Senhora de Fátima (anexo imagens 111), temos uma placa de mármore branco, emoldurada por Brecha da Arrábida. As letras apresentam um Capital de difícil definição dado que se encontra próximo do tipo quadrado, ainda que não o é perfeitamente. Poderemos apontar para os finais do Século XVI a sua execução. Tem o seguinte texto:

ESTACAPELAD.S.ANDREHEDOSARM
 ADORESPERAALGUSMAREANTES(...)
 (...)AQUALFIZERAÕASUAPROPIA
 CUSTAPERANELASEENTERAREASSIMOS
 PREZENTESCOOMOOSVINDOUROSEQUEN
 ELESQUIZEREMSEMNHV^aOUTRAPES
 OANELAENTERARCOMFORMEAPROVIZ

AOD.S.MAGESTADECUIOTRESLADO

ESTANOCARTORIODESTAIGREIA

Na linha um *capela de* tem o E dentro do D. O HE está colado. Na linha dois foi apagada 1 letra. Na linha três foram apagadas 8 letras. O SUA tem o A colado ao V. Na linha cinco estão colados o NT de *prezentes*, bem como o ND de *vindouros*. O mesmo se verifica no NT e no MF da linha sete. O ^a da linha seis está em expoente e é maiúsculo, tendo um ponto por baixo.

A leitura que nos parece ser a correcta é a seguinte: *Esta Capela de Santo André é dos Arm/adores para alguns mareantes, (...)/(...) a qual fizeram à sua própria custa para nela enterrarem, assim os/ presentes como os vindouros, e quem/ eles quiserem sem -nenhuma(?)- outra pess/oa nela enterrar, conforme a provis/ão de Sua Magestade, cujo treslado/ está no cartório desta Igreja.*

São significativas as epígrafes analisadas⁴⁵⁹, porquanto são representativas de quem detinha as respectivas capelas. De um lado os Salemas, do outro a Confraria do Corpo Santo, a mais poderosa confraria setubalense. No que respeita à primeira epígrafe temos a instituição de uma capela e de um morgado em simultâneo. Tal parece ter sido uma situação relativamente comum em Setúbal, conforme ao que nos narra Laurinda Abreu⁴⁶⁰. Contudo, muitas vezes as capelas (mausoléus dos instituidores e descendentes, que incluíam para além do espaço físico na Igreja ou congénere, propriedades e/ou rendimentos em dinheiro para providenciarem os meios necessários para a manutenção daquele espaço e suprirem os produtos necessários ao cumprimento

⁴⁵⁹ Também são significativas pelo trabalho em Brecha da Arrábida ligado às epígrafes. Temos de juntar ainda a pedra tumular de Pero Lourenço descoberta no acompanhamento arqueológico do PROCOM, orientado por A. M. Dias Diogo, José Luís Neto, Pedro Xavier e Maria João Cândido, também neste material, com uma datação de cerca de 1550-1570, ou a da Sé do Funchal, de quinhentos.

dos ritos, como, a título de exemplo, a cera e o azeite para iluminar), não ofereciam a desejada eternidade pretendida pelos instituidores. De facto, o sentimento religioso e os votos de eternidade eram ultrapassados por questões mais práticas dos vivos, como a aquisição dos rendimentos destas Capelas.

Outro aspecto de interesse é a referência à Missa, missa essa diária, em muitos casos, tão pouco tempo cumprida. Resta, para quem pode, a eternização em pedra, esperando que esta dure mais que a constância dos Homens.

O resto da aristocracia e burguesia tinha túmulos chãos, térreos, nalguns casos de carácter familiar, espalhados ao longo da Igreja, caso similar à Igreja de São Julião. Estes mandavam também celebrar missas, se não diárias, pelo menos nalguns dias do ano⁴⁶¹. Era uma forma de adquirirem créditos para os auxiliarem no outro mundo. Era também uma forma de eternização da memória do indivíduo através da evocação do seu nome, especialmente quando esta evocação é feita num local sagrado. Não nos podemos esquecer que atravessamos neste período toda a religiosidade proto-barroca (segunda metade do Século XVI, acentuando-se com a perda da independência), barroca (século XVII) e tardo-barroca (atravessa quase todo o Século XVIII).

As Igrejas da Anunciada (hoje a Caritas) e de São Sebastião (destruída no Século XIX por ordem da edilidade) não fugiam ao sistema das duas maiores Igrejas de Setúbal, que, aliás, é semelhante em todo o país, herdeiro directo do Concílio de Trento. A própria Igreja de Jesus, com mortos ilustres, também não se liberta desta arquitectura social da última morada. Mas se o interior das Igrejas albergava os mais poderosos em capelas laterais privadas, os também poderosos, mas menos, no corpo do edifício (geralmente a aristocracia, burguesia e confrarias), resta-nos saber onde está a maioria

⁴⁶⁰ Laurinda Abreu – *Memórias da Alma e do Corpo*, Palimage Editores, Viseu, 1999.

⁴⁶¹ Não só os abastados mandavam celebrar missas. Juntando pecúlio, todos tentavam deixar verbas para se rezarem missas por sua intenção até ao fim dos tempos. Temos, por exemplo, o caso de uma escrava

esmagadora da população. A resposta é evidente, no exterior dos edifícios religiosos, no denominado adro. Se as capelas privadas têm possibilidades de deixar textos elucidativos, as inscrições chãs são mais parcas em informações, geralmente limitadas ao nome do chefe de família, à sua mulher (quando tem o nome) e o também comum *e herdeiros*. No adro não há epígrafes, é a *damnatio memoriae*, a ausência da memória sobre toda uma vida. O nome fica apenas registado nos livros paroquiais de óbitos, eventualmente com mais algumas indicações, mas para sempre separado do corpo.

Com uma relação desta natureza, mesmo na morte, não é de estranhar que, para fazer frente ao número excessivo de corpos, tenham sido adoptadas soluções diferentes, caso se tratassem de corpos de dentro, ou de fora dos espaços arquitectónicos religiosos.

Dentro do espaço de culto criaram-se criptas para ossos, denominadas carneiros, onde, de uma forma organizada se arrumavam os ossos em excesso⁴⁶². No exterior foram constituídas valas comuns de ossos⁴⁶³. Estas consistiam em áreas escavadas, de dimensões variadas, onde se colocavam de uma forma desorganizada os ossos inumados. Foi com esta realidade que nos confrontámos na Rua da Alfândega Velha, aquando do acompanhamento arqueológico do Procom⁴⁶⁴.

Mas outros lugares nos oferecem uma visão mais privilegiada. É o caso do convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal⁴⁶⁵. Após o terramoto de 1755, o edifício conventual ficou arruinado e o convento foi ligeiramente deslocalizado. Tal

preta que comprou o direito a missa em São Francisco - Laurinda Abreu – *Memórias da Alma e do Corpo*, Palimage Editores, Viseu, 1999.

⁴⁶² É de referir que também existem carneiros de família, o que corresponde hoje em dia às sepulturas perpétuas.

⁴⁶³ Estas são denominadas por Eugénia Maria Cunha, por ossários, denominação essa que não podemos aceitar de modo algum, dado que um ossário é simplesmente um lugar onde se guardam ossos, enquanto que a vala comum é uma sepultura onde se enterram, em conjunto, muitos cadáveres. Veja-se Eugénia Maria Cunha - Contribuição da Paleobiologia para o conhecimento dos habitantes de Corroios (Seixal) nos Séculos XV e XVI in *Almadam*, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, n.º 4, Almada, 1995, pp. 34 – 40.

⁴⁶⁴ A. M. Dias Diogo et alii – *Relatório do acompanhamento arqueológico das obras do PROCOM no Centro Histórico de Setúbal*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001.

⁴⁶⁵ José Luís Neto et alii – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História local*, volume II, Ed. CMS, Setúbal (no prelo).

permitiu que a área do convento primitivo fosse ocupada com enterramentos da Venerável Ordem Terceira do Carmo, num adro de dimensões fabulosas. No entanto, e no que concerne ao espólio osteológico humano detectado temos de reflectir, em primeiro lugar, sobre a cronologia (anexo imagens 113 – 114). Esta situa-se entre 1755 e 1839. Para complementar a observação de campo temos ainda o livro *Defuntos e Sufragios Orden 3ª do Carmo ...* que apenas regista enterramentos nos “covais” da Ordem a partir de 1771. Considerando os locais de inumação registados neste livro, podemos concluir que os sobreditos “covais” correspondem à área escavada, pois, como é evidente, não estão localizados na Capela dos Terceiros, na Igreja conventual, nem, tão pouco, no Convento.

Os indivíduos sepultados, parcialmente conservados, e a elevada percentagem de ossos dispersos, são prova evidente da pressão inumatória. Apesar da área escavada ser reduzida, o espaço inumatório é, manifestamente, considerável.

Há uma regularidade nos enterramentos na área dos covais da Ordem Terceira. Detectámos vários destinos para os corpos, como a Igreja do Convento, a Capela da Ordem, os Jazigos da Ordem, os Covais, para além de enterramentos no Hospital e Cemitério da Misericórdia local e noutros locais, como nas Igrejas Paroquias, noutras Instituições Religiosas, ou, ainda, fora de Setúbal. Assim, entre 1771 e 1829, podemos observar evoluções de uma realidade pouco estável.

Parece-nos ser evidente que há linhas que influem de uma maneira muito directa. A linha dos quantitativos de enterramentos em jazigo está associada à dos covais, visto que eram tipos de enterramento socialmente equivalentes. Era aí que se enterrava a comunidade terceira, e, com o limite de inumações imposto pela capacidade física dos jazigos, impunha-se, a seguir, uma utilização massiva dos covais. Em claro contraste com as épocas anteriores, a última década do século XVIII e a primeira do século XIX,

mostram um crescimento claro dos covais (o que é o mesmo que dizer do adro). Esta linha é inversamente proporcional à linha dos jazigos, provavelmente preenchidos a partir de 1755 e esgotados menos de 50 anos depois. Também nos seria difícil entender os enterramentos no carneiro (ossário plural subterrâneo) senão neste contexto, dado que não é uma estrutura vocacionada para inumações primárias. Assim, e de igual modo coincidindo com o número mais reduzido de enterramentos em covais, temos o maior número de inumações na Capela. Parece-nos, eventualmente, que não só estas linhas demonstram o esgotar de outros espaços de enterramento, como são demonstrativos de algum repúdio, talvez mesmo preconceito, de inumar os Irmãos em terra pura. Reforçando esta hipótese, temos o quantitativo dos enterramentos noutros locais, precisamente na década em que os covais se generalizam.

No entanto, temos duas linhas mais ou menos estáveis, que é o caso dos enterramentos na Capela e na Igreja. Quanto a estes últimos, trata-se certamente de inumações financiadas inteiramente pelos próprios ou pelos seus familiares, mas que implicavam algum investimento financeiro, o que explica a sua raridade. No que respeita à Capela, estava consignado no *Compromisso...*, de 1691, que os Irmãos que tivessem assumido cargos hierárquicos na Irmandade fossem inumados neste local. A eles se juntavam, geralmente, os sacerdotes e outros elementos de destaque social que pertenciam a esta. Não deixa de ser interessante verificar que o referido *Compromisso ...*, tinha dois capítulos para os enterramentos dos Irmãos e mais dois para os Irmãos com cargos. Não nos podemos esquecer que, paralelamente ao carácter religioso, encontramos uma dimensão de assistência social nestas Instituições⁴⁶⁶. Dois casos excepcionais merecem referência, nos quais se diz que, por vontade dos defuntos, se procedeu a inumação nos covais. Pela sua excentricidade, confirmam a regra geral.

⁴⁶⁶ Sobre esta questão veja-se Laurinda Abreu - Confrarias e Irmandades de Setúbal: redes de sociabilidade e poder in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. 1, Porto, 1991.

No que respeita aos enterramentos detectados na intervenção, temos de referir que se trata, efectivamente, de inumações normais, dentro do contexto da época. Decúbito dorsal, com os indivíduos amortalhados directamente sobre terra. É de notar que apenas temos referência a dois enterramentos com caixão na zona dos covais, o que, pela sua omissão, aliada à falta de vestígios arqueológicos, nos leva a supor, obviamente, enterramentos com mortalha. No que respeita às crianças, temos, por vezes, o enterramento normal ou, conforme pudemos igualmente observar, corpo lançado à terra. Pela ausência de materiais arqueológicos associados à indumentária (somente três partes constituintes de colchete e um botão), poderemos supor que os indivíduos, na sua grande maioria, seriam enterrados com o hábito de terceiros carmelitas, tanto mais que encontramos referências à aquisição de hábitos para os enterramentos dos que não tinham com que os pagar “Ir.mos Pobres que a Ordem enterrou pello amor de Deus”⁴⁶⁷.

Este ambiente funerário já havia sido anteriormente detectado em Setúbal, na intervenção do Hospital João Palmeiro, não constituindo, conseqüentemente, uma novidade. Durante a intervenção arqueológica no Hospital João Palmeiro foram detectados vários enterramentos e deposições. Os indivíduos foram inumados com mortalhas (anexo imagens 112). Apenas o enterramento 5 foi realizado com deposição do corpo em caixão. Este apresentava uma forma pentagonal alongada, com cabeceira em triângulo equilátero; o indivíduo sepultado era ligeiramente mais alto do que o comprimento do caixão, o que levou a que a sua deposição tivesse sido forçada.

Os enterramentos estavam orientados a Nascente e os indivíduos foram inumados em decúbito dorsal com os membros inferiores estendidos e os braços sobre o abdómen ou estendidos ao longo do corpo. Salienta-se, ainda, que o enterramento 1 estava localizado sobre o 2, e que o enterramento 4 se encontrava representado apenas pelos ossos dos pés (em conexão anatómica) de um indivíduo adulto. Para além destas

⁴⁶⁷ *Defuntos e Sufragios Orden 3ª do Carmo ...*, p. 84.

inumações foram recolhidos ainda numerosos ossos dispersos. Todavia, o aspecto mais importante foi o da exumação de quatro não adultos, que, ao invés de estarem inumados em moldes semelhantes, correspondiam apenas a montículos de ossos, o que demonstra que estes infantis sofreram um processo de enterramento diferente. Eram simplesmente depositados em covas.

Tal situação não é, de modo algum, inocente. Quando se verifica que em Setúbal os enjeitados apresentavam taxas de mortalidade elevadíssimas, nalguns períodos, de quase 100%⁴⁶⁸, não nos podemos surpreender com esta situação. Acresce ainda uma elevada taxa de mortalidade infantil, em situações familiares normais, aliada a um estatuto de criança (ou falta dele) que podemos observar nos resultados já obtidos para Lisboa⁴⁶⁹, que permitia que os enterramentos das crianças de tenra idade fossem de *corpo à terra*. Refere-se, ainda, que na intervenção arqueológica da antiga Ermida de Nossa Senhora da Conceição, no Seixal, foi observado o mesmo tipo de situação para as crianças com menos de um ano de idade⁴⁷⁰.

A análise deste espaço sepulcral permitiu-nos concluir que se trata de sepulturas reutilizadas: aquando de uma nova inumação poderia ocorrer dois tipos de situações - ou esta se sobrepunha a uma mais antiga ou o corpo reduzido a esqueleto era afastado para permitir novos enterramentos.

No que respeita à cronologia dos enterramentos podemos afirmar que decorreram entre o último terço do século XVI e 1755⁴⁷¹, dado que as valas perturbam

⁴⁶⁸ Laurinda Abreu – *Memórias da Alma e do Corpo*, Palimage Editores, Viseu, 1999.

⁴⁶⁹ Luís Manuel Alves Lopes - Subsídios para o estudo da importância da criança até ao ano de idade em 1875. *Garcia de Orta*, 8, Lisboa, 1995, pp. 15-18.

⁴⁷⁰ Nathalie Antunes - Ferreira e M. Ferreira - As práticas de inumação na antiga Ermida de N. Sra. da Conceição (Seixal) in *Era-Arqueologia*, 3, Lisboa, 2001, pp. 59-73.

⁴⁷¹ Luís Jorge Gonçalves, Fernando António Baptista Pereira e José Luís Neto – Nota preliminar sobre a intervenção arqueológica no Hospital João Palmeiro in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 47 – 64 e Luís Lopes, Nathalie Antunes-Ferreira e José Luís Neto – Os enterramentos do Hospital João Palmeiro – Séculos XVI-XVIII in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, (no prelo).

claramente o nível de ocupação medieval, destruindo-o, mas o nível de aterros provocados pelo terramoto de 1755 estava inviolado.

No entanto, este panorama algo desolador, no que respeita aos cuidados com os cadáveres, tem a sua justificação. A quantidade de mortos é uma delas, mas não a única.

A outra justificação para a utilização dos espaços de inumação para além das suas capacidades físicas decorre da ambição dos eclesiásticos. Os enterramentos correspondiam, na realidade, e dentro de uma determinada perspectiva, a uma “apetitosa” fonte de rendimentos para a Igreja, pelo que vemos as querelas instaladas entre religiosos e o uso e abuso dos espaços para além daquilo que aconselhava a sensatez, sublimada que estava pela ânsia que os eclesiásticos (seculares e regulares) tinham das suas prebendas: *Por sentença da respectiva autoridade, foi decidido que os padres do Convento de S. Francisco de Setúbal, de seus privilégios e determinações apostólicas, nada pagassem aos párocos das freguesias da mesma vila quando qualquer funeral fosse celebrado no referido convento. Assim, pôs-se termo às muitas, repetidas e escandalosas questões que se levantavam entre os frades e os párocos, exigindo estes que a quarta parte do pagamento dos funerais lhes fosse entregue. Tantos e tamanhos foram os excessos acerca dos enterramentos, com grave escândalo público, que um indivíduo, pelos anos 1600, tendo disposto que o seu corpo fosse sepultado no Convento de São Francisco, opôs-se a isso o pároco da freguesia de N. S.ª Anunciada, e fez enterrar o cadáver na sua freguesia. Mas depois, questionando os frades, foram desenterrados os ossos do defunto e sepultados no convento. Veja-se a quanto chegava a ambição desenfreada dos frades e dos párocos!*⁴⁷²

⁴⁷² João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Volume IV, Parte I, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1970, pp. 146 – 147.

Parte II, 10 – A paisagem conventual

A paisagem religiosa não é, tal como a administrativa e a militar, fruto do acaso. A implantação de edifícios religiosos atende a uma profunda reflexão e organização que tentaremos, somente, desvelar. Assim, se os edifícios religiosos tentam, através da arquitectura do edifício, transmitir a essência da sua mensagem, particularmente visível nos edifícios conventuais, o mesmo se pode apreciar através da sua implantação no espaço. Tomemos como exemplo o Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal, alvo de uma intervenção arqueológica relativamente recente. A intervenção arqueológica foi realizada entre 10 de Setembro e 16 de Outubro de 2001, no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal. O proprietário do terreno, a Venerável Ordem Terceira do Carmo de Setúbal, procurava promover a criação de um lar de terceira idade neste espaço, tendo sido, por esta razão, realizada a intervenção de minimização dos

impactos que tal empreendimento necessariamente comportaria, numa área tão sensível do subsolo da cidade de Setúbal.⁴⁷³

Nos primeiros dias de Setembro de 2001 fomos informados, pelo Dr. Gustavo Portocarrero, que havia uma intervenção com maquinaria de perfuração de solos no provável espaço do antigo Convento de Nossa Senhora do Carmo.

No dia seguinte, o serviço de arqueologia do Museu de Setúbal/Convento de Jesus deslocou-se ao local, onde pôde constatar que, de facto, já tinha sido feita uma grande remoção de terras sem qualquer acompanhamento arqueológico. A obra ficou, a partir desse momento, condicionada.

Tendo em consideração a área que este edifício iria ocupar e o que representaria a escavação integral desse espaço, conduzimos a nossa intervenção para a abertura de sondagens com vista a confirmar o, por todos evidente, interesse arqueológico do terreno. O projecto inicial para a construção do lar tinha programado, ao nível dos alicerces, abrir um conjunto de valas para colocação dos pilares estruturais do futuro edifício, e foi nestas áreas que foram realizadas as sondagens. Temos de sublinhar que a caixa do edifício já estava efectuada, representando, essa caixa, menos 80 cm. de espessura de solo.

A área afectada fica localizada no lote que está situado na intercepção da Avenida 22 de Dezembro com a Rua António Maria Eusébio, freguesia de São Julião, na cidade de Setúbal. A intervenção foi coordenada mim, em colaboração com Maria João Cândido. Depois do início da intervenção, com a descoberta de enterramentos, convidámos Nathalie Antunes-Ferreira, nossa colaboradora no Museu de Setúbal/Convento de Jesus desde a fundação do Serviço de Arqueologia, para ficar responsável pela área de Antropologia Biológica. As cotas são relativas ao ponto 0,

⁴⁷³ Foi publicada, sobre esta intervenção, uma nota intitulada Intervenção arqueológica no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Almadan*, 2ª série, n.º 11, Ed. Centro de Arqueologia de Almada,

cotado pelo topógrafo da Câmara Municipal de Setúbal, Albertino Félix Cândido, a 2.27 metros, localizado no degrau inferior do adro da actual Capela do Carmo.

Todavia, a nossa intervenção sofreu da fraca qualidade dos projectos de Arquitectura e Engenharia, dado que o espaço em planta dispunha de mais dez metros do que na realidade existe, provocando uma disparidade entre a implantação das sondagens no papel e no campo. Assim, começámos por marcar sondagens para cada alicerce, criando então subdivisões (ex: 1A, 1B e 1C - 2A, 2B, etc...), mas ao verificarmos, *a posteriori*, que estas ficavam coladas, optámos por dar números sequenciais simples à medida que íamos procedendo à sua abertura (Ex: 2, 3, 4, etc...). Contudo, os nossos problemas foram também agravados pela inexistência de estudos geológicos prévios que mostrassem a impossibilidade de se construir, neste local, um edifício com estas características de alicerces, dado que, como se verifica ao observar-se a Planta de Filippo Terzi de 1582, este local era um areal, pois está localizado ao lado da foz da ribeira do Livramento, na sua confluência com o rio Sado. Assim, e mais uma vez, verificou-se um erro no projecto, neste caso no de engenharia. Ao alterar-se o tipo de alicerce deixou de se colocar em perigo o subsolo arqueológico (mais do que já estava), e encerrou-se, subseqüentemente, a escavação.

As fontes arqueológicas disponíveis para a nossa análise são as doze sondagens efectuadas no decurso da intervenção, bem como a observação do que ainda subsiste da arquitectura primitiva do edifício (anexo imagens 190 – 201).

Sondagem 1 A - Com 160 x 470 metros, pudemos observar, até à cota escavada (cerca de -60 cm. em relação ao solo), uma única camada constituída por terras castanhas claras, pouco compactas, com características arenosas. Nesta, sem qualquer distinta

diferença entre terras, estavam três pequenas deposições de crianças, em *decubitus supino* orientadas Nascente - Poente e Poente - Nascente. Na zona Este da sondagem deparámo-nos com um forte muro de argamassa e pedra (orientação N-S), que ligava com a parede Sul, na zona de arranque de um arco de tijolo. Na zona Oeste, temos a registar outro muro, perpendicular ao primeiro, também no extremo Sul da sondagem. O aparelho deste é de pedra de médio a grande calibre ligada por argilas.

Sondagem 1 B - Com 210 x 320 metros, constatámos a existência de uma só camada, se bem que heterogénea (a profundidade atingida foi de cerca de -60 cm em relação ao solo). Apresentava as características das terras da sondagem anterior, bem como zonas de terras negras (cinzas) e brancas (argamassas), além de algumas regiões, principalmente no extremo Norte, com terras castanhas claras, moderadamente compactas e muito argilosas. Foi também registada uma criança, revelando-nos ter sido inumada em deposição simples, que resulta num montículo de ossos, apresentando poucos ossos em conexão anatómica, sem se prender com qualquer orientação canónica⁴⁷⁴.

Sondagem 1 C - Com 310 x 160 metros, revelou-nos características de terras semelhantes à da sondagem anterior (a profundidade atingida foi cerca de -60 cm em relação ao solo). Temos, contudo, dois muretes, orientados a Nascente - Poente. O muro situado a sul da sondagem é constituído principalmente por argamassa amarela, alguma pedra e tijolo e apresenta uma espessura anormalmente reduzida. O muro a norte é

⁴⁷⁴ Luís Manuel Alves Lopes - Subsídios para o estudo da importância da criança até ao ano de idade em 1875. Garcia de Orta, 8, Lisboa, 1995, pp. 15-18, Nathalie Antunes - Ferreira e M. Ferreira - As práticas de inumação na antiga Ermida de N. Sra. da Conceição (Seixal) in *Era-Arqueologia*, 3, Lisboa, 2001, pp. 59-73. Luís Jorge Gonçalves, Fernando António Baptista Pereira e José Luís Neto - Nota preliminar sobre a intervenção arqueológica no Hospital João Palmeiro in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. CMS, Setúbal, 2001, pp. 47 - 64 e Luís Lopes, Nathalie Antunes-Ferreira e José Luís Neto - Os

constituído por pedra, tijolo e argamassa, existindo na sua face norte uma cobertura de reboco branco sobre o muro que liga com outro muro, no extremo Oeste da sondagem, também rebocado.

Sondagem 2 - Com 4,90 x 1,60 metros, mantém as características da camada já detectada (até cerca de -60 cm em relação ao solo), e apresenta, no extremo Norte, parte de um muro, com orientação E-O, que interrompe o muro rebocado que vem seguindo no lado Oeste da sondagem, herdado da sondagem 1 C (orientação N-S). No que respeita ao muro Este - Oeste, tem continuidade na sondagem 3. Nesta face não apresenta reboco, mas sim uma maior concentração de terra com argamassa, junto ao muro.

Sondagem 3 - Com 2,20 x 1,60 metros, mantém as características da camada já detectada (até cerca de -60 cm em relação ao solo), e apresenta, no extremo Sul, parte de um muro, com orientação E-O (complementando o que fôra detectado na sondagem 2). A parede Oeste, rebocada, mantém a sua regularidade.

Sondagem 4 - A sondagem, com 2 x 3 metros, foi rebaixada em apenas, 2, 3 cm por vezes. Sobre uma fina camada de terra encontrou-se uma dura argamassa com pedra na sua constituição, semelhante à detectada na Sondagem 1 A.

Sondagem 5 - De forma irregular e com as dimensões máximas de 3,20 x 5,00 metros, esta sondagem apresentou-nos, na parte Nascente, uma fina camada de terra de 2, 3 cm, sob a qual estava igual argamassa, muito dura. Na zona central, rompendo a dura

argamassa, temos uma calha de pedras calcárias, afeiçoadas e polidas, tendo, duas delas, inscrições. Na zona Oeste podemos observar o fim da zona argamassada e, até cerca de -60 cm, apresentou a já referida camada única.

Sondagem 6 - No prolongamento oriental das sondagens 2 e 3, apresentou-nos a continuação do muro E-O que vinha das ditas sondagens e o cruzamento com novo muro N-S, que antecede as ditas argamassas muito duras da zona central. Com 4,20 x 2,30 metros, atingiu-se uma profundidade de cerca de 100 cm. Até aos 60-65 cm verificámos que havia a supramencionada camada heterogénea, detectada em todas as sondagens anteriores. A partir deste momento passámos a observar misturas de terras com areias, até que a partir dos -90 cm passa a ser simplesmente areia.

Sondagem 7 - Nesta sondagem, com 2,90 x 4,00 metros, a profundidade atingida foi de cerca de -60 cm em relação ao solo, tendo sido detectada a mesma camada das sondagens anteriores. Nos lados Oeste, Norte e Este, temos muros que se relacionam. O do lado Oeste continua com o reboco branco, enquanto que os outros já não o têm visível. Outros três conjuntos ósseos têm de ser salientados, nas extremidades da sondagem, em montículos, tal como na sondagem 1 B.

Sondagem 8 - Com 2,60 x 3,80 metros, a sondagem apresentou uma área de argamassa semelhante às referidas em 1 A, 4 e 5, excepto na zona central que tinha terra castanha escura com telhas de fabrico industrial, uma porta de madeira pintada a branco, garrafas de cerveja, entre outros tipos de objectos que nos mostram uma clara violação do subsolo de interesse arqueológico, em época muito recente. Os Irmãos têm memória de

umas perfurações naquela área de há cinco/dez anos atrás. A profundidade atingida foi de cerca de -60 cm. em relação ao solo.

Sondagem 9 - Nesta sondagem, com 1,50 x 2,20 metros, pudemos observar uma parte (a Poente) com argamassa do tipo da já detectada nas sondagens 1A, 4, 5, e 8, tendo, a Sul, um murete de pedra com ligante de terra argilosa. Do lado Este e Norte não foi detectada qualquer estrutura. A terra era castanha relativamente clara, arenosa, tal como na sondagem 1A. Atingiu-se cerca dos -60cm em relação ao solo.

Sondagem 10 - De forma irregular, com as dimensões máximas de 2,50 x 3,60 metros, permitiu-nos observar dois muros, com características semelhantes a todos os anteriores (excepção aberta aos da sondagem 1C), no lado Oriental e Ocidental da sondagem, sendo que o Ocidental tem a argamassa, de características duras, sobre este. A camada é a mesma, com as terras castanhas arenosas. Atingiu-se uma cota de -40 cm.

Sondagem 11 - Nesta sondagem, com 1,70 x 2,60 metros, foi detectado um muro, no lado Oriental, no seguimento do anterior e a continuação da calha, detectada na sondagem 5, situada no muro acima mencionado. Observou-se, nos primeiros trinta centímetros intrusões modernas (tal como na sondagem 8), sendo os últimos dez da camada já referenciada como de interesse arqueológico, constituídos por terras castanhas arenosas.

Sondagem 12 - Esta última foi realizada na futura caixa do elevador, com as dimensões de 4,00 x 3,40 metros. Pudemos observar um muro, orientado cerca de Este-Oeste, muito largo, que rasgou quase por completo a sondagem. A estratigrafia mostrou-nos claras intrusões modernas, a camada de interesse arqueológico que acompanhou toda a

intervenção, sendo de notar a que cerca de -80/85 cm deixa de haver materiais, tal como na sondagem 6. A profundidade atingida foi de cerca de 90 cm. .

Com o rebaixamento dos 80 cm. e a limpeza do espaço foi posto a descoberto, no lado Sul, uma parede de pedra, com argamassa como ligante, que suspeitámos, de imediato, ser do primitivo Convento. Apresentava cerca de cinco metros de altura, e na maior parte da sua extensão estava negra, consequência de exposição ao fogo. Nesta parede, na sua zona superior, observámos alguns buracos onde terminavam espessos barrotes de madeira. Nesta parede estava o que restava do arranque de um arco, com coluna adossada à parede, em alvenaria bem aparelhada na base, com a coluna e o arco a arrancarem em tijolo argamassado, podendo observar-se também algumas pedras na argamassa. Na zona inferior, temos uns silhares de pedra calcária aparelhada, que antecedem o piso. O resto da parede era, muito provavelmente, rebocada, tal como as que pudemos observar principalmente no lado Ocidental.

Sobre este Convento restam poucas fontes documentais. Temos os *Diálogos* de Frei Miguel de Azevedo, os documentos de seis maços e dois livros no Instituto de Arquivos Nacionais - Torre do Tombo, bem como o Arquivo referente à Ordem Terceira na Ordem Terceira do Carmo de Setúbal, para além de outros documentos mais dispersos.

Nos *Diálogos*, parte IX, podemos ler:

Sobre a Fundação dos seis conventos da Lagoa,

Torres Novas, Setuval, Alverca, Camarate e Fayal

- *Em que anno foi fundado o Convento de Setuval?*

- *No de 1598 sendo Pontifice da Igreja Clemente VIII, governando em Portugal*

*D. Filipe II e sendo geral da Ordem F. Henrique Sylva*⁴⁷⁵.

No entanto, a informação sobre a data de fundação do Convento é controversa. É o que nos diz Wermers⁴⁷⁶, e também o pudemos constatar na documentação da Torre do Tombo⁴⁷⁷. A vinda dos Carmelitas para Setúbal dá-se, efectivamente, nos últimos anos do Século XVI. Compram um conjunto de casas muito velhas e pedem autorização aos Freires de Santiago para construírem uma pequena ermida com dormitório para os Irmãos que viajavam para os Conventos do Alentejo ou para o de Lisboa. E é do Convento de Lisboa que vêm os dois homens destacados para instalar o que viria a ser o Convento de Nossa Senhora do Carmo, Frei Pedro e Padre Frei António da Visitação, madeirense e reputado latinista e poeta.

O processo génésico é complicado. Os Carmelitas, que obtiveram autorização para a instalação de um recolhimento, fazem uma capela cujas dimensões não passam despercebidas, mas, o que provoca efectivamente conflito, são os preparativos para a construção do Convento. Ao procurarem instalar-se na margem Ocidental da ribeira do Livramento, punham em causa os rendimentos dos Franciscanos. Seguem-se cartas a D. Filipe, da parte dos Freires de Palmela, dos Franciscanos do convento de S. Francisco, das Clarissas do convento de Jesus, dos Dominicanos do convento de S. Sebastião e das Dominicanas do convento de S. João. A estas petições junta-se a da Câmara, clamando que os *homens de bem do Concelho* se opunham à construção deste Convento⁴⁷⁸. D.

⁴⁷⁵ Miguel Azevedo (O.C.) - *Dialogos historicos, alfabeticos, panegyricos, asceticos, sobre os faustos principios e felizes progressos da Ordem do Carmo Calçado em Portugal*, 2 de Maio de 1799 (Academia das Ciências de Lisboa - Manuscrito Azul 86).

⁴⁷⁶ Manuel Maria Wermers (O. C.) - *O Carmo em Portugal*, Ed. União Gráfica, Lisboa, 1963.

⁴⁷⁷ IANTT, Ordem dos Carmelitas, Convento de N. S. do Carmo de Setúbal, mç. 1.

⁴⁷⁸ IANTT, Ordem dos Carmelitas, Convento de N. S. do Carmo de Setúbal, mç. 1 e Balbino Velasco Bayón (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002, pp. 277-278.

Filipe dá-lhes razão, proibindo, conseqüentemente, a construção do Convento. Contudo, Frei António, através de um subtil artifício legal, consegue que a Ordem de Santiago lhe dê razão, provocando a alteração da decisão régia⁴⁷⁹. Este processo arrasta-se ao longo dos primeiros anos do século XVII. Sabemos, no entanto, que o templo estava em funcionamento pleno em 1603⁴⁸⁰, data da autorização do Patriarca de Lisboa, e pelo mesmo sabemos que o Convento não estava edificado. De facto, a construção do Convento dá-se entre 1603 e 1622 - data da construção de um alpendre para proteger a privacidade da porta do Convento. Este pedido de edificação, já em espaço público, justifica-se pelo facto de os prédios vizinhos estarem muito próximos e de se desejar manter a dignidade dos pobres de pedir pela manutenção do seu anonimato, bem como para protegê-los da chuva.

Contudo, a instalação do Convento Carmelita em Setúbal, está inserida num contexto que a justifica. Por um lado, a Vila de Setúbal, à época, estava num processo de rápido e constante crescimento. Uma povoação que apresenta no final da Idade Média uma população máxima estimada, e cremos que com optimismo, de 2000 habitantes⁴⁸¹, e que, no século XVIII, nos oferece cerca de 15000 indivíduos⁴⁸², revela um enorme crescimento. Também na comparação das áreas abrangidas pelas duas linhas de muralhas se pode tirar esta conclusão, a primeira do Século XIV (D. Afonso IV), a outra do século XVII (Restauração).

Setúbal, no período entre o século XVI e o século XVIII é uma Vila em fulgurante expansão, controlada pelas oligarquias locais que têm os seus interesses

⁴⁷⁹ A licença é de 25 de Dezembro de 1605, tendo o Carmo direito a 20 moios de trigo e 400 cruzados anuais, com a condição de não poderem pedir esmolas, pelo prejuízo que tal causava aos Franciscanos (maço 6).

⁴⁸⁰ Note-se que a documentação consultada não é coincidente com a de Balbino Velasco Bayón (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002, até porque nos diz que a Igreja é concluída entre 1650 e 1655, contrária ao documento que adiante apresentamos. O mesmo se passa relativamente à data de finalização da construção do Convento, pp. 355.

⁴⁸¹ Paulo Drumond Braga - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1998.

alicerçados na extracção e comércio do Sal⁴⁸³. É o sal a causa primeira deste desenvolvimento, porquanto absorve a mão de obra, directa ou indirectamente, e gera a riqueza que vai permitir o crescimento urbano extra - muros (Troino e Fontainhas), as céleres reconstruções urbanas pós - terramotos de 1531 e 1755, as edificações de carácter monumental (Palácios e Igrejas/Conventos) que são os símbolo da *vila salineira*. Se no século XV temos apenas dois conventos (S. Francisco e Jesus), em 1700 temos treze (cinco Franciscanos, dois Dominicanos, dois Carmelitas, um Paulista, um Jesuíta, outro de Trinos e, finalmente, um de Agostinhos)⁴⁸⁴. Estas construções justificam-se pela necessidade de fazer frente espiritual ao aumento real da população, mas não menos se justificam pelo suporte económico que sustenta as ditas fundações⁴⁸⁵. De facto, dos seis maços, mais os dois livros, sobre o Convento do Carmo, poucas são as informações que não estão ligadas às finanças da Instituição (processos cíveis, testamentos, notariais, notas de dívidas, de despesas...).

No entanto, se Setúbal apresentava condições apeteceíveis para a construção de um Convento, porquanto existiam meios económicos para providenciar o seu sustento, a edificação deste, tendo como Casa - Mãe o Convento do Carmo de Lisboa, não se compreende somente por razões específicas locais.

Os Carmelitas iniciam uma estratégia de difusão da Ordem dentro do país a partir do Século XVI, com o projecto de Reforma protagonizada pelo Geral D. Frei Baltazar Limpo, ainda na primeira metade deste. Se até esse Século dispunham apenas da casa de Moura, Lisboa, Colares e Vidigueira, expandem-se para Beja, Évora e Coimbra, em meados do Século para Lagoa e Torres Novas (existiam também as casas

⁴⁸² Laurinda Abreu – *Memórias da Alma e do Corpo*, Palimage Editores, Viseu, 1999.

⁴⁸³ Note-se que o rendimento fixo do Convento (11000 reais) provinha do Cofre do Sal da Vila de Setúbal - Balbino Velasco Bayón (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002, p. 369.

⁴⁸⁴ Laurinda Abreu – *Memórias da Alma e do Corpo*, Palimage Editores, Viseu, 1999, p. 63.

⁴⁸⁵ Na documentação detectámos que os Carmelitas possuíam, pelo menos, as seguintes marinhas: Baya; Telhada; Granadilho; Praias.

de Mértola e Trancoso, contudo não vingaram), e na fase final do Século XVI, para Setúbal, Alverca e Camarate. Esta expansão carmelita ainda não foi alvo de um estudo exaustivo, mas estar forçosamente ligada à missionação Carmelita no Brasil⁴⁸⁶, bem como com a popularidade que os Carmelitas adquiriram com a reforma de Santa Teresa de Ávila, não nos esquecendo, contudo, da existência não menos importante de vultos nacionais carmelitas que terão funcionado como embaixadores da Ordem. Se temos Frei João Sobrinho ainda no século XV, seguem-se-lhe Frei Baltazar Limpo, Frei Amador Arrais⁴⁸⁷, Frei Estêvão da Purificação⁴⁸⁸ e Frei Luís da Apresentação⁴⁸⁹, entre outros, marcos do pensamento português e da contra-reforma nacional, quer ao nível filosófico, quer na sua vertente mística. Esta maior visibilidade da Instituição, aliada à posse de alguns conventos carismáticos para a identidade portuguesa - como é o caso do Carmo de Lisboa - levaram à criação de uma maior base de apoio financeiro que permitiu a difusão da Ordem.

No que respeita a Setúbal, aceitamos pois, aliada aos aspectos que temos vindo a sublinhar, a justificação que observámos no maço 1, que nos diz que o motivo para a construção do Convento de Setúbal se prendia com a criação de uma casa de apoio, entre Lisboa e os conventos do Sul de Portugal, evitando, conseqüentemente, uma exposição prolongada dos Irmãos na vida leiga enquanto se encontravam em viagem.

A legitimação para a construção do convento estava também alicerçada na suposta necessidade dos pescadores do Troino terem auxílio espiritual próximo - missa diária antes da faina, o que implicaria um templo na zona que não os obrigasse a

⁴⁸⁶ Vejam-se as fundações no Brasil:

Paraíba - 1580; Olinda - 1583; Baía - 1586; Santos - 1589; Rio de Janeiro - 1590; São Paulo - 1596.

⁴⁸⁷ Amador Arrais (O. C.) - *Diálogos*, Coleção Tesouros da Literatura e da História, fac-simile da edição de 1600, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1974 e José Luís Neto - *Fé, nação e império - o pensamento político de D. Frei Amador Arrais*, Ed. Colibri (no prelo).

⁴⁸⁸ José Luís Neto - Frei Estêvão da Purificação e a religiosidade em Lisboa no princípio do Século XVII in *Olisipo*, II série, n.º 7, Dezembro de 1998, pp. 53-57.

⁴⁸⁹ José Luís Neto - Frei Estêvão da Purificação e a religiosidade em Lisboa no princípio do Século XVII in *Olisipo*, II série, n.º 7, Dezembro de 1998, pp. 53-57.

desviarem-se do seu caminho de trabalho. De facto, apesar de não ser mencionado nesta documentação, o bairro do Troino estava em clara expansão territorial e crescimento populacional. Se é legítima a argumentação dos Carmelitas⁴⁹⁰, também não podemos deixar de sublinhar que a sua instalação numa área em crescimento rápido, que ainda não tinha permitido às Instituições existentes uma resposta eficaz, era, para a subsistência do convento, a mais acertada⁴⁹¹. O que não podemos deixar de sublinhar, como curiosidade, é que as fundações desta ordem contemplativa, no século XVI - fruto da reforma interna - são praticamente circunscritas a importantes meios urbanos⁴⁹².

Ao nível da construção, o edifício apresenta-nos algumas soluções interessantes, quer na utilização dos materiais, quer na própria traça arquitectónica.

O calcário e a brecha da Arrábida dos muros são provenientes da Serra da Arrábida, as argamassas de areia e cal têm as matérias-primas facilmente disponíveis na região, dado que a cal é extraída do calcário da Arrábida e a areia estava disponível na própria praia de Setúbal, bem como em Tróia e nas praias fluviais e atlânticas. Os materiais de construção (tijolo e telha de canudo) são constituídos por pastas avermelhadas, calcíticas, micácias, quartzíticas e feldspáticas, de textura folheada, características das argilas dos barreiros dos rios Tejo e Sado. As madeiras - sabemos pelos dados relativos à proveniência da madeira de combustão para a fábrica de vidro de Coina - eram, provavelmente, originárias da Península de Setúbal e/ou do Ribatejo Transtagano. É de sublinhar, no entanto, o uso da argamassa na quase totalidade da

⁴⁹⁰ Note-se todavia que apesar de não existir, de facto, mais nenhum Convento masculino dentro do Troino, existia a Capela, mais tarde Igreja da Anunciada. A freguesia tinha sido criada por D. João III, mais num reajustamento à realidade de Setúbal, do que num sentido de prevenção face a uma futura expansão programada.

⁴⁹¹ Foi imediata a aceitação dos setubalenses à vinda dos Carmelitas para a Vila, de modo que, rapidamente, obtiveram doações e capelas que, com a verba anual, garantiam a sustentabilidade do Convento.

estrutura do edifício, com a consequente perda da utilização da pedra como material estrutural de base⁴⁹³. Esta mudança da eleição de materiais, característica da transição do mundo medieval para o mundo moderno, representa uma economia de custos e de tempo de construção, compatível, deste modo, com o pequeno período de edificação sugerido pela documentação - somente dezanove anos. O reboco é constituído por cal com uma pequena percentagem de areia. Esta areia, com forte presença de ferro, poderá, eventualmente, ser proveniente dos areais da zona Ocidental da Vila (Albarquel), dado que a zona do Convento de S. Francisco é constituída por argilas vermelhas muito ferruginosas, próxima, consequentemente, destes areais, e que, com o escorrimento dos montes, poderiam justificar esta presença. O reboco, para além de ser feito quase exclusivamente de cal, apresenta óleos, com uma percentagem significativa de proteínas, que poderá corresponder à aplicação de gorduras animais, com vista a diminuir a porosidade e as infiltrações de humidade. Este reboco apresenta, pelo menos na amostra⁴⁹⁴ analisada, dez diferentes camadas do mesmo tipo de preparado, o que conjugado com o número de anos de existência activa do convento, é demonstrativo de, por um lado, se ter de proceder periodicamente a nova aplicação (aproximadamente de 10 em 10, ou de 15 em 15 anos), e, por outro, da manutenção de uma mesma forma de preparado em uso, dos finais do século XVI a meados do século XVIII.

Pelo que pudemos observar no fragmento de muro que ainda subsiste, conseguimos entrever a existência de dois andares. Se não podemos reconstituir a sua organização interior do andar superior, dado que teria sido construído em madeira (à

⁴⁹² Note-se o que diz Frei Amador Arrais a respeito desta reforma quinhentista “*Em seu tempo* (D. João III) *forão os Prelados das Religiões tam advertidos, & avisados por elle, que trataram todos de reformar nos costumes, & vidas, os Religiosos & Religiosas da sua obediencia ...*” Diál. V, cap. XXV, p. 281.

⁴⁹³ Todavia, veja-se que Balbino Velasco Bayón (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002, p. 355, refere que só entre 1655 e 1690, se fizeram os arcos de pedra do claustro. No entanto, não só era improvável só se construir o primeiro piso cem anos depois, como verificámos que os arcos eram de argamassa. Cremos que esta referência é a uma cobertura de pedra, substituindo a do normal reboco.

excepção das paredes exteriores), temos elementos, contudo, para observar a planta de parte do edifício no piso térreo, e, devido ao traçado geométrico que nos oferece, fazer uma reconstituição provável da sua planta geral. Esta reconstituição é alicerçada na traça visível do edifício, bem como nos paralelismos efectuados com os conventos carmelitas de Santa Ana de Colares (com uma remodelação estrutural profunda efectuada no século XVI) e com o de Tentúgal (1559), visto que ambos apresentam dois claustros, conforme com a nossa interpretação do convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal.

No entanto, o edifício do convento, *stricto sensu*, não pode ser analisado separadamente do conjunto conventual no qual se insere, sob pena de perdermos uma leitura mais rica e completa desse conjunto, com vista a apreciarmos e entendermos globalmente a obra que nos foi legada. Apesar de dispormos apenas de fragmentos da arquitectura do edifício, no que se poderia denominar *Cripto-História de Arte*, ou um olhar arqueológico sobre arquitectura, analisámos um documento que nos é extremamente precioso, porquanto nos fornece os dados que não pudemos colher no terreno. Trata-se de uma informação dirigida ao Arcebispo de Lisboa sobre o estado da Igreja e do Convento, que apesar de não se encontrar datada, sabemos ser anterior a 30 de Abril de 1603, dado que foi nessa data que o Arcebispo tomou uma decisão baseado nesta informação.

A informação, q o Doctor Dominguos ferreyra comiguo presente acabamos da Ig^{ia} da Casa do Carmo desta Villa de Cetuval e do estado della he o seguinte.

⁴⁹⁴ Esta amostra foi analisada pelo Dr. Paulo André Martins Gouveia, a quem agradecemos este valioso contributo.

Tem esta Casa do Carmo dous portais grandes fechados com suas portas, hum em huma rua direita desta Villa a mais chegada ao mar, e o outro de sua ilhargua. O Portal q estaa na ditto Rua direyta tem hua trave de pao em riba pella qual somente se servem as pessoas, q vêm a Igja, e entrádo por ella de fronte estaa húa escada mui largua de pao novo de vinte degraos pella qual sobem pera a Ig^{ja}, e no simo della ante a porta da Ig^{ja} estaa hum varanda sobradada e ferrada de pinho ao longuo do mar largua a modo de casa pella qual se entra pera a Ig^{ja}.

*A Ig^{ja} quanto ao corpo he húa casa grande com sua porta e sobrado de pinho novo rebocada toda e cajada toda por dentro com duas frestas e seus emçerados nellas forrada de ferro bom e são mas antiguo, tem sua pia de aguoá benta, a lampada, signo e bancos. Alem do Corpo desta Ig^{ja} estaa hum arco com sua grades novas de pao, q dividem a capella do corpo della. Esta capella he grande e capas e proporcionada ao corpo da Ig^{ja} sobradada e ferrada de pinho novo lavrado, de húa ilhargua tem húa fresta com seu enserado, e da outra húa porta piquena de portal de pedraria pella qual os Padres entraõ pera a Ig^{ja}, esta Ig^{ja} em seu corpo e capella he limpa, alegre, clara e bem assombrada, e a ditto Capella tem hum altar em sima de hum estrado continuado ao sobrado de dous degraos com suas esteiras, o qual tem huã Snnerâ do Carmo posta em hum Retabolo de quatro colunas de pao pintado de tintas de cores, o qual quanto ao nicho em q a snnerâ estaa, esta acabado, mas no vaõ das ilharguas faltaõ os paineis q disem estaõ a pintar. Tem vestimentas, caliçes, frontais, missáis, **valhas** (?), sanguinhos, e os mais paramentos convenientes e necessarios pera se diser missa, de modo q considerada e vista a ditto Ig^{ja} na forma, q dito he, he deçente, capás, e tem as cousas necessarias pera se nella com a deçença divida diser missa e celebraré os*

officios divinos visto quanto a Ig^{ja} e suas serventias, q das servétias familiares dos Padres ficaõ apartadas.

O outro portal, q estaa na ilhargua serve de portaria dos Padres, e o q té dentro são edificios velhos aonde querem fabricar os novos. Que determinaõ fazer, mas tem quatro cellas novas em q se aguasalhaõ.

A parte em q se este mosteiro faz he na Villa ao longuo do mar peguado aos muros della da parte do Trouno⁴⁹⁵ e o(?) luguar e casa he aceita ao povo e como tal a frequentaõ com muita devaçãõ, e a edificaçaõ della sera util e necessaria a este povo pella grandesa delle, e por dentro na Villa naõ aver nenhú most^{ro}. e estar em parte em muito concurso de gente forasteira e do mar natural da terra, q tem necessidade de ouvir missa pella manhã, pera o q a casa no sitio em q a fundaõ estaa melhor acómodada, q em outro luguar algum, e em tudo sera proveitosa ás almas e serviço de Nosso Snnór.

Cypriano Luis

D^{os} Ferreira⁴⁹⁶

⁴⁹⁵ Leia-se Troino, arrabalde de Setúbal, actual Bairro do Troino no Centro Histórico da cidade.

⁴⁹⁶ IANTT, Ordem dos Carmelitas, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal, mç. 1, f. 88 e 88V. Note-se que João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, volume IV, tomo 1, Setúbal, 1972 informa-nos que ainda se efectuavam obras no templo em 1637, contudo, deveriam ser acrescentos, pois foram elaboradas em zona pública.

Deste documento, podemos retirar informações importantes. A primeira questão que temos de colocar é a localização dos portões. Quando esta informação foi realizada, o convento ainda não estava erigido. Pelo que se depreende do texto, a entrada para a Igreja era feita a Sul, pela actual Avenida Luísa Todi. *Tem esta Casa do Carmo dous portais grandes fechados com suas portas, hum em huma rua direita desta Villa a mais chegada ao mar, e o outro de sua ilhargua. O Portal q estaa na ditta Rua direyta tem hua trave de pao em riba pella qual somente se servem as pessoas, q vêm a Igja, e entrádo por ella de frente estaa húa escada mui largua de pao novo de vinte degraos pella qual sobem pera a Ig^{ja}, e no simo della ante a porta da Ig^{ja} estaa hum varanda sobradada e ferrada de pinho ao longuo do mar largua a modo de casa pella qual se entra pera a Ig^{ja}. (...) O outro portal, q estaa na ilhargua serve de portaria dos Padres, e o q té dentro são edificios velhos aonde querem fabricar os novos.* A entrada, sobrelevada como convém naquela zona propensa a cheias, era antecedida por um género de nartex longitudinal. Se admitirmos que a Igreja estava orientada canonicamente (nascente - poente), temos de aceitar que a entrada era lateral ao corpo do Templo. Se, de facto, como seria aparentemente mais provável, a entrada fosse pelo Largo João Vaz, não teríamos a descrição do sobrado ao longo do mar. Todavia, não temos garantias que a orientação da capela fosse a canónica. De facto, por estar na foz da ribeira do Livramento, temos de admitir alguns condicionalismos de edificação. A própria capela da Ordem Terceira está orientada Norte - Sul. Temos pois uma questão de difícil resolução. Estaremos perante uma capela maneirista com entrada lateral e com um telheiro longitudinal que nos relembra a construção de tipo colonial, ou perante uma capela não orientada para Jerusalém? Tomamos como mais provável a segunda hipótese, principalmente como modo de proteger a Capela das cheias. De nave única e arco triunfal, diz-nos o texto ser *bem proporcionada*, o que corresponderia,

provavelmente, a um altar com 1/3 do comprimento da Igreja. No que concerne às dimensões da Capela temos a indicação de que se trata de um templo de grandes dimensões, tanto mais que referem o templo mais vezes como Igreja do que como Capela (que teoricamente seria pelo pedido de edificação solicitado à Ordem de Santiago). Sabemos também que a Igreja tinha um sino, um altar apenas, dedicado a Nossa Senhora do Carmo. Viria a ter ainda algumas pinturas para ladearem o altar, sem sabermos se seriam sobre tela ou madeira.

A entrada do Convento foi modificada em relação à veiculada pelo documento, que indica o actual Largo João Vaz. Os dados obtidos em escavação apontam para uma entrada a Norte, pela actual Rua António Maria Eusébio, bem como o documento de 1622, referente à construção do telheiro em espaço público, dado que era o único lado em que o convento se defrontava com edificações realmente próximas. De facto, do convento fica apenas a referência a quatro novas celas, mas que não correspondem ao Convento em si. Todavia, uma informação a sublinhar, porquanto não foi verificada na intervenção arqueológica é a da pré - existência de casas naquele lugar. Por último, e de não menos interesse é o facto de a propriedade, pelo que se depreende do texto, estar murada. Se a capela em si funciona como um todo orgânico e coerente, o mesmo se passa com o convento. De traça claramente geométrica apresenta uma distribuição de divisões harmoniosa (com 3,5 metros de largura a poente e 2,5 metros de largura a nascente), e apresenta um *podium* sobrelevado central (cerca de 60 cm). Esta zona central corresponderia à zona dos claustros, um, a Sul, de maiores dimensões, outro, de serviços - a Norte, mais pequeno, que antecedia a portaria (extremo Norte). Com um formato rectangular quase perfeito, de aproximadamente 22 x 15 metros, revelava-se uma edificação equilibrada e proporcionada. Quanto à sua distribuição interna, parece-nos que o piso térreo concentrava as divisões comuns, enquanto que o primeiro piso

teria as celas dos frades⁴⁹⁷. Assim, a divisão 1, pelas suas dimensões, deverá ter correspondido à cozinha e zona de armazenagem, enquanto que a divisão 2 terá correspondido ao refeitório. Ficaria assim a cozinha próxima da portaria (importante para a arrumação dos produtos que, do exterior, viriam), seguindo-se-lhe o refeitório, que, talvez, permitisse entrada pelos dois claustros (duas portas de acesso) A estrutura 1 (E 1) deverá ter correspondido a uma zona de escadaria de acesso ao primeiro piso, pois a sua exiguidade, aliada a um arranque abobadado que vinha da parede Poente, tal sugere. Também é nesta estrutura que encontramos um número significativo de azulejos e fragmentos, a verde uns, e a branco outros, muito provavelmente contemporâneos da construção. Poderia corresponder a uma zona de nicho decorado, possivelmente com uma imagem no interior⁴⁹⁸. A divisão 5 deverá corresponder à Sala do Capítulo, dado que se encontra no Claustro principal e tem as dimensões que tal permitem. A divisão 3, é a única que não tem paredes em todos os lados dentro dos limites do rectângulo estrutural do convento, e, como tal, é a única hipótese de possível acesso à Igreja, conforme nos informa o texto de Cipriano Luís e Domingos Ferreira - *húa porta piquena de portal de pedraria pella qual os Padres entraõ pera a Ig^{ia}*. Quanto à divisão 4, por exclusão de partes, poderá ter correspondido à sala de leitura e estudo (Biblioteca)⁴⁹⁹ - isto admitindo que esta zona do convento não teria mais subdivisões.

⁴⁹⁷ Em 1675 o convento tinha 18 frades - Balbino Velasco Bayón (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002, pp. 285-286.

⁴⁹⁸ Um dos aspectos que teremos de salientar sobre estes azulejos é o facto de dois deles apresentarem uma clara dissemelhança em relação à homogeneidade do conjunto. Efectivamente, os n.ºs 859 e 861 correspondem a azulejos de produção local, um feito com vidro verde, muito semelhante aos originais, e outro com um vidro amarelo muito ténue, tentando imitar o branco, contudo sem sucesso. Parece-nos, consequentemente, que se trata de um restauro feito a partir de oleiros locais, que, por não dominarem, certamente, a técnica do engobe branco, que, no entanto, era executada pelos oleiros de Lisboa da zona Ocidental (Santos, Madragôa e S. Bento), procuraram reparar o painel com as técnicas dos oleiros locais.

⁴⁹⁹ Na Biblioteca Nacional de Lisboa existem, pelo menos, duas obras provenientes deste convento - *O Sermam festival, e panegyrico na primeira Outava da Paschoa ... pregado pello P. Fr. Vicente de Aguiar* e *o Sermão que pregou o P. Fr. Antonio de Avreu ... no Convento de S. Domingos de Lisboa, em 15 de Setembro. Na festa da miraculoza imagem de S. Domingos: trazida do ceo, e dada pellas mãos da sempre Virgem Maria aos religiosos do convento soriano*.

Apesar da dificuldade de articular a capela e convento a partir da divisão 3 (que é a única que reúne as características necessárias a essa ligação entre os dois corpos distintos, questão essa que somente encontrará solução em futuras intervenções arqueológicas), a capela e o convento são edifícios limpos, geométricos. No que concerne ao convento, temos a aplicação clara do estilo chão, com um purismo e despojamento tais, que quase se poderá considerar esta estrutura como uma reminiscência renascentista. Trata-se de um edifício que, pelo menos ao nível térreo, não tinha pinturas nem aplicações de azulejos⁵⁰⁰. Contudo, somos obrigados a questionar o que é que levou a que o Convento e a Capela de Nossa Senhora do Carmo fossem, caracteristicamente, edifícios nus⁵⁰¹. O uso das paredes em branco, registado documentalmente na capela e observado na intervenção arqueológica do convento, coloca-nos perante a complexa situação de um conjunto de tal maneira pouco decorado, que parece revelar uma tendência teológica austera e uma linha arquitectónica mendicante que espelha essa mesma posição espiritual. É difícil de acreditar que um complexo destas dimensões tenha sido tão despido apenas por desejo purista do arquitecto, ou por falta de verbas. De facto, verbas parecem não ter faltado ao longo de todo o projecto, dado que a Ordem não recorre à Câmara e aceita viver sem esmolas, mas antes de uma verba anual. Quanto a tratar-se de uma opção do arquitecto é uma hipótese possível, mas nunca admissível como resposta total, tanto mais que se tratava de uma encomenda de uma ordem religiosa, estando a liberdade do artista condicionada pelas directrizes canónicas (anexo imagens 488 – 489).

Porém, os Carmelitas da Regular Observância, ou Calçados, não intentaram qualquer reforma espiritual no seu seio. As tendências marcadamente marianas

⁵⁰⁰ Note-se que a reduzidíssima quantidade de azulejos exumados também é muito pouco compatível com a sua aplicação no primeiro piso.

⁵⁰¹ Só na segunda metade do Século XVII, o Convento começa a enriquecer-se - Balbino Velasco Bayón (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002, p.355.

encontram-se na gênese da Ordem, na Palestina, no Monte Carmelo. A forte tendência contemplativa vem também da Idade Média. Aliás, temos de referir que a Ordem começa a ser mais interventiva nos problemas mundanos muito tardiamente (século XV), com Frei João de São Lourenço, um excelente político, mas não excelente frade, e Frei João Sobrinho, acérrimo anti-semita, que com os rabinos se digladiava por palavras em Lisboa. O *ex - libris* da Ordem nesta época é, todavia, Frei Amador Arrais, Bispo de Portalegre. Este pacense publica, em 1589, a primeira edição dos *Diálogos*, repetindo, em 1600, outra edição revista e aumentada (de sete para dez diálogos). Esta obra é, pois, contemporânea da edificação do Convento e da problemática que o envolve. Os *Diálogos* são claramente anti-espanhóis, senão atenda-se que “*A todo amor natural se há de preferir o da patria, e quem teve outra cousa mais querida, & estimada, errou como ingrato*”⁵⁰², ou “*Mas tratay daquellas Ilhas que Fernão de Magalhães fez tam celebres com a sua traição, renunciando a patria em prova de nam ser digno della. (...) Grande maldade, diz, he indignarse o homem contra a sua patria, nem há culpa do mundo todo mais para estranhar em os mortais*”⁵⁰³. Parece ser consensual que os Carmelitas, durante o Período Filipino, tomaram uma posição nacionalista, tendo como ícone dessa posição D. Nuno Álvares Pereira, que foi Carmelita na fase final da sua vida. O próprio texto de Velasco Bayón, espanhol, é, apesar de atenuado, claro, a este respeito - o ambiente do Carmo de Lisboa era hostil aos castelhanos. Senão veja-se que, durante a visitação do Padre Frei Grácian, espanhol e carmelita descalço, “*aconteceu a rebelião de D. António, Prior do Crato, em 1588, pretendente à Coroa Portuguesa, que conseguiu aliar-se aos ingleses para obter o seu fim. Como já indicámos, no Carmo,*

⁵⁰² Frei Amador Arrais (O. C.) - *Diálogos*, Coleção Tesouros da Literatura e da História, fac-simile da edição de 1600, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1974, Diál. V, cap. VI, p. 231.

⁵⁰³ Frei Amador Arrais (O. C.) - *Diálogos*, Coleção Tesouros da Literatura e da História, fac-simile da edição de 1600, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1974, Diál. V, cap. XXXI, p. 296.

que recordava naturalmente o herói da independência portuguesa, havia frades que eram partidários decididos do Prior do Crato.

Correu o boato de que estavam escondidos no convento 6000 arcabuzes e que o Pe. Grácian podia ser espião dos castelhanos. (...) Mais pormenores oferece o Pe. Grácian, que se encontrou numa situação realmente embaraçosa. Como espanhol, causava receio entre os portugueses e, como carmelita descalço e visitador dos carmelitas calçados, também inspirava reservas. As suas próprias palavras reflectem esta situação: “creio que todas as estrelas se voltaram contra mim, porque padeci ali extremamente e violentou-se o mais importante dos meus trabalhos e perseguições.”⁵⁰⁴

Se atendermos a que, para além de estarmos a trabalhar sobre encomendantes hostis ao domínio espanhol, num dos principais centros anti-castelhanos portugueses, invadida e pilhada que foi a Vila em 1580 pelo Duque de Alba, e a que a localização do edifício conventual é no bairro da “classe pescadora”, definida por Almeida Carvalho como *além de pobre e desfavorecida, tem sido entre nós a mais agravada com impostos e alcavalas. Para tudo, por assim dizer, se recorria aos ceitis do infeliz pescador*⁵⁰⁵, talvez, e trata-se obviamente de um talvez condicional, exista um carácter simbólico na implantação do Convento no Centro Urbano de Setúbal.

Na tese apresentada por Gustavo Portocarrero acerca do carácter ideológico da edificação das fortalezas da Arrábida, defende-se claramente que a edificação da fortaleza de S. Filipe, sobranceira à Vila, mandada erigir por D. Filipe II de Castela, tem o pressuposto claro de atemorizar a população de Setúbal, de modo a que não se revolte *“The most important sign of hostility was the fortrees’s location: on the top of mount S. Filipe. Isolated and away from the coast, its contribution to the defence of the estuary*

⁵⁰⁴ Balbino Velasco Bayón (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002, pp. 130 - 131.

⁵⁰⁵ João Carlos de Almeida Carvalho, *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, vol. 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, 1968, p. 77.

*was residual. Its position however, overlooking Setúbal, allowed it to impose its full weight over the town, something which would not be possible if the previous plan was followed. With the town within the reach of its cannons the implicit message was obvious: any rebellion would be immediately curbed. A message about which contemporaries were clearly aware, as official documents of the 1640s confirm.”*⁵⁰⁶

Sendo a Vila pelo Prior do Crato, não é de espantar que esta medida tenha sido tomada, até pela importância económica de Setúbal. Também não é de estranhar que exista reacção à acção agressiva de D. Filipe, e essa reacção pode ser a instalação do Convento de Nossa Senhora do Carmo. A sua localização, bem no centro urbano⁵⁰⁷, poderia constituir uma afronta directa ao poder régio, demonstrado numa edificação militar (note-se que o Convento seria bem visível da fortaleza), como poderia servir de refúgio para a população em caso de alguma acção militar, dado que seria pouco provável que se atingissem edifícios religiosos. Assim, a exemplo da Casa - Mãe, teríamos um Convento que funcionaria simultaneamente como centro revolucionário, se bem que noutro aglomerado urbano. De que outro modo podemos encarar o facto de terem vindo homens notáveis para o arranque deste convento, como o Padre Frei António da Visitação, Padre Frei Clemente de Santo Ângelo, Padre Frei Diogo de Noronha para além do Padre Frei Bernardo de Jovea, como primeiro Prior, e que, em 1606⁵⁰⁸, ainda bem antes do final da sua construção, contasse já com oito frades. Pensamos pois, que o carácter marcadamente geométrico e a ausência surpreendente de elementos decorativos, quer no convento, quer no próprio templo, poderão corresponder a uma posição ideológico - simbólica dos encomendantes, como militantes activos da

⁵⁰⁶ Gustavo Portocarrero - *Coastal defense systems in the Arrábida (Portugal) during the modern era. A social view*, tese de mestrado apresentada à Universidade de Gales, Lampeter, 2000, p. 31.

⁵⁰⁷ Note-se que para além do Convento de Moura (Século XIV), Lisboa (Século XV) e de Coimbra (Século XVI - relacionado com a Universidade), Setúbal é a única casa dentro de zona urbana. Évora, Beja, Vidigueira, Lagoa, Torres Novas, bem como, obviamente, Colares, Alverca e Camarate (todos do Século XVI) estão localizados nos arredores.

criação de uma utopia portuguesa de tipo sebastiânico. É pois de reflectir sobre o facto de a única zona condignamente decorada ser o altar lateral dedicado a Nossa Senhora do Carmo, o único espaço colorido e mais magnífico, o que não espanta tendo em conta o fortíssimo culto Mariano dos Carmelitas. Não será este despojamento decorativo, de traço simples e puro, reflexo de uma parenética inflamada, que procurava a reconversão de vidas ao anterior austero modo de vida português, que supostamente não se deixava succumbir à cobiça, cobiça essa apontada como a causa do castigo que Deus infligiu a Portugal?!

Quanto à questão da autoria do desenho arquitectural do edifício, apenas podemos referir que a documentação existente na Torre do Tombo somente refere obras mais modernas. Os recibos de obras⁵⁰⁹, maioritariamente de marcenaria, são, quase exclusivamente, do século XIX, apesar de existirem dois ou três anteriores. Contudo, nenhum refere obras de monta.

O convento dos Carmelitas é apenas um exemplo. Mas o acaso é algo que parece estar muito afastado da realidade conventual. Organizações religiosas, que obedecem a um Geral e ao Papa, são, simultaneamente, Instituições subversivas, porquanto escapam à lógica e controlo do Estado. Mais importante, ou pelo menos tão importante como fazer corresponder um edifício construído em determinada altura e fazê-lo corresponder a um determinado estilo ou “modismo” arquitectónico, parece-nos ser o entendimento dos objectivos da sua implantação no território, e de que modo, essa implantação é um condicionante na inter-relação entre a instituição religiosa e a comunidade onde se insere. As instituições religiosas têm os seus próprios objectivos, as suas necessidades materiais e espirituais, a sua imagem a salvaguardar no subconsciente da população.

⁵⁰⁸ Balbino Velasco Bayón (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002, p. 284.

Se recuarmos ao século XV, à instalação do Convento de S. Francisco (1410), vemos que, sendo da linha mais branda do franciscanismo, é lógico que, mesmo ligeiramente afastado da povoação, esteja à vista, no morro oposto ao do primitivo núcleo habitacional (anexo imagens 58 – 61). Assim ordenava S. Francisco, que os conventos franciscanos fossem erigidos nos arrabaldes dos núcleos urbanos. Procurava-se, deste modo, que estivessem afastados da abundância e seguissem o ideal de pobreza e despojamento de bens materiais pelo qual Francisco de Assis tanto se batera. No entanto, o ideal da pobreza e despojamento estava já afastado desse franciscanismo primitivo, mas a implantação na encosta sobranceira à vila era publicidade gratuita, visto que, várias vezes por dia, os indivíduos que viviam em Setúbal eram obrigados, pela estrutura urbanística de Setúbal, a contemplarem o edifício conventual.

A instalação dos Dominicanos, já no século XVI (cerca de 1564), segue, obviamente, a ordem inversa (anexo imagens 48 – 49). A rivalidade entre estas duas ordens mendicantes é uma herança medieval, bem visível em Setúbal⁵¹⁰. Os Dominicanos eram os frades do apostolado, ou seja, de uma incisiva acção junto da sociedade civil, menos vocacionados ao misticismo. Assim, não só se implantam no morro oposto ao dos Franciscanos, como o fizeram em pleno alto de morro urbanizado. O edifício é de uma monumentalidade absolutamente desproporcional à importância do convento dentro da ordem dos pregadores. De facto, tratando-se de uma obra régia, apresentava um templo magnífico e um edifício conventual sóbrio, numa casa religiosa que teve dezasseis religiosos⁵¹¹.

⁵⁰⁹ IANTT, Ordem dos Carmelitas, Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal, mç. 6.

⁵¹⁰ Efectivamente há conflitos entre as duas ordens. A situação, em 1437, ultrapassa as querelas habituais e chega a tal ponto, que é o próprio monarca que se vê obrigado a intervir, de modo a servir de mediador e juiz entre partes. Ver João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 130 – 131.

⁵¹¹ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, p. 100.

As edificações quinhentistas dos Franciscanos Arrábidos, de orientação muito mais dura e austera que os seus congéneres, regulares, são bem espelhadas na construção do Convento da Arrábida (1542) e no de Nossa Senhora da Conceição de Alferrara (1578), ambos afastados dos núcleos urbanos, em locais isolados em relação a qualquer ocupação humana. No caso do Convento de Alferrara (anexo imagens 86 – 91), mais próximo de Setúbal, podemos mesmo observar, que ao contrário do seu vizinho Paulista, não se encontra enquadrado com a Vila e procura aproveitar as exuberantes condições naturais, permitindo o crescimento desmesurado da flora, de modo a encobri-lo o mais possível dos olhares curiosos, bem como realiza um aproveitamento das fragas e fontes de modo a propiciar um contacto mais íntimo com a natureza e, consequentemente, com Deus. Quanto ao convento da Arrábida, não é necessário tecer muitos comentários (anexo imagens 68 – 73), pois o Inverno na Serra não é convidativo, e os setubalenses sabiam-no. A vida rigorosa dos arrabatinos oferecia-lhes, pelo exemplo que davam, uma autoridade moral sobre o comum da população, superior a qualquer outra instituição religiosa. Trata-se de um convento com uma linha arquitectónica bem distinta dos restantes conventos. Trata-se de uma estrutura multi-nucleada, meio debruçado sobre o abismo, de proporções miniaturais e escondido pela vegetação. Aproveita as grutas para celas e ermidas, tendo este tipo de estruturas espalhadas por toda a área da cerca do convento. Esta heterodoxia formal, que se reflectia no quotidiano dos seus ocupantes, levou a que João Carlos de Almeida Carvalho afirmasse: *O edifício do convento não tem a forma ordinária das demais casas religiosas [...] assemelha-se às “Louras” do Egipto e da Palestina*⁵¹². O que é certo é que ocupavam desde o alto da serra (ermidas do Senhor Crucificado, S. Francisco e Santo António) até ao mar (Iapa de Santa Margarida).

⁵¹² João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 1, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 91 – 96.

Outra implantação religiosa interessante é a dos Trinos, no Largo da Fonte Nova (anexo imagens 56 – 57). Efectivamente, os Trinitários procuravam o resgate dos portugueses capturados e escravizados no Norte de África. A sua implantação bem central no bairro dos pescadores, onde a população recorreria regularmente para se abastecer de água, tornou-o num marco destacado da paisagem da Anunciada, a quem, porventura com alguma regularidade, tinham de recorrer, visto que o curso era relativamente frequente. Esta é a única edificação realizada a pedido do povo de Setúbal, que faz uma representação à Câmara e esta, por sua vez, a direcciona à monarca (D. Luísa de Gusmão), em duas cartas de 10 de Maio e 18 de Agosto de 1657⁵¹³. A rainha aceita, desde que a Câmara sustente essa presença, o que é aceite.

O que é certo é que na primeira acção, os trinitários, que se haviam instalado numas casas do Troino, resgatam cinquenta cativos. Tal acção granjeia o apoio popular e, aos poucos, os Trinos vão aumentando as suas ambições em Setúbal, de presença para instalação. Tal custar-lhes-á uma queixa da Ordem de Santiago ao monarca, em 1676, mas a Câmara intercede a favor dos Trinos. Em 1686 a instalação prepara-se para se converter num convento, já no Largo da Fonte Nova (aí se encontravam desde, pelo menos, 1657)⁵¹⁴. Todavia, em 1740 é que se inicia a obra de construção da ermida e do edifício conventual, da traça de Custódio Vieira, que ocuparia o quarteirão enquadrado entre o Largo da Fonte Nova (a Sul), o Largo da Bela Vista (a Norte), a Rua da Bela Vista (a Este) e a Rua de Coina, actual Rua da Brasileira (a Oeste). Trata-se de uma área bastante razoável, numa obra que criou problemas com a população por dois motivos. Por um lado os Trinos tentaram desviar a água da Fonte Nova para si próprios, e, por outro, porque o custo da obra, cerca de 32 000\$000 reis foi suportado com as esmolas

⁵¹³ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 38 – 39.

⁵¹⁴ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 40 – 43.

que deviam ter sido utilizadas para o resgate dos cativos⁵¹⁵. Estava criada a cisão entre os religiosos e os populares, a sua inicial base de apoio. Com o terramoto de 1755 o convento da Santíssima Trindade fica arruinado, sendo recuperado lentamente e de modo incompleto, pelo que ainda em 1831 era uma ruína⁵¹⁶. Foi sendo desmontado, peça a peça, como pedreira para permitir novas construções e o espaço, actualmente, ostenta, onde antes estava a capela, um conjunto de edifícios de finais do Século XIX e inícios do Século XX. Do convento nada resta, para além do muro da cerca conventual a Oeste, apenas visível naquilo que é o resquício de uma vila operária.

A instalação dos carmelitas descalços em Setúbal data de 1660, feita através de licença régia. A Câmara estava obrigada pelo monarca (D. Afonso VI) a dar-lhes, para seu sustento, 15\$000 réis. O edifício primitivo consistia numa edificação remodelada a convento, junto à ribeira do Livramento, separados dos carmelitas calçados por esta linha de água⁵¹⁷. Como é evidente, estavam em Setúbal, pós-Restauração, para competirem pelo mesmo público. Esse confronto visual entre carmelitas manteve-se quase um século, até com um número de religiosos similar entre as ditas casas. O que é certo é que se transferem para o convento de Santa Teresa de Ávila (anexo imagens 52 – 55), construído na Praia do Seixal, no extremo oposto do Troino em relação aos carmelitas calçados, e que aí já se encontram em 1759. Este convento, edificado de raiz, de carácter monumental, foi instituído pelo Padre Luís da Silva Costa e seu sobrinho Sebastião da Costa, tendo a obra sido iniciada a 23 de Fevereiro de 1661, ou seja, um ano após a chegada dos carmelitas reformados. Todavia, por contingências financeiras

⁵¹⁵ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 44 – 47.

⁵¹⁶ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, p. 47.

⁵¹⁷ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, p. 49.

dos instituidores e descendentes, levou muito tempo a que a transição pudesse ser realizada⁵¹⁸.

O convento de Nossa Senhora da Consolação dos Paulistas (anexo imagens 74 – 85) apresenta uma história bem distinta. Eram os herdeiros dos eremitas que habitavam na zona da ermida de S. Brás, ou o oratório de Mend’Oliva, como era conhecido nos finais do século XIV. O início da transição para Alferrara dá-se ainda nos finais dessa centúria, mas é só com D. João III em 1531 que a transição é total e definitiva. Tratava-se de uma instituição ascética com obediência aos Instituto dos Eremitas da Serra de Ossa. Os padres denominavam-se “irmãos pobres” ou “pobres”. Associados a milagres, quer pelas imagens que possuíam, quer pela fonte santa da Senhora da Luz, chegando inclusivé a ver a sua cerca invadida. Eram extremamente acarinhados, pela sua estrita conduta⁵¹⁹, o que não os impediu, todavia, de entrarem numa furiosa contenda contra a instalação dos capuchos arrábidos do convento de Nossa Senhora da Conceição, em Alferrara. Só com a interferência do Cardeal-Rei a contenda cessou, sendo obrigados a partilharem o monte com outra instituição religiosa⁵²⁰.

Os padres descalços de Santo Agostinho entraram em Setúbal entre 1700 e 1708. O hospital, posteriormente convento de Nossa Senhora da Boa-Hora (anexo imagens 46 – 47), vai sendo construído aos poucos, tendo a igreja sido concluída pelos anos de 1786-87. O edifício legado é sóbrio e de alguma grandiosidade, mas nunca chegou a ser realmente concluído⁵²¹.

Os Jesuítas, todavia, tiveram uma implantação mais marcante e bem sucedida. De 1568 a 1578 tentaram instalar-se na ermida da Senhora dos Anjos (anexo imagens

⁵¹⁸ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 49 – 54.

⁵¹⁹ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 57 – 65.

⁵²⁰ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 77 – 79.

35), paredes-meias com o convento de Jesus, mas não obtiveram o seu intento. No entanto, a sua segunda tentativa já obteve mais sucesso, uma vez que em 1653 a Câmara, em nome da povoação, concorre para que se funde um colégio, devido ao seu interesse espiritual, mas também temporal. O que é certo é que no ano seguinte recebem um terreno no Troino e 2\$000 reis anuais. Em 1655 já se encontravam em Setúbal. Não se sabe bem quando, mas o que é certo é que em 1703 já haviam saído do Troino e encontravam-se implantados junto à paróquia de S. Sebastião (anexo imagens 44 – 45). Rapidamente influenciam as elites locais e fazem com que a Câmara vote S. Francisco Xavier como patrono de Setúbal. Apesar de apenas contar com cerca de oito elementos, a casa de Setúbal era extremamente activa e, até 1759, aquando do sequestro dos bens e posterior expulsão, revelaram uma enorme influência na administração da vila portuária⁵²².

Por último, temos ainda a obra da vontade de um homem excepcional, em mais uma edificação da grande família franciscana. O caso de Brancanes, ou do Seminário Apostólico de Nossa Senhora dos Anjos de Brancanes dos franciscanos do Varatojo, é o resultado da persistência de António da Fonseca Soares, capitão de cavalaria, mais conhecido pelo seu nome posterior, Frei António das Chagas. Com todo o fascínio de uma história romântica de cavalaria, o malandro cavaleiro, mulherengo e arruaceiro, para além de poeta, arrepende-se de uma vida de excessos e retorna ao caminho da salvação. Entra para o convento de Évora em 1662, de onde sai um ano mais tarde como frade. A motivação para a construção de Brancanes é uma controvérsia interna dos franciscanos, dentro de mais um processo de cisão (anexo imagens 62 – 67). Desde 1674 que esta ideia estava com Frei António das Chagas, mas só em 1682 se dá a

⁵²¹ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 1, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 119 – 125.

⁵²² João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 2, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 9 – 21.

inauguração, com a igreja a ser completada em 1696. Só com D. João V as obras foram concluídas, muito após a morte do instituidor (1682). O local foi escolhido pelo instituidor e para fazerem o seminário arrasaram parte do monte para utilizarem a pedra na sua construção. Trata-se de um edifício sóbrio e monumental, tendo como objectivo a reforma dos relaxados costumes dos setubalenses, numa posição sobranceira à Vila, visível de quase todo o povoado. A opção por Setúbal não resultou acaso. Era essa mesma a vontade de Frei António das Chagas. Pretendia apaziguar as problemáticas da cisão, bem como influenciar a sociedade sadina, de modo a procurar uma melhoria efectiva, principalmente espiritual, mas também mundana, dos seus habitantes.

No entanto, toda esta profusão de edificações religiosas, principalmente conventuais, encontra uma explicação muito simples. Quanto mais numerosa é a população, maior é a riqueza que esta, no seu conjunto, detém. Quanto maior for a riqueza, maior é a possibilidade de instalações conventuais, uma vez que essas instituições se suportam financeiramente nos que trabalham activamente. Vários foram os modelos para instalação conventual, se bem que a maioria tenha tido patrocínio real, como é o caso dos dominicanos. Contudo, o monarca mandava que a Câmara os sustentasse. Apenas a instalação dos Trinitários foi feita a pedido do povo, uma vez que estes eram o mais próximo então existente a um sistema de segurança social para pescadores e marítimos. De resto, temos a assinalar uma criação pela municipalidade, que é o caso dos Jesuítas. Houve ainda instalações privadas, mas que, de uma forma ou de outra tiveram protecção real para o seu sustento (carmelitas calçados e descalços, franciscanos de S. Francisco e Nossa Senhora da Conceição, paulistas, etc.). Os conventos custavam muito dinheiro, daí que a Câmara tenha negado educadamente a

instalação dos padres calçados de Santo Agostinho, que em Setúbal se tentaram instalar em 1782⁵²³.

Podemos ainda verificar algo de mais interessante. Há padrões de assentamento das casas conventuais, reconhecíveis, que obedecem a uma lógica própria da ordem e da sua vontade de comunicar com a população. Cada instituição religiosa procura adaptar-se a uma realidade urbana pré-existente, e é essa realidade geográfica, social e cultural que determina a sua proposta de assentamento e vocabulário arquitectónico. A nossa tipologia obedece assim aos critérios funcionais e mentais da época e não a um artificialismo laboratorial, claramente contemporâneo

As instituições vocacionadas para o estudo, ensino e apostolado, encontram-se reunidas no morro de S. Sebastião. A primeira delas é a dos dominicanos, que se vão propositadamente contrapor aos franciscanos. Os dominicanos, em Setúbal, tinham a obrigação da pregação em Santa Maria e São Julião, mas eram obrigados também a leccionarem casos de consciência. Não é, como já vimos, uma surpresa. Juntam-se-lhes os Jesuítas que ensinavam a ler, a escrever, latim e moral. Por último juntam-se-lhes ainda os padres descalços de Santo Agostinho, que leccionavam filosofia racional e moral, retórica e teologia. Aliás, o inventário sumário de livros desta instituição é bem interessante deste ponto de vista⁵²⁴. Todos juntos, em associação e complementaridade de matérias a ensinar, formaram o *Mons Cognosci*, ou o local onde se preparavam os filhos da elite sadina.

As instituições marcadamente místicas, grandes fornecedoras de santos e milagres, como já vimos, tiveram uma estratégia de implantação distinta. Os *Vox Belici Dei* procuraram isolar-se, ocupar as florestas e os bosques, locais bem embrenhados na

⁵²³ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 1, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 113 – 114.

vegetação, de modo a perderem-se como indivíduos e dedicarem-se à aspereza purificadora. Eram indivíduos cuja presença no meio urbano era ocasional, mas que despertava a piedade e excitação entre a população. O isolamento favorecia, de igual modo, as pretensões que tinham em fazer passar uma imagem de pureza e honestidade espiritual, que, com bastante sucesso, passou claramente. Neste grupo, os *Vox Belici Dei*, temos os paulistas e os arrábidos, com mais três edificações religiosas.

Por último, temos o grupo mais vasto, os *Inter Populi*, ou seja, aqueles que para cumprirem os seus desígnios encontravam-se na malha urbana, ou junto dela, numa mensagem de maior proximidade e de imediato socorro. É o caso claro dos carmelitas calçados, dos carmelitas descalços, dos trinitários e franciscanos do convento de S. Francisco. Caracterizam-se por uma grande humanidade, quando não mesmo ambiguidade, nas suas acções, como é o caso dos franciscanos, entre o melhor e o pior, bem como o dos trinitários que de melhores amigos dos pescadores passaram a odiados. Resta-nos, pois, o difícil caso dos franciscanos apostólicos de Brancanes, que, do nosso ponto de vista estão entre os *Inter Populi* e os *Vox Belici Dei*. Tratando-se de uma reforma dentro de uma Ordem estão próximos dos ascetas, pela pureza dos valores e o entusiasmo religioso, mas, de modo algum, têm uma vocação mística, são adeptos da acção militante e apostólica. Daí a sua localização, nem realmente fora, nem dentro do povoado, num misto indefinível, mas que num esforço de classificação, sabemos-los mais próximos, certamente, dos *Inter Populi*.

⁵²⁴ Tinha obras de Direito, Teologia Especulativa, Teologia Moral, Prédica, Filosofia, História, Mística e Medicina. João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 1, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, p. 125.

Parte II, 11 – O feminino na cidade

Não é fácil, através dos testemunhos arqueológicos clássicos, observar um problema tão complexo quanto o da posição da mulher numa sociedade do Antigo Regime. Todos os autores documentalistas são unânimes em sublinhar a discriminação a que a mulher estava sujeita, nomeadamente num papel de inferioridade social face ao homem. De maneira alguma iremos questionar essa atribuição tradicional, até porque não há, de facto, nada que corrobore o contrário. Partimos, então, de uma posição ingrata, uma vez que não colocamos em causa a inferioridade da mulher numa sociedade pré-industrial, mas à qual teremos de oferecer dados para sustentar aquilo que é de consenso entre os académicos, num campo onde esses dados não abundam, visto que, por exemplo, ao contrário da criança, onde os enterramentos são diferentes dos adultos, não há nada que, tão dramaticamente, espelhe essa submissão. No caso dos

escravos, essa discriminação também é óbvia, uma vez que são seres humanos reduzidos, ou mesmo anulados, na sua existência jurídica.

É claro que à primeira vista, pois de facto há documentos arqueológicos, nomeadamente as pedras tumulares, onde o homem vem apresentado nominalmente, ao passo que no caso da mulher nem sempre. É o caso da maioria das epígrafes tumulares que apresentam o nome do marido, mas raras vezes o da mulher. Aí é clara a dominação masculina. Aliás muita da discriminação é feita por omissão, uma vez que os cargos públicos eram ocupados por homens, pelo que não há epígrafes em Setúbal que mencionem mulheres, excepto as funerárias. Um bom exemplo é o facto de das trinta e três epígrafes funerárias minimamente legíveis nos corpos das paroquiais de Santa Maria e São Julião, apenas uma começa por um nome feminino, havendo, no total, apenas 8 nomes femininos⁵²⁵, contra 35 masculinos. Todavia, mesmo se as mulheres de alguém tinham um papel não totalmente invisível, porquanto eram algo a partir de um outro algo, ou seja, o marido, as filhas de alguém que não passavam a mulheres de alguém, de certo modo, tinham uma outra saída garantida, que não lhes retirava prestígio social, e essa saída era a conventual.

Setúbal, desse ponto de vista, estava relativamente bem servida, uma vez que detinha duas casas conventuais principais, acrescida ainda de uma terceira, sem significado estrutural. A instalação das Clarissas junto à povoação, no Convento de Jesus (anexo imagens 92 – 97, 163), é lógica, atendendo, por um lado, às indicações deixadas por Francisco de Assis e Santa Clara para a instalação de conventos de Clarissas⁵²⁶, e por outro atendendo ao conceito de menoridade física e intelectual feminina, que, permitia assim, apesar da clausura, algum modo de protecção face a

⁵²⁵ Por seis vezes aparece somente o nome masculino seguido, laconicamente de “E DE SVA MOLHER”, ou de “SVA MOLHER E HERD.ROS”.

eventuais problemas, principalmente relacionados com a segurança e falta de possibilidades rápidas de auxílio. O mesmo se pode entrever na implantação do outro edifício religioso feminino, o convento de S. João das dominicanas (anexo imagens 98 – 99). Não se trata tanto de seguir a implantação circunscrita a uma directriz mais ou menos facultativa, mas antes toda uma visão face ao mundo feminino. De facto, inicialmente, a instalação de uma casa religiosa junto à nova ermida de S. João, desejada por D. Jorge de Lencastre, mestre dos Espatários, era a de uma casa masculina, mas, apercebendo-se melhor do potencial do terreno, rapidamente mudou de ideias e fez com que o ramo feminino dos dominicanos se implantasse em Setúbal, mesmo antes do masculino, o que não é, de modo algum, normal. O ramo feminino dominicano é propositadamente afastado do núcleo urbano, salvaguardando as freiras do pecaminoso contacto com a sociedade civil. No entanto, este afastamento proteccionista da sociedade, não as coloca junto à linha de costa, mas antes no interland, uma vez que a linha de costa, como já dissemos, era alvo de devassas pelos corsos magrebinos. Estão afastadas do povoado, mas não muito, o quanto baste, bem como têm uma via de acesso rápido e directo ao centro populacional. Mais tarde, com a construção do reduto do Moinho de Pau, estão convenientemente protegidas, tal qual como as clarissas com o hornaveque do Convento de Jesus. Note-se que não há nenhum convento masculino extra-muros que tenha tido este tipo de protecção militar. A interpretação sobre a menoridade da mulher é a mesma nas duas implantações religiosas femininas, a interpretação sobre as perigosidades é que difere.

Tal como a dos seus congéneres masculinos, a profusão de edificações conventuais femininas, encontra uma explicação muito simples. Tal como já foi dito, quanto mais numerosa é a população, maior é a riqueza que esta, no seu conjunto,

⁵²⁶ Os conventos de clarissas deveriam ser implantados no povoado, se bem que nos seus arrabaldes. É este o sistema de implantação do próprio convento de Santa Clara, em Assis, local genésico da ordem

detém. Quanto maior for a riqueza, maior é a possibilidade de instalações conventuais, uma vez que essas instituições se suportam financeiramente nos que trabalham activamente. No caso feminino, na vertente em que temos vindo a tratar, encontramos dois modelos para instalação conventual. A maioria teve patrocínio real, como é o caso das clarissas e das bernardas. Contudo, o monarca mandava que outras instituições as sustentassem, nomeadamente a Câmara. Apenas S. João, das dominicanas, é uma criação de um particular, D. Jorge de Lencastre, mestre dos Espatários, filho ilegítimo de D. João II, o que, na prática, é quase o mesmo que uma implantação real. O que não deixa de ser um facto é que, masculinos ou femininos, os conventos custavam muito dinheiro. Para absorverem os recursos possíveis competiam entre si, na base da influência espiritual que era fornecida por provas de santidade, quer dos indivíduos que pertenciam à comunidade, quer pelas relíquias que possuíam. O prestígio era o factor determinante para a sobrevivência das casas religiosas. Todavia, existiam especificidades no modo como esse combate pelo prestígio era realizado.

A primeira função social dos conventos femininos era a de oferecer um destino às raparigas da elite que não haviam sido destinadas ao casamento. A vocação não era, conseqüentemente, uma opção, mas antes o cumprimento filial de uma decisão paterna. Isto nota João Carlos de Almeida Carvalho, que tece duras críticas ao sistema de captação de candidatas para o convento de Jesus⁵²⁷. No entanto, o destino conventual, apesar de não ser tão pesado como um dote de casamento, era bastante considerável. No caso do convento de Jesus era de 1000 cruzados, acrescido das propinas ordinárias, o

franciscana.

⁵²⁷ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume III, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1969. Em todo o volume dedicado ao convento de Jesus, Almeida Carvalho mostra o seu incómodo face a uma mentalidade que não compreende, que apelida com os mais variados apodos negativos. Procura explicar os distúrbios e as excessivas mortificações, a castidade, entre muitas coisas, com o auxílio da medicina do final do Século XIX, inícios do Século XX. Procura utilizar os estudos da geração de 80 (os médicos optimistas, influenciados que estavam por Lombroso) como explicação racional para aquilo que não compreendia.

que dava 400\$000 réis⁵²⁸, ao que se tem de acrescentar ainda as propinas extraordinárias. O caso do convento de S. João era mais complexo, uma vez que existiam várias modalidades de admissão. Como freira normal pagar-se-ia 500\$000 réis (dote e propinas ordinárias). Se a pretendente fosse menos graduada (de véu branco e sem possibilidade de aceder a determinados cargos) pagaria somente 260\$000 réis. Se fosse supra-numerária, a verba ascenderia aos 600\$000 réis⁵²⁹.

A passagem à invisibilidade claustral, raramente optativa, está bem confirmada para Setúbal com alguma documentação inédita que tivemos a possibilidade de poder compulsar. A reforma religiosa pombalina da Ordem dos Pregadores, ou Dominicanos, foi dirigida pelo Padre Frei João de Mansilha. João de Mansilha nasce em S. João de Lobrigos, Santa Marta de Penaguião. Estuda Filosofia e Teologia, e é, posteriormente, nomeado, por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras, para coordenar os destinos da Real Companhia da Agricultura do Alto Douro. Camilo Castelo Branco acusa-o de ser o principal responsável pela incorrecta interpretação no Paço da insurreição a propósito da criação da Real Companhia, o que, à época, também não lhe granjeou amizades. Parece que teve, pelo menos, uma filha. Pertenceu ao Conselho do Rei e foi Inquisidor-Geral do Santo Ofício. Em 1774, com a influência de Sebastião José de Carvalho e Melo, é eleito Vigário Visitador Provincial dos Dominicanos Portugueses.

O próprio afirma em carta ao Prior do Convento de S. Domingos de Abrantes que está incumbido de realizar uma reforma dentro da Ordem: *Vossa Paternidade, pelo que vejo, ainda não conheceu que o governo que se me incumbiu é muito distinto do que tiveram os prelados meus antecessores. O meu consiste em uma reforma, que devo*

⁵²⁸ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume III, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1969, p. 163.

⁵²⁹ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 1, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, p. 79.

*fazer (...)*⁵³⁰. O governo de Fr. João de Mansilha estendeu-se até 1776. Com a morte de D. José I e a subida de D. Maria I ao trono, Mansilha é desterrado para o Convento de Nossa Senhora da Luz de Pedrogão Grande, a 1 de Março de 1777. No entanto, este frade altamente politizado, deixou uma das fontes epistolares mais ricas para a compreensão dos problemas conventuais dos dominicanos. As suas missivas, algumas delas verdadeiros monumentos de erudição e astúcia política, levam a que, em somente dois anos, muito do que eram hábitos profundamente enraizados o deixassem de ser. É a chegada do Iluminismo à realidade do Antigo Regime e o confronto não deixa ninguém indiferente. Contudo, a epistolografia que nos deixou referente ao convento de S. João não é, de modo algum, tão entusiasmante:

Em 14 de Fevr^o. P^a. a R. M^e. Soror Catharina Jeronima: Prioressa do Mostr^o de S. João de Setubal.

R. M^e. Prioressa do nosso Mosteiro de S. João de Setubal: S. Magestade foi servido mandar dirigir-nos hum Avizo, cujo theor hé o seguinte.

“El Rey Meu Senhor attendendo aos justos, e urgentes motivos, que assistem a Dona Flavia Domittilla da Conceição Mascarenhas de Liz, para sahir do Mosteiro de São João da villa de Setubal, onde se acha recolhida por Ordem de S. Magestade do Primeiro de Julho de mil settecentos sincoenta e seis: He o mesmo Senhor servido, que V. S^a passe as ordens necessarias á Prioressa do dito Mosteiro, para que deixe sahir delle a referida Dona Flavia Domittilla da Conceição Mascarenhas de Liz para caza de seu Irmão Sebastião Luiz de Liz Velho Mascarenhas == Deos guarde a V. S^a. == Paço em 13 de Fevereiro de 1775 == Marquez de Pombal == Snr. Vigario Visitador Provincial da Ordem dos Pregadores.”

⁵³⁰ Carta ao Prior de S. Domingos de Abrantes de 30 de Julho de 1774. Ver também João de Mansilha (O.P.) – *A História escandalosa dos conventos de S. Domingos em Portugal 1774/1776*, selecção, prefácio e notas de Viale Moutinho, Ed. Veja, Lisboa, 1983 e José Luís Neto – *A Reforma Dominicana*

E obedecendo Nós, como devemos, ás inviolaveis Ordens de S. Magestade: Mandamos a V. R. debaixo de Preceito formal de Santa Obediencia, que execute promptamente tudo, o que o dito Senhor Ordena no sobredito Avizo. Deos g^e. a V. R. e X^a.

S. Domingos de Lizboa em 14 de Fevereiro de 1775.

Em 15 de Junho. P^a. a R. M^e. Soror Catharina Jeronima: Prioressa do Mosteiro de S. João de Setubal.

R. M^e. Prioressa do nosso Mosteiro de S. João de Setubal. S. Magestade foi servido mandar dirigir-nos um Avizo, cujo theor hê o seguinte.

“El Rey e Meu Senhor hê servido, que V. S^a. passe as ordens necessarias á Prioressa das Religiosas do Mosteiro de São João sito na Villa de Setubal, para que entregue a Manoel Corrêa de Lacerda, sua Irmam Dona Luiza Joaquina de Portugal, que por ordem do mesmo Senhor se acha recolhida por Secular no sobredito Mosteiro; para usar dos remedios de que necessita, e se restabelecer das molestias que padece.== Deos guarde a V. P. e X^a. == Marquez de Pombal == Snr Vigario Visitador Provincial da Ordem dos Pregadores.”

E obedecendo Nós, como devemos, ás inviolaveis ordens de Sua Magestade: Mandamos a V. R. debaixo de Preceito formal de Santa Obediencia, que execute promptamente tudo, o que o dito Senhor Ordena no sobredito Avizo. Deos g^e. a V. R. e X^a.

S. Domingos de Lizboa em 15 de Junho de 1775.

Em 3 de Outubro. P^a. a R. M^e. Soror Catharina Jeronima: Prioressa do Mostr^o de S. João de Setubal.

R. M^e. Prioressa do nosso Mosteiro de S. João de Setuval. S. Magestade foi servido mandar dirigir-nos hum Avizo, cujo theor hê o seguinte.

“Sua Magestade hê servido, que V. S^a. passe as ordens necessarias á Prioressa das Religiosas de São João de Setubal, para que nelle fique sendo conservada, como Secular, Dona Thomazia Mauricia de Jesus Infante, com huma creada, que a sirva. Sendo obrigada a sustentar-se a si, e à dita sua creada á sua propria custa sem gravame, ou diterimento algum da comunidade. E a guardar nos vestidos moderação, e decencia, a que são obrigadas as Educandas dentro nas Clauzuras Religiozas. == Deos guarde a V. S. Palacio de Oeyras em 18 de Setembro de 1775 == Ayres de Sá e Mello == Snr. Vigario Vizitador Provincial dos Religiozos da Ordem dos Pregadores.”

E obedecendo Nós, como devemos, ás inviolaveis Ordens de Sua Magestade. Mandamos a V. R., debaixo de preceito formal de Santa Obediencia, quanto o dito Senhor ordena no sobredito Avizo. Deos g^e. a V. R. ^eX^a.

S. Domingos de Lizboa em 3 de Outubro de 1775.

Parece-nos que, apesar de pouco numerosas, estas primeiras cartas que expomos de Frei João de Mansilha, são reveladoras das suas intenções em relação a esta casa conventual. Existe a preocupação em deixar que o monarca disponha do Convento livremente, no que respeita às entradas e saídas das educandas e seculares, não se opondo à instrumentalização régia desta casa religiosa, no que não é mais do que uma parte de um fenómeno de invisibilidade social feminina. Não é de admirar o que Almeida Carvalho nos narra sobre o relaxamento dos costumes: *Mas já por esses tempos, no Século XVIII, e princípio do XIX, o convento havia decaído muito da sua antiga reputação. As palestras nas grades, os cantares, e as recitações poéticas, as*

visitas dos freiráticos e outros procedimentos ilícitos e até escandalosos, pelas licenças e liberdades introduzidas no claustro, acabaram de todo com o respeito que se lhe prestara.

Já ninguém corria ali para invocar as preces de virtuosas religiosas, mas muitos ali iam para conversas e distrações e até para renderem culto amoroso às elegantes madres e às freiras janotas. A noite do dia da eleição da priora, principalmente na segunda metade do século, era de festa sumptuosa. Em frente do convento havia arraial, música, e outeiros de poetas (...)⁵³¹. A liberalidade das religiosas de S. João era muito maior que a das do convento de Jesus. Aliás, o relaxamento dos costumes das clarissas que Ana do Amor Divino descreve, pouco tem a ver, de facto, com esta realidade; prende-se com uma menor aspereza nas práticas religiosas, nos trajes e na elaboração de doces. As clarissas tinham uma reputação de austeridade invejável, mas, como em tudo, não há perfeições. Um conjunto de cartas foi encontrado, nos anos 80 do século XX, por detrás do armário dos relicários do Coro-alto do convento de Jesus; uma dessas cartas, inédita, apresentamos em anexo, que mostra-nos um outro lado das clarissas até agora desconhecido (ver anexo epistolográfico – cartas de uma freira do convento de Jesus):

A missiva é enquadrável no final do século XVIII, inícios do século XIX. Aliás, as restantes cartas datadas são do segundo quartel de oitocentos. Porém, a beleza, a ingenuidade e a humanidade desta missiva são pungentes.

As casas religiosas femininas serviam, portanto, um propósito claramente definido - o do desaparecimento da pessoa feminina, porquanto não era considerada útil à família, ou conveniente em determinadas circunstâncias dos jogos sociais. No entanto,

⁵³¹ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 1, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, p. 62.

os conventos femininos, enquanto instituições em si próprias, tinham objectivos que prosseguiam. Apagavam-se as mulheres; nasciam as esposas de Cristo.

Vejamos, pois, o caso do convento de S. João das dominicanas. O convento foi construído entre 1529 e 1533, com o patrocínio do Mestre de Santiago, D. Jorge de Lencastre e da Duquesa Dona Brites, sua mulher. Vieram sete freiras do Convento de Jesus de Aveiro para dar início à comunidade, conjuntamente com as filhas do mestre espatário. Começou por ser um convento ilustre e com forte devoção e implantação local, contudo, essa força começou a diluir-se no tempo. Algumas das religiosas destacaram-se nesta comunidade, ou pelos seus rigores, ou pelas qualidades intelectuais. O edifício conventual foi muito martirizado com o terramoto de 1755, obrigando a uma empreitada que se prolongou por muitos anos para efectuar a reconstrução total, devido à escassez de rendimentos. Contava ainda com 52 religiosas em 1804⁵³², o que apenas diminuía em oito as habituais irmãs. Para sustentar as virtudes era necessário que as irmãs estivessem disponíveis para uma clausura rigorosa, bem como se entregassem aos exercícios espirituais com total dedicação. Tal granjeava reputação à casa religiosa e houve mesmo algumas irmãs que se notabilizaram em santidade junto dos populares de Setúbal.

Ora, para que existisse esta disponibilidade, era necessário existir abastança na casa e essa abastança só existia de duas formas - com uma gestão racional de recursos e com essa mesma santidade. Neste aspecto, santidade/espiritualidade e erudição/gestão estavam intimamente ligadas, num equilíbrio difícil entre campos geralmente antagónicos. O convento de S. João possuía algumas fontes de rendimento, que lhe advinham do Tribunal da Távola de Setúbal, bem do pelo rendimento de uma igreja em Assumar. Como estes rendimentos eram instáveis e foram diminuindo, o convento

⁵³² João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 1, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 53 - 88.

passou a admitir como freiras e recolhidas senhoras do Brasil, com vista à obtenção do ouro brasileiro e foram aumentando o valor dos dotes⁵³³. Porém, e como é evidente, esta dependência não favorecia, de modo algum, o bom funcionamento da casa, uma vez que não existiam reservas económicas para fazer face aos imprevistos de rendas flutuantes. No final, com a entrada de mulheres para sustentar a casa religiosa, não havia qualquer direito de selecção na comunidade, para além de dar a cada uma das irmãs um poder sobre a comunidade que a corrompia enquanto comunidade, pois obrigava ao compromisso e à tolerância das vontades pessoais. Com estas vontades pessoais em acção, não existia poder coercivo para impôr o modelo de santidade tido por certo e, conseqüentemente, perdia-se a reputação da casa religiosa, conforme já constatámos. Frei João de Mansilha procura atalhar também a este problema, não exortando à santidade, mas à boa e realista gestão económica, o que, para si, era exactamente o mesmo (ver anexo epistolográfico – cartas de João de Mansilha).

Para além da instrumentalização do convento servir para “arrumo” de mulheres, existe, efectivamente, uma preocupação clara em relação à viabilidade financeira do convento, que, devido às obras de reconstrução e à liberalidade da gestão, e ao contrário do que Laurinda Abreu aponta para o período pós-terramoto de 1755⁵³⁴, estava ainda com uma dívida fixa pesada e permanente, os padrões de juro.

O convento de Jesus apresenta a mesma sintomatologia, se bem que teve outra resposta. São casas religiosas distintas, mas em situações geo-económicas semelhantes. O convento de Jesus encontra a sua génese em 1490, altura em que se inicia a obra da igreja. Justa Rodrigues Pereira, mulher de influência, consegue o patrocínio de D. João

⁵³³ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, tomo 1, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 61 - 62. Veja-se também *Livro do Manifesto do Ouro*, ano de 1761, Arquivo da Casa da Moeda, onde Manuel da Costa Mourão e Companhia expede, do Rio de Janeiro, 399 840 \$000 reis para as Religiosas de S. João de Setúbal, claramente para a reconstrução do convento pós-terramoto de 1755.

⁵³⁴ Laurinda Abreu – *Setúbal na segunda metade do Século XVIII: os anos da reconstrução*, Lisboa, 1991 (policopiado).

II para erigir esta casa conventual. O monarca anuí e oferece o architecto Boitaca ou Boutaca para a construção do dito edifício religioso. D. João II vem a falecer poucos anos mais tarde, subindo ao trono D. Manuel I, duque de Beja e primo e cunhado do anterior monarca. Por acaso caprichoso do destino, Justa Rodrigues Pereira havia sido ama de leite do então pouco provável sucessor. A obra que havia sido implementada pelo antecessor, foi engrandecida e melhorada, adquirindo a espectacularidade do monumental. Contudo, estes aspectos não são muito relevantes para aquilo que aqui pretendemos discutir⁵³⁵, pelo que optaremos por focarmo-nos naquilo que julgamos ser efectivamente pertinente.

O convento de Jesus teve, tal e qual o das dominicanas, algumas religiosas que se destacaram nesta comunidade, ou pelos seus rigores, ou pelas qualidades intelectuais. Para sustentar as virtudes era necessário, de igual modo, que as irmãs estivessem disponíveis para uma clausura rigorosa, bem como se entregassem aos exercícios espirituais com total dedicação. Tal, como vimos, era o que granjeava reputação à casa religiosa e houve mesmo algumas irmãs que se notabilizaram em santidade junto dos populares de Setúbal, de uma forma ainda mais vincada. O maravilhoso das clarissas era claramente mais potente que o das dominicanas. Era possível entrar no claustro das clarissas aos nove, dez ou onze anos, bem como posteriormente. O número das religiosas era de 33, pois 33 tinham sido os anos que Cristo havia vivido no mundo. A aspereza das clarissas era tal que quando as ordens foram extintas, as dominicanas que a ele se recolhem, foram bem contrariadas (ver anexo – vivências das freiras do convento de Jesus).

⁵³⁵ O convento de Jesus foi alvo de uma escavação arqueológica recente, terminada no final de Maio de 2006, a qual tive o privilégio de poder co-orientar. Desta intervenção resultará uma monografia específica sobre este edifício, nas suas múltiplas dimensões e abordagens possíveis, que pensamos estar concluída ainda no ano de 2007. O convento, pela quantidade e complexidade de informação que nos forneceu reafirmou-nos a convicção do que havíamos afirmado no ponto II.4, nomeadamente em relação ao espectacular número de visitantes que tivemos durante a fase de escavação, absolutamente demonstrativo da centralidade e da importância matricial que ainda hoje este edifício tem para os sadinos.

O estado de sacrifício e exaltação, à época tido como misticismo, levava a que o convento das clarissas fosse um autêntico palco do maravilhoso, ora em milagres das relíquias, das imagens, das próprias irmãs, de presenças do diabo, de presenças do divino, dos odores de santidade, entre muitas outras e variadas manifestações sobrenaturais⁵³⁶.

As receitas do convento de Jesus advinham da acumulação das doações régias, das doações municipais, bem como do aluguer do terrado da feira (Largo de Jesus) para a realização da Feira de Santiago. Para além disso, a parca alimentação das freiras, o uso intensivo e “científico” da cerca conventual, com as suas hortas, pomares e terras de sementeira, bem como a concreta exploração das oficinas conventuais, faziam com que houvesse um bem-estar económico da instituição, que permitiu manter o valor do dote, que, inicialmente, deveria ser superior ao do das dominicanas, mas que, com o

⁵³⁶ A citação seguinte é reveladora do estado do maravilhoso no contexto das crenças conventuais: *Contos da Sor. Ana do Amor Divino ser tradição no convento terem-se dado na igreja dois casos notáveis e horrorosos, que ela contava sem neles acreditar, se bem que casos semelhantes havia lido nalgumas histórias eclesásticas.*

A primeira lenda refere-se àquela sepultura, cuja inscrição em mármore branco, se acha quase toda apagada, e que pertencia a uma família distinta.

Certa noite foi ali sepultado o cadáver de um homem daquela família. Nessa noite e nas seguintes, algumas das religiosas que costumavam ficar grande parte da noite no coro em oração, sentiram um estampido horroroso e como que o arrastar de correntes de ferro pelas lajes do pavimento da igreja, ouvindo-se ao mesmo tempo roncões pavorosos. As religiosas assustadas retiraram-se do coro e foram aflitas contar o estranho acontecimento às outras e aos padres do convento, que resolveram actuar. Na noite que se seguiu, o confessor, os dois capelães, dois donatos e dois criados do convento foram para a igreja momentos antes da hora em que começava o tal estrondo; os sacerdotes paramentaram-se, os donatos alçaram a cruz e tomaram a caldeira de água benta, os criados tomaram as tochas acesas, e prostraram-se em oração perante o Santíssimo Sacramento, enquanto umas sete religiosas das mais animosas, permaneciam no coro também em oração. Chegada a meia-noite, eis que se repete o estrondo. As religiosas do coro levantam as orações, e os padres com a prevenida procissão caminham para o lugar donde partia o estrondo, que era o da referida sepultura ao fundo do templo. Então, com surpresa e pasmo viram levantada de um dos lados a grande lousa, e no meio da cova e de pé o tal defunto, de aspecto medonho, e ao qual o confessor intimou que da parte de Deus declarasse o motivo daquele acontecimento. Ao que o espectro, com vozes rouquentas, respondeu ser ordem de Deus que recebessem eles sacerdotes a sagrada forma que comungara, a qual ainda tinha na boca. Tomou logo o confessor uma patena e com ela aparou a mesma forma, inclinando então o cadáver o rosto, para que ela caísse da boca, enquanto todos os assistentes de joelhos a adoravam. E logo baqueou o cadáver na cova, e sobre ele se fechou a grande lousa com um estampido que a todos apavorou.

*Diz-se que grande valor mostraram as sete raparigas que se achavam orando no coro, mas que todas caro o pagaram, fosse pelo muito esforço que fizeram, porque todas as sete amanheceram doentes no dia seguinte, e todas dentro de pouco tempo morreram. (...) A tradição dessas lendas chegaram até nós, que quando criança ou muito moço muitas vezes as ouvimos contar. In João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume III, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1969, pp. 57 - 59.*

passar dos séculos, foi, pela estabilidade do valor, ficando mais baixo. A venda de talhões para enterramentos na igreja, foi condicionada, e mesmo proibida a partir da segunda metade do século XVIII, mercê das cheias de água, que, em contacto com os cadáveres, provocavam um cheiro pestilento. São as próprias irmãs que entendem que esta situação é causa primeira de enfermidades. Outro aspecto interessante é que o claustro do convento não foi retalhado a privados, mantendo-se o espaço de clausura inviolado.

Quadro dos rendimentos ordinários do Convento de Jesus de Setúbal

| Produto | Proveniência | Doador |
|-------------------------------------|--------------------------|----------------------------|
| <i>Trigo</i> – 24 moios | Alfândega de Faro | Cardeal D. Henrique |
| <i>Cevada</i> – 10 moios | Alfândega de Faro | Cardeal D. Henrique |
| <i>Grão</i> – 40 alqueires | Alfândega de Faro | Cardeal D. Henrique |
| <i>Milho</i> – 8 moios | Almoxarifado de Santarém | Cardeal D. Henrique |
| <i>Palha</i> – 150 panos | Almoxarifado de Santarém | Cardeal D. Henrique |
| <i>Azeite</i> – 1 pipa e 5 cântaros | Lisboa | D. Filipe III |
| <i>Açúcar</i> – 10 arrobas | Alfândega de Lisboa | D. João IV |
| <i>Peixe</i> – 1 cesto semanal | Tábola de Setúbal | D. João IV |
| 500\$000 réis | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Cera</i> – 3 arrobas | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Azeite</i> – 1 pipa | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Vinagre</i> – 1 pipa | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Arroz</i> – 4 quintais | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Amêndoa</i> – 2 quintais | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Figo Branco</i> – 6 peças | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Passas</i> – 6 arrobas | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Ruão</i> – 150 varas | | Até 1578 e com D. Pedro II |
| <i>Pimenta</i> – 15 arráteis | Casa da Índia | D. Maria I |
| <i>Cravo</i> – 6 arráteis | Casa da Índia | D. Maria I |
| <i>Canela</i> – 12 arráteis | Casa da Índia | D. Maria I |
| <i>Gengibre</i> – 6 arráteis | Casa da Índia | D. Maria I |
| <i>Malagueta</i> – 5 arráteis | Casa da Índia | D. Maria I |
| <i>Cera</i> – 5 arrobas | Obras Pias | D. Maria I |
| 30\$000 réis | Casa de Bragança | |
| <i>Vinho</i> – 1 pipa | | Até 1578 |
| <i>Carneiro</i> - 2 | Câmara M. de Setúbal | Câmara M. de Setúbal |
| <i>Carneiro</i> - 1 | Câmara M. de Setúbal | D. Filipe IV |
| <i>Porco</i> – 1 | Câmara M. de Setúbal | D. Filipe IV |

Temos, pois, a percepção clara de que os princípios económicos de gestão da instituição estão submetidos aos princípios espirituais, mas não deixam de demonstrar racionalidade e intencionalidade. É o caso das oficinas conventuais (salas C e D da intervenção arqueológica). As crónicas conventuais referem a existência dessas oficinas, mas são omissas relativamente ao que aí se produzia. Esperar-se-iam trabalhos manuais de rendas, como nas dominicanas. Contudo, o que a intervenção arqueológica permitiu descortinar está muito para além disso (anexo imagens 490 – 495).

Uma das oficinas, a sala C, com acesso directo a um dos poços, apresenta um chão primitivo de terra batida, bem compactada com cal e tendo um preparado de pedra lascada (sobras de cantaria) a impermeabilizar esse solo. O solo apresentava vastas manchas vermelhas nalgumas das zonas. Uma pedra de grandes dimensões, inicialmente redonda, uma vez que se apresenta fragmentada ao meio, apresenta um encaixe quadrangular na zona central. A este panorama pobre junta-se os característicos bancos corridos para que as irmãs se sentassem naquele espaço, junto às paredes e uma grande bancada encostada à parede Norte.

Apesar de poucos, os indicadores arqueológicos (se atendermos à dimensão da sala), são suficientes para entendermos que, não só não se tratava de uma oficina de rendas e costuras, como sim, temos elementos bastantes para compreendermos que estamos perante um lagar de azeite. A produção do azeite segue, como é evidente, uma série de procedimentos até à obtenção do produto final. A primeira fase é moer a azeitona. Daí resulta uma polpa que é espalhada em cima de capachos de esparto, que são colocados de maneira intercalada com a polpa, ficando com o aspecto de pilha. Colocam-se na prensa e aperta-se para sair o suco. Para uma segunda prensagem ou ainda na primeira, antes de se espremerem os capachos, coloca-se água a ferver sobre os mesmos e prensa-se uma outra vez, e uma outra ainda, até deixar de sair líquido,

aproveitando-o e conduzindo-os para um depósito. A separação da água em relação ao azeite é feita por sangramento, ou seja, por um sistema de torneira. Como o azeite flutua sobre a água, liberta-se a água, que é vermelha, e chamada de “água ruça”, que é aquilo que observámos no piso desta sala. A pedra fragmentada que encontrámos, muito provavelmente, corresponde ao contra-peso da dita prensa.

A sala D apresenta uma dimensão ainda maior. O piso é de tijoleira, disposta em espinha. No canto Sudoeste apresenta uma escadaria de acesso ao primeiro piso, ou seja, aos dormitórios, reveladora de uma ligação estreita entre este espaço e a comunidade. Nas crónicas chamam-lhe, para além de oficina, “sala de convívio”, o que é de espantar. Na parede Sul, tinha uma divisória de pequena dimensão, sobrelevada, que consistia numa dispensa. No quadrante Nordeste a tijoleira apresentava quatro buracos para a implantação de uma pesada estrutura a que as crónicas chamam de “braseiro”, bem como no quadrante Noroeste podemos observar aquilo que nas crónicas é denominado de “piscina”, que era alimentada pela água dos tanques e não pela água que provinha do aqueduto (a potável). Tratava-se, assim, de uma pequena piscina de água salobra. Os bancos corriam de nas paredes Norte a Este.

Trata-se de uma oficina para a produção de velas. Os quatro buracos do piso são o suporte de um braseiro. As brasas⁵³⁷ deviam provir da cozinha e seriam colocadas numa grelha na parte inferior do braseiro, que teria, necessariamente, um tabuleiro móvel, por baixo da grelha. A parte superior consistia num tanque que se enchia de água, adicionando-lhe a cera ou o sebo que, quando fervesse, derretia a cera e/ou o sebo. Quando esta/este tivesse derretido, soltar-se-ia a água por uma torneira de drenagem. A cera ou o sebo derretido seria então retirado com uma concha para os moldes das velas,

⁵³⁷ As brasas têm a vantagem de não provocarem fumos e, conseqüentemente, não requererem a construção de uma chaminé. Era, simultaneamente, uma forma de otimizar a brasa para não haver desperdício. Fazendo-se as velas em tempo frio, as brasas aqueceriam esta sala de uma maneira particular,

que forçosamente estariam sobre uma vasta mesa situada entre o braseiro e a piscina. A piscina, ou tanque, não passava de um tanque de arrefecimento rápido das velas, que permitia desenformar e continuar a utilizar os moldes para fabricar outras novas velas. A arrecadação, na parede Sul, servia para arrumar todo o material necessário, como as formas, os pavios, o sebo (gordura dos rins das vacas, cabras e ovelhas) e a cera (resultante dos favos de mel espremidos).

É evidente que as oficinas funcionavam de uma forma interligada, pelo menos dentro de uma lógica economicista. As velas e o azeite eram os gastos correntes muito pesados na manutenção de uma casa conventual, uma vez que com a igreja, múltiplas capelas, nichos numerosos e constantes ofícios divinos, havia que atalhar a estes gastos. As oficinas conventuais aproveitavam então as oliveiras da cerca, bem como os baixos preços do sebo em relação à cera, que era comprado directamente nos açougues e da cera, provavelmente proveniente da freguesia da Ajuda. Com isto diminuían os custos de manutenção e podiam estar descansadas em relação aos ofícios divinos.

É que, paralelamente às irmãs místicas, temos irmãs que se distinguem pelo pensamento. E, de facto, o convento de Jesus foi pensado com vista a alicerçar-se num conceito económico próximo da auto-subsistência, ou talvez seja caso para dizer de pré-mercantilismo, altamente proteccionista. Tal revela que a inteligência não se opunha ao misticismo mais espectacular. As cronistas são dois bons exemplos dessa mesma realidade. Falam do convento, mas também dissertam sobre teologia, política, história. Para além destas temos os nomes das sorores Eufrásia de Jesus, tida como a “grande Eufrásia” pela sua pouco comum inteligência, Joana da Conceição, latinista, Luísa da Assunção, legista, escritã e música, Francisca da Cruz, grande legista, Catarina de

daí que seja também denominada “da comunidade”, uma vez que é bem provável que todas ali se reunissem aquando dos períodos mais frios e chuvosos.

Jesus, óptima latinista, escritã e legista, entre muitas outras, das quais interessa salientar Madalena da Cruz⁵³⁸.

Há uma relação, de facto, entre a salubridade financeira da instituição, o prestígio espiritual daquelas que a constituem e a invisibilidade carnal, que oferece um resultado inesperado pelas mulheres. Observado esse equilíbrio, entre os ditos três factores que apontámos, temos a única expressão de poder feminino, consubstanciável em poder político, que também joga no tabuleiro estrito dos influentes homens de Setúbal. O convento de Jesus é, de facto, o único actor feminino que existe e é respeitado e temido nos complexos jogos de interesses locais. Vemos a influência política externa do convento de Jesus em várias momentos da vida sadina, como no insucesso da impugnação da instalação dos carmelitas calçados, ou no sucesso da impugnação da instalação dos jesuítas na capela de Nossa Senhora dos Anjos, fronteira à cerca conventual.

Verificamos que as irmãs conseguem fechar as ameias da fortificação medieval na área de Santa Catarina de modo a evitar que fossem observadas a partir daquele

⁵³⁸ *Sor. Madalena da Cruz, filha de António de Brito de Figueiredo, fora colaça do infante D. Luís, pai de D. António, o Prior do Crato. Entrara em clausura e vestira o hábito de freira do Convento de Jesus de Setúbal, onde nove anos foi abadessa, sendo em toda a sua vida um exemplo de admiráveis virtudes. Quando em 1581 Filipe II de Castela veio a Portugal, que no ano anterior os seus poderosos exércitos haviam invadido e subjugado, e visitou Setúbal, entrando por esta ocasião naquele convento com toda a corte e cerimoniais usados em tais actos. Sor. Madalena da Cruz, que entre as suas eminentes virtudes fazia sobressair a do mais acrisolado amor à pátria, e aos monarcas portugueses, que simbolizavam a independência e a liberdade do seu Portugal, lançou-se aos pés do altivo rei de Castela, e de joelhos e mãos erguidas e suplicantes lhe rogou por muita graça e mercê que lhe concedesse licença para em suas orações encomendar sempre a Deus o Senhor D. António, o Prior do Crato príncipe que, disse ela, muito amava e desejava que sucedesse no trono. O orgulhoso monarca, o conquistador que com mão de ferro esmagava um povo inteiro, contemplando estático e comovido aquela excelsa abnegação e um tão sublime heroísmo envoltos no negro e pobre burel da velha freira, tudo nela respeitou, mostrou-se benévolo e dócil, festejando o pedido, ele mesmo estendendo-lhe os braços, levantou e consolou a virtuosa Madalena da Cruz, respondendo-lhe: “Levo nisso muito gosto, e assim peço que o façais, mas que eu não fique de fora de vossas orações, para que Deus me ajude e favoreça em tudo que for de seu serviço e bem dos meus Reinos”. E, voltando-se para as demais religiosas, lhes fez o mesmo pedido.*

O sagaz Filipe II de Castela bem percebeu que aquelas palavras da fraca e velha freira eram o reflexo contínuo que penetrava no claustro dos nobres sentimentos do povo setubalense, que durante sessenta anos, que tanto durou o domínio castelhano, nunca cessou de mais ou menos se insurgir e pronunciar contra o jugo castelhano, que afinal soube valentemente subjugar, vencer e expulsar. Esta notável religiosa, esta boa e santa mulher, tão portuguesa de sangue como de coração, acabou os seus

ponto. Vemos que as irmãs conseguem, de igual modo, que não existam árvores plantadas junto à cerca, como souberam chamar a si a Feira de Santiago, como souberam ter o privilégio de deter uma ramificação do aqueduto e como a conseguiram manter por séculos, como se mantiveram nacionalistas sob domínio filipino, entre muitos outros episódios em que foram interventivas.

Porém, este modelo foi posto em causa por diversas vezes. Como era evidente, numa qualquer fase de sobressalto económico, os eficazes sistemas de opressão da pessoalidade e despersonalização sistemática, eram questionados.

De facto, após a Restauração os rendimentos nacionais estavam centrados no esforço bélico, pelo que as irmãs deixaram de usufruir da principal fonte de rendimentos externa. No entanto, o próprio lagar havia sido desactivado (cerca de 1620-1630) por não se considerar já necessário⁵³⁹. E esta ausência de rendimentos, que se arrastou por longos anos, fez com que o convento tivesse de ceder na sua rigidez, dando lugar a afirmações de personalidade própria. Isto criou duas facções internas, as *observantes*, que pugnavam pela manutenção da rigidez e inflexibilidade da regra conventual e as *relaxadas*, que procuravam uma flexibilização da regra conventual, esquecendo as mortificações, os jejuns e as humilhações públicas constantes.

Este conflito arrasta-se internamente ao longo de cem anos pelo menos, ao longo dos quais uma e outras vão assumindo o controlo do abadessado. Com as *relaxadas* a instituição conventual concedia face à individualidade, tendo como consequência uma gestão económica conventual danosa, mas uma maior liberdade de cada mulher; com as *observantes* a gestão económica conventual era rigorosa, bem como a aplicação da regra, fortalecendo a instituição e permitindo-lhe exercer poder público. Resistindo

dias orando pela liberdade da Pátria. In João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume III, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1969, pp. 191 - 192.

persistentemente, as *observantes* acabam por triunfar e afirmar-se, novamente, como a linha unívoca e uniforme das clarissas sadinas, recuperando o prestígio abalado durante os “excessos” das *relaxadas*⁵⁴⁰.

O mosteiro de Nossa Senhora de Nazaré, da Ordem de S. Bernardo constitui caso atípico, circunscrito que está às mudanças políticas do Estado Central, neste caso durante o reinado de D. José I, sendo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal.

Dois factores contribuíram para esta instalação. Por um lado, o terramoto de 1755, que destruiu a casa que as religiosas tinham no Mocambo, em Lisboa e, por outro lado, o facto da política pombalina ter optado pela expulsão dos Jesuítas. Esta última medida, integrada no mais famoso e brutal fenómeno político português de centralização do poder, deixou várias casas devolutas, que aos Jesuítas pertenciam (anexo imagens 44 – 45).

O caso dos Jesuítas não é único, mas é o mais violento. O marquês atalhou aos problemas que várias instituições religiosas colocavam. Assim, tal como impôs João de Mansilha aos dominicanos, também impôs o seu irmão à Ordem de S. Bernardo. Daí resulta que as religiosas de S. Bernardo, sem o convento do Mocambo e instaladas numa quinta no Campo Grande, venham a ser transferidas para a casa que os Jesuítas detinham em Setúbal.

Deste modo atalhavam-se vários problemas, como o de se ocupar um espaço devoluto e sem destino, restituía-se a dignidade das religiosas e colocava-se uma ordem, ordem essa ligada ao marquês de Pombal, no lugar onde antes residiam os contestatários

⁵³⁹ A desactivação do lagar está associada à concessão de uma pipa e cinco cântaros de azeite por D. Filipe III de Castela. In João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume III, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1969, p. 77.

⁵⁴⁰ João Carlos de Almeida Carvalho - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume III, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1969, pp. 90 - 107.

e opositores da nova ordem política. A mensagem era clara para os contemporâneos, não deixando dúvidas.

Em 1781 ou 1782 as religiosas deixam o convento, mantendo, no entanto, a sua propriedade até à extinção das ordens religiosas. Esta mudança dá-se já no reinado de D. Maria I, reinado onde se acertaram muitos dos ódios gerados pela dinâmica reformista pombalina.

Porém, não podemos, nem devemos esquecer-nos do que acontecia a um outro universo feminino. Se, apesar de minorizadas, as mulheres da elite ainda podiam ter um nome e *status* social, a maioria esmagadora das mulheres não pertencia à elite, o que as colocava numa posição duplamente frágil, nomeadamente aquelas que ocupavam a base da pirâmide social, isto é as mulheres e as filhas dos pescadores, jornaleiros, marnoteiros e outras profissões igualmente baixas, de um ponto de vista social. Não é com espanto que observamos um texto de Almeida Carvalho que nos narra a chegada de um regimento de Dragões holandeses ao núcleo urbano de Setúbal:

*Em 2 de Fevereiro de 1704 ordenava-se à Câmara que aprontasse alojamento para os soldados que com o arquiduque de Áustria vinham de socorro, os quais haviam de passar por Setúbal para se dirigirem à província do Alentejo. Note-se, porém, que esta ordem foi expedida à Câmara depois do Governo lhe haver perguntado “se o povo seria contente que na vila se aquartelasse um regimento de dragões holandeses” e de receber resposta afirmativa da mesma Câmara.*⁵⁴¹

No entanto em outros documentos encontramos notícia de que durante aquele ano muitos regimentos ingleses entraram em Setúbal, e aqui estacionaram, marchando depois daqui para fora.

⁵⁴¹ João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume VI, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 43 – 44.

O regimento de dragões holandeses, porém, continuou a permanecer na vila de Setúbal com geral descontentamento da povoação, porque em sessão da Câmara de 12 de Julho de 1705, perante a municipalidade e “toda a nobreza e plebe do povo”, como diz o documento, fez-se leitura de uma carta que o Secretário de Estado escrevera ao conde de Avintes, governador da praça de Setúbal, na qual lhe ordenava que ouvisse a Câmara, nobreza e povo para que todos e cada um de per si declarassem seus pareceres, para deles dar conta a Sua Majestade.

A carta dizia assim: “É do serviço da Mesma Magestade que V. S.^a informe se os moradores dessa vila são contentes de ter nela o regimento de dragões holandeses, enquanto não sucede o tempo de servir na campanha, que será no Outono, porque sendo esta a sua vontade, será do agrado de Sua Magestade fazer esta graça aos ditos holandeses, por serem todos os do mesmo regimento católicos romanos, e seu cabo de bom procedimento; sem que seja tenção nem possa servir de exemplo por este caso quebrar os privilégios dos ditos moradores, e para o que se fariam as declarações necessárias”.

A isto, diz o documento, “respondeu a nobreza e a plebe, que rendiam graças à Sereníssima Rainha e Regente do Reino pela confirmação dos privilégios da povoação, que não admitiam aposentadorias de soldadesca em casas particulares, não obstante achar-se na respectiva praça um regimento de dragões. Contudo que muita mercê faria a dita Senhora em fazer retirar da vila aquele regimento por ser de bastante opressão e causa de algumas desinquietações que já tinham sucedido, e que atentas as razões expostas, esperavam que Sua Magestade lhes fizesse a mercê que pediam, guardando-se-lhes seus privilégios, pelos gravíssimos inconvenientes que se seguiriam se de contrário se procedesse”.

E acrescentavam “que a maior parte do povo era de homens marítimos e outros que o maior tempo do ano estavam ausentes de suas casas, e não era justo que nelas e em companhia de suas mulheres e filhas ficassem alojados soldados, e aquelas expostas às liberdades e excessos militares; nem era razão que havendo outros quartéis, ficassem os moradores sem domínio absoluto em suas próprias casas. Além de que a pobreza do povo era grande, e por isso não tinham os moradores com que pagar renda de outras casas para o alojamento e aposentadoria dos militares. Que o ano passado, estando na vila alojados outros regimentos, a maior parte deles não havia restituído as camas, e agora sucederia talvez o mesmo”⁵⁴².

Este tipo de comportamento é evidente que se deu junto das mulheres a que vimos aludindo, pelo que não houve nenhuma resposta armada, apenas uma repreensão formal pelo seu comportamento. Teria sido diferente se as mulheres pretensamente desonradas fossem de outro estrato social. No entanto, este episódio é revelador de uma existência insegura, nomeadamente num aglomerado urbano portuário, concorrido por marítimos de várias nações, onde a mulher não favorecida socialmente teria uma sexualidade distinta, nem sempre consentida, mas mais libertária. Uma vez mais devemos recorrer ao esforço de Almeida Carvalho, que no seu arquivo coligiu vários apontamentos sobre o assunto:

Por um acordão de 1538 ordenava a camara, que toda a mulher publica que fosse achada a qualquer hora do dia ou da noute pelas estradas dos capuchos, e de S. Romão ou a distancia dellas de um tiro de besta incorresse na pena de 500 r[ei]s, e oito

⁵⁴² João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume VI, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1972, pp. 43 – 44.

*dias de cadea, e na mesma pena incorressem os homens que com ella estivessem fallando*⁵⁴³.

*Por um acordão do mesmo anno de 1554 renovava-se a proibição aos estalajadeiros e taberneiros de darem camas em suas casas a mulheres solteiras, ordenando-se-lhes que não consentissem que essas mulheres usassem de seus officios de mancebia em suas estalagens e tabernas, sob pena de 500 r[ei]s, permitindo-se-lhes com tudo que lhas dessem de comer. Mas, determinava-se que tanto que fossem avemarias nenhuma mulher solteira estivesse fóra da mancebia, e logo que encontrada fosse de fóra della, pagasse 500 r[ei]s*⁵⁴⁴.

*Prohibia-se, pelo accordão de 1554, que homens casados entrassem na mancebia, e as mulheres da mancebia não durmissem fóra della, ordenando-se que nas estalagens senão dessem uma só cama para o homem e a mulher dormirem ambos, salvo sendo marido e mulher sob pena de pagar cada 500 r[ei]s e perda das armas*⁵⁴⁵.

Em 17 de Setembro de 1588, resolvia-se que toda a mulher publica que fosse encontrada de dia ou de noite nas estradas de S. Romão ou dos Capuchos e a distancia de um tiro de besta do convento deste sitio, soffressem a pena de 500 r[ei]s de cadea e o mesmo fosse applicado ao homem que com esta mulher estivesse.

E esta postura era assim tomada a reclamação dos padres capuchinhos e beguinos do convento de S. Paulo, do valle d'Al-ferrara, que se queixavam das

⁵⁴³ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 47/45, f. 1 – referente ao *Livro index de diplomas e acordãos antigos* do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

⁵⁴⁴ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 21/28, f. 11 – referente ao *Livro index de diplomas e acordãos antigos* do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

⁵⁴⁵ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 47/45, f. 2 – referente ao *Livro index de diplomas e acordãos antigos* do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

*desordens e dissoluções que os homens com as mulheres publicas praticavam nas estradas que se dirigiam ao convento sendo elles padres afrontados e envergonhados*⁵⁴⁶.

Em 1588, prohibia-se, e sob penas de 2\$000 r[e]is e trinta dias de cadea, que mulher alguma não casada, amassasse pão para vender, ou vendesse pão amassado, faveta e outra qualquer cousa que fosse, ainda que para isso tivesse alvará da camara.

*E isto por haver muitos roubos nas fazendas das mulheres da villa, e por certas cousas e respeitos, e informações do Procurador do Concelho*⁵⁴⁷.

*Em Setubal havia um local designado á mancebia, onde deviam residir, e ahi recolher logo que fosse a hora das ave-marias, todas as mulheres publicas*⁵⁴⁸.

*Mancebia era chamado o lugar que mais tarde foi denominado o do Courão da rua dos Caldeireiros*⁵⁴⁹.

*Ordenava o acordão de 1638 que as mulheres solteiras que fossem expostas, vivessem muros a fóra da villa sob pena de 1\$000 r[e]is*⁵⁵⁰.

Os costumes andavam tão estragados nos principios do seculo 17.º, que o seguinte facto será sufficiente para se formar juizo ácerca do estado de desmoralização

⁵⁴⁶ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 3 – referente ao *Livro de vereações* do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

⁵⁴⁷ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 4 – referente ao *Livro de vereações*, postura de 31 de Agosto, do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

⁵⁴⁸ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 5.

⁵⁴⁹ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 6 – referente ao *Tombo Grande da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada*, ano de 1589, p. 228.

⁵⁵⁰ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 7 – referente ao *Livro index de diplomas e acordãos antigos* do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

*desta época. A camara prohibia, em 2 de dezembro de 1615, que os atafoneiros que não fossem casados pudessem ter mulheres de portas a dentro de suas casas, porque era notorio e visto tomarem á força moças para suas estafonas, e praticarem outros inconvenientes em prejuizo da republica e do bom governo do povo. Que pois quem essas mulheres tivesse, por sua conta não pudesse ter atafonas na villa*⁵⁵¹.

*Prohibia o accordão de 1629 que depois das ave-marias passassem pessoas de frente da fonte nova, desde a calçada que ia da respectiva praça para a (estrada) de Coina da banda da dita fonte, permittindo que somente passassem as pessoas não embaraçadas nem arrodelladas, assim de se obstar ás queixas que se faz em algumas pessoas que atravessarem diante das mulheres e moços solteiros, que iam buscar água e fazerem-lhes certas descortezias, sob pena de 1\$000 r[ei]s de cadea*⁵⁵².

*A immoralidade que a Camara havia ilesigmatizado, dos atafoneiros terem moças nas suas atafonias, passou talvez a ser virtude por Vereadores menos escrupulosos, pois que no 1.º de março de 1631 permittio a Camara que os atafoneiros pudessem ter essas moças para carregarem a farinha e [...] e darem assim mais aviamento ao publico e gozando-se por este modo a postura em contrário*⁵⁵³.

⁵⁵¹ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 8 – referente ao *Livro de vereações*, ano de 1615, do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal. Note-se que o problema dos atafoneiros é perfeitamente compreensível à luz dos preconceitos sociais e culturais da época. Uma mulher para se casar tinha de dispor de um dote. Ora, não havendo dote não havia razão para o casamento, uma vez que o homem tinha de ser ressarcido do facto de passar a ter mulher e passar a sustentá-la. Tal como o valor do dote justifica a maioria das vocações eclesiásticas femininas (os dos conventos eram mais baratos que os dos maridos) nas classes dominantes, a união de facto (à época o dito concubinato), desonroso, encontra a sua justificação no pouco significativo quantitativo de casamentos nas classes mais desfavorecidas, pelo ónus que significava, principalmente quando se tratavam de órfãs.

⁵⁵² Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 9 – referente ao *Livro index de diplomas e acordãos antigos* do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

⁵⁵³ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 10 – referente ao *Livro de vereações*, ano de 1631, do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

*Segundo as medidas policiaes sobre a prostituição, as mulheres solteiras ou loureiras que ganhassem dinheiro com o seu corpo, deviam residir na judiaria, ou naquela outra rua, onde costumava haver mancebia, ou fóra da villa*⁵⁵⁴.

Estes excertos de notícias do que existiu nos arquivos municipais são a principal fonte para o entendimento da problemática que temos procurado desvelar. Parece-nos que apesar de poucos e curtos, os fragmentos que Almeida Carvalho nos legou, são preciosos. Em primeiro lugar mostram que havia uma certa licenciosidade em relação às formas de acasalamento das classes mais desfavorecidas. É o caso curioso dos atafoneiros, que, pelos vistos, podiam ter o que denominamos hoje de “ligações de facto” sem prejuízo algum, uma vez que a Câmara não se lhes opunha. O mesmo poderíamos dizer em relação às reclamações dos frades de Alferrar, uma vez que tal não terá sido cumprido em todo o rigor, bem como as constantes opressões em relação aos estalajadeiros são interessantes.

Outros dois aspectos são igualmente revelados. Assim, parece-nos, por um lado, que havia contingentes significativos de prostituição na vila e, por outro, que a posição das elites é ambígua. São estes dois aspectos, cremos, que justificam o primeiro que constatámos – a flexibilidade moral no que respeita às classes baixas⁵⁵⁵.

Assim, em primeiro lugar tentemos perceber as causas que levaram ao florescimento dessa actividade. Parece-nos que as causas são eminentemente económicas. Setúbal é acima de tudo o seu porto, conforme já dissemos; e ao seu porto afluem marítimos e comerciantes de várias partes do mundo, bem como de várias partes

⁵⁵⁴ Arquivo Distrital de Setúbal, Arquivo Almeida Carvalho, cota 17/9, f. 11 – referente ao *Livro de vereações*, ano de 1637, do Arquivo da Câmara Municipal de Setúbal.

⁵⁵⁵ Consentia-se que os homens solteiros pudessem satisfazer-se, de modo a prevenir desacatos sociais, como os que se verificaram aquando da hospedagem dos Dragões. Para os casados a situação, como se pode verificar, já era diferente. Tendo mulher e devendo-lhe fidelidade de acordo com os cânones, já a sociedade não se mostrava tão tolerante. Se frequentasse meretrizes era um passo dado para o adultério com outras mulheres.

do país. Associando a esses os contingentes populacionais masculinos permanentes, como os pescadores, os marnoteiros, os jornaleiros, ou seja, indivíduos com poucas possibilidades económicas a quem estava, por essa mesma razão, vedado o casamento. Teríamos, então, um conjunto quantitativo significativo de homens que recorriam permanentemente à prostituição.

É óbvio que a esses temos de associar igualmente os que iniciavam a sua vida sexual, oriundos de todas as classes, e que o faziam com mulheres de estatuto baixo, por exemplo escravas, viúvas, criadas de casa e, em muitos casos, prostitutas, de modo a não procurarem as filhas de família. Também alguns clérigos mais permissivos recorreram, neste período, a relações de mulheres de todos os níveis, facto bem conhecido em vários locais de Portugal, dos quais Setúbal não seria excepção. Outro grupo que a elas recorreria eram os militares e esses eram igualmente em número significativo. Os aquartelamentos do Outão, Albarquel, S. Filipe e Nossa Senhora da Conceição da Fortificação Grande, bem como, eventualmente, os de Palmela, aqui viriam gastar o soldo.

No que respeita à proveniência das raparigas para a actividade, temos a possibilidade de importação de vários lugares do reino, mas a maioria esmagadora das raparigas deveria ser local. E quem alimentava este contingente numeroso, para servir tantos clientes, era a classe dos pescadores. Para melhor o compreendermos é necessário recordar que foi o povo que pediu à Câmara a instalação dos Trinitários em Setúbal, uma vez que esta ordem religiosa se tinha especializado nos resgates dos cativos no Magreb, corria o ano de 1656. E de tal maneira a instalação dos padres da Santíssima Trindade era necessária, que só na sua primeira acção, em Setúbal, resgataram 50 cativos.

Ou seja, para além dos naufrágios de embarcações, doenças sem assistência médica a bordo, pestes em embarcações, entre mil outros acidentes possíveis, a pirataria era habitual junto dos marítimos e pescadores de Setúbal, bem como na própria costa de Setúbal, segundo nos narra Almeida Carvalho⁵⁵⁶.

Frei António das Chagas, na segunda metade de seiscentos, viu profundamente o reflexo desse problema, ou seja, da contingência a que os pescadores e marítimos estavam sujeitos, bem como, e principalmente, às contingências a que as suas famílias estavam obrigadas. Se o homem que sustentava a casa se perdesse, a contingência das circunstâncias obrigaria a ter, como última, rápida e mais que provável saída, a prostituição. Frei António das Chagas, antes de ser o reformador e homem de valores cristãos, pio e inflamador de audiências, reformador dos costumes, não havia sido um santo, bem pelo contrário. Militar fanfarrão, amante ardente, poeta e dado a todos os prazeres da vida, era um indivíduo com um profundo conhecimento da sociedade onde se inseria. Tratava-se de uma pessoa perspicaz e desvelava conscienciosamente as causas e as consequências do que julgava ser a relaxação dos costumes.

Portanto, conjuntamente com a fundação do Seminário de Brancanes, procurou instigar a criação de um recolhimento para mulheres pobres e honradas, que seria de erigir junto ao templo de Nossa Senhora da Saúde⁵⁵⁷, da confraria de pescadores que aí se encontrava. Frei António das Chagas veio a falecer sem conseguir os seus intentos, porém, os sacerdotes de Brancanes fazem uma petição ao monarca, monarca que obriga a Câmara a deliberar e construir esse recolhimento, pelo que esta reúne várias entidades locais para esse intento, a 4 de Dezembro de 1700. Todavia, só em 1746, desta vez junto da confraria dos pescadores, conseguem os padres de Brancanes o apoio para a sua

⁵⁵⁶ João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, parte II, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1970, p. 40.

⁵⁵⁷ A capela de Nossa Senhora da Saúde havia sido erigida em 1620, bem no centro do maior bairro dos pescadores, o Troino.

construção. O objectivo não podia ser mais claro: *Num termo de 13 de Fevereiro deste ano, lavrado pelos vogais da Mesa e mais irmãos da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, consta que o juiz da mesma Irmandade declara que os padres missionários de Brancanes, tendo reconhecido pelas suas missões, que muitas donzelas honestas, virtuosas e recolhidas se achavam em perigo iminente de se perderem pela força da necessidade, não lhes sendo possível acolherem-se a algum dos dois mosteiros que existiam em Setúbal, por carecerem dos meios indispensáveis para conseguirem admissão em qualquer deles; e considerando que sendo Setúbal a terra mais populosa do reino depois de Lisboa, não tinha contudo um recolhimento para essas pessoas pobres e virtuosas, falta que era sentida por muita gente, que tanto desejava que esse estabelecimento [...] ⁵⁵⁸.*

É, pois, evidente para que servia este recolhimento (anexo imagens 100 – 101), que só vem a abrir em 1748, sendo acautelados os direitos paroquiais, impedindo, a partir de 1761 a entrada a quem não tivesse dinheiro para se sustentar ou que não se pudesse sustentar com o seu trabalho de mãos, tendo as recolhidas votos de obediência e clausura, passando constantemente por dificuldades financeiras até à extinção da instituição, em 1867. Foi Gabriel Malagrida, o famoso jesuíta, que mais apoio deu ao recolhimento, tendo-lhe ofertado jóias, entre outros bens. O seu retrato, que havia oferecido num painel de azulejos que estava na portaria, foi passado a pó, por ordem d’el rei D. José I.

Apesar de distinta, a história do recolhimento da Soledade é similar (anexo imagens 102). Foi D. António Domingos de Sousa, filho do 3.º marquês de Minas, que se decidiu pela construção desse recolhimento, feito às suas expensas e com a reacção, primeiro dos Trinos, que não o queriam no Largo da Fonte Nova, pelo que teve de se

⁵⁵⁸ João Carlos de Almeida Carvalho – *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, volume IV, parte I, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1970, p. 164.

mudar e o projectar para a praia do Seixal, e depois, pelo pároco da Anunciada, que só descansou quando verificou que estavam salvaguardados os seus direitos paroquiais. A ermida de Nossa Senhora da Soledade foi terminada em 1745 e o recolhimento, anexo à ermida, em 1753. O objectivo era o mesmo, acolher mulheres honradas e pobres. Para tal empreendimento, este privado gastou a módica quantia de 10 000\$000 de réis.

Os Trinos (anexo imagens 56 – 57), bem como os outros sacerdotes e frades, eram constantes na sua condenação da prostituição. Os Trinos procuravam atalhar a este problema de uma forma não comprometedora, uma vez que procuravam o resgate do sustento das famílias pobres. Apenas três indivíduos, exógenos, e devido, em dois casos, à sua reputação de santidade, sendo o outro abastado suficiente, puderam auxiliar as mulheres nesta situação comum na sociedade sadina do Antigo Regime. A elite, que detinha o controlo da edilidade, limitava-se a condenar juridicamente algumas situações pontuais, de modo algum procurando atalhar o problema. Na realidade, as mulheres das classes baixas, principalmente as viúvas novas e sem filhos, ou as órfãs, não tinham alternativas. Era assim, até ao fim da linha, ou seja, a entrada para o hospital da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, ou o hospital das mulheres de Setúbal.

Tivemos oportunidade de efectuar uma muito recente intervenção no espaço do antigo hospital da confraria, o denominado sítio da Cúria Diocesana de Setúbal (anexo imagens 20 – 21), uma vez que aí residiu o primeiro bispo de Setúbal, D. Manuel Martins, até 1997. Esta foi coordenada por Raquel Florindo e por mim próprio, encontrando-se, actualmente, em fase preliminar de laboratório, pelo que me cingirei aos dados já conhecidos. Assim, reza a lenda que, no Século XIII, havia uma senhora muito pobre, e tão pobre era que recolhia cavacos de madeira, junto da praia, para poder fazer a sua lareira. Ao atirar um desses cavacos recolhidos na praia para o lume, este saltou. Uma vez mais o atirou e ele voltou a saltar do lume. Observou-o então e viu

tratar-se de uma pequenina imagem de Nossa Senhora. Assim nasceu a Confraria de Nossa Senhora na Anunciada, no Século XIV, com o seu hospital e capela, na praia onde a mulher pobre havia achado a imagem. Tratava-se de um edifício muito pequeno, pelo que podemos constatar da Visitação de 1510. Com o terramoto de 1531, o complexo foi destruído e todo o terreno renovado. Tratava-se de um edifício com dois pisos, numa área um pouco inferior à da actual propriedade. Volta a existir um reordenamento do espaço em 1537, onde pudemos verificar que se fecharam algumas portas, abriram-se outras e se fizeram algumas remodelações da estrutura interna, pelo menos no que respeita ao piso térreo, com vista a albergar também padres capuchinhos do Convento da Arrábida. Com o terramoto de 1755 o edifício voltou a sofrer bastante, tendo sido alterado o espaço do edifício, uma vez que a capela-mor da também reconstruída Igreja da Anunciada lhe ocupou parte da propriedade, no lado poente, tendo, conseqüentemente, expandido a propriedade para nascente. O terramoto de 1858 também o atingiu, de novo, levando a novas remodelações profundas, nomeadamente ao nível do número de pisos e fachada, tendo subsistido na nova estrutura pouco mais que duas paredes-mestras. Alguns anos mais tarde, o hospital, que no entretanto havia sido incorporado na Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, vai ser extinto com vista à abertura do novo hospital no Convento de Jesus.

É evidente que se tratava de um hospital de mulheres, portanto não era exclusivo para as prostitutas que já não conseguiam o seu próprio sustento, quer pelas enfermidades, quer pela idade, mas revela o reconhecimento implícito de um problema, que se procurava minorar (e não evitar, como é o caso dos recolhimentos) na vida das mulheres mais desprotegidas, vítimas de um sistema social que as compelia a aceitar esta última caridade, preparando-as para o último capítulo das suas existências. O espaço onde estavam confinadas, paredes-meias com a paroquial da Anunciada,

relembra a todos o como era a vida na parte mais pobre da povoação, a zona a poente da ribeira do Livramento. A associação da paroquial ao hospital mostrava, por outro lado, que a salvação daquela existência só podia ser alcançada através da Igreja, algo que estava bem enraizado nas mentes da população. Portanto, após uma vida dura, aquando da viuvez ou da orfandade, as mulheres tinham a sua réstia de dignidade através da contrição dos pecados e da salvação propalada pelo sacerdote.

Estes casos extremos, foram apresentados, por haver suficiente documentação. Não reflectem a totalidade do papel da mulher no contexto da sociedade do Antigo Regime. Aliás, são casos “marginais”, uma vez que são aqueles em que a regulamentação mais se manifesta. Em todo o resto das actividades femininas pouco mais podemos que especular. Note-se que a população citadina não podia ser maioritariamente masculina de uma forma muito discrepante. Tal pode estar associado ao facto dos recolhimentos serem vocacionados para sadinas.

Podemos deduzir que a população feminina teria profissões diversificadas, ao abrigo de uma divisão do trabalho comum e corrente, assente nos usos e costumes locais. Estariam abrangidas pelas normas do direito consuetudinário, que foi evoluindo ao longo do tempo e, portanto, contribuíram de uma forma decisiva para a prosperidade e expansão demográfica sadina.

A falta de visibilidade aparente das mulheres, terá duas origens. Por um lado, pela menoridade a que estavam votadas pela Igreja e pelo Poder. Por outro lado, pela incorporação na sociedade lusa dos hábitos judaicos e islâmicos que, não negando totalmente a importância da mulher (garantes da pureza ritual doméstica e da honra da família), as condiciona a viver separadas dos homens que não lhes são familiares próximos e, para sua própria protecção, a ser socialmente pouco visíveis. Tal era

corrente para Portugal, bastando para tal recordar a *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo⁵⁵⁹.

Obviamente que a invisibilidade social da mulher, como ainda hoje acontece nos países muçulmanos, seria socialmente desejável, mas mais evidente nas mulheres que não precisavam de trabalhar fora de casa para o seu sustento e/ou da família, sendo certo que aquelas que trabalhavam usufruíam de uma liberdade social muito superior.

Estas dinâmicas de direito consuetudinário, da tradição e da sub-cultura de cada classe social, salvo raras exceções documentais ou outras, estão fora do alcance do historiador e do arqueólogo e só podem ser pressupostas por raciocínios analógicos de sociologia e antropologia, o que demonstra o que afirmámos na introdução deste ensaio; história e arqueologia, sendo meios de conhecer as sociedades do passado, não são os seus meios exclusivos.

O património móvel exumado em intervenções arqueológicas em Setúbal, que documenta este mundo feminino, não é mais que uma ínfima parcela de uma realidade que os documentos são incapazes de atestar, mau-grado de um ponto de vista técnico e estilístico possam ser interessantes. Não são objectos de conhecimento em sentido holístico, não documentam, são meras ilustrações.

⁵⁵⁹ A primeira edição da obra é de 1650. Francisco Manuel de Melo – *Carta de guia de casados*, Ed. Ediclube, Alfragide, 1994.

A Idade do Ouro Branco – síntese e conclusão

Foi nossa pretensão oferecer uma interpretação possível, do período em causa, de modo a se poder assimilar todo este vasto conjunto patrimonial disponível aos olhos atentos de quem vive e visita Setúbal. Trata-se, obviamente, de uma análise de tempo longo, onde o tempo quase que não passa, apesar de existirem evoluções ao longo destes séculos. Privilegiámos as permanências, ao invés de procurarmos as evoluções e as transformações que existiram. O fio condutor desta observação é, naturalmente, o materialista. A economia, é, do nosso ponto de vista, o grande condicionador e o factor axiomático desta paisagem. É através do Sal e dos seus rendimentos que Setúbal ascende de um bom porto, a um porto de efectiva dimensão, integrado na economia – mundo, teorizada, numa interpretação neo-marxista (Estruturalismo) por Fernand Braudel. Apesar do centralismo do porto de Lisboa, é graças ao Sal que Setúbal subsiste

fortemente independente, mesmo quando os fretes entre estas duas próximas localidades eram bastante frequentes.

Também só se pode compreender o desenvolvimento demográfico de Setúbal, que alia ao crescimento demográfico natural os contingentes de populações imigrantes, através da oferta de emprego e do sonho de melhores rendimentos. Tal facto é visível, igualmente, nos investimentos da Coroa, que procura melhorar acessos, infra-estruturas e o sistema defensivo, como forma de um melhor controlo do porto comercial. A realidade descrita para as instituições religiosas, que crescem exponencialmente durante o Antigo Regime, não encontra outra justificação, senão pela possibilidade económica de as manter, pois trata-se de uma classe social não produtiva *stricto sensu*. Há, pois, um pacto de lealdade entre os vários grupos sociais (apesar de se conhecerem alguns conflitos) que permite uma estabilidade social e que propicia o crescimento económico. Se este é posto em causa, de tempos a tempos, expondo as diferentes ambições, principalmente no conflito entre os interesses do Estado e os interesses locais, não há nunca a ruptura, visto que, no geral, todos saíam a ganhar alguma coisa. Existem interdependências que convém salvaguardar.

Este suporte económico, por vezes dramático quando observado a uma escala familiar (na medida em que a macro-economia não se compadece com os dramas familiares da micro-economia), é também o responsável pela possibilidade de sustentação de uma religiosidade fervorosa, que inunda os pequenos gestos quotidianos. Efectivamente, sem os fluxos financeiros que suportam, o espírito do Concílio de Trento, contra-reformista, não teria encontrado eco na sociedade civil, ou teria de ter optado por diferentes estratégias. Sem os interesses salineiros e portuários em geral, não haveriam meios financeiros disponíveis, para sustentar os sumptuosos (mas não monumentais) e elaborados projectos publicitários desses princípios teológicos.

Contudo, a importância do discurso inflamado da Igreja nesta época, é inegável, pois é só através dela que a sociedade ganha alguma coerência interna e cria laços emotivos que lhe permitem assimilar o conceito de coesão social, de uma identidade comum. Se estes objectivos eram tão preciosos, e tão verticais, na abrangência sociológica dos seus crentes, pareceu-nos ser de salientar, não só as infra-estruturas que se desenvolveram com o já referido crescimento económico, como um entendimento do mundo, de características supra - individuais, e consensualmente aceite pelos seus contemporâneos. Assim sendo, se nos iniciámos por suportes económicos, procurámos não esquecer a dimensão humana.

O nosso ponto de partida foi arqueológico, não só por ser essa a nossa formação base, mas também porque não existia qualquer estudo de conjunto, para esta Pólis, dessa natureza. Entenda-se, todavia, arqueologia como o estudo de sociedades e culturas a partir de uma matriz material, que é o que efectivamente é. Não se trata, portanto, apenas de explorar os achados arqueológicos das várias intervenções efectuadas no subsolo urbano, mas antes, reunindo o escavado, o edificado e a documentação, (re)construir imagens sobre vários aspectos que envolvem a urbanidade e, conseqüentemente, a identidade de Setúbal.

Uma paisagem, um objecto, uma realidade, apresentam-nos, geralmente, várias dimensões interpretativas. Ao tentarmos refazer um passado não muito distante, mas que parece ter ocorrido há uma eternidade, tão grandes foram as transformações tecnológicas, sociais e culturais, continuamos, todavia, a encontrar-lhe um fundo comum, que ainda hoje encontra força para se manifestar das mais diversas formas na nossa actualidade.

Esse passado interfere, funde-se com as nossas vidas, através das procissões anuais a que assistimos, da celebração da Feira de Santiago a que vamos, das igrejas

centrais que frequentamos, das lojas da Baixa em que entramos, das exposições, dos museus, dos ícones da cidade – Bocage, Luísa Todí e, mais recentemente, Vasco Mouzinho de Quebedo. Nas idas ao “Castelo de S. Filipe”, nas passagens pelo Portinho da Arrábida, na visualização do Convento Arrabatino, nas tardes do parque de merendas do Convento de S. Paulo, estão os comuns que ainda partilhamos com esse mundo mudo.

Tentar ligar, dar algum sentido a esses marcos de uma outra era com que nos defrontamos diariamente, tentando recuperar alguma da sua dimensão de conjunto e humana, pareceu-nos, não só interessante, mas mesmo premente, numa fase de mudança nos próprios alicerces em que Setúbal se tem fincado. Quem estuda o passado tem a obrigação de estar atento ao presente. Quem estuda o passado tem a obrigação de saber por que é que o faz. Além de procurar desvelar esse passado, deve procura captar, também, as circunstâncias do momento. Visto entendermos que a cidade deve procurar sair do duro espartilho secular de uma identidade industrial, para uma outra ainda em definição, pareceu-nos oportuno mergulhar na mítica *idade do ouro branco*, o sal do grande fulgor setubalense, tentando não omitir os paradoxos que encerrava, por mais que aspirasse ombrear a segunda posição nacional com a cidade do Porto. Que mais não seja, senão por princípio, a *idade do ouro ...*, é sempre aquela que ainda está por vir.

Procurámos fazer um pequeno ensaio, sobre a Setúbal que medeia de meados do século XVI aos finais do século XVIII (se bem que, por vezes, estas barreiras temporais sejam ultrapassadas). Não esgotámos o tema, mas pensamos ter conseguido uma abordagem sobre vários assuntos que julgámos pertinentes, numa lógica de conjunto.

E que podemos dizer de Setúbal, para além dos aspectos económicos? Setúbal é um povoado, para o período analisado, que apresenta as características típicas da época em que se insere. A divisão de classes sociais é óbvia, com o monarca a fazer exercer o

seu poder cada vez mais centralizado, senão mesmo absoluto. O controle do porto e do sal, com óbvios rendimentos tributários, é o interesse mais vincado desta personagem. Para tal instala guarnições militares e administração em consonância, para além de alimentar a subserviência de uma aristocracia baixa, mas que se fixa em Setúbal, com a qual tem de partilhar riqueza. Essa aristocracia secundária é colocada no próprio aparelho do Estado, integrando os cargos municipais, administrativos e militares disponíveis, mas mantendo-se, como é característico, alheia ao lugar em si, uma vez que a sua lealdade e ambição reside nas honras e nas prebendas do monarca. É um grupo social pouco útil à localidade, servil face ao monarca e opressor face à restante comunidade local, incapaz de se constituir como pólo de desenvolvimento e dinamismo da região, excepção feita ao ensaio da Academia Problemática e Obscura, mas que também se demonstrou incapaz de ir além da discussão abstracta e inócua.

É a Igreja, apesar dos seus vários constituintes heterogéneos, que se apresenta como a mais importante presença cultural e ideológica da Pólis. É ela, independentemente das múltiplas ambiguidades e comportamentos condenáveis, que assegura a harmonia social, convencendo os aristocratas a ir contribuindo de quando em vez, bem como por conservar ordeiro o povo, mantendo-lhe a esperança de melhores dias, que mais não seja noutra vida, e atemorizando-o, simultaneamente, com os tormentos do espírito e controlando *vis-a-vis* o seu comportamento. É um *duo ut des*, oferecendo importância aos indivíduos, fazendo-lhes sentir que as suas vidas têm algum sentido, curando-os, apoiando-os e aconselhando-os, mas, por outro lado, onerando-os com a sua sustentação económica e levando-os a contribuir para os seus projectos construtivos.

Os oficiais e os comerciantes, essa semente do que virá a ser uma burguesia pujante nos séculos seguintes (XIX e XX), está ainda a conquistar espaço, muito presa e

ligada aos preconceitos ideológicos e à dependência económica e/ou social da aristocracia. São eles que, numa outra dimensão da cidade, distinta daquela que a Igreja preenche, que permitem o fulgor de Setúbal, fulgor económico, em constante renovação. É esse fulgor económico, aliado à presença religiosa, que mantém a paz e a coesão social uma vez que, que mais não seja de uma forma ilusória, fazia com que todos sentissem que aqui poderiam encontrar uma oportunidade.

Ao povo cabia fazer funcionar todas as estruturas económicas. É ele que está presente nos campos, na pesca, na extracção do sal, nos mercados abastecedores, na comunidade dos marítimos, na construção dos edifícios, nas formas mais típicas de exclusão económica da sociedade do Antigo Regime, nos jornaleiros, nos biscateiros, nos pedintes, na prostituição, etc.

Ou seja, aquilo que distingue Setúbal de um qualquer povoado urbano português do Antigo Regime não é a constituição social, as relações sociais e os meios de produção, tão pouco se poderá vislumbrar nos conceitos religiosos, culturais e mentais. O que torna Setúbal distinta é a sua implantação geográfica, é o sítio e o modo como especificamente usufruiu das condições espaciais de que dispôs e no modo como aproveitou o sal para impulsionar e fazer crescer económica e demograficamente este lugar. Setúbal vinca bem uma identidade cultural própria à época, que perdura até à actualidade, se bem que hoje se apresente pouco consistente, constatável no profícuo investimento continuado no esclarecimento das suas raízes, o que justifica que períodos mais recentes da sua história, como o ora estudado, tenham menos conhecimento produzido. Todavia, essa identidade cultural própria, como bem nota Borges de Macedo⁵⁶⁰, não se exclui do todo nacional, até pela proximidade da capital, mas é necessária para não se deixar absorver por ela. Hoje tal continua a ser feito, de forma

⁵⁶⁰ Jorge Borges de Macedo – Setúbal na história social portuguesa in *Setúbal na História*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 171 - 190

algo artificial, porquanto a mobilidade das pessoas é incomensuravelmente maior, pelos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Ed. Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, Setúbal, 1990.

ABREU, Laurinda - Confrarias e Irmandades de Setúbal: redes de sociabilidade e poder in *Actas do I Congresso Internacional do Barroco*, vol. 1, Porto, 1991.

ABREU, Laurinda – *Setúbal na segunda metade do Século XVIII: os anos da reconstrução*, Lisboa, 1991 (policopiado).

ABREU, Laurinda – *Memórias da Alma e do Corpo*, Palimage Editores, Viseu, 1999.

ALARCÃO, Jorge de – Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia I in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 7, n.º 1, Ed. IPA, Lisboa, 2004, pp. 317 – 342.

ALBERTO, Francisco de Santo (O.M.) - *Estragos do Terremoto vatecinio de felicidades. Sobre os habitantes da nobilissima Villa de Setuval na justificada afflicção em que se viraõ no primeiro de Novembro de 1755*, Officina junto a S. Bento de Xabregas, Lisboa, 1757.

ALBUQUERQUE, Martim de – Portugal e a “Iurisditio Imperii” in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XVII, Lisboa, 1964 (separata).

ALBUQUERQUE, Martim de – *O poder político no renascimento português*, Ed. Instituto Português de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, 1968.

ALBUQUERQUE, Martim de – *A consciência nacional portuguesa – ensaio de história das ideias políticas*, Ed. ?, Lisboa, 1974.

ALIPRANDI, Giovanni e MILANESE, Marco – *La ceramica europea – Introduzione alla storia e all'arte*, Ed. Culturali Internazionali, Génova, 1986.

ALMAÇA, Carlos – *Evolucionism in Portugal*, Ed. Museu Nacional de História Natural, Lisboa, 1993.

ALMEIDA, Fernando Moitinho de – *Inventário de marcas de pratas portuguesas – Séculos XV a 1887*, Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1991.

ALMEIDA, Rogério Paulo Vieira de - Regularidade e irregularidade: Geometria e traçados na Arquitectura Militar in *Acto-Um*, Ed. Universidade Moderna – Pólo de Setúbal, Setúbal, 2000 – 2001, pp. 39 – 49.

AMARO, Clementino - Silos Medievais no Palácio Nacional de Sintra in *Arqueologia Medieval*, n.º 1, Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1992, pp. 111-123.

ANTUNES-FERREIRA, Nathalie e FERREIRA, M. - As práticas de inumação na antiga Ermida de N. Sra. da Conceição (Seixal) in *Era-Arqueologia*, 3, Lisboa, 2001, pp. 59-73.

ARISTÓTELES – *Ética a Nicómaco*, Ed. Quetzal, Lisboa, 2004.

ARNAUD, José Morais – Os concheiros mesolíticos do vale do Sado e a exploração dos recursos estuarinos (nos tempos pré-históricos e na actualidade) in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 21 – 43.

ARRAIS, Amador (O. C.) - *Diálogos*, Colecção Tesouros da Literatura e da História, fac-simile da edição de 1600, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1974.

ARRUDA, Ana – O Oriente e o Ocidente in *História de Portugal*, direcção de João Medina, Ed. Ediclube, volume 2, Alfragide, 1993, pp. 17 – 44.

BAART, Jan – Portuguese faience 1600-1660 – Een studie van bodemvondsten en museumcollecties in *Êxodo*, Ed. De Bataafsche Leeuw, organizado por Ren'ee E. Kistenrearker e Thirtsah Levie, Amestedão, 1987, pp. 18 – 24.

BAART, Jan et alii – *Opgravingen in Amsterdam: 20 jaar stradskernonderzoek*, Ed. Dierst der publieke werken e Amesterdams Historish Museum, Amsterdam, 1997.

BARBOSA, Pedro e PEREIRA, Fernando António Baptista - Iconografia da morte e ressurreição de Cristo - desvios heterodoxos em dois painéis do antigo retábulo da Igreja de Jesus em Setúbal in *Prelo*, Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, n.º 2, Lisboa, 1984, pp. 41 - 58.

BARREIROS, Gaspar – *Chrographia de alguns lugares que stam em hum caminho...*, 2.^a ed., Ed. Universidade de Coimbra, Coimbra, 1968.

BARREIROS, Gaspar – Um inédito de Gaspar Barreiros: “Suma, e descripçam de Lusitânia” in *Revista da Universidade de Coimbra*, edição com estudo de Justino Mendes de Almeida, volume 31, 1984, pp. 1 – 52.

BARREIROS, Manuel de Aguiar – *Elementos de Arqueologia e Belas Artes*, 3.^a edição, Braga, 1953.

BESSA, Carlos Santos – Invasão do Duque de Alba em 1580 – importância e resistência de Setúbal in *Setúbal na História*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 209 - 244.

BLOT, Maria Luísa de Brito Henriques Pinheiro – *Os portos na origem dos centros urbanos. Contributo para a arqueologia das cidades marítimas e fluvio-marítimas em Portugal*, dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada na Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2 volumes, Braga, 2001.

BORGES, Fernando – A malária no vale do rio Sado In *Memórias do Instituto de malariologia de Águas de Moura – da luta anti-palúdica ao museu*, Ed. Câmara Municipal de Palmela e CEVDI – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Palmela, 2001, pp. 59 – 63.

BORDIEU, Pierre – *O poder simbólico*, 4.^a ed., Ed. Difel, Algés, 2001.

BOSI, Roberto Bosi – *La ceramica italiana ed europea*, Ed. Faenza, Faenza, 1976.

BOTAS, Rui Eduardo et alii - Forno de cerâmica da Mata da Machada in *Boletim de Ligação*, n.º 3, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, Almada, Fevereiro de 2001.

BOTELHO DA COSTA, Joaquim - *Estudo e Classificação das Rochas por Exame Macroscópico*, 8.ª edição, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1993.

BRAGA, Paulo Drumond - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1998.

BRITO, Bernardo de - *Monarquia Lusitana*, Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2 volumes, Lisboa, 2004.

CALADO, Rafael Salinas - *Faiança Portuguesa - Sua evolução até ao início do Século XX*, Ed. C. T. T., Lisboa, 1992.

CALADO, Rafael Salinas - A porcelana da China como fonte de inspiração da decoração da faiança portuguesa no Século XVII in *Oceanos*, n.º 14, Ed. Comissão dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Junho 1993, pp. 76- 83.

CALADO, Rafael Salinas - Breve historial da faiança em Portugal in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 13 - 25.

CALADO, Rafael Salinas e NETO, José Luís – Cerâmicas finas medievais e modernas do acompanhamento arqueológico do Procom in *Subsídios para o Estudo da História Local* (no prelo).

CALAFATE, Pedro – A filosofia da história do renascimento português: João de Barros in *Metamorfoses da Palavra*, Ed. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 2001, pp. 31 - 43.

CALAFATE, Pedro – Os humanistas filósofos. André de Resende in *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate. Ed. Caminho, volume II, Lisboa, 2001, pp. 63 - 69.

CALAFATE, Pedro – Os humanistas filósofos. João de Barros in *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate. Ed. Caminho, volume II, Lisboa, 2001, pp. 71 - 84.

CALAFATE, Pedro – A reflexão portuguesa sobre a política nos Séculos XVI e XVII in *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate. Ed. Caminho, volume II, Lisboa, 2001, pp. 663 - 700.

CALAFATE, Pedro – A polémica em torno das causas do terramoto de 1755 in *História do Pensamento Filosófico Português*, dir. Pedro Calafate. Ed. Caminho, volume III, Lisboa, 2001, pp. 369 - 381.

Câmara Municipal de Setúbal – *Postura relativa à conservação e defesa de elementos ou conjuntos monumentais, arqueológicos, artísticos, históricos e paisagísticos*, Setúbal, 1975.

CARDOSO, Armando – *Manual de cerâmica*, Ed. Livraria Bertrand, colecção Biblioteca de Instrução Profissional, Amadora, s/ data.

CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino - Alguns tipos de cerâmicas dos Séculos XI a XVI encontrados em Cascais in *A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Mértola, 1991, pp. 575-585.

CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino - Tipologia de cerâmicas dos Séculos XVI, XVII e XIX encontradas em Cascais in *Arqueologia Medieval*, n.º 6, Mértola, 1999, pp. 193-212.

CARDOSO, João Luís Cardoso – Escavações arqueológicas na Praça de Bocage (Setúbal). Estudos sedimentológicos in *Setúbal Arqueológica*, volumes VI/VII, Setúbal, 1980/81, pp. 285 – 294.

CARDOSO, João Luís – Sedimentologia das camadas de base de alguns cortes estratigráficos da cidade de Setúbal in *Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*, Ed. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986, pp. 161 – 168.

CARDOSO, João Luís e GOMES, Mário Varela – Contributo para o estudo das faunas encontradas no poço-cisterna de Silves (Séculos XV – XVI) in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 207 – 268.

CARDOSO, João Luís – Na Arrábida, do Neolítico Final ao Bronze Final in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 45 – 70.

CARVALHO, António Rafael; FARIA, João Carlos e FERREIRA, Marisol Aires - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004.

CARVALHO, João Carlos de Almeida – *A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas da ruinas de Troia, e onde se acham depositadas*, Lisboa, 1890.

CARVALHO, João Carlos de Almeida - *Acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, 6 volumes, Setúbal, 1968-1972.

CASTELO - BRANCO, Fernando - Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal in *Ocidente*, vol. 65, Lisboa, 1963.

CASTELO - BRANCO, Fernando – Subsídios para o estudo da actividade do Prof. Manuel Heleno in *Ethnos*, vol. 7, Lisboa, 1970 (separata).

CASTELO - BRANCO, Fernando – O porto de Faro na foz do sado teria realmente existido? in *Las Ciencias*, ano XVII, número 2, Madrid, s/ data.

CHARDIN, Teilhard de - *O Fenómeno Humano*, Ed. Paulus, Apelação, 1998.

CHOAY, Françoise – *A alegoria do património*, Ed. 70, Colecção Arte & Comunicação, Lisboa, 2006.

CLARO, Rogério Peres – *Setúbal no Século XVIII*. Ed. ?, Setúbal, 1957.

COELHO-SOARES, Antónia e TAVARES DA SILVA, Carlos – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal in *Setúbal Arqueológica*, Vol. IV, Setúbal, 1978, pp. 171 – 201.

COELHO-SOARES, Antónia e TAVARES DA SILVA, Carlos – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal in *Setúbal Arqueológica*, Vol. V, Setúbal, 1979, pp. 205 – 221.

COSME, Carlos Dinis; MELO, Maria Luísa; NEVES, Luís Agostinho – *Índice Geral do “Arquivo João Carlos de Almeida Carvalho*, Ed. Arquivo Distrital de Setúbal. Setúbal, 1996.

COSTA, António Inácio Marques da - Setúbal Antiga. Localização de Cetobriga in *Cetobriga*, n.^{os} 2 a 5, Setúbal, 1926.

COSTA, José Marques da – Novos elementos para a localização de Cetóbriga: os achados romanos na cidade de Setúbal in *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, volume 2, Ed. Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1959, pp. 197 – 227.

COSTA, José Marques da – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1960.

COUTO, Rocha – O engenheiro francês Nicolau de Langres e as fortificações seiscentistas da vila de Setúbal in *Cetóbriga*, ano 1, número 2, Setúbal, Fevereiro de 1964, pp. 5 – 19.

CUNHA, Eugénia Maria - Contribuição da Paleobiologia para o conhecimento dos habitantes de Corroios (Seixal) nos Séculos XV e XVI in *Almadam*, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, n.º 4, Almada, 1995, pp. 34 - 40.

DAVIES, Paul – *Como construir uma máquina do tempo*, Ed. Gradiva, colecção Ciência Aberta, Lisboa.

DESROCHES, Jean-Paul; LOUREIRO, Rui Manuel; MATOS, Maria Antónia Pinto de – *Azul e Branco da China*, Ed. Instituto Português e Museus, s/ local, 1997.

DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura - Intervenção Arqueológica na rua de São Nicolau, n.º107/111 (Lisboa) in *Actas do I Colóquio Temático Estudos de Lisboa - Séculos XV a XIX* , Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2000, pp.231-253.

DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura - Cerâmicas de Barro Vermelho encontradas em entulhos do terramoto de 1531, na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros, Lisboa in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 3, n.º 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2000, pp. 201-235.

DOCILIA, Cooperativa – Un intervento di conservazione e restauro eseguito su bocale in maiolica del XVI secolo... in *Atti del XIII Convegno internazionale della ceramica*, Ed. Centro Ligure per la storia della ceramica, Albisola, 1980, pp. 333 – 338

DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo e SÁ, Anabela - Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da Arqueologia in *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*, Ed. Museu Nacional Soares dos Reis, Lisboa, 2001, pp. 117 - 164.

DUARTE, Ana e VICTOR, Isabel – *Alguns aspectos da indústria conserveira em Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2000.

DUARTE, Ana – Subsídios para a história dos museus municipais de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 3-15.

DUCO, Don – *De Nederlandse Kleipijp: Hanboek voor da teren en determineren*, Ed. Pijpenkabinet, Leiden, 1987.

DURAND, Gilbert – *As estruturas antropológicas do imaginário*, Ed. Presença, coleção Métodos, Lisboa, 1989.

EDMONSON, J. C. – *Two Industries in Roman Lusitania : Mining and Garum Production*, Oxford, 1987.

ENVIA, Manuel – *Coisas de Setúbal. Prosas regionais*, Ed. do autor, 2.^a ed., Setúbal, 1947.

FARIA, Carlos Vieira de – História urbana de Setúbal, olhar o passado – perspectivar o futuro in *Setúbal na História*, Ed. LASA, Setúbal, 1990, pp. 41 – 91.

FARIA, João Carlos – *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*, Ed. Colibri e Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Lisboa, 2002.

FERNANDES, Brás A. - *Armas e Inscrições do Forte de Baçaim*, Ed. Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1998.

FERNANDES, Isabel Cristina; CONDEÇO, António Simão e CARVALHO, A. Rafael - *Arqueologia em Palmela 1988/92*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 1993.

FERNANDES, Isabel Cristina e CARVALHO, A. Rafael - Intervenção arqueológica na Rua de Nenhures (Área Urbana de Palmela) in *Setúbal Arqueológica n.ºs. 11-12*, MAEDS, Setúbal, 1997, pp. 279-295.

FERNANDES, Isabel Cristina e CARVALHO, A. Rafael - Cerâmicas Baixo-Medievais da Casa n.º 4 da Rua do Castelo (Palmela) in *Actas das I Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1995, pp.77-96.

FERNANDES, Isabel Cristina e CARVALHO, A. Rafael - Conjuntos cerâmicos pós-medievais de Palmela in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1998, pp. 211-255.

FERNANDES, Isabel Cristina - *O castelo de Palmela do islâmico ao cristão*, Ed. Colibri e Câmara Municipal de Palmela, Lisboa, 2004.

FERNANDES, J. A. Carvalho – *Tesouro monetário da área urbana de Setúbal*, estudo policopiado, 1978.

FERREIRA, Carlos Jorge et alii – *O património arqueológico do distrito de Setúbal – subsídios para uma carta arqueológica*, Ed. Associação de Municípios do Distrito de Setúbal e IPPAAR, Setúbal, 1993.

FERREIRA, Fernando Bandeira – O Paleolítico da Tróia de Setúbal. Sua origem e significado in *Revista da Faculdade de Letras*, tomo XXII, 2.ª série, n.º 1, Ed. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1956 (separata).

FERREIRA, Fernando Bandeira – A propósito do nome de Achale ou Acale da Ora Marítima de Avieno in *Revista de Guimarães*, vol. 69, Guimarães, 1959 (separata).

FERREIRA, Fernando Bandeira - O problema da localização de Cetóbriga - seu estado actual in *Conimbriga*, n.º 1, Coimbra, 1959, pp. 41 - 70.

FERREIRA, Fernando E. Rodrigues – As etapas do Moderno in *Arqueologia e História*, Volume 54, Lisboa, 2002, pp. 239 – 244.

FERREIRA, Jaime Alberto do Couto – *Farinhas, moinhos e moagens*, Ed. Âncora, Lisboa, 1999.

FERREIRA, Manuela Almeida - O Barroco na cerâmica doméstica portuguesa in *Actas das 1ªs. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, 1995, pp.151-161.

FERREIRA, Maria Emília Cordeiro – Padrões de Juro in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. III, Ed. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1968, pp. 276-277.

FERREIRA, O. da Veiga – Um instrumento pré-histórico encontrado em Setúbal in *Revista do sindicato nacional de engenheiros auxiliares, agentes técnicos de engenharia e condutores*, n.º 79-80, Julho-Agosto de 1952, pp. 122 – 125.

FERREIRA, O. da Veiga; TAVARES DA SILVA, Carlos – Uma bela jóia romana encontrada em Setúbal in *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 31- 32, 1968-69 (separata).

FERRO, João Pedro - *Arqueologia dos hábitos alimentares*, Ed. Dom Quixote, Lisboa, 1996.

FIOCCO, Carola et alii – *Storia dell'arte ceramica*, Ed. Zanichelli, 6.^a ed., Bolonha, 2005.

FONTES, Luís, FERNANDES, Isabel Maria e CASTRO Fernando – Peças de loiça preta decoradas com moscovite encontradas nas escavações arqueológicas do Mosteiro de São Martinho de Tibães in *Actas das 2^{as}. Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Câmara Municipal de Tondela, Tondela, 1998, pp. 355-364.

FONTES, Luís – *São Martinho de Tibães, um sítio que se fez mosteiro: Ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura*, Ed. IPPAR, colecção monumentos – monografias, Lisboa, 2005.

FRANCO, José Eduardo – *O mito de Portugal: a primeira História de Portugal e a sua função política*, Ed. Roma, Lisboa, 2002.

GALEGO, Júlia e DAVEAU, Susane – *O numeramento de 1527 – 1532. Tratamento cartográfico*, Ed. Universidade de Lisboa – Instituto Nacional de Investigação Científica, Colecção Memórias do Centro de Estudos Cartográficos, n.º 9, Lisboa, 1986.

GASPAR, Alexandra e AMARO, Clementino - Cerâmicas dos Séculos XIII-XV da cidade de Lisboa in *La céramique Médiéval en Méditerranée. Actes du Vie Congrès*, Aix-en-Provence, 1997, pp. 337-345.

GASPAR, Jorge – Os portos fluviais do Tejo in *Finisterra*, vol. 5, n.º 10, Ed. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1970, pp. 153 – 204.

GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela e CARDOSO, João Luís – Aspectos do quotidiano numa casa de Silves, durante o Século XV in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 33 – 78.

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela – Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos Séculos XIV a XVI, do poço-cisterna de Silves in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 143 – 205.

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela – Faianças do tipo “Santo Domingo Blue on White”, do Funchal e de Silves in *Xelb*, n.º 3, Ed. Museu Municipal de Arqueologia de Silves, Silves, 1996, pp. 269 – 290.

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa Varela – Cerâmicas dos séculos XV a XVII, da Praça Cristovão Colombo no Funchal in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1998, pp. 315-348.

GONÇALVES, Iria - Acerca da alimentação medieval in *Imagens do mundo medieval*, Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1988.

GONÇALVES, Luís Jorge, PEREIRA, Fernando António Baptista e NETO, José Luís – Nota preliminar sobre a intervenção arqueológica no Hospital João Palmeiro in

Subsídios para o estudo da História local, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 47 – 64.

GREENE, Brian – *The fabric of the Cosmos*, Ed. Penguin books, Londres, 2004.

GUEDES, Lívio da Costa – *Aspectos do Reino de Portugal nos Séculos XVI e XVII – a “descrição” de Alexandre Massaii (1621)*, Ed. Arquivo Histórico Militar, Viseu, 1989.

GUERRA, Amílcar – As fontes e as entidades étnicas in *História de Portugal*, direcção de João Medina, Ed. Ediclube, volume 2, Alfragide, 1993.

GUILLAUME, Marc – *A política do património*, Ed. Campo das Letras, Porto, 2003.

GUREVITCH, Aron I. – *As categorias da cultura medieval*, Ed. Caminho, Lisboa, 1990.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia – *Arqueología – introducción a la historia material de las sociedades del pasado*, Ed. Universidad de Alicante, Alicante, 1997.

HARRIS, Edward C. – *Principios de estratigrafia arqueológica*, Ed. Crítica, Barcelona, 1991.

HODDER, Ian - *Interpretación en Arqueología*, Ed. Crítica, Barcelona, 1994.

ISIDORO, A. – O centro oleiro da Flôr da Rosa (Concelho do Crato – Alto Alentejo) in *Boletim do Instituto de Antropologia do Porto*, Ed. Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, Porto, 1968, pp. 145 – 171.

JESUS, F. Henriques de - *Subsídios para a História do Jornalismo Setubalense*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, s/ local, 1955.

JUNQUEIRO, Arronches - *Setubal na segunda metade do Seculo XIX. Atravez das minhas recordações. Notas para a sua historia*, Ed. do autor, Setúbal, 1936.

KLEJN, Leo S. – *La arqueología soviética*, Ed. Crítica, Barcelona, 1993.

LAHON, Didier – *O negro no coração do Império*, Ed. Ministério da Educação, Lisboa, 1999.

LAPA, Rodrigues – *Historiadores quinhentistas*, 2.^a ed., Ed. Textos Literários, Lisboa, 1960.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, Ed. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, volume IX, Lisboa, 1880, pp. 202-359.

LEÃO, Duarte Nunes de - *Descrição do Reino de Portugal*, Coleção Clássicos da Historiografia, Ed. Centro de História da Universidade de Lisboa, 3.^a ed., Lisboa, 2002.

LEMOS, Francisco Sande – Arqueologia Urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento in *Arqueologia e História*, Volume 54, Lisboa, 2002, pp. 245 – 253.

LOBO, Francisco Rodrigues – *Corte na Aldeia e Noites de Verão*, Ed. Verbo, Coleção Livros RTP, n.º 84, Lisboa, 1972.

LOPES, Luís Manuel Alves - Subsídios para o estudo da importância da criança até ao ano de idade em 1875. *Garcia de Orta*. 8, Lisboa, 1995, pp. 15-18.

LOPES, Luís, ANTUNES-FERREIRA, Nathalie e NETO, José Luís – Os enterramentos do Hospital João Palmeiro – Séculos XVI-XVIII in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo).

LOPES, Luís Manuel Alves e NETO, José Luís – Fauna da intervenção arqueológica da Casa do Corpo Santo in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo).

LOPES, Maria João; SEROMENHO, Luzia e NETO, José Luís – Sobre uma possível embarcação descoberta na Comporta in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal (no prelo).

LUNA, Isabel de e CARDOSO, Guilherme – Poço do pátio da Câmara de Torres Vedras in *Arqueologia do Distrito de Lisboa. Arruda dos Vinhos, Azambuja, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras*, Ed. Assembleia Distrital de Lisboa, Lisboa, 2001.

MAALOUF, Amin – *As identidades assassinas*, Ed. Difel, Algés, 2002, edição portuguesa do *Les identités meurtrières*, Ed. Grasset & Fasquelle, Paris, 1998.

MACEDO, Jorge Borges de – Setúbal na história social portuguesa in *Setúbal na História*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 171 - 190.

MACHADO, José Timóteo – Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de arqueologia in *Memórias da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, vol. 1, Santiago do Cacém, 1987 (separata).

MANGUCCI, António Celso - Olarias de louça e azulejo da freguesia de Santos-o-Velho dos meados do Século XVI aos meados do Século XVIII in *Almadam*, II série, n.º 5, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1996, pp. 155 - 168.

MANSILHA, João de (O.P.) – *A História escandalosa dos conventos de S. Domingos em Portugal 1774/1776*, selecção, prefácio e notas de Viale Moutinho, Ed. Veja, Lisboa, 1983.

MARTINS, Ana Cristina – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*, Ed. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2003.

MARTINS, Ana Cristina – A memória da ruína, ou a ruína da memória? in *Conservar para quê*, Ed. Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, Porto-Coimbra, 2005, pp. 113 – 126.

MARTINS, Ana Cristina Martins – As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de Oitocentos in *Archaia*, n.^{os} 3, 4 e 5, Madrid, 2003-04, pp. 65 – 85.

MARTINS, Idília das Mercês Sousa – *A Imprensa em Setúbal 1855-1983*, Ed. ?, s/local, 1984.

MARTINS, Miguel – Um fragmento de cachimbo da Secção II, Contexto n.º 8 do Moinho de Alfragide (MV-21.07) (Amadora) in *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, C. M. de Tondela, Tondela, 1998, pp. 365-366.

MARTINS, Oliveira – *Elementos de Antropologia*, Ed. Guimarães, Lisboa, 1987.

MATIAS, Maria Margarida Marques – O comércio da cerâmica e o fabrico da Porcelana in *Os Fundamentos da Amizade*, Ed. Centro Científico e Cultural de Macau e Fundação para a Cooperação e Desenvolvimento de Macau, Lisboa, 1999-2000.

MATOS, Maria Antónia Pinto de – *A Casa das Porcelanas (Cerâmica Chinesa da Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves)*, Ed. Instituto Português de Museus e Philip Wilson, s/ local, 1996.

MATTOSO, José – Pode a história ser contemplativa? in *As oficinas da História*, Ed. Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Lisboa, 2002, pp. 19 – 37.

MAYET, Françoise; SCHMITT, Anne e TAVARES DA SILVA, Carlos – *Les amphores du Sado – Portugal*, Ed. Mission Archéologique Française au Portugal e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Paris, 1996.

MAYET, Françoise e TAVARES DA SILVA, Carlos – Os Fenícios no estuário do Sado in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 70 – 83.

MAYET, Françoise e TAVARES DA SILVA, Carlos – La place de Tróia dans l'économie de l'Hispanie romaine in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 85 – 99.

MAYET, Françoise e TAVARES DA SILVA, Carlos – *Abul – Fenícios e Romanos no Vale do Sado*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2005.

MECO, José - *O Azulejo em Portugal*, Ed. Alfa, Barcelona, 1993.

MEDLEY, Margaret – *The Chinese Potter – A practical history of chinese ceramics*, 3ª edição, Ed. Phaidon, Londres, 1998.

MEIRA, Maria das Dores Marques Banheiro - Apresentação in *Das antigualhas ao Património – marcos da Arqueologia em Setúbal 1500 – 1960*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2002.

MERLEAU-PONTY, Maurice - *O olho e o espírito*, Ed. Veja, coleção Passagem, s/local, 2006.

MELO, Francisco Manuel de - *Carta de guia de casados*, Ed. Ediclube, Alfragide, 1994.

MONTANER, Josep Maria - *Museus para o Século XXI*, Ed. Gustavo Gili, SA, Barcelona - Amadora, 2003.

NETO, José Luís - Frei Estevão da Purificação e a religiosidade em Lisboa no princípio do Século XVII in *Olisipo*, II série, n.º 7, Dezembro de 1998, pp. 53-57.

NETO, José Luís e ANTUNES-FERREIRA, Nathalie - Reflexões em torno da Arqueologia e Osteologia em Portugal (perspectivas) in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 118, n.º 1-16, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 2000, pp. 195 - 201.

NETO, José Luís - A Casa do Corpo Santo - de sede de confraria a núcleo museológico in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 17-24.

NETO, José Luís et alii - Pátio da Casa do Corpo Santo, da intervenção arqueológica à museológica in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 25 - 45.

NETO, José Luís; LOPES, Luís; CÂNDIDO, Maria João - Material arqueológico proveniente da zona da Igreja de Santa Maria in *Subsídios de para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 65 - 76.

NETO, José Luís et alii - As obras da Setgás no Centro Histórico de Setúbal - resultados da intervenção arqueológica in *Subsídios para o estudo da História local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 77 - 92.

NETO, José Luís e CÂNDIDO, Maria João - Alguns materiais arqueológicos da Quinta da Bacalhoa - Azeitão in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 99 - 113.

NETO, José Luís - A Reforma Dominicana de Frei João de Mansilha (1774/76) in *Arqueologia e História*, Ed. Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 53, Lisboa, 2001, pp. 135-142.

NETO, José Luís - *Das antigualhas ao Património - marcos da Arqueologia em Setúbal 1500 - 1960*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2002.

NETO, José Luís - Apontamentos para uma história do Tabaco em Setúbal in *Poéticas dos Cinco Sentidos - para uma História da Sensibilidade (Séculos XVII - XX)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2002, p. 13 - 17.

NETO, José Luís - Cerâmica Barroca Portuguesa de verniz vermelho em Setúbal - Produções Alto-Alentejanas e do Prado in *Poéticas dos Cinco Sentidos - para uma História da Sensibilidade (Séculos XVII - XX)*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2002, p. 18 - 21.

NETO, José Luís; CÂNDIDO, Maria João e ANTUNES-FERREIRA, Nathalie – Intervenção arqueológica no Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Almadan*, 2ª série, n.º 11, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2002, pp. 248 - 249.

NETO, José Luís - Uma revolta esquecida in *Neptuno*, N.º 4, Ed. Associação de Defesa do Património de Alcácer do Sal, 2005, pp. 11 – 12.

NETO, José Luís – Convento de Jesus de Setúbal in *Modernices*, Ed. Associação Académica da Universidade Moderna de Setúbal, ano III, n.º 7, Março-Maio de 2006, pp. 12 – 13 – Parte I e n.º 8, Junho de 2006, pp. 6 – 7 – Parte II.

NETO, José Luís – *Fé, nação e império – o pensamento político de D. Frei Amador Arrais*, Ed. Outrora (no prelo).

NETO, José Luís – O palácio dos Duques de Bragança: as glórias e as vicissitudes in *Olisipo* (no prelo).

NETO, José Luís et alii – O Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História local*, volume II, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal (no prelo).

NETO, José Luís e CÂNDIDO, Maria João – Arqueologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus in *Actas do 2.º encontro de museus com colecções de Arqueologia*, Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Museu Nacional de Arqueologia, Sociedade Martins Sarmiento e Museu Regional de Arqueologia - D. Diogo de Sousa.

NETO, Maria Cristina – A população escrava entre 1603 e 1632 na freguesia de Santa Maria do Castelo (Alcácer do Sal) através dos livros de baptismo in *Actas do 4.º Congresso do Algarve*, Montechoro, 1984, pp. 213 – 219.

NETO, Maria Cristina – About some slave marriages at the parish of Santa Maria do Castelo in Alcácer do Sal (between 1603 and 1632) in *Actas do 5.º Congresso da Sociedade Europeia de Antropologia*, vol. 2, Lisboa, 1988, pp. 195 – 200.

NETO, Maria Cristina – Proprietários de escravos em S. Romão do Sado entre 1666 e 1765 in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 114, n.os 1-12, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 1996, pp. 159 – 163.

NETO, Maria Cristina – Pequena nota sobre uma rebelião tardia contra os enterramentos em cemitérios no concelho de Alcácer do Sal in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 119, n.os 1-12, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 2001, pp. 167 – 170.

NETO, Maria Cristina – A escravatura em S. Romão do Sado in *Memórias do Instituto de malariologia de Águas de Moura – da luta anti-palúdica ao museu*, Ed. Câmara Municipal de Palmela e CEVDI – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Palmela, 2001, pp. 65 – 71.

NETO, Maria Cristina – Nótula sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Freguesia de S. Romão in *Memória Alentejana*, n.º 5, 22, Lisboa, 2002, p. 22.

NETO, Maria Cristina – O Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Palma (Alcácer do Sal) in *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, série 122, n.os 1-12, Janeiro-Dezembro, Lisboa, 2004, pp. 89 – 93.

NETO, Maria Cristina; ANTUNES-FERREIRA, Nathalie e NETO, José Luís – Tocar a Santidade – As relíquias do Convento de Jesus de Setúbal in *Subsídios para o Estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo).

NUNES, António Lopes Pires – *Dicionário de Arquitectura Militar*, Ed. Caleidoscópio, Lisboa, 2005.

OLIVEIRA, António de – A censura historiográfica no período filipino. Uma nota para o seu estudo in *Revista Portuguesa de História*, tomo 22, Ed. Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1987, pp. 171 – 184.

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Organização do espaço e gestão da riqueza – Loures nos Séculos XIV e XV*, Ed. Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999.

OSÓRIO, Baltazar – O terramoto de Lisboa de 1531 in *Boletim da Segunda Classe*, Ed. Academia das Ciências de Lisboa, volume XII, Coimbra, 1920, pp. 342 – 363.

PARVAUX, Solange – *La céramique populaire du Haut-Alentejo*, Ed. Presses Universitaires de France e Fundação Calouste Gulbenkian, Paris, 1968.

PEREIRA, António dos Santos – *Portugal, o Império urgente (1475 – 1525). Os espaços, os homens e os produtos*, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, colecção Temas Portugueses, 2 volumes, Lisboa, 2003.

PEREIRA, Fernando António Baptista – A génese da Igreja e do Convento de Jesus in *Convento de Jesus, 500 anos, Arqueologia e História*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1989, pp. 22 - 40.

PEREIRA, Fernando António Baptista - *O Museu de Setúbal*, Ed. SocTip, Lisboa, 1990.

PEREIRA, Fernando António Baptista – A mais antiga planta de Setúbal in *Actas do 1.º Encontro de Estudos Locais do Distrito de Setúbal*, Volume 1, Ed. Instituto Politécnico de Setúbal, Setúbal, 1990, pp. 145 – 154.

PEREIRA, Fernando António Baptista – Sobre o Manuelino de Setúbal in *Setúbal na História*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 123-146.

PEREIRA, Fernando António Baptista – O centro histórico de Setúbal e os seus principais valores Patrimoniais in *Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares “A Cidade”*, Ed. Universidade Aberta, volume 2, Lisboa, 1993, pp. 503 - 513.

PEREIRA, Fernando António Baptista; DUARTE, Ana Maria Nunes e CAMPOS, Leonor – *História do Abastecimento da água a Setúbal e hábitos de higiene*, Câmara Municipal de Setúbal. Setúbal, 1997 (policopiado).

PEREIRA, Fernando António Baptista – *A Cantora. O Poeta. O Soldado. Luísa Todi e alguns dos seus contemporâneos em Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2003.

PEREIRA, Fernando António Baptista – *Descobrir o Japão: De São Francisco Xavier a Wenceslau de Moraes*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2005.

PEREIRA, João Cordeiro Pereira – *Portugal na Era de Quinhentos*, Ed. Patrimonia Histórica, Cascais, 2003.

PIMENTEL, Alberto – *Memória sobre a administração do Município de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, 2.^a edição, Setúbal, 1992.

PIMENTEL, Maria do Rosário – *Viagem ao fundo das consciências, a escravatura na época moderna*, Ed. Colibri, Lisboa, 1995.

PORTELA, Manuel Maria – *Noticia dos monumentos nacionaes e edificios e logares notaveis do Concelho de Setúbal*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Lisboa, 1882.

PORTOCARRERO, Gustavo - *Coastal defense systems in the Arrábida (Portugal) during the modern era. A social view*, tese de mestrado apresentada à Universidade de Gales, Lampeter, 2000. Ver também *Sistemas de defesa costeira da Arrábida durante a Idade Moderna. Uma visão social*, Ed. Colibri, Lisboa, 2003.

QUINTAS, Maria da Conceição – A Avenida Luísa Todi in *Monografia de S. Julião – Setúbal*, coord. M. da C. Quintas, Ed. Junta de Freguesia de S. Julião, Lisboa, 1993.

QUINTAS, Maria da Conceição – *Setúbal nos finais do Século XIX*, Ed. Caminho, Lisboa, 1993.

RAMALHO, Américo da Costa – A palavra Lusíadas in *Estudos sobre o Século XVI*, 2.^a ed., Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1983, pp. 221 – 236

RAPAPORT, Benjamim - *A complete guide to collecting antique pipes*, Ed. Schiffer Publishing, Pennsylvania, 1979.

RAPOSO, Luís e CARDOSO, João Luís – A gruta da Figueira Brava (Setúbal) no contexto do Paleolítico Médio Final do Sul e Ocidente Ibéricos in *Actas do Encontro*

sobre Arqueologia da Arrábida, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 7 – 19.

RAPOSO, Maria Teresa Sadio - *A representação de objectos de uso doméstico na pintura da primeira metade do Século XVI em Portugal*, dissertação de mestrado em História da Arte na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1985 (Biblioteca da F.C.S.H. AD 497/1 UNLCSH 25338; AD 497/2 UNLCSH 25339).

RAU, Virgínia - *Estudos sobre a história do sal português*, Ed. Presença, Lisboa, 1984.

REGO, Miguel e MACIAS, Santiago – Cerâmicas do Século XVII do Convento de Santa Clara (Moura) in *Arqueologia Medieval*, n.º 3, Ed. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1993, pp. 147 – 159.

RESENDE, André de - *As antiguidades da Lusitânia*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1996.

RESENDE, André de – *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, edição com estudo e tradução de Virgínia Soares Pereira, Ed. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988.

RIBEIRO, Orlando – *Geografia e civilização: temas portugueses*, 3.^a ed., Ed. Livros Horizonte, Lisboa, 1992.

RIBEIRO, Orlando Ribeiro – Aldeia, significação e tipos in *Opúsculos Geográficos*, volume 4 – O mundo rural, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1991, pp. 357 – 364.

RIBEIRO, Orlando – *A Arrábida: Esboço geográfico*, Ed. Fundação Oriente e Câmara Municipal de Sesimbra, 3.^a ed., s/ local, 2004.

RODRIGUES, Adriano Vasco – *Arqueologia da Península Hispânica*, Porto Editora, Porto, 1961.

RODRIGUES, Carla Devesa – Santa Maria de Aguiar en 1354. Fragmentos del paisaje patrimonial de in monasterio in *Studia Histórica, Historia Medieval*, vol. 22, Ed. Universidad de Salamanca, Salamanca, 2004, pp. 233 – 254.

SABROSA, Armando e SANTO, Paulo Espírito - Almada Medieval/Moderna - um projecto de Investigação in *Almadam*, 2^a série, n.º 1, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1992, pp. 5-12.

SABROSA, Armando e SANTOS, Vítor Manuel - Cerâmica Comum de Silos Medievais in *Almadam*, 2^a série, n.º 2, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1993, pp. 116-122.

SABROSA, Armando - Cerâmicas Quinhentistas do Palácio Pragana in *Almadam*, 2^a série, n.º 3, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 1994, pp. 38- 44.

SÁNCHEZ-PACHECO, T. – *Cerâmica espanhola dos Árabes a Miró nas colecções do Museu de Cerâmica de Barcelona*, Ed. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, 1996.

SANDÃO, Artur - *Faiança Portuguesa, Séculos XVIII-XIX*, Ed. Livraria Civilização, 3.^a ed., 1.º vol., Barcelos, 1988.

SANTANA, Francisco – Sinais de industrialização na região de Lisboa e Península de Setúbal em finais do Século XIX in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo).

SARAIVA, José Hermano – A História de Setúbal in *Setúbal na História*, Ed. LASA, Setúbal, 1990, pp. 13 – 24.

SARAIVA, Tiago Mota – Apresentação in *Concurso internacional Celebração das Cidades*, Ed. Ordem dos Arquitectos Portuguesas, Lisboa, 2004.

SAUNDERS, A. C. de C. M. – *História social dos escravos e libertos em Portugal (1441 – 1555)*, Ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1994.

SEROMENHO, Luzia Ruivo e NETO, José Luís – Sobre alguns materiais arqueológicos provenientes da Avenida Luísa Todí in *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 93 – 97.

SEROMENHO, Luzia Ruivo – *Arronches Junqueiro, o poeta arqueólogo*, tese de licenciatura apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade

Nova de Lisboa, 2001. A publicar em *Subsídios para o estudo da História Local*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal (no prelo).

SERRÃO, Eduardo da Cunha – Um pequeno museu arqueológico regional in *Arqueologia e História*, volume 11, Lisboa, 1964, pp. 105 – 125.

SERRÃO, Eduardo da Cunha – *Carta arqueológica do Concelho de Sesimbra (desde o Paleolítico antigo até 1200 d. C.)*, Ed. Junta Distrital de Setúbal, Setúbal, 1973.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, 2.^a ed., Ed. Verbo, volume V, Lisboa, 1982 [sobre o contrabando de tabaco e outros produtos Ultramarinos].

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *História de Portugal*, Ed. Verbo, volume X, Lisboa, 1988 [p. 405, nota 69 - Empresa Nacional de Navegação].

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – *Noções Elementares de Arqueologia*, Ed. Lallemand Frères, Lisboa, 1878.

SILVA, José Custódio Vieira da – *A Igreja de Jesus de Setúbal*, Ed. SALPA, Colecção Património, Setúbal, 1987.

SILVA, José Custódio Vieira da – *Setúbal*, Ed. Presença, Lisboa, 1990.

SMITH, Anthony D. – *A identidade nacional*, Ed. Gradiva, Lisboa, 1997. Ver também *La Identidad nacional*, Ed. Trama, Madrid, 1997.

SOARES, Joaquina e TAVARES DA SILVA, Carlos - *Muralhas medievais de Setúbal*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 1982.

SOARES, Joaquina e TAVARES DA SILVA, Carlos - *Património construído de Setúbal. Época dos Descobrimentos*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 1983.

SOARES, Joaquina e TAVARES DA SILVA, Carlos - Ocupação Pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos in *Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*, Ed. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986, 87 - 101.

SOARES, Joaquina – Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130.

SOARES, Joaquina – *Os hipogeus Pré-Históricos da Quinta do Anjo (Palmela) e as Economias do Simbólico*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2002.

SOARES, Joaquina – MAEDS – Trabalhos arqueológicos in *Almadam*, Ed. Centro de Arqueologia de Almada, 2.^a série, n.º 11, Almada, 2002, pp. 250 – 251.

SOBRAL, Dinah e GOMES, José – *Peixes litorais – Estuário do Sado*, Ed. Instituto da Conservação da Natureza, s/ local, 1997.

SOUSA, Luís de (O.P.) – *História de S. Domingos*, Typ. Do Panorama, 3.^a ed. Livro II, Lisboa, 1866.

SPINDLER, Konrad et alii – Le munument à coupule, de l'âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz) in *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, n.º 57, Lisboa, 1973-74, pp. 91 – 154.

STEINER, George – *A ideia de Europa*, Ed. Gradiva, Lisboa, 2005.

TAVARES DA SILVA, Carlos – Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião (Setúbal), Ed. Separata do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 1966.

TAVARES DA SILVA, Carlos e COELHO-SOARES, Antónia – A Praça de Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980 in *Setúbal Arqueológica*, Vols. VI -VII, Setúbal, 1980-81, pp. 249 – 284.

TAVARES DA SILVA, Carlos e SOARES, Joaquina – *Arqueologia da Arrábida*, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1986.

TAVARES DA SILVA, Carlos, COELHO-SOARES, Antónia e SOARES, Joaquina – *Fábrica de salga da época romana da Travessa de Frei Gaspar* in *Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*, Ed. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986, pp. 155 – 160.

TAVARES DA SILVA, Carlos - O Largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: Uma abordagem arqueológica in *Convento de Jesus, 500 anos, Arqueologia e História*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 1989, pp. 5-21.

TAVARES DA SILVA, Carlos - Arqueologia de Setúbal – para o conhecimento das origens da cidade in *História de Setúbal*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 105-122.

TAVARES DA SILVA, Carlos - Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: A oficina romana do Largo da Misericórdia in *Ocupação romana dos estuários do Tejo e Sado – Actas das primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado*, Ed. Câmara Municipal do Seixal e Publicações D. Quixote, Lisboa, 1996, pp. 43 – 54.

TAVARES DA SILVA, Carlos, SOARES, Joaquina e DUARTE, Susana – Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85-87 in *Musa*, volume 1, Ed. Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, Setúbal, 2004, pp. 137 – 152.

TAVARES, Jorge Campos - *Dicionário de Santos*, Ed. Lello & Irmão, Porto, 1990.

TEIXEIRA, Andreia Alexandra Luís - *Centro Histórico de Setúbal. Intervenções (Alter)nativas*, tese de licenciatura apresentada na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 2005.

TORRES, Cláudio - *Um forno cerâmico dos Séculos XV e XVI na cintura industrial de Lisboa - Mata da Machada - Barreiro*, C. M. do Barreiro, Barreiro, s/ data (1986).

TRIGGER, Bruce G. – *Historia del pensamiento arqueológico*, Ed. Crítica, Barcelona, 1986. Ver também *História do pensamento arqueológico*, Ed. Odysseus, São Paulo, 2004.

TRINDADE, Laura e DIOGO, A. M. Dias – Cerâmicas da época do terramoto de 1755 provenientes de Lisboa in *Actas das 2.ª Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, 1998, pp. 349 – 353.

TRINDADE, Laura e DIOGO, A. M. Dias - Elementos sobre o Cemitério do Adro da Igreja de S. Domingos in *Actas do I Colóquio Temático Estudos de Lisboa - Séculos XV a XIX*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, 2000, pp.59-71.

VARELA, Consuelo – O controlo das rotas do bacalhau nos Séculos XV e XVI in *Oceanos*, n.º 45, Ed. Comissão Nacional para as comemorações do Descobrimentos Portugueses, Janeiro-Março de 2001, Lisboa, pp. 22 – 30.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis - Algumas palavras a respeito de púcaros em Portugal in *Ocidente*, Lisboa, 1957.

VASCONCELOS; José Leite de – Projecto de Museu Archeologico em Setúbal in *O Archeologo Português*, 1.ª série, volume VII, Museu Ethnologico Português/Imprensa Nacional, Lisboa, 1902, pp. 18-22.

VELASCO BAYÓN, Balbino (O. C.) - *História da Ordem do Carmo em Portugal*, Ed. Paulinas, Setúbal, 2002.

VIANA, Abel – *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*, Beja, 1962.

VICENTE, Eduardo Prescott e SERRÃO, Eduardo da Cunha – Contribuição para o conhecimento das relações por via marítima no eneolítico e na proto-história entre as populações da costa centro-ocidental da Península Ibérica e os povos do Mediterrâneo in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, vol. 3, Lisboa, 1961 (separata).

VICENTE, Eduardo Prescott – A foz do Sado e os territórios dos Cinetes e dos Cempsos no poema (*Ora Maritima*) de Avieno, Ed. Museu de Arqueologia de Sesimbra, 11 págs. (separata).

VV.AA. – *Setúbal na História*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990.

VV. AA. – *Ceramica fra Marche e Umbria, dal medioevo al rinascimento*, Ed. Publialfa, Faenza, 1992.

VV.AA. – *Monografia de S. Julião – Setúbal*, coord. Maria da Conceição Quintas, Ed. Junta de Freguesia de S. Julião, Lisboa, 1993.

VV.AA. – *The archaeology of garden and field*, Ed. University of Pennsylvania Press, edited by Naomi F. Miller and Kathryn L. Gleason, Pennsylvania, 1994.

VV. AA. – *História Geral de Cabo Verde*, coord. Maria Emília Madeira Santos, volume 2, Ed. IICT e Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, Lisboa – Praia, 1995.

VV.AA. – *Reflexos – símbolos e imagens do cristianismo na Porcelana Chinesa*, coordenação científica de Pedro Dias, Ed. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Comissão dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1996.

VV.AA. – *Nationalism, politics and the practice of archaeology*, coordenado por Philip L. Kohl e Clare Fawcett, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

VV. AA. – *Caminhos da Porcelana – Dinastias Ming e Quing*, Ed. Fundação Oriente, Lisboa, 1998.

VV. AA. – *Da Ocidental praia Lusitana – Vasco da Gama e o seu tempo*, Ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Administração do Porto de Sines, Lisboa, 1998.

VV.AA. – *Os negros em Portugal. Séculos XV-XIX*, Ed. Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1999.

VV.AA. – *La ceramiche tardomedievali e rinascimentali del Castello di Ostia Antica*, Ed. Campisano, Roma, 2003.

VV. AA. – *La ceramica umbra al tempo di Perugino*, Ed. Silvana , Milão, 2004.

VV.AA. – *Bocage, textos e contextos*, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2005.

WERMERS, Manuel Maria (O. C.) - *O Carmo em Portugal*, Ed. União Gráfica, Lisboa, 1963.

X – *Documentos para a História de Arte em Portugal – Visitações de Alvalade, Cásevel, Aljustrel e Setúbal (ordem de S. Tiago) – 1510*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1969.

ZUMTHOR, Paul – *La medida del mundo*, Ed. Cátedra, Madrid, 1994.

RELATÓRIOS

Cândido, Maria João e **Seromenho**, Luzia – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Fran Paxeco n.º 165*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

Cândido, Maria João – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua João Eloy do Amaral n.º 104*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2005.

Diogo, A. M. Dias et alii – *Relatório do acompanhamento arqueológico das obras do PROCOM no Centro Histórico de Setúbal*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001.

Neto, José Luís – *Relatório do acompanhamento arqueológico das obras da NOVIS-VIATEL no Centro Histórico de Setúbal*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2002.

Neto, José Luís e **Cândido**, Maria João – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Avenida Mariano de Carvalho (Baluarte de Jesus)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2002.

Neto, José Luís – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Praça Almirante de Reis n.º 10 (Baluarte da Anunciada)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

Neto, José Luís – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua Arronches Junqueiro n.º 118*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2003.

Neto, José Luís - *As muralhas da Restauração – para a classificação do Centro Histórico de Setúbal*, relatório entregue ao IPPAR sobre as muralhas do Século XVII de Setúbal, 2004 (Biblioteca do MS/CJ - fundo local).

Neto, José Luís e **Cândido**, Maria João – *Relatório da intervenção arqueológica realizada no Largo José Afonso (Baluarte de S. Brás)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2004.

Neto, José Luís e **Cândido**, Maria João – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua de Santa Catarina n.º 18*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2005.

Portocarrero, Gustavo – *Relatório da intervenção arqueológica realizada no “Café Muralha” (Setúbal)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001.

Portocarrero, Gustavo – *Relatório da intervenção arqueológica realizada na Rua de Bocage n.º 29 (Óptica Pita)*, Museu de Setúbal/Convento de Jesus, Setúbal, 2001.

MANUSCRITOS

AMOR DIVINO, Ana Maria do – *Memória histórica do Convento de Jesus de Setúbal*, 1803.

AZEVEDO, Miguel (O.C.) - *Dialogos historicos, alfabeticos, panegyricos, asceticos, sobre os faustos principios e felizes progressos da Ordem do Carmo Calçado em Portugal*, 2 de Maio de 1799 (Academia das Ciências de Lisboa - Manuscrito Azul 86).

Carta de uma freira do Convento de Jesus dos finais do século XVIII, inícios do século XIX – Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

Cartas de Frei João de Mansilha – Biblioteca Nacional Portuguesa.

Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal - Ordem do Carmo, maço 1 a 6 - Instituto dos Arquivos Nacionais - Torre do Tombo.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498), Ed. Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

COSTA, José Marques da - *Inventário da Coleção Arronches Junqueiro pertencente à Camara Municipal - Secção de Arqueologia - Museu de Setubal*, 1963 (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus).

Defuntos e Sufragios Orden 3ª do Carmo... (Livro manuscrito nº 3 da biblioteca do Convento de Nossa Senhora do Carmo de Setúbal).

Inventário do Museu anexo a esta biblioteca - Biblioteca Publica do Municipio de Setubal, Biblioteca Pública Municipal de Setúbal (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus).

Livro de Registo de entradas dos Irmãos, manuscrito da Venerável Ordem Terceira do Monte Carmelo de Setúbal.

Livro do Manifesto do Ouro, ano de 1761, Arquivo da Casa da Moeda.

Sala de Arqueologia - Apontamentos para o catalogo (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus).

SÃO JOÃO, Leonor de - *Tratado da Antiga e curioza fundação do Convento de Jezus de Setuval, o primeiro, que ouve, e se fundou neste Reyno de Portugal de Religiosas Capuchas chamadas senhoras pobres da Primeira Regra de Santa Clara*, manuscrito, Setúbal, 1630 (manuscrito).

Arquivo Distrital de Setúbal – *Fundo Almeida Carvalho* – entradas várias.

Arquivo Distrital de Setúbal – *Fundo Câmara Municipal de Setúbal* – Comissão de Arte e Arqueologia.

PERIÓDICOS

A Folha do Povo, n.º 3, 809, 10 de Dezembro de 1892.

Diário de Notícias, 24 de Dezembro de 2001, p. 24

O Curioso de Setúbal, n.º 42, Sábado, 20 de Novembro de 1858, pp. 1 - 2.

O Setubalense, n.º 9, 26 de Agosto de 1855, p. 3 .

O Setubalense, n.º 10, 2 de Setembro de 1855, p. 2.

O Setubalense - 24 de Maio de 1857, p. 4.

O Setubalense - 19 de Julho de 1857, p. 2.

O Elmano - entre 1893 e 1922 (exceptuando um número de 6 de Março de 1890)

O Sul - 01 de Dezembro de 1901, p. 3.

Portuguez, n.º 701, 1855.

Onde nasceu Setúbal? – Carlos Tavares da Silva in *Setúbal na Rede*, 9 de Outubro do ano de 2002.

CARTOGRAFIA

Planta de 1580, executada por F. Terzi – Códice da Casa de Cadaval, n.º 29, planta 80, Instituto de Arquivos Nacionais-Torre do Tombo.

Planta do Porto de Setúbal na Descrição do Reino do Algarve, finais do Século XVI in Gustavo Portocarrero (2003: Imagens).

Demonstração da barra de Setuval in Atlas de João Teixeira, Século XVII - Sociedade de Geografia de Lisboa.

Planta da Praça de Setuval, encomendada pelo Marquês de Fronteira, executada em 1690 - Plantas das Fortalezas da costa portuguesa entre V. N. De Mil Fontes e as Berlengas, cc., n.º 28, rolos 640-41, Instituto de Arquivos Nacionais-Torre do Tombo.

Planta da Vila de Setuval da autoria de Maximiano Joze da Serra, Sargento Mor do Real Corpo de Engenharia, elaborada em 1805 - Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

Planta da Villa de Setubal, 1810 in João Carlos de Almeida Carvalho (1972:64).

Planta da Villa de Setuval, de 1816(?) – Gabinete de Arqueologia e Engenharia Militar - Lisboa.

Planta das Fortificações da Villa de Setubal, que de Ordem de S. M. F. o Duque de Bragança levantou o 2.º Tenente do Real Corpo de Engenharia Caetano Alberto Maia no anno de 1834 – Gabinete de Arqueologia e Engenharia Militar - Lisboa.

Carta topographica militar do terreno da Península de Setúbal, construída por ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Marechal e Comandante em Chefe do Exército, Marquês de Campo Maior, publicada em 1861, com levantamento realizado entre 1813 e 1815 – Museu de Setúbal/Convento de Jesus (MS/CJ 1617/D.38).

Mapa de Setúbal de 1896 - Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

Planta da Cidade de Setubal da autoria de L. Lança, dedicada às comemorações de Nossa Senhora da Arrábida, de 1900 - Museu de Setúbal/Convento de Jesus.

Planta da Cidade de Setúbal de 1932 - colecção particular

GRAVURAS

Teotónio Xavier da Banha – *Vista de Setúbal*, executada em 1816 – Casa de Bocage (Setúbal).

Teotónio Xavier da Banha – *Vista de Setúbal*, executada em 1827 – Casa de Bocage (Setúbal).

AULAS/PALESTRAS

Baltazar Cuart nas lições do Curso de Doutoramento em História e Arqueologia da Universidade Autónoma de Lisboa e Universidad de Salamanca, no ano lectivo de 2003/2004, no bloco de Fontes para o Estudo da História Medieval e Moderna.

DOCUMENTÁRIOS

Reviver a Roma Antiga, *Colecção Tesouros Perdidos*, Edição National Geographic Society, Escrito e Realizado por David Townsley, N.º registo 3619/02 – Lusomundo, 2002.

CD – ROM

BUSTER, Giulio e COCCHI, Franco - *Ceramiche di Deruta dal XIV al XX secolo – Catalogo Multimediale*, Ed. Museo Regionale della Ceramica – Comune di Deruta e Tecnonet, Deruta, 2001.

COSTA, António Carvalho – *Corografia Portuguesa*, Ed. Comissão Nacional dos Descobrimentos Portugueses, Colecção Ophir – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, n.º 4, Lisboa, 2001.

VV. AA. – *Tesouros Cartográficos da Sociedade de Geografia de Lisboa*, coordenação geral de Rogério Ferreira de Almeida, Ed. Sociedade de Geografia de Lisboa e Galp Energia, Lisboa, 2002.

VV. AA. – *Cultura e Comunidades minoritárias*, Ed. serviço de museus de Oxfordshire, serviço de museus de Setúbal e Museu Judaico da Grécia, ao abrigo do programa comunitário Oikos II, Oxford, Setúbal e Atenas, 2000.

ÍNDICE – Volume I

| | |
|--|-------|
| Palavras prévias, a quem são devidas..... | p. 2 |
| Um começo possível..... | p.5 |
| Parte I – Mecanismos da produção arqueológica e historiográfica de Setúbal | |
| Parte I.1 – Instituições da memória..... | p.16 |
| Parte I.2 – Operários do património..... | p.40 |
| Parte I.3 – Identidade e vanguarda..... | p.53 |
| Parte I.4 – Símbolos urbanos..... | p.62 |
| Parte I.5 – Os mitos genésicos – Set Túbal..... | p.72 |
| Parte I.6 – Os mitos genésicos – Cetóbriga..... | p.80 |
| Parte I.7 – Os mitos genésicos – Ácale e a proto-história regional..... | p.91 |
| Parte I.8 – Evoluções e permanências históricas..... | p.100 |
| Parte II – Setúbal pós-medieval | |
| Parte II.1 – A estratigrafia sadina..... | p.111 |
| Parte II.2 – A antropização do espaço..... | p.136 |
| Parte II.3 – Acessibilidades e princípios económicos..... | p.152 |
| Parte II.4 – Ruaralidade..... | p.178 |
| Parte II.5 – Produções manufactureiras..... | p.198 |
| Parte II.6 – Presença do estado central..... | p.242 |
| Parte II.7 – Os construtores e as suas edificações..... | p.273 |
| Parte II.8 – Urbanismo..... | p.302 |
| Parte II.9 – O urbanismo da morte..... | p.312 |
| Parte II.10 – A paisagem conventual..... | p.336 |
| Parte II.11 – O feminino na cidade..... | p.370 |
| Parte II.12 – A idade do ouro branco – síntese e conclusões..... | p.404 |
| Bibliografia..... | p.411 |

La Edad del Oro Blanco: La contribución de la Arqueología Post-Medieval para el conocimiento de Setúbal, una ciudad portuaria portuguesa – Resumen¹

Setúbal tuvo su primera intervención arqueológica en las zonas urbanas en el comienzo del siglo XX, cuando fue construido el túnel ferroviario de Palhais - Fontainhas. Demasiado polémico en el momento de su conclusión, como podemos ver por la lectura de las revistas de la época, especialmente en “O Sul”, en el año de 1906, en donde no aparece alusión alguna a la intervención arqueológica que se produjo allí. Los resultados del que se celebró bajo el patrocinio de António Inácio da Costa Marques, se publicarían sesenta años más tarde. Este investigador ya había fallecido hacía tres décadas, revelando las pruebas de una necrópolis romana, con una cronología marcada entre los siglos II a IV a. D². No es tan sorprendente que los resultados no saliesen en su época, ya que para António Inácio Marques da Costa, y por su tiempo, las conclusiones de objetos arqueológicos dentro de las ciudades surgen como obstructivas

¹ Doy las gracias a Hugo Silva, Patrícia Solha e Susana Moreno por la revisión de este resumen.

² Carlos Tavares da Siva – Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião (Setúbal), Ed. Separata do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 1966.

a la construcción del desarrollo. Incluso entonces, los métodos arqueológicos eran lentos, lo que sería embarazoso y un gran inconveniente si se llevaran a la práctica en las ciudades, llenas de gente. Sin embargo, no fue extraño a la época que la ciudad era una fuente de información acerca de su propia identidad. Prueba es el texto de su predecesor a tratar de la historia, de la arqueología y del patrimonio, lo inolvidable Alexandre Herculano, cuando dice:

“¿Cómo los pies de cada generación que pasa en la Tierra se encuentran las cenizas de muchas generaciones que la precedieron, bien por debajo de los fundamentos de cada uno de las grandes y populosas ciudades de las antiguas naciones de Europa, se encuentran los huesos de las ciudades que precedieron a que existe. Como padres de los niños, las distintas generaciones siguen sin división, similar a la túnica inconsútil de Cristo, de modo que el casco antiguo de la ciudad se transmuda imperceptiblemente en la nueva ciudad, y como el octogenario en las cercanías de la tumba, no ve la rueda en sí, o el padre o hermanos o amigos desde la infancia, pero los niños, pero los nietos, pero todos los que viven las poblaciones, todas llenas de vida, y se sienten con amargura que su siglo que ahora descansa en paz. (...) Luego, cuando el rugido tormentosa noche de invierno, la lluvia y susurra en los árboles, se oye un ruido súbito, de forma similar a derribar a un hombre de guerra que murió. Es el edificio que dio a conocer su sprint final y añadir un canal más a miles de ellos que se encuentran bajo los pies de la ciudad recientemente. El trabajo del hombre es como el hombre, con una diferencia, sin embargo, que el período de renovación de la raza humana se cuenta por años y de la ciudad durante siglos, pero los años y siglos se confunden en condiciones de igualdad frente a perpetuo de la vida del universo, fuerte y hermosa hoy, mañana, este es tal vez el de miles de épocas, como en los días de la creación. (...) Si, después de una gran cantidad de búsquedas, la buena suerte decide que encuentres

un arco apuntado de estilo gótico puro, una florida del renacimiento, una herradura alrededor de árabe (...) todo lo que tienes son las hojas arrancadas de un libro valioso y único. Luego ayuda a la imaginación de los artistas y estilo de antigüedades, muy fajéis?? si, como los comentaristas de la literatura clásica, se reúnen con esas palabras sueltas un capítulo del libro perdido.” Ciertamente, está dirigido a un público diferente, como este extracto de la introducción del “Monje de Cister”, pero es el caso de una seria reflexión de uno de los historiadores más fiable de todo el siglo XIX.

Sin embargo, para António Inácio Marques da Costa, nadie de eso era verdaderamente relevante, pues miraba la arqueología de modo diferente, como la sadina Sociedad Arqueológica Lusitana, creada en inicios de los 50 del siglo XIX, adonde los investigadores querían hacer una investigación sistemática. Gama Xaro, distinguido erudito y hombre de la Iglesia³, coordinador de la SAL, junto con sus alumnos, había registrado meticulosamente la Troya romana, y los resultados de las excavaciones llevadas a cabo allí. António Inácio Marques da Costa habría de grabar todo de nuevo y mucho más, ofrecería una antigüedad a la región muy superior, por las medidas de tiempo y por haber cartografiado la presencia humana en el Neolítico final.

³ Xaro (Manuel da Gama). Nacido en Beja 22 de diciembre de 1800, y falleció el 10 de marzo de 1870. Hijo de José Antonio y D. Bernarda Perpetuo Rosa da Gama Xaro. Después de la finalización de los primeros estudios llegó a los 16 años de edad, en los Carmelitas y, a continuación, seguir el curso de la filosofía en la universidad en el mismo orden, en Coimbra. Es secular en 1825, recibió el hábito de Freire profeso en la Orden de Santiago de la Espada y, en 1827, se proporcionó a través de un concurso en los beneficios de la iglesia parroquial de S. Sebastián de Setúbal, que fue párroco en 1860, poniendo así las funciones de vicario general de la Archidiócono de la misma ciudad. En 1864 fue canónigo de la basílica patriarcal de Lisboa. En 1840 fue electo diputado por la circunscripción de Beja, pero ha aceptado el puesto de trabajo con cierta repugnancia, trabajó en breve como tal, se retiró a su casa para no volver. Fue miembro del Conservatorio de Lisboa, asociado provincial de la Real Academia de Ciencias, miembro correspondiente de la Sociedad Agrícola de Beja, y la Academia de Arqueología de Madrid, y así sucesivamente. Respetado por su erudición y la literatura, y especialmente versado en arqueología y numismática, su inclinación por este tipo de estudios le llevó a concebir la idea de una fundación en Setúbal, la asociación de estudios antiguos bajo el título de Sociedade Archeologia Lusitana. Llegó a surgir en 1851, tres números de “Annaes” esta sociedad, en la cual Manuel da Gama Xaro fue el principal editor, y escribió el informe que hicieron sus estatutos. También escribió: “Reparos críticos sobre alguns passos da Chronica d’el rei D. Pedro I de Portugal, por Fernão Lopes”; saliran en lo *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras*, n.º 4, Julho de 1836, pág. 113 e seguintes N.º 4, julio de 1836, pp. 113 y ss. También fue, en 1831, uno de los empleados del diario “O Universal”, y escribió varios artículos en el “Archivo Pintoresco”, vol. III (1860 a 1861) firmado con sus iniciales y alias en algunos otros periódicos.

Además, tenía que participar en la interesante cuestión intelectual que llegó del Renacimiento, la ubicación de la *Caetobriga* en el que su amigo José Leite de Vasconcellos, el padre de la moderna arqueología portugués y fundador del Museo Nacional de Arqueología, y Emilio Hübner, el legendario arqueólogo alemán irascible, que tanto ayudó a impulsar la arqueología nacional, habían reiniciado. El caso de A. I. Marques da Costa es de un profundo creyente en la ciencia como la fórmula mágica y el método de hacer frente a la angustia humana, bien integrado en su generación intelectual, no he podido sentir la fascinación romántica de la melancolía y verdades imperfectas, el poco fragmentada y fragmentaria, que es el escondido dentro de las ciudades. Para Marques da Costa, además de prender, los documentos tenían que ser un completo total, que se podría cubrir, una cápsula del tiempo, así como la Rotura, Chibanes, la Comenda, o incluso la Troya o Alferrara. Es decir, cuando la contaminación humana es inferior, o al menos, no permanente.

Esta visión se cristalizó hasta los años 50 del siglo XX, porque además de la generación de António Inácio Marques da Costa y Arronches Junqueiro, que se ha mantenido activa en Setúbal hasta el 30, del siglo XX, no hay constantes contribuciones al informe. Sin embargo, en la década de los 50, en la Comisión Municipal de Arte y Arqueología, se encuentran dos hombres que colaborarán en la formación de una nueva propuesta para el patrimonio. Se trata de João Botelho Moniz Borba y José Marques da Costa. Con distintas capacidades de influencia, casi en una reactivación en la escala local, de la más famosa equipa de arqueología de la historia, que consta de George Edward Stanhope Molyneux Herbert, más conocido como Lord Carnarvon y Howard Carter, que buscaron, encontraron y exploraron la tumba del monarca egipcio Tutankamón, el dúo trabajó muy bien en Setúbal, en la busca y la investigación de una solución para el abandonado y maltratado patrimonio de la ciudad.

Como hemos dicho los dos hombres se cruzan socialmente en la llamada Comisión Municipal de Arte y Arqueología, que había sido impuesta por el Decreto N° 20.985, publicada en el “Diário do Governo”, en el 7 de marzo de 1932. Por lo tanto, en ese orden, en su capítulo III, dice lo siguiente:

20. Para la protección de interés artístico y facilitar la organización del inventario a que se refiere el artículo 2. se organizó en los condados donde hay monumentos nacionales comisión municipal de arte y arqueología, sólo con funciones de asesoramiento.

21. La comisión municipal de arte y arqueología se compondrá de cinco miembros, por lo menos, designados por el Ministro de Educación, a propuesta del Consejo Superior de Bellas Artes, y que normalmente deberían formar parte:

El presidente del ayuntamiento;

El director del museo, en caso;

Un maestro de la escuela secundaria, en su caso en la ciudad, o un maestro de educación primaria, a la elección del Ministro de Educación;

Los sacerdotes de las parroquias en el condado donde hay monumentos religiosos de valor arquitectónico, arqueológico o artístico;

Tres miembros designados por el ministro de entre los miembros de los grupos de amigos de museos o monumentos organizado en su zona;

22. La comisión municipal de arte y arqueología parte:

1. Organizar grupos de amigos de los museos o monumentos de sus electores;

2. Promover la recaudación de fondos con los ingresos de los grupos de amigos de los monumentos y otras entidades privadas a pagar por sus reparaciones, restauraciones o

rehabilitaciones de acuerdo con los dictámenes aprobados por las autoridades y bajo la supervisión directa de los mismos;

3. Promoción de exposiciones y conferencias;

4. Proponer anualmente las obras que se llevarán a cabo en el monumento del condado que no pueden ser apoyadas por los ingresos procedentes de grupos de amigos organizó el monumento en su división;

5. Ordenados de acuerdo con la Academia Nacional de Bellas Artes, el inventario-índice de todos los monumentos, obras de arte, pinturas, esculturas y mobiliario existentes en el condado que corresponde al estado o las autoridades locales;

6. ° asesorar sobre la materia, donde se encuentran superiores

23. El expediente de un comité de arte y arqueología está a cargo de sus ayuntamientos.

Como ya indiqué, en relación con otros decretos, hubo una buena legislación sobre el patrimonio, al igual que todos de ellos de la antigua Carta Real de 14/08 de 1721, del Rey Juan V, El Magnífico, pero son infinitamente menos los que se indican en el documento. En manos de estos comités se encuentra, además de preservar el patrimonio cultural y crear hábitos entre todas las personas, ocuparse del establecimiento de grupos de amigos de los monumentos y museos. La participación de la sociedad en su conjunto, la co-responsabilidad sería de todos los ciudadanos del patrimonio. Pero como todo, necesita de personas excepcionales que se den cuenta de lo obvio y de que la ley deja de ser una mera sugerencia, por lo que, por consiguiente, con la presencia de las citadas cifras, el comité de arte y arqueología de Setúbal poco más era que aburrido⁴.

⁴ Arquivo Distrital de Setúbal – Fundo CMS – Comissão de Arte e Arqueologia.

João Botelho Moniz Borba es ingeniero, de buenas y reconocidas familias de Setúbal, el proveedor de la poderosa Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, la institución que divide el poder y la influencia con el ayuntamiento de la ciudad. Incluso seguramente escuchó las preocupaciones de la *Sociedade de Defesa e Propaganda de Setúbal*, la cual presidió Paula Borba, su padre, presidió. António Inácio Marques da Costa fue su vice-presidente. Esta historia la hemos presentado en otros lugares⁵, pero no creo que incurra en el riesgo de ser muy aburrido si una vez más la mencionamos. En términos generales, en el otoño de 1915, la elite sadina reunida en el Teatro Avenida, independientemente de las diferencias políticas, creó una sociedad con el fin de explotar el turismo y los bienes patrimoniales naturales en su territorio, de corte con un modelo de desarrollo industrial. Para ello era necesario crear un hotel de lujo en la fortaleza de Albarquel y proporcionar mapas turísticos de la región, que son los de Arrábida, de las granjas de Setúbal y Palmela. La arqueología está presente, ya sea en las intervenciones arqueológicas que originan la recuperación de los bienes que se visitó, no son evidentes y hay necesidad de crear un museo unificado, centro y polo de atracción turística⁶.

José Marques da Costa es un maestro de la educación técnica, obtuvo el grado en historia-geografía en la Facultad de Filosofía y Letras en la Universidad de Lisboa, con una fuerte inclinación por la arqueología, habiendo tenido como maestro y referencia Manuel Heleno, maestro en FLUL y segundo Director del Museo Nacional de Arqueología. Es también, en este momento, el coordinador de los trabajos arqueológicos que se lleva a cabo en la ciudad romana de Troia y, por lo tanto, se acercó a su ex alumno. José Marques da Costa fue también un miembro del Instituto

⁵ José Luís Neto – Apontamentos para uma história do património em Setúbal – O Elmano, periódico político, literário e noticioso in *Subsídios para o estudo da História Local*, volume 3, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2007, pp. 369 – 392.

⁶ Ana Maria Lopes Duarte – Subsídios para a história dos museus municipais de Setúbal in *Subsídios para o estudo da História Local*, volume 1, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 3 – 16 y José Luís Neto – A Casa do Corpo Santo, de sede de confraria a núcleo museológico in *Subsídios para o estudo da História Local*, volume 1, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2001, pp. 17 – 24.

Portugués de Arqueología, Historia y Etnografía, organizada por el museo y favorecida por Manuel Heleno.

Estos dos hombres, además de muchas actividades dentro de este comité, que logró forzar al ayuntamiento a comprometerse, en 1957, de modo que las obras municipales que perturban el subsuelo, fueron acompañadas por la arqueología. Es uno de los progresos más vanguardistas conocidos en Portugal, pero tenemos que abordar varios puntos.

En primer lugar, y lo más probable, una supervisión arqueológica sería algo muy diferente a la concebida actualmente⁷. Es probable que significase simplemente recoger los restos y parece que lo haría alguien que entiende estas cosas. En segundo lugar, es el objetivo de esta norma / directiva. El 20 de mayo de 1957, cuando la instalación de saneamiento, *"una feliz coincidencia me puso ese mismo día, entre triste e impresionado, antes de un espectáculo sin precedentes. En el alboroto, las mujeres de la antigua calle derecha de Troino, con mezcla de los niños descalzos e inquietos, entre los pescadores de tez bronceada, que se vende, las manchas, e incluso a alcofas, inconsciente de su valor, auténticas monedas romanas del siglo IV. Me refiero entre amargo e impresionado porque significa, en manos de los pobres, que los sueños de moro encantado y tesoros escondidos, un verdadero tesoro para quemar ellos mismos y perderse para la historiografía nacional. Monedas las partes una vez que corrían, adoptadas por los ricos y los pobres, las calles y plazas de Setúbal. Confiscados muchos, no todos, por la Policía de Seguridad Pública, se depositan en el Ayuntamiento, 11.091 de estos numismas. La selección de un trabajador de las obras de saneamiento sólo ha escindido una jarra. Trastorno de esta valiosa documentación, y*

⁷ Eurico Sepúveda y Guilherme Cardoso – *Coleção José Marques da Costa do Museu de Setúbal/Convento de Jesus* in *Subsídios para o estudo da História Local*, volume 3, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2007, pp. 183 – 212.

luego saltó las monedas, ya que espavoridas, casi irreconocible y deslumbradas por la fuerte luz de un sol fascinante, después de un descanso de casi el doble de la historia, los historiadores para decir que todo lo que se ha dicho y escrito sobre los orígenes de Setúbal, necesita un cuidadoso examen y corrección de las profundas⁸".

Este dinero revelaría a 21.000 monedas de tesoro⁹, con el descubrimiento de una segunda ánfora. Con estos descubrimientos reaparece la cuestión de la ubicación de Cetóbriga y quien la instruye es José Marques da Costa.

José Marques da Costa realiza el seguimiento arqueológico de todos los conductos abiertos en la ciudad de Setúbal para instalar el saneamiento público y los avances que siguieron fueron impresionantes. Hasta entonces no se conocían restos romanos en Setúbal. Fábricas de salazón de pescado, como se conoce en Troya, columnas, estructuras de hormigón, entre muchos rastros, ubicado entre la Rua da Brasileira, al oeste y Palhais, en el Oriente. El grado de dispersión de material fue extraordinario. Preciosas cerámica, cerámica común, ánforas, todos en cantidades que permitan el verdadero asombro y fascinación.

Marques da Costa no tenía dudas, *Cetóbriga* finalmente fue encontrada, estaba en las calles de Setúbal. Con esta convicción, con el peso abrumador de los datos recogidos, se dirigió a la Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Lisboa, el 16 de diciembre de 1958, para presentar los descubrimientos realizados en el subsuelo de Setúbal, en la Primera Conferencia Nacional de Arqueología, la mayor y más importante reunión de la arqueología en Portugal, en esos años.

La presentación a la comunidad de arqueólogos portugueses, sin embargo, no fue como José Marques da Costa esperaba. Entre el público estaba, entre otros,

⁸ José Marques da Costa – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960, p. 6.

⁹ El estudio de la colección numismática que hoy se deposita en el Museo de Setubal / Convento de Jesús es de J. A. Carvalho Fernandes – *Tesouro monetário da área urbana de Setúbal*, estudio policopiado, 1978.

Fernando Ferreira Bandeira, Manuel Heleno, que ayudó en las excavaciones de Troya, uno de los mentores de la Tertulia arqueológica de Campo de Ourique (Lisboa), a la que concurrían también investigadores como Justino Mendes de Almeida, Eduardo da Cunha Serrão, John Prescott Vicente y José Gomes. Es, en mi opinión personal, uno de los principales arqueólogos que Portugal ha tenido siempre. Sin embargo, la brillantez de Bandeira Ferreira no fue acogida con simpatía por los esfuerzos del profesor de la sadina Escuela Técnica-Profesional, ahora la Escuela Sebastián da Gama. José Marques da Costa pasó por una terrible humillación que no termina ahí¹⁰. "O Setubalense", jornal local que comienza sus operaciones en 1857, fue otro campo de batalla por la verdad histórica. El golpe de gracia aparece en las manos de Fernando Ferreira Bandeira, en "*O problema da localização de Cetóbriga*", de 1959¹¹, y Fernando Castelo-Branco, "*Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal*", 1963¹². Con estas publicaciones, los dos más brillantes estudios sobre Cetóbriga los "*Novos elementos para a localização de Cetóbriga*" por José Marques da Costa, editado por el ayuntamiento de Setúbal en 1960¹³, resultado en un nacido-muerto. José Marques da Costa se desacredita científicamente por causa de los efectos de la destrucción de la academia.

Esto no inmovilizó, sin embargo, a João Botelho Moniz Borba, que reconoció la ardua labor de Marques da Costa y la perpetuó en el hall de arqueología del Museo Setúbal/Convento de Jesús, el cual abrió en 1961¹⁴. Por otra parte, la visión del Museo

¹⁰ José Marques da Costa – Novos elementos para a localização de Cetóbriga: os achados romanos na cidade de Setúbal in *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*, Ed. Instituto de Alta Cultura, tomo 2, Lisboa, 1959, pp. 197 – 227.

¹¹ Fernando Bandeira Ferreira - O problema da localização de Cetóbriga - seu estado actual in *Conimbriga*, n.º 1, Coimbra, 1959, pp. 41 - 70.

¹² Fernando Castelo-Branco - Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal in *Ocidente*, vol. 65, Lisboa, 1963.

¹³ José Marques da Costa – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga*, Ed. CMS, Setúbal, 1960.

¹⁴ José Luís Neto y Maria João Cândido – Arqueologia no Museu de Setúbal/Convento de Jesus in *Subsídios para o estudo da História Local*, tomo 3, Ed. Câmara Municipal de Setúbal, Setúbal, 2007, pp. 15 – 20 y José Marques da Costa - *Inventário da Coleção Arronches Junqueiro pertencente à Camara*

de Setúbal/Convento de Jesús era contraria a la academia portuguesa. Por lo tanto, la lectura museográfica se inicia con la Sociedade Arqueológica Lusitana, de acuerdo a la recogida de Arronches Junqueiro y termina en los grandes descubrimientos de Marques da Costa. Curiosamente, Antonio Inácio Marques da Costa fue olvidado de la sección de la exposición, como ha dejado su colección para el Museo Nacional de Arqueología. El conjunto de la situación ha estimulado el espacio y el regionalismo abierto, de modo que después de la apertura, del MS / CJ se han sólo desarrollado contactos científicos con otras importantes escuelas de arqueología, la de Coimbra.

Toda esta situación marca, de manera radical, al parecer, los caminos y los estudios arqueológicos de el entonces joven aprendiz de arqueólogo Carlos Tavares da Silva, que comenzó sus publicaciones en esta ciudad a mediados de los años 60 del siglo XX, es decir, cuando esas heridas aún demasiado recientes¹⁵.

De hecho, desde nuestro punto de vista, Carlos Tavares da Silva encarna perfectamente la tradición de los investigadores anteriores, sadinos por nacimiento o por elección, y, sin embargo, revela una agudeza prudente. La arqueología está cambiando, también, de una actividad con un cierto componente romántico a una actividad profesional. La situación de José Marques da Costa, probablemente han contribuido también, según nos informó una vez, *en passant*. De hecho, una de las primeras publicaciones de Carlos Tavares da Silva en Setúbal no parece inocente. Es el estudio de la necrópolis romana de S. Sebastián, publicado en 1966, lo que demuestra que, después de todo, António Inácio Marques da Costa había sido consciente de que existe la ocupación romana en Setúbal, antes de 1926, años en los que hace publicar sus

Municipal - Secção de Arqueologia - Museu de Setubal, 1963 (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus), bien como *Sala de Arqueologia - Apontamentos para o catalogo* (cópia - Museu de Setúbal/Convento de Jesus).

¹⁵ Tomemos, por ejemplo, el mencionado estudio *Necrópole Luso-Romana de S. Sebastião (Setúbal)*, Ed. Separata do IV Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, 1966 y O. da Veiga Ferreira y Carlos Tavares da Silva – *Uma bela jóia romana encontrada em Setúbal* in *Estudos Italianos em Portugal*, n.º 31- 32, 1968-69, separata.

estudios sobre la ubicación de *Cetóbriga*, que viene en claro contradicción con lo que había afirmado en sus estudios y pone, por supuesto, la credibilidad del investigador en cuestión. Aunque por esta razón las celebraciones de A. I. Marques da Costa por sus organizadores han sido tan tímidas. Esta sospecha se confirma cuando se analiza un recorte de periódico publicado por Carlos Tavares da Silva, el 9 de octubre de 2002, titulado "Onde nasceu Setúbal?"

"Recientemente, al ser entrevistados para un programa de televisión, me preguntó si Setúbal se habría nacido en Tróia y respondió, obviamente, de "Setúbal nació en Setúbal."

Unas semanas más tarde, en "El Lugar de la Historia" (RTP2) es una historia acerca de Tróia romana. Ni una sola referencia contemporánea a la ciudad de la borde derecha del estuario del Sado que, con Tróia, fue un importante complejo urbano-industrial entre los siglos I y V. Curiosamente, y a propósito de Tróia, "El Lugar de la Historia" demostró arqueossítios ¿??? de Túnez, de las costas o del interior de este país de África del Norte.

*Estas omisiones en relación con el patrimonio arqueológico de la zona urbana de Setúbal me llevan a admitir que el viejo paradigma de que sólo Setúbal tenía siete siglos de historia sigue teniendo algunos seguidores. Es cierto que la "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira" (Tomo 28, p.581), en el artículo dedicado a Setúbal (escrito alrededor de la mitad de un siglo), después de encontrar *Cetóbriga* en Tróia, escribe que "ninguno de los cronistas de los albores de la nacionalidad se refiere a cualquier aldea a márgenes del Sado, donde es hoy Setúbal. Debemos admitir que no existía (...) Tal vez, justo después de la donación de Almada, Palmela y Alcácer, y sus términos, formulada por D. Sancho II a la Orden de Sant'Iago, en 1237, es que si la*

solución que han dado en la región por la apertura de las aldeas y, por supuesto, se han establecido una de Setúbal (...)".

La fuerza de este paradigma, que se encuentra el origen de Setúbal en el siglo XIII y Cetóbriga situada en Tróia, tal vez fue responsable por el hecho de que António Inácio Marques da Costa - arqueólogo cuya actividad principal de la investigación en nuestra región se produjeron en las dos primeras décadas de siglo - no ha publicado los resultados de las observaciones y registros realizados en 1906, en la Ladeira de San Sebastián, donde las obras de construcción del túnel para el ferrocarril Palhais-Fontainhas, obras que revelan una necrópolis romana, data de los siglos II-IV dC.

El mismo paradigma se manifiesta en la segunda mitad de la década de los cincuenta, cuando José Marques da Costa, profesor de la Escuela Industrial y Comercial, identificó, en el centro de la ciudad - entre Palhais y el Plaza Marquês de Pombal, muchos materiales romanos, exhumados en obras para el saneamiento, celebrada en 1957. Ese emérito profesor, no siendo arqueólogo, todavía reconoce el gran mérito de estos materiales, las pruebas de una amplia ocupación romana de la temporada que han cubierto una gran parte del llamado Casco Histórico. Sin embargo, la oposición que encontró, en particular, de Fernando Bandeira Ferreira, que en el momento excavaba Tróia, muestra muy bien el paradigma, que será finalmente reprobado desde finales de los setenta. De hecho, fue con la creación en 1974, el Museo de Arqueología y Etnografía del Distrito de Setúbal (MAEDS) cuando surgió en el contexto de la actividad de este órgano, un programa de investigación sobre la pre-existencia de Setúbal, responsable de la realización (en Travessa de Frei Gaspar y la Praça de Bocage), de las primeras excavaciones arqueológicas en la zona del casco histórico. Los resultados de estos estudios se han sumado razones para José Marques da Costa: los orígenes de Setúbal, sin duda, a continuación, se encuentran en la época

de los romanos; aquí prosperó una ciudad industrial especializada en la producción de sal y la salazón de pescado, contemporánea y estrechamente relacionado con Tróia. Suponía, además, un centro industrial satélite del Setúbal romano y dependería de los alimentos (verduras, por ejemplo) y los materiales de construcción de allí procedentes, entre otros.

La continuación durante la década de los ochenta y los noventa, de las investigaciones desarrolladas por MAEDS, no sólo confirmaría los resultados anteriores sobre la ocupación romana, sino también los datos revelarían algo completamente nuevo: la existencia en las colinas de Santa Maria (Travessa dos Apóstolos), de estratos de la ocupación pre-romana, del final de la Edad de Bronce y del Hierro. Además, se obtuvo información sobre la evolución paleo-geográfica de lo que es ahora el centro de Setúbal.

En la actualidad, por lo tanto, existe un tercer paradigma sobre los orígenes de nuestra ciudad: el primer centro urbano estable de la desembocadura del Sado que han aparecido al final del siglo VIII a. C. o principios del próximo siglo, como almacén comercial, fundación de los pueblos indígenas abierta a contactos con los Fenicios, marineros y comerciantes de Oriente, probablemente procedentes de Gadir (Golfo de Cádiz, en el sur de España). Primer pueblo que se encuentra sobre la colina rodeada al sur por las aguas de la bahía, y en el norte y noreste, por una amplia estepa, que llega a la zona del actual estado de Bonfim, donde se dividió en dos ramas ocupados actualmente por Livramento y llanuras de inundación del Rio da Figueira. Durante la Edad de Hierro se forma, del oriente al oeste, desde la base de la colina de Santa Maria, una lengua de arena que poco a poco provoca la reducción de la boca do Livramento y acelera el llenado de su área húmeda. Por consiguiente, al norte del

banco de arena (equivalente hoy en día, a la Avenida 5 de Outubro, Bairro Salgado y Bonfim) se desarrolla una extensa zona de pantanos.

Durante la época romana, entre los siglos I y V, Cetóbriga ocupará, a un lado, la colina de la ciudad primitiva y, al otro lado, el banco de arena. En la colina, se basará el núcleo residencial y comercial. En el banqueta de arena, se construirán las fábricas para la producción de pescado, preparado en todos similar a la de Tróia.

Cetóbriga trajo consigo el centro urbano-industrial de la orilla derecha, Tróia y una letanía de pequeños establecimientos de fabricación, tales como Comenda y Creiro, y otros centros de población, que se especializan en la sal, la fabricación de ánforas, la construcción naval, el establecimiento de, por lo tanto, el más importante complejo industrial para la producción de sal en el mundo romano occidental.”

Quién se tomó la molestia de leer y reflexionar sobre los textos de Carlos Tavares da Silva sobre la historia de Setúbal, reconoce al instante las mismas ideas de fuerza, que se han sentido en su discurso, de sus publicaciones de los 80's a los días de hoy, que muestran un sabor típico y pintoresco sadinista.

Con gran paciencia, fueron realizadas operaciones en el subsuelo de Setúbal, a través del Museo de Arqueología y Etnografía del Distrito de Setúbal, nacido en diciembre de 1974. Con la intervención arqueológica de la Travessa de los Apóstoles, en la parroquia de Santa María, a principios de los años 90, ve recompensada su búsqueda sistemática¹⁶. En una indagación de dos metros cuadrados se detectan material en la continuidad estratigráfica del Bronce Final, pasando por la Edad de Hierro I y II, al Romano Alto Imperial.

La zona de Santa María donde se produjo la intervención es el pie de una colina, la colina de Santa María. Con este descubrimiento Carlos Tavares da Silva podría decir

¹⁶ Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva – Ocupação Pré-romana de Setúbal: Escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos in *Actas do I Encontro Nacional de arqueologia Urbana, 1985 (Trabalhos de Arqueologia 3)*, Ed. Instituto Português do Património Cultural, Lisboa, 1986.

que, después de todo, Setúbal siempre pertenece a *Cetóbriga*. Es difícil no hacerlo porque, después de todo, se enfrenta a un montón, con los materiales con los plazos necesarios para lograr tal caso, y la muralla es tan difícil de mantener que no había, tal como existía, ya que la zona está completamente urbanizada. Falta, sin embargo, comprobar que Setúbal había sido ocupada durante la Alta Edad Media, porque hay referencias de *Cetóbriga* en el Anónimo de Ravena, en el siglo séptimo, y en Idrisi, en el siglo VIII. Sin embargo, es necesario rescatar la dignidad de José Marques da Costa, bien merecida por cierto.

Setúbal volverá a ser un escenario muy probable para la solución de *Cetóbriga*, más de Chibanes, que sólo tiene una breve ocupación romana. Sin embargo, desde la década de los 90, con la creación de la oficina de arqueología del municipio y como resultado de la labor que propugna, Palmela es, de hecho, una hipótesis plausible. Algunos materiales de la Edad del Hierro, así como de la época romana, además de los períodos visigodo y musulmán, han aparecido en la aldea.

Además, con las investigaciones más recientes de Tróia, António Rafael Carvalho muestra, aunque todavía en una fase inicial de las investigaciones, Tróia, contrariamente a lo que se piensa, puede haber sido ocupado por el siglo VIII. Desde el inicio sistemático de trabajos arqueológicos desarrollados en el centro histórico de Setúbal, en la segunda mitad de la década de los 70 (lamentablemente no tan sistemática como se anuncian por MAEDS, que es desafortunado y lamentable) y sobre todo después de algunos descubrimientos importantes de Carlos Tavares da Silva con el MAEDS¹⁷, como las fábricas de salazón de pescado de la Plaza de Bocage¹⁸, y de

¹⁷ Sobre el Museo de Arqueología y Etnografía del Distrito de Setúbal, creado en Diciembre de 1974, por favor, consulte Joaquina Soares – *Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições* in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130, cuando, en un breve pero exhaustivo estudio, presentó las actividades llevadas a cabo por el Museo y sus diversas fases de las intervenciones arqueológicas en el centro histórico de Setúbal. Cabe señalar que este museo es que la propuesta parece clasificar a la murallas medievales de Setúbal, con el objetivo de limitar la imprudente destrucción de evidencias

la Travessa Frei Gaspar¹⁹, los hornos para la producción de cerámica de ánforas Dressel 14 y de Largo da Misericórdia²⁰ y de Quinta da Alegria²¹, y las *Logiae* de la Travessa de los Apóstoles²², se acepta que *Cetóbriga* es, en efecto, Setúbal.

Sin embargo, a pesar de este acuerdo sobre la ubicación de *Cetóbriga*, nos parece que esto es una aceptación provisional. Palmela²³ y Tróia²⁴, antes, pueden hacerlo de nuevo esta difícil cuestión. La historia de la ubicación de *Cetóbriga* tan importante para el establecimiento de la identidad matriz de Setúbal, está lejos de ser completa.

Procedamos entonces a hablar de la acción en el sector del patrimonio cultural y arqueología del Museo de Setúbal/Convento de Jesús, creado en Diciembre de 2000. Hijo de la evolución de la arqueología de los años 90, la expansión después de Foz Côa, refleja bastante bien las virtudes y las contradicciones de un período que no tuvo tiempo

arqueológicas existentes ciudad subterránea, en esa proposta, entre S. Sebastião y la Avenida 22 de Dezembro (E-W), la Avenida 5 de Outubro y la Avenida Luísa Todi (N-S). consulte también Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva - *Muralhas medievais de Setúbal*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal, Setúbal, 1982.

¹⁸ Carlos Tavares da Silva e Antónia Coelho-Soares – A Praça de Bocage (Setúbal) na Época Romana. Escavações arqueológicas de 1980 in *Setúbal Arqueológica*, Vols. VI -VII, Setúbal, 1980-81, pp. 249 – 284.

¹⁹ Carlos Tavares da Silva – Arqueologia de Setúbal – para o conhecimento das origens da cidade in *História de Setúbal*, Ed. Lasa, Setúbal, 1990, pp. 105-122 y Joaquina Soares – Arqueologia em Setúbal: problemas e contribuições in *Arqueologia da Arrábida*, Ed. IPA, Lisboa, 2000, pp. 101 – 130.

²⁰ Carlos Tavares da Silva – Produção de ânforas na área urbana de Setúbal: A oficina romana do Largo da Misericórdia in *Ocupação romana dos estuários do Tejo e Sado – Actas das primeiras Jornadas sobre romanização dos estuários do Tejo e Sado*, Ed. Câmara Municipal do Seixal e Publicações D. Quixote, Lisboa, 1996, pp. 43 – 54.

²¹ Antónia Coelho-Soares e Carlos Tavares da Silva – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal in *Setúbal Arqueológica*, Vol. IV, Setúbal, 1978, pp. 171 – 201 y Antónia Coelho-Soares e Carlos Tavares da Silva – Ânforas romanas da área urbana de Setúbal in *Setúbal Arqueológica*, Vol. V, Setúbal, 1979, pp. 205 – 221, y también Françoise Mayet, Anne Schmitt e Carlos Tavares da Silva– *Les amphores du Sado – Portugal*, Ed. Mission Archéologique Française au Portugal e Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal, Paris, 1996.

²² Joaquina Soares, op. citus.

²³ Isabel Cristina Fernandes; António Simão Condeço y António Rafael Carvalho - *Arqueologia em Palmela 1988/92*, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, 1993 y António Rafael Carvalho, João Carlos Faria y Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004.

²⁴ Françoise Mayet y Carlos Tavares da Silva – La place de Tróia dans l'économie de l'Hispanie romaine in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Ed. Instituto Português de Arqueologia, Trabalhos de Arqueologia 14, Lisboa, 2000, pp. 85 – 99 y António Rafael Carvalho, João Carlos Faria y Marisol Aires Ferreira - *Alcácer do Sal islâmica - Arqueologia e História de uma medina do Garb Al-Andaluz (Séculos VIII - XIII)*, Ed. Câmara Municipal de Alcácer do Sal, Alcácer do Sal, 2004.

de aclarar, fijar y distinguir conceptos. Desarrollado en una forma natural, abundante, mezclando los niveles y jerarquías técnico-científica, que aparecen en las formas y las imágenes rotas, desde una fuente única, amplia y desigual. Los sistemas no están excluidos, dado que son complementarios, y que invitan a la doctrina, a dar la bienvenida a la escisión de los sistemas monolíticos, arrugado, aplastado y a causar una ruptura de la distinción tradicional. En lo referente a las Objeciones por parte de las escuelas, algunas antes y otras después del 25 de Abril, estas no quieren, de hecho, decir nada, porque todo el mundo piensa en el mismo terreno a fin de resolver los mismos problemas similares y utiliza el mismo material conceptual. Todo es nuevo y nadie tiene demasiado clara esa percepción, mucho menos lo que esto significa. Los arqueólogos contemporáneos se guían perfectamente en las interminables controversias, el conflicto latente y clara claro de los debates, ; el laico pierde su tiempo, es todo un lenguaje que debe ser aprendido.

El campo de la arqueología y el patrimonio del Museo de Setúbal/Convento de Jesús nació de este frenético movimiento, al igual que muchas otras oficinas de la arqueología en los planos nacional y a nivel regional (los más cercanos se encuentran en Palmela y Sesimbra, de los años 90), imbuido de un espíritu común, semi-cruzadístico, militante, de rescate y la salvaguardia de los bienes. En ese sentido, que venía con algunas aportaciones metodológicas y características técnicas de su generación, como la demanda para producir una perspectiva sistemática de la arqueología urbana, conduce a realizar una supervisión arqueológica en las zonas urbanas, ejecutar excavaciones en cualquier lugar, hacer arqueología medieval y arqueología moderna, desarrollar análisis de osteología del cuerpo humano y de los animales, hacer arqueología subacuática y arqueología de la arquitectura, además utilizar de nuevos métodos de grabación y conservación y restauración a gran escala.

Además, en todo el ciclo existe una voluntad de contrarrestar con su tiempo, en el desarrollo de la historia de la arqueología, al reflexionar sobre conceptos tales como identidad local, por ejemplo, así como en la meditación en torno a la función social de la arqueología y la inseparabilidad del conocimiento histórico. Por lo tanto, el rechazo de una de las banderas mayores de su generación, la ultra-especialización, visto como un debilitamiento de la capacidad del trabajador del patrimonio, también repudió la lógica de la apertura del mercado de servicios empresariales en el ámbito de la arqueología, entendida como posiblemente perjudicial a los objetivos finales de la disciplina. Sólo este año se publicó una interesante discusión sobre este tema, apodando la lógica comercial de la arqueología de *low cost* y la irresponsabilidad por parte del Estado en el propósito de esta política incoherente, que se aplicó en todo el país. Este último, por cierto, es el único punto de acuerdo tácito entre MAEDS y MS / CJ. Setúbal es de las ciudades del país con más dinámica cuantitativa de la arqueología urbana, pero cuya presencia de las empresas es la más pequeña.

La mayor cantidad de intervenciones arqueológicas es quizás el punto más evidente de esta contribución, sin embargo, al comparar la primera versión del Plan Maestro Municipal de Setúbal, - que utiliza un documento legal que ya había sido derogada en su producción, aún impregnada una continuidad con el espíritu de voluntariado de José Marques da Costa - con la nueva versión del PDM, que está en discusión, nos damos cuenta, de inmediato, de la transformación de paradigma. Este nuevo documento refleja las preocupaciones y líneas de acción más importantes del sector de la arqueología y el patrimonio del Museo de Setúbal/Convento de Jesús. Además, el proyecto de enmienda a la zona para proteger las paredes de Setúbal, en sustitución de la referencia de las murallas medievales, las paredes del Restauração, con

un incremento del más del doble del área protegida, es claramente demostrativo de lo que hemos de explicar.

Estos ejemplos de actividad editorial han añadido una parte importante, principalmente a través de la publicación de una revista titulada "Subsídios para o estudo da História Local", ahora en su tercer tomo, así como la creación de exposiciones de arqueología. Estas exposiciones, como la "Convento de Jesus: Novos Documentos", en lugar de mostrar lo que es la arqueología, mostraron qué es lo que sirve como un instrumento de recuperación y de la resurrección de las historias el pueblo y su vida cotidiana, sus mundos, pequeños o grandes, pero siempre ya olvidados.

Por último, la capacidad de intervenir en los edificios carismáticos de la historia, la memoria y la identidad sadina, representan una responsabilidad adicional por este servicio, que cuenta con alrededor de una veintena de operaciones en Setúbal entre 2000 y 2007. Por lo tanto, su primera intervención arqueológica, el lugar en el año 2000, fue el del hospital medieval de João Palmeiro, que se encuentra en Terreiro de Santa Maria, justo al sur de la actual Catedral de Setúbal. Otros edificios carismáticos si han seguido, como el Casa do Corpo Santo, que albergaba la hermandad de los marineros y de los trabajadores del mar, el Monasterio de Nuestra Señora del Carmelo en Setúbal, los atrios de la iglesia de Santa Maria da Graça y la capilla de la Misericordia y, por supuesto, el convento de Claritas con el nombre de Jesús, y señalar, también, del hospital medieval y la moderna hermandad de Nuestra Señora de la Anunciada.

Todas estas acciones, incluso en el marco del examen cuidadoso de las autoridades locales, sufren de una menor eficiencia por causa de algunas deficiencias estructurales en el sector del patrimonio cultural y de la arqueología del Museo de Setúbal/Convento de Jesús, común a muchas otras oficinas de arqueología, como la falta de recursos humanos y medios para optimizar su labor, con un peso en la

administración del territorio a fin de continuar la búsqueda de sus objetivos, vagamente esbozado en la Constitución portuguesa, y con mayor claridad en la Ley 107/2001 de 8 de Septiembre, la actual Ley de Portugués del Patrimonio Cultural. En cuanto al modelo de gestión para la arqueología, debe ahora iniciarse un debate sin prejuicios, franco y honesto, espero que participado, lo que sopesar lo más y los menos de un modelo que ya es tiempo, llegó a su máxima capacidad de intervención.

A lo largo de la historia de la arqueología sadina también se puede observar que el instigador, poco a poco ha ido cambiando. Si, en el siglo XVI, los anticuarios no venían, ni han vivido en Setúbal, con el nacimiento de la moderna arqueología del siglo XIX, comenzará a acontecer. De hecho, este fue anunciado ya en el siglo XVIII, con el Prior de S. Sebastián a crear un interesante ensayo en las páginas de “Memórias Paroquiais”. Sin embargo, sin lugar a dudas, todo está en Siglo XIX y al primero quien se debe a lo referido, en toda justicia, es a João Carlos de Almeida Carvalho, uno de los ideólogos y co-fundador de la Sociedade Arqueológica Lusitana (1849-1857), la primera organización portuguesa de arqueólogos, creada específicamente para la excavación del sitio arqueológico de Tróia. Autor de la mayoría de estas historias de las excavaciones, junto con Gama Xaro, es la primera persona en incorporar el concepto explicado por Leo Klejn²⁵, el *kraievied*, a saber, el "etnógrafo territorial", aquél que se especializa en un área geográfica o región.

Almeida Carvalho no sólo era un arqueólogo, sino también un historiador renombrado, epigrafista, numismático y el fundador del primer periódico en Setúbal en 1857, entre muchas otras y diversas actividades. Este tipo de investigación, altamente multidisciplinar, pero realizada sólo por un estudioso de un territorio determinado, es característico en las ciudades periféricas al centro. Esto se explica por el hecho de que el

²⁵ Leo S. Klejn – *La arqueología soviética*, Ed. Crítica, Barcelona, 1993, p. 7.

centro centrará la comunidad científica en tal número que permite disponer de mucho tiempo y de los conocimientos técnicos, mientras que la periferia de la comunidad científica es muy pequeña, y sus "miembros correspondientes" tienen, por encima de todo, que ser versátiles y se centran en el *know-how*, porque su acción es de los agentes conductores de la cultura. Vemos lo mismo en la próxima generación, con António Inácio Marques da Costa y Arronches Junqueiro, la tercera generación con Moniz Borba y José Marques da Costa, y la cuarta con Carlos Tavares da Silva y Joaquina Soares. Todos ellos fueron, sobre todo, "etnógrafos territorial" en el sentido de Klejn y no sólo los arqueólogos, referencias culturales en la ciudad y no sólo los autores conocidos de nuestro oficio, cuyas investigaciones tuvieron como objeto de estudio el *Volk* sadino.

El *Volk*, un concepto que tomo en préstamo de la politicología²⁶, no significa sólo las personas, el pueblo, a pesar de que fue la más frecuente traducción, pero su realidad es histórica y biológica, formando al mismo tiempo, todas los setubalenses y su historia. Si, en general, la compatibilidad entre el estudio del lugar es compatible con la aspiración nacional de síntesis que el centro pretende, como es claramente visible en las excelentes relaciones entre Leite de Vasconcellos y António Inácio Marques da Costa y Arronches Junqueiro, o en la cooperación entre Sociedade Arqueológica Lusitana y la Associação dos Arqueólogos Portugueses. Es es evidente que las ambiciones no son absolutamente idénticas. Las relaciones entre centro y periferia han sido, en general, cooperativas y positivas.

Es dentro de esta larga tradición y esta línea de desarrollo del pensamiento arqueológico que se encuadra este texto, que todavía no mira, una vez más, la solución de la etnogénesis totalizadora como una respuesta a esta comunidad, pero acepta, en esa misma línea, que es a través del conocimiento del pasado como podemos obtener una

²⁶ Jean Touchard (Dir.) – *História das Ideias Políticas*, Ed. Europa-América, volume 7, Lisboa, 1970, p. 117.

mejor comprensión de los fenómenos socioeconómicos del presente. Por lo tanto, difiere en el fatalismo y la obsesión con el arquetipo, lo que llevó a la paradójica situación de saber más sobre el pasado más distante que lo que estamos más cerca, pero es similar en la perspectiva de la utilidad social de la arqueología y la historia. Sin embargo, sin complejo autónomo, ya no necesita buscar en los más lejanos antepasados la principal explicación; voluntariamente se dedica a tratar de comprender los fenómenos más próximos, aunque en un período cronológico extenso.

El objetivo de este texto es tratar de caracterizar el equipamiento de las infraestructuras tangibles y e intangibles de una comunidad que fue muy importante, durante mucho tiempo, en un contexto nacional, siendo la tercera ciudad del continente. Esta caracterización, que se basa en una matriz arqueológica, es efectuada en un tiempo que se acordó llamar post-medieval. La arqueología post-medieval presenta una riqueza documental, así como posibilidades teóricas y de ejercicios experimentales, en Setúbal, bastante notable, que puede ser útil a una escala local y también a la escala de la Lusofonia, ya que los modelos y referencias culturales son compartidos en ciudades en todos los continentes adonde se extendió históricamente el imperio portugués.